

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DOUTORADO

***As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas
sócio-culturais e ambientais de convivência com o semi-árido***

ARILDE FRANCO ALVES

Campina Grande, PB – BRASIL.
Novembro/2009.

ARILDE FRANCO ALVES *

As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de convivência com o semi-árido

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande-PB, como requisito parcial à obtenção do título de *Doutor* em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi

Campina Grande, novembro/2009.

- *M. Sc.* em Agroecossistemas

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A 474m

2009 Alves, Arilde Franco.

As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de *convivência* com o semi-árido / Arilde Franco
Alves - Campina Grande, 2009.

314 f: *il.*

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referência.

Orientador: Edgard Afonso Malagodi.

1. Multifuncionalidade agrícola. 2. Desenvolvimento Territorial. 3. Agricultura camponesa. 4. Convivência com o semi-árido. 5. Práticas sócio-culturais e ambientais. 6. Recursos naturais. 7. Agroecossistemas
I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

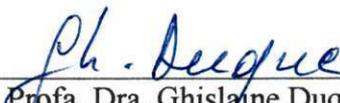
ARILDE FRANCO ALVES

As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de convivência com o semi-árido

Tese aprovada em 20/11/2009, como requisito parcial para obtenção do grau de *Doutor* em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi
Orientador – PPGCS-CH/ UFCG



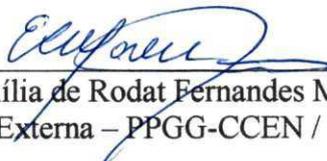
Profa. Dra. Ghislaine Duqué
Examinadora Interna – PPGCS-CH / UFCG



Profa. Dra. Claire Marie Thuillier Cerdan
Examinadora Externa – PPGA-CCA / UFSC / *Cirad*-França



Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado
Examinador Externo – NIEAIS / UFBA



Profa. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira
Examinadora Externa – PPGG-CCEN / UFPA

Campina Grande, 20/novembro/2009.

*Dedico a
Gabriel, meu filho;
Lori, minha companheira.
Se não fosse a paciência, a compreensão e o apoio,
este trabalho não teria sido possível.*

AGRADECIMENTOS

A (ao)s

Meu filho Gabriel, pela paciente espera, neste período de mais de três anos, quando deixei muitas vezes de atendê-lo em solicitações inadiáveis;

Minha companheira Lori, que nas horas mais difíceis da realização deste trabalho, soube entender a necessidade do cumprimento do compromisso que havia assumido perante todos que acreditaram na minha capacidade de fazer algo de positivo na vida;

Minha família, especialmente, a meu pai e a minha mãe, que mesmo distantes, estiveram na torcida, confiando na minha capacidade de estar sempre realizando o novo e, tudo aquilo que acrescenta coletivamente;

Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho, colega de doutorado, o meu especial agradecimento, pela compartilhada pesquisa de campo, pelas inúmeras sugestões e correções às minhas atitudes de pesquisador;

Docentes e Técnicos Administrativos, colegas de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica da Paraíba, que de forma generosa souberam compreender no início do Curso minha difícil conciliação – trabalho e tempo extra –, para a realização do Doutorado, suprimindo minhas ausências e muitas vezes assumindo os meus compromissos;

Todos os meus alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica da Paraíba, que durante todo o período do Doutorado estiveram na torcida pela minha realização e ansiosos por meu retorno à atividade docente;

Todos os colegas do Doutorado e do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, meu muito obrigado pela amizade e a contribuição em meu crescimento como indivíduo;

Professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por onde tudo de fato começou, onde cumpri créditos e vivenciei parte dessa caminhada acadêmica e, de modo especial, ao Prof. Ariosvaldo da Silva Diniz meu sincero agradecimento pela sempre cordialidade e disponibilidade;

Todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, pela amizade e, principalmente, pela experiência de como é importante fazer algo desafiador e diferente, que sirva para o coletivo;

Prof. Edgar Afonso Malagodi, meu orientador, pela paciência às minhas imensas dificuldades ao longo dessa trajetória acadêmica, suprida pela credibilidade dada a minha força de vontade e compromisso com a proposta de pesquisa;

Prof. Bernard Roux - Pesquisador do *Institut National de la Recherche Agronomique (INRA) - France*, pela sempre disposição em intermediar minha ida para a França, assim como apoio e endosso a proposta de estudo apresentada;

Professores – Roberto Veras – Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Michael Fossy – na época Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande, pela sempre disponibilidade em atender minhas solicitações referentes à realização de meu Estágio Doutoral na *Université Paris Ouest Nanterre – La Défense (ex-Paris X) – Nanterre – Île-de-France – France*;

Prof. Marc Piraux, pela especial atenção dispensada, sugerindo elementos teórico-metodológicos no desenvolvimento do tema – multifuncionalidade da agricultura –, com os quais pude aprimorar de forma mais tranqüila esse estudo de tese;

República Francesa e, especialmente, a *Université Paris Ouest Nanterre – La Défense*, através do *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS)* e toda sua equipe de pesquisadores, pela sempre gentil relação;

Prof. Jean-Paul Billaud, Diretor do *LADYSS* pela gentil tratativa e, de maneira especial, a secretária *Beatrice Moellic*, pela acolhida e sempre cordial atenção a todas minhas demandas acadêmicas; Igualmente a técnico-científica Marie-José Leroy, com quem compartilhei uma confortável sala para o desenvolvimento de meus estudos;

Governo brasileiro, particularmente à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal Docente do Ensino Superior (CAPES) do Ministério da Educação, por ter proporcionado a realização do Estágio Doutoral na modalidade “*sandwich*”, através da concessão de uma Bolsa de Estudos.

*Un mundo donde quepan muchos mundos,
un mundo donde para todos haya siempre:*

*Pan para iluminar la mesa,
Salud para espantar la muerte,
Conocimiento para aliviar la ignorancia,
Tierra para cosechar futuro,
Techo para abrigar la esperanza y
Trabajo para hacer digna nuestras manos.*

Indígenas Zapatistas de Chiapas – México.

SUMÁRIO

LISTAS DE TABELAS.....	xi
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA.....	xiv
LISTA DE ANEXOS.....	xvi
RESUMO.....	xvii
ABSTRACT.....	xvii
RÉSUMÉ.....	xix
INTRODUÇÃO.....	01
1. AS QUESTÕES DA PESQUISA.....	04
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	08
2.1 - A natureza dos dados utilizados.....	09
2.2 - Os procedimentos.....	10
2.3 - A seleção da amostra.....	11
3. ESTRUTURA DA TESE.....	11

CAPÍTULO I

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: RETÓRICA OU FERRAMENTA DE ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO RURAL?.....	14
1. Introdução.....	14
2. A multifuncionalidade da agricultura e suas concepções.....	15
2.1 - A experiência francesa e os primeiros debates.....	16
2.2 - Multifuncionalidade: uma noção na esteira do debate funcionalista.....	22
2.3 - Conceito e desdobramentos da multifuncionalidade da agricultura.....	28
3. A grande questão: a relação da agricultura ‘moderna’ com a multifuncionalidade da agricultura.....	40
3.1 – Alguns pressupostos.....	40
3.2 – A verdadeira relação.....	46

CAPÍTULO II

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA NO BRASIL: PESQUISAS E LEGITIMAÇÃO DA AGRICULTURA.....	51
1. Introdução.....	51
2. A multifuncionalidade da agricultura como proposta de pesquisa.....	52
2.1 - O começo dos trabalhos de pesquisa no Brasil.....	52

2.2 - Os primeiros resultados.....	55
2.3 – Incorporando o debate territorial.....	58
3. As múltiplas funções da agricultura: questões epistemológicas e a legitimação da agricultura familiar camponesa.....	63
3.1 - Algumas avaliações e perspectivas sociológicas.....	63
3.2 - A agricultura familiar camponesa legitimando esse debate.....	68
3.2.1 – Primeiras impressões.....	68
3.2.2 – Legitimando esse debate.....	71

CAPÍTULO III

O CURIMATAÚ OCIDENTAL: TERRITÓRIO DE MÚLTIPLAS CONFIGURAÇÕES.....	75
1. Introdução.....	75
2. A fisiografia do Semi-árido.....	76
3. Aspectos históricos, socioeconômicos e culturais.....	82
3.1 - A ocupação e o início da exploração regional.....	82
3.2 - Aspectos socioeconômicos.....	86
3.2.1 - O perfil fundiário e formas de organização produtiva.....	87
3.2.2 - Uma agricultura sob o jugo do econômico e da condição climática.....	91
3.2.3 - Uma pecuária ainda importante?.....	97
3.2.4 - Outras atividades socioeconômicas de reprodução da agricultura familiar.....	102
3.3 - Aspectos culturais.....	103

CAPÍTULO IV

A CONFIGURAÇÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO E O PROCESSO DE CONVIVÊNCIA COM A SEMI-ARIDEZ.....	107
1. Introdução.....	107
2. Aspectos ambientais: o semi-árido e o processo de convivência.....	108
2.1– O semi-árido: algumas concepções.....	108
2.2 – O processo de convivência com o semi-árido.....	114
2.2.1 - Convivência: idéias e princípios construindo oportunidades.....	114
2.2.2 - Alguns exemplos de convivência.....	123

CAPÍTULO V

AS RELAÇÕES SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CONFIGURANDO O TERRITÓRIO.....	129
1. Introdução.....	129

2. As relações sociais	130
2.1 – Concepções teóricas	130
2.2 – As relações sociais no território	137
3. As representações sociais	143
3.1- Epistemologia das representações sociais	143
3.2 – As representações sociais no território	149
3.2.1 - A seca e o “inverno” gerando significados.....	149
3.2.2 - A “terra” e seus vínculos.....	151
3.2.3 – A “criação” e seus fazeres.....	152

CAPÍTULO VI

A ABORDAGEM, O PERFIL E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO TERRITÓRIO	154
1. Introdução	154
2. Território multifuncional: do conceito à abordagem	155
2.1- Definições e concepções	156
2.2- A abordagem multifuncional do território	159
3. O perfil geral do território	166
4. Entendendo as dinâmicas do território: primeiras impressões	173
4.1- Informações gerais sobre o território	174
4.2- Perfil sócio-econômico das famílias rurais	175
4.2.1- Produção agrícola e comercialização	175
4.2.2- Condições de vida trabalho e renda	177
4.2.3- Relação com o meio ambiente	180
4.3- Sociedade e manifestações culturais	181
4.4- Políticas públicas	183

CAPÍTULO VII

O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NOS “SÍTIOS”?	186
1. Introdução	186
2. Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar	190
2.1- Situação legal e formas de utilização das terras	190
2.2- Composição e ocupação dos membros da unidade familiar	194
2.3- Produção, autoconsumo e comercialização de produtos agropecuários	198

2.4- Outras fontes de receita e auxílios à família.....	203
3. Recursos naturais e meio ambiente.....	208
3.1- Práticas produtivas e as relações com a agricultura “moderna”?.....	209
3.2- Estrutura dos estabelecimentos em relação meio ambiente.....	210
3.3- Os recursos naturais: algumas concepções dos camponeses.....	212
4. Identidade e condições de vida e trabalho.....	215
5. Sociabilidade e manifestações culturais.....	217
6. Relações com o território e a paisagem rural.....	221

CAPÍTULO VIII

MÚLTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COESÃO SOCIAL?.....	227
1. Introdução.....	227
2. Concepções, controvérsias e consensos.....	228
3. Peculiaridades na reprodução social camponesa do semi-árido.....	242
4. Contradições e possibilidades em um espaço de construção social.....	246
5. Qualificando uma realidade social <i>multifuncional</i>.....	253
CONCLUSÕES.....	263
REFERÊNCIAS.....	271
ANEXOS.....	289

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1** – EXPRESSÃO FUNDIÁRIA – *ESTADO DA PARAÍBA*, MESORREGIÃO DO *AGRESTE PARAIBANO* E MICRORREGIÃO DO *CURIMATAÚ OCIDENTAL* – POR EXTRATO DE ÁREA EM *NÚMERO* E *ÁREA* E, *PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA* DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, EM 1996.....89
- TABELA 2** – CONDIÇÃO DO PRODUTOR NO *ESTADO DA PARAÍBA*, NA MESORREGIÃO DO *AGRESTE PARAIBANO* E NA MICRORREGIÃO DO *CURIMATAÚ OCIDENTAL*, EM *NÚMERO* E *PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA* DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, EM 1996.....89
- TABELA 3** – POPULAÇÃO RURAL E URBANA RESIDENTE NO ESTADO, NO *AGRESTE PARAIBANO* E NO *CURIMATAÚ OCIDENTAL*, EM 1.000 HABITANTES, EM 1996 E 2007.....90
- TABELA 4** – PRODUÇÃO AGRÍCOLA – PRINCIPAIS LAVOURAS DA *PARAÍBA* DE 1940 A 1996.....92
- TABELA 5** – PRODUÇÃO AGRÍCOLA – PRINCIPAIS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS DA MESORREGIÃO DO *AGRESTE PARAIBANO*, DE 1990 A 2006.....95
- TABELA 6** – PRODUÇÃO AGRÍCOLA - PRINCIPAIS LAVORAS PERMANENTESE TEMPORÁRIAS DA MICRORREGIÃO DO *CURIMATAÚ OCIDENTAL*, DE 1990 A 2006.....96
- TABELA 7** – PRODUÇÃO PECUÁRIA, EM NÚMERO DE CABEÇAS – PRINCIPAIS REBANHOS DA *PARAÍBA* DE 1970 A 2006.....98
- TABELA 8** – PRODUÇÃO PECUÁRIA, EM NÚMERO DE CABEÇAS – PRINCIPAIS REBANHOS DA MESORREGIÃO DO *AGRESTE PARAIBANO* E MICRORREGIÃO DO *CURIMATAÚ OCIDENTAL*, DE 1990 A 2006.....101
- TABELA 9** – POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO SELECIONADO, EM COMPARAÇÃO AO ESTADO (UF), NORDESTE (NE) E BRASIL (BR) E O PERFIL DE VIDA DESSA POPULAÇÃO, EM 1991 E 2000.....167
- TABELA 10** – PERFIL EDUCACIONAL NO TERRITÓRIO SELECIONADO, EM COMPARAÇÃO AO ESTADO (UF), REGIÃO NORDESTE (NE) E BRASIL (BR), EM 1991 E 2000.....167
- TABELA 11** – DIMENSÕES DA *RENDA*, *POBREZA* E *DESIGUALDADES* NO TERRITÓRIO SELECIONADO, EM COMPARAÇÃO AO ESTADO (UF), REGIÃO NORDESTE (NE) E BRASIL (BR), EM 1991 E 2000.....168

TABELA 12 – O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) NO TERRITÓRIO SELECIONADO, EM COMPARAÇÃO AO ESTADO (UF), REGIÃO NORDESTE (NE) E BRASIL (BR), EM 1991 E 2000.....	169
TABELA 13 – O PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NO TERRITÓRIO SELECIONADO, EM COMPARAÇÃO AO ESTADO (UF), REGIÃO NORDESTE (NE) E BRASIL (BR), EM 1991 E 2003.....	169
TABELA 14 – PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS PRODUZIDOS NO TERRITÓRIO SELECIONADO, EM TONELADAS E O VALOR EM REAIS, EM 2003.....	170
TABELA 15 – PRINCIPAIS REBANHOS, EM NÚMERO DE CABEÇAS E PRODUTOS DA PECUÁRIA E SUA EVOLUÇÃO NO TERRITÓRIO SELECIONADO, EM 1996 E 2006.....	171
TABELA 16 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO TERRITÓRIO SELECIONADO, POR EXTRATO DE ÁREA EM NÚMERO E ÁREA E PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, EM 1995/96.....	171
TABELA 17 – CONDIÇÃO DO PRODUTOR POR <i>ESTABELECIMENTO</i> E <i>ÁREA</i> NO TERRITÓRIO SELECIONADO, 1995/96.....	172
TABELA 18 – CRÉDITO PRONAF PARA INVESTIMENTO E CUSTEIO, EM <i>NÚMERO DE CONTRATOS</i> , <i>PERCENTUAL</i> , <i>MONTANTE EM R\$</i> EM COMPARAÇÃO AO ESTADO (UF), ENTRE 2000 E 2004.....	173
TABELA 19 – SÍNTESE DA COLETA DE DADOS – <i>NÚMERO</i> E O <i>PERCENTUAL</i> DE <i>ENTREVISTAS</i> , EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE <i>FAMÍLIAS</i> NOS “SÍTIOS” PESQUISADOS.....	187
TABELA 20 – COMPOSIÇÃO E PERFIL OCUPACIONAL EM <i>NÚMERO DE PESSOAS</i> E <i>PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA</i> NAS UNIDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES DOS “SÍTIOS” PESQUISADOS.....	198
TABELA 21 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA VOLTADA PARA O <i>CONSUMO PRÓPRIO</i> E/OU <i>COMERCIALIZAÇÃO</i> EM <i>NÚMERO</i> E <i>PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA</i> DE UNIDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES.....	200
TABELA 22 – PRODUÇÃO PECUÁRIA VOLTADA PARA O <i>CONSUMO PRÓPRIO</i> E/OU <i>COMERCIALIZAÇÃO</i> EM <i>NÚMERO</i> E <i>PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA</i> DE UNIDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES.....	200
TABELA 23 – EVOLUÇÃO DA <i>RENDA MÉDIA MENSAL</i> DA <i>PRODUÇÃO E TOTAL</i> DAS FAMÍLIAS, POR EXTRATO EM <i>REAL</i> E <i>PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA</i> , NAS UNIDADES AGRÍCOLAS FAMILIARES DO TERRITÓRIO PESQUISADO.....	206

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – ESQUEMA SOBRE O MODO DE AÇÃO PÚBLICA DO CTE.....	37
FIGURA 2 – ORGANOGRAMA SOBRE AS FUNÇÕES DA AGRICULTURA, 2001.....	44
FIGURA 3 – MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA, ATIVIDADES RURAIS E TERRITÓRIO.....	61
MAPA 1 – MAPA DO ESTADO DA PARAÍBA, DESTACANDO AS MESORREGIÕES.....	78
QUADRO 1 – DADOS PLUVIOMÉTRICOS MUNICIPAIS, NO PERÍODO ENTRE 1911 E 1967.....	79
MAPA 2 – MAPA DA MESORREGIÃO DO AGRESTE PARAIBANO COM SUAS MICRORREGIÕES, DESTACANDO A DO <i>CURIMATAÚ OCIDENTAL</i>	81
QUADRO 2 – QUANTIDADE EXPORTADA, EM ARROBAS, DE AÇÚCAR E ALGODÃO PELA PARAÍBA DE 1835 A 1862.....	85
QUADRO 3 – TECNOLOGIAS HÍDRICAS ALTERNATIVAS DE CAPITAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA DA CHUVA PARA ABASTECIMENTO FAMILIAR NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.....	124
QUADRO 4 – TECNOLOGIAS HÍDRICAS ALTERNATIVAS DE CAPITAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA DA CHUVA PARA PRODUÇÃO APROPRIADA NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.....	125
MAPA 3 – LOCALIZAÇÃO DOS “SÍTIOS” PESQUISADOS NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO (TERRITÓRIO) DO <i>CURIMATAÚ OCIDENTAL</i>	189
GRÁFICO 1 – PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS POR ESTRATO DE ÁREA EM HECTARE.....	191
GRAFICO 2 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE AUTOCONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO.....	194
FOTO 1 – FEIRA SEMANAL DE POCINHOS.....	197
FOTO 2 – ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NOS “SÍTIOS” DO TERRITÓRIO.....	203
GRÁFICO 3 – OUTRAS FONTES DE RECEITA FAMILIAR.....	205
GRÁFICO 4 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DESTINO DOS <i>DEJETOS HUMANOS E ANIMAIS</i>	212

FOTO 3 – SISTEMAS E ESTRUTURAS NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS RELACIONADAS AOS RECURSOS NATURAIS E AO MEIO AMBIENTE.....	214
GRÁFICO 5 – ATUAIS <i>CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DE VIDA</i> DOS AGRICULTORES COMPARADA A DE SEUS PAIS.....	216
QUADRO 5 – PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA DA COMUNIDADE E DO MUNICÍPIO.....	220
FOTO 4 – RELAÇÕES COM O TERRITÓRIO E A PAISAGEM RURAL.....	225

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ASA** – Articulação do Semi-Árido
- APL** – **Arranjos Produtivos Locais**
- BNB** – Banco do Nordeste do Brasil
- BSC** – Banco de Sementes Comunitários
- Bsw* – Clima árido ou semi-árido, com chuvas no inverno e quente
- CAD** – *Contrats d’Agriculture Durable*
- CAMPOL** – Cooperativa Agropecuária Mista de Pocinhos
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCA** – Centro de Ciências Agrárias/UFSC
- CDD** – Convenção da das Nações Unidas de Combate à Desertificação
- CEDR* – *Comité Européen de Droit Rural*
- CEDRUS** – Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável/UFSCG
- CEE** – Comunidade Econômica Européia
- CEMAGREF* – *Centre National du Machinisme Agricole, du Génie Rural, des Eaux et des Forêts*
- CDOA* – *Comission Départementale d’Orientação Agricole*
- CH** – Centro de Humanidades
- CIRAD* – *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement*
- CMDRS** – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CMMA** – Conselho Municipal de Meio Ambiente
- CMMAD** – Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNP* – *Confédération Nationale Paysanne*
- CNJA* – *Centre National des Jeunes Agriculteurs*
- CNPq** – Conselho Científico e Tecnológico
- CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- COAGR** – Coordenação do Programa de Pesquisas em Agropecuária e Agronegócio
- CODENO** – Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
- COPA* – *Comité des Organisations Professionnelles Agricoles de l’Union Européenne*
- CPDA** – Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola e Sociedade
- CTE* – *Contrats Territoriaux d’Exploitation*
- DNOCS** – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

EMATER-PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

Emepa – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

FAO – *Food and Agricultural Organization*

FNSEA – *Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles*

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IICA – *Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura*

INA-PG – *Institut National Agronomique de Paris Grignon* (atual *AgroParisTech*)

INRA – *Institut National de Recherche Agronomique*

INSA – Instituto Nacional do Semi-árido

INSTITUTO CEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

IOCS – Inspeção de Obras Contra as Secas

LADYSS – *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces*

LEADER – *Liaison Entre les Actions de Développement de l'Economie Rurale*

LOA – *Loi d'Orientation Agricole*

MAE – *Mesures Agri Environnementales*

MAP – *Ministère de l'Agriculture et de la Pêche*

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MODEF – *Confédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Familiaux*

NEAD – Núcleo de Estudos de Agricultura e Desenvolvimento

OCDE – *Organisation de Coopération et du Développement Économique*

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

P1MC – Programa um Milhão de Cisternas Rurais

PAC – *Politique Agricole Commune*

PAM – Produção Agrícola Municipal

PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Adequada as Comunidades

PEA – População Economicamente Ativa

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

PDRN – *Plan de Développement Rural National*

PGA – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFCG

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFPB/UFCG

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PSF – Programa de Saúde da Família

PDSTR – Programa de Desenvolvimento Sustentável Territorial Rural

RTS – Rede de Tecnologias Sociais

SDT – Secretaria do Desenvolvimento Agrário

STAR – (*Comité des*) *Structures Agricoles et du Développement Rural*

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

UE – União Européia

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFRGS-PGDR – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural)

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UPX – *Université Paris Ouest Nanterre – La Défense* (ex-Paris X)

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	290
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO – FAMÍLIAS RURAIS.....	294
ANEXO 3 – <i>LES ENJEUX ET LES OBJECTIFS DES CTE</i>	304
ANEXO 4 – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS JUNTO AOS GESTORES LOCAIS.....	305
ANEXO 5 – MAPA DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.....	307
ANEXO 6 – DECLARAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.....	308
ANEXO 7 – <i>ATTESTATION DU LADYSS</i>	314

RESUMO

A *multifuncionalidade da agricultura* pauta-se na compreensão de que a mesma, além de produzir alimentos e fibras, desempenha outras funções de fundamental importância na dinâmica de desenvolvimento rural. Este entendimento amplia o campo das funções socioeconômicas atribuídas à agricultura, deixando de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Então, partindo do pressuposto que as dinâmicas produtivas e sócio-culturais decorrem de *relações sociais* próprias da agricultura, marcadas por inúmeras *representações* relacionadas à *convivência* com a semi-áridéz, utilizou-se como ferramenta analítica a noção de *multifuncionalidade*, para demonstrar a importância sociológica das *múltiplas funções da agricultura familiar camponesa* no contexto do semi-árido. Dessa maneira, permitiu analisar as diferentes funções e atividades exercidas pelas famílias de camponeses, enquanto características intrínsecas e necessárias aos estabelecimentos familiares, e enquanto funções essencialmente diferentes das funções econômicas produtivas, através da interação entre famílias e o meio-ambiente em sua dinâmica própria de reprodução social, considerando os diversos “modos de vida” das famílias na sua integridade. Metodologicamente a pesquisa esteve centrada nas *famílias camponesas*, valendo-se de questionários semi-estruturados, aplicados em uma amostragem de oito “sítios” de quatro municípios do *Curimataú Ocidental – Agreste Paraibano* e em seus *territórios*, com base em informações secundárias e em entrevistas com ‘atores sociais’ locais, no sentido de apontar que essa *diversidade* de atividades é ‘produtora’ de externalidades positivas de sustentabilidade ambiental. Os resultados ratificam pesquisas anteriores de que a agricultura perde a exclusividade do seu caráter produtivo e econômico, assumindo cada vez mais o caráter de um espaço de vida, ‘produtor’ de externalidades e bens públicos. Também confirmam a hipótese, de que a demonstração das *múltiplas funções da agricultura* poderá apontar diretrizes para uma política agrícola, desde que específica às condições estudadas. Além disso, dadas as práticas de *convivência* com a semi-aridez (Barragens subterrâneas, tanques de pedra, cisternas de placas, etc.), confirmam parcialmente a segunda hipótese, de que as *múltiplas funções* contemplam, além da qualidade de vida, ações de Desenvolvimento Territorial Sustentável, devido a persistente desarticulação nas ações dos gestores públicos locais junto aos agricultores; Tampouco esses agricultores, visualizam os múltiplos papéis que cumprem ou são capazes de cumprir, enquanto ‘atores’ desse rural distinto e diversificado. Contudo, há elementos que apontam na direção de um papel de coesão social, que a agricultura e/ou as atividades a ela ligadas podem propiciar, a exemplo da pluriatividade, da produção agropastoril (milho, feijão e caprinos) voltada para o autoconsumo e da política pública do PRONAF, este último confluindo na construção de um processo coletivo de organização dos agricultores.

Palavras-chave: multifuncionalidade; desenvolvimento territorial; agricultura camponesa; *convivência* com a semi-aridez; práticas sócio-culturais e ambientais, recursos naturais; agroecossistemas.

ABSTRACT

The multifunctionality of agriculture is based on the comprehension that it, besides producing foods and fibers, plays other functions of fundamental importance in the dynamic of agricultural development. This understanding enlarges the socioeconomic functions field attributed to agriculture, not being understood only as an agricultural goods producer. So, assuming that the productive and socio-cultural dynamics are result of agriculture social relations, marked by numerous representations related to “*coping*” with the semi-aridness, it was used as an analytical tool the concept of multifunctionality, to demonstrate sociological importance of the multiple functions of *peasant* family agriculture in the context of semi-arid. In this way, it was allowed to analyze the different functions and activities done by the peasant families, while intrinsic characteristics and the ones necessary to the familiar establishments, and while essentially different functions from productive economic functions, through the interaction between families and environment in its proper dynamics of social reproduction, considering the diverse “ways of life” of the families in its integrity. Methodologically, the research was centered in *peasant families*, using semi-structuralized questionnaires, applied in a sample of eight “small farms” in four cities from *Curimataú Ocidental – Agreste Paraibano* and in its *territories*, based on secondary information and on interviews with ‘local social actors’, in order to point that that *diversity of activities is* ‘producer’ of positive externalities of environment sustainability. The results ratify previous researches that agriculture loses the exclusiveness of its productive and economic character, assuming each time more the character of a space of life ‘producer’ of externalities and public goods. They also confirm the hypothesis that the demonstration of *multiple functions of* agriculture will be able to point guide lines to agricultural politics, since the studied conditions are specified. Moreover, given the practical coexistence “*coping*” with semi-aridness (underground barrages, tanks of stone, watering holes of plates, etc.), they partially confirm the second hypothesis, that *multiple functions* contemplate, even the quality of life, actions of Sustainable Territorial Development, due to the persistent disarticulation in the actions of the local public managers together with the farmers; Neither these farmers visualize the multiple roles that fulfill or are able to fulfill, while ‘actors’ of this distinct and diversified agriculture. However, there are elements that point in the direction of a role of social cohesion, that agriculture and/or activities linked to it can propitiate, as the example of pluriactivity, of farming production (maize, beans and goats) towards the auto consumption and of public politics of PRONAF, this last converging in the construction of a collective process of organization of farmers.

keywords: multifunctionality; territorial development; peasant agriculture; *coping* with the semi-aridness; socio-cultural and environmental practices; natural resources; agro ecosystems.

RÉSUMÉ

La *multifonctionnalité de l'agriculture* s'aligne dans la compréhension dont la même, outre produire des aliments et des fibres, réalise des autres fonctions importantes dans la dynamique du développement rural. Cette compréhension augmente le champ des fonctions socioéconomiques attribuées à l'agriculture, en quittant d'être compris seulement comme productrice de biens agricoles. Alors, en partant de la présupposition que les dynamiques productives et socioculturelles qui résultent de *relations sociales* propres de l'agriculture, marquées par innombrables *représentations* rapportées à *convivialité* avec la semi aridité, s'est utilisé comme outil analytique la notion de *multifonctionnalité*, pour démontrer l'importance sociologique de *multiplés fonctions de l'agriculture familial paysanne* dans le contexte du semi-aride. De cette manière, elle a permis d'analyser les différentes fonctions et les activités exercées par les familles de paysans, tandis que caractéristiques intrinsèques et nécessaires aux établissements familiaux, et tandis que fonctions essentiellement différentes des fonctions économiques productives, à travers l'interaction entre des familles et l'environnement dans sa dynamique propre de reproduction sociale, en considérant les diverses «manières de vie» des familles à la sa intégrité. Méthodologiquement la recherche a été centrée dans les *familles paysannes*, en utilisant des questionnaires demi structurés, appliqués à un échantillonnage des huit «sítios» de quatre villes du *Curimataú Ocidental – Agreste Paraibano* et dans leurs *territoires*, sur base d'informations secondaires et dans entretiens avec des 'acteurs sociaux' lieux, afin d'indiquer que celui-là *diversité d'activités* c'est 'productrice' d'externalités positives de développement durable. Les résultats ratifient des recherches précédentes dont l'agriculture perd l'exclusivité de son caractère productif et économique, en prenant de plus en plus le caractère d'un espace de vie, 'producteur' d'externalités et de biens publics. Ils aussi confirment la hypothèse, dont la démonstration de *multiplés fonctions de l'agriculture* pourra indiquer des directives pour une politique agricole, depuis que spécifique aux conditions étudiées. En outre, considérées les pratiques de *convivialité* avec semi aridité (Barrages souterrains, lavoir de roche, citernes de plaques, etc.), ils confirment partiellement la deuxième hypothèse, dont *multiplés fonctions* bénéficient, outre la qualité de vie, des actions de Développement Territorial Durable, dû à la persistante manque d'articulation parmi les actions des administrateurs publics locaux ensemble aux agriculteurs; Non plus ces agriculteurs, en distinguent les multiples fonctions qui accomplissent ou sont capables d'accomplir, comme des 'acteurs' de ce rural distinct et diversifié. Néanmoins, il y a des éléments qui indiquent la direction d'un rôle de cohésion sociale, que l'agriculture et/ou les activités à elle liées peuvent offrir, à exemple de la pluriactivité, de la production agro-alimentaire (du maïs, de haricot et de chevreaux) tournée pour l'autoconsommation et la politique publique du PRONAF, ce dernier en confluant avec la construction d'un processus collectif d'organisation des agriculteurs.

Mots Clé: multifonctionnalité; développement territorial; l'agriculture paysanne; *convivialité* avec semi aridité; pratiques socioculturelles et environnementales; ressources naturelles; agroécosystèmes.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar camponesa tem sido, desde o surgimento das ciências sociais, objeto de interesse dos antropólogos e sociólogos. Chamava-lhes a atenção, de um lado, a particularidade e a diversidade das “sociedades camponesas” num mundo industrializado; de outro, formas genuínas de sociabilidade, que não apenas resistiam a formas societais impostas pelo sistema sócio-econômico – o capitalismo – em expansão, mas também compunham relações alternativas ao sistema do assalariamento, desafiando as análises que previam o avanço da força uniformizadora da sociedade capitalista. Essa produção acadêmica tem sido particularmente importante em regiões de industrialização tardia, como o Leste Europeu e a América Latina. Mas também nos países mais industrializados, crises do modelo empresarial deram lugar ao renascimento, senão de uma agricultura camponesa tradicional, a sistemas agrícolas fortemente apoiados na família como unidade de consumo e de produção.

No Brasil, particularmente, no Centro-Sul e no Nordeste, desenvolveu-se um proto-campesinato, seja nos interstícios das grandes propriedades rurais, como fornecedora de alimentos, seja na sua periferia, ou mesmo no seu interior, como alternativa de reserva de mão-de-obra ou como produtores de produtos de subsistência. Recentemente, apesar da expansão da grande empresa rural capitalista, a *agricultura familiar* aparece tanto como responsável por uma parcela significativa da produção nacional de produtos de origem agrária, quanto responsável pelo emprego rural, que mantém no campo parte significativa da população economicamente ativa.

Em especial na região semi-árida, o modo de exploração *agrícola familiar* tem dado uma significativa contribuição à economia rural do Nordeste, pois este segmento representa 88,3% dos estabelecimentos rurais do Nordeste (DINIZ & DUQUÉ, 2002). Nesse sentido, estudos de Andrade (1998) dão conta de que a *agricultura familiar* é responsável pela produção da maioria dos alimentos. Ela foi igualmente mantenedora dos produtos alimentares à subsistência dos “moradores”, trabalhadores da lavoura canavieira no período áureo dos engenhos. Porém, tem sido vista de um modo muito restrito, pois, na maioria das abordagens, é tratada apenas como um modo familiar de exploração, isto é, como uma unidade de produção de bens de origem animal ou vegetal, e não como um *locus* social de inúmeras possibilidades (VEIGA, 2001).

A produção acadêmica analítica da agricultura familiar destacou, por um lado, a pequena agricultura familiar (final dos anos 70, início dos anos 80 do século passado), ainda presa à idéia da *diferenciação do campesinato* como processo inexorável da proletarização da população rural, literatura que tomou muito as características do levantamento das categorias de agricultores familiares surgidas no Brasil. Assim, foram realizados estudos sobre os posseiros, parceiros, arrendatários em suas diversas formas que, numa perspectiva diferenciada, trataram da luta pelos direitos entre os moradores na Zona da Mata e do Agreste no Nordeste (cf. PALMEIRA, 1977; SIGAUD, 1979).

Depois vieram os estudos da pequena produção familiar, passos anteriores aos estudos sobre sua viabilidade. Alguns, ainda que tenham dado ênfase às questões ambientais e ao surgimento da perspectiva orgânica e ecológica da agricultura, não deixaram de privilegiar a perspectiva econômica de análise (cf. ALMEIDA & NAVARRO, 1998; FERREIRA & BRANDERBURG, 1998). Outros, porém, apontaram a viabilidade e a sustentabilidade da *agricultura familiar*, sobretudo na região semi-árida, incorporando aos objetivos produtivos elementos como a dignidade e a qualidade de vida dos camponeses (cf. DINIZ, MALAGODI & DUQUÉ, 2000; SABOURIN, DUQUÉ & MALAGODI, 2001; MALAGODI & QUIRINO, 2002; DUQUÉ & COSTA, 2002; PEREIRA & DUQUÉ, 2002).

Por outro lado, mesmo que a Revolução Industrial ancorada no sistema capitalista de produção tenha gerado o falso imaginário de que as condições de produção dependem, exclusivamente, do binômio capital e trabalho assalariado, o certo é que a produção, de um modo geral, e a produção agrária, muito mais ainda, apresentam uma enorme *descontinuidade* e *especificidade*, com muitas diferenciações sócio-econômicas. É o caso da região Semi-árida do Nordeste. Referimo-nos respectivamente aos ciclos econômicos (cana-de-açúcar, algodão e

sisal) e todo o processo de sujeição das forças de produção (cf. BURSZTYN, 1984; GARCIA JR, 1989; MOREIRA & TARGINO, 1997; ANDRADE 1998).

Como explicar isso? Como entender que a produção comercializada é apenas uma parte da produção deste camponês do *Curimataú Ocidental*, que pressupõe na verdade uma variedade muito rica de atividades econômicas e não econômicas? Ou, ainda, como contextualizar esse conjunto de atividades não econômicas, o qual poderia ser denominado de multifuncionalidade, relacionada ao modo de vida rural (camponês)?

Assim, a vida do homem no Nordeste, particularmente nas duras condições semi-áridas do Curimataú Paraibano, pressupõe um conjunto amplo de atividades que compõe um *continuum* de características essenciais à existência humana, relacionadas com o meio físico – a terra – e seus recursos naturais: recursos hídricos, flora e fauna. Para isso, o homem criou na região seus sistemas agropastoris, os quais lhe permitem a reprodução da família e de sua cultura material e imaterial, a produção de parte de seus instrumentos de trabalho e *meios de produção*, assim como a parte folclórica: danças, músicas, lendas, folguedos, etc.

É importante, também, esclarecer que não estamos diante de um processo amorfo, pautado num fluxo de interações *ser humano – natureza*, que envolvesse, simplesmente, ações de *inserção* e *acomodação ao meio*, mas diante de um conjunto de afinidades produzidas pelas *relações sociais* de dominação, de um lado, e a busca de uma autonomia, mesmo que social e politicamente precárias, de outro. Assim, nesses espaços em que se tem podido desenvolver, o homem dessa região, em busca da autonomia, tem desenvolvido uma cultura material – sua tecnologia – que aponta, não no sentido da transformação radical da natureza ou na criação de uma “outra natureza”, como costumam dizer alguns economistas rurais, mas justamente na busca de uma adaptação ao ecossistema em que se trabalha e se vive (ALVES & MALAGODI, 2007).

Ao se focar a *agricultura familiar camponesa* não apenas como um sistema de produção agrária com função meramente econômica, mas como um sistema sócio-cultural amplo, que confere forte caráter de unidade básica de uma peculiar realidade sócio-cultural e política, pois, sendo uma organização social constituída pelas famílias rurais, que convivem com a biodiversidade tropical, propicia o desenvolvimento de ‘paisagens’ sociais e culturais próprias. Esses elementos da experiência dos camponeses adquiridos ao longo da história de ocupação do semi-árido são fundamentais para a elaboração do que hoje está sendo chamado de *convivência* com a semi-aridez, em contraposição com a ideologia do “combate” as secas, que serviram de base para a política hídrica para o Nordeste.

1- AS QUESTÕES DA PESQUISA

A princípio, na região semi-árida do Nordeste, a vida desse agricultor está constituída por um conjunto de práticas produtivas e sócio-culturais, que decorrem de seus esforços a partir de sua condição de camponês, agricultor familiar dependente dos recursos naturais da região. As atividades camponesas constituem, portanto, instrumentos e meios da própria reprodução social e cultural, num espaço que detém nova dimensão quando pensado e analisado como um território construído justamente por estes atores sociais. Mas isso só aparece desta forma quando as práticas econômicas, de produção e de comercialização, assim como as manifestações culturais são assumidas coletiva e conscientemente. Isso ocorre quando surge um movimento social que catalisa essas práticas e esses sistemas agropastoris, tornando-se elemento propulsor de programas de desenvolvimento rural a partir da base.

Este é o quadro que se tem quando se visita um encontro de agricultores mobilizados, por exemplo, pela Articulação do Semi-Árido (ASA). Observa-se aí a integração do princípio da conservação dos recursos naturais com as práticas alternativas de produção e obtenção de insumos, como barragens subterrâneas, cisternas de placas, preservação das sementes das variedades locais, de raças de animais adaptados à região, produtos extrativistas da *caatinga*, além do artesanato regional. Também ações de articulação territorial, desenvolvidas a partir dos sindicatos dos trabalhadores rurais, em parceria com Organizações Não-Governamentais e instituições de pesquisa. Estas práticas reforçam o paradigma da organização da produção e das políticas públicas numa perspectiva teórica da *convivência* com o semi-árido. Elas também evidenciam as *diversas funções* sócio-culturais e ambientais que a agricultura familiar camponesa é capaz de desempenhar.

Tendo isso como pressuposto, a proposta de construir o objeto de estudo, começou bem antes de conhecer os diversos trabalhos sobre as ruralidades sociais da região semi-árida, desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa sobre Agricultura Familiar (GPAF) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)¹. Assim, a grande preocupação era, não só aprofundar a temática da *multifuncionalidade agrícola*, desenvolvida no Mestrado, mas dar um diferenciado rumo às discussões, até então realizadas sobre o tema no Brasil. Isto é, compreender sociologicamente outras dinâmicas da vida familiar camponesa, além daquelas relacionadas à produção de bens mercantis.

¹ Que a partir de outubro de 2006, desmembrou-se da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), passando a denominação de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFCG.

Tal preocupação partiu, portanto, de questionamentos que eram levantados acerca do viés economicista que centralizava a maioria das pesquisas sobre os diversos papéis que a agricultura é chamada a desempenhar. Além disso, preliminar a vinculação ao ambiente acadêmico da UFCG, a orientação levantou inúmeras vezes algumas questões, as quais vieram reforçar as preocupações. Entre estas questões cito: mesmo que os estudos busquem aprofundar questões sócio-culturais e ambientais na agricultura, por que sempre acabam ‘desembocando’ no viés econômico? Por que temas como meio ambiente e agroecologia, no âmbito da agricultura familiar, precisam ter o ‘ingrediente’ econômico para sua viabilidade?

Outra demanda instigante foi a necessidade de melhor compreender esse ‘mundo rural’ da semi-áridéz, até então desconhecido do pesquisador, marcado por inúmeras *representações sociais*. Na verdade, um ambiente ainda em processo de aprendizagem, muito diferente daquele vivenciado no Centro-Sul do país, dotado por outra dinâmica sócio-ambiental. Enquanto lá, as atividades construídas numa outra lógica, formam-se a partir de projetos europeus, desenvolvidos por agricultores que vivenciaram a Revolução Industrial, os conflitos agrários e as guerras de unificação, peculiarizando o enfoque das pesquisas que, a partir de 2001 se desenvolvem sobre o caráter multifuncional da agricultura²; Por aqui, pouco se tem de aprofundamento empírico sobre essa temática da multifuncionalidade da agricultura. Precisava, pois, verificar-se essa questão na região semi-árida. Desse modo, são as pesquisas sobre os espaços rurais, no âmbito das ciências sociais, ambientais e do desenvolvimento sustentável, que propiciam a compreensão de territórios com distintas especificidades, dotados de múltiplas dinâmicas produtivas e sócio-culturais.

Portanto, o que se propõe é que as dinâmicas produtivas e sócio-culturais sejam consideradas como decorrentes das *relações sociais* – relações próprias da agricultura familiar no Nordeste – as quais, associadas às condições de vida dos camponeses, produzem externalidades positivas de sustentabilidade ambiental e coesão territorial. Ao mesmo tempo, esta pesquisa se insere e propõe ser uma contribuição ao debate da multifuncionalidade enquanto ferramenta analítica das *múltiplas funções da agricultura familiar camponesa*. Isto significa, portanto, trazer ao centro da análise a própria reprodução da família camponesa, produtora de vida social e de cultura em um meio hostil e em um ecossistema frágil, como é o caso do semi-árido no Brasil, marcado pela presença de uma economia rural de modo familiar.

² Ver em Maluf 2001, 2002; Carneiro, 2002, 2002a; Cazella & Mattei, 2002; Cazella & Alves, 2003; Schmidt, 2003; Cazella, 2003; Alves, 2004.

A necessidade, por conseguinte, de buscar um "novo enfoque" sobre a agricultura familiar permitiu-nos analisar a **interação entre famílias e a relação com o meio-ambiente em sua dinâmica própria de reprodução social**, considerando os diversos “modos de vida” das famílias na sua integridade. Desta maneira, entende-se que a mesma desempenha *outras funções* de fundamental importância para o processo de sustentabilidade³ das famílias camponesas. Essas outras funções, muitas de natureza não econômica, como o modo de vida familiar, a produção de uma cultura local, rica em valores próprios, além da “produção” de paisagens diversificadas e marcadas pela biodiversidade.

Nesse entendimento, as funções econômica e social, respectivamente, representadas pela produção de alimentos e pela geração de empregos, ambas remuneradas pelo mercado e reguladas pelas políticas públicas tradicionais, podem ser acrescidas, numa visão multifuncional da agricultura, pelas funções sociocultural, ambiental e territorial, marcadas respectivamente, de um lado pelos “subprodutos” sociais e culturais da família camponesa: a educação profissional dos filhos, a transmissão da cultura popular (culinária, festejos, danças, cerimônias, etc.); de outro, a preservação dos recursos naturais, paisagem rural e desenvolvimento local, que implicam a renovação dos recursos naturais, a recomposição e manutenção das paisagens e a ocupação territorial, de forma integrada à economia local, independentemente de suas relações externas com o mercado.

Se na União Européia, a partir de 1999, as *múltiplas funções* da agricultura já eram apontadas como uma política alternativa de desenvolvimento agrícola e rural; no Brasil, embora em tímidos ensaios, segundo Maluf (2001a), o tema passou a merecer especial atenção, principalmente, porque oportunizaria recolocar os termos em que a agricultura se insere na problemática do desenvolvimento rural. Além disso, o estudo permite contribuir para exames desta temática, avançando além das fronteiras conceituais, demonstrando sua pertinência científica, quando passa a ser debatido no Brasil e, em especial, em trabalhos desenvolvidos no Nordeste, enquanto produção acadêmica aplicável em “*projetos de gestão e desenvolvimento econômico e social do meio rural*” (TONNEAU, 1997; 2002). Portanto, é estratégico, sobretudo em relação à região Nordeste, marcada pela presença de uma economia rural de modo familiar.

³ De um modo geral, refere-se à forma de uso e ao modo de gestão e dos recursos naturais disponíveis pelos grupos humanos. Para Becker (1999), sustentabilidade no contexto das transformações recentes do processo de desenvolvimento, são aquelas que seguem uma lógica e uma dinâmica ditada pela racionalidade econômica. Sustentabilidade, desta forma, entra como discurso cimentador e legitimador de toda uma ação racionalizadora do uso dos recursos, sejam naturais, humanos ou culturais.

O tema ganha destaque, sobretudo, por conta da importância do debate sobre a segurança alimentar, o enfretamento da pobreza, a luta pela efetivação da cidadania, além do reconhecimento do papel da cultura camponesa marcada por muitas simbologias decorrentes de inúmeras representações sociais relacionadas à **convivência com o ambiente de semi-áridez**. Por outro lado, ainda que o debate sobre as *múltiplas funções da agricultura* tenha acumulado uma considerável produção acadêmica na última década, pouco ainda se conhece dos efeitos analíticos que esta forma de olhar a agricultura familiar pode ter para os estudos rurais, principalmente quando se concerne ao debate do desenvolvimento rural a questão territorial com todas as suas especificidades. Isto implica trazer para esse campo de estudo o debate sobre o meio ambiente e sobre a própria reprodução da família camponesa. Nesta medida, amplia-se o leque de questões abordadas na academia, que trata do rural e abre novos horizontes no sentido de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades coletivas do camponês, na perspectiva de que a agricultura familiar permita revelar uma identidade e uma interação social dos agricultores.

Assim, quando se propôs demonstrar sociologicamente a tese da importância das *diversas funções da agricultura familiar*, nas condições do semi-árido, tomando como exemplo a mesorregião do Agreste Paraibano, pautou-se no objetivo de **analisar as diferentes funções e atividades exercidas pelo conjunto das famílias de camponeses enquanto características intrínsecas e necessárias às unidades agrícolas familiares, e enquanto funções essencialmente diferentes das funções econômicas produtivas**. Isso propicia evidenciar a especificidade destas *outras funções* e sua importância para o Desenvolvimento da região, a exemplo das que ocorrem na França e das que possam estar sendo representadas noutras regiões do Brasil⁴.

O desdobramento desse objetivo, apontou-nos a necessidade de: i) Levantar os sistemas agrícolas camponeses no semi-árido, tomando como área de estudo o *Agreste Paraibano*; ii) Caracterizar e contextualizar estas diferentes funções/atividades praticadas pelas famílias camponesas; iii) Avaliar a capacidade dos agricultores na compreensão dos múltiplos papéis que a agricultura é capaz de desempenhar no processo de ocupação territorial, indicadoras de uma inserção social e reintegração a economia local; e, iv) Perceber o papel de coesão social que a agricultura familiar desempenha, para as famílias camponesas e para o conjunto da sociedade.

⁴ Noutro viés, o autor da presente tese desenvolveu um primeiro ensaio acadêmico sobre as múltiplas funções da agricultura, através de dissertação de mestrado em Agroecossistemas – PPGA/UFSC, com o título: “**O caráter multifuncional da agricultura: um estudo de caso no município de Rio do Sul – Alto vale do Itajaí-SC**”.

Por isso, partiu-se das hipóteses de que:

- 1- A demonstração das *múltiplas funções* da *agricultura familiar camponesa* poderá apontar diretrizes para uma política agrícola que dê credibilidade aos benefícios, especialmente sociais e culturais aos agricultores;
- 2- Estas *múltiplas funções* ainda poderão estar contemplando, além da qualidade de vida, ações de desenvolvimento territorial sustentável, balizadas num conjunto de atitudes de cunho solidário, com base nas tradições e culturas de convivência dos camponeses com o semi-árido capaz de garantir a coesão social.

2- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estabelecimento dos fundamentos filosóficos de uma ciência é tarefa que começa com a investigação científica. Já a epistemologia procura compreender como se dá a relação entre o “sujeito” e o “objeto”, voltada à construção do conhecimento, apontando o tipo de método científico mais adequado (SELL, 2002, p. 41-42). Partindo desse pressuposto, esta pesquisa aparece como estudo das institucionalidades que correspondem na vida social, e das relações vivenciadas entre as *funções* e a *estrutura* existente. Busca-se identificar as *múltiplas funções* da agricultura e de todas aquelas atividades ligadas ao prolongamento do ato de produzir (venda direta dos produtos) ou que tenham por suporte o estabelecimento agrícola (o agroturismo). Portanto, o arcabouço materializado de todos os fenômenos, coisas, objetos e sistemas, de uma realidade empírica, manifestam grande quantidade de *relações e ligações* com a *estrutura* socioeconômica, cultural e ambiental das famílias camponesas.

Sendo a metodologia de análise o conjunto de procedimentos utilizados pela ciência para explicar determinados fenômenos [sociais], cabe aqui ter-se critérios metodológicos para entender a realidade pesquisada. Por vezes, identificado o objeto de estudo, inicia-se a tarefa de saber como explicar cientificamente o conjunto da realidade que lhe foi determinado⁵. Porém, sem ter uma receita pronta e teleológica para discernir o que está posto enquanto objeto, tampouco uma opção unívoca por determinada categoria analítica ou modelo teórico, escolheu-se, conceitos que privilegiassem aspectos conscienciais e subjetivos dos atores (percepções, processos de conscientização, de compreensão do contexto cultural, de relevâncias dos fenômenos pelos significados que eles têm para o sujeito, etc.), (TRIVIÑOS, 1987). Metodologicamente, a pesquisa, descritiva e de caráter qualitativo, desenvolveu-se de

⁵ SELL, *op. cit.*, p. 45.

forma subjetivo-compreensivista a fim de compreender e analisar essa realidade social da semi-áridéz. Portanto, esta pesquisa se centra num estudo das **famílias** e seus **territórios**.

Deste modo, em lugar da agricultura *stricto sensu*, a unidade de observação elementar foi a unidade familiar, que se reproduz em regime de economia familiar (produção, reprodução e consumo) e desenvolve processos biológicos diversos sobre um pedaço de terra, atividades estas com diferentes significados sociais e conteúdos culturais, bem como peso econômico diferenciado para sua reprodução. Considerou-se, ademais, a unidade agrícola familiar como uma unidade social e não apenas uma unidade produtiva; assume-se que ela esteja ‘situada’ num território com determinadas características sócio-econômicas, culturais e ambientais.

Assim sendo, a ênfase desta pesquisa, que teve como centro a *agricultura familiar camponesa*, foi a de considerar, em toda sua plenitude, os “modos de vida” das famílias camponesas, que incluem a produção da sua cultura e de sua vida comunitária. Por isso, um primeiro desafio metodológico foi o de fazer aparecer o ponto de vista dos camponeses e as idéias que os levam à construção social de múltiplas práticas, a saber: a) *práticas sociais* (mutirões, relações de compadrio, mecanismos diversos de ajuda mútua); b) *práticas culturais* (festejos, costumes com efeitos educacionais, danças, estórias); e, c) *práticas ambientalistas* (formas tradicionais de manejo das atividades agropecuárias e de conservação das matas).

A partir desse entendimento, tornaram-se visíveis às múltiplas funções da *agricultura familiar camponesa*, contribuindo no debate que está se desenvolvendo em torno da noção de **multifuncionalidade, enquanto ferramenta de análise das múltiplas funções que a agricultura familiar camponesa é capaz de cumprir**. Assim, trabalhou-se em dois planos de análise: a) num território com base em informações secundárias e em entrevistas com atores sociais locais; e, b) com os camponeses, valendo-se de questionários.

2.1- A natureza dos dados utilizados

As informações secundárias propiciaram traçar um perfil sócio-econômico preliminar da região e dos municípios escolhidos pela amostra. Para tanto, valeu-se de dados coletados junto aos órgãos oficiais de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA). Utilizamos, também, dados de assessorias técnicas locais como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) junto aos escritórios locais e do Sistema Único de Saúde (SUS), através das Secretarias Municipais de Saúde em cada município pesquisado.

Já as entrevistas com os “atores sociais” envolvidos em trabalhos com os agricultores, norteadas por um “Roteiro de Entrevistas” (Anexo 1), serviram como balizamento prévio de algumas informações acerca do perfil rural local. Como forma de justificar também o desconhecimento prévio, por parte do pesquisador, de determinadas peculiaridades sócio-culturais locais, importantes no processo de caracterização dessas ruralidades. Nesse sentido, foram entrevistados profissionais de organizações governamentais como secretários municipais de agricultura, extensionistas rurais e não-governamentais de apoio à agricultura, a exemplo de representantes de cooperativas, de Sindicatos e de Associações de agricultores e de integrantes dos Conselhos Municipais de *Desenvolvimento Rural* (CMDR) e de *Meio Ambiente* (CMMA).

Por fim, com os agricultores das comunidades selecionadas, utilizou-se um questionário padrão, denominado “Famílias Camponesas” (Anexo 2)⁶, com que se buscaram as informações e os dados que pudessem, de fato, indicar que o ambiente agrícola é capaz de desempenhar múltiplos papéis. Para tanto, o referido questionário teve como linha os seguintes eixos temáticos: a) Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar; b) Recursos naturais e meio ambiente; c) Identidade e condições de vida e trabalho; d) Sociabilidade e manifestações culturais; e) Relações como território e a paisagem rural.

2.2- Os procedimentos

Definidos os pressupostos metodológicos, adotamos, cronologicamente, os seguintes procedimentos na execução do trabalho empírico:

- i) Levantamento de informações secundárias acerca do desenvolvimento (rural e urbano) dos municípios de Algodão de Jandaíra, Olivedos, Pocinhos e Soledade, localizados na microrregião (território) do *Curimataú Ocidental do Agreste Paraibano*;
- ii) Análise documental das políticas *territoriais*, que estão sendo implementadas pelo governo, no sentido de apontar referenciais às *múltiplas funções* que a agricultura pode apresentar no âmbito das famílias camponesas da região em estudo;
- iii) Elaboração de entrevistas semi-estruturadas com auxílio de um roteiro semi-dirigido a ser aplicado junto aos agricultores nas áreas (comunidades) definidas para a pesquisa de campo;

⁶ Com algumas alterações e adequações à realidade do semi-árido, adotou-se o questionário “*Famílias Rurais*” utilizado na pesquisa “*Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras*”. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001.

- iv) Escolha de duas comunidades rurais, com características socioeconômicas diferenciadas em cada um dos municípios pesquisados; e,
- v) Aplicação da entrevista, numa amostragem de aproximadamente 10% do conjunto das unidades agrícolas familiares das referidas comunidades, independentemente, do estatuto social e do peso das atividades de reprodução familiar.

2.3- A seleção da amostra

Os critérios adotados no processo de escolha dessas duas comunidades, em cada município, foram os seguintes: a) diversidade de atividades produtivas; b) diferença de perfis sócio-econômicos; c) equidistância da sede do município; e, d) diferente perfil identitário, razão pela qual declinou-se a escolha do *Curimataú Ocidental*, como unidade representativa desse estudo. Ou seja, uma variedade de situações, nas quais o semi-árido estivesse bem representado, atendendo inclusive um dos objetivos da pesquisa, que é o de caracterizar e contextualizar *diferentes funções e/ou atividades* praticadas pelos camponeses do semi-árido.

Para a escolha das unidades agrícolas familiares em cada comunidade, procurou-se contemplar as mais diferentes situações entre as mesmas, independente da sua frequência, ainda que com isso não se possa perceber alguma tendência sócio-econômica dominante. Além disso, a distribuição geográfica dessas unidades no interior da comunidade foi outro aspecto igualmente considerado no processo de definição da amostra. Dessa forma, distribuíram-se aleatoriamente ao longo do espaço, de cada comunidade, as unidades agrícolas familiares a serem visitadas para a realização das entrevistas. Portanto, a amostragem abrangeu desde unidades cujas atividades produtivas agrícolas eram pouco relevantes, do ponto vista econômico, até aquelas em que essas atividades são consideradas a principal ocupação do grupo familiar, inclusive em termos de renda.

3- ESTRUTURA DA TESE

Após um longo e exaustivo estudo de aprofundamento teórico acerca dessa temática sociológica⁷, acompanhado de uma pesquisa de campo, construiu-se a presente tese que buscou apontar evidências empíricas da importância metodológica e epistemológica da multifuncionalidade, enquanto ferramenta de análise do desenvolvimento rural.

⁷ Que incluiu a realização de um Estágio Doutoral de um ano, apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) do MEC, na modalidade “sandwich”, junto ao *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS)*, na *Université Paris Ouest Nanterre-La Défense (ex-Paris X)*, Nanterre, Île-de-France. (Anexo 7, p. 316)

Deste modo, o primeiro capítulo analisa o contexto histórico-conceitual da construção da noção multifuncional da agricultura, suas concepções teóricas e metodológicas. Destaca-se nesse capítulo, amparado em Émile Durkheim, Max Weber e outros autores clássicos, o deslinde conceitual de ‘função’ no contexto dos múltiplos papéis que a agricultura desempenha. Em Renato S. Maluf e Maria José Carneiro dentre outros, encontram-se também esclarecimentos sobre a dicotômica discussão entre os termos ‘agrícola’ e ‘rural’, precedente ao debate da multifuncionalidade do território e, ainda se analisa um pouco da discussão que coloca a multifuncionalidade da agricultura como ferramenta teórica de contraponto a denominada agricultura ‘moderna’ ou produtivista.

Já no segundo capítulo é descrita uma sucinta revisão daquilo que já foi estudado sobre a multifuncionalidade da agricultura no Brasil. Como referencial adotamos um conjunto de pesquisadores coordenados por Renato S. Maluf, complementados por outros engajados nessa temática da Sociologia Rural que, a partir de 2001, buscaram implementar esse debate no meio acadêmico como forma de legitimar os diferentes papéis que a agricultura familiar é capaz de desempenhar para o desenvolvimento das famílias camponesas em seus distintos territórios rurais.

Por sua vez, no terceiro capítulo apresenta-se a configuração historiográfica sobre o local estudado, a fim de se levantar as dinâmicas sócio-produtivas no semi-árido, tendo como área de estudo o *Agreste Paraibano*. Isto implica uma descrição da fisionomia espacial, destacando as atividades produtivas agropastoris responsáveis pela reprodução social das famílias camponesas. Nesse sentido, foi importante resgatar os estudos de Manuel Correia de Andrade, Emília de Rodat F. Moreira & Ivan Targino e Janete L. Rodriguez, especialmente, das duas últimas autoras que, de forma mais substancial, dedicaram seus estudos ao Semi-Árido Paraibano, em seus aspectos socioeconômicos e culturais.

O aspecto ambiental é examinado no quarto capítulo, importante indicador da relação homem-natureza. Para isso, se utilizou um conjunto de informações institucionais da SUDENE e ASA/PB, dentre outras fontes. Partimos também dos estudos de Lopes de Andrade, José O. Carvalho, Wena Galdino, Paulo C. Diniz & Ghislaine Duqué, João Suassuna e Roberto M. Silva, com a finalidade de traçar o perfil sócio-ambiental do *locus* em estudo, enquanto palco de análise e legitimação de uma dinâmica própria – a *convivência* com o semi-árido – de reprodução social das famílias camponesas.

No quinto capítulo, em face do conjunto de questões relacionadas à multifuncionalidade da agricultura, mencionadas na Introdução e capítulos anteriores, são tratadas as *relações*

sociais e as *representações sociais*, as quais exigem uma discussão mais detalhada acerca dos conceitos e concepções. Sobre as *relações sociais*, o referencial deu-se a partir dos estudos de Karl Marx e Max Weber, entre outros; sobre as *representações sociais*, ainda se amparou nos estudos de Émile Durkheim e Serge Moscovici, entre outros. Ambas as abordagens, demonstraram um conjunto de exemplos que permeiam o cotidiano desses sujeitos (agricultores) em seu ambiente de reprodução social, tendo ainda como referenciais Garcia Jr., Marcel Bursztyrn, Marianne Cohen & Ghislaine Duqué, Ivony Saraiva, e Frederico C. Neves.

No sexto capítulo é incorporada a concepção *territorial* da agricultura familiar a análise da multifuncionalidade da agricultura. Desse modo, apresenta-se uma discussão teórico-metodológica referenciada em autores como Claude Raffestin e Sérgio Schneider, entre outros, propiciando contribuição ao debate das dinâmicas de reprodução social relacionadas à *abordagem multifuncional do território*. Sobre território, especificamente, sobre o local estudado, elaborou-se uma sinopse sócio-econômica do conjunto dos quatro municípios representantes da amostragem, levantadas junto ao IBGE. Por último, uma síntese dos primeiros contatos com o local da pesquisa e a sistematização do conjunto de informações dos “atores sociais” envolvidos em trabalhos com as famílias de agricultores.

No sétimo capítulo, a pesquisa empírica, propriamente dita, apresenta a descrição do conjunto de informações obtidas junto aos agricultores familiares, através das entrevistas semi-estruturadas nas oito comunidades dos quatro municípios do território, definida como amostragem da pesquisa. Nesse sentido, o questionário “Famílias camponesas” apresenta os eixos temáticos: a) Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar; b) Recursos naturais e meio ambiente; c) Identidade e condições de vida e trabalho; d) Sociabilidade e manifestações culturais; e) Relações com o território e a paisagem rural. Busca-se caracterizar e contextualizar as diferentes *atividades praticadas* pelas famílias camponesas, indicadoras das *múltiplas funções* que a agricultura (o território) é capaz de desempenhar.

No oitavo e último capítulo, numa análise dessas *múltiplas funções*, exercidas pelo conjunto das famílias de camponeses da amostra pesquisada, avaliamos a capacidade dos agricultores de compreenderem os múltiplos papéis que a agricultura é capaz de desempenhar. Avaliamos, também, o processo de ocupação territorial voltado a perceber o papel de coesão social que a agricultura familiar desempenha, para as famílias e para o conjunto da sociedade. Ambas as questões capazes de tornarem visíveis e de contribuir para o debate acadêmico da multifuncionalidade, enquanto ferramenta de análise das *múltiplas funções* da agricultura e das próprias políticas públicas voltadas à agricultura familiar camponesa.

CAPÍTULO I

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: RETÓRICA OU FERRAMENTA DE ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO RURAL?

1-Introdução

A discussão em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura que, a partir dos debates europeus bateu às portas da academia brasileira, pôs inicialmente em pauta uma relevante reflexão concomitante a uma permanente dúvida: não será esta mais uma retórica acadêmica advinda da dominação sócio-cultural e econômica do hemisfério Norte sobre o Sul? Ou será uma proposta viável em torno do debate sobre o desenvolvimento rural, que precisamos conhecer e apreender?

Técnicos e pesquisadores, principalmente, aqueles ligados às questões sócio-econômicas do meio rural, têm procurado compreender melhor e abrir um debate em torno do tema, como um meio adequado para agregar às outras dimensões da agricultura (social, cultural, ambiental e territorial), através do uso da noção da multifuncionalidade da agricultura. Para mostrar isso, foi elaborado este primeiro capítulo, não só no sentido de clarificar as questões epistemológicas em torno dessa abordagem, mas também para desmistificar um pouco essa atitude ascética de alguns segmentos acadêmicos, que vêem o

uso de noções deste tipo muito além de um interesse científico, ou seja, como um procedimento motivado por mecanismos de dominação econômica e sócio-cultural capitalista sobre as sociedades periféricas.

Por isso, este capítulo traz, inicialmente, o debate conceitual, enfocando a dimensão teórica e analítica da noção de multifuncionalidade. Para tanto, faz-se primeiro um resgate histórico e cronológico do debate sobre caráter multifuncional da agricultura, tendo como ponto de partida, a análise da trajetória agrícola européia pós-guerra em meio a uma intensa mudança no rumo da política econômica mundial⁸. Em prosseguimento desse ponto, apresentam-se esclarecimentos sobre a idéia de ‘função’, que permeia os debates da multifuncionalidade e seus desdobramentos epistemológicos. Por último, faz-se uma comparação entre a abordagem multifuncional da agricultura e o debate sobre a agricultura ‘moderna’ no panorama econômico-político desses últimos dez anos, a fim de esclarecer e/ou desmistificar algumas concepções, pautadas no cenário acadêmico e político mundial.

2- As concepções da multifuncionalidade da agricultura

A inserção de determinados temas no âmbito acadêmico suscita muitas vezes inúmeros debates, dando margem para um aprofundamento teórico. O tema da *multifuncionalidade*, que a agricultura é levada a cumprir no cenário contemporâneo mundial, tem envolvido grande número de pesquisadores das ciências sociais e agrárias. Disso resultaram, ao longo de pouco mais de uma década, inúmeros trabalhos de pesquisa e estudos no sentido de conformar as *funções* da agricultura, muito além daquelas costumeiramente apregoadas pela lógica capitalista vigente – a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas e a geração de riquezas.

Diante disso, nos tópicos a seguir, descreve-se, primeiramente a trajetória do uso da noção de multifuncionalidade da agricultura; depois, um esclarecimento sobre o pertinaz debate que enquadra essa noção como uma abordagem sociológica funcionalista; e por fim, uma descrição da multifuncionalidade em termos conceituais. Assim, a presente abordagem, alicerçada em determinadas concepções sociológicas e inspirada na teoria da regulação, busca explicitar o surgimento desse debate voltado à análise do desenvolvimento rural. Porém, cumpre esclarecer que não é finalidade pormenorizar toda a construção teórica da noção e uso da multifuncionalidade, por não ser esse o objetivo maior da presente tese. São apenas

⁸ Ao falar no rumo da política econômica mundial, as referências são aos vários acordos de cooperação econômicos, ocorridos após o fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente daqueles relacionados à agricultura européia.

elementos, balizadores do debate, voltados a inserir o tema das *múltiplas funções* da agricultura, pesquisado no semi-árido paraibano.

2.1- A experiência francesa e os primeiros debates

Na Europa, logo após o fim da 2^a Guerra Mundial, dada à precariedade estrutural em que se encontrava o setor produtivo agrário, de imediato se designou à agricultura, um incremento na produção, seguido de um processo de modernização, a fim de assegurar a reconstrução econômica e social dos países que haviam se envolvido no conflito. Em 1947 é fixado um mínimo de reservas alimentares de determinados produtos, garantindo preços e mercado para a totalidade da produção agrícola.

Em 1957, através do Tratado de Roma⁹, foram levantados alguns pressupostos sobre o desenvolvimento rural, culminando em 1962 com a proposta de uma “Europa Verde”, dando origem à Política Agrícola Comum (PAC). Essa política continental, oriunda dos Planos quinquenais de 1947 e de 1953, estava baseada na modernização da agricultura, tendo como principal linha de conduta a *produção* de bens agrícolas voltados a atender ao ainda problemático abastecimento de alimentos, que fora totalmente desarticulado na década anterior. Portanto, uma política baseada, sobretudo, na tese da segurança alimentar. No entanto, já em 1958 surgem os primeiros sinais de precariedade socioeconômica e ambiental de alguns espaços agrários europeus. Manifestam-se as primeiras preocupações em torno da ordenação territorial. Estes aspectos, somados à perspectiva de criação de um mercado comum europeu, inspiraram a criação, na França, das Leis de Orientação Agrícola (LOA) de 1960 e 1962, que formaram a base legal e política do contrato entre o Estado e os agricultores.

Através da LOA de 1962, além da função de produção, apareceram sinais assegurando à agricultura os objetivos de ocupação e segurança territorial e ordenação do espaço. Sendo também criados fundos de ação social destinados a “*manter em suas explorações, situadas em zonas desfavorecidas, a agricultores cuja presença é indispensável, outorgando-lhes ajudas adaptadas às condições excepcionais dessas explorações*” (LOA de 1962, título IV, art. 27), que objetivava “*efetuar o equilíbrio social e humano de certas zonas, que mereciam ser preservadas*”.

⁹ Assinado em 25 de março de 1957, em Roma – Itália, com o intuito de “*estabelecer as bases de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus*”. Foram signatários desse tratado os seguintes países: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda e Portugal. Fruto desse tratado foi a institucionalização da Comunidade Econômica Européia (CEE), que previa a criação de um mercado comum, uma união aduaneira e políticas comuns. A criação da CEE e do Mercado Comum visava transformar o comércio e a produção no território da Comunidade. Mas também era uma contribuição para a construção de uma Europa como ator político, passo rumo a uma unificação mais ampla.

Posteriormente, o histórico das políticas agrícolas por quase toda a Europa, nos anos setenta e oitenta [Século XX], vieram a oficializar a “ocupação territorial”. Em 1973, a função de ocupação do território encomendada à agricultura motiva a criação de “empréstimos de instalação”, para jovens agricultores. A LOA de 1980 também reconhece que os agricultores desempenham um importante papel na “*manutenção do patrimônio e manutenção dos equilíbrios rurais, da preservação das espécies vegetais e das raças bovinas*” (Lei de 1980, Título I, Art. 2).

Também é importante resgatar que, dentre as ações públicas postas em prática pela União Européia (UE), a política dos subsídios resultou, a partir do início nos anos 1980, num excedente de produção agrícola com elevados custos de produção e visíveis ônus ambientais. Decorrente disso, o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT)¹⁰ e mais tarde a Organização Mundial do Comércio (OMC)¹¹, apontavam para a necessária diminuição dos subsídios agrícolas na Europa.

Mais recentemente, ao analisar a questão dos subsídios, no âmbito das discussões da multifuncionalidade, Abramovay (2002, p. 1), diz que essa política adotada exprimia “*a crise de certo modo de crescimento e, sobretudo, da representação social da agricultura*”, fazendo com que o espaço rural passasse a assumir um caráter de bem público, quer dizer, um espaço ligado a valores que vão muito além da produção de alimentos, fibras e energia; noutras palavras, um espaço com sua ‘dimensão ampliada’, diretamente relacionada a seus modos de uso. Desse modo, a discussão da multifuncionalidade da agricultura extrapola a simples manobra protecionista embutida nos subsídios setoriais.

Sabe-se que a PAC, desde sua criação, passou por inúmeras reformas ao longo das duas últimas décadas. Numa delas, levada a termo em 1984, estipulava, por exemplo, cotas (ou tetos) para a produção de leite, no sentido de otimizar o sistema produtivo. Porém, noutra reforma – a de 1992 – os subsídios, até então incorporados nos preços dos produtos, passaram a ser na forma de “ajudas diretas” aos agricultores. Essas ajudas ainda eram atribuídas com base em índices de produtividade de cada segmento. Ressalte-se, porém, que o mais

¹⁰ Assinado em 1947 em Genebra - Suíça, por 23 países, chegando aos 117 signatários em 1994. Segundo Size (1997), o GATT, inicialmente concebido como um acordo provisório deveria chegar ao estabelecimento de uma Carta Mundial de Comércio, como complemento dos Acordos de *Bretton Woods*. De fato tornou-se permanente, encarregado de conduzir negociações, voltadas à instauração do “livre comércio”, através da eliminação de barreiras tarifárias, fato que até hoje persistem, principalmente dos países ricos para com os países pobres.

¹¹ Criada em abril de 1994, após assinatura dos Acordos de Marrakesh, concluiu a última “Rodada” (*Uruguay Round*), do GATT. Porém, iniciou oficialmente suas atividades em 1995 substituindo o próprio GATT, de quem herda as prerrogativas, acrescentadas de poderes de sanção bem mais importantes. A modificação essencial é o fato de que com o GATT, cada país podia adotar medidas próprias em relação a outro país, quando acusado de não jogar o jogo do “livre mercado”. Atualmente é a OMC quem decide e adota as sanções.

significativo dessa reforma, no aspecto socioeconômico para a agricultura francesa foi a criação do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) em “zonas desfavorecidas”¹².

Nesse último sentido, Cazella (2001) pontuou que muitas dessas zonas beneficiadas pelo PDR tiveram um aumento no número de novas instalações agrícolas, na maioria das vezes, realizada por famílias oriundas de fora da atividade agrícola. Dessa forma, a agricultura se revela como um importante meio de integração local e revitalização de “zonas rurais marginalizadas”. Este autor ressalta ainda que, apesar das dificuldades criadas pelas principais Organizações de Produtores Agrícolas (OPAS), impondo normas à inserção desses novos agricultores, foi grande o número de instalações que, não respeitando as “normas” exigidas pelos órgãos públicos para receber auxílios financeiros, proliferaram nessas zonas desfavorecidas. Em muitas situações, as atividades agrícolas passaram a cumprir um papel de “refúgio” e de inserção social de famílias em situação de desemprego.

Outro acontecimento relevante, muito bem lembrado por Cazella & Mattei (2002b), no tocante à valorização dessas áreas (territórios) européias desfavorecidas é que a iniciativa denominada *Ligação Entre Atores do Desenvolvimento Rural (LEADER)*, também, criada em 1992, passou a financiar ações de inovação do meio rural. Nessas áreas, o principal enfoque era dado sobre os processos de ocupação de áreas, posteriormente acrescido do enfoque ambiental e paisagístico. Estes acontecimentos eram prenúncios do surgimento de uma política contratual entre o governo e o setor produtivo que, de fato, foi colocada em prática a partir de 1999 pelo governo francês.

Contudo, uma nova edição da *LOA*, promulgada em 9 de julho de 1999, foi o passo decisivo rumo a uma política contratualizada de subvenção propriamente dita, culminando com aquilo, que será abordado mais adiante, sobre os Contratos Territoriais de Exploração¹³ agrícola. Assim, nessa nova *LOA* fica nítido o processo contratual entre os agricultores e o Estado, apontando a natureza e as modalidades das ajudas diretas e a contrapartida dos agricultores demonstrada, por exemplo, pela inserção do artigo *L.311-3* no Código Rural, compondo o Artigo 4º da *LOA*, assim redigido:

¹² CAZELLA (2000) refere-se a áreas de difícil acesso, com solos pobres e topografia montanhosa, dificultando a atividade agrícola, sobretudo a mecanização. Ao logo da tese utilizamos as expressões “zonas marginalizadas” e “zonas desfavorecidas” como sinônimas, perfeitamente compatíveis com a realidade espacial que essa pesquisa de campo encontrou, conforme posterior descrição no *Capítulo VII*. Também Carneiro (1998, p. 44-6) referindo-se a terminologia explica que “zona desfavorecida” tinha o sinônimo de atraso, de “de auge à tradição” e de “irracionalidade econômica”, dentro do debate da modernização agrícola dos anos 60. Somente a partir de 1975 é que a PAC passou a reforçar, na prática, instrumentos à modernização dessas zonas menosprezadas.

¹³ De antemão cabe esclarecer que o termo “exploração” (do francês *‘exploitation’*) refere-se a **estabelecimentos** familiares. Assim, a tradução mais apropriada seria ‘Contratos Territoriais de Estabelecimentos’.

“Art. L.311-3 – Toda pessoa física ou jurídica exercendo uma atividade agrícola no sentido do artigo L. 311-3, pode assinar, com a autoridade administrativa, um contrato territorial de estabelecimento que comporta um conjunto de compromissos, referindo-se às orientações da produção do estabelecimento, ao emprego e seus aspectos sociais, à contribuição da atividade do estabelecimento à preservação de seus recursos naturais, à ocupação do espaço ou à realização de ações de interesse geral e ao desenvolvimento de projetos coletivos de produção agrícola”.

“O contrato territorial de estabelecimento tem por objetivo incitar as unidades agrícolas a desenvolver um projeto econômico global que integre as funções da agricultura mencionada no artigo 1º da Lei nº 99.574 de 9 de julho de 1999 de orientação agrícola”.

“O contrato territorial de estabelecimento envolve o conjunto das atividades do estabelecimento agrícola. Define a natureza e as modalidades das ajudas do Estado e as obrigações do agricultor como contrapartida. E concluído sem prejuízo do direito de terceiros (...)”¹⁴.

Sobre essa legislação, Remy (2003) aponta-o como tendo sido a ampliação das relações contratuais, que há muito tempo já sinalizava a determinada intenção em criar dispositivos, mais fortes de engajamento entre os agricultores e o Estado, como forma de compromissar a agricultura à sociedade¹⁵. Levando em conta, também, o ocorrido em algumas regiões da França, o autor sustenta que essa legislação contratual levou à agricultura novos modos de governança, notadamente, através de políticas territoriais de envolvimento direto dos agricultores na construção de suas próprias demandas. Ainda em referência a essa edição da LOA, rumo a uma agricultura sustentável, Vilain & Briel (1999), reforçam que na França a LOA foi a preparação que integrou, de forma igualitária, as funções sociais e territoriais da agricultura.

De fato, os pioneiros trabalhos de pesquisa de Kaiser (1990; 1993) já demonstravam que a revitalização do meio rural era um fenômeno real e durável, mesmo em zonas mais isoladas e desfavorecidas do ponto de vista socioeconômico. Com efeito, a crise econômica fez dos territórios locais verdadeiros espaços de regulação conduzidos à regulamentação das mudanças, através da legislação e dos acordos entre os diferentes atores sociais. Na Europa, especificamente, no território francês, depois da reforma da PAC em 1992, certos dispositivos de regulação territorial foram reforçados e passaram a demonstrar retornos práticos. Um exemplo dessa regulação, no aspecto ambiental, veio através do PDR, que limitava o desenvolvimento agrícola em zonas de montanha.

¹⁴ Reprodução parcial do artigo 4º da Lei nº 99.574 de 9 de julho de 1999 de Orientação Agrícola, publicada oficialmente em 10 de julho de 1999. (J.O. nº 158, p. 10231). [Trad. REMY, J.]

¹⁵ O autor refere-se às “operações locais agro-alimentares” (OLAE), que teve sua primeira matriz em 1965.

As pesquisas de Bellon *et ali.* (1995), também já reafirmavam que a agricultura poderia acolher importante parte daqueles despossuídos da sorte, que não se realizavam em outras atividades profissionais, procurando complementar a renda, e também os desempregados, reintegrando-se ou mantendo-se na unidade agrícola, numa forma jurídica que associava pais e filhos. É, pois, através das comumente denominadas subvenções sociais (por exemplo, as aposentadorias rurais, os seguros desemprego e saúde, etc.) pagas aos pais às atividades agrícolas propriamente ditas dos filhos, que se dá a garantia do autoconsumo e complemento à renda da unidade agrícola familiar. Verossimilhança no Brasil com as aposentadorias rurais, as quais ainda que precariamente, têm propiciado a permanência de filhos nas atividades agrícolas familiares.

Além disso, sobre as pioneiras discussões sobre o tema da multifuncionalidade, Allaire (1995) via nas formas ‘marginais’ de agricultura de resistência ou alternativas dos anos de 1980 indícios de uma transformação do meio rural. Somando-se a essa tese de alternativas à agricultura, decorrentes de uma forte pressão ambiental que vinha acontecendo na Europa como fruto da política agrícola adotada a partir do pós-guerra e, sobretudo, corroborada pela crise econômica deflagrada com primeiro choque do petróleo de 1974-75, o centralismo produtivista começou a ceder espaço. No entanto, foi necessária quase uma década para que essas formas ‘marginais’ de agricultura fossem definitivamente integradas pelas políticas públicas.

É bem verdade que na França, no início da década de 1990 a agricultura “se encontrava sob observação” e a construção social da qualidade passou a ser um novo vetor da concorrência no setor da produção de alimentos. Referendando tais preocupações, o tema *multifuncionalidade da agricultura* apareceu pela primeira vez, na agenda internacional, com a Declaração do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento sustentável. Na declaração final, em seu Capítulo 14^o, sugere-se que “*a revisão da política agrícola, o planejamento e a programação integrada*”, levassem em conta os aspectos multifuncionais da agricultura e, particularmente, a importância na segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. (CNUMAD, 1992).

Sabe-se que mesmo com o fim da hegemonia da agricultura profissional o setor rural não sofreu grandes impactos. Isto se deve à sua grande capacidade de absorver outras formas de organizações produtivas, mesmo que na prática, elas estejam bem distantes de modelos até então preconizados. Essa diversidade, que o setor agrícola oferece ao desenvolvimento dos territórios permaneceu pouco estudada, até que pesquisadores do *Institut National de*

Recherche Agronomique (INRA)¹⁶ implementassem, entre 1993 e 1995, um programa de pesquisas sobre “*as novas funções da agricultura e do espaço rural*” (Allaire, *et ali.* [ed.], 1996 e 1998). Posteriormente, o mesmo autor veio apontar que:

“a multifuncionalidade da agricultura está no centro de inúmeros jogos políticos, em razão do caráter público dos problemas colocados, tanto localmente como globalmente. (...). A mobilização de uma abordagem sociológica das externalidades e levando em conta custos de transação conduzem a postular que sua existência é mais a expressão de uma falha das instituições, que do mercado” (ALLAIRE & DUPEUBLE, 2002, p. 195).

Numa avaliação mais recente, Cazella (2003) diz que na França a multifuncionalidade da agricultura passou a ser interpretada com a pedra angular de um modelo de desenvolvimento agrícola e rural construído à margem da PAC, principalmente, no momento em que se ampliaram as discussões sobre as contradições do modelo de agricultura profissional. É importante salientar que os impactos negativos causados pela agricultura sobre o meio ambiente, a biodiversidade e a paisagem rural, bem como em relação ao sistema de ocupação de áreas (territórios) e a problemática da qualidade dos alimentos forçaram um maior debate em torno da necessidade de uma política de regulação.

Nesse aspecto, é notório que a teoria “regulacionista” foi construída a partir dos trabalhos que procuravam compreender a crise econômica. Assim, derivada do marxismo, a escola regulacionista pretendia explicar, na época, a capacidade do sistema capitalista superar suas contradições manifestadas em crises mais ou menos longas, evitando cair nas “profecias” catastróficas que caracterizavam a maioria das análises econômicas marxistas. Dessa maneira, para Laurent (1992)¹⁷ *apud* Cazella & Mattei (2002), a crise econômica, das últimas décadas mudou profundamente o referencial de desenvolvimento agrícola, definido como prioridade pelas principais Organizações Profissionais Agrícolas (OPAs) francesas, ou seja, as concepções de que os mecanismos de seleção das unidades de produção agrícola favoreçam aos que se engajam num modelo de agricultura profissional são postas em xeque.

¹⁶ Estabelecimento público, criado em 1946, com características científica e tecnológica, encarregado de pesquisas agrícolas na França. Tem como missão: servir de interesse público e manutenção do equilíbrio entre as exigências da pesquisa e demandas da sociedade; produzir e difundir os conhecimentos científicos e inovações, principalmente na área da agricultura, da alimentação e do meio ambiente; contribuir na experiência, na formação, na promoção da cultura científica e técnica, para o debate da ciência e sociedade. Ver mais em <<http://www.inra.fr/presinra/index.htm>> Acesso: 31 mai. 2006.

¹⁷ LAURENT, C. *L'agriculture et son territoire dans la crise*. Paris: Université Paris VII, Thèse de doctorat, 1992. p. 92.

Com isso, a modernização da agricultura não se traduziu por modelo unívoco. Pelo contrário, as explorações familiares demonstraram e demonstram sua capacidade de resposta às dificuldades da competitividade por outras vias, isto é, há uma crescente proporção da população rural não mais dependente de atividades agrícolas para obter renda (VILELA, 2002). Basta olharmos para o mosaico de situações que a agricultura familiar possui no mundo, inclusive no Brasil, demonstrando grande capacidade de absorver outras formas de organização produtiva, provando que a *diversidade* subsiste e se reproduz.

Por último, mais recentemente, segundo Sabourin (2005), a multifuncionalidade agrícola foi avaliada como uma estratégia voltada ao desenvolvimento rural, passando a caracterizar-se como de interesse público com funções sociais, ambientais, econômicas e culturais, não diretamente produtivas, associadas à atividade agropecuária. Isso reservou, contemporaneamente, espaços no debate sobre a sustentabilidade dos territórios rurais, como os que a atual política do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), vem implementando no Brasil, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDT) a partir de 2003, que preconiza a institucionalização de territórios rurais. Sobre essa especificidade territorial estaremos aprofundando-a no *Capítulo VI* desta tese.

2.2 - Multifuncionalidade: uma noção na esteira do debate funcionalista

Uma importante questão, antes de abordar conceitualmente a multifuncionalidade da agricultura, é a dificuldade semântica na utilização dos termos *multifuncionalidade* e *agrícola*. Primeiramente, a *multifuncionalidade* ou *múltiplas funções* da agricultura, no alerta de Maluf (2002), mesmo de evidente viés funcionalista, tem, a princípio, a intenção de buscar o reconhecimento social da concessão de uma retribuição monetária às contribuições não produtivas da agricultura. Segundo a problemática semântica no uso da palavra *agricultura*, é ampliada num rol de significados sociais, muito além das atividades correspondentes ao controle e à exploração de um ciclo biológico de caráter animal ou vegetal.

Deste modo, na primeira situação, quando o objetivo é esclarecer em relação às múltiplas funções da agricultura, o fato é que a palavra “função” utilizada por diversas disciplinas e até pela linguagem popular, inesperadamente, tem sua significação freqüentemente obscurecida na própria sociologia. O termo ‘função’, neste caso, equivale ao termo ‘ocupação’. Nesse sentido, Robert Merton lembra, por exemplo, que Max Weber, já havia definido ‘ocupação’ “*como o modo de especialização, especificação e combinação das funções de um indivíduo, com referência ao que ele constituía a base de uma oportunidade*

contínua de ganho ou lucro”¹⁸ (MERTON, 1968, p. 86). Este uso é freqüente entre os economistas, quando se referem à análise ocupacional de um grupo ou seguimento (neste caso a agricultura) ou ainda por uma extensa escala de atividades econômicas.

Além disso, derivando dessa significação, numa linguagem relacionada à ciência política, o termo “função” expressa as atribuições do ocupante de uma situação social e, mais particularmente, de uma função política. Embora ‘função’ se sobreponha em significações mais extensas, ao significado adotado para tal termo em Sociologia e Antropologia. Fato é que as funções são realizadas não só pelos ocupantes de posições designadas, mas também por uma extensa escala de atividades padronizadas de processos sociais, de padrões de cultura e de sistemas de crenças encontrados na sociedade. Diz-se isso, percebendo a existência de uma agricultura, enquanto atividade padronizada, com significados atribuídos pelos indivíduos, que orientam suas ações pelos fins, meios e conseqüências envolvidas.

Das afirmações metodológicas de Émile Durkheim, relacionadas ao discernimento conceitual de “função” é importante ressaltar as ponderações de Florestan Fernandes, ao dizer que “*a primeira formulação adequada dos fenômenos de **função** e da utilização da explicação funcionalista na sociologia surge com ‘A Divisão do Trabalho Social’ e ‘As Regras do Método Sociológico’*” (FERNANDES, 1959, p. 204-05). [grifo meu]. Igualmente, em Coser¹⁹ *apud* Rodrigues (2005), mesmo com a ocorrência de outros procedimentos analíticos, há o reconhecimento do conceito de função como desempenhando um papel crucial na obra de Durkheim, por nós, aproveitada para explicar a noção de multifuncionalidade.

De fato, numa dimensão teórico-analítica da sociologia clássica, olhando metodologicamente, o objeto formal do debate sobre os *múltiplos* papéis ou funções que a agricultura é chamada a desempenhar, ampara-se na idéia de ‘função’ preconizada por Durkheim. Para tanto, resgatando em sua obra²⁰, no capítulo em que trabalhou “*regras relativas à explicação dos fatos sociais*”, devemos compreender, dissociadamente, os papéis e as causas que decorrem das ações ou atividades humanas. Ou seja, “*quando nos lançamos na explicação de um fenômeno social, devemos investigar separadamente a causa eficiente que o produz e a **função** que ele desempenha*” [grifo meu] (DURKHEIM, [1895]/2004, p. 109).

Posteriormente, entre outros autores, a idéia de *função*, retomada na antropologia, passa, também, a ocupar um papel fundamental na sociologia, através das obras de Talcott

¹⁸ WEBER, M. *Theory of social and economic organization*. In: PARSONS, T. (ed.). Londres: William Hodge & Co., 1947.

¹⁹ COSER, L. A. *Masters of sociological thought*. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1971. p. 141.

²⁰ DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editor Martin Claret, 2004.

Parsons e Robert Merton, os quais aprimoraram o método de Durkheim, rebatizando-o mais tarde como *estrutural-funcionalismo*. Nesse contexto, no campo da sociologia, as pesquisas avançaram epistemologicamente sobre a natureza funcional dos fenômenos sociais. Obviamente, não se está aqui querendo discutir toda a teoria do “funcionalismo sociológico”. Apenas alguns elementos teóricos que ajudam a explicar conceitualmente a idéia de função no contexto da multifuncionalidade. Então, nos estudos de Robert Merton e William Skidmore há o discernimento de questões conceituais que permitiram clarificar o trabalho metodológico da pesquisa sociológica. Portanto, na interpretação de Merton (1968), muito se confunde conceitualmente, quando a discussão gira em torno da análise funcional, quer seja na utilização de um só termo [a função] simbolizando diferentes conceitos, quer, também, no uso de um só conceito a diferentes termos; E, para Skidmore (1976), a palavra ‘função’, que tem uma variedade de significados é bem restrita na produção sociológica, ou seja, *função* denota a dependência de uma ou mais unidades entre si, de tal forma que cada unidade é mantida e que a relação entre as unidades tende a permanecer relativamente inalterável. As unidades, na teoria sociológica são, geralmente, denominadas “estruturas” que podem ser exemplificadas através de papéis, grupos, instituições ou, ainda, de outras unidades de análise.

E no âmbito da antropologia, Bronislaw Malinowski e Radcliffe-Brown, defendiam a idéia de que as diversas sociedades não deviam ser comparadas uma as outras, mas estudadas de forma particular e isoladas. Malinowski (1970), em seu livro “*Uma teoria científica da cultura*”, define o conceito de “função” como a resposta de uma cultura voltada para as necessidades básicas do homem (alimentação, defesa, habitação), ou seja, “*a função como satisfação de um impulso orgânico pelo ato adequado*”²¹, pois as necessidades humanas iam além de questões biológicas; a função social de determinados costumes e instituições deveriam responder às necessidades sociais do grupo. Por exemplo, na agricultura camponesa, os diversos papéis como a segurança alimentar, a ocupação, as relações com ambiente, etc.

Para alguns debatedores da temática da multifuncionalidade da agricultura há um conjunto de tantas outras “funções”, que ocorrem, sobretudo, nas áreas periurbanas, que passam despercebidas, como potencial de produção propriamente dita e/ou aquelas ligadas a extensão da atividade agrícola. Esta foi a preocupação de Bertrand & Tolron (2002), ao abordarem a territorialização das políticas públicas no contexto das regiões periurbanas européias. Para esses autores, “*há então a volta de um conteúdo social entre a produção agrícola propriamente dita e seus subprodutos ou co-produtos não considerados dessas áreas*

²¹ Citado por Costa (2005), p. 143.

periurbanas” (BERTRAND & TOLRON, 2002, p. 91). Assim, para esses pesquisadores, o que existe é uma má interpretação dessa idéia de *função* relacionada à agricultura, mesmo que o debate venha levantar outras funções sociais e ambientais.

Vê-se que na agricultura familiar esta *função* de produção é geralmente pressuposta de maneira implícita, quando a multifunção é invocada. Esta função de produção é, geralmente, mais consensuada como produção de bens (produtos) agrícolas. Ai talvez esteja o erro interpretativo na idéia de função relacionada à multifuncionalidade da agricultura, pois se sabe que nesses espaços periurbanos a demanda social, tal como se exprime, revela a produção de determinados produtos (por exemplo, nos pequenos criatórios de aves e suínos; nas pequenas culturas de hortaliças e frutas; etc.). Por outro lado, a *função* de produção não está circunstancialmente posta como a imagem, necessária na manutenção do espaço agrário, impedindo que o mesmo se urbanize, ou seja, uma comunidade agrária, pelo simples fato de possuir estrutura e serviços que são disponibilizados na área urbana, não a descaracteriza como espaço agrário.

Nessa idéia de *função*, também, há um paradoxo, supondo que a produção agrícola não seja capaz de assegurar sua múltipla missão (produtiva e territorial), firmada pelos agricultores. Dessa forma, o processo produtivo (chamado nesse caso de ‘produtivista’), que carregado de externalidades negativas (por exemplo, o ônus ambiental), torna-se dispensável para assegurar a função espacial (territorial). Com isso, permanecem as dificuldades dialógicas entre o urbano e o rural, entre o profissional (o agricultor) e a sociedade, no tocante aos papéis de cada um. Poder-se-ia falar, então, de *multifunção* ou simplesmente do debate contraditório sobre a real *função* da agricultura, ou de uma profissão, que tenta defender uma atividade de produção e uma demanda social. Essa divergência concreta ou de semântica é que a análise busca referenciar na seqüência.

Assim, em relação ao segundo problema – ou seja, o uso do vocábulo *agricultura* –, a priori é preciso esclarecer que seu uso ao abranger um conjunto de diversos elementos econômicos, sociais, culturais e ambientais, é bastante controverso, em comparação à definição de rural. Isto decorre pelo fato de o mesmo buscar, também, a abrangência do não-agrícola. Um exemplo disso, é que a partir da década de 1980, sobretudo, na Europa, as novas *funções* que as zonas rurais passaram a desempenhar, em resposta às novas tendências de definição dos termos de intercâmbio das zonas rurais com o exterior, evidenciando extrema heterogeneidade. Estava posto, a partir daí, o problema da redefinição do rural, vis-à-vis à diversidade de tipologias, sobretudo, no processo de diferenciação do urbano.

Com o fenômeno da urbanização, fica notório que a definição de ‘rural’ passou a ser todo aquele heterogêneo espaço de caráter populacional residual e, na esteira, a dificuldade em definir o que seria esse rural. Nesse rural, além de outras atividades, a presença das atividades agrícolas permaneceu indicadora de um espaço agrícola e, assim, definido como ‘agrícola’. Por outro lado, com os processos de modernização, as atividades agrícolas se reduziram notadamente nas zonas rurais, dificultando utilizá-las como indicador de espaço eminentemente agrícola.

Nessa perspectiva, “*tende-se a fazer coincidir o rural - uma categoria territorial - com um setor - a agricultura -, opondo-o ao urbano, também uma categoria territorial, coincidente com outros setores - a indústria e os serviços*” (SARACENO, 1996, p. 2). Alerta, ainda, Sarraceno (*op. cit.*) para a existência de, se não confirmada pelos processos reais, uma ideologia e uma política que continuam a identificar as zonas rurais com o setor agrícola. Fala da persistência e da indiscriminada utilização dessa generalização para qualquer que seja o tipo de zona rural: quer se trate de zona, ainda, não desenvolvida, quer daquelas já modernizadas e especializadas ou com diversificação produtiva. Isso também gerou, segundo a autora, uma visão esquemática e padronizada dos seus problemas e das políticas de sustentação, por sua vez indiferenciadas, aplicadas quase sempre ao setor agrícola.

Para Maluf (2002) um exemplo dessa situação vem através da *Food and Agricultural Organization* (FAO), “*para quem as múltiplas funções da agricultura e das terras são preconizadas com vistas a apontar políticas de desenvolvimento, capazes de assegurarem a sustentabilidade em longo prazo da agricultura e do desenvolvimento rural*”. Na percepção desse autor, há uma espécie de centralidade atribuída à agricultura, acompanhada de posições que apontam a integração de atividades agrícolas e não-agrícolas ou, ainda, da adaptação das ofertas de mão-de-obra rural às demandas de outros setores da economia. A compreensão é de que o conjunto de atividades, com ênfase às práticas ou “funções” não diretamente ou obrigatoriamente produtivas, transcendem o âmbito agrícola e o envolvimento direto dos membros da família.

Assim, estar-se-ia, como defende Carneiro (2002, p. 19), “*reorientando o debate para a multifuncionalidade do território, incluindo assim as diferentes categorias que não são engendradas pelas novas dinâmicas socioeconômicas das ruralidades contemporâneas*”²².

²² No *Capítulo II*, essa questão da *multifuncionalidade do território* é retomada, quando se descreve sobre as pesquisas da multifuncionalidade da agricultura no Brasil; e no *Capítulo VI* o debate é reforçado, enquanto proposição de políticas públicas à agricultura familiar camponesa.

Isto favorece, segundo a autora, não só o discernimento entre o agrícola e o rural, propicia, ainda, uma visão mais ampla da sociedade. Entende-se nesse sentido, que é possível se resgatar em algumas dicotomias criadas pela Revolução Industrial, como a separação entre educação e trabalho, entre campo e cidade, etc., em nome do capital.

Noutro trabalho, Carneiro (2002a) aponta que o espaço rural não pode ser mais definido, simplesmente, como sinônimo de espaço agrícola ou mesmo de espaços ocupados, majoritariamente, por atividades direta ou indiretamente ligadas à atividade agrícola. Devem ser espaços de vida, de modo de vida (WANDERLEY, 2001), instituídos numa relação direta com a terra. Devem ser espaços diferenciados nas sociedades modernas, que vão além das lógicas de funcionamento e reprodução (agrícola). Para Wanderley (2002) o rural também mantém peculiaridades históricas, sociais, culturais e ambientais, que o identificam com uma realidade própria, da qual fazem parte as próprias formas de inserção nas sociedades. Portanto, um espaço integrado, específico e diferenciado, levando em conta as representações sociais a respeito do meio rural. Em semelhante sentido, Veiga (2002), ao comparar os modelos de desenvolvimento ‘agrícola’ e ‘rural’, adotados no Brasil, aponta que

“O rural é necessariamente territorial, e não setorial como os programas dos órgãos governamentais. O grande desafio está, portanto, em adotar uma orientação realista que possa viabilizar uma factível transição de ações setoriais para uma articulação horizontal das intervenções” (VEIGA, 2002, pp. 383-409).

Defendendo a promoção de um novo “*Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural*”, para o Brasil, este deveria ser pautado em uma espécie de contrato (social) territorial de desenvolvimento, que estivesse centrado em, pelo menos, quatro programas: i) Promoção do acesso à terra; ii) Fortalecimento da agricultura familiar; iii) Renovação da educação rural; e, iv) Diversificação das economias rurais. Nesse último item da proposição de Veiga, incluem-se as *múltiplas funções* que a agricultura é capaz de exercer.

Por último, Clementino (2004), afirma que o rural são espaços preconizados por mudanças, principalmente, nos serviços relacionados com a produção e distribuição de bens agrícolas. Com base nisso a autora aponta que as ciências sociais têm contribuído para a abordagem que trata da distinção entre a *agricultura* e o *rural*, destacando que essa compreensão deve perpassar por aspectos culturais da rede de relações dos objetos e sujeitos envolvidos. Nesse sentido, emergem novos usos para o espaço rural, assim como novas demandas em relação à terra e às paisagens. Por isso, esse debate requer uma análise apropriada, tendo em vista um aparente divórcio entre a agricultura e o rural.

2.3- Conceito e desdobramentos da multifuncionalidade da agricultura

O conceito de multifuncionalidade surge, a partir de meados dos anos de 1990, alicerçado em três preocupações básicas: a) ligação da agricultura com o meio ambiente num processo de desenvolvimento sustentável; b) relações da agricultura com a segurança alimentar; c) relações da agricultura com o comércio internacional. Essa noção passa a ser reconhecida no texto da *Agenda 21* de 1992, com título “*Promoção de um Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentável*”²³. Posteriormente ratificada em 1996 pela Conferência Mundial da Alimentação, que propôs políticas e métodos participativos e duráveis de desenvolvimento, considerando o caráter multifuncional da agricultura.

Na Europa, o termo ‘multifuncionalidade’ foi inserido pela primeira vez em 1993, pelo Comitê Europeu de Direito Rural (CEDR)²⁴ preocupado em harmonizar a legislação agrícola dos países europeus, dando um conteúdo jurídico à noção imprecisa de agricultura sustentável (TONNEAU, 2002). Nesse sentido, o termo fazia referências às diferentes dimensões produtivas, sociais e ambientais das atividades agrícolas. Daí em diante, inúmeros eventos ocorridos ao longo da última década, como a Rodada do Uruguai [1994], a Declaração de Québec [1995], a Conferência Mundial da Alimentação [1996], todas fazendo referências às “*múltiplas e indispensáveis funções da agricultura*”, na ótica da segurança alimentar. Então, a multifuncionalidade passou a ser definida genericamente como “*o conjunto de atribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado na sua unidade*”.

De uma maneira geral, o uso da noção de multifuncionalidade da agricultura na França estava associado à segurança alimentar, além da garantia de um potencial produtivo. Posteriormente, as preocupações com a segurança alimentar consideraram, além da quantidade, também a qualidade dos produtos agrícolas produzidos (MALUF, 2002). Ainda estava relacionada à proteção do meio ambiente, à salvaguarda do capital cultural e à garantia de um tecido econômico e social rural pela diversificação das atividades, via desenvolvimento de novas atividades ligadas à atividade agrícola, tipo o agro-turismo (LAURENT, 1999). Mais recentemente, o uso da noção de multifuncionalidade veio incorporar o viés à manutenção do território. Isto é, a preservação das características paisagísticas e do quadro de vida (MALUF, 2002a). Sobre esse viés territorial, mais adiante na presente tese, far-se-á um apanhado e análise mais aprofundada.

²³ O reconhecimento da conceituação, bem como as preocupações preliminares que vieram a dar-lhe origem, aparece descrito com destaque no texto: *Contribución de la Francia a la Conferencia de la FAO sobre el carácter multifuncional de la agricultura y tierra*. Maastricht (Países Bajos): septiembre, 1999. 8 p.

²⁴ Instância de consulta do Conselho da Europa e da FAO.

Nesse mesmo período, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a própria FAO, estrutura formal da Organização das Nações Unidas (ONU), também debateram a temática da multifuncionalidade da agricultura. Em 1999, durante a Conferência da FAO, ocorrida em Maastrich (Países Baixos), a noção de multifuncionalidade da agricultura foi apresentada como alternativa, não só para as questões produtivas, mas como forma de alavancar um desenvolvimento harmônico nas unidades agrícolas de produção. Nesse evento, o governo francês, representado pelo titular do *Ministère de l'Agriculture et de la Pêche* (MAP), expressou oficialmente sua visão sobre o tema, assinalando que:

“O conceito de multifuncionalidade permite considerar as contribuições da agricultura ao patrimônio e aos objetivos da nação. Estes definem o seu lugar e os seus papéis na sociedade, ao lado da sua função original de produção de bens alimentares, garantindo sua existência. (...)

As funções, pelas quais a agricultura é determinante (produção, segurança alimentar, função social e de ocupação do território, função ambiental) respondem às preocupações das populações e é da competência das políticas gerais dos governos. (...)

Aumentam geralmente as reais lógicas (objetivos políticos), globais (escala do país ou a região), não meramente econômicas no seu objeto (ausência ou imperfeição dos mercados, ou mesmo pertinência desta noção no caso da segurança alimentar ou políticas de redistribuição), bem como ao longo do tempo nas quais se inscrevem (manutenção das estruturas). A falha dos mercados para satisfazer atualmente estes objetivos legítimos, as escolhas societárias operadas entre fiscalidade direta ou indireta (coletivização dos custos) torna necessário a intervenção corretiva do poder público” (MAP, 1999)²⁵.

Porém, nessa época, havia um forte centralismo nos documentos propostos pela FAO, pela *Organisation de Coopération et du Développement Économique* (OCDE)²⁶ e até por dirigentes desses países avançados, sobre as questões econômicas. De fato, o centro dos debates estava polarizado, verdadeiramente, em duas vertentes. Uma na visão *econômica* da crise da agricultura; e outra numa visão *sociopolítica* assentada na tese de que a agricultura não se consome na simples oferta de bens ao mercado. A primeira vertente baseava-se nas leis de mercado, enquanto a segunda, na capacidade da agricultura oferecer outros bens à sociedade, inclusive os bens imateriais.

²⁵ GLAVANY, J. *Discours d'ouverture. Colloque maîtrise et l'impact des activités sur l'environnement*. Paris: MAP, pp. 1-1, 42 p. [Trad. ALVES, A. F.]

²⁶ Criada em 1961, sucedendo a Organização Européia de Cooperação Econômica, que fora instituída em 1948, para gerir os fundos emprestados pelos Estados Unidos aos países capitalistas na reconstrução Européia após a 2ª Guerra Mundial (*Plano Marshall*). Atualmente composta por 25 países, incluindo o México seu último aderente, tem por tarefa indicar aos Estados a política a ser seguida para a estabilidade e desenvolvimento dos mercados financeiros, em benefício do capital financeiro norte-americano.

No entanto, os próprios Ministros da Agricultura dos países membros da OCDE já haviam definido, oficialmente, em 1998, a multifuncionalidade da seguinte forma:

"Além de sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como a conservação do solo, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, e contribuir à viabilidade de muitas áreas rurais" (MALUF, *et. ali.*, 2001: 7).²⁷

Observa-se, então, que a multifuncionalidade, pode ser compreendida como teoria e instrumento de políticas sociais, uma função de ‘produzir’ bens públicos não mercantis, servindo até mesmo como uma ferramenta de análise das próprias políticas públicas. No entanto, nesse viés da ‘produção’ de bens públicos é importante relativizar que o conceito de multifuncionalidade continha algumas ambigüidades, que precisavam ser explicitadas, principalmente, quando tais políticas públicas passaram a voltar-se às questões territoriais. Essa foi uma preocupação de Dominique Vollet, ao apresentar a problemática do grupo de trabalho sobre a *multifuncionalidade e territórios*²⁸, percebendo imprecisões, no uso da noção de multifuncionalidade da agricultura, que deveriam ser previamente explicitadas.

Para Vollet (2002), mesmo existindo diferentes formas de compreender a multifuncionalidade, no âmbito da economia há dois ângulos analíticos bem distintos, que norteiam uma conceituação mais clara da multifuncionalidade. Para esse autor, a primeira concepção concerne ao conceito de ‘externalidades’, a qual a agricultura é, por natureza, multifuncional. Nesse viés diz-se ser um enfoque teórico “positivo”, considerando o conjunto de características do processo de produção. A segunda concepção concerne ao conceito de *função*, a qual a agricultura está relacionada através dos múltiplos objetivos, que pode cumprir perante a sociedade. Nesse viés, diz-se ser um enfoque teórico “normativo”, envolvendo um conjunto de funções econômicas, sociais e ambientais.

De outra forma, o enfoque teórico, que subsidia uma compreensão conceitual mais clara da multifuncionalidade da agricultura pode ser: o ‘positivo’, que pode ser pautado pelos agricultores, através de debates locais, como é caso ocorrido na França; ou o ‘normativo’, aquele institucionalizado (governamental), que foi o preconizado pelos *Contrats Territoriaux d’Exploitation* (CTE), igualmente na França. Contudo, isso suscita as preocupações de Vollet (*op. cit.*), ponderando que:

²⁷ MALUF, R. “A noção de Multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: experiência francesa e o caso do Brasil”. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001. 49 p.

²⁸ *Multifonctionnalité et territoires: justifications et modalités de la territorialisation des politiques publiques*. In: *Les Cahiers de la multifonctionnalité*, n° 1, mai 2002, pp. 5-7.

“Qualquer que seja a análise (normativa ou positiva), o território representa a interface indispensável, reforçando a eficácia da ação pública, seja ela como lei de produção e de gestão das externalidades, numa ótica “normativa”, seja como espaço de tradução da vontade política expressando um compromisso social” (VOLLET, 2002, p.6)²⁹.

Como suporte teórico a esse discernimento conceitual, no viés das ciências econômicas, as *externalidades* (enfoque positivo) também podem ser caracterizadas como sendo externalidades positivas ou negativas: positivas, quando estiverem sendo relacionadas aos efeitos benéficos (os resultados técnicos dessa produção agrícola e os serviços produzidos na extensão dessas atividades); negativas, quando estiverem sendo relacionadas a algum efeito danoso, decorrente das atividades produtivas, como por exemplo: a poluição dos mananciais de água, a degradação dos solos, a destruição da paisagem, etc.

No conjunto de trabalhos³⁰, Mollard (2002) analisou economicamente a multifuncionalidade da agricultura, particularmente, referente aos ‘serviços’ ambientais propiciados pela agricultura. Para tal, utilizou os conceitos de *externalidades*³¹ e *bens públicos* produzidos pelas atividades agrícolas. Dessa maneira, percebeu que a problemática das *externalidades* apresentadas pela agricultura diferenciam-se, segundo a estrutura dos mercados visados pela agricultura. Ressalta ainda que os mercados específicos e locais de produtos e serviços de qualidade valorizam recursos territoriais específicos, constituindo-se dessa forma, num vetor privilegiado de internalização das externalidades ligadas à agricultura.

Em continuidade a esse resgate teórico-conceitual da multifuncionalidade da agricultura, menciona-se que a outra forma de análise, utilizada por Mollard, pode ser em relação ao conceito de *bens públicos*. Nesse aspecto, de todo o conjunto possível de externalidades expressadas pela agricultura, muitas apresentam características de bem público (cujo consumo não rival e a exclusão não é desejável)³². São, portanto, nestas características

²⁹ *Ibid.*, p. 6. (Trad. ALVES, A. F.)

³⁰ *Multifonctionnalité et territoires: justifications et modalités de la territorialisation des politiques publiques*. In: *Les Cahiers de la multifonctionnalité*, n° 1, mai 2002. pp. 37-56

³¹ Que na economia clássica, referem-se ao conjunto de bens necessários à maximização do bem-estar da sociedade. Por isso, diz-se que as externalidades podem ser ‘positivas’ ou ‘negativas’. Quando positivas, denominamos de “amenidades” (PICARD, 1998). Atualmente, servem como importante parâmetro de interpretação das preocupações ambientais, decorrentes das atividades rurais. Posteriormente, estaremos aprofundando essa questão, quando a abordagem da multifuncionalidade estiver sendo relacionada com o debate territorial.

³² Em economia a *não rivalidade* é a característica de dois ou mais consumidores, poderem consumir uma mesma unidade do bem (consumo conjunto). Ou seja, o consumo do bem por um consumidor não reduz a quantidade disponível, para consumo desse bem, por outro consumidor. Já a *exclusão não ser desejável* é a característica inerente ao fato de não existirem custos adicionais, quando há um consumidor extra (SALANIÉ, 1998).

de bem público, não determinadas pelo mercado, que está a origem das possíveis falhas do próprio mercado. Nessa compreensão, o bem público não é financiado, tampouco otimizado; é considerado um subproduto de externalidades positivas e/ou produto de externalidades negativas. Dessa maneira, como a economia pública visa à maximização do bem-estar em nível social, é, portanto, esse bem-estar por que se interessa a multifuncionalidade.

No entanto, Allaire & Dupeuble (2002) relativizam essa questão de *bens públicos*, quando o debate sobre as caracterizações da multifuncionalidade da agricultura fica no centro de um jogo político. Isto é, em face do caráter público dos problemas locais e globais apresentados. Nesse sentido, segundo os autores, a noção de externalidades no debate econômico da multifuncionalidade mascara o importante trabalho de sua construção social da agricultura. Desse modo, concluem que as falhas são mais das instituições responsáveis e detentoras da questão, que do próprio mercado. Sugerem, então, que não basta avaliar os *outputs* das atividades agrícolas na ótica multifuncional da agricultura, como fizeram com muita propriedade, mas os dispositivos contratuais dessa política agrícola europeia.

Dentro do marco teórico em questão, fechando esta primeira parte da subseção, diria, então, que o conceito de multifuncionalidade da agricultura, refere-se ao **conjunto de amenidades** (econômicas, sociais, ambientais e territoriais), não meramente produtivas, **caracterizadas como bens públicos não-mercantis**, que a agricultura e demais atividades que dela se estendem, podem oferecer ao conjunto da sociedade. No aspecto teórico-metodológico, diria que se trata de um conjunto de funções/atribuições da agricultura, que **tanto podem servir de parâmetro às políticas públicas** (de segurança alimentar, de qualidade nos produtos, de geração de postos de trabalho, de proteção dos recursos naturais, de contemplação e renovação da paisagem, de ocupação territorial, de desenvolvimento da economia local, de autoconsumo e de inserção social) voltadas a dinamizar os espaços rurais, **como ferramenta de análise dessas políticas públicas**.

No tocante aos desdobramentos gerados pelo conceito, quando se discutem temas que venham se contrapor ao modelo produtivista, é prudente lembrar que as políticas de desenvolvimento rural na Europa sofreram profundas modificações. A primeira, fruto da pressão daqueles setores que estavam preocupados com a questão ambiental; a segunda, mais no sentido normativo e operacional da atividade agrícola em si e questões comerciais. Sobre esse segundo aspecto, Maluf (2002) ressalta que a construção europeia da multifuncionalidade é resultado de dois movimentos. Um, que criticou o modelo produtivista, defendendo um “*modelo europeu de agricultura*”. Outro, que objetivou criar uma harmonia entre as

legislações agrícolas e de desenvolvimento rural, entre os diversos países que compõem a União Europeia. No campo político, a França foi o país que mostrou mais claramente os avanços rumo à noção de multifuncionalidade da agricultura.

No entanto, a referida reforma, apesar de preservar interesses, especialmente dos produtores de grãos, propiciou a abertura de uma perspectiva mais transparente desses subsídios, tornando-os sujeitos às críticas da sociedade. De todo modo, a multifuncionalidade pode expressar a representação social da agricultura e novas demandas e atores, que emergem como demonstração da importância atual do desenvolvimento rural. Talvez ainda seja difícil compreender a separação entre promover esse debate, enquanto ferramenta de análise do rural e, ao mesmo tempo, manter os instrumentos protecionistas colocados em prática por países avançados. Estes países restringem o acesso de produtos agrícolas a seus mercados ou imprimem subsídios que favorecem suas exportações a preços mais baixos.

De fato, os destaques apresentados nos debates sobre os rumos da PAC foram de orientações mais sociais e menos produtivistas, com forte viés ambiental, isto é, valorização das diversas *funções* da agricultura, na busca de um novo contrato, que regulasse a destinação de recursos aos agricultores, conforme as funções pelos mesmos desempenhadas. No entanto, mesmo que os discursos em torno da multifuncionalidade não fossem, pura e simplesmente, pela manutenção das atuais práticas econômicas e políticas protecionistas, as dúvidas persistiam, isto é, apontavam uma nova estratégia para a agricultura ou, ainda, no sentido de recriar uma nova relação entre o econômico, o social e os processos biotécnicos. A pergunta que permanece: qual foi verdadeira intenção do uso dessa noção pelos países avançados?

Para Laurent & Mouriaux (1999), a percepção é o de que dentre as principais atribuições propostas pelo tema, na França, o que mais se destacou foi a questão do emprego nas áreas rurais. A introdução do conceito de multifuncionalidade, na LOA, reforçou o interesse de uma análise comparativa entre diferentes setores, conduzindo, dessa forma, a interrogarmos, simultaneamente, sobre a definição da atividade agrícola, as fronteiras móveis da pluriatividade e o status que confere o exercício da atividade agrícola³³. Ao se referirem à unidade entre setores, as autoras ressaltam que a grande ênfase alicerça-se nas funções ambientais, paisagísticas e de ocupação dos espaços, além da produção de alimentos associados à “segurança alimentar”. Isso significa produzir com qualidade, conservando sua potencialidade produtiva; significa também, valorizar os cuidados com o território, no sentido de se preservarem as características paisagísticas, que convergem à proteção do meio

³³ Sobre o estatuto da atividade agrícola, ver mais BLANCHEMANCHE, S. *et ali.*, 2000.

ambiente. Além disso, está a preservação de um capital cultural, propiciando o surgimento de novas atividades ligadas à agricultura, como o agroturismo.

Em semelhante sentido, Carneiro (2002) fala em desenvolvimento harmônico nessas unidades, destacando que,

“... a multifuncionalidade pode responder à necessidade de se perceber a agricultura familiar no contexto dos novos desafios que lhes são propostos pela interação contínua, e cada vez mais presente, entre valores e práticas sociais, culturais e econômicas diversificadas” (CARNEIRO, 2002, p. 9).

Desse modo, a autora vê que a noção de multifuncionalidade da agricultura surge num momento em que se buscam soluções para as “disfunções” do modelo produtivista, inovando ao propor uma visão integradora das diferentes esferas sociais, como forma de analisar o papel da agricultura e da participação das famílias rurais no desenvolvimento local.

Mesmo sendo outro debate, o da pluriatividade³⁴, de certa forma, não está dissociado da discussão da multifuncionalidade da agricultura, até porque na França, com a adoção do CTE, como em nível mundial, a tradução é de uma ampliação das situações de pluriatividade. Assim, a multifuncionalidade, mesmo não sendo neste caso de pluriatividade necessariamente um atributo da agricultura, contribui para renovação de sua articulação com outros setores inerentes à atividade agrícola, dentre eles as formas de socialização e do trabalho (LAURENT, 1999). Portanto, no sentido da fronteira entre a atividade agrícola e a não-agrícola, no debate da pluriatividade, é que a noção de multifuncionalidade ultrapassa o enfoque setorial, deixando a agricultura de ser vista somente como produtora de bens agrícolas, mas também como espaço para o debate de suas funções sociais.

³⁴ A princípio a Pluriatividade é a combinação da agricultura com uma multiplicidade de tarefas para garantir a renda (SCHNEIDER, 1999, p. 180); ou “... uma estratégia da família, com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução desse e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (WANDERLEY, 2003); ou ainda como “... uma estratégia econômica, que se limita a ocorrer no âmbito privado das famílias rurais” (cf. Carneiro & Maluf, 2003, p. 21). Além disso, no campo conceitual, Pluriatividade engloba uma multiplicidade de processos ligados às transformações econômicas vivenciadas pelas famílias agrícolas, na busca de outras formas de constituir a renda familiar. Cabe acrescentar que um consenso sob a adoção da noção de pluriatividade, como definição para as atividades remuneradas não-agrícolas, foi obtido quando se incorporaram aos debates duas variáveis importantes: *a família com unidade de análise relevante* e o *enfoque sobre as atividades não-agrícolas*. Assim, dada sua importância sócio-econômica, passou-se a interpretar o fenômeno não mais pelos termos da “agricultura a tempo parcial”, “trabalhos domésticos múltiplos” e “diversificação das atividades” (ALVES, 2004, p. 14). Mais recentemente, para Schneider a pluriatividade está relacionada ao exercício de atividades agropecuárias na unidade familiar associada a outras ocupações profissionais remuneradas, por indivíduos de um mesmo grupo doméstico, “que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho e se identificam como uma família” (SCHNEIDER, 2006, p. 2).

Considerando a ocorrência quase simultânea de ambos os debates no Brasil (o debate da pluriatividade e da multifuncionalidade da agricultura), quem apresenta um importante discernimento dessa questão conceitual, entre as duas noções, é Cazella (2007)³⁵, ao concluir que o significado da multifuncionalidade da agricultura é mais abrangente e contempla o fenômeno da pluriatividade. A afirmação desse autor se ampara na compreensão de que “*a pluriatividade refere-se ao exercício de atividades agropecuárias na unidade familiar associada a outras ocupações profissionais remuneradas*”³⁶, que podem ser exercidas tanto dentro quanto fora da unidade agrícola familiar, ao passo que “*a multifuncionalidade da agricultura contempla o conjunto de funções de desenvolvimento rural executadas por agricultores, sendo que a maioria delas não é remunerada pelo mercado*”.³⁷ A justificativa conceitual para a noção de multifuncionalidade está no fato de essas funções apresentarem um estreito vínculo com determinadas particularidades da agricultura em relação a outros seguimentos da economia. Refere-se nesse aspecto a sazonalidade do trabalho, condicionantes biológicos nos processos produtivos, especificidade e variabilidade dos ecossistemas dos sistemas agrários.

Já na França, conforme foi sinalizado anteriormente, com a implantação da nova LOA, prevista pelo MAP, este país estava nitidamente comprometido em corrigir a política agrícola da União Européia. Essa lei havia estabelecido, dentre outras medidas, a implantação do CTE³⁸, numa nítida resposta às críticas comerciais advindas, especialmente, dos países agro-exportadores. Concomitante a isso, cresceu o interesse sobre o tema no âmbito acadêmico europeu. Na França, a LOA afirma que “*a política agrícola leva em conta funções econômicas, ambientais e sociais da agricultura e participa do ordenamento do território, visando um desenvolvimento sustentável*” (Art. 1º). Com isso, os objetivos principais estavam centrados: i) no desenvolvimento do emprego na agricultura, no conjunto das regiões, preservando seu caráter familiar; ii) na produção de qualidade e diversidade, respondendo as exigências expressas pelos consumidores, satisfazendo as condições de segurança sanitária, contribuindo para a segurança alimentar mundial; e, iii) na preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, relacionados à paisagem.

³⁵ CAZELLA, A. *A multifuncionalidade agrícola: A defesa de subsídios públicos para o desenvolvimento rural. Marco Social: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, p. 12-15, jul. 2007.

³⁶ CAZELLA, *op. cit.*, p. 14.

³⁷ *Id.*

³⁸ Prevendo que os agricultores, através dos subsídios, também se engajem em exercitar uma agricultura que viesse combinar necessariamente produção com proteção e renovação dos recursos naturais, no sentido de levar o equilíbrio territorial e o emprego. Posteriormente, a aplicação da lei passou por um período de moratória, tendo em vista as novas linhas políticas que foram adotadas para o setor rural, a partir do governo Chirac. Por último, o CTE passou por uma reestruturação passando a se chamar *Contrats d'Agriculture Durable* (CAD).

De fato, a promoção da multifuncionalidade da agricultura, através das ajudas diretas, como as que passaram a ocorrer via *CTE*, suscitou, além do acirrado debate interno, inúmeras inquietudes, sobretudo do *Group de Cairns*³⁹, que a avaliou e, ainda, insiste na tese de ter sido mais uma ‘velha’ política protecionista. Desse modo, o principal campo de manifestações desse grupo concentrou-se, *a priori*, na crítica a PAC, pela sua centralidade na proteção e incentivo ao pequeno produtor rural europeu. Contudo, não deixaram de reconhecê-las como uma alternativa que buscava identificar nesse conjunto de funções, aquelas susceptíveis de serem traduzidas em produtos materiais e imateriais, objeto de uma transcrição via mercados, quando esses falham, via ajudas públicas compatíveis com as regras internacionais do jogo econômico⁴⁰. Prova disso, é que boa parte da academia francesa se viu engajada, sobretudo, aos ligados as temáticas da socioeconomia rural, na tentativa de esclarecer, além dos principais objetivos, que estavam sendo colocados, os resultados práticos perceptíveis por tal *modelo* de gestão política para com o setor rural.

Dentre todas as questões convergentes e conflitantes, a pergunta que sempre se fazia era: quais são os papéis da agricultura na sociedade? Quais seus modos de intervenção? Nesse sentido, a partir de 2001 o INRA – Cemagref – CIRAD, resolveram aprofundar os conceitos e os instrumentos relacionados com a multifuncionalidade, assim como analisar e acompanhar as dinâmicas em curso⁴¹. Em 2001, apresentaram um primeiro documento “*La multifonctionnalité de l’agriculture, un nouveau concept à explorer*” – centrado no debate da territorialização dessa política. Posteriormente, noutro documento – “*Appel à propositions de recherche 2002*” - acolhendo as primeiras observações acadêmicas sobre o funcionamento dessa ação pública.

Nas discussões sobre os dispositivos do *CTE* e a multifuncionalidade, de forma bem didática, Allaire & Dupeuble (*op. cit.*) produziram um esquema que demonstra o engajamento das partes envolvidas (agricultores, organizações relacionadas e Estado) no funcionamento do *CTE*, que possuíam em cada nível, regras e objetivos a serem atingidos (ANEXO 3). Assim, o esquema a seguir mostra os contornos dessa ação pública com todos os seus dispositivos, vistos em três níveis: primeiro, no âmbito central, referente à normatização da co-produção de bens públicos, organizado em torno do Estado (Plano de Desenvolvimento Rural Nacional –

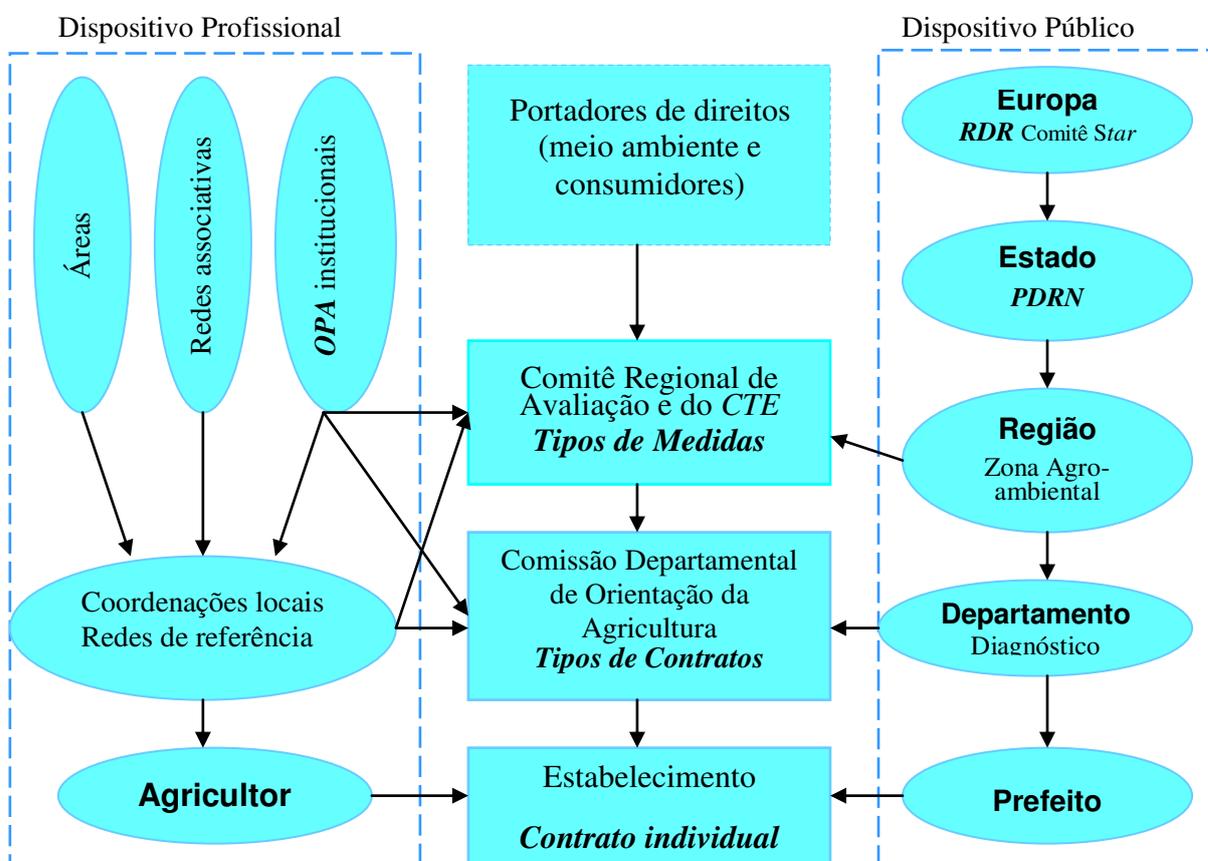
³⁹ Formado por 19 países (Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tailândia e Uruguai), que juntos são responsáveis por mais de 25% das exportações mundiais de produtos agrícolas.

⁴⁰ Cf. abordagem proposta pela FAO durante a **Conferência Internacional sobre o Caráter Multifuncional da Agricultura e da Terra**. Maastricht (Países Baixos), 1999.

⁴¹ Através de «*Propositivos de recherche soutenues par le dispositif Inra-Cemagref-Cirad sur la multifonctionnalité de l’agriculture et des espaces ruraux*». *Les Cahiers de la multifonctionnalité*, nº 2, 2003.

PDRN) e a Comissão Europeia (Comitê de Estruturas Agrícolas – *STAR*); segundo, no âmbito regional referente à orientação da multifuncionalidade, que se organizava em torno das medidas agro-ambientais e do diagnóstico em cada departamento. Nestes dispositivos atuavam as Comissões Departamentais de Orientação da Agricultura (CDOA), na formação dos contratos territoriais, que eram avaliados regionalmente pelo Comitê Regional de Avaliação e de seqüência do *CTE*; por último, no âmbito local, onde atuam representações das Organizações de Agricultores (OPAs) e Redes Associativas, através das Coordenações Locais, ambos ligados diretamente aos agricultores, beneficiários diretos dos *CTEs* de forma individual. Nesta instância, a decisão contratual ente o Estado e o agricultor era delegada ao gestor local. Assim, na avaliação de Allaire & Dupeuble, a articulação das três dimensões repousavam sobre a globalidade e a coerência de um verdadeiro projeto de organização do *Estabelecimento*, a partir do qual o *CTE* era levado a termo. Também havia a lógica da descentralização do funcionamento de tais dispositivos, como modelo de ação pública.

Figura 1 – Esquema interpretativo sobre o modo de ação pública do *CTE*.



Fonte: ALLAIRE & DUPEUBLE, 2002, p. 235. [Adaptado & traduzido por ALVES, A. F., 2008]

Obviamente, nesse resgate conceitual e desdobramentos sobre a multifuncionalidade da agricultura, não será possível externar todas as posições, favoráveis ou contrárias a

multifuncionalidade, mesmo porque não é esse o objetivo do presente capítulo. Mas é prudente, de forma sintética, citarem-se alguns trabalhos representativos desse debate, surgidos logo após a implantação do CTE na França. De um lado, posições extremamente críticas à ação política francesa, principalmente de outros países, através de trabalhos como: “*Objetivos das negociações agrícolas à OMC*” (ZALAUF) pela OMC; “*Coexistência da diversidade agrícola [o direito de cada país defender considerações de ordem comercial]*” (LINDLAND), pelo Ministério da Agricultura da Noruega; “*Em direção a uma agricultura multifuncional: uma visão diferente*” (NORMILE & BOHMAN), pelo UDSA dos Estados Unidos; e, “*A multifuncionalidade da agricultura: algumas orientações francesas*” (WASZKIEL) pelo MAP (Escritório de Relações Exteriores da UE). De outro, críticas mais ponderadas, preocupadas, porém, em apresentar alternativas às possíveis falhas dessa ação pública, cercada de interesses econômicos-políticos divergentes. Nesse grupo de trabalhos estão: “*Bens comerciais, bens identitários e a multifuncionalidade da agricultura*” (BARTHÉLEMY & NIEDDU), pelo INRA; “*Limitações do paradigma multifuncional à pesquisa de uma nova política comum*” (MASSOT-MARTI), pelo Parlamento Europeu (Comissão de Agricultura); “*A multifuncionalidade frente às deficiências dos agricultores do Sul: uma perspectiva de refundação das políticas públicas?*” (LOSCH), pelo CIRAD e, “*Os trabalhos da OCDE sobre a multifuncionalidade: contexto, abordagem e resultados preliminares*” (MORREDU), pela OCDE⁴². Sobre essa última contribuição, cabe referenciar que a OCDE (2001) foi uma das pioneiras a apresentar um quadro analítico das funções da agricultura à sociedade, levando em conta as necessidades econômicas, sociais e ambientais, bem como um amplo estudo sobre todas as conseqüências operacionais desse modelo de ação pública, que aqui seria demasiadamente longo para relatar (OCDE, 2003).

Na França foi possível a realização simultânea de toda essa discussão, partindo de suas *funções* ou conjunto de amenidades (econômicas, sociais, ambientais e territoriais), debater e avaliar a multifuncionalidade da agricultura, no sentido de propor políticas públicas (a do PDR para as “zonas desfavorecidas”, por exemplo) e, ao mesmo tempo, fazer a análise crítica de políticas públicas (do CTE, por exemplo). No entanto, nessa linha de considerações sobre o CTE e a multifuncionalidade da agricultura, pode se dizer que as primeiras avaliações oficiais do Brasil foram mais parcimoniosas. Nessa época, os desdobramentos do aporte conceitual da multifuncionalidade, ainda, estavam sendo analisados pela academia. Contudo, alguns mais

⁴² Nos Anais do *Colloque International de la Société Française d'Économie Rurale*, realizado em 21 e 22 de março de 2002, Paris, com o tema central “*La multifonctionnalité de l'activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publiques*” (1ª e 2ª parte, pp. 17-192). Paris, Educagri Éditions/SFER/Cirad, 2003.

engajados ao debate, que se travava na Europa, emitiram algumas considerações, aplicando-as à situação brasileira.

De um modo geral, quase todas essas primeiras impressões viram nessa noção alternativas a serem consideradas e perfeitamente adaptáveis à realidade agrária brasileira. Foi o caso de Cazella & Mattei (2002b) que salientaram, na multifuncionalidade, a forma de legitimar as formas “alternativas” de agricultura que não se enquadravam no modelo de desenvolvimento agrícola dominante. Tomaram como parâmetro os impactos negativos da agricultura convencional que se tornou incapaz de gerar novos empregos, além de impactar negativamente o meio ambiente. Sabourin *et al.* (2003) também reconhecem a importância de se valorizar as múltiplas funções da agricultura camponesa, especialmente as funções não mercantis, através de uma dinâmica institucional que aloque recursos públicos, para regiões como o semi-árido, contemplando assim, na melhor forma, a multifuncionalidade.

No entanto, Maluf (2003) observou que não se podem transferir a temática da multifuncionalidade da agricultura para o Brasil, nos mesmos termos adotados na Europa. Há que se observar, preliminarmente, a complexidade do sistema agroalimentar nacional e considerar a grande heterogeneidade e desigualdade social do mundo rural brasileiro. Anteriormente, Maluf (2002), já havia se reportado ao *CTE*, especificamente ao Art. 20º da Agenda 2000, o qual faz referência à uma reforma quantitativa e ‘possível’ da *PAC*, ao lado da promoção de uma “*agricultura multifuncional, durável, competitiva e distributiva por todo o território europeu*”, demonstração da importância da produção [grifos meus]. Nessa mesma linha de julgamento, Abramovay (2002), referindo-se, porém, às “ajudas diretas – interesses e ambigüidades”, que estariam embutidos no contexto da multifuncionalidade, através da reforma da *PAC*, diz que as ajudas diretas poderiam estar representando o lado obscuro do protecionismo, por meio dos subsídios.

Mais severo que Maluf, na análise da multifuncionalidade, foi Soares (2001), que não mediu críticas às medidas político-econômicas adotadas pela EU, em torno da agricultura, relacionado-a com a situação da agricultura familiar brasileira. Para esse autor, guardadas as especificidades da agricultura européia, os subsídios propiciam o impactamento das políticas agrícolas dos países em desenvolvimento. Com isso defende que a *UE* seja sincera, como é a demanda pela multifuncionalidade, respeitando a *multifuncionalidade* da agricultura dos países em desenvolvimento. O mesmo recado vale para o Brasil, ou seja, não se pode tratar como igual as diferentes funções da agricultura familiar e da agricultura patronal. Isto significa deixar de se fazer a necessária distinção entre os diferentes objetivos.

Além disso, buscando avaliar as possibilidades da multifuncionalidade da agricultura enquanto ferramenta de análise da agricultura familiar, também é importante resgatar as considerações de Carneiro (2003) que relaciona essa temática com a da pluriatividade. Nesse aspecto a autora utiliza como elemento empírico a comparação entre duas distintas regiões pesquisadas⁴³ de agricultura familiar, que apresentam a pluriatividade, sobretudo, como estratégia de reprodução social das famílias camponesas. Desse modo, entende que através da multifuncionalidade é possível se pensar outras atividades não agrícolas cada vez mais presentes no âmbito das famílias de camponeses. Portanto, é através da multifuncionalidade que se pode ver o agricultor “*como um ser social de múltipla inserção, sujeitos a desejos e orientados por valores que não são somente econômicos*” (CARNEIRO, 2003, p. 420).

Por fim, olhando para esse exemplo anterior é importante distinguir no *Curimataú Ocidental*, lócus da pesquisa dessa tese, distintas lógicas de reprodução social da agricultura. Uma delas pautada no “desenvolvimento” de uma agricultura produtivista, que se pode chamar de patronal e de outra parte, em sua maioria, de uma agricultura familiar camponesa, pautada na reprodução de outros valores que ultrapassam a esfera econômica. E é exatamente dessa questão que a seção seguinte estará tratando.

3-A grande questão: a relação da agricultura ‘moderna’ com a multifuncionalidade da agricultura

3.1 – Alguns pressupostos

Vários são os pressupostos da discussão sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura. Talvez, o ponto de partida e principal ingrediente seja a crise da agricultura produtivista, juntamente com todas as suas interfaces que vieram afetar, de forma substancial, o modo de vida rural, como já havia acontecido com a vida urbana inglesa logo após intensificação da Revolução Industrial na primeira metade do Século XIX. Nesse aspecto, para Abramovay (2002) a gestão da agricultura, na Europa, que – desde o início da PAC ao final dos anos de 1950 – foi tema exclusivo dos agricultores e do Estado, passa a mobilizar um conjunto, cada vez mais variado de atores, que questionavam o destino puramente focado no produto agropecuário de grande parte das subvenções estatais. Isto significou avaliar a relação custo-benefício de uma política agrícola, que há muito já vinha dando sinais de descompasso com a evolução das necessidades sociais e ambientais emergentes. Obviamente,

⁴³ Uma na França, junto a uma aldeia de agricultores camponeses de *Belledonne*, região de *Rhone-Alpes*; A outra no Brasil, entre agricultores familiares de Nova Friburgo, região serrana Fluminense.

sem deixar de considerar a existência toda a pressão do setor econômico comercial advindo de outras partes do mundo, exigindo mais equidade e transparência nas relações comerciais, sobretudo daqueles países agro-exportadores.

Como pressuposto, Carneiro (1998) sustenta que a política de modernização agrícola na Europa, exemplificada através de seu trabalho de pesquisa realizado na França, mostra que o meio rural não conseguiu acompanhar no todo esse processo modernizante. Salienta ainda a autora que, especialmente, nas áreas ou zonas rurais mais desfavorecidas, a “modernização” levada a termo, no começo dos anos de 1950, fez surgir, nesse espaço, vários tipos de atores. De fato muitas foram as rupturas sociais e econômicas que ocorreram no período. Salienta por último que a legislação da época não preconizava novas situações, com o ingresso de atores como categorias diversas de “agricultores”.

Porém, não cabe aqui lembrar toda essa trajetória socioeconômica e cultural vivenciada pelos agricultores franceses, porque noutras partes do mundo, dentre elas no Brasil, o processo “modernização” da agricultura, também, é dentro de sua especificidade sócio-histórica permeado por inúmeros descompassos sócio-econômicos. Apenas o reforço referencial de que foi a partir de um modelo imposto – a “Revolução Verde”⁴⁴ –, que começaram os debates em torno das distorções no setor agrícola. É, pois, a partir dessas questões que se pauta a abordagem em torno da multifuncionalidade da agricultura em relação à agricultura dita moderna. Essa última havia adotado uma política oficial muito rígida, no que diz respeito às regras que o setor agrícola deveria seguir, objetivando atender a urgência na demanda de alimentos no período pós-guerra. Nesse período, sem precisar repetir o que foi dito na seção anterior, inúmeros acordos comerciais e técnicos tinham o objetivo de resolverem o problema da escassez de alimentos na Europa, que se encontrava devastada economicamente, em decorrência do longo período de conflito mundial.

Fato é que por volta do início dos anos 1980, ou seja, aproximadamente, 30 anos após a implantação desse modelo “modernizador”, a capacidade produtiva dos países europeus, especialmente, dos com maior potencial agrícola, a exemplo da França, atingiram o seu ponto máximo de produção, chegando a conseguir no continente todo, uma reserva alimentar muito além da capacidade de consumo. Junto a isso se agravam os problemas sociais, especialmente, o êxodo rural, fruto também da política modernizadora da agricultura, que substituiu,

⁴⁴ Ehlers (1996) denomina *Revolução Verde* o processo pelo qual o padrão agrícola químico, motomecânico e genético gestado nos Estados Unidos da América e na Europa, foram disseminados para várias partes do planeta. Termo derivado dos enormes avanços da engenharia genética que, aplicada à agricultura, possibilitou a produção de variedades vegetais altamente produtivas e de insumos que ficou conhecido como “pacote tecnológico”.

rapidamente, em grande escala, a mão-de-obra por uma intensa maquinização das atividades agrícolas, até então manuais e geradoras de emprego.

É importante destacar, também, que a agricultura mundial, da década de 1980, passou por uma enorme transformação, quando surgiram novos mercados competidores, fruto, especialmente, da abertura comercial de fronteiras. Surge uma dura política de competição desses mercados produtores de alimentos, com mecanismos protecionistas⁴⁵, paralelamente a uma forte diminuição de gastos com a ajuda a países pobres da África, por exemplo, contribuindo a um arrefecimento do avanço da modernização. Com isso se colocou em discussão os percalços gerados pela modernização agrícola, principalmente, dos relacionados ao ambiente social e cultural do homem do campo.

Junta-se também ao rol de problemas decorrentes dessa política implantada no fim da 2ª Guerra Mundial a questão ambiental, conseqüência de uma massiva utilização dos recursos naturais com poucos ou nenhum critério e sem nenhuma preocupação com seu esgotamento. Surge então, a partir dos anos 1990, em particular, durante os debates da Conferencia das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, a preocupação com essas questões relacionadas com a produção de alimentos. Porém, considerando uma produção pautada não mais no quantitativo, mas, sobretudo, no qualitativo, que buscasse não só alimentos em quantidades suficientes, mas com qualidade, produzido de forma mais harmônica e também mais segura para o meio ambiente.

Diria então, que o uso da noção de multifuncionalidade da agricultura surge num momento em que se busca resgatar o conjunto de atribuições da agricultura para a dinâmica sócio-econômica dos territórios rurais ou, na compreensão de Carneiro (2002a), o debate resgata atribuições e/ou funções que já faziam parte da prática camponesa e que foram inibidas pela agricultura produtivista, voltada eminentemente ao atendimento de mercados. Ou seja, essa discussão, na visão da autora, possibilita-nos, dentre outras alternativas,

“(…) perceber a agricultura na sua relação com as outras esferas do social. Ao direcionar a atenção para o que se nomeou de “funções não diretamente produtivas da agricultura”, ela promove um recorte analítico que favorece uma percepção holística (e não setorial) da sociedade, revelando a importância e buscando significados de atividades e relações sociais que, até então, estavam à margem das análises econômicas e das lentes dos formuladores de políticas públicas” (CARNEIRO, 2002a, p. 18).

⁴⁵ Trata-se de uma política comercial que visa impedir, ou restringir, o acesso das mercadorias e dos capitais estrangeiros ao mercado interno do país. Utilizam meios como direitos de aduana, limitação de importações (cotas), instauração de normas sanitárias ou técnicas constrangedoras, subsídios aos produtos nacionais (em especial para exportações), manipulação das taxas de câmbio encarecendo as importações, etc., (SIZE, 1997).

Na visão de Maluf (2002), as críticas à visão produtivista, uma das origens do debate da multifuncionalidade da agricultura se expressam numa espécie de “retorno” do produtivismo, às preocupações com o meio ambiente, formas sustentáveis de se produzir, ou seja, produzir melhor. Para esse autor, no caso brasileiro, essa perspectiva vai ao encontro de uma proposta de agregação de valor à matéria-prima agrícola por parte dos agricultores, sobretudo, dos agricultores familiares, contrapondo-se assim, à proposta do produtivismo da chamada revolução verde (incremento da renda com o aumento proporcional na quantidade produzida de bens primários). Complementa dizendo ainda que a noção de multifuncionalidade incorpora *“uma melhor apreensão da dinâmica de reprodução das unidades econômicas e das famílias rurais nos espaços [territórios] em que estão localizados, favorecendo conseqüentemente o entendimento da passagem do (desenvolvimento) agrícola para o familiar e rural, vistos numa ótica territorializada”* (MALUF, 2002, p. 315). No entanto, não se pode concordar totalmente com essa perspectiva, pois se assim fosse perder-se-ia de vista todo o potencial crítico que o próprio conceito da multifuncionalidade da agricultura tem, ou seja, a possibilidade de criticar o modelo agrícola brasileiro.

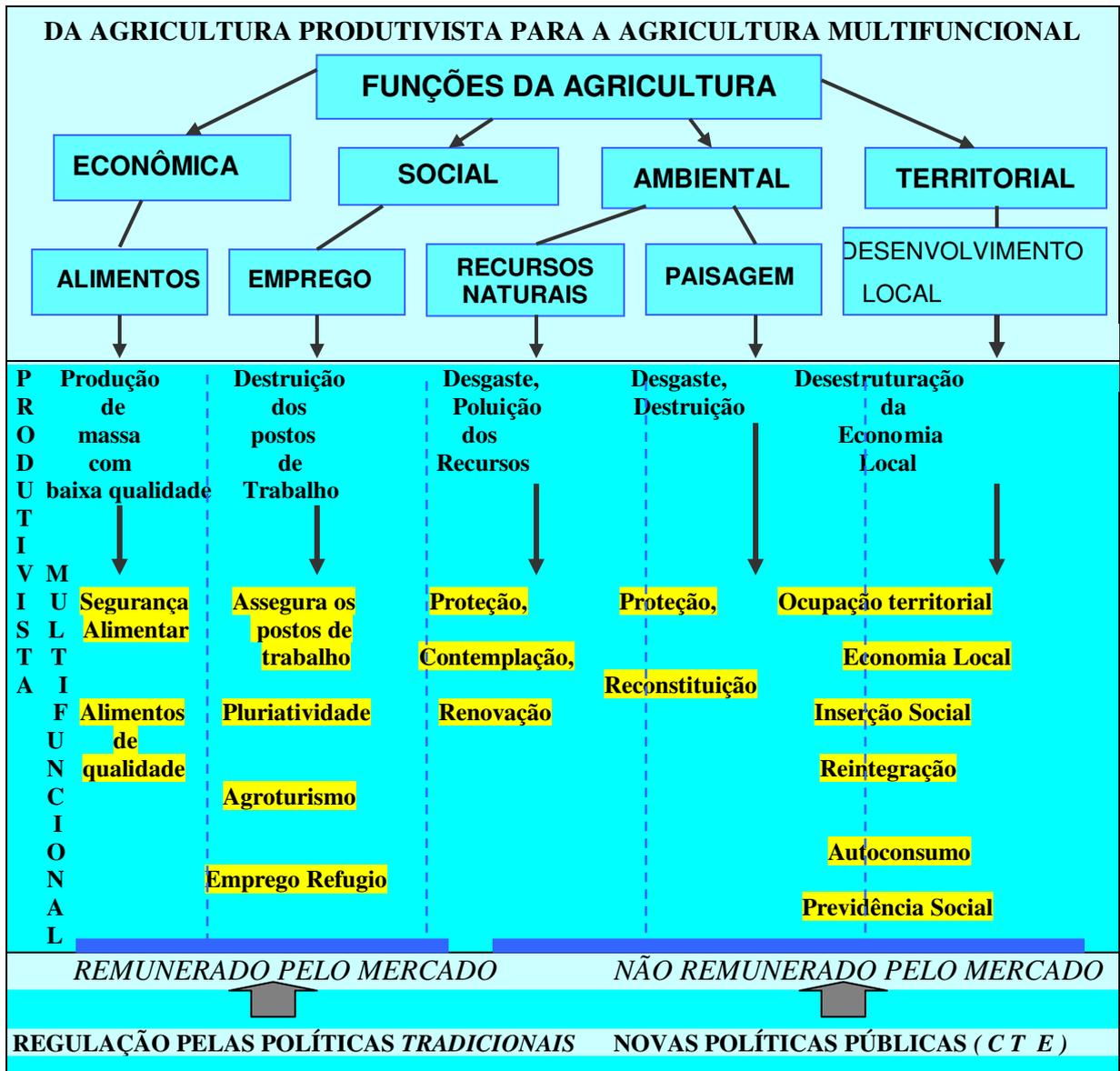
Para Wanderley (2003a), a disseminação do denominado modelo produtivista de modernização da agricultura preconizado nos países desenvolvidos, mesmo tendo garantido a segurança alimentar, manteve sua centralidade na produção voltada ao mercado internacional. Para a autora, tal modelo provocou, além da superprodução, problemas sociais e ambientais, levando a necessidade de se *“repensar os processos de modernização, num momento em que as pressões internacionais exigiam a eliminação dos subsídios vinculados aos preços e à qualidade dos produtos, (...), repercutindo num campo social particularmente fértil”* (WANDERLEY, 2003a, p. 12).

Sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura, Roux (2001)⁴⁶, tomando por base a remuneração das atividades agrícolas, demonstrou de forma didática, através da figura 2 a seguir, a polaridade entre o modelo de agricultura baseada em obter altos índices de produtividade e aquele, que se baseia nos preceitos da multifuncionalidade agrícola. Embora esse esquema peque pela visão dicotômica de supostos modelos polares, sua importância reside no fato de facilitar a compreensão e significados do caráter multifuncional da agricultura. Portanto, o organograma destaca os seguintes aspectos: a) as funções *econômicas* e *sociais* relacionadas à produção de alimentos e à geração de emprego. Essas funções por sua vez remuneradas pelo mercado e, sob as mesmas incidem a maior parte das políticas públicas

⁴⁶ Palestra sobre multifuncionalidade agrícola. Florianópolis, CCA/UFSC, 2001. Ver Também Alves (2004).

convencionais; b) as funções *ambientais* e *territoriais* relacionadas aos recursos naturais, paisagem rural e desenvolvimento local, que implicam numa renovação dos recursos naturais, recomposição e manutenção das paisagens e ocupação territorial, de forma integrada à economia local, ainda pouco reconhecida pelas políticas públicas.

Figura 2 - Organograma sobre as funções da agricultura, 2001.



Fonte: ROUX, B. (2001). [Modificado por CAZELLA & MATTEI, 2002b]

Observando um pouco mais a representação acima é necessário esclarecer a existência de determinadas particularidades das duas últimas funções. Chamo a atenção para o fato de que as funções *ambientais* e *territoriais*, não estão sendo remuneradas pelo mercado e com isso passaram a ser contempladas por novas propostas de políticas públicas, a exemplo dos CTEs na França. Evidencia-se, portanto, que a multifuncionalidade da agricultura emerge,

também, em contraponto à visão, às vezes, exclusivamente econômica e utilitarista do “agronegócio”, que vê a agricultura como mais uma atividade econômica e o meio ambiente meramente como fonte inerte e inexorável de matéria-prima. Além disso, a função territorial é capaz de incorporar outros elementos como o *autoconsumo* e a *previdência social*, verdadeiros sustentáculos da reprodução da agricultura familiar camponesa, especialmente, naquelas regiões desfavorecidas (CAZELLA, 2001) ou de economia fragilizada, como é o caso do semi-árido brasileiro. Sobre essas particularidades regionais e locais, serão tratadas mais detalhadamente, respectivamente nos *Capítulos III e VI*.

Dito isso, fazem-se as necessárias correlações para a situação agrária brasileira, que, diga-se de passagem, tem suas especificidades históricas e socioeconômicas e, atualmente, forte engajamento na modernização da agricultura. Pondera-se, então, mesmo para os mais experimentados e conhecedores da realidade rural brasileira, a necessária consideração das várias interfaces que o tema precisa ser delineado. Ou seja, nortear a discussão, em torno dos múltiplos papéis que a agricultura é capaz de cumprir, num país com sérios problemas agrários, de distribuição de renda e de agressão ao meio ambiente. É com base nesse cenário que Maluf (2002), faz sérias críticas à política brasileira do fim dos anos de 1990, que mesmo com dois ministérios ligados ao setor produtivo rural, não tinha, até então, uma política de desenvolvimento sustentável, não isentando também a

“... dicotomia e conflito no discurso e nas práticas governamentais quanto ao padrão de ocupação social do espaço agrário. A expansão do segmento exportador, promovida pelo Ministério da Agricultura, não se faz sem repercussões negativas em termos sociais e ambientais sobre os pequenos agricultores – eixo da intervenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – e, claro, sobre o conjunto da sociedade” (MALUF, 2002, p. 306).

Além disso, levando-se em conta os já apontados limites da chamada agricultura ‘moderna’, há que se adequar políticas alternativas em grau equivalente à variada diversidade e demandas do setor rural, capazes de harmonizar as dimensões sociais, ambientais e territoriais. Ao afirmar isso, especialmente em relação à dimensão ambiental (um dos pontos centrais do debate entre a agricultura moderna e a agricultura multifuncional), faz-se referência às pesquisas realizadas pela Embrapa. Nesse aspecto, Silveira (2003)⁴⁷, destaca que frente às marcantes características da relação entre *indústria* e *capitalismo*, que, de forma mais contundente, incorporam e cristalizam pressupostos da modernização da agricultura, com significativo grau de degradação ambiental, a pesquisa deverá apresentar alternativas na

⁴⁷ Pesquisador da Embrapa Meio Ambiente sediada em Jaguariúna-SP.

ótica do respeito ao modelo de funcionamento das unidades agrícolas familiares. Desse modo, “*pressupõe envolver uma aventura estimulante de convivência com os agricultores, além de exigir um olhar crítico a própria história da pesquisa agropecuária brasileira*” (SILVEIRA, 2003, p. 128).

3.2 – A verdadeira relação...

A recepção de alguns autores que têm trabalhado a temática da multifuncionalidade da agricultura apontou que estes têm conseguido, ainda que num viés bastante crítico, apenas, nivelar o debate às atuais e contundentes críticas que outros seguimentos (da economia, do comércio internacional, da ecologia, etc.) têm feito em relação aos limites da agricultura ‘moderna’ ou produtivista. Em que pese a centralidade do debate da multifuncionalidade nessa “*relação entre agricultura ‘moderna’ e multifuncional*”, primeiro é importante dizer que não se pode arquitetar um conjunto de funções, de forma determinada, externa às atividades agrícolas, como “coisa” dada e natural exercida pelos indivíduos. Em segundo lugar, porque se enunciou a construção de uma discussão diferenciada da multifuncionalidade, distinta do que até então tem-se dado no círculo acadêmico, ou seja, argumentos suficientemente coerentes, de como é possível se desvencilhar dessa abordagem economicista que acaba sempre convergindo, quando arrolam justificativas-chaves como: agregação de renda; estabilidade sócio-econômica, melhoria das condições estruturais do estabelecimento, etc., tratando da mesma maneira os diferentes tipos de agriculturas (“moderna” ou empresarial, familiar camponesa, etc.).

Mas como fazer isso? Como determinar esse conjunto de outras [múltiplas] funções? Objetivamente, respondendo as duas questões: seria apostando no desmonte dessa idéia unidimensional e natural da agricultura, como “coisa” ou como atividade que sempre existiu inserida numa representação da própria natureza humana. Porém, a desconstrução desse ideário somente seria possível se partíssemos do princípio que o homem, também, sendo um *zoon politikon*⁴⁸, é capaz de “produzir” indivíduos sociais, a partir de determinado grau de desenvolvimento social. Para tal, é necessário conceber que a união entre o *sujeito* – a humanidade – e o *objeto* – a natureza, não estiveram sempre em eterna harmonia nas *relações sociais*, ou seja, de que a *produção* é resultado do desenvolvimento histórico da sociedade, da qual o indivíduo faz parte e se apropria determinadamente da natureza. Por isso, Marx

⁴⁸ *Zoon politikon* (ser natural, animal social). ARISTÓTELES. *De República*. Livro Primeiro. Cap. 2.

[1857/58]⁴⁹ dizia que não poderia haver “produção” sem um instrumento de produção, mesmo que fosse a simples mão humana. Nesse caso, referimo-nos à produção de bens agrícolas. Também, para Marx, essa produção só seria possível com trabalho passado, acumulado e objetivado, exercido por determinado corpo social, sujeito social, numa maior ou menor totalidade de ramos de produção. Mas tudo isso só é possível se considerarmos como resultado [produto] histórico, do qual o indivíduo é fruto e também “produtor”, ampliando o conjunto de *relações sociais* a que pertence (contrário àquilo que os economistas diziam; isto é, de que o indivíduo é ‘produto’ da decomposição de formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolveram a partir do século XVI).

E é nesse contexto que se tem dado, no geral, a agricultura, em que as relações de produção interferem nessa “função” econômica, a exemplo da produção de “alimentos de qualidade voltados à segurança alimentar”. Por isso, é preciso esclarecer, primeiro, em que condições não naturalizadas, mas historicamente determinadas, tais atividades humanas [agrícolas] são exercidas. Somente depois poderíamos pensar em elencar “outras funções” da agricultura. É importante, ainda, dizer que a agricultura, tal foi desenvolvida, principalmente, após sua industrialização, carregou uma enorme *determinação* cristalizada na produção do capital. Foi exatamente isso que aconteceu na Europa pós-guerra, tal como é apresentado pela academia e considerado pelas instituições governamentais. Vimos que foi uma ‘construção’ normativa, reificada dos princípios da dita agricultura *produtivista*.

Metodologicamente, o discernimento dessa produção [agrícola], como fez Marx, encontra-se na sociedade civil, na qual se encerram todas as relações materiais da vida. Assim é no campo da economia política, em que a produção é sempre social e resultado de um desenvolvimento histórico. Assim, na discussão específica dessa produção [agrícola] material, carregada de possíveis *funções*, como apontou o debate da multifuncionalidade da agricultura, urge determinar, claramente, como e em que condições essa produção realiza sua função econômica. Isso deve ser feito a partir da comparação entre as duas visões de agricultura (produtivista e multifuncional), representadas em suas diferentes funções, descritas na Figura 2 (pág. 44), mas em cada tipo de agricultura, explicitando suas reais finalidades, seus reais objetivos (mercantis ou autoconsumo [segurança alimentar]).

⁴⁹ Em seus apontamentos econômicos, publicados somente em 1939, em Moscou, com o título de “*Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*”, traduzido para o português por E. A. MALAGODI *et al.* como: **Introdução à Crítica da Economia Política**. pp. 03-21. In: MARX, K. Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar / Karl Marx; Introdução de Jacob Gorender; traduções de Edgard Malagodi [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

Para tal esclarecimento, de igual modo usamos as referências de Marx (*op. cit.*), que explica de maneira irrefutável a teoria da produção. Isto é, somente através da *teoria da produção material*, aqui relacionada à agricultura. Desse modo, para esse autor a produção [agrícola] é histórica e socialmente determinada pelo *modo de produção*, que domina a sociedade e a *forma* como esse modo de produção atua sobre os *instrumentos de trabalho* da agricultura, que são justamente os *meios de produção*: a terra, insumos e força-de-trabalho, elementos básicos acionados pelo *capital*. Esse conjunto foi denominado por Karl Marx de *forças produtivas*. O resultado disso, é a produção de *mercadoria*, que se completa quando ‘carrega’ consigo a mais-valia, representada pelo valor excedente produzido pelo *processo de trabalho*. Além disso, essas forças produtivas geram determinado *sistema de produção* (distribuição, circulação e consumo de mercadorias), por sua vez, provocando a *divisão social do trabalho* (proprietário e não-proprietário dos meios de produção).

A comparação entre a agricultura *produtivista* e *multifuncional* é possível a partir dessa dissertação marxiana, que esclarece a diferença e, a partir dela, as funções de cada sistema agrícola. Desse modo, a agricultura histórica e socialmente determinada, aquela que abstraiu o viés das leis da economia, substancialmente no período pós-guerra, da qual já nos referimos e que serviu de justificativas ao debate do caráter multifuncional da agricultura, não cumprirá essas “outras funções”, entre outras, a econômica como a “produção” de alimentos, que atenda os quesitos de segurança alimentar; produzirá então mercadorias dotadas de um valor monetário, objetivando a obtenção do lucro. Até porque, também, produz aquelas mercadorias que não são alimentos (algodão, combustíveis, tabaco, etc.), desde que sejam lucrativas. Portanto, a produção (eventualmente) é um subproduto, uma eventualidade. Nessas circunstâncias é que a segurança alimentar aparece como algo alheio e diferente de seu objetivo maior. Além disso, compreendemos que o acesso a esses alimentos esbarra na lógica do sistema de produção capitalista. Ou seja, quando a mais-valia é capitalizada e o lucro é pago. Por isso, somente terá segurança alimentar aquele que tiver dinheiro para adquirir esse alimento. Nessa medida, a segurança alimentar não é uma “outra função” ou “produto” da agricultura, mas a capacidade de compra mediante salário do consumidor. Prova disso é que o aumento da produção e produtividade, não resultou ao longo desse processo de modernização da agricultura, numa diminuição dos índices de fome e miséria da população mundial.

Já na agricultura de modo familiar camponesa, na qual os agricultores produzem seus próprios alimentos e vendem o excedente, é notória a existência de “outras [múltiplas] funções”, também econômicas (segurança alimentar, produtos de qualidade, etc.), sociais

(ocupação, pluriatividade, etc.), territoriais (ocupação, inserção social, autoconsumo, etc.). Segundo Malagodi (1999) este é, portanto o papel cumprido pela agricultura familiar camponesa, cuja produção é simultaneamente voltada à produção do autoconsumo e da produção de mercadorias (que neste caso são mercadorias sem mais-valia; são produtos, portanto, que no mercado realizam o trabalho cristalizado nos próprios agricultores e, como mercadorias, viabilizam a monetarização do resultado do trabalho do produtor). Nesse sentido, essa discussão das *múltiplas funções* da agricultura precisa ser contextualizada, historicamente, para que se possa saber como se coloca este fato dentro da teoria econômica? Além disso, o problema não é simplesmente dizer como a agricultura serve para segurança alimentar, mas como a segurança alimentar pode coexistir numa lógica dominada pelo sistema capitalista? Aí vem uma terceira questão: Como, então, esse debate [da multifuncionalidade] emergiu e demonstrou significativos resultados na Europa, especialmente na França, quando se sabe que a partir da 2^a metade do Século XX, os preceitos capitalistas se fizeram valer na agricultura? Isso foi possível, porque na França a agricultura existente é fruto majoritário de uma organização familiar, por vezes oriunda de uma forte tradição camponesa.

Um dos pioneiros nessa discussão das diferentes formas de agricultura, no contexto do desenvolvimento sustentável, na qual se insere a noção da multifuncionalidade foi Marcel Jollivet. Assim, para Jollivet (2001), que faz um importante resgate da trajetória da questão agrária ao rural pós-industrial ocorrida na Europa, bem como comparação entre as diferentes etapas da agricultura francesa no período pós Segunda Guerra, esse processo pautou-se naquilo que se chama de “progresso técnico da agricultura”, acarretando o desaparecimento de dezenas de milhares de pequenos agricultores⁵⁰. Contudo, para esse autor, tal mudança, ainda que nesses moldes, deu-se tardiamente em relação a outros países industrializados da Europa, conservando fortemente a estrutura familiar nas atividades de produção. Isso veio corroborar na construção teórico-metodológica da noção da multifuncionalidade da agricultura na França, porém carregando consigo um fasto de concepções totalmente inseridas na idéia ‘modernizadora’ da agricultura, ou melhor, carregando as contradições do modo de produção capitalista adotadas pela agricultura, a partir dos anos de 1950, que a maioria desses estabelecimentos familiares haviam rapidamente incorporado⁵¹. Assim, esse novo debate da multifuncionalidade da agricultura, que se havia pautado no “questionamento do produtivismo

⁵⁰ Na França, Entre 1945 e 1979, o número de estabelecimentos agrícolas efetivamente diminuiu para perto da metade (mais exatamente 45%). Quanto à população ativa agrícola, houve uma diminuição de mais de 60% no mesmo período, passando de 27% da população ativa total a 8% (JOLLIVET, 2001, p. 33).

⁵¹ Fazendo referência a maquinização, ao uso de sementes melhoradas, ao uso de insumos químicos e a intensificação do uso dos recursos naturais.

da agricultura” em nome do meio ambiente e da qualidade dos alimentos, pouco tempo depois perde seu fôlego. Como consequência o processo de legitimação da multifuncionalidade da agricultura foi logo posto em xeque, pelo simples fato de sua sustentação teórica ter se concentrado grande parte de seus embates no âmbito da conservação ambiental. Paralelamente, isso veio fatalmente fortalecer a idéia dual da agricultura francesa, que, de um lado, é tida como espaço produtivo e, de outro, como espaço de conservação.

Para Remy (2009), essa “separação” de funções induziu a agricultura a perder seu caráter multifuncional (simultâneo espaço produtivo e de conservação), assumindo uma função mais especializada (paisagística, por exemplo), levando, por vez, a agricultura “moderna” ou produtivista a ficar dispensada dessas outras funções em nome da eficácia e dos custos de produção. Nesse cenário compreende esse pesquisador que o “naufrágio” do uso da noção de multifuncionalidade, entre aqueles que fazem a agricultura [na França], mesmo que ela [a multifuncionalidade] tenha tido sucesso entre pesquisadores e Estado, durante os anos de 2002-2006, deva-se à formatação que foi dada, ao que chama de “o aparelho de enquadramento da agricultura”. O autor desse estudo faz essa avaliação, pelo fato de essa agricultura encontrar-se, no fim dos anos de 1990, ameaçada por questões *comerciais* e *ambientais*. Assim, para essa segunda questão foi usado um discurso análogo ao discurso do desenvolvimento agrícola dominante na defesa de um desenvolvimento sustentável. Conclui, ainda, esse pesquisador, que a multifuncionalidade da agricultura, mesmo não sendo diluída no desenvolvimento sustentável, pode até sucumbir-se nele, por conta desse contraditório discurso do rol de *outras funções* da agricultura na lógica capitalista. Isto é, não há outras funções que não estejam necessariamente relacionadas aos meios de produção.

E aqui no Brasil como seria discutida a multifuncionalidade? Seria possível utilizar a mesma lógica? Com estas duas últimas questões e, a partir de todas as considerações teóricas, até aqui relacionadas à situação européia sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura, no capítulo seguinte dar-se-á a continuidade dessa revisão do marco teórico principal, discorrendo-se algumas situações e as respostas, para o caso brasileiro.

CAPÍTULO II

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA NO BRASIL: PESQUISAS E LEGITIMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

1-Introdução

Delineado no capítulo anterior o marco referencial histórico e conceitual principal da multifuncionalidade da agricultura, de modo especial, tomando como referência o contexto francês (o CTE, por exemplo), neste capítulo tratar-se-á do tema, enquanto proposta de pesquisas, a realidade brasileira. Serviu como eixo de análise o conjunto de preocupações levantadas pelos pesquisadores da equipe coordenada por Maluf *et ali.* (2002), durante a realização dos trabalhos temáticos⁵², que buscavam a caracterização de regiões brasileiras, como referencial empírico a um trabalho mais amplo de estudo e pesquisas sobre a multifuncionalidade da agricultura no Brasil.

Desse modo, numa primeira parte do capítulo, são feitas referências ao pioneiro trabalho realizado por esse grupo de pesquisadores brasileiros, sobretudo da multifuncionalidade da agricultura do modo de exploração familiar. E, a partir desses, outros

⁵² Sobre segurança alimentar, pluriatividade e desenvolvimento sustentável, discutidos no **I Seminário de pesquisa sobre estratégias de desenvolvimento, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar no Brasil**, realizado de 22 a 24 de abril de 2002, Rio de Janeiro, sob a coordenação do CPDA/UFRRJ.

estudos e pesquisas serão examinados, a fim de se compreender o uso dessa problematização sociológica, enquanto ferramenta de análise das políticas públicas de desenvolvimento rural. Na seqüência, retomando o já posto debate sobre a multifuncionalidade, o qual apontou alguns questionamentos sobre os rumos teórico e empírico dessa discussão ocorrida na França, destacamos algumas questões teórico-metodológicas de pesquisadores brasileiros. Estes pesquisadores, preocupados, não somente em avançar os estudos em direção ao debate territorial incorporado ao da multifuncionalidade da agricultura, como também legitimar esse debate no âmbito da agricultura familiar, com marcada presença na região semi-árida, palco empírico do presente estudo de tese.

2- Multifuncionalidade da agricultura como proposta de pesquisa

A partir de uma interlocução, com pesquisadores franceses, existente desde o início da segunda metade da década de 1990, envolvendo diversas instituições de pesquisa, em meados de 2001, um grupo, de pesquisadores brasileiros, resolve aprofundar as bases epistemológicas sobre a temática da multifuncionalidade. Então, sob a coordenação do professor Renato Maluf, do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), é encaminhada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um projeto de estudo sobre “*A noção de multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: a experiência francesa e o caso do Brasil*”.

O projeto teve como principal objetivo abrir o debate sobre a multifuncionalidade, no Brasil, já que alguns pressupostos mostravam essa necessidade. Dentre eles, na época, destaca-se o fato de o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) começar, oficialmente, a trabalhar linhas de crédito considerando uma abordagem mais ampla ao papel da agricultura, sem, contudo, referir-se diretamente a *multifuncionalidade*, que já era corrente na Europa. Portanto, de forma interdisciplinar e, visando à compreensão de processos sociais, econômicos e culturais em curso no rural no Brasil, esse pioneiro estudo abriu caminho a outros trabalhos. O principal deles foi a pesquisa empírica, descrita na seqüência, sobre a multifuncionalidade da agricultura.

2.1- O começo dos trabalhos de pesquisa no Brasil

Os primeiros passos acadêmicos sobre o tema *multifuncionalidade da agricultura* no Brasil deram-se a partir de pesquisas e do engajamento de um grupo multidisciplinar e

multiinstitucional⁵³. Assim, no final de 2001, apresentaram um segundo Projeto de Pesquisa “*Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: Identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras*”⁵⁴, desta vez, contando com o apoio financeiro do Conselho Científico e Tecnológico (CNPq)⁵⁵ e, se desenvolveu, concomitantemente, nos Estados do Piauí, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e de São Paulo. Posteriormente, incorporaram-se, pesquisas desenvolvidas na Paraíba (Lagoa Seca e Soledade) e em Tocantins, sob a tutela de pesquisadores do *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD-França)*.

Entre as propostas dessa equipe, primeiramente, estava a realização de pesquisas de campo, que possibilitaram “*explorar as possibilidades oferecidas pela noção de multifuncionalidade da agricultura em face das peculiaridades da realidade rural brasileira*”. Isso permitiu definir um referencial comum em torno desta noção e “*apontar seus desdobramentos para a formulação de políticas públicas de promoção das unidades familiares rurais e do desenvolvimento rural sustentável*”. Desse modo, enquadrado no objetivo da pesquisa, o enfoque buscou contemplar três níveis de análise, a saber: as *famílias rurais*, o *território e sociedade*⁵⁶, mesmo que na prática a pesquisa tenha centrado suas questões nas famílias rurais.

Nesse sentido, o objetivo acima, desdobrado em um conjunto de especificidades, encerrando o rol de questões que integravam a pauta de abordagem sobre as *múltiplas funções da agricultura*, buscou: i) Verificar, através de estudos de caso em diferentes regiões brasileiras, como se apresenta a multifuncionalidade na agricultura familiar e sua relação com dinâmicas de desenvolvimento rural; ii) Analisar a pluriatividade das famílias de agricultores pela ótica da multifuncionalidade e sua relação com a construção de novas ruralidades e identidades sociais; iii) Identificar nas diversas formas de agricultura familiar a sua relação com a sustentabilidade e avaliar os novos desafios para a pesquisa agropecuária e a extensão rural na promoção de formas sustentáveis de agricultura; iv) Compreender as formas de participação dos atores locais na formulação e gestão de políticas de desenvolvimento local

⁵³ Composto por uma equipe de pesquisadores das Universidades Federais do Piauí, Rural do Rio de Janeiro e de Santa Catarina e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

⁵⁴ MALUF, R. S. (coord.). **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: CPDA / UFRRJ, set. 2001. 21 p. (CNPq/COAGr, Chamada 001/2001).

⁵⁵ Através dos Editais C&T, Chamada nº 004/2001 – projetos C&T em apoio à agricultura familiar. Disponível em: <http://www.cnpq.br/servicos/editais/ct/agricultura_familiar.htm> Acesso em: 02 mai. 2002.

⁵⁶ Sobre o enfoque adotado à multifuncionalidade da agricultura ver mais em Maluf, R. S. *O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa*. In: LIMA, D. M. A. e WILKINSON, J. (orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

sustentável; v) Avaliar os papéis desempenhados pela agricultura familiar na “instalação” de jovens agricultores em aspectos relacionados ao acesso a terra, ao emprego, e à transmissão da propriedade; e, vi) Verificar o campo das funções sociais atribuídas à agricultura familiar, tais como: conservação de recursos e do patrimônio naturais; qualidade dos alimentos; herança cultural; produção de novos bens mercantis.

De fato, a pretensão básica da referida pesquisa foi o de agrupar dados, que permitissem compreender a dinâmica da agricultura familiar na sua relação com as diferentes esferas do universo social, em face de um ou mais dos objetivos específicos anteriormente mencionados. Com isso, a dinâmica de trabalho adotada pautou-se na constituição de grupos regionais e locais de pesquisadores, os quais passaram a desenvolver propostas metodológicas de trabalho de campo, que culminaram, após meses de estudos teóricos e preparação de material, na realização de seminários de organização teórico-metodológicos e que, por fim, resultou na elaboração coletiva dos resultados dessa pioneira pesquisa.

É importante registrar que durante todos esses seminários e elaboração de documentos, grande parte dos trabalhos, em equipe, apontou como resultados iniciais a necessidade de se aprofundar as discussões conceituais, principalmente aquelas relacionadas à inserção prática do uso da noção da multifuncionalidade da agricultura à nossa realidade. Um exemplo disso veio do pesquisador do *CIRAD*, Jean-Philippe Tonneau, que no Iº Seminário de Pesquisa, traz ao debate a necessidade do uso dessa noção ser adaptada à realidade da agricultura familiar brasileira, tomando como exemplo a agricultura familiar nordestina, uma vez que na época, realizava pesquisas no Nordeste.

Além disso, para Tonneau (2001), a multifuncionalidade no âmbito da agricultura familiar da região nordestina deve ser enfocada na construção de um projeto coletivo local, que valorize as atividades específicas do território, isto é, adaptá-las à realidade da agricultura familiar, com vistas a resolver os enormes desequilíbrios (grandes “desertos humanos” de monoculturas, em meio a uma agricultura de subsistência, próxima da sobrevivência e sinônimo de miséria rural). Estas conclusões se amparam nas especificidades locais da região semi-árida, cuja agricultura familiar é claramente limitada pelo acesso a informações, a inovações e ao aporte de capital. Essas especificidades regionais (territoriais) serão tratadas nos *Capítulos III e IV*, que fazem, respectivamente, uma síntese dos aspectos fisiográficos, históricos, socioeconômicos, culturais e ambientais. E são, igualmente, complementadas no *Capítulo VI*, quando se apresenta uma síntese dessas especificidades em relação à amostragem da pesquisa da presente tese.

Destaca-se ainda, nesse pioneiro estudo interdisciplinar, o meritório trabalho de pesquisadores franceses, não somente no início das discussões da proposta de pesquisa, como também durante todo o percurso do trabalho empírico, realizando inclusive observações *in loco* nas diferentes regiões brasileiras, onde as atividades de campo foram desenvolvidas. Isto propiciou à equipe percorrer o longo caminho teórico-metodológico, que ainda precisava ser trilhado. Sobretudo, quando a noção da multifuncionalidade da agricultura ainda contava com uma forte resistência político-institucional, enquanto ferramenta de discussão e implementação de políticas de desenvolvimento rural, sobretudo por alguns segmentos do governo federal da época.

2.2- Os primeiros resultados

À luz da pesquisa realizada, segundo Maluf *et ali.* (2002), os primeiros resultados das questões inicialmente levantadas⁵⁷ apontaram insuficientes respostas. A primeira questão havia sido de “*como se expressa a dimensão multifuncional da agricultura familiar nas diferentes regiões do Brasil*”? A segunda, “*em que o conceito de multifuncionalidade da agricultura poderia contribuir para o processo de legitimação da agricultura familiar no Brasil*”? Contudo, a equipe atribuiu com base nos diferentes estudos de casos realizados que se pode conferir à agricultura familiar, as seguintes expressões da multifuncionalidade da agricultura: i) Reprodução socioeconômica das famílias; ii) Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; iii) Manutenção do tecido social e cultural; e, iv) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Assim, referente ao processo de reprodução socioeconômica das famílias, o relatório apontou que a geração de renda, a partir das atividades produtivas, nem sempre é preponderante, embutindo-se nesse contexto outras fontes de renda das famílias de camponeses. Isso revelou que o peso das atividades agrícolas guarda uma relação inversa com o nível de renda das famílias, indicando que a pluriatividade tem sido a principal estratégia de incremento da renda familiar. Porém, sem perder a centralidade colocada pela atividade agrícola e tampouco sua identidade social, os resultados revelaram que os espaços ocupados pelas atividades agrícolas, podem internalizar outras formas econômicas de uso da terra (turismo rural, por exemplo), caminhando rumo ao que seria a reconversão para uma agricultura com *múltiplas funções*, desde que políticas públicas viessem a seu favor. Ainda

⁵⁷ Ver mais em “*Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras*”. Projeto CNPq/COAGR 520.755/2001-04 - **Relatório final**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003. 47 p. (mimeo)

como resultado do ponto anterior, a pesquisa permitiu também trazer à tona um importante paradoxo. Isto é, entre o *permanecer* dos pais na agricultura e o *buscar* alternativas pelos filhos, fora dela. Como resultados disso, as relações com o rural e com a agricultura mostraram-se muito pessimistas, quanto ao futuro da atividade agrícola, permeadas por constante dilema, sobretudo, entre os mais jovens. Compreende-se assim, como um conflito, entre os valores familiares do campo; as possibilidades e necessidades de acesso à educação, por exemplo, que é vista como condição de ascensão social.

Referente à promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, a pesquisa revelou a importância do autoconsumo frente às outras possibilidades mercantis e geração de emprego, que a agricultura pode propiciar. Nesse sentido, também a valorização da qualidade dos alimentos para o próprio consumo, quando os mesmos são produzidos sem o uso de agrotóxicos. Por outro lado, é menos evidente essa preocupação, quando esses alimentos voltam-se para o restante da sociedade, visto que essa produção passa a obedecer certa lógica exigida pelo mercado.

No tocante a manutenção do tecido social e cultural, a referida pesquisa pode revelar que, na maioria dos casos, a atividade agrícola desempenhada pelas famílias rurais parece cumprir importante papel na manutenção das respectivas comunidades (e seus respectivos componentes sociais e culturais). Atinente ao tema da preservação do patrimônio cultural, averiguado no decorrer da pesquisa e análise das informações revelou-se um incipiente tratamento do papel da agricultura (e do mundo rural) na preservação ou recuperação da herança cultural familiar e comunitária.

Por fim, relativamente à preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, a pesquisa pode evidenciar conflitos entre as práticas agrícolas e a preservação da paisagem, bem como a forma de atuação das instituições de fiscalização, a exemplo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em relação à questão ambiental, as conclusões foram de que os agricultores, ainda, carecem de informações, capazes de diferenciar os múltiplos olhares sobre o que é o preservar e o que é produzir, nessa relação produção/produtores. Isso revelou, também, a necessidade de um aprofundamento, no enfoque sobre o desenvolvimento rural sustentável.

Passados mais de cinco anos desse primeiro trabalho acadêmico/institucional, pode se dizer que muitas pendências teóricas, ainda, persistem. Porém, o certo é que muito já se avançou, sobretudo, na superação daquela visão cética, de muitos pesquisadores e gestores de políticas públicas voltadas ao rural. Ou seja, entendiam que essa política era mais uma

tentativa de legitimar as políticas protecionistas e subsidiais. Tanto é que no Brasil já se começam a discutir formas de viabilizá-las, através de dispositivos institucionais. Assim, a partir desses grupos de estudos e pesquisas realizados e/ou ainda em andamento sobre a temática da multifuncionalidade, os passos seguintes estão sendo dados na direção das possíveis aplicações dessa ferramenta teórica de análise do desenvolvimento rural.

É importante frisar que naquele momento inicial do projeto de pesquisa, coordenado por Maluf *et ali.* (2001), já se considerava que o papel da agricultura como gerador de novos empregos é até menos significante frente à importância que esta cumpre como forma de "coesão social", especialmente, nas unidades de economia familiar. Isto porque, a pretensão era a de promover uma discussão mais aprofundada sobre o tema - multifuncionalidade da agricultura - no meio acadêmico brasileiro, procurando justificar as múltiplas funções que a agricultura, sobretudo a de modo familiar camponesa, exerce para a sociedade geral.

Bom exemplo disso e pioneira, enquanto política pública, tenha sido talvez sua adoção no contexto da política agrícola do Estado de Santa Catarina. Lá foram publicados alguns ensaios em torno da temática da multifuncionalidade da agricultura, sob a coordenação do Instituto CEPA/SC, órgão vinculado a Secretaria de Agricultura, encarregado de planejar políticas agrícolas naquele estado. Daqueles estudos originou-se a publicação “*Perspectivas para a agricultura familiar – horizonte 2010*” propondo um modelo de desenvolvimento equânime para o espaço rural, que passaria, necessariamente, pela noção de multifuncionalidade da agricultura, pautado na premissa de que:

“É estratégico para a economia catarinense implementar políticas de desenvolvimento do espaço rural enquadráveis no conceito de multifuncionalidade. É estratégico preservar a viabilidade socioeconômica dos agricultores, o seu papel cultural e histórico de ocupação do espaço e de manutenção da paisagem e a contribuição da agricultura na geração de emprego” (ICEPA, 2002, p. 27).

No plano federal essas pesquisas e debates acadêmicos também se repercutiram. Viu-se no primeiro capítulo que a noção de multifuncionalidade da agricultura permite-nos pensar que a agricultura não precisa ser vista como mera produtora de alimentos e bens agrícolas, especialmente daqueles voltados ao comércio internacional, mas estar associada à conservação dos recursos naturais, paisagismo e qualidade da produção. Estes novos atributos sociais da agricultura, até então não percebidos, possibilitam novas formas de ocupação dos espaços rurais. Assim, influenciados por este debate e estas contribuições, setores do governo passam a defender essa política territorial. Dentre as justificativas para a adoção desse

enfoque destaca-se o fato de o rural não mais se resumir ao agrícola e dos territórios poderem dimensionar seus laços de proximidades entre as pessoas, grupos sociais e instituições, no sentido da mobilização e o estabelecimento de iniciativas voltadas ao desenvolvimento.

Essa postura, de fato, tomou mais expressão a partir do momento em que o atual Governo Lula, em seu primeiro mandato, passou a adotar como uma de suas políticas para o setor rural a discussão territorial e embutido nela o entendimento da multifuncionalidade da agricultura⁵⁸. Assim, nesses “Territórios Rurais”, buscando um modelo diferenciado de desenvolvimento, sobretudo, para aquelas áreas de economia familiar, que ao longo de toda a história brasileira estiveram à margem das políticas públicas, o governo federal passou a formatar uma dinâmica territorial de estímulo à formulação descentralizada de projetos, capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento.

2.3- Incorporando o debate territorial

A luz das constatações e angústias da equipe de pesquisadores, que realizaram a pesquisa anterior, a qual apontou a necessidade de aprofundar o debate referente aos processos de Desenvolvimento Territorial Rural, foi desenvolvida uma terceira etapa de estudos⁵⁹, entre os anos de 2006 e 2008, contando com o apoio do Núcleo de Estudos de Agricultura e Desenvolvimento (NEAD) e do *Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA)*. Assim, constituída de forma semelhante às anteriores, isto é, por uma rede interinstitucional de pesquisadores⁶⁰ que se enquadrava em um debate maior que ocorria igualmente em outros países em torno da apropriação do tema da multifuncionalidade da agricultura, enquanto ferramenta de políticas públicas, especialmente, daquelas relacionadas à questão territorial.

Segundo o documento “*Apresentação de Resultados*” (2008)⁶¹, como a etapa anterior havia apontado que: i) a reprodução das famílias rurais não guarda relação linear com a atividade agrícola por elas desenvolvida, à medida que a renda auferida com essa atividade perde peso, mais elevado é o nível de renda familiar; ii) a produção alimentar continua sendo componente central na reprodução das famílias rurais; e, iii) heterogeneidade social na

⁵⁸ No *Capítulo VI* estar-se-á trazendo elementos sobre a incorporação pelas políticas públicas do Governo Lula da abordagem no contexto das múltiplas funções da agricultora familiar camponesa.

⁵⁹ Denominada “*Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil*”.

⁶⁰ Das universidades: UFRRJ-CPDA (coord.), UFSC-CCA, UFRGS-PGDR, UERGS, EMBRAPA Meio Ambiente, USP/ESALQ, UFES, UFCG e UFPA pelo Brasil e o *CIRAD* pela França.

⁶¹ Apresentado durante Seminário realizado em Brasília, em outubro de 2008, sob a coordenação de MALUF, R; CAZELLA, A; BONNAL, Ph., 7 p. Disponível em: <http://www.nead.org.br/tmp/boletim/Apresentação-sem_BSBout2008-Ph.pdf>. Acesso: 21 jan. 2009.

agricultura familiar, permanecendo restrições de acesso a terra e a recursos produtivos de modo geral. Nessa etapa incorporaram-se planos do território e da sociedade, enquadrando-se no estudo da *Rede de Pesquisa Internacional*⁶², que buscava legitimar a agricultura familiar multifuncional, a partir da observação das dinâmicas ou processos econômicos e sociais em diferentes situações empíricas.

Desse modo, ao incorporar na dimensão territorial o recorte espacial da escala municipal⁶³, as últimas pesquisas puderam identificar a percepção e atuação dos diferentes atores e redes sociais locais, com o objetivo de apontar suas dinâmicas em termos de alianças e conflitos nos espaços de concertação. Isso exigiu dos pesquisadores a observação de um importante espaço de concertação - os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), nos diferenciados estudos de casos analisados, indo desde o reconhecimento da agricultura como base da economia local até aqueles casos em que a mesma tem pequena importância e, no limite, apenas o papel de subsistência das famílias rurais. Também apareceu como resultado da pesquisa,

“a ambigüidade das avaliações pessimistas em relação ao futuro da atividade agrícola – levando à formação de expectativas fora do setor para os filhos de agricultores – acompanhadas de uma visão positiva das contribuições que poderiam ser dadas pela agricultura para o desenvolvimento local” (MALUF *et ali.*, 2008, p. 3).

Entre os oito estudos de caso, um deles localizou-se na região semi-árida da Paraíba. Trata-se do ‘Território da Borborema’, que engloba um conjunto de municípios próximos a Campina Grande. Entre os locais (municípios) analisados pela equipe coordenada por Marc Piraux e Philippe Bonnal, um deles – Soledade – integra a amostragem da presente tese. Cabe ressaltar que, mesmo estando o conjunto pesquisado centrado na compreensão de “*como as dinâmicas territoriais e os projetos coletivos presentes em territórios determinados contemplem a agricultura familiar em suas múltiplas funções e heterogeneidade social?*”, o caso do ‘Território da Borborema’ enquadrou-se, junto com outros exemplos, no tipo “*Dinâmicas territoriais ligadas a territórios de política pública*”, notadamente o Programa de Desenvolvimento Sustentável Territorial Rural (PDSTR). [grifos meu].

⁶² Que tinha, entre os diferentes eixos temáticos, o da “*Construction d’une démarche d’analyse au niveau local a partir d’un dispositif en France au Brésil.*”, sob a coordenação de ROUX B. (INRA-INAPG) e BONNAL, Ph. (CIRAD). In: VÉRON, F. (coord.). *Propositions de recherche soutenues par le dispositif Inra – Cemagref - Cirad sur la multifonctionnalité de l’agriculture et des espaces ruraux* (2002/4). *Les Cahiers de la multifonctionnalité*. Paris, n. 02, CEMAGREF Éditions/Inra/CIRAD, 2003. pp. 109-112.

⁶³ Visto que a etapa anterior os diferentes *estudos de casos* foram feitos em comunidades rurais.

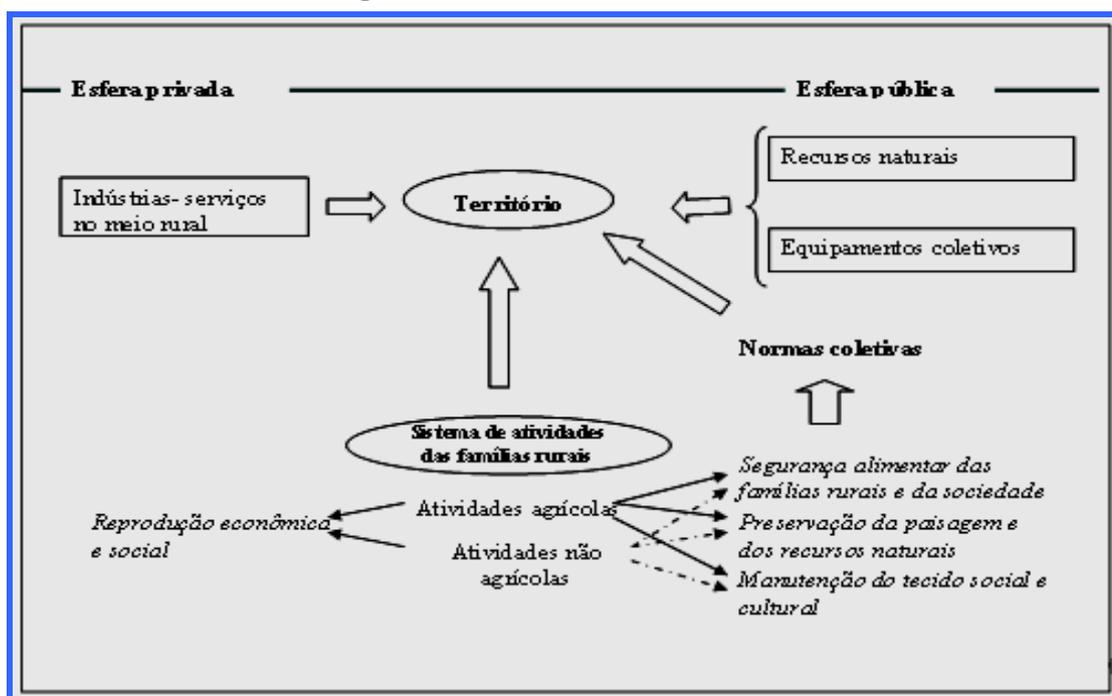
Assim, essa terceira etapa de estudos (segunda de pesquisas empíricas) esteve amparada teórico-metodologicamente na premissa de que o território é, ao mesmo tempo, *instrumento de análise e unidade de observação*. Nesse sentido, o presente estudo, ainda que realizado na mesma região de um dos estudos de casos (o da Borborema), não integrou o conjunto de casos das pesquisas em descrição. Contudo, tem semelhante formato metodológico, pelo fato de, também, delinear, como centro de análise, as *famílias* em seus respectivos *territórios*, já que, igualmente, optou-se pelo recorte de análise de municípios, representados pela amostragem de algumas comunidades. Cabe salientar, ainda, que essa pesquisa nacional tinha como metas: i) discutir os pressupostos que orientam o recorte territorial para a formulação de políticas públicas, focalizando aquelas voltadas à promoção da agricultura familiar; ii) verificar a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial, valendo-se do enfoque da multifuncionalidade da agricultura; iii) investigar o processo de construção de territórios, identificando os atores sociais envolvidos, os interesses comuns e conflitantes e respectivos espaços de negociação; e, iv) analisar, sob o enfoque da multifuncionalidade, os principais programas políticos de promoção da agricultura familiar e de desenvolvimento territorial na sua concepção e instrumentos de operacionalização.

O alcance dessas metas teve como suporte as diretrizes gerais do Plano Plurianual 2004-2007 do governo federal, antecedendo a análise dos programas escolhidos entre aqueles que estão voltados para a promoção da agricultura familiar, o ambiente e o meio rural, através do: PRONAF; PDSTR; Programa Sócio-Ambiental da Produção Familiar Rural da Amazônia; Programa Agenda 21; Programa de Instalação de Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar; Arranjos Produtivos Locais (APL); Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial. Desse modo, essa pesquisa, segundo Cazella, Bonnal & Maluf (2009) veio aprimorar a pesquisa anterior, vez que ampliou a delimitação espacial, para além dos municípios, de acordo com a abrangência dos respectivos projetos. Além disso, a pesquisa esteve pautada na premissa de que esses espaços [os territórios] constituem unidades privilegiadas de expressão da multifuncionalidade da agricultura, a serem levadas em conta na definição das políticas públicas. E é nesses territórios que ocorrem um conjunto de dinâmicas sociais, econômicas e institucionais, que transitam entre as esferas privada e pública. Para Bonnal & Maluf (2007), na esfera privada, representada pela produção dos produtos agrícolas comercializados sob a égide do mercado, se apóia a reprodução econômica e social do grupo familiar. Na esfera pública, representada pela 'produção' de bens públicos relacionados à segurança alimentar, preservação dos

recursos naturais e da paisagem, e manutenção do tecido social, tutelada por normas coletivas, se sustenta o caráter multifuncional da agricultura.

O slide a seguir, apresentado durante seminário de avaliação dessa etapa do estudo, ilustra bem essa relação entre as diferentes esferas – privada e pública –, na interpretação teórico-metodológica, da multifuncionalidade da agricultura, das atividades rurais e do território. Assim, segundo Bonnal & Maluf (2007)⁶⁴ *apud* Maluf *et ali.* (2008), a partir das bases conceituais, pauta-se a multifuncionalidade da agricultura numa relação “*famílias – territórios*” e na relação entre os “*sistemas de atividades das famílias rurais e os bens públicos*”, através de normas coletivas. Desse modo, o sistema de atividades das famílias rurais representado do esquema compreende “*o conjunto das atividades agrícolas e não agrícolas remuneradas ou não, realizadas pelos membros da família rural, destinadas a realizar as funções necessárias à reprodução econômica e social da família*” (CAZELLA, BONNAL & MALUF, 2009, p. 58). E é esse conjunto de atividades, que somado às normas coletivas, que permitem aos agricultores, de forma consciente e inconsciente, alcançar seus objetivos. Em face disso, na presente tese, também se pautou, dentre os objetivos, o de avaliar a capacidade [consciente ou inconsciente] dos agricultores compreenderem os múltiplos papéis desempenhados pela agricultura, na ótica territorial.

Figura 3 – Multifuncionalidade da agricultura, atividades rurais e território.



Fonte: MALUF, R; BONNAL, Ph; CAZELLA, A. (2008) [slide 6]. Adaptado ALVES, A. F. [2009].

⁶⁴ BONNAL, P; MALUF, R. *Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil*. In: LIMA, E. N. *et ali.* (orgs.). **Mundo rural IV – configurações rural-urbana: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad/Edur, 2007. pp. 217-36.

Como resultado dessa pesquisa nacional, a primeira percepção foi a da possibilidade simultânea de uma *política pública* e de uma *ação coletiva* no nível territorial, independente da lógica dos distintos territórios pesquisados, em que permeiam, concomitantemente, o *material* e o *imaterial*, o *real* e o *simbólico*, o *mercantil* e o *não mercantil*. Isso permitiu três distintas dinâmicas territoriais: i) as ligadas a territórios de políticas públicas, a exemplo do PSDTR; ii) as relacionadas a arranjos produtivos formais ou informais; iii) num contexto de integração rural-urbana. Para se chegar a esses denominadores, utilizou-se um conjunto de informações advindas de gestores locais, a partir de um roteiro de entrevistas (ANEXO 4).

Por fim, no mesmo documento⁶⁵, analisados o conjunto de informações em cada estudo de caso pesquisado, o contexto geral apontou que a junção do enfoque territorial com o olhar da multifuncionalidade nos programas voltados para a agricultura familiar, o meio rural e o meio ambiente remete: i) à forma de integração ou articulação das ações e programas necessária para um DTS, provocando os múltiplos papéis da agricultura familiar; ii) à revisão do foco produtivo na ‘agricultura’ familiar, colocando como objeto de atenção dos programas as unidades familiares rurais e não, apenas, os produtos por elas agregados, viés típico das políticas agrícolas convencionais; e, iii) à institucionalidade dos programas e ações, começando pela questão da coexistência e eficácia dos espaços institucionais de interlocução intragoverno e com a sociedade, incluindo a dimensão da participação dos atores sociais em geral e das famílias rurais em particular.

No âmbito dos avanços apresentados e dos desafios que emergiram, a partir desse conjunto de pesquisas desenvolvidas no Brasil, é importante destacar que tanto no eixo temático das dinâmicas territoriais como dos projetos coletivos pesquisados, há a presença de temas transversais que precisam ser discutidos. Para Cazella, Bonnal & Maluf (2009) a análise comparativa entre os diferentes estudos de caso revelou primeiro, a importância da definição dos modelos de agricultura, dentro da discussão da “modernização” da agricultura, que embute a discussão e os significados do enfoque agroecológico. Este tema veio no sentido de minimizar a importância da dimensão estritamente econômica em relação às dimensões social e ambiental; segundo, referente às estratégias econômicas territoriais, com predominância da perspectiva de agregação de valor. Nesse aspecto, “*a valorização de recursos transferíveis – que independem das particularidades históricas, patrimoniais e da aprendizagem coletiva do lugar onde são produzidos – é incapaz de gerar renda de qualidade*

⁶⁵ “*Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil*”. Disponível em: http://www.nead.org.br/tmp/boletim/Apresentação-sem_BSBout2008-Ph.pdf. Acesso: 21 jan. 2009. p. 6

territorial que supere a renda obtida através da venda de produtos e serviços” (CAZELLA, BONNAL & MALUF, 2009, pp. 296-7). No entanto, onde há especificação de recursos (materiais ou não), o próprio território é o “produto” de comercialização.

Diante disso, guardadas as especificidades socioeconômicas e peculiaridades às dinâmicas de cada território estudado pela equipe, as conclusões de mais essa etapa das pesquisas sobre a multifuncionalidade, no Brasil, foram que: a contratualização amplia as possibilidades de se reunirem diferentes formas de apoio às famílias rurais, de pequenos agricultores (camponeses) em um único ou em poucos instrumentos (ou contratos), contribuindo para a desejada passagem do convencional enfoque setorial (agrícola) para um enfoque territorial. Isso possibilitaria incluir, no âmbito das políticas públicas, os preceitos da multifuncionalidade da agricultura, concebendo um modelo de desenvolvimento inclusivo em relação aos elementos que foram deixados à margem da dinâmica de modernização da agricultura (CAZELLA, BONNAL & MALUF, 2009).

3-As múltiplas funções da agricultura: questões epistemológicas e a legitimação da agricultura familiar camponesa

A partir do entendimento de qual sejam as inúmeras perspectivas que apontam para o uso da noção de multifuncionalidade, elencam-se os possíveis benefícios que na prática desse uso possam vir a ser considerados para os atores envolvidos. A palavra atores refere-se não somente aos agricultores, mas toda a rede de envolvidos com as atividades rurais, quer sejam técnicos, cientistas sociais, quer lideranças locais. Portanto, na primeira parte dessa seção apresenta-se uma série de avaliações sobre a importância empírica da multifuncionalidade da agricultura, sobretudo, daqueles que participaram das pesquisas iniciais no Brasil. Posteriormente, destacam-se referências àquelas abordagens, que se destacam como importante ferramenta de análise e de legitimação da agricultura familiar camponesa.

3.1- Algumas avaliações e perspectivas sociológicas

Maluf (2002), afirma que a partir da ótica interdisciplinar, apresentada pela pesquisa no Brasil, a noção de multifuncionalidade da agricultura permite a compreensão de processos sociais, econômicos e culturais que ocorrem no campo. Dentre eles, as diversas formas de agricultura familiar e sua sustentabilidade; os novos desafios para a pesquisa e a extensão rural; as formas de participação dos atores locais na formulação de políticas públicas; e, o campo das funções sociais atribuídos à agricultura (conservação de recursos do patrimônio e naturais, qualidade dos alimentos, herança cultural, etc.). Posteriormente, tomando como

parâmetro as avaliações feitas no campo⁶⁶, Maluf *et ali.* (2003) afirmam que a plural incorporação da noção de multifuncionalidade no debate do desenvolvimento rural insere, necessariamente, a discussão sobre as dinâmicas territoriais evidentes na implantação dos assentamentos rurais, principalmente no tocante aos problemas ambientais. Com isso, essa noção possibilita a construção de um projeto de reforma agrária, pautado numa solução convergente dos problemas da *agricultura familiar* e do *espaço* (do território), na qual se imagina que possa/deva ser implantada.

Nessa mesma linha de julgamento, Carneiro (2002a) menciona que a noção de multifuncionalidade da agricultura deve estar centrada numa abordagem mais holística do território, incluindo suas mais diversas dimensões sociais e econômicas, de maneira a se evitar o recorte setorial dado às atividades produtivas. A autora argumenta, ainda, a favor da necessidade de que o foco da análise multifuncional da agricultura se dê em torno das famílias rurais e seus integrantes, na perspectiva das mais diferentes formas de inserção no território (localidade) considerando, também, as *funções* não diretamente produtivas. Para tal ênfase, Carneiro (*op. cit.*) se referenciou nos trabalhos de Bellon *et ali.* (1995), para o qual as atividades agrícolas imprimem diferentes significados (funções) para um mesmo membro numa mesma família. Este argumento talvez esteja justificado pelas peculiaridades da região na qual realizou seus estudos⁶⁷.

Segundo Carneiro (2002) a comunidade de São Pedro da Serra-RJ, estudada na primeira pesquisa, apresenta um simbolismo histórico bem peculiar, muito alterada, em decorrência da “crise agrícola”⁶⁸ local. Deste modo, sua tese é a de que se faça, necessariamente, uma análise, valorizando as diferentes formas de expressão da ruralidade local, num contexto cultural, social e espacial bastante heterogêneo. Mais recentemente Carneiro ressalta a necessidade de se adaptar essa noção de multifuncionalidade à realidade brasileira. Segundo a autora, “*grande parte da população rural não tem condições de desenvolver uma agricultura comercialmente competitiva*”. Nesse sentido, ela vê que o uso da noção, ultrapassa o âmbito instrumental de análise, passando a ser um “*instrumento de ação*”

⁶⁶ Realizada nos Projetos de Assentamentos Papuam I e II, no município de Abelardo Luz – SC, que na época da pesquisa, concentrava-se cerca 20% dos assentamentos da região Meio Oeste Catarinense.

⁶⁷ Em duas comunidades de Nova Friburgo-RJ, caracterizadas por pequenas propriedades rurais com enormes heterogeneidades socioeconômicas.

⁶⁸ Quando se fala em crise agrícola, se referencia às mudanças de padrão agrícola ou de utilização da terra com conseqüências para a construção social da identidade do agricultor. Para a autora, o que ocorreu nessa comunidade, situada numa região classificada como “área de proteção ambiental” pelo Decreto-Lei de Preservação da Mata Atlântica, veio a gerar sérios conflitos entre os órgãos responsáveis pela aplicação da lei e os agricultores, que até então tinham uma atividade agrícola de subsistência. Surge, a partir dessa problemática, uma tendência pluriativa, associada à agricultura incipiente a atividades relacionadas à exploração do turismo.

social” (CARNEIRO, 2007, pp. 6-7). Refere-se desta forma à agricultura familiar, que é guardiã de uma imensa diversidade sócio-cultural, nas mais diferentes localidades rurais em que as mesmas estão inseridas.

Outra importante avaliação dos benefícios do uso da noção de multifuncionalidade da agricultura pode ser observada entre as diferentes áreas analisadas, através do projeto interdisciplinar de pesquisa referenciado anteriormente no estudo na região do Cerrado Piauiense⁶⁹. Nessa região, Moraes & Vilela (2002), levantam inúmeras questões relacionadas à sustentabilidade socioeconômica e ambiental. De um lado, formas de organização produtiva no âmbito do *agribusiness*. De outro, a iniciativa dos camponeses, produzindo com base na própria experiência e relação com o ambiente. Apontaram como resultados preliminares à primeira pesquisa nacional, que o uso da noção pode vir a potencializar uma relação mais satisfatória de manutenção do emprego na zona rural, contrapondo-se à agricultura patronal, que nessa região vem se implantando. Sustentam ainda, que a noção de multifuncionalidade da agricultura é a mais capaz de responder às estratégias na sustentação do tecido social rural da região⁷⁰. É importante salientar a perspectiva que os pesquisadores vêem no uso da noção de multifuncionalidade, como forma de melhor avaliar os impactos entre as fronteiras da agricultura do *agribusiness* e a agricultura familiar.

É importante lembrar que na conferência da CNUMAD, em 1992, uma questão que passou a ser considerada foi uma “*ligação da agricultura com o meio ambiente num processo de desenvolvimento sustentável*”. A questão ambiental ganha relevância, quando se aborda a noção de multifuncionalidade da agricultura e de sua utilização como estratégia de desenvolvimento rural. Nesse sentido, a Embrapa Meio Ambiente, através de seus pesquisadores, levantou a preocupação de que políticas públicas econômicas e ambientais devam estar fortemente comprometidas com os aspectos sociais. Silveira & Ferraz (2002) alertaram para o fato de que no Brasil essas políticas sempre vieram em decorrência de uma “*conjugação de forças sociais contraditórias*”. Ao final da primeira pesquisa, Silveira (2003) reitera a “*necessidade de uma revisão das formas de processos de geração e difusão de*

⁶⁹ Compreendida pela mesorregião a Sudoeste do Estado, abrangendo quatro microrregiões, com cerca de 8,35 milhões de ha. A título de ilustração, na última década inúmeras empresas agrícolas de grande porte, especialmente oriundas do Sul do Brasil, utilizando todos os recursos convencionais possíveis, para viabilizarem a cultura da soja e outros empreendimentos agropecuários na região. Esses empreendimentos se disseminaram no comumente chamado de *novo* Nordeste, que também inclui parte do Oeste baiano e o Sul maranhense.

⁷⁰ Que apresenta dois distintos padrões. Um de Cerrado, nas partes altas (chapadas), possuindo vegetação típica de Cerrado, onde se instalou a moderna agricultura, principalmente empreendimentos da castanha de caju, manga e pecuários. Outro nas partes baixas (“baixões”), com práticas agrícolas rudimentares, como o cultivo da *roça do toco* (roça e queimada da vegetação original, seguido de cultivos por dois a três anos consecutivos e, posterior *pousiu*). Nessa região ainda é forte o extrativismo, especialmente do pequi, babaçu e buriti.

tecnologias baseadas no, ainda, dominante padrão positivista”, considerando-se as características das pesquisas e da agricultura do local pesquisado⁷¹; ou seja, um conjunto de tecnologias voltadas aos interesses agricultores familiares, pela via do moderno conceito de agricultura sustentável, de cujas bases fazem parte os projetos políticos da agroecologia e da maior autonomia dos pequenos agricultores familiares.

Cazella (2002), considerando seu trabalho de pesquisa desenvolvido numa comunidade ‘marginalizada’ no Estado de Santa Catarina⁷², afirma que as inúmeras atividades agrícolas ainda desempenham importante papel de “coesão social”. Para esse pesquisador, a princípio, um conjunto de fatores potencializa a dinâmica local de desenvolvimento, tais como políticas compensatórias (aposentadorias, pensões, auxílios previdenciários, cestas básicas), junto com os trabalhos acessórios⁷³ desenvolvidos pelos membros da família. Contudo, ressalta ainda a fragmentação e descontinuidade das ações dos poderes públicos locais, quando empreendem iniciativas de mobilização e de desenvolvimento local, restritos à atividade agrícola. Como conclusão da referida pesquisa, Cazella (2003) destaca a importância dos agricultores na dinâmica da economia local, seja através da cultura do feijão, seja através do uso dos recursos previdenciários, garantindo a manutenção de um tecido social sobre um extenso território.

Recentemente Cazella (2007) reitera a necessidade de qualificar o debate sobre o uso da noção de multifuncionalidade da agricultura no âmbito de políticas públicas, como a do PRONAF. Nesse aspecto, afirma que:

“... é indiscutível a relevância das aposentadorias e pensões rurais e dos financiamentos do Pronaf, tanto para as famílias beneficiadas de forma direta quanto para os empreendimentos comerciais e de serviços dos pequenos municípios rurais, onde a economia depende essencialmente da agricultura” (CAZELLA, 2007, p. 12).

Como retorno, os estabelecimentos agrícolas familiares demonstram enorme capacidade de responder a questões relacionadas à paisagem, a biodiversidade, produtos de qualidade, etc., próprios do caráter multifuncional da agricultura. Com isso, fica contextualizada a

⁷¹ Referindo-se as características da agricultura voltada ao Agronegócio da cana-de-açúcar, laranja e milho, no município de Araras-SP.

⁷² Localizada na mesorregião “Serrana” e microrregião de “Campos de Lages” do Planalto Catarinense, o município de São José do Cerrito caracteriza-se por possuir 82,5% das propriedades rurais (IBGE, 1995-1996), com áreas inferiores a 50 hectares, tipicamente familiares, em meio a algumas fazendas remanescentes do período áureo da pecuária extensiva, que predominava essa região até a década de 30 do século passado.

⁷³ Trabalho acessório são aquelas atividades ocupacionais fora da propriedade. Geralmente, os agricultores dessa região migram para atividades sazonais como: da colheita da maçã, na região de Vacaria-RS; do desbaste e colheita de *pínus*, na região de Curitiba-SC. Essas atividades ocorrem no outono-inverno, estendendo-se até meados de setembro-outubro, quando se iniciam as culturas de subsistência como o milho e o feijão.

necessidade de que a questão dos subsídios, antes compreendida como um protecionismo, por parte da União Europeia, quando iniciou o debate sobre a multifuncionalidade, seja revista. Ou seja, no caso brasileiro, a parcela atendida pelo PRONAF é outra – a da agricultura familiar, que vem demonstrando enormes resultados, respondendo positivamente a essa política pública voltada ao desenvolvimento rural. Assim, a agricultura no seu sentido mais amplo passou a referenciar muitas outras *funções*, não necessariamente remuneradas pelo mercado, mas que a agricultura (os agricultores) pode(m) oferecer gratuitamente à sociedade (preservação da paisagem, resgate da biodiversidade, ocupação territorial, etc.).

Além disso, justificando a abordagem da multifuncionalidade, Sabourin (2005) aponta importantes pressupostos, colocados em dois níveis de compreensão. Um deles perfeitamente enquadrável na atual política pública que vem sendo implementada no meio rural brasileiro, sobretudo, o de agricultura familiar. Refere-se aos níveis, *teórico* e *instrumental* do uso da noção de multifuncionalidade. E é, portanto, no nível instrumental que endosso as afirmações de Sabourin; ou seja, que a multifuncionalidade da agricultura pode configurar como instrumento de balizamento das políticas públicas agrícolas e legislação para os espaços considerados rurais. Desse modo, face à peculiaridade da estrutura agrária do Brasil, pode ser uma ferramenta de regulação a serviço das políticas de sustentação do tecido social no meio rural. Um concreto e recente exemplo do uso dessa ferramenta como instrumento de balizamento de políticas públicas, em região de fisionomia semelhante a que se estudou para elaboração desta tese, é a pesquisa realizada por Gustavo Machado. Trata-se de estudo, pautado na metodologia do *Analyse-Diagnostic des Systèmes Agraries*⁷⁴, utilizado para se avaliarem modelos de Desenvolvimento Territorial, na ótica da multifuncionalidade, numa região semi-árida, através do estudo de caso da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) do Território do Sisal, no Estado da Bahia.

Para Machado (2009) não se pode ter um autêntico desenvolvimento sem o reconhecimento, por parte do Estado e de grande número de atores sociais, das dimensões territoriais, econômicas, sociais, ambientais e culturais, que determinado espaço agrário é levado a externar, enquanto *múltiplas funções* da agricultura familiar. Esse pesquisador acrescenta a este leque de funções outra dimensão – a educativa – que o território passa a prestar. Além disso, defende como mais uma *função* relacionada à agricultura, a medida que os denominados ‘saberes e fazeres’ camponeses se juntam com suas capacidades de inovação,

⁷⁴ Desenvolvido pelo *l'Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement (AgoParisTech)*, França, baseado em conceitos e procedimentos metodológicos da disciplina de *Agriculture Comparée*.

especialmente, na definição das políticas públicas locais, em matéria de pesquisas e desenvolvimento sustentável. Neste sentido, ele está se referindo àqueles *saberes e fazeres* relacionados com as atividades produtivas, que os pais transmitem naturalmente, a seus filhos. Sustenta ainda, que a diversidade das atividades dessas famílias, a partir o exemplo estudado, propicia, senão a eliminação, a diminuição das ainda existentes formas arcaicas de dominação do capital sobre o trabalho (usando como exemplo a atividade sisaleira), rumo a perspectivas de eliminação da pobreza em zonas desfavoráveis como é caso do Sertão semi-árido da Bahia.

Em suma, o que as pesquisas estão demonstrando é que as aposentadorias, o PRONAF e até os trabalhos assalariados rurais, dentre outras argumentações, anteriormente, apresentadas, têm sido utilizados como mecanismo para financiar, parte dessa produção organizada pela agricultura familiar. E é nesse contexto que o uso da noção de multifuncionalidade da agricultura vem ajudando a formatar determinadas políticas públicas. Contudo não podemos nos eximir em defender que o florescimento da agricultura familiar camponesa somente será uma realidade se tiver o total reconhecimento, por parte do Estado, através de uma política pública concreta aos verdadeiros objetivos desses camponeses em cada distinta situação local de reprodução social.

3.2- A agricultura familiar camponesa legitimando esse debate

3.2.1- Primeiras impressões

Estudos da FAO/INCRA (1994), já afiançavam um rol de indicações mais abrangentes para o setor rural, voltadas, de forma especial, para o contexto da agricultura familiar, capazes de abrangerem o conjunto de *funções* atribuídas à agricultura. Estas recomendações, muitas das quais não remuneradas pelo mercado e, ainda, não contempladas por políticas públicas, se colocadas em prática, poderiam num curto prazo trazer bons resultados. Estas medidas seriam: i) oferta de crédito de custeio com equivalência produto; ii) fim de subvenções, subsídios e incentivos fiscais à agricultura patronal; e, iii) estímulo a parcerias, à formação profissional dos produtores. Em médio prazo seriam: i) linhas especiais de investimento, para a reconversão de propriedades, especialmente, de jovens agricultores; ii) constituição de um fundo de desenvolvimento da agricultura familiar; iii) reorientação da assistência técnica pública; e, iv) apoio à constituição de escolas comunitárias no sistema de alternância. Em longo prazo políticas de: i) modernização da pesquisa agropecuária, aumentando a produtividade, equidade e sustentabilidade da agricultura; e, ii) a consolidação de modelos agroindustriais descentralizados/cooperativados, sob gerenciamento dos agricultores.

Sabe-se que a agricultura familiar está alicerçada em fortes bases relacionadas à *propriedade*, através do processo de transmissão do patrimônio e ao *trabalho familiar*, pelo modo de exploração e gestão da unidade, na qual a renda é fator determinante no fenômeno de reprodução do grupo familiar. Tendo isso como pressuposto, pode-se inferir que a mesma reúne as condições para realização das *múltiplas funções* que a agricultura está sendo chamada a cumprir, dentro de um novo contexto e concepção de desenvolvimento rural. Esta possibilidade deve-se ao amplo espectro enfocado pela noção da multifuncionalidade agrícola, abrangendo as dimensões econômicas, sociais, culturais e territoriais, às quais a agricultura familiar está intimamente inserida e presente. Por isso, a discussão sobre a multifuncionalidade incorpora, portanto, o debate do *desenvolvimento agrícola e rural sustentável*. A agricultura torna-se o foco principal em questão, como forma de viabilizar muitas áreas rurais, tendo a agricultura familiar como *locus* capaz dessa demonstração.

Ao defender a valorização do papel da agricultura familiar, no contexto da multifuncionalidade, Weid (2001) afirma que

“Será preciso introduzir o conceito de multifuncionalidade da agricultura na legislação, valorizando-se o papel dos agricultores familiares na conservação do meio ambiente, dos recursos genéticos, do solo e dos recursos hídricos. Só assim será possível reverter à tendência histórica de um modelo de desenvolvimento insustentável que “minera” os recursos naturais e desequilibra o meio ambiente, comprometendo a capacidade produtiva do país no futuro” (WEID, 2001, p. 67).

Além disso, destaca a contribuição do meio rural na minimização dos problemas sociais enfrentados nos centros urbanos, argumentando que:

“[...] é preciso constatar que é mais barato e saudável para a sociedade pagar melhor o trabalho dos agricultores do que enfrentar a crescente crise social urbana provocada pelo desemprego endêmico e a degradação das condições de vida nas metrópoles, com todas as suas conseqüências de violência e insegurança coletiva”⁷⁵.

Nesta mesma linha de raciocínio, Ehlers (1996) já havia destacado que a adoção de um padrão agrícola sustentável pressupõe a adoção de políticas públicas que necessariamente promovam o fortalecimento da agricultura familiar. Isto porque, em contraposição à agricultura patronal, que se caracteriza por grandes propriedades e pelo emprego de mão-de-obra assalariada ou volante, a familiar apresenta o potencial de manter postos de trabalho já existentes ou mesmo de gerar novos empregos. Esse autor defende ainda que o fortalecimento

⁷⁵ *Ibidem*, p. 67-68.

da agricultura familiar passe, necessariamente, por uma ampla reforma agrária, por políticas de crédito e de preços e outras políticas estruturais (energia elétrica, acesso, armazenamento, etc.). Defende, concomitantemente a promoção de uma educação própria do meio rural (educação do campo) pautada na valorização das experiências dos agricultores e das pesquisas agroecológicas, servindo como “insumo” fundamental dessa desejada sustentabilidade.

Além disso, dentro da perspectiva da multifuncionalidade, a agricultura familiar pode corresponder, econômica e socialmente, aos potenciais existentes no espaço agrário. Nesse aspecto, estaria externando os verdadeiros preceitos de uma política de segurança alimentar, através da oferta diversificada de alimentos, de melhor distribuição de rendas, de maior racionalização do processo produtivo, minimizando os impactos sobre o meio ambiente e de geração de novas oportunidades de renda. Nesse sentido, Wanderley afirma que:

“É preciso ter consciência de que este debate sobre a multifuncionalidade toma força num momento em que os agricultores familiares, finalmente, conseguem conquistar, mesmo que ainda de forma insuficiente e parcial, o reconhecimento da própria condição de produtor agrícola com uma contribuição significativa para o mercado. Não se trata, portanto, da substituição da produção de riquezas materiais pela de riqueza imaterial, mas da afirmação da simultaneidade desta dupla dimensão, inerente ao ato de produzir e de viver em sociedade (...)” (WANDERLEY, 2003, p. 15).

Sendo assim, as vinculações entre o grupo familiar e o território são peças importantes. Diz-se isto, já que possibilitam o fortalecimento e a valorização das formas existentes de ocupação desses espaços rurais, possibilitando a valorização de tradições e culturas, além da chance de reintegração de membros familiares, especialmente, os jovens, que se encontram, na maioria das vezes, fora das atividades agrícolas do estabelecimento agrícola familiar.

Nas comunidades rurais francesas, diversos projetos de reintegração de jovens agricultores possibilitaram inúmeras atividades como: agricultura artesanal, com venda direta em feiras de produtores; agricultura orgânica, integrando a natureza como o desenvolvimento local; valorização do patrimônio cultural, através do turismo; etc. No Brasil, é perfeitamente cabível elencar propostas de desenvolvimento rural, baseadas nas inúmeras funções exercidas pela agricultura familiar camponesa. No caso específico da região semi-árida, onde os sistemas produtivos da agricultura familiar estão sendo ameaçados pela viabilidade climática e econômica, há inovações institucionais, dos próprios agricultores, destinadas a criar ou a manejar coletivamente recursos comuns (SABOURIN, 2005). Refere-se nesse aspecto à

gestão redes de bancos de sementes, de reservatórios de água, de manejo de pastagens da caatinga, etc., além de práticas solidárias e sistemas de organização como mutirões e fundos comunitários. Como reforço disso, a multifuncionalidade já acenava a garantia de um reconhecimento jurídico e público e um mínimo de apoio àqueles dispositivos coletivos dos agricultores familiares do semi-árido (SABOURIN 2005); isso estaria pautado numa produção agrícola de qualidade, capaz de gerar renda e assegurar a manutenção de uma população ativa no meio rural. Possibilitaria, ainda, a reprodução dos valores de confiança, de responsabilidade e de equidade geradas pelas relações e estruturas de reciprocidade à produção, típicos da agricultura familiar camponesa da região semi-árida. Estas práticas estão fortemente internalizadas pelos agricultores em relação à gestão dos recursos naturais no período da seca.

Na esfera de legitimação da agricultura familiar cabe ainda lembrarem-se das justificativas do pesquisador Paulo M. Marques, sobre as políticas voltadas ao segmento e sua relação como a multifuncionalidade; ou seja, a noção de multifuncionalidade, enquanto debate, “*estimula examinar, de forma retrospectiva, as concepções que orientaram a construção de instrumentos de apoio à agricultura familiar*” (MORUZZI MARQUES, 2003, p. 169)⁷⁶. Esse autor utiliza para exemplificar tal situação uma reflexão sobre o papel do PRONAF, registrando uma crítica às conseqüências sócio-ambientais desastrosas da modernização da agricultura brasileira. Com referência às políticas públicas e a relação destas com a agricultura familiar, como um dos ingredientes do debate da multifuncionalidade, recentemente Cazella (2007) defende que os subsídios públicos voltados ao desenvolvimento rural, a exemplo do PRONAF, devam ser justificados, muito além do papel de inclusão social que vêm imprimindo aos agricultores familiares. Ou seja, que eles, também, passam a cumprir o papel de ‘guardiões’ de recursos territoriais (produtos e serviços ligados à gastronomia, ao artesanato e a cultura de seus habitantes). Para esse pesquisador, a multifuncionalidade fornece elementos teóricos e justificativas para a continuidade dessa política pública, pautada sim numa contrapartida social e ambiental por parte dos agricultores familiares.

3.2.2- Legitimando esse debate

Sem desconsiderar as ponderações até aqui feitas em relação à importância da multifuncionalidade, enquanto ferramenta de legitimação da agricultura familiar, é preciso dizer, a princípio, que não se trata de discuti-la somente a partir de parâmetros técnicos

⁷⁶ Ver mais em RAIZES, Campina Grande, vol. 22, p. 168 – 180, jul./dez., 2003.

(agrícolas, ambientais, etc.) como se fez na França; além disso, a legitimação do debate teórico da multifuncionalidade e de todo seu aparato institucionalizado de políticas públicas (sociais, ambientais e territoriais), que perpassa pela existência de uma lógica dominante, precisa estar pautada, muito além do fazer modelos. Isto é, a noção de multifuncionalidade da agricultura precisa enfrentar o verdadeiro e necessário debate, de que há elementos na estrutura do capital que impedem o reconhecimento de outras formas de agricultura, logo *outras funções*, que não aquelas devidamente enquadradas no modo de produção capitalista. Essa atitude evidentemente exige outro tipo de lógica teórica, ainda não internalizada, que sinalizamos no capítulo anterior; ou seja, impor uma enorme discussão entre os formuladores da política e dos conceitos da multifuncionalidade e de território no âmbito da economia política, que trata das relações [sociais] de produção da vida material resultante de um desenvolvimento histórico nas diferentes sociedades.

Antes, porém, é preciso lembrar que no Brasil, desde seu descobrimento, a sociedade, a economia e as estruturas de poder são profundamente marcadas pela ótica do valor da terra, sem ter havido uma ruptura dessa concepção. No período colonial [1500-1822] a estrutura das oligarquias de terras e assimetrias das relações de trabalho na agricultura, notadamente, no Nordeste, em torno da produção açucareira. No período imperial [1822-1889] a construção de uma identidade nacional perante o mundo e das primeiras ações de ordenamento do território, porém sem modificar as velhas estruturas de produção e poder. No período inicial da república [1889-1930], reforça-se o poder das elites de terras e o surgimento de uma burguesia industrial (do Sul e Sudeste). Por último [1930-1980] essa indústria se alia à oligarquia rural, em nome de uma produção agrícola voltada à exportação, com a chancela do Estado, prevalecendo as políticas macroeconômicas sobre as políticas setoriais, no caso a agrícola. E no Nordeste, marcado pela perversa forma de ocupação e exploração dos recursos naturais, as intervenções públicas não foram capazes de modificar essa estrutura, que obrigatoriamente deve ser levada em conta no debate da multifuncionalidade da agricultura.

É preciso, também, evidenciar em quais bases se deu a formação da agricultura familiar, especialmente, no Nordeste. Nesse aspecto, cabe lembrar as observações de Sabourin (2007), que ratifica a história de formação da agricultura camponesa na região, incluindo a parte semi-árida, dada inicialmente em torno do domínio de terras no período da colonização, que precisava realizar grande aprisionamento de alimentos para Portugal que vivia em crise. Assim, na parte litorânea a grande lavoura canavieira e na semi-árida a pecuária extensiva. Para esse autor, essa agricultura camponesa advém de três origens sociais e técnicas: da

agricultura indígena, dos trabalhadores da agricultura colonial (através da força escrava) e dos trabalhadores ou pequenos colonos livres, que somados desenvolveram uma agricultura marginal nos espaços deixados pela grande lavoura ou criação de gado. Isso leva-nos a perceber a ocorrência da passagem direta de uma *agricultura primitiva* (na Europa feudal) ou baseada na escravidão, para uma *agricultura assalariada* (cf. Prado Jr., 1942), originando camponeses excluídos do pacto político (cf. Martins, 1981). Isso confere a existência, de fato, de um camponês como uma categoria política, bastante diferente daquilo que teorizou Eric Wolf e Henri Mendras, a respeito do camponês. Posteriormente, com a “modernização” da agricultura, dada a partir dos anos de 1950/60 essa agricultura camponesa continuou em segundo plano. Essa trajetória serviu inclusive de argumentos a alguns tecnocratas, baseado nas teorias kautskyana e leniniana, explicitarem a tese *do fim* ou *inexistência* de uma agricultura camponesa. Ou seja, da dissolução do campesinato no capitalismo, seja como agricultores assalariados, seja como pequenos agricultores capitalistas.

Diante disso, mesmo existindo um conflito de idéias e concepções, o debate ainda não foi capaz de ocorrer. Para isso, poder-se-ia dizer o seguinte: Existe um modelo ou metodologia – o da multifuncionalidade – anteriormente discutido dentro dos parâmetros europeus, posteriormente ensaiados no Brasil. No entanto, é preciso ver como esse modelo ocorre, dentro de uma realidade agrária que está dominada pelo modo capitalista de produção. Não considerando isso, torna-se simples e perfeitamente factível adequar ao Brasil essa concepção de multifuncionalidade desenvolvida na França, através de acordos e/ou cooperações acadêmicas, que propiciaram, por exemplo, formalizar o uso da noção de multifuncionalidade da agricultura nas atuais políticas públicas veiculadas pelo MDA. Nem mesmo os debatedores brasileiros, que alertaram para o risco desse uso direto sem as devidas adequações à realidade brasileira, não foram audazes em travar esse debate. Isto é, o de que a agricultura familiar camponesa pode abrigar outras funções, porque possui outra forma de relação no processo de reprodução social, não enquadrável no modo de produção capitalista.

Diz-se isso porque as pesquisas brasileiras, sobre a temática da multifuncionalidade da agricultura, têm revelado que: as aposentadorias rurais, trabalhos assalariados rurais (no corte da cana, por exemplo), etc., são utilizados como mecanismo para financiar a *produção* via agricultura familiar. Além disso, basta vermos o sucesso do PRONAF (CAZELLA, 2007), que serve como dinamizador socioeconômico de muitas localidades que têm na agricultura seu carro-chefe. Desse modo, a noção de multifuncionalidade vem ajudando a formatar determinadas políticas públicas para a agricultura familiar. Por isso reafirmamos a

observações de Machado (2009), que aponta em direção ao necessário reconhecimento da importância da agricultura familiar camponesa por parte do Estado. Sem o qual não haverá qualquer tipo de desenvolvimento.

Por isso a multifuncionalidade da agricultura como instrumento de análise e/ou conceito crítico da agricultura produtivista e mercantil, pode então servir sim para problematizar a realidade existente ou registrar como esta realidade vem ocorrendo. Ou seja, analisar criticamente essa agricultura patronal e mercantil, que não tem interesse nessas outras “externalidades” demandadas pela agricultura, mas que essas outras “externalidades” podem ser defendidas por políticas públicas diferenciadas. Para isso é preciso fazer o discernimento entre essa agricultura patronal/mercantil/capitalista e a agricultura familiar camponesa, mostrando que as mesmas têm maneiras diferenciadas de reagir às “externalidades” do sistema capitalista vigente. Enquanto a primeira pauta-se substancialmente no lucro, na acumulação do capital, na exploração da mais-valia, sem se preocupar verdadeiramente com as condições ambientais, a segunda pode produzir excedentes, porém primeiro, a segurança alimentar como mais outra função econômica, através da produção de alimentos. Além disso, a familiar camponesa pode gerar segurança social, através da ocupação, pois não desemprega e, ainda, ao mesmo tempo, luta para preservar a propriedade da terra como meio de sobrevivência, de trabalho e de preservação da cultura e da memória. Pode ainda frear o avanço dos problemas ambientais deixados pela agricultura “moderna”, pois mesmo desmatando e queimando, o faz numa escala compatível com sua necessidade de sobrevivência e até deixa de fazer queimadas se há outras formas sustentáveis de produzir.

Por fim, para Alves & Malagodi (2007), a *multifuncionalidade da agricultura*, ou mais especificamente, as *outras funções* que se propõe examinar, referente tão somente à agricultura familiar no ambiente semi-árido, devem pautar-se em mecanismos que reforcem a autonomia dessas famílias de camponeses. Isto significa, portanto, trazer para o centro da análise a própria reprodução da família camponesa e do meio ambiente, não apenas como sujeitos produtores de mercadorias, mas, principalmente, como produtores de vida social e de cultura em um meio hostil e em um ecossistema frágil. Nesse aspecto, no capítulo seguinte, uma abordagem fisiográfica e histórica, seqüenciada por uma descrição, socioeconômica, e cultural, que auxilia a compreensão do atual modelo de desenvolvimento da região semi-árida, representada pelo *Agreste Paraibano*, através de um recorte microrregional, que teve como foco de análise o *Curimataú Ocidental*.

CAPÍTULO III

CURIMATAÚ OCIDENTAL: TERRITÓRIO DE MULTIPLAS CONFIGURAÇÕES

1- Introdução

Na Introdução da tese uma das questões foi a de como contextualizar o conjunto de atividades, além das econômicas, denominadas de multifuncionalidade da agricultura, que compõe um contíguo de características relacionadas com o ambiente físico. Nos capítulos anteriores o marco teórico apresentado com seus respectivos referenciais empíricos referendou a importância dessa distinção em cada situação [local] estudada.

Nessa lógica, o capítulo traz uma sintética exposição, que busca caracterizar o semi-árido, através de um recorte territorial do *Agreste Paraibano*, representada pela microrregião do *Curimataú Ocidental*. Portanto, por meio da descrição historiográfica do contexto regional, instrumentalizada por ilustrações (mapas, quadros e tabelas), que permitem dialogar, compreender e avaliar inúmeras informações, dentre as quais aquelas capazes de subsidiar a compreensão do processo de *convivência* com essa porção do ambiente semi-árido, no contexto multifuncional da agricultura. Nessa compreensão, a descrição está metodologicamente organizada, trazendo: Primeiro os aspectos fisiográficos do referido espaço estudado; depois uma descrição dos aspectos históricos, socioeconômicos e culturais.

2- A fisiografia do Semi-árido

A busca em caracterizar espacialmente uma determinada região se ampara na premissa de que a diversidade é social e geográfica (CARON & SABOURIN, 2003). Além disso, a compreensão geográfica, devido sua concretude, torna-se esclarecedora, a partir do que vemos (BRAUDEL, 1986), sendo o espaço uma inscrição material das relações sociais (FIORENTINO, 1982), que pode ser estruturado em macro, meso e microrregiões resultados dessas relações sociais e da interação de agentes e instituições. Portanto, dinâmico, “... *para reproduzir as novas formas de produção e as relações sociais que se estabelecem a cada momento histórico*” (MOREIRA & TARGINO, 1997, p. 26) ou confirmando uma concepção de Francisco de Oliveira, para o qual, *regiões “são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais...”* (OLIVEIRA, 1977, p. 30). Prova disso, originou diferentes tipos de regionalização para o Estado da Paraíba (Fisiográficas –1945, Geográficas –1965, Homogêneas – 1968 e as atuais Meso e Microrregiões – 1987/1991).

No contexto intertropical do Brasil, o Nordeste é a região de maior diversidade de quadros naturais; a mais dividida do ponto de vista político-administrativo; não homogeneamente desenvolvida, experimentando grandes descompassos intersetoriais no processo de desenvolvimento econômico e social (ANDRADE, 1977). Totalizando uma área de 56.584,6 Km², situado no quadrante leste está o Estado da Paraíba. Dito de outra forma localiza-se pelas coordenadas geográficas (absolutas) entre os paralelos 6°02'12" e 8°19'18" graus de latitude Sul e entre os meridianos 34°45'54" e 38°45'45" graus de longitude oeste de *Greenwich*. Portanto, totalmente incluído na Zona Tropical (RODRIGUEZ, 2002). Em termos relativos, em relação a outros estados, faz limites: Norte – Rio Grande do Norte; Sul – Pernambuco; Leste – Oceano Atlântico; e, Oeste – Ceará (ver Mapa 1, p. 78).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o semi-árido brasileiro, área delimitada pelo denominado “polígono das secas”⁷⁷, abrange cerca de 950 mil Km² da área total do país (ver ANEXO 5, p. 309). Desse total, singularizado pela semi-aridez em relação às demais regiões do país, o Estado da Paraíba caracteriza-se por estar inserido majoritariamente nesse ‘polígono’ (em torno de 90% de sua área total), com pequena faixa de clima úmido, originalmente domínio das matas litorâneas (perenifólias) e uma zona de transição climatóbotânica denominada *Agreste*. Nessa porção semi-árida, há uma variedade geomorfológica com peculiaridades bioclimatológicas, favorecendo a uma sub-

⁷⁷ Além da maior parte da Região Nordeste, inclui também uma porção no norte do Estado de Minas Gerais (Região Sudeste).

regionalização. Com isso, atualmente, o Estado é dimensionado em quatro mesorregiões geográficas. Assim, dentre elas, conforme Mapa 1 a seguir, o *Agreste Paraibano*, transição entre as regiões da *Mata* e *Sertão*, ocupa área de 13.020 Km² (23,1% da área total do Estado).

De um modo geral o *Agreste*, como diz Manuel Correia de Andrade “às vezes ele é bem característico em seus aspectos; mas noutras ocasiões podem ser confundidas com a *Mata* em seus trechos mais úmidos e com o *Sertão* nos mais secos” (ANDRADE, 1998, p. 31). Entretanto, entre o *Agreste* e *Sertão* há a mesorregião da *Borborema*, que tem semelhança geomorfológica, integrando a grande superfície de igual denominação ou ‘Maciço da *Borborema*’⁷⁸ (destaque no tracejado geométrico do Mapa 1). É importante salientar que esse maciço caracteriza-se por ser uma grande área suavemente ondulada de planalto, constituindo-se num distribuidor de redes hidrográficas⁷⁹ em todas as direções (cf. Rodriguez, *op. cit.*, p. 30). A elevação média desse maciço oscila entre 400 e 600 metros, possuindo mais ou menos em suas delimitações, contínuos e isolados maciços que atingem até 700 metros de altitude. Como caracterização bioclimatológica geral do *Agreste*, porém, noutro estudo desenvolvido em uma pequena delimitação dessa região (no *Cariri*), Cohen & Duqué (2001) apontam algumas características como: clima tropical à estação seca; solos do tipo acastanhado e litólicos⁸⁰; paisagem vegetal com pastagens nativas, culturas e florestas caducifólias⁸¹. Por sua vez o diagnóstico do órgão florestal do Estado⁸², caracteriza a região do *Agreste Paraibano* “com solos do tipo litólicos eutróficos⁸³ com horizonte “A” fraco e textura arenosa e/ou média, fase pedregosa e rochosa, apresentando caatinga hiperxerófila, relevo ondulado, substrato gnaisse e granito em associações com afloramento de rocha” (JACOMINE *et ali.* (1972)⁸⁴ *apud* SUDEMA (2004).

⁷⁸ Conjunto geomorfológico de maciços falhados e dobrados em rochas do embasamento cristalino, que ocupa a porção mais oriental da região semi-árida. Estende-se desde o Rio Grande do Norte até Alagoas, destacando-se em área no Estado da Paraíba, onde se afigura como uma vasta superfície dômica, com níveis altimétricos entre 400 e 700 m (BNB, 2005, p. 30). Esse “Maciço” também configura uma ampla área planáltica, englobando as regiões denominadas localmente como: *Cariri*, *Seridó* e *Curimataú*, que também abrange uma parte da mesorregião do *Agreste Paraibano*. Ver mais detalhadamente em Rodriguez (2002), [mapas 03 e 04, pp. 12-13]

⁷⁹ Compõem as nascentes das principais bacias hidrográficas do Estado, dentre elas a do Rio Paraíba (em sua face sul) e as bacias do Rio Curimataú e Mamanguape (em sua face leste). Outras menores, como as bacias do Rio Picuí (na face norte) e Espinharas e Sabugí (na face oeste), que correm em direção à Depressão Sertaneja.

⁸⁰ Solos Litólicos ou neossolos litólicos (antigo/novo sistema de classificação): são solos pouco desenvolvidos com horizonte “A” ou com menos de 40 cm de espessura, diretamente sobre a rocha ou sobre um horizonte “C”.

⁸¹ Plantas ou vegetações que não se mantêm verdes durante o ano todo, perdendo as folhas na estação seca.

⁸² Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba – SUDEMA, 2004, p. 45.

⁸³ Solos pouco desenvolvidos, em que a rocha consolidada pouco ou sem nenhuma meteorização, encontra-se a profundidade de até 0,5m. Ou ainda solos que não apresentam rochas consolidadas próximas à superfície, porém a quantidade de cascalhos, matações, pouco ou nada decompostos é bem elevada. Eutrófico significa valor de saturação por bases maior ou igual a 50% no horizonte e ainda um mínimo de 1,5 *cmol*(+)/kg de solo.

⁸⁴ JACOMINE, P. K. T. *et ali.* **Levantamento exploratório de reconhecimento de solos do Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura (EPFS)/SUDENE (DRN), 1972.

Mapa 1 - Mapa do Estado da Paraíba, destacando as mesorregiões.



Fonte: IBGE, 2007. [Adaptado por ALVES, A. F., 2008].

O *Agreste Paraibano* é a região considerada, em seus aspectos fisiográficos, um verdadeiro mosaico de situações, pelo fato de ‘receber’ dupla influência climatológica (Mapa 1). Assim, ora correntes de ventos alísios, que ‘empurram’ as massas equatoriais do Oceano Atlântico (no outono) e massas polares do Sul, que incorporam ventos alísios do Sudeste (no inverno); ora correntes de ventos quentes e úmidos, provenientes da Região Amazônica (no verão/outono). Por isso, há de se pensar que, em termos pluviométricos, a região é bem servida; ao contrário, essas massas de ar chegam fracas ou às vezes não conseguem transpor as cristas mais altas do relevo, que se colocam nas faces leste e oeste desse planalto da Borborema, caracterizando extrema irregularidade na ocorrência das chuvas.

De toda a porção semi-árida do estado, na central planáltica que inclui boa parte do Agreste e Borborema, segundo a classificação de *Köppen*⁸⁵, predomina o *Semi-árido quente (Bsh)*, com pluviosidade média anual, em torno de 400 mm. Isso confere uma curta estação de chuvas (de 2 a 3 meses por ano, preponderantemente de janeiro a março). No entanto, mesmo com pouca chuva, a temperatura é relativamente amena, com média anual em torno de 26°C,

⁸⁵ Ou de *Köppen-Geiger*, indicando os tipos climáticos utilizados em geografia, climatologia e ecologia. Foi proposta em 1900 por Wladimir Köppen e aperfeiçoada em 1918, 1927 e 1936 com novas versões, em colaboração com Rudolf Geiger. Está baseada no pressuposto, com origem na fitossociologia e na ecologia, de que a vegetação natural de cada grande região da Terra é essencialmente uma expressão do clima nela prevalecente. Na determinação dos tipos climáticos são considerados a *sazonalidade* e os *valores médios* anuais e mensais da *temperatura do ar* e da *precipitação*. Cada tipo climático é definido por um código, constituído por letras maiúsculas ("A", "B", "C", "D" e "E", que caracteriza o clima de uma região, constituindo o indicador do grupo climático em linhas, indo do equador aos pólos) e minúsculas, cuja combinação (com 2 ou 3 caracteres) caracteriza os tipos e subtipos climáticos (quente chuvoso, quente seco, frio chuvoso, frio seco, árido, etc.).

devido à altitude do planalto. A título de ilustração, o Quadro 1 a seguir, apresenta os dados pluviométricos de alguns municípios do *Agreste Paraibano*, no período compreendido entre 1911 e 1967, demonstrando não só a baixa quantidade como a irregularidade, já que os exemplos distam inferiores a 100 km. As médias pluviométricas bem díspares confirmam, igualmente, no período de aferição, valores abaixo dos 700 mm de chuva.

Quadro 1 - **Dados pluviométricos municipais, no período entre 1911 e 1967.**

<i>Município</i>	<i>Posto de coleta</i>	<i>Período</i> (início/fim e n° de anos)	<i>Pluviometria Anual</i> (mm)		<i>Pluviometria anual média</i> (mm)	<i>N° anos abaixo de 800 mm</i>
			Mín.	Máx.		
Barra de Sta. Rosa	Barra de Sta. Rosa	1931 a 1967 (37 anos)	90,9	906,7	324,5	34
Soledade	Olivedos	1934 a 1967 (34 anos)	156,4	1.366,0	465,5	31
Soledade	Soledade	1911 a 1967 (57 anos)	138,0	1.015,0	375,8	50
Campina Grande	Boa Vista	1923 a 1967 (45 anos)	198,0	939,0	408,8	43
Campina Grande	Campina Grande	1911 a 1967 (57 anos)	331,3	1.446,6	768,2	34
Ingá	Ingá	1911 a 1967 (57 anos)	312,3	1.404,7	634,8	45

Fonte: DNOCS/SUDENE *apud* SUDEMA, 2004. [Adaptado por ALVES, A. F., 2008].

Outro fator a destacar é em relação à irregularidade dessas precipitações. Em alguns anos, de secas mais prolongadas, os índices pluviométricos nesses municípios não atingiram a marca de 300 mm/ano. Do ponto de vista sociológico, ao caracterizar a pluviosidade do *Agreste*, Garcia Jr. (1989, p. 18) salienta que os diferenciais quantitativos e cronológicos entre os períodos de chuva e os de seca indicam, além do calendário agrícola, o ritmo de vida da região. Essa característica hídrica, corroborada pelo tipo de solo raso e pedregoso, marca bem o tipo de vegetação dessa porção do *Agreste Paraibano*. Destarte, apresenta-se de tipo *acatingada*, classificada como sendo do tipo *agreste*, originalmente constituída por rala mata subcaducifólia de transição, com muitas espécies xerófilas (RODRIGUEZ, 2002, p. 36).

No semi-árido, em termos de vegetação, mesmo predominando a Caatinga⁸⁶, há parte com vegetação originalmente constituída por mata subcaducifólia de transição, com espécies

⁸⁶ O termo *Caatinga* é formado por duas palavras da língua Tupi-Guarani: *caa* (mata) + *tinga* (branca), que significam floresta branca, referência a seu aspecto durante a seca. É uma formação extremamente diversificada em função do tipo de solo e nela encontram-se árvores e arbustos freqüentemente providos de espinhos e do tipo caducifólios, que dão à vegetação um aspecto sombrio e cinza durante a estação das secas; apresentam também plantas suculentas (cactáceas e euforbiáceas), bromeliáceas terrestres, coriáceas e espinhosas, bem como uma capa herbácea constituída por espécies anuais (CARON & SABOURIN, 2003, p. 41).

xerófilas (típicas da maior parte do Agreste) e até de Mata Úmida (Brejo Paraibano)⁸⁷. Isso confere, além de uma fisiografia muito variada, uma das mais exemplares caracterizações da diversidade vegetal encontrada no ecossistema semi-árido. Dentre as espécies nativas mais importantes destacamos o Aveloz (*Euphorbia gyminochlada*), a Catingueira (*Caesalpinia bracteosa*), o Facheiro (*Cereus squamosus*), a Favela (*Cnidocolus phyllanthus*), o Juazeiro (*Zizyphus juazeiro*) a Jurema branca (*Mimosa malacocentra*), o Mandacaru (*Cereus jamacaru*), o Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) e o Xique-xique (*Pilosocereus gounellei*). Destaca-se ainda a presença de duas espécies introduzidas – a Algaroba⁸⁸ (*Prosopis juliflora*) e a Palmatória (*Opuntia palmatória*)⁸⁹ – respectivamente como espécie reflorestadora e forrageira na alimentação animal, fazendo hoje, parte da paisagem regional.

Portanto, integrando a mesorregião do *Agreste* destaca-se a microrregião do *Curimataú Ocidental*, localizada medianamente entre as bacias dos rios Seridó e Curimataú, indicadas no Mapa 2 a seguir. Essa microrregião é composta por 11 municípios, dos quais se elegeram quatro municípios como amostragem da pesquisa. Assim, os municípios de Soledade, Pocinhos, Olivados e Algodão de Jandaíra, localizados na parte sul da microrregião, fazem limites, ao Sul com as microrregiões do *Cariri Oriental (Borborema)* e *Campina Grande (Agreste Paraibano)*, a Oeste com a microrregião do *Seridó Oriental (Borborema)* e a Leste com as microrregiões de *Esperança* e do *Brejo Paraibano (Agreste Paraibano)*. Ao Norte os demais municípios da microrregião (observar destaque ampliado do Mapa 2, p. 81).

Em termos hidrográficos, estes municípios escolhidos ficam mais ou menos na porção intermediária das duas maiores bacias hidrográficas do Estado que correm em direção leste (ao litoral do Oceano Atlântico): as bacias do rio Paraíba (ao Sul) e do rio Curimataú (a Norte), como demonstra o detalhe hidrográfico do Mapa 2 a seguir. Portanto, num divisor de

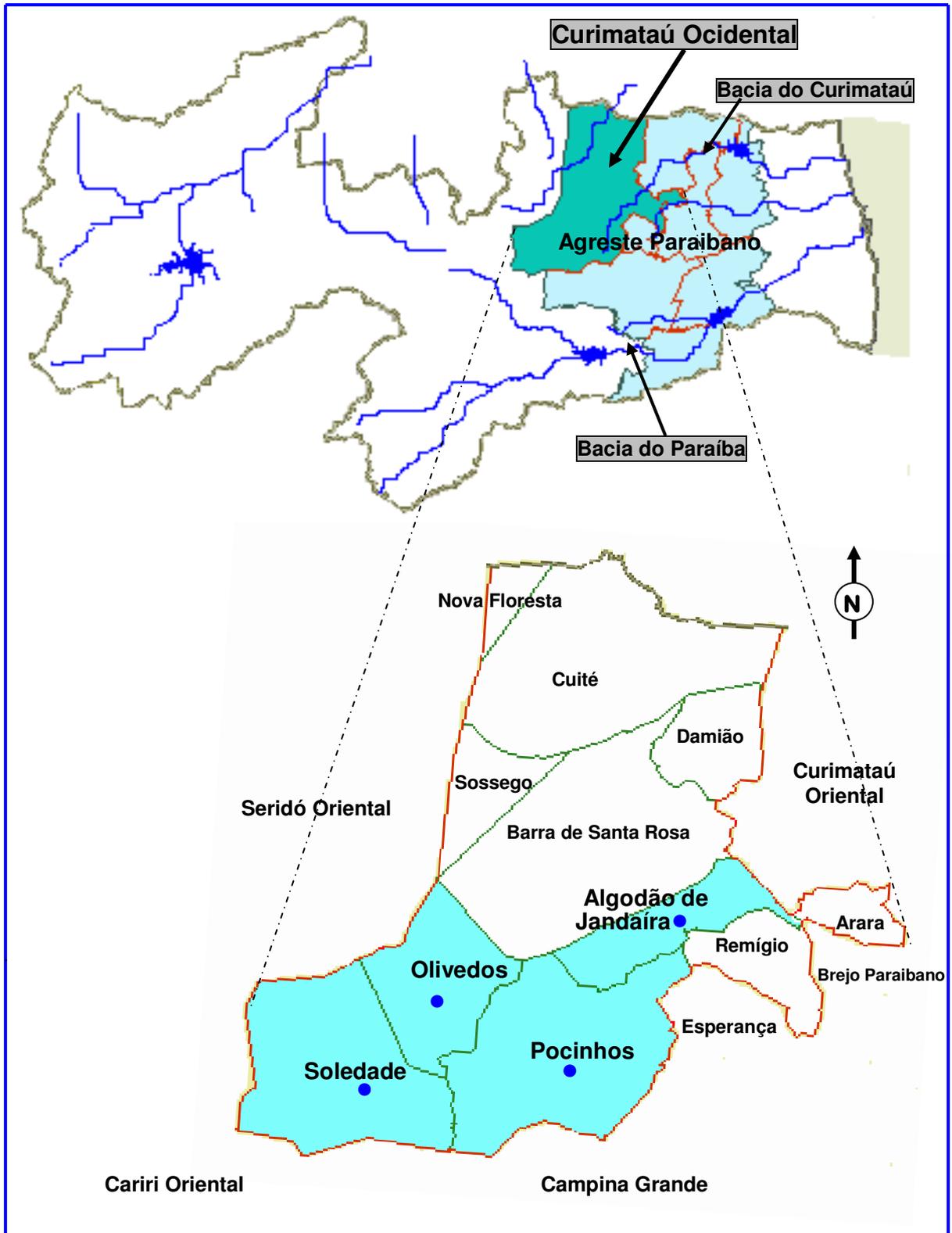
⁸⁷ No Brejo Paraibano, localizado na porção leste da mesorregião do *Agreste Paraibano*, pela incidência dos ventos aquecidos na depressão sublitorânea (entre o Agreste e Mata), que se elevam, resfriam-se e dão origem às chuvas orográficas, que se caracterizam por índices pluviométricos anuais bem próximos daqueles da mesorregião da Mata (litorânea). Estas precipitações atingem uma média anual de até 1.400 mm, principalmente nos meses de inverno (março – junho).

⁸⁸ Espécie arbórea da família *Fabaceae (Leguminosae)*, originária do Chile, parecida com a espécie nativa denominada Jurema. Isto é, com folhas compostas miúdas, sempre verdes, inclusive nos períodos de longa estiagem. Com altura mediana de 4 metros, produz vagens de 10 a 20 cm, utilizadas na alimentação animal. Bem adaptada ao Semi-árido, vegetando em solos argilosos, piçarrentos ou arenosos, sendo utilizada para a cobertura de áreas erodidas. Tem ampla capacidade invasora, pois é propagada facilmente, sobretudo pelos bovinos, que não digerem totalmente suas sementes. Fornece ainda boa lenha e estacas, para confecção de cercas.

⁸⁹ Espécie de Xerófila arbustiva da família *Cactaceae*, originária do México, caracterizada por folhas que armazenam uma grande quantidade de água e tem alta digestibilidade (raquetes em forma ovalada, com 40 cm de comprimento e minúsculos espinhos), conferindo boa aceitação pelos bovinos. É planta pouco exigente em solo e suporta bem o clima de altitude (noites frescas e úmidas) e pouca chuva durante todo seu ciclo vegetativo.

águas das duas bacias, conferindo, dessa maneira, área planáltica de escassos rios e córregos, em sua maioria cursos d'água temporários (ANDRADE, 1977, p. 36).

Mapa 2 – Mapa da mesorregião do Agraveste Paraíba com suas microrregiões, destacando a do Curimataú Ocidental.



Fonte: IBGE, 2007. [Adaptado por ALVES, A. F., 2008].

Em face dessa localização, é importante esclarecer que, em especial, a população do município de Soledade e parte da população de Pocinhos se identificam como sendo do Cariri⁹⁰. Este fato não se atribui tão somente em função da proximidade com essa outra microrregião, mas por uma identidade cultural construída ao longo do processo de ocupação e *convivência* com o ambiente de semi-aridez.

A seção seguinte apresenta a história, a economia e a cultura da sociedade regional, enfatizando algumas peculiaridades presentes nesses municípios, posteriormente representadas pela pesquisa. Então, primeiro uma breve história dos que nessa região viviam e daqueles que passaram a explorá-la, após o processo ocupação européia. Na sequência, os aspectos sócio-econômicos desenvolvidos nesse processo de exploração territorial. Por fim, um sintético apanhado das manifestações culturais que caracterizaram esse representado espaço do *Semi-Árido Paraibano*.

3- Aspectos históricos, socioeconômicos e culturais.

3.1- A ocupação e o início da exploração regional

O resgate da história é essencial para a compreensão das sociedades. Assim sendo, a pesquisa, baseada na coleta de documentos e no esforço interpretativo de fontes, permite o entendimento das diferenças na formação das sociedades. Por isso, na perspectiva weberiana é o caráter particular de cada formação social e histórica que deve ser considerado. Alias, para Weber ([1924]/2005)⁹¹ a história, respeitando as particularidades de cada sociedade, combinada à sociologia, que busca ressaltar os elementos mais gerais de cada fase do processo histórico, deve fazer um esforço interpretativo do passado capaz de repercutir nas peculiaridades contemporâneas (método compressivo). Portanto, o conhecimento histórico, a seguir descrito, é aqui entendido como a busca de evidências, tornando-se num importante instrumento da análise social que se propôs realizar.

Nesses pressupostos, em princípio, menciona-se que os sujeitos da história regional remontam muito antes do processo de conquista européia do semi-árido. Isto porque na região Agreste viviam duas grandes nações indígenas: a dos *Cariris* e a dos *Tarairiús*. Esta última

⁹⁰ A regionalização preconizada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), denominada de *Territórios Rurais*, definiu entre os territórios no Estado da Paraíba o *Território do Cariri*, formado por municípios das microrregiões do *Cariri Oriental* e do *Cariri Ocidental* (mesorregião da *Borborema*). Porém incluiu municípios de outras microrregiões como Soledade – *Curimataú Ocidental* e Boa Vista – *Campina Grande* (mesorregião do *Agreste Paraibano*).

⁹¹ Na obra “*As causas sociais do declínio da cultura antiga*”. In: COHN, G. (org.); FERNANDES, F. (coord.). **Weber: sociologia**. 2005, pp. 37–57.

nação distribuía-se ao longo de toda a porção norte do Planalto da Borborema, principalmente no vale do rio Curimataú (MOREIRA & TARGINO, 1997). Na obra de Eduardo Araújo (2007) há a informação de que no município de Pocinhos ainda há muitos vestígios deixados por tribos da nação Tarairiús. O autor aponta oito sítios arqueológicos, com muitas inscrições e pinturas rupestres (no Sítio Padre Bento) e utensílios de barro (no Sítio Juá). Porém no decorrer do processo de ocupação, iniciado a partir da costa litorânea, estas populações foram sendo paulatinamente dizimadas e/ou ‘empurradas’ para áreas mais montanhosas e de mata mais fechada (Região do *Brejo Paraibano*).

A ocupação européia do semi-árido se deu de fato a partir da segunda metade do Século XVII, quando houve a necessidade de prover a área açucareira de animais para o trabalho e alimentação da população litorânea (RODRIGUEZ, 2002). Desse modo, o processo de colonização em direção ao interior, especialmente ao Sertão, deixou, “*um rastro de sangue nativo*” (MOREIRA & TARGINO, 1997, p. 30). Isso decorreu por dois objetivos dos colonizadores: primeiro, na tentativa de transformar os indígenas em cativos; e segundo, pela ocupação de suas terras. Emília Moreira menciona ainda a chamada “Confederação dos Cariris”, que se estendeu de 1680 a 1730, considerada pelo historiador Irineo Joffily como “*a maior guerra anti-colonialista que já se travou em território brasileiro*”⁹².

Além disso, Eduardo Araújo (*op. cit.*) relata que em 1694, o *Capitão-Mor* Teodósio de Oliveira Ledo fora encarregado de eliminar focos de resistência indígena no Agreste e Sertão, acabando por criar uma nova rota exploratória de ligação do litoral paraibano ao Sertão. Esta rota, por sua vez, cortava mais centralmente o Agreste, diferentemente daquela anteriormente traçada, a partir de Pernambuco, que passava mais pelo Sul (pelo vale do rio Paraíba). Essas rotas faziam parte do conjunto de “entradas” exploratórias, a mando da Coroa Portuguesa, realizadas, sobretudo, durante o segundo século da ocupação. A história registra que, decorrente daqueles feitos militares, Teodósio requereu da coroa portuguesa para si, o dote de inúmeras sesmarias⁹³ de terras, ao longo desse novo “caminho do gado”. Nessas sesmarias surgiram inúmeros “currais de criação” e pontos de pouso, para o gado e vaqueiros, oriundos do Sertão paraibano. Nesses pontos de pouso, normalmente nas proximidades de nascentes (cacimbas) ou cursos d’água, posteriormente, formaram-se inúmeros lugarejos e vilas, que mais tarde tornaram-se sedes de municípios do Agreste, como Pocinhos e Soledade.

⁹² Moreira & Targino, *op. cit.*, p. 30.

⁹³ Áreas de terras, no interior das capitanias, concedida pela coroa portuguesa aos exploradores. Uma sesmaria equivalia à área de uma légua de terras (uma légua linear é igual a 6.600 metros). Portanto, uma sesmaria tinha uma área de 4.356 hectares. A título de ilustração essas “concessões de uso” perduraram até a criação da *Lei de Terras* (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), que implantou a propriedade privada das terras no Brasil.

O interesse pela instalação dos “currais de criação”, tanto no Sertão, como no Agreste, tomou impulso, após o quase extermínio da população silvícola corroborada pela já mencionada necessidade da lavoura canavieira, que já ocupava também a porção mais úmida e fértil de Agreste (o Brejo). A confirmação disso em Prado Junior ([1945]/1998), chama atenção para o rápido desenvolvimento da pecuária no semi-árido nordestino, destacando o Agreste dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, principalmente quando a atividade pecuária avançava rumo ao Noroeste (Piauí e Maranhão). Portanto, a existência de pequeno ribeirão ou cacimba, para instalarem-se mais um novo ‘curral’ de criação de gado, o que possibilitou o surgimento de inúmeras fazendas. Nesse sentido, é importante registrar que no final do Século XVII, já havia grande quantidade de sesmarias nos vales dos rios Piancó, Piranhas de Cima e Peixe (Sertão Paraibano), reforçando esse aporte pecuário no semi-árido, que era, de fato, uma espécie de “corredor de passagem” para todo o Sertão e região mais Setentrional do Nordeste (Ceará e Piauí).

No decorrer desse processo de povoamento do semi-árido, concomitante a exploração pecuária, também se desenvolveram lavouras de subsistência, voltadas tanto para o abastecimento local, quanto para manutenção dos engenhos do litoral canavieiro. Além das culturas alimentícias (mandioca, feijão e milho) o algodão também foi o grande aliado da atividade pecuária. No entanto, a cultura do algodão tomou vulto econômico somente no final do Século XVIII, com o desenvolvimento da indústria têxtil inglesa e o aumento da demanda mundial⁹⁴. Isto passou a fomentar o interesse econômico dos produtores do Agreste e Sertão, em patamar semelhante ao da atividade canavieira que existia na Zona da Mata e Brejo.

O algodão teve seu período áureo durante quase todo o século seguinte. Como ilustração dessa importância econômica, no Quadro 2 a seguir, Pinto⁹⁵ *apud* Moreira & Targino (1997, p. 100) apresenta uma comparação da produção do algodão com a açucareira do litoral. Sobre a atividade algodoeira, é importante ressaltar, a grande contribuição dada ao processo de ocupação do Agreste, face às características ocupacionais dessa atividade; ou seja, o desenvolvimento nos interstícios da atividade pecuária, especialmente, nas pequenas e médias propriedades, ocupava mais mão-de-obra do que a atividade pecuária, e também pelo surgimento de inúmeras empresas (unidades de beneficiamento da fibra e do caroço), geradoras de ocupação de mão-de-obra. Isso ampliou o interesse pela região, que no decorrer do Século XIX teve um intenso aporte migratório. Nesse período, também foi introduzida a

⁹⁴ A demanda mundial de algodão aumentou significativamente devido ao afastamento dos Estados Unidos do mercado internacional, durante a Guerra de Independência Americana.

⁹⁵ PINTO, I. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

variedade de algodão arbóreo, conhecido como “mocó”, que além de possuir uma fibra mais longa, melhor se adaptou às condições de semi-aridez. Porém, esse “boom” algodoeiro foi diminuindo, principalmente, a partir da segunda metade do Século XX, decorrente das constantes oscilações de mercado, alguns períodos de secas e, sobretudo, com a entrada das fibras sintéticas (MOREIRA & TARGINO, 1997, p. 81). O quase fim da cultura veio de fato, na segunda metade ao fim dos anos oitenta, quando surge a praga do bicudo (*Anthonomus grandis*), dizimando lavouras e gerando muito desemprego, tanto nas indústrias, como no meio rural. Aí o processo de ocupação do Agreste se inverteu, com intenso fluxo migratório de camponeses, principalmente para os grandes centros urbanos do Sudeste do país.

Quadro 2- Quantidade exportada, em arrobas, de açúcar e algodão pela Paraíba, de 1835 a 1862.

<i>Anos</i>	<i>Açúcar</i>	<i>Algodão</i>
1835/1836	116.655	99.804
1839/1840	98.649	58.870
1842/1843	122.768	98.108
1844/1845	147.857	128.127
1854	305.082	195.665
1858	675.870	190.534
1860	405.194	178.267
1862	889.890	184.973

Fonte: PINTO, 1977, v. 2 [Adaptado por ALVES, A. F., 2008].

Do ponto de vista socioeconômico, a trajetória histórica destas pioneiras atividades agropastoris da região Agreste, como a cotonicultura e a pecuária, esta última em especial, diferenciava-se muito da atividade canavieira. Isto é, mesmo que o processo de ocupação, em ambas as regiões (Mata e Agreste), tenha se dado de forma semelhante, ou seja, através da dominação e/ou extermínio dos indígenas e posse de suas terras, em termos de exploração produtiva do espaço e organização da produção, o processo foi bem diferente. Primeiro, no aspecto fundiário, enquanto o latifúndio canavieiro tinha uma maior concentração da produção, com maior ocupação das áreas, o pecuário era excessivamente disperso. Segundo, no aspecto da mão-de-obra, enquanto na lavoura canavieira a mão-de-obra era numerosa e baseada no trabalho escravo, nas fazendas de criação era reduzida numa combinação de trabalho livre e ‘escravo’. Essa flexibilidade permitiu, ao longo do tempo, o acesso de alguns desses trabalhadores à posse de terra. Terceiro, no aspecto de capital, enquanto a atividade canavieira exigia um expressivo aporte de capital no funcionamento dos engenhos, a atividade

pecuária exigia pouquíssimo investimento. Bastava a construção de um rústico curral, para definir a ocupação de várias sesmarias. Por último, no aspecto comercial, enquanto a produção açucareira adequava-se à demanda do mercado mundial, a produção pecuária era menos vulnerável, pois estava ligada ao abastecimento interno das províncias⁹⁶.

Ainda sobre o processo de ocupação da vasta e pouco habitada região semi-árida, a atividade pecuária teve significativo papel. Isto porque a atividade nascia com o processo de instalação de novos criatórios, a partir dos pioneiros ‘currais’ de criação. Normalmente, nas fazendas os trabalhadores livres não recebiam pagamento em dinheiro. Eram remunerados, anualmente, em cabeças de gado, que ao cabo de quatro ou cinco anos, tinham rebanho suficiente para montarem sua própria criação. Surgia então um novo estabelecimento. Além disso, é importante resgatar todo o potencial simbólico que a pecuária imprimiu à região Agreste, haja vista, atualmente, a tradicional vaquejada, muito bem expressada por Câmara Cascudo, quando trata das *Tradições populares da pecuária nordestina*, que teve origem nas antigas atividades de apartação⁹⁷. De fato a atividade pecuária, à época, imprimiu um contexto histórico que perpassou os tempos, perdurando aos dias atuais as tradicionais lides com o gado e numa forte *representação social* sobre a figura do vaqueiro e toda a identidade que se construiu em torno de suas atividades camponesas.

Por fim, incluídos nesse processo histórico de ocupação regional, estão outras atividades agropecuárias. Estamos nos referindo às demais atividades nas lavouras e criações de subsistência, bem como a atividade agrícola sisaleira, descritas na subseção seguinte. Estas atividades, por sua vez, julgam-se, preliminarmente, como sendo, derradeiramente, tão ou mais importantes no processo de construção da atual fisionomia socioeconômica do Agreste, quão foi à atividade pecuária.

3.2- Aspectos socioeconômicos

Este tópico da seção, dividido em duas partes, trata, primeiramente, de questões relativas ao perfil fundiário e das formas de organização produtiva dos agricultores da região em estudo. Num segundo momento, aborda o desenvolvimento das atividades agropecuárias e

⁹⁶ Ver mais em Prado Junior, [1945]/1998; Furtado, 1959; Guimarães, 1968.

⁹⁷ Atividade de separação do gado, que era criado solto, sem divisão entre as sesmarias. As separações ocorriam anualmente, normalmente no fim do período chuvoso (inverno), quando o gado estava gordo e pronto para a comercialização. A atividade era considerada uma verdadeira festa entre os vaqueiros que trabalhavam nas ribeiras existentes. Assim, os “bois do ano” eram apartados e, não raro era ir atrás de algum animal mais arisco, que se embrenhava na *Caatinga*. O vaqueiro que conseguia pega-lo tornava-se famoso e premiado com o animal ou dinheiro de sua venda. Em situação contrária, quando o animal, denominado “barbatão”, não era capturado, igualmente ganhava fama (ANDRADE, 1998, p. 140).

industriais, no sentido de caracterizar o diversificado perfil da atividade produtiva do *Agreste Paraibano* e, por extensão, o recorte adotado – o *Curimataú Ocidental*.

3.2.1- O perfil fundiário e formas de organização produtiva

Viu-se que a forma de exploração dessa porção semi-árida da Paraíba forjou um conjunto de atividades econômicas, revelando, na atualidade, uma espécie de paisagem desuniforme – o *Agreste pecuarista-policultor* de culturas alimentares (MOREIRA & TARGINO, 1997, p. 79). A forma de ocupação revelou também uma diferenciada estrutura fundiária, se comparada ao restante do Estado (como nas regiões da *Zona da Mata* canavieira e do *Sertão* pecuarista). Um terceiro ingrediente corresponde às condições climáticas, que influenciaram ao longo do processo de ocupação, o desenvolvimento de práticas produtivas e da vida baseada na *convivência* com o ecossistema semi-árido, pautado na valorização dos recursos naturais disponíveis (terra, água e biodiversidade). Dessa maneira, do ponto de vista produtivo e fundiário, a região *Agreste* revela hoje uma feição que, mesmo predominando a exploração de modo familiar, com cultivos de autoconsumo, há um mosaico de situações produtivas e de condições dessa população rural, especialmente no *Curimataú Ocidental*.

Na Tabela 1 a seguir, verificamos essa predominância regional da agricultura familiar, desenvolvida, sobretudo, nas propriedades de até 10 hectares, nas três categorias em questão (Estado, Região e Microrregião). Segundo o Censo Agropecuário de 1995/96, de um total de pouco mais de 146 mil estabelecimentos agrícolas existentes no Estado, mais 101 mil (quase 70%) tinham área de até 10 hectares e, desse número, mais da metade (56.738 estabelecimentos) estavam localizados no *Agreste Paraibano*, representando em termos percentuais uma supremacia numérica dessas pequenas unidades agrícolas familiares (84%). Já não se pode dizer a mesma coisa, quando se compara no mesmo extrato, em termos de área, ou seja, tanto em nível de Estado quanto de *Agreste Paraibano*, as áreas com até 10 hectares representam respectivamente 7,13 e 14,78% da área total de cada categoria. No outro extremo da tabela, o número de *Estabelecimentos*, que se pode considerar como latifúndios para os padrões regionais (acima de 100 hectares) são em torno de 5%. No entanto, se olharmos para esses mesmos extratos, em termos de *Área Total*, a concentração de terras torna-se bastante expressiva. Isto é, para as mesmas categorias, mais de 60%, da área total dos estabelecimentos, concentram-se na mão de uma minoria.

Não muito diferente dessa tendência é o *Agreste Paraibano*, possuindo um total de quase 1 milhão de hectares, que não chegam a totalizar 150 mil hectares no extrato de até 10

hectares. Portanto, menos de 15% da *Área Total*. Isto demonstra ainda uma brutal concentração fundiária. Moreira & Targino (1997), já haviam alertado para essa situação, mesmo com mudanças significativas na estrutura agrária do estado ao longo do tempo (substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, proletarização do campesinato, etc.), tendo prevalecido a elevada concentração fundiária. Complementam ainda, avaliando o processo de “modernização” da agricultura, ocorrido na década de 1970, que não reverteu esse quadro fundiário. O que ocorreu, de fato, foi o declínio no número de estabelecimentos entre 1970 e 1980 (de 169.677 para 167.485 unidades), especialmente, entre àqueles com menos de 50 hectares. Numa concepção sociológica sobre esse problema, Almeida (1999) explica que a racionalidade da modernização está concentrada basicamente em dois pontos: dinamização dos setores improdutivos, através de políticas, que não alteraram o sistema de posse e uso da terra; e na abertura do comércio ao fluxo da economia internacional. Em igual lógica, na Paraíba, políticas agrícolas propiciaram a intensificação da pecuária e da lavoura canavieira, com linhas creditícias voltadas a aquisição de terras. Ante esse quadro, a região do *Agreste* não ficou imune, corroborado por longos períodos de estiagem, que estimularam o abandono de áreas, principalmente entre os pequenos agricultores, que migravam maciçamente para os grandes centros urbanos (MOREIRA & TARGINO, *op. cit.*, p. 180).

Na mesma tabela, pode-se também observar a microrregião do *Curimataú Ocidental*, em que os dados reforçam a concentração fundiária verificada em nível estadual e mesorregional. No entanto, esta é, do ponto de vista fundiário, uma microrregião que destoa do restante do *Agreste Paraibano*, do qual faz parte geograficamente, isto é, com, aproximadamente, a metade do percentual, de *Área Total* no extrato de até 10 hectares, existentes no *Agreste Paraibano*. Mesmo que o número de *Estabelecimentos* (7.620), com até 10 hectares, sejam majoritários (mais de 70% do total), representam muito pouco em termos de área (20.926 hectares) total da microrregião (menos de 7%). Além disso, essa concentração fundiária é reforçada pelos números apresentados nos extratos de área acima de 100 hectares. Isto é, em menos de 300 mil hectares de *Área Total*, mais de 70% (217.954 mil hectares) são de grandes latifúndios, concentrados em pouco mais de 5% do total de estabelecimentos do *Curimataú Ocidental*. Outro dado interessante revelado pela referida tabela é a relativa hegemonia entre as três categorias analisadas (Estado, *Agreste Paraibano* e *Curimataú Ocidental*) em termos de percentuais das *Áreas Totais* nos três extratos entre 10 e 100 hectares. Neles o percentual médio de *Área Total* fica, num patamar de 5% para o extrato entre 10 e 20 hectares e de 9% para os extratos entre 20 e 50 e 50 e 100 hectares. Porém,

juntando esses três extratos de área, confirmam-se as diferenças do *Curimataú Ocidental*, que apresenta menor percentual de *Área Total* (20,24%), em relação ao que é encontrado em nível de Estado e mesorregião do *Agreste Paraibano* (25%).

Tabela 1 – **Expressão Fundiária – Estado da Paraíba, mesorregião do Agreste Paraibano e microrregião do Curimataú Ocidental – por extrato de área em número e área e, percentual de ocorrência dos estabelecimentos agrícolas, em 1996.**

<i>Extratos de Área (ha)</i>	<i>Estado</i>				<i>Agreste Paraibano</i>				<i>Curimataú Ocidental</i>			
	<i>Estabelecimentos nº</i>	<i>%</i>	<i>Área Total ha</i>	<i>%</i>	<i>Estabelecimentos nº</i>	<i>%</i>	<i>Área Total ha</i>	<i>%</i>	<i>Estabelecimentos nº</i>	<i>%</i>	<i>Área Total ha</i>	<i>%</i>
0 < 10	101.519	69,27	293.012	7,13	56.738	84,04	144.683	14,78	7.620	74,15	20.926	6,99
10 < 20	15.954	10,89	212.006	5,16	4.640	6,87	60.545	6,18	944	9,18	12.665	4,23
20 < 50	14.289	9,75	436.037	10,61	3.035	4,49	90.413	9,23	819	7,97	24.466	8,17
50 < 100	6.597	4,50	448.399	10,91	1.237	1,83	83.790	8,55	347	3,38	23.501	7,84
100 < 1000	7.760	5,30	1.957.724	47,64	1.777	2,64	447.283	45,69	499	4,85	130.045	43,42
> 1000	420	0,29	762.168	18,55	88	1,13	152.425	15,57	48	0,47	87.909	29,35
Total	146.539	100	4.109.346	100	67.515	100	979.139	100	10.277	100	299.512	100

Fonte: IBGE, 1996.

Referendando as informações, anteriormente, analisadas sobre a situação fundiária, no mesmo período em questão, apresenta-se a *Condição de Produtor*, nos estabelecimentos do *Curimataú Ocidental* em comparação com a região do *Agreste Paraibano* e o Estado da Paraíba. Assim, observando-se a Tabela 2 a seguir, verifica-se que os percentuais de estabelecimentos agrícolas, sob a condição de *Proprietários*, se equivalem em ambas as situações comparadas (estado, região e microrregião). Isto demonstra, portanto, uma supremacia dessa condição dos produtores (em média 81%). Não muito diferentes são os percentuais em relação às demais categorias (arrendatários, parceiros e ocupantes), que se situam em percentuais equivalentes em ambas as situações.

Tabela 2 – **Condição do produtor no Estado da Paraíba, na mesorregião do Agreste Paraibano e na microrregião do Curimataú Ocidental, em número e percentual de ocorrência dos estabelecimentos agrícolas, em 1996.**

<i>Condições</i>	<i>Estado</i>		<i>Agreste Paraibano</i>		<i>Curimataú Ocidental</i>	
	<i>nº</i>	<i>%</i>	<i>nº</i>	<i>%</i>	<i>nº</i>	<i>%</i>
Proprietário	29.976	81,22	16.048	81,56	2.173	81,69
Arrendatário	855	2,32	403	2,05	11	0,50
Parceiro	925	2,51	339	1,72	100	3,76
Ocupante	5.148	13,95	2.886	14,67	376	14,13
Total	36.904	100	19.676	100	2.660	100

Fonte: IBGE, 1996.

Por fim, associando a estrutura fundiária com o perfil demográfico estadual, regional e microrregional, não só no sentido de confirmar o crescimento da concentração fundiária, mas também de apontar ao processo de êxodo populacional desses estabelecimentos agrícolas, diz-se que a partir dos anos de 1980, inverteu-se a pirâmide populacional rural-urbana paraibana, ou seja, a população urbana do Estado ultrapassou a população rural. Nesse aspecto, a realidade demográfica do *Agreste*, quando se compara a população urbana com a rural, supostamente envolvida com as atividades econômicas, a demonstração é de um processo de esvaziamento do campo. Isto segue uma tendência geral das populações rurais de todo o mundo. Nesse sentido, cabe lembrar as observações de Guimarães (1968), que aponta o êxodo rural como um fenômeno de caráter permanente, aspecto particular da lei geral da acumulação da riqueza, quer no sistema pré-capitalista, quer capitalista contemporâneo⁹⁸.

Assim, observando a Tabela 3 a seguir, verifica-se que a população rural decresceu em torno de 5% nas três categorias em questão. Porém, em números absolutos, no Estado e *Agreste Paraibano*, considerando o aumento total da população no período, houve uma redução, em números absolutos, em torno de 10% da população rural. Já no *Curimataú Ocidental* essa redução em números absolutos foi maior ainda (46% nos últimos 10 anos), visto que em 1996 havia 60 mil habitantes residindo na zona rural dos 11 municípios que compõem a microrregião e, no último censo, esse número caiu para 41 mil habitantes, indicando que o processo de migração, ainda, é uma realidade presente. Isto ratifica o que Moreira & Targino (*op. cit.*, p. 225) já haviam justificado como uma das causas da concentração fundiária no Estado da Paraíba, principalmente, nessa microrregião, que ainda tem um forte viés pecuário, a ser demonstrado no tópico seguinte dessa seção.

Tabela 3 – População Rural e Urbana residente no Estado, no *Agreste Paraibano* e no *Curimataú Ocidental*, em número e percentual de ocorrência em 1.000 habitantes, em 1996 e 2007.

Regiões	1996					2007				
	Urbana		Rural		Total	Urbana		Rural		Total
	nº	%	nº	%	nº	nº	%	nº	%	nº
Estado	2.249	68,38	1.040	31,62	3.290	2.668	73,69	952	26,31	3.620
Agreste	715	63,43	412	36,57	1.128	809	68,53	371	31,47	1.181
Curimataú	42	58,89	60	41,11	103	73	63,93	41	36,07	114

Fonte: IBGE, 1996; 2007.

⁹⁸ Um clássico exemplo de acumulação foi o ocorrido na Inglaterra dos *enclosures*, onde a diminuição da população agrícola deu-se a custo de muita violência e anexação das terras comuns dos camponeses às propriedades em expansão pertencentes aos *landlords*. Outro exemplo foi nos Estados Unidos, no início do Século XX, com a incorporação das pequenas explorações dos *farmers* às grandes empresas rurais capitalistas.

3.2.2- Uma agricultura sob o jugo do econômico e da condição climática

Mesmo com todos os percalços econômicos somados àqueles, de ordem climática, ocorridos ao longo da trajetória de atividades produtivas no Estado da Paraíba, majoritariamente, na área de semi-áridez, as atividades agrárias foram e, ainda, o são de suma importância no aspecto de reprodução das famílias camponesas que permaneceram no campo. Já dizia Prado Junior ([1945]/1998), que as transformações fisionômicas do país ocorridas a partir do Século XIX estiveram pautadas nas atividades produtivas agropastoris. De igual modo, porém com um olhar sobre as atividades agropastoris desenvolvidas no Século XX, Afrânio Garcia Junior aponta “*que são as relações sociais na agricultura que são dominantes na vida social [do Agreste] da região*” (GARCIA Jr., 1989, p. 20). [Adendos meus]

A título de ilustração, segundo dados do IBGE, a Tabela 4 a seguir, apresenta uma série histórica dos principais produtos agrícolas da Paraíba. A priori, ressalte-se que no rol de produtos agrícolas escolhidos como de importância sócio-econômica, dentro do conjunto produzido pela Paraíba, optou-se por aqueles mais representativos na região do *Agreste Paraibano* e, principalmente, no *Curimataú Ocidental*. Como forma de propiciar também possíveis comparações, entre os diferentes produtos a serem analisados no capítulo e ao longo da tese, responsáveis pela reprodução social das famílias camponesas, ainda que as tabelas subsequentes não tenham as mesmas escalas espaço-temporais⁹⁹. Assim, se observam culturas como do *algodão* e *mandioca*, que tiveram um período de apogeu nas primeiras décadas desse levantamento (de 1940 a 1960) e outras, que inicialmente tinham produção insignificante, como a do *abacaxi* e *mamão*, passou a integrar o rol dos principais produtos agrícolas do estado. Na mesma tabela o *milho*, o *feijão* e a *mandioca*, base alimentar regional, se mostram em oscilação a cada decênio computado. Isto devido aos sistemáticos e intercalados períodos de secas¹⁰⁰, que ocorreram nos últimos 50 anos, acrescido da falta de uma política voltada à produção para o autoconsumo. Uma cultura, dada sua trajetória produtiva, que teve seu

⁹⁹ Ocorreu certa dificuldade no acesso de alguns dados do IBGE, que em determinadas épocas tinha uma escala temporal de coleta dos dados. Isto é, Censos Agropecuários eram realizados a cada decênio. Noutras tabelas, dados anuais com base na Produção Agrícola Municipal, que passou a vigorar a partir de 1990, normalmente coletados pelas equipes municipais, das secretarias de agricultura ou da extensão rural. Portanto sem uma padronização, comprometendo às vezes a exatidão dos dados divulgados. De toda maneira serviu como parâmetro da análise, que não é, objetivamente, quantitativa na presente tese.

¹⁰⁰ No século XX, foram registrados inúmeros períodos de secas, destacando-se as ocorridas nos anos de 1931/1932, 1951/1953, 1958, 1970 e 1976, como os mais graves efeitos sociais e econômicos. Outra seca iniciada em 1979 prolongou-se até o ano de 1983, completando assim, cinco anos seguidos de uma excepcional estiagem, agravados ainda mais pela sua expansão por quase todo o Nordeste, atingindo até áreas inusitadas como o Estado do Maranhão. Ainda ocorreram outras expressivas secas em 1987, 1993 e 1998 MARIZ, M. da S. *Seca e ação do poder público do Século XVI ao Século XX*. Natal: CCSA/UFRN, 2000. Disponível em: <http://nutseca.ufrn.br/relatos/relato_historia_1.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2007.

período áureo para a economia do Estado antes dos anos de 1990, que nem aparece na tabela é a do Sisal¹⁰¹, mas que ainda representa [simbolicamente] muito para o *Agreste Paraibano*.

Tabela 4 – **Produção Agrícola – Principais Lavouras da Paraíba de 1940 a 1996.**

Paraíba								
<i>Ano</i>	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Lavoura Temporária								
Algodão herbáceo (t)	56.389	74.886	89.021	18.692	24.607	27.649	36.240	8.516 ^[2]
Batata-doce (t)	20.657	18.736	9.955	24.828	28.620	23.701	29.707	16.645
Cana-de-açúcar (t)	436.249	700.240	1.022.823	1.435.439	1.899.623	3.057.158	5.577.379	3.522.724
Feijão (t)	18.598	45.407	71.893	33.741	66.957	22.834	61.667	53.428
Mandioca (t)	291.471	223.666	336.782	246.928	289.448	197.801	195.007	112.580
Milho (t)	47.855	104.860	118.360	56.385	135.756	40.824	160.641	126.981
Lavoura Permanente								
Algodão arbóreo (t)	46.958	--- ^[1]	5.757	36.685	71.770	22.564	30.721	1.208 ^[2]
Banana (Mil cachos)	2.680	2.103	3.139	3.087	5.964	7.171	15.341	12.219
Coco-da-baía (Mil fr)	25.333	17.000	20.068	27.481	28.657	26.281	41.698	32.331
Laranja (Mil fr)	38.991	46.595	76.089	64.636	144.166	81.479	73.815	45.046
Manga (Mil fr)	16.932	23.076	23.032	59.884	108.142	74.923	87.954	98.470
Mamão (Mil fr)	-	312	68	321	798	2.380	5.152	15.750

^[1] Para 1950, a produção de algodão arbóreo foi incorporada à produção de algodão herbáceo.

^[2] Os dados disponibilizados nesta tabela são reflexos das publicações disponíveis à época. Especificamente para o ano de 1996, pequenas correções foram feitas após a publicação, o que pode ocasionar uma diferença mínima entre estes e os valores disponíveis em outras tabelas cujos dados foram tabulados posteriormente à divulgação oficial.

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – Série Histórica. [Adaptação ALVES, A. F., 2007].

No *Agreste Paraibano*, em termos de produção agrícola, comparando-se ao que é destaque no Estado, verifica-se expressiva quantidade e diversidade de produtos, mormente revelando-se ao longo do processo de exploração como a principal região responsável pelos montantes estaduais das culturas de milho, feijão e mandioca, base alimentar regional. Estas culturas se desenvolveram, desde os primórdios da organização do espaço agrário regional, nos interstícios da atividade pecuária (MOREIRA & TARGINO, 1997), convivendo com outras culturas de cunho comercial como algodão e sisal. Além disso, em determinadas áreas do *Agreste Paraibano*, destacaram-se culturas como a da cana-de-açúcar e banana (na microrregião do *Brejo Paraibano*), a horticultura (na microrregião de *Esperança*) e da palma forrageira (no *Curimataú Ocidental*). Esta última, por sua vez, a mais importante cultura de suporte em concomitância à atividade pecuária. Infelizmente não foi possível se encontrar em dados oficiais precisos, que pudessem referendar essa importância. O certo é que o cultivo da Palma forrageira faz parte da paisagem regional (JOSÉ G. DUQUE, 2004).

¹⁰¹ Também denominado regionalmente de **Agave** (*Agave sisalana*).

Assim sendo, ilustram-se, através da Tabela 5 (p. 95), as principais lavouras permanentes e temporárias do *Agreste Paraibano*, nos últimos 15 anos. A região revela uma maior diversidade de culturas, que noutras regiões do estado, sobretudo das alimentares, destacando frutas como banana, laranja, tangerina e manga. Estes exemplos tiveram e ainda têm uma desenvoltura produtiva nas microrregiões de *Esperança* e do *Brejo Paraibano*, devido às favoráveis peculiaridades edafoclimáticas, assim como a cultura da cana-de-açúcar, que teve seu período de expressão até pelo menos a metade da década de 1990. Referendando uma tendência estadual de importância, verificada anteriormente na Tabela 4, o milho, o feijão e a mandioca, produzidos no *Agreste Paraibano* em 1996, representavam respectivamente, 31%, 43% e 63% do total da produção agrícola paraibana. Além dessas culturas de subsistência, as com viés comercial como a do *algodão*, tanto do arbóreo como do herbáceo e a do *sisal*, mesmo tendo apresentado um acentuado declínio ao longo das duas últimas décadas, ainda referenciam-se como atividades agrícolas da região.

Cabe ressaltar que o algodão devido a toda sua trajetória de fracasso técnico (ataque da praga do bicudo na década de 1980) e econômico (concorrência, política redirecionada, etc.), ainda não deu sinais de recuperação no estado da Paraíba. Já o sisal, que passou por semelhante crise do algodão, nos dois últimos anos aponta para uma nova perspectiva. Está em função de novos usos da fibra processada nas áreas da construção civil (em divisórias prediais compondo o gesso) e da indústria automobilística (na confecção de acabamento interno de veículos). Basta olharmos os dados regionais, que apontam sua retomada a partir de 2003. Nesse ano a produção da fibra bruta aumentou 45,77% (de 2.613 para 3.809 toneladas). Essa evolução não parou por aí, chegando, praticamente, a triplicar a produção em 2006, com quase 7.500 toneladas em relação à produção de 2002, quando havia atingido seu maior declínio.

Porém, dentro do recorte regional, optado pela pesquisa, que analisa o *Curimataú Ocidental*, em termos de importância socioeconômica, embora enfrentando problemas climáticos como os longos períodos sem chuvas, são as culturas do milho e do feijão, presentes na maioria das unidades agrícolas familiares dessa microrregião. Também culturas como a mandioca e a batata-doce, juntamente com outras, em menor escala, como manga e banana integram a base de consumo regional. Então, olhando para a Tabela 6 (p. 96), vemos que as culturas alimentares temporárias mantêm sua importância socioeconômica microrregional, conservando, igualmente, a tendência estadual e regional, isto é, anos com evolução, outros com queda expressiva, devido principalmente a problemas climáticos

ocorridos ao longo do período em análise. Porém, é de se destacar a cultura da batata-doce, que quadruplicou sua produção de 1990 para cá. Entre as culturas alimentares permanentes, no primeiro quinquênio levantado a *manga* revelou boa expressão (aproximadamente 30% da manga produzida no *Agreste*), mesmo que tenha apresentado um expressivo declínio da produção nos últimos 12 anos. Entre os destaques apresentados na tabela, contrariando a tendência de queda na produção, o *coco-da-baía*, nos últimos cinco anos, aumentou mais de cinco vezes a produção (de pouco mais de 251 mil em 2001 para mais de 1,3 milhões de frutos colhidos em 2006); A cultura da *banana* que a partir de 2002 também teve um contínuo crescente, dobrou sua produção (de 335 em 2202 para 748 toneladas em 2006) e se considerarmos todo o período em análise, devido sua inexpressividade em 1990, com pouco mais de 20 toneladas, teve um crescimento de mais de 3.000% ao longo dos últimos 15 anos.

Nas culturas comerciais, apresentadas na mesma tabela, a realidade atual do *Curimataú Ocidental* é bem diferente. Enquanto a cultura do Algodão se mantém em patamares inexpressivos, a cultura do *Agave* vem recuperando seu espaço, como aponta os números dos dois últimos anos levantados, confirmando o que a tabela apontou com os dados regionais (do *Agreste*) uma retomada da atividade sisaleira. Nesse aspecto é importante ressaltar que num primeiro contato com a realidade agrícola do *Curimataú Ocidental*, a percepção foi nessa tendência de retomada da atividade sisaleira, verificada na reintrodução de inúmeras áreas com o plantio do *Agave*, especialmente nos municípios de Pocinhos e Olivedos. É importante destacar que o *Curimataú Ocidental* sempre concentrou a maioria da produção de *Agave* do *Agreste Paraibano*, mesmo nos piores momentos da atividade sisaleira (entre 1996 e 2002), que antes da crise era responsável por mais de 90% dessa produção e depois da crise, ainda, é responsável por mais de 70% da produção dessa cultura.

É importante salientar que algumas culturas, tanto *temporárias* como *permanentes*, apresentadas na Tabela 5 da página 95 referente à produção do *Agreste Paraibano*, não apareceram na Tabela 6 da página 96, devido sua inexistência no *Curimataú Ocidental*. Referimo-nos às culturas *temporárias* do abacaxi e cana-de-açúcar e *permanentes* de abacate, laranja, mamão e maracujá, que são cultivadas, especialmente, na microrregião do *Brejo Paraibano*. A explicação para isso, novamente se deve a presença do micro clima tropical úmido – no *Brejo Paraibano* – descrito na seção anterior, integrando geograficamente a mesorregião do *Agreste Paraibano*. Também em alguns municípios limites ao *Curimataú Ocidental* (nas microrregiões de *Campina Grande*, de *Esperança* e do *Curimataú Oriental*) há considerável produção dessas culturas.

Tabela 5 – Produção Agrícola – Principais lavouras permanentes e temporárias da mesorregião do Agreste Paraibano, de 1990 a 2006.

<i>Agreste Paraibano</i>																	
<i>Ano</i>	<i>1990</i>	<i>1991</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>
Lavoura Permanente																	
Abacate (t)	3.331	2.068	1.963	1.018	1.788	1.724	2.142	2.529	2.950	2.418	2.365	843	979	906	660	652	570
Algodão arb.	58	105	17	-	8	11	30	28	-	-	3	4	198	342	302	362	27
Banana (t)	22.814	21.089	24.935	19.498	25.115	28.973	9.961	14.519	11.675	16.195	19.871	225.583	234.042	233.354	241.874	219.615	224.038
Coco (Mil fr)	1.504	1.496	1.496	934	1.313	1.588	3.733	3.322	2.738	2.714	2.919	4.129	3.394	3.668	3.704	3.663	4.042
Laranja (t)	105.730	104.930	105.735	65.480	44.095	44.260	44.237	39.441	22.380	23.241	27.501	5.787	5.601	4.953	4.458	4.587	4.405
Mamão (t)	187	187	184	96	1.988	940	754	1.438	982	1.037	1.088	644	779	915	886	892	1.094
Manga (t)	74.924	77.934	60.569	33.765	92.214	104.160	70.629	96.713	91.165	86.890	89.910	17.342	13.832	13.229	12.098	11.968	11.936
Maracujá (t)	950	1.180	1.200	10.850	6.488	16.346	15.388	15.093	14.365	24.740	33.625	1.505	2.181	2.290	2.693	2.949	3.130
Sisal (t)	29.810	32.151	29.078	6.835	17.028	15.922	6.764	6.558	6.444	3.191	3.106	2.737	2.613	3.809	5.639	6.494	7.371
Tangerina (t)	1.256	440	200	160	40.600	41.080	14.714	48.300	18.652	37.835	41.485	8.309	11.954	12.618	10.414	11.966	13.326
Lavoura Temporária																	
Abacaxi(Mil fr)	33.694	27.914	27.697	13.314	30.810	20.800	7.565	5.230	8.650	17.045	16.985	25.853	41.773	44.687	60.316	79.005	80.441
Algodão herb.	9.481	8.087	7.179	848	5.400	3.597	2.504	5.875	1.608	4.396	4.430	1.099	578	3.743	7.413	3.506	2.512
Batata-doce (t)	23.004	23.319	23.629	18.129	30.825	26.241	11.345	23.032	2.184	7.465	16.627	11.909	15.475	21.095	22.811	21.946	17.758
Cana-de-açúcar	1.383.390	1.273.090	1.072.190	265.940	510.550	445.230	246.307	381.216	117.085	113.250	133.610	175.750	147.225	161.512	187.665	203.725	240.285
Feijão (t)	41.251	44.787	38.704	7.669	35.181	35.022	23.283	50.478	3.365	12.984	45.320	7.165	15.316	29.905	37.984	30.319	41.466
Mandioca (t)	280.970	271.640	310.300	153.116	248.860	260.543	119.348	224.280	78.868	129.218	146.328	125.709	141.020	160.166	163.293	160.924	170.427
Milho (t)	36.534	37.285	28.596	4.465	63.397	45.790	39.890	61.029	1.918	7.643	39.217	3.849	13.787	31.300	28.055	26.539	31.560

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal [Adaptação ALVES, A.F., 2007].

Tabela 6 – Produção Agrícola – Principais lavouras permanentes e temporárias do *Curimataú Ocidental*, de 1990 a 2006.

<i>Curimataú Ocidental</i>																	
<i>Ano</i>	<i>1990</i>	<i>1991</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>
Lavoura Temporária																	
Algodão herb. (t)	59	1.53	421	3	248	110	76	231	6	79	1.001	134	20	523	1.013	712	519
Batata-doce (t)	557	847	1.407	779	995	1.181	1.012	1.202	274	145	324	704	724	323	2.148	2.454	2.379
Feijão (t)	3.600	8.984	7.067	414	11.125	6.814	5.510	7.785	275	2.605	11.524	539	1.150	3.335	5.374	5.607	6.580
Mandioca (t)	900	1.020	2.940	980	335	1.518	1.252	1.142	207	54	646	1.180	1.226	1.744	2.208	2.360	2.460
Milho (t)	1.860	7.475	3.755	534	9.850	6.920	5.100	7.028	224	1.689	9.970	255	839	2.970	2.925	4.275	5.420
Lavoura Permanente																	
Algodão arbór. (t)	48	99	17	-	8	11	30	28	-	-	-	-	153	210	257	335	17
Banana (t)	22	66	67	47	32	53	64	105	75	19	17	377	335	412	529	529	748
Coco (Mil frutos)	44	32	32	11	134	71	113	127	100	121	121	251	281	1.167	1.212	1.092	1.301
Manga (Mil frutos)	28.989	27.189	27.200	14.100	5.389	3.860	1.900	3.120	2.500	3.090	2.170	434	516	520	537	537	591
Sisal (t)	27.330	29.565	27.155	6.603	15.902	15.115	5.319	5.106	5.280	2.780	2.680	2.110	1.990	3.148	4.100	4.100	5.425

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal [Adaptação ALVES, A. F., 2007].

Por fim, em relação ao panorama geral da agricultura paraibana, é importante destacar que ainda perdura o caráter de fragilidade, não conseguindo contribuir, de fato, no processo de desenvolvimento socioeconômico, que evolui desde fatores técnicos e estruturais até problemas políticos, como a falta de uma política adequada à realidade regional, resultando desta maneira, em baixos índices de produtividade, principalmente, daqueles produtos alimentares voltados ao mercado interno local e regional e de autoconsumo e/ou subsistência das famílias camponesas. Para Rodriguez (2002), os problemas na agricultura estadual e regional (que aqui se referenciam para o *Agreste Paraibano* e o recorte adotado pela pesquisa), não fogem a regra, pois estão inseridos numa contextualização nacional que, para a maioria por ignorância e para alguns por descaso, costuma superestimar razões naturais (climáticas), no sentido de justificar suas possíveis fragilidades. Isto estará sendo aprofundado no capítulo seguinte, quando serão discutidas as concepções relacionadas à semi-aridez e todos os processos sociais que destas concepções podem ser consideradas.

3.2.3- Uma pecuária ainda importante?

A circunstância de ser o Agreste uma espécie de corredor de passagem dos “caminhos do gado” que eram criados no *Sertão* da Paraíba, o que provocou a instalação dos “currais de criação” ao longo desses percursos, fez desenvolver-se na região, também, uma significativa atividade criatória. Inicialmente de bovinos, posteriormente de outras espécies de médio porte, como caprinos e ovinos. Assim, em termos de rebanho bovino, atualmente, depois da microrregião de *Sousa* no Sertão, o *Agreste Paraibano* juntamente com parte da *Borborema* (Cariri Ocidental) possuem a segunda maior concentração de pecuária do Estado. No Agreste, os rebanhos ovino e caprino, concentram seus maiores números na microrregião do *Curimataú Ocidental*.

Como dado elucidativo, a Tabela 7 a seguir apresenta uma série histórica dos principais rebanhos do Estado da Paraíba¹⁰². Cabe ressaltar a superioridade numérica de bovinos em relação aos rebanhos caprinos e ovinos, em todos os períodos levantados. Além disso, o considerável aumento do rebanho bovino, especialmente, entre 1970 e 1980, devido ao processo de ‘pecuarização’ nas atividades produtivas do Estado da Paraíba (MOREIRA & TARGINO, 1997). Para Moreira & Targino (*op. cit.*) essa tendência, na época, teve forte aporte de recursos públicos, influenciando diretamente o incremento de tecnologias apreoadas pela modernização agrícola nacional.

¹⁰² Que na época da pesquisa já havia sido disponibilizado pelo IBGE os quantitativos dos rebanhos, referentes ao Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 7 – **Produção Pecuária, em número de cabeças – Principais Rebanhos da Paraíba de 1970 a 2006.**

Ano	Paraíba					
	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Bovinos	865.948	1.163.074	1.296.081	1.362.573	1.327.826	1.303.477
Eqüinos	63.660	58.268	53.184	49.873	49.655	50.819
Asininos	66.145	67.109	64.343	61.205	64.071	51.265
Muares	42.020	35.914	34.005	29.382	22.056	23.972
Caprinos	239.252	368.782	357.572	402.428	403.801	458.911
Ovinos	287.187	363.715	316.766	367.014	438.430	438.735
Suínos	154.977	243.239	188.007	248.308	119.006	106.130
Aves (Mil)	2.026	3.550	3.425	5.804	6.832	8.976

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários Históricos & Censo Agropecuário 2006. [Adaptação ALVES, A. F, 2008].

Destaca-se, ainda, que muitas microrregiões do *Agreste Paraibano* (Araruna, Itabaiana e Guarabira) tiveram um aumento de mais de 40% nos seus rebanhos bovinos, referendando, portanto, os dados da tabela, que demonstram um aumento de 50% no mesmo período. Somente a partir do início dos anos de 1990 esse quantitativo começou a declinar, reduzindo entre 1996 e o último censo agropecuário de 2006 em -8,98%. Na mesma tabela, inversamente a essa tendência, a caprinocultura e a ovinocultura, aumentaram significativamente, sobretudo a partir do final dos anos de 1980, se comparadas aos dados de 1970, ocupando esse espaço da bovinocultura. Outro expressivo aumento foi no número de aves, principalmente nos últimos 10 anos. Segundo dados do IBGE¹⁰³ *apud* Rodriguez (2002), através do PAM¹⁰⁴, já indicavam que no Agreste, sobretudo na microrregião de Campina Grande, passaram a se concentrar criatórios intensivos de aves de corte, seguindo uma tendência nacional de substituição do consumo da carne bovina pela carne de frango. É nessa mesma região, que se concentram inúmeras granjas avícolas voltadas à produção de ovos, estendendo-se a outros municípios do *Curimataú Ocidental*. Por fim, acrescido dos últimos dados do recente Censo Agropecuário de 2006, o rebanho de eqüinos, asininos e muares, apresentou uma considerável diminuição no período. Isso demonstra um processo de substituição da tração animal nas atividades agropecuárias. A diminuição mais expressiva foi a de muares (mulas), reduzindo em quase 50% o rebanho nos últimos 30 anos. Essa espécie eqüídea foi destaque, no período antecedente à mecanização agrícola, devido à resistência do animal nos trabalhos da lavoura e lides da atividade pecuária.

¹⁰³ FIBGE, 1998.

¹⁰⁴ Produção Agrícola Municipal.

No *Agreste Paraibano*, a princípio, em termos de produção pecuária, comparando ao rebanho do Estado, no período entre 1990 e 2006, a ilustração seguinte demonstra uma gradativa queda no tamanho do rebanho bovino, referendando a tendência estadual verificada na Tabela 7, anteriormente analisada, ou seja, o período sob a influência dos grandes investimentos públicos de expansão pecuária já haviam cessado. Assim, semelhantes critérios para analisar o rebanho do *Agreste Paraibano* e da microrregião do *Curimataú Ocidental* agrupados na Tabela 8 a seguir demonstram, respectivamente, uma queda de 21% e de 50% nas quantidades absolutas do rebanho bovino, sem levar em conta as oscilações, nos anos entre os períodos em análise. Porém, analisando o rebanho caprino e ovino, igualmente dados de 1996 e 2006, verificam-se crescimentos de modos distintos, ou seja, enquanto no *Agreste Paraibano*, a caprinocultura cresceu 83%, no *Curimataú Ocidental*, o crescimento foi de 9,5%. Já na ovinocultura, enquanto no *Agreste Paraibano* teve um crescimento de 55,5%, no *Curimataú Ocidental* teve queda de 39%.

De fato, a caprinocultura e a ovinocultura, mesmo tendo atualmente rebanhos maiores que em 1996, tiveram um desenvolvimento atípico. Isto é, em alguns anos aumentaram, noutros diminuíram. Isso vem confirmar os problemas climáticos, ocorridos nesse período, anteriormente referenciados nesse capítulo, quando da descrição sobre os aspectos fisiográficos regionais, ou seja, nos períodos de intensificação das secas, foram a ‘saída’ econômica. Avalia-se, preliminarmente, que o caprino e o ovino são considerados uma espécie de moedas de troca em todo o semi-árido, devido sua facilidade de comercialização e considerável consumo na culinária regional.

Também, a título de ilustração, é prudente esclarecer que as atividades criatórias de caprinos e ovinos são mais resistentes frente às carências alimentares, se comparadas à bovinocultura. Por outro lado, a mesma comparação, especificamente para o *Curimataú Ocidental*, percebe-se o particular crescimento do rebanho caprino, considerando que em 1996, caprinos e ovinos tinham quantitativos bem próximos (39 mil cabeças). Uma das justificativas para isso, foi o incremento de linhas de crédito voltadas à atividade da caprinocultura, principalmente a partir de 2001. Nesse período (entre 1999 e 2001/02), em todo o *Agreste* o rebanho caprino cresceu em torno de 38,5% (de 103 para 144 mil cabeças), passando a representar, para os agricultores familiares, uma atividade econômica de melhoria das condições sociais.

No tocante aos demais rebanhos (equídeos e suínos), se observam a mesma tendência estadual, ou seja, uma sensível diminuição. Da mesma forma a criação de aves, pouco

expressiva no *Curimataú Ocidental*, se comparada ao numérico regional. Portanto, todas elas são atividades criatórias, meramente de subsistência das unidades agrícolas familiares. No entanto, em relação a esse último seguimento – o avícola –, em pelo menos um dos municípios (Pocinhos), controvertidamente vem ampliando-se, numa região que, primeiro, não detém a matéria prima – produção de grãos¹⁰⁵ – e, segundo, com sérios problemas de abastecimento de água, igualmente imprescindível à atividade produtiva¹⁰⁶. De forma crítica se vê como atividade pecuária que se instala na região em busca de mão-de-obra barata e descompromisso com a sociedade. Sabe-se que esse segmento, fazendo parte do rol globalizado de *commodities*, capilariza-se onde as regras do capital permitem.

Por fim, juntamente, com o conjunto de atividades pecuárias, não se pode deixar de registrar uma importante atividade de suporte, a produção de plantas forrageiras, não descritas quando abordou as atividades agrícolas regionais. As justificativas são de que, vislumbrados os quantitativos dos rebanhos com suas respectivas explicações, as considerações sobre a produção de forrageiras, desse ponto em diante, seriam mais esclarecedoras. O destaque fica por conta da produção de Palma forrageira (*Opuntia sp.*)¹⁰⁷. Segundo Guimarães Duque (2004), ela foi introduzida no semi-árido brasileiro, no começo do século XX, demonstrando expressão produtiva, a partir da ‘seca de 1932’. Trata-se de forrageira extremamente adaptada à semi-aridez, solos rasos em regiões de planalto. Na Paraíba a Palma forrageira ocupou e se desenvolveu muito bem na região dos “Cariris velhos”¹⁰⁸, onde a atividade pecuária, ainda, é predominante. Atualmente, essa forrageira integra a atividade pecuária da região, com comprovada eficiência alimentar na pecuária bovina, principalmente, nos períodos de maior carência de pastagens nativas¹⁰⁹.

¹⁰⁵ Do ponto de vista da “sustentabilidade” da atividade avícola, é imprescindível que a região produtora/criatória também tenha uma bem estruturada produção de grãos, principalmente das culturas de milho e de soja, que são base no manejo nutricional dessa atividade zootécnica.

¹⁰⁶ A princípio, o abastecimento de água, na maioria dessas granjas, também é feito por meio de carros-pipa, que além onerar a atividade produtiva, coloca em iminente risco socioeconômico o agricultor. Segundo, informações do serviço de extensão, as próprias empresas integradoras fazem esse abastecimento das granjas criatórias.

¹⁰⁷ Três são os tipos de palma: a localmente chamada de palma graúda (*Opuntia ficus*), a redonda (*Opuntia sp.*) e a palma miúda (*Napolea cachenilifera*) (ANDRADE, 1998, p. 165).

¹⁰⁸ Antiga denominação de parte das atuais microrregiões do Cariri, Curimataú e Seridó. José Guimarães Duque referencia-se aos “Cariris Velhos” como sendo as partes mais elevadas do planalto da Borborema (entre 400 e 600 metros), justamente nas limitações dessas microrregiões, caracterizando-a como ambiente seco, com noites de temperatura agradável (DUQUE, J. G., [1982]/2004, p. 66). É nessa região que se situam alguns dos municípios pesquisados, como Soledade e Olivedos.

¹⁰⁹ A Empresa de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa) realiza inúmeros experimentos de melhoramento produtivo dessa forrageira, na unidade de pesquisa de Soledade.

Tabela 8 – Produção Pecuária, em número de cabeças – Principais rebanhos da mesorregião do Agreste Paraibano e microrregião do Curimataú Ocidental, de 1990 a 2006.

Ano	Pecuária																
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Agreste Paraibano																	
Bovinos	569.801	568.432	593.184	399.542	446.735	452.072	464.436	469.366	357.366	307.097	337.519	333.021	332.165	339.142	346.395	379.701	383.493
Eqüinos	33.896	33.598	34.578	31.007	30.104	31.870	20.196	20.359	21.332	20.683	21.033	22.082	22.233	22.342	21.888	21.277	21.271
Asininos	24.252	23.774	24.048	23.047	23.651	25.427	23.522	23.644	23.368	22.815	22.320	21.465	20.267	19.781	18.998	18.157	17.550
Muares	21.783	22.223	22.990	19.240	22.811	22.766	10.174	10.590	11.892	11.513	11.589	11.728	11.036	10.952	10.574	10.207	10.352
Suínos	97.142	99.317	102.799	73.786	76.028	76.119	39.443	41.636	37.500	39.107	43.474	47.049	46.986	47.854	47.569	45.259	46.899
Caprinos	182.637	186.063	192.319	158.120	152.746	136.950	78.622	80.136	93.903	103.881	120.397	142.871	144.468	146.440	146.478	142.286	144.024
Ovinos	109.686	111.450	112.822	91.545	85.535	84.517	82.525	57.152	58.474	64.170	77.162	90.326	95.156	94.378	91.936	89.627	90.465
Galinhas(Mil)	2.111	2.185	2.275	1.794	2.606	2.747	2.612	2.619	2.642	2.760	3.063	2.916	2.847	3.391	2.943	2.911	3.106
Curimataú Ocidental																	
Bovinos	51.798	54.257	55.892	25.866	31.341	32.213	60.691	62.779	34.352	28.493	34.773	31.779	27.910	28.449	30.700	38.496	40.273
Eqüinos	2.306	2.354	2.270	1.655	1.939	1.885	1.580	1.696	1.513	1.423	1.459	1.558	1.538	1.475	1.467	1.474	1.488
Asininos	4.369	4.185	4.156	3.710	3.645	3.812	5.422	5.709	5.228	5.386	5.525	4.756	4.039	3.753	3.534	3.266	3.321
Muares	1.023	1.035	1.052	930	1.068	1.137	883	974	915	839	889	955	937	970	895	868	904
Suínos	15.775	15.746	16.326	10.651	10.287	10.956	6.964	8.188	6.635	7.451	8.803	8.814	8.013	7.922	8.302	7.936	8.289
Caprinos	72.746	75.226	76.384	60.253	57.458	54.624	39.743	40.671	43.119	46.790	53.779	64.463	57.123	57.619	59.075	60.238	61.813
Ovinos	39.952	41.892	42.352	33.174	33.520	36.909	39.113	25.835	18.352	20.808	24.107	28.946	27.124	26.359	27.109	26.855	28.130
Galinhas(Mil)	157	166	169	111	116	125	238	245	172	174	193	203	191	192	237	270	277

Fonte: IBGE. Produção Pecuária Municipal. [Adaptação ALVES, A. F., 2000].

3.2.4- Outras atividades socioeconômicas de reprodução da agricultura familiar

Neste tópico, buscando-se ilustrar outras atividades econômicas que contribuem na reprodução das famílias camponesas da região do *Agreste Paraibano*, serão apresentadas aquelas atividades de processamento de produtos oriundos do meio rural e/ou indústrias relacionadas com as diferentes cadeias produtivas regionais e também ao conjunto de atividades econômicas, como comércio e serviços relacionados às atividades produtivas do meio rural da região.

Preliminarmente, mesmo que adjacente à região pesquisada haja um considerável suporte industrial, concentrado, sobretudo na microrregião de *Campina Grande*, destacando-se o próprio município, sede dessa microrregião – Campina Grande e alguns municípios do entorno, a grande maioria desses empreendimentos econômicos pouco contribui na dinamização do espaço rural regional. Trata-se, pois, de indústrias de transformação têxtil de sintéticos, manufaturas de derivados petroquímicos, de transformação de minerais não-metálicos e metalurgia, que, no máximo, geram alguns empregos e um razoável comércio nas zonas urbanas dos municípios nos quais estão instaladas (RODRIGUEZ, 2002, p. 76).

Ressalta-se que a posição estratégica, que o *Agreste Paraibano* tem, em relação ao restante do Estado, (mais ou menos central), e as peculiaridades e diversidades edafoclimáticas permitiram um permanente aporte de empreendimentos e eventos geradores de oportunidades. Nesse sentido aos eventos técnicos, científicos e turísticos, ligados aos principais produtos regionais, que a região, sobretudo de Campina Grande, tem acolhido. Deste modo, é em Campina Grande que se localizam inúmeras instituições educacionais e de pesquisa, a exemplo de universidades e a unidade da Embrapa Algodão. Esses eventos, de alguma forma, propiciam o consumo de produtos alimentares oriundos da agricultura familiar, tradicionalmente, utilizados na culinária regional (produtos derivados do milho, da mandioca, da carne e do leite). Além do artesanato regional, de origem rural (derivados do couro, do algodão e do sisal). É, pois, este caráter de cidade pólo regional, atribuído à cidade de Campina Grande, nas áreas educacional, comercial e de serviços, o contingenciador de uma maior dinâmica reprodutiva da comunidade regional.

Se olharmos à microrregião do *Curimataú Ocidental* resta muito pouco além das atividades agrícolas e pastoris. Isto é, tirando algumas empresas remanescentes do período áureo da cultura do algodão e do sisal, e outras que atuam na área de mineração, o referencial agro-industrial é bastante inexpressivo. Alguns fatores como: meios de acesso e mão-de-obra

qualificada contribuíram para esse baixo perfil industrial e comercial dessa microrregião pesquisada. Além disso, o baixo consumo de bens mercantis, relacionado ao contingente populacional e seu poder aquisitivo. Tem-se aí, primeiro, municípios em que o processo de migração fez ‘recuar’ o percentual de crescimento populacional, sem precisar maiores razões, obviamente, relacionadas com os sistemáticos períodos de estiagens e secas ao longo das últimas três décadas.

É quase homogênea, entre esses municípios, a dependência financeira das políticas de subvenções do governo federal, limitando suas capacidades de geração de emprego e renda noutras atividades, além das agrícolas. Nesse contexto, se observa que a microrregião tem passado por períodos cíclicos de atividades econômicas, obviamente, ligadas naquilo que o semi-árido ofereceu ao longo do processo de exploração espacial, ou seja, a segmentos que detiveram um período de apogeu e depois, declinaram sucedidos por outras atividades, que sempre estiveram à esteira de políticas econômicas e industriais de outras partes do país e exterior. Foi assim com o seguimento algodoeiro, seguido do sisaleiro, que tenta se reestruturar e, agora, uma sinalização para o seguimento avícola. Ambos geraram empregos, movimento na econômica local, porém deixam um rastro de desacertos sociais.

3.3- Aspectos culturais

Em relação aos aspectos culturais, Talcott Parsons propôs, através de um olhar sociológico, inspirado em Max Weber, que as estruturas sociais são a resultante do processo institucionalizado dos elementos culturais – idéias, valores e símbolos – de caráter geral, que ao longo da história são transformados em normas de ação e de conduta. Nessa compreensão, “*a ação humana é cultural à medida que os sentidos e as interações aos atos são formados através de sistemas simbólicos [...] das sociedades humanas...*” (PARSONS, 1969, p. 17). Ademais, muitos foram os autores que se dedicaram ao estudo da cultura, nas mais diversas sociedades humanas, produzindo uma vastíssima literatura, que aqui não é possível fazer referências a todas. Então, a partir dessas dissertações sobre cultura, descrevem-se alguns aspectos culturais do semi-árido, especialmente daquilo que é expressivo no *Agreste Paraibano*.

A priori, percebe-se que a forma de ocupação do agreste, anteriormente descrita, ocorrida, através da interação, ainda, que perversa do ponto de vista das relações sociais, entre uma mescla de raças (colonizadores europeus, escravos africanos e índios “Cariris” e “Tarairiús”), pauta a gênese da cultura regional, num verdadeiro mosaico de *ações* e

manifestações humanas. Poderíamos dizer então, com base nas concepções de Parsons, que essas ações constituem-se numa cultura de dominação, que determinou as condutas e manifestações dos camponeses. No entanto, para Mariano Neto (1999), a diversidade de tempo, formas e movimentos, construídos em todos os sentidos, caracteriza os que nessa região vivem, a presença de “*valores que o homem carrega na alma, tornando-o diferente e com identidade própria, forjada na mistura cultural...*” (MARIANO NETO, 1999, p. 129). Para nós, são valores inseparados do processo de trabalho e das relações comunitárias da vida camponesa. Isso nos leva a pensar e referendar as afirmações de Carneiro (2002), para quem a valorização das diferentes formas de expressão das ruralidades, permite pensar-se numa multifuncionalidade do território representada pela imensa diversidade sócio-cultural local dos camponeses.

Além disso, do ponto de vista da configuração espacial, inegavelmente a região estudada apresenta diversidade de bens culturais, ecológicos e arquitetônicos, expressados espontaneamente ou através da arte, visto que a região é riquíssima em demonstrações naturais, como inúmeros sítios arqueológicos, onde se encontram uma infinidade de peças, artefatos domésticos e rochas com inscrições rupestres, exprimindo uma cultura antepassada; encontra-se também uma variada produção de bens e manifestações artístico-culturais, fortemente inseridas no cotidiano da população regional, como artesanato em barro, couro e fibras, sem contar o enorme rol de outras manifestações ligadas à música, a dança e a religiosidade.

Ligada também à cultura, a qual se pode chamar de ‘cultura popular’, aparece de forma unânime em todas as cidades do *Agreste Paraibano* há uma série de elementos e manifestações, entre as quais destacamos: feiras, vaquejadas e festas locais. Desse modo, é nas *feiras livres*, consideradas o lugar onde se expõem os valores dessa multiplicidade cultural. Essas tradicionais feiras ocorrem num determinado dia da semana e nelas se mantém viva a expressão de um todo consciente de bens de consumo, idéias e ofícios, crenças e costumes. Refere-se, nesse sentido, aos tradicionais utensílios de uso da população na culinária, na arte, tradições e produtos de consumo dessas comunidades urbanas e rurais (sítios), sobretudo de gêneros alimentícios.

É, pois, nesses espaços, que não faltam exemplos de manifestações culturais, em sua maioria, produtos das atividades rurais ou ligadas a elas. Dessa maneira, é comum nessas semanais feiras a venda de: cordas produzidas com a fibra do sisal; indumentária e equipamentos de montaria e manejo animal produzido a partir do artesanato em couro bovino

e pele caprina; vasilhames utilizados nas lidas domésticas produzidas a partir do artesanato em barro; ervas medicinais extraídas da caatinga, etc. Além disso, todo o rol de produtos do extrativismo da caatinga e da agricultura familiar e seus derivados, caracterizado através de diversificados sabores como o da: umbuzada, tapioca, beju, pamonha, carne-de-sol, queijo de coalho, etc., amplamente inseridos na cultura da culinária regional. Igualmente, essas feiras tornam-se o principal espaço de expressão dessa diversidade cultural, sobretudo, da cultura artística, que é, igualmente, apreciada e valorada pelos agricultores familiares da região. Encontram-se, além da expressão viva do diversificado folclore, representada, ao vivo, pelos desafios de violeiros, emboladores de coco, espetáculos circenses, uma intensa comercialização desses produtos artístico-culturais, a exemplo dos folhetos de poesia de cordel, indumentária de grupos folclóricos e alguns instrumentos musicais.

Outra forte expressão cultural dos municípios de toda a região e a arte em tecidos e em mosaico. São pinturas, bordados, tecelagem, etc. Em Pocinhos, uma das cidades integrantes da amostragem pesquisada funciona uma oficina de artesanato da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde são oferecidos cursos de corte e costura, tecelagem, crochê, tricô, pintura e bordado, tanto às mulheres da zona urbana quanto às mulheres agricultoras do município e região (ARAÚJO, 2007, p. 110). Os trabalhos dessa manifestação artística também são expostos e comercializados nas feiras livres das cidades da região e até em um Centro Comercial de Campina Grande-PB.

Além disso, para Rodriguez (2002), uma importante manifestação cultural regional do semi-árido, especialmente, nessa parte central da Borborema, onde teve início a atividade pecuária do Agreste, com a instalação dos “currais”, são as tradicionais vaquejadas. Para a autora, essa tradição, atualmente, tem ocorrido *“ao lado das festas religiosas em homenagem aos santos padroeiros, ou às vezes, são programadas oficialmente em lugares determinados com estrutura para receberem a população e o turismo”* (RODRIGUEZ, 2002, p. 92). Menciona também, entre as inúmeras cidades do Estado e região que têm a vaquejada como uma manifestação oficial do município, a atividade econômica predominante da bovinocultura, que direciona uma cultura e as tradições relacionadas às lides pecuárias. Dentre estas, algumas na região Agreste, como: Gurjão, Juazeirinho, Sossego, Campina Grande, Cubati, Boa Vista, Pocinhos. Esta última localidade integra o rol de municípios da amostragem desta pesquisa.

Ligada, ainda, à atividade pecuária, há outra importante tradição regional herdada dos colonizadores portugueses. Trata-se da “Festa da Argolinha” (nome regional) ou da

tradicional “Cavalhada”, organizada em torno das representações relacionadas à figura do cavalo, das habilidades do cavaleiro (vaqueiro) e toda a manifestação de fé católica existente, relacionada com a expulsão Moura (árabe) da península Ibérica. Muitos municípios dessa região ainda cultivam essa expressão “esportivo”–religiosa, em que algumas comunidades, inclusive “sítios” circunscritos à área de pesquisa, ainda realizam essa festa, que se caracteriza por ‘provas’, que congregam muitos agricultores e suas famílias, sobretudo, daqueles mais ligados à atividade pecuária de corte, que por sua vez, dadas as características extensivas, ainda, conservam e exigem determinado rol de práticas e costumes, ligados, sobretudo às habilidades eqüestres.

Por fim, na atualidade, dentro desse conjunto de manifestações culturais, a de maior expressão têm sido os festejos juninos, um conjunto de festas comemorativas às datas dos diversos santos do catolicismo, que ocorrem durante quase todo o mês de junho. Nessas festas juninas, há um conjunto de manifestações artístico-culturais, que foram incorporados às formas originais dos festejos religiosos, que misturam o sagrado e o profano, embalados pela música regional, denominada “Forró pé de serra” (MARIANO NETO, 1999). Além da tradicional fogueira e das procissões venerando os santos (Santo Antônio, São João, São Pedro e São Paulo), brincadeiras e danças, que incorporaram uma musicalidade, hoje mais globalizada, que em algumas cidades pauta-se por grandes shows com todo apoio logístico dos gestores municipais.

Em seqüência a configuração do território do *Curimataú Ocidental* e em complemento às características fisiográficas, anteriormente, descritas, o capítulo seguinte apresenta uma sintética revisão sobre o distinto cenário ambiental local/territorial, enfatizando, sobretudo, o processo de *convivência* com o ambiente de semi-aridez.

CAPÍTULO IV

A CONFIGURAÇÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO E O PROCESSO DE *CONVIVÊNCIA* COM A SEMI-ARIDEZ

1- Introdução

Na *Introdução* da tese mencionou-se que grande parte das pesquisas sobre o rural, em especial aquelas relacionadas ao modo de reprodução familiar, têm enfatizado os aspectos ambientais. Nos *Capítulos I e II*, ao discorrer sobre as concepções e estudos sobre a multifuncionalidade da agricultura, tanto na França quanto no Brasil, os aspectos ambientais tiveram seu lugar de destaque, como consolidação dessa temática de análise sociológica ou de políticas voltada ao rural; no *Capítulo III*, ainda que de forma resumida, descreveu-se a fisiografia desse bioma da Caatinga, com sua peculiaridade climática, exigindo atividades produtivas verdadeiramente adaptadas e capazes de atenderem o processo de reprodução social desses camponeses.

Diante de tudo isso, o presente capítulo aborda, especificamente, os aspectos ambientais que, particularmente, caracterizam as peculiaridades territoriais do *Agreste Paraibano*, enfatizando práticas no processo de *convivência*, e apontamentos sobre a importância da *agricultura familiar camponesa* no contexto das rupturas e limites técnicos, econômicos sociais, ambientais e políticos concebidos pelo modelo vigente/dominante.

2- Aspectos ambientais: o semi-árido e o processo de *convivência*.

Relembrando do capítulo anterior: o *Agreste Paraibano*, com solo raso de média a baixa fertilidade, com intensidades pluviométricas muito variadas, que vão do úmido ao extremamente seco; e também, ao resgatar o processo histórico, ficou evidente à incisiva atuação do homem [europeu] sobre o ecossistema semi-árido, impactando, substancialmente, o cenário ambiental. Nesse aspecto, ao se descreverem as atividades produtivas, viu-se que as mesmas sempre estiveram à mercê dos ditames econômicos, normalmente, ignorando os limites ambientais. Dito isto, cabe destacar, então, algumas dessas peculiaridades ambientais, que incorporam o debate maior da sustentabilidade no espaço rural.

Trata, pois, de se revisarem dados oficiais e/ou produções acadêmicas existentes acerca desse ambiente semi-árido e da dinâmica social aí presente. De antemão, sabe-se que existe uma gama de referências sobre a realidade ambiental do semi-árido; algumas relacionadas com questões produtivas, outras tantas relacionadas à problemática ocupacional do espaço, mas, de uma forma geral, a maioria têm como questão-chave “as secas” e todo o debate referente aos problemas hídricos, que se encerra como o ‘fragilizador’ desse complexo bioma e, conseqüentemente, empecilho ao processo de reprodução social dos camponeses. Obviamente, o trabalho de campo veio revelar novas ou diferentes situações, muitas divergindo daquelas já descritas, cujas referências encontrar-se-ão no *Capítulo VII*. Antes, porém, a seção que segue resgata um pouco dessas concepções sobre o semi-árido, principalmente, daquelas que discutem a “problemática das secas”.

2.1– O semi-árido: algumas concepções

Do ponto de vista das ciências sociais, a problemática das “secas” tem servido para “*designar, não só a falta de chuvas, como certas particularidades sociológicas geradas pela falta de chuvas no interior do Nordeste...*” (LOPES DE ANDRADE, 1947, p. 15). Isso repercutiu na organização social, motivando a elaboração, cada vez em maior número, de estudos sociológicos concernentes a essa situação climático-ambiental do Nordeste brasileiro. Para esse autor, ainda no viés sociológico, o que talvez tenha ocorrido, ao longo dessa trajetória de estudos e propostas de soluções, quiçá não tenha contemplado que “*para o nordestino, estas [as secas] terem deixado de ser uma simples idéia sobre a falta de chuvas, convertendo-se numa determinada ‘coisa’, antologicamente numa ‘entidade’*”¹¹⁰[adendos meus].

¹¹⁰ *Ibid*, p. 16.

Essa concepção tem influenciado o universo social do Nordeste, originando representações coletivas específicas, que ultrapassam a amplitude de um fenômeno meteorológico. Desse modo, essa identidade humana associada ao ambiente vivente, muitas vezes é carregada de significados sociais negativos, tendo como base a “*representação do mundo natural*”, como afirmou Frederico de Castro Neves, ao descrever a construção da memória regional do semi-árido¹¹¹. Para Neves (1994), dentre esses significados na memória regional, aquela memória dominante que “*ênfatisa a importância dos fenômenos naturais, ou especificamente climáticos [a seca], na própria constituição da região, como atrasada*”¹¹². Para esse autor o que há é um conjunto de interesses, focado em “*formas técnicas com que a natureza e sociedade se relacionam como dois mundos separados*”¹¹³, em detrimento das “*formas sociais em que os homens se organizam e assim exploram os recursos naturais*”¹¹⁴, de forma harmoniosa e socialmente coerente. [adendos meus].

A priori, o semi-árido não pode ser considerado como ambiente frágil pela falta de água. Sabe-se que é o semi-árido mais chuvoso do planeta. A precipitação média regional é em torno de 750 mm/ano, muito superior a outras regiões semi-áridas da Ásia e da África. Sabe-se também que essas chuvas apresentam uma distribuição irregular no tempo e no espaço. Tecnicamente, o problema reside na capacidade de absorção e armazenagem da água dessas chuvas. Ou seja, um solo geralmente cristalino (70%), de pouca permeabilidade, que impede a penetração da água no subsolo, corroborada pelo o alto processo de insolação, favorece a uma rápida dissipação desse volume precipitado¹¹⁵.

Entretanto, como alternativa técnica para a insegurança hídrica da zona semi-árida brasileira, em face dessa característica climato-pedológica, segundo Molle (1991a)¹¹⁶ *apud* Sabourin & Tier (2003), tem sido a estocagem de água em barragens e açudes. De outra parte, para esses autores, essa alternativa tem seus limites, vez que expropriam enormes áreas, muitas vezes daquelas ocupadas pela pequena produção familiar. Nessa linha de compreensão, vários estudos têm apontado que a construção desses reservatórios não é o suficiente para a solução dos problemas hídricos e, através deles, os sociais da região.

¹¹¹ NEVES, F. C. **Imagens do Nordeste. A construção da memória regional**. Fortaleza: SECULT-CE, 1994.

¹¹² NEVES, F., p. 29.

¹¹³ *Idem*, p. 32.

¹¹⁴ *Id.*

¹¹⁵ Essa região semi-árida possui períodos de sol a maior parte do ano, com temperaturas médias elevadas (acima de 25°C), favorecendo a uma elevada evapotranspiração.

¹¹⁶ MOLLE, F. **Caractérisation et potentialités des açudes du Nordeste Brésilien**. Tese (Doutorado). Montpellier: *Université Montpellier II*, 1991a. 381 p.

Apontam como saída, a ação coletiva das organizações de agricultores, indispensável como provocação de decisões públicas, na gestão do uso dessas, quase sempre escassas águas.

A história tem-nos revelado que muitos projetos públicos, em sua maioria de cunho produtivista, adotados, sobretudo, a partir dos anos de 1960/70 do século passado, aliás, desde o Século XIX foram marcados pela ausência de participação dos beneficiários, impostos na forma pacotes tecnológicos, que chegavam prontos para os ‘atingidos’, permitindo dessa forma, muita ingerência político-partidária. Nesse sentido, para Sabourin & Tier (*op. cit.*) as políticas públicas da água no Nordeste, como um todo, demonstraram, pelo menos, no decurso do Século XX, uma atuação pontual, coincidente com os períodos de seca, ao invés de serem uma política permanente de práticas e alternativas duradouras. Essas políticas, geralmente, estiveram pautadas em vultosos volumes de recursos financeiros¹¹⁸, na construção de grandes obras (barragens e açudes), sem, contudo, eliminarem a triste figura dos caminhões-pipa, um eterno meio de controle da distribuição e do consumo da água, virtual instrumento de dominação dos grandes proprietários¹¹⁹ e políticos locais (BERNAT, 1992).

Segundo Suassuna (2007), pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, quando as discussões giram em torno da problemática hídrica do semi-árido, apontando para soluções que contrariam, por exemplo, uma dada especificidade geológica, é porque, de fato, não há vontade política para a solução¹²⁰. O estudioso refere-se, por exemplo, aos milhares de poços perfurados ao longo das últimas décadas, que se encontram sem funcionamento, por problemas de qualidade da água encontrada. Pesquisas geológicas, de antemão, já indicavam que essa estrutura cristalina, predominante na região, favorece a mineralização (salinização) da água do subsolo, tornando-a imprópria para o consumo e uso nas atividades produtivas.

Para equacionar o “problema”, Suassuna (*loc. cit.*) defende que os gestores públicos tenham um maior conhecimento da realidade regional, sobretudo no que se refere ao processo de aprendizado com a diversidade da natureza desse ecossistema, concebendo que a semi-aridez tem também suas vantagens, desde que explorada corretamente, trazendo bons benefícios econômicos e sociais para os habitantes da região. Basta uma reflexão mais apurada do potencial dos recursos naturais do semi-árido, para se perceber essa diversidade natural. Esse enfoque é o que constitui, fundamentalmente, o atual programa de trabalho do

¹¹⁸ Oriundos do Governo Federal, por intermédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

¹¹⁹ Via de regra, essas obras de armazenamento de água eram realizadas nas proximidades e/ou propriedades dos grandes fazendeiros, com empreendimentos ligados ao agronegócio.

¹²⁰ SUASSUNA, J. **Aprendendo a conviver com o semi-árido**. 2007.

Disponível em: <<http://www.rts.org.br/artigos/artigos-2007>>. Acesso em mar. 2008.

Instituto Nacional do Semi-árido (INSA), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), sediado em Campina Grande. Além disso, a ampliação de trabalhos que se voltem ao “*tratamento adequado dos elementos biológicos – plantas e animais – afinados com a natureza peculiar do clima e com a circunstância sócio-cultural da região*”¹²¹. Como exemplos, o autor menciona a preservação e a produção: de sementes adaptadas às condições edafoclimáticas, de animais como caprinos e ovinos mais adaptados à Caatinga, da identificação e melhoria de forrageiras já inseridas no contexto dos agricultores, além de um processo de revalorização dos produtos como leite, carne, couro dessas criações que fazem parte da história de vida e patrimônio sócio-cultural dos agricultores.

E é nessa linha de entendimento que Diniz & Duqué (2002) apontam, ainda, como indispensáveis as estratégias de *convivência* sustentável com o semi-árido. Referem-se a um conjunto de estratégias pensadas, desenvolvidas e difundidas pelos próprios agricultores, demonstrando uma lógica de intervenção pautada na valorização das experiências e do conhecimento dos agricultores. Dentre essas, mencionam as formas de crédito solidário, mutirões, etc., todas como ações concretas de existência e resistência de processos de reprodução da agricultura familiar camponesa, na lógica da *convivência* com o semi-árido.

Em trabalho anterior, Duqué & Cirne (1998) já sinalizavam que os problemas de seca no semi-árido, não são de soluções impossíveis do ponto de vista técnico. Para as pesquisadoras, sem negar que seja um grande entrave, somam-se também, outras variáveis de ordem estrutural e política, que devem ser pensadas em função de um conjunto. Contrário a essa lógica a maioria das alternativas tem sido “*propostas construídas a partir de um único elemento, o qual configura quase sempre o mesmo paradigma – a seca –, e sinalizam em uma única direção: a criação de reservatórios*”¹²². Sinalizam, pois, que soluções devem aglutinar também algumas práticas de *convivência* com esse fenômeno climático sazonal.

De forma semelhante, mais recentemente Alves & Malagodi (2007) concebem essas práticas de *convivência* como “*um conjunto de atividades que compõem uma relação de um ser (o homem) com os demais seres, desse mundo, que podemos chamar de bioma Caatinga...*”. É dessa relação que surge uma construção coletiva de bens materiais e imateriais (bens públicos não mercantis na concepção da multifuncionalidade da agricultura), ou seja, um conjunto de atividades, cuja base é a busca do estabelecimento da *convivência* com o ambiente semi-árido. Nesse contexto, a importância da integração e a conservação dos

¹²¹ *Id.*

¹²² DUQUÉ & CIRNE, 1998, p. 133.

recursos naturais às práticas alternativas de superação da pobreza, as quais se incluem o aproveitamento de plantas nativas nas atividades produtivas e a articulação do artesanato com atividades agroindustriais tradicionais emergentes, adaptadas ao bioma Caatinga. Para tanto, ao lado deste labor, que é, ao mesmo tempo, tradicional e sempre redefinido, cabe registrar recentemente (nas duas últimas décadas) o surgimento de novos atores coletivos no meio rural (sindicatos de trabalhadores, ONGs, articulações de gênero, como grupos de mulheres e jovens, e redes locais, estaduais e regionais etc.), que transforma as inúmeras práticas de *convivência* com o semi-árido (barragens subterrâneas, cisternas de placas, preservação das sementes e das raças crioulas, que na verdade representam variedades vegetais e animais bem adaptadas à região, o artesanato de produtos da Caatinga, etc.) em referências coletivas, publicamente reconhecidas.

Segundo Duqué (2006), o melhor exemplo de convívio com o meio talvez seja o conjunto de ações promovidas pela Articulação do Semi-Árido (ASA)¹²³, que mobiliza organizações de produtores familiares de todo o Nordeste e propõe políticas de *convivência* com o semi-árido, contrapondo-se às tradicionais medidas clientelistas. Na Paraíba, já é uma realidade, através da ASA-PB¹²⁴, que desde 1993 constitui-se num fórum permanente, reunindo pessoas e organizações na defesa de um projeto de desenvolvimento do Semi-Árido. Dentre as inúmeras iniciativas da ASA, enquanto *convivência* com as adversidades do meio, destaca-se o Programa de Cisternas¹²⁵ para o armazenamento d'água para o consumo humano, que se desenvolve nas comunidades rurais camponesas de todo o semi-árido do Nordeste. A construção de cisternas tem sido, igualmente, um importante elemento de mobilização das comunidades rurais em torno de um conjunto de outras práticas sustentáveis nas atividades agrícolas, que internalizaram a lógica preservacionista da natureza.

¹²³ Fórum permanente de organizações da sociedade civil, criado em 1999, consolidou-se como espaço de articulação política na luta pelo desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semi-árido brasileiro. Atualmente, mais de 700 entidades (igrejas, ONG's, ambientalistas, associações de trabalhadores rurais, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais) integram a ASA. Atuando com programas sobre a realidade do Semi-Árido, fundamentados no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial dos agricultores familiares, destacando: conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais; quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semi-árido.

¹²⁴ Que “*surgiu de um movimento de contestação ao modelo de 'desenvolvimento', adotado pelo estado, que penaliza e exclui os agricultores familiares dos frutos desse modelo, especialmente com o processo de modernização agrícola*” (DINIZ & DUQUÉ, 2002, p. 104).

¹²⁵ O Programa um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC, desde 2003 realiza *Formação e Mobilização Social* de Convivência sustentável com o ecossistema Semi-Árido, através de uma proposta de educação processual de fortalecimento da sociedade civil. Tem por objetivo beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas da região semi-árida, com água potável, através das cisternas de placas. No dia 03 de abril de 2009, o P1MC já havia atingido a marca de: 251.658 cisternas construídas; mais de 1.030 municípios atendidos; 265.6103 famílias mobilizadas; 5.425 pedreiros executores capacitados. Disponível em: www.asabrasil.org.br. Acesso em 20 abr. 2009.

No âmbito das práticas agrícolas sustentáveis, os *Bancos de Sementes Comunitários* (BSC) parecem ser um bom exemplo de *convivência* com o semi-árido, perfeitamente consolidado e validado pelo conjunto de agricultores familiares. Trata-se de uma prática herdada, de guardar a semente, daquelas culturas de subsistência, a serem utilizada para o plantio da safra seguinte. É uma ação que ganhou força, levando em consideração o potencial de adaptação dessas sementes ante as condições e adversidades do semi-árido. Esses BSC funcionam como uma espécie de reserva de sementes a serem disponibilizadas aos agricultores durante o período de plantio. Esclarecem Diniz & Duqué (*op. cit.*) que esses BSC são abastecidos, quando o agricultor colhe sua produção, devolve as sementes, acrescida de uma quantia pré-estabelecida (como “juros”) sobre a quantidade que havia adquirido. Esse processo é gerenciado pelos próprios agricultores que se fortalecem ao valorizarem suas experiências e estratégias de convivência com o semi-árido¹²⁶.

Por último, ainda, no que se refere à *convivência* em torno de atividades relacionadas à biodiversidade e iniciativas sustentáveis no ecossistema semi-árido, destacam-se as práticas e articulações territoriais¹²⁷. Trata-se de projetos de gestão das atividades produtivas dos agricultores familiares, revelando que estratégias de sustentabilidade e *convivência* com o semi-árido fortalecem práticas coletivas e espaços de organização em torno de atividades relacionadas à biodiversidade e as *funções* que a agricultura familiar camponesa é capaz de cumprir. Um desses projetos analisou “A viabilidade social dos projetos de agroindústria instalados com recursos do PRONAF infra-estrutura no Território Sertão Ocidental, no período de 1998 a 2002”¹²⁸, em Sergipe, enfocando os entraves na gestão desses empreendimentos. Os resultados revelaram que alguns desses projetos não foram bem sucedidos, devido à limitada inserção social das comunidades envolvidas e a manipulação dos processos de gestão por políticos e grupos empresariais locais. Outro projeto de gestão das atividades produtivas dos agricultores, que serve como exemplo, foi “A avaliação da cadeia

¹²⁶ Além do efeito prático da distribuição de sementes, esta “ação coletiva” dos agricultores propiciou uma ampliação do debate em torno da autonomia dos agricultores. Ou seja, passaram a não mais depender da distribuição oficial de sementes, que sempre ocorria fora da época mais propícia ao plantio. Também se ampliou o debate sobre a “sustentabilidade” da agricultura baseada no uso de insumos externos, sobretudo de sementes, via de regra, incompatíveis com as peculiaridades edafoclimáticas do semi-árido.

¹²⁷ Muitas dessas práticas e articulações territoriais desenvolvidas em diferentes Estados do Nordeste, sobretudo da região semi-árida, serviram de material empírico aos trabalhos monográficos do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) da UFCG (2006/07), desenvolvido por articuladores territoriais (alunos desse curso). Trata-se de atividades relacionadas à agroindústria, caprinocultura familiar, agroecologia, práticas conservacionistas do solo e gestão dos recursos hídricos, que buscam associar *convivência* e desenvolvimento sustentável.

¹²⁸ FREITAS, M. A. A. **Gestão das agroindústrias rurais instaladas com recursos do PRONAF Infra-estrutura: uma análise no Território Sertão Ocidental em Sergipe 1998 – 2002**. Campina Grande: CEDRUS/UFCG, Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável), 2007. 84 p. (+ anexos).

*produtiva da caprino-ovinocultura no Território do Araripe*¹²⁹, em Pernambuco, enfocando as relações sociais na organização do território, dadas através dos elos dessa cadeia produtiva. Os resultados revelaram alguns limites relacionados com a capacidade de ação coletiva dos produtores familiares, interferindo na sustentabilidade das ações e políticas territoriais.

2.2 – O processo de convivência com o semi-árido

No tópico anterior, ao se descreverem algumas concepções sobre o cenário ambiental do semi-árido, ainda que não se tenha aprofundado aspectos geotécnicos, como forma do que se concebe em termos de alternativas e/ou soluções para os problemas hídricos e, conseqüentemente, os sociais, sinalizou-se, contudo, para o processo de *convivência* sustentável com meio ambiente.

Neste tópico, agora, é chegado o momento de explicitar mais detalhadamente esse processo de *convivência* com o ambiente de semi-aridez. Desta maneira, primeiro alguns elementos teóricos e conceituais desse processo de relações de um ser (o homem) com os demais seres e, deste com o espaço, que podemos chamar de bioma Caatinga; Depois a descrição do conjunto dessas práticas e estratégias de *convivência*, sinalizando a multiplicidade de papéis que a agricultura (o território) é capaz de desempenhar no processo de reprodução e legitimação da agricultura familiar camponesa.

2.2.1- Convivência: idéias e princípios construindo oportunidades

Historicamente as relações homem–natureza no âmbito do semi-árido sempre estiveram mediadas por um ideário institucionalizado de “dominação” das adversidades ambientais. Diz-se isso, reportando-se a trajetória das políticas de gestão da “problemática” hídrica do vasto território semi-árido brasileiro, especialmente para aquelas populações residentes na área rural, que também dependem da água para a reprodução de suas atividades.

Diante desse pressuposto e decorrente de pressões locais, por assistência, durante os períodos de estiagem, o marco político de ação face à seca do Nordeste foi a partir de 1909, com a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS). Em 1945 é reestruturado como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com o intuito de “perenizar” ações de combate às secas que periodicamente assolavam a região. Anos mais tarde, em 1953, através de um Grupo de Trabalho, coordenado por Celso Furtado, recomenda a criação de um

¹²⁹ BANDEIRA, L. M. C. *A caprino-ovinocultura no Território do Araripe-PE: Um estudo de caso a cerca dos limites e possibilidades na perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Campina Grande: CEDRUS/UFCG, Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável), 2007. 86 p. (+ anexos).

Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO), que objetivava propor políticas específicas ao Semi-Árido. Na mesma década, em 1959, decorrente de pressões políticas locais, assim como organizações das Ligas Camponesas e movimentos sindicais, é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para coordenar a implementação das políticas e programas de Desenvolvimento do Nordeste. Por fim, nas décadas de 1970 e 1980, com a implantação da política de “modernização” da agricultura brasileira, vieram inúmeros outros projetos¹³⁰ de “combate” as secas.

Em relação a esse rol institucionalizado de organismos, criados com o argumento de enfrentamento aos “problemas das secas” e de ações de desenvolvimento da região Nordeste é importante resgatar as considerações de Francisco de Oliveira, que trata do assunto como tendo sido “*a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital*”¹³¹, que utilizou o falso enfoque dos desequilíbrios regionais para justificar os inúmeros projetos, pautados, sobretudo, na lógica de “combate” as secas. Explicitamente Oliveira (1977) examina essa questão via divisão regional do trabalho pela ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista do Brasil, que levou, por fim, o entendimento da natureza do conflito à criação da SUDENE. Para esse autor, trata-se de um racionalizado planejamento, verdadeiro modo de intervenção de um Estado, que de fato não foi “*a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas de reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização*”¹³² imposta pela “modernização” da agricultura.

Essa imposição modernizadora apontada por Oliveira, sobretudo à homogeneidade dos processos de reprodução do capital, que ocorreu no “novo” Nordeste, deu-se através de uma intervenção do Estado, que perdia parte do controle político no “velho” Nordeste *semiburguês oligárquico* açucareiro. Ou seja, uma intervenção para, igualmente, manter o controle sobre esse “novo” Nordeste *capturado oligárquico* algodoeiro-pecuarista¹³³, dentro da lógica do “fechamento” de uma região para reproduzir a relação social de dominação, ou mais

¹³⁰ PIN Proterra e PROVALE (1971), Pólo Nordeste (1974), Pólo Sertanejo (1976), PROHIDRO (1979), PROVARZEAS (1981), Papp (1983), Projeto São Vicente (1986) e Projeto Padre Cícero (1988).

¹³¹ OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 24.

¹³² OLIVEIRA F., *op. cit.*, p. 29-30.

¹³³ Francisco de Oliveira fala desses “dois” Nordestes, referindo-se ao “surgimento gradual de outra região” no cenário econômico – a parte semi-árida (Agreste e Sertão) – a qual chamou de Nordeste *capturado oligárquico* pela ordem do capital internacional e pelas próprias leis locais. Ou seja, uma região cuja base era a própria ambigüidade da inserção de várias classes dominantes e dominadas, na estrutura produtiva, levando a intervenção de um Estado oligárquico, primeiro através das obras do DNOCS, depois pelas ações da SUDENE, que se confundia com as esferas da sociedade civil. Um Estado *capturado* por esse “Nordeste algodoeiro-pecuarista”, que num mecanismo de reforço era esse “Nordeste” algodoeiro-pecuarista.

claramente as relações de produção. Nesse sentido, para Oliveira (*op. cit.*) a SUDENE surge para o ‘Nordeste das Secas’ não somente para atenuar ou conter a intensificação das disparidades regionais, como também a manutenção do *status quo* desse Estado *capturado* ou *oligárquico*, criando as bases econômico-sociais para a intervenção do Estado através de uma burguesia agro-industrial, que fez justamente aumentar as disparidades regionais.

No entanto, com todo esse aparato institucional, pouca coisa mudou em termos de soluções estruturais e sociais na região. Além do mais, dentro da perspectiva da “modernização” da agricultura, imposta no Brasil a partir da segunda metade do Século XX, as políticas públicas do setor produtivo para o Nordeste, sempre estiveram orientadas com metodologias e tecnologias na lógica do enfrentamento às adversidades ambientais. Ou seja, com um fasto de “soluções” em contraposição àquilo que a natureza oferecia e oferece como “provável empecilho” à produção. Noutras palavras, ações de “combate” as interferências negativas do ambiente e do clima, como forma de produzir mais e mais riquezas, nos mesmos moldes de outras regiões de condições edafo-climáticas mais favorecidas.

Contrariando essa lógica, cabe lembrar Carvalho (1988), defensor de ações que combinem esse “combate” com a prevenção dos efeitos e interferências do meio ambiente. Ou seja, de um plano de ação, porém preventivo, aos efeitos decorrentes das secas, vislumbrando sempre a possibilidade de convívio com o ambiente de semi-aridez. Isso, de fato, pauta-se na perspectiva de respeito e harmonia com as dadas condições ambientais de semi-aridez, por meio de ações educativas sistêmicas, oriundas, talvez, dos próprios agricultores, visando mudar essa “*idéia-entidade*” local (LOPES DE ANDRADE, *op. cit.*, p. 16) e a visão preconceituosa de outras regiões sobre os problemas da seca, como sendo um universo social do Nordeste. Junto disso, a adoção de alternativas de inclusão social e mecanismos políticos de gestão e participação dos atores envolvidos (os agricultores).

Mesmo ante as inúmeras comprovações técnicas da problemática da salinização da água em grande parte do Semi-árido brasileiro, Carvalho (*op. cit.*) não exclui a presença de projetos estruturantes de produção pautados na irrigação. Defendeu que estes projetos só teriam eficácia se fosse quebrada a hegemonia da concentração de terras, normalmente as que sempre se beneficiaram de projetos de irrigação. Para o autor, a irrigação deveria ser pública, desenvolvida em faixas semi-áridas, criando dinamismos sócio-econômicos regionais. Nesses locais, a agricultura seria na forma de colonização, tendo como atores os pequenos agricultores, que atuariam de forma cooperativa. Essa irrigação deveria ser necessariamente acompanhada de um processo de reforma agrária. No entanto, lamenta Carvalho que a escolha

governamental foi, ao contrário, optando pelas obras estruturantes de irrigação voltadas para a iniciativa privada, sob a tutela de grandes grupos econômicos, voltados à produção e o abastecimento extra-regionais, sem nenhum compromisso com a quebra das bases estruturais de dominação. Por outro lado, nesse resgate de *idéias e princípios* voltados a solucionar a “problemática” hídrica e todos os demais problemas que dela decorrem, contrariando, em parte, algumas idéias de Carvalho, pautada nos mesmos objetivos intervencionistas examinados por Oliveira (1977) e criticados por Suassuna (2007), surge à idéia de *convivência* com a semi-aridez, na perspectiva de construir iguais oportunidades para todos os agricultores familiares.

Do ponto de vista concreto, ainda que de forma tímida, as discussões em relação a essa possível *convivência* começaram na década de 1980, quando algumas ONGs e instituições como a EMBRAPA e a Emater passaram a desenvolver, junto aos agricultores, propostas e a experimentarem tecnologias hídricas e produtivas, apropriadas à realidade ambiental, cultural e socioeconômica do Semi-árido. Nesse contexto, divulgam o documento “*Convivência do Homem com a Seca*”, sugerindo orientações de exploração agrícola pautado na *convivência* do homem com o ambiente de semi-aridez. Porém, não se pode ignorar que muitas dessas práticas produtivas já eram de conhecimento dos camponeses.

Contextualizando essa idéia de *convivência* com o semi-árido é preciso dizer que seu surgimento, enquanto abordagem e/ou estratégica de ‘enfrentamento’ das conseqüências das ‘secas’ para a população e o ambiente, deu-se a partir da contestação às estratégias governamentais de desenvolvimento do Semi-árido brasileiro, que ao longo da história têm se mostrado ineficazes (GALINDO, 2003). O marco disto, já que na prática existem desde longa data, foi à mobilização dos agricultores familiares, em 1993, culminando na criação do “Fórum Nordeste”, centrado em “*coordenar a reflexão em todos os estados sobre os problemas vivenciados no semi-árido e, possíveis soluções*” (DINIZ, 2007, p. 101).

Como resultado dessa articulação em nível regional, foi aprovado um documento propondo “*Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semi-Árido Brasileiro: Propostas da Sociedade Civil*”¹³⁴, a partir do qual começa a difusão da idéia de que:

“A convivência do homem com a semi-aridez pode ser assegurada. O que está faltando, são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e pobreza no meio rural” (FÓRUM NORDESTE, 1993, p. 5).

¹³⁴ Título do documento elaborado pelo Fórum Nordeste, em maio de 1993.

Com isso, o referido movimento sugeriu ao Governo Federal a implantação de um Programa de Apoio aos Pequenos Agricultores, com o objetivo de

“Promover um processo permanente e auto-sustentado de desenvolvimento no meio rural do Nordeste/Semi-árido brasileiro, que permita: i) melhorar efetivamente o nível de renda das famílias, até patamares que garantam a segurança alimentar; ii) promover o acesso aos serviços básicos, na qualidade e quantidade compatíveis com a dimensão da população rural do Nordeste/Semi-árido; e, iii) fortalecer o processo de organização da população rural, de modo a efetivar um real exercício da cidadania” (FÓRUM NORDESTE, *ibid.*, p. 5)

Cabe destacar que a essência desse fórum, através do conjunto de propostas, centrado na idéia de *políticas públicas*, distintas para os pequenos agricultores, *tecnologias adaptadas* e *gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos*, parecia estar, substancialmente, na ‘quebra’ da lógica dominante, que sempre esteve centrada em planejamentos em nome de uma homogeneidade imposta pelo processo capitalista da agricultura. Como resultado desse fórum, a continuidade dos debates, nos Estados, deu-se de forma articulada entre várias organizações propondo ações coletivas pronunciadas de contestação às formas vigentes de apoio aos agricultores do semi-árido, que eram baseadas no assistencialismo e clientelismo.

Ainda no mesmo ano a ASA/PB começa a atuar como sujeito político, contestando essas formas de apoio aos agricultores e criticando a política concentradora de recursos e riquezas. Os objetivos decorrentes desse processo de mobilização são de assegurar a estabilidade econômica das famílias de pequenos agricultores, garantindo-lhes a segurança alimentar e também no sentido de melhorar e tornar mais transparente as ações das políticas públicas, inclusive aquelas de reconhecimento e valorização da organização das populações camponesas. Como resultado desse processo articulado, surgem projetos de “convivência com a seca”, pautados no resgate de “*uma prática camponesa tradicional de estocar água, porém utilizando uma tecnologia simples e barata*” (DUQUÉ, 2008, p. 136) em contraposição ao conceito de “luta contra as secas”, que evoluiu para o surgimento do conceito de “*convivência*”¹³⁵ *com o semi-árido*”, pautado na elaboração de referências tecnológicas e organizativas, que apontam para um novo modelo de políticas públicas estruturantes. Esses

¹³⁵ Que tem uma estreita relação com o conceito de sustentabilidade, igualmente, apoiado em três vertentes. Na *econômica*, proporcionada por resultados suficientes para cobrir as necessidades materiais e culturais de quem as exerce e de sua família; na *ambiental*, ajustada na lógica do manejo cuidadoso da natureza, permitindo a manutenção das condições de produção em longo prazo; e na *social*, pautada no fortalecimento dos laços sociais, à qualidade das relações entre gêneros e gerações e à criação de oportunidades para a população ativa (DUQUÉ 2008, pp. 136-37).

projetos, autogestionados e financiados por um sistema de Fundos Rotativos Solidários (FRS)¹³⁶, que fortalecerão o processo de organização solidária nas comunidades rurais.

Sobre as perspectivas desse Fórum, Diniz (2002) salienta que já havia um sentimento de que o problema não era a seca, mas um processo de exclusão, cristalizado na sociedade desde longa data, que deveria ser enfrentado. Isso referenda as afirmações de Lopes de Andrade (1947) e Neves (1994), descritas na seção anterior. Para tal, seria necessário materializar um conjunto de programas voltados a promover um processo permanente e auto-sustentado de desenvolvimento do meio rural do semi-árido. Além disso, um conjunto de mecanismos de acesso aos serviços básicos, compatíveis com a dimensão da população rural do semi-árido, no sentido de fortalecer o processo de organização da população rural, de modo a efetivar um real exercício da cidadania (DINIZ, 2002, pp. 45-6).

Como resposta governamental, ainda, entre 1993/94 veio o *Projeto Áridas: uma proposta de desenvolvimento sustentável para o Nordeste*. Contudo, essa proposta manteve semelhante linha de ordenamento do espaço e da economia, como havia proposto o Grupo de Trabalho coordenado por Celso Furtado em 1953, acrescentando, somente, o ingrediente ambiental. Isto é, um conjunto de medidas de ocupação demográfica e produtiva de acordo com a capacidade de suporte dos recursos naturais, propondo: “[...] a realização de estudos e pesquisas para reduzir a vulnerabilidade e elevar a capacidade de resistência às secas das populações e atividades produtivas no Semi-árido” (BRASIL..., 1995, p. 118).

Ao longo da década de 1990, notadamente, durante a seca de 1998/99, os programas governamentais, ainda, não haviam demonstrado eficiência, isto é, tinham avançado pouco, em termos práticos, além daquelas providências tomadas em décadas anteriores, quando se agravavam os períodos de seca. Diante disso, somadas as sucessivas e frustradas políticas governamentais para a região, em 1999, a Terceira Sessão da Conferência das Partes (COP 3)¹³⁷ da ONU da Convenção de Combate à Desertificação, realizada em Recife, em que

¹³⁶ Recursos financeiros captados pelos camponeses, baseado nas tradições de cooperação e solidariedade próprias às comunidades da região, sem ter que passar pela burocracia bancária, que coloca o pequeno agricultor numa situação de inferioridade frente aos “pacotes”, geralmente estranhos às suas lógicas e mal adaptados a suas necessidades. Foram inicialmente criados para permitir aos camponeses obterem um crédito para construir uma cisterna, uma barragem subterrânea, ou qualquer outro bem necessário para sua *convivência* com o Semi-Árido. Esses recursos dos FRS, administrados pela própria comunidade, retornam (segundo modalidades definidas localmente) para outras famílias que possam também ser beneficiadas (DUQUÉ, 2006, pp. 6-7).

¹³⁷ Que objetivava avaliar o estado da implementação de seus programas de combate à desertificação e questões de ciência e tecnologia e questões administrativas e financeiras. Assim, o corpo governamental supremo da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CDD), estabelece aos países *Parte* envolvido, a obrigação de mobilizar recursos financeiros e facilitar através da cooperação internacional, a transferências de tecnologia, conhecimentos gerais e técnicos para os países em desenvolvimento. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0012/12514.pdf>. Acesso em 02 jun. 2008.

representantes de movimentos sociais apresentaram a *Declaração do Semi-árido* (ANEXO 6)¹³⁸, reafirmando que a *convivência* com as condições do Semi-árido brasileiro é possível, pautada em duas premissas: “i) a *conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido*; e, ii) *quebra do monopólio de acesso à terra, água e a outros meios de produção*”. Esse documento veio referendar a constituição da Articulação do Semi-Árido (ASA), que hoje mobiliza em torno de 700 organizações no Brasil¹³⁹.

Assim, inspirada em movimentos sociais de contestação das tradicionais políticas voltadas à região Nordeste, especialmente, daquelas direcionadas aos “problemas decorrentes das secas” a ASA lança, em 1999, a palavra de ordem: “*Queremos uma política adequada ao Semi-Árido*”! Essa crítica e, ao mesmo tempo, a de oposição à política vigente na época, pautaram-se num conjunto de experiências locais, mostrando a viabilidade do Semi-árido. A ASA consolidou-se como espaço de articulação política da sociedade civil em fevereiro de 2000, a partir da Declaração do Semi-Árido constituída de seis pontos principais: conviver com as secas; orientar os investimentos no sentido da sustentabilidade; fortalecer a sociedade civil; incluir mulheres e jovens no processo de desenvolvimento; preservar, reabilitar e manejar os recursos naturais; e, buscar meios de financiamentos adequados. Então, passou a propor um conjunto de ações socioeconômicas integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais e, também, apoiando a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a *convivência* com o Semi-árido.

Dentre as inúmeras ações da ASA, o exemplo mais importante, já mencionado na seção anterior, é o *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido - Um milhão de Cisternas Rurais (P1MC)*, voltadas a garantir o acesso de um milhão de famílias a equipamentos de captação e armazenamento de água da chuva (as cisternas) para o consumo humano. Esse projeto é complementado com a capacitação dos camponeses, abordando a *convivência* com o semi-árido e os aspectos de gerenciamento dos recursos hídricos, que desde sua criação, em 2003, era auto-financiado pelas ações da ASA, passando de 2007 para cá a receber também fundos públicos do governo federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Nesse sentido, para Diniz (2007, p. 50) a construção de cisterna, mais do que uma solução para o problema da água, serve, também, como elemento mobilizador da diversidade de atores e organizações sociais presentes, no

¹³⁸ Disponível em: < http://www.asabrasil.org.br/Default.asp?CO_TOPICO=104>. Acesso em 27 mai 2008.

¹³⁹ ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. *Revista Articulação do Semi-Árido Paraibano*. v. 1, n.1, p. 03-26, jun. 2001. Campina Grande: ASA-PB, 2001.

sentido de demonstrar que é possível viver no semi-árido, valorizando o que chamou de “força do povo”. Para esse autor, o processo de mobilização e capacitação desses envolvidos tem propiciado mudanças sociais, políticas e econômicas. Dentre as mudanças, destaca: o aumento da frequência escolar; a diminuição do número de pessoas com doenças, decorrentes do consumo de água contaminada; e, a geração de trabalho aos moradores das comunidades envolvidas¹⁴⁰. Uma prova dessa mobilização e evolução da experiência em torno da do *P1MC* foi o surgimento, em 2007, do *Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)*¹⁴¹. Este novo programa utiliza como referencial o "Programa 1-2-1", desenvolvido na China, tendo como objetivo ir além da captação de água de chuva para o consumo humano, avançando para a utilização sustentável da terra e o manejo adequado dos recursos hídricos para produção de alimentos (animal e vegetal), promovendo a segurança alimentar e a geração de renda.

Ao contrário das grandes pesquisas científicas para a agricultura, centradas no modelo do agronegócio, na monocultura agro-química e nos grandes projetos de irrigação, o P1+2 valoriza o conhecimento popular do agricultor, que durante anos vem mostrando que é possível conviver com o Semi-Árido, por meio de tecnologias simples, baratas e eficientes. Assim, o desenvolvimento do P1+2 origina-se nas dinâmicas sociais, comunitárias e territoriais, estimuladas, fortalecidas e criadas a partir do *P1MC*, desenvolvido pela ASA há alguns anos. Isso propicia recuperar e valorizar as experiências das comunidades sertanejas nas lutas pela terra e pela água e pelo seu uso racional. Dessa forma, segundo a ASA¹⁴² elabora-se “... *outra visão sobre a região, livre e libertadora de preconceitos e mistificações*”. Além disso, tem-se como fundamento “*a construção do conhecimento a partir de experiências, tendo como pressuposto a socialização e a troca de conhecimentos, de forma horizontal e socialmente construída*”¹⁴³.

Em referência aos princípios, objetivos e ações desse projeto, Silva (2006)¹⁴⁴ destaca que a *Agenda 21 Brasileira*, também, sugeriu inovações do Estado e da sociedade no Semi-árido. Essa agenda propõe “[...] *capacitar o homem do campo para a convivência com a seca,*

¹⁴⁰ Ao falar em capacitação, está se referindo aos inúmeros treinamentos e cursos sobre o uso correto da água, e em geração de trabalho, está se referindo aos agricultores, que trabalham nas obras de construção das cisternas.

¹⁴¹ O numeral "1" significa terra suficiente para que nela seja desenvolvidos processos produtivos visando segurança alimentar e nutricional, e o "2" corresponde a duas formas de utilização da água - água potável para cada família do Semi-Árido e água para a produção agropecuária, de forma que as famílias de agricultores e o contingente por elas influenciado vivam dignamente.

¹⁴² ASA. **Institucional**. Ver mais detalhes em: <http://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em julho 2009.

¹⁴³ *Id.*

¹⁴⁴ SILVA, R. M. A. da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Brasília: CDS/UnB, Tese de Doutorado. 289 p. (+ anexos). Disponível em: <<http://200.130.0.16/biblioteca/RobertoSilva.pdf>>. Acesso em maio 2008.

incentivando o uso de tecnologias já comprovadas e difundidas por centros de pesquisa e organizações não governamentais com experiências no manejo dos recursos naturais em regiões semi-áridas” (BRASIL..., 2002b, p. 78). Complementa Silva que a agenda ainda propõe a combinação de atividades ambientais com iniciativas socioeconômicas, incentivando ações de educação e conscientização da população, para a necessidade de preservação e recuperação do ecossistema Semi-Árido (SILVA, 2006, p. 82).

Dentro da concepção da idéia de *convivência* cabe lembrar, também, que mais recentemente, Carvalho¹⁴⁵ *apud* Silva (2006) já havia apontado para a necessidade de uma abordagem sistêmica capaz de esclarecer melhor a complexidade das questões no semi-árido e a partir dessas questões providências para a redução dos efeitos negativos das secas, sem que se voltem tão somente às causas. Para isso a sugestão de um conjunto de práticas sistêmicas, verdadeiramente adaptadas à realidade econômica e sociocultural da região, evitando-se a adoção de “soluções” unívocas e inadequadas. O autor defende, enfim, que:

“A estratégia de desenvolvimento sustentável do semi-árido nordestino está estruturada a partir das evidências de que diante da heterogeneidade do Semi-árido, no que se refere a recursos (naturais, humanos e materiais) e atividades econômicas, suas ações programáticas **terão que ser também distintas** em relação aos seus múltiplos espaços, atividades, tempo e demandas” (CARVALHO, 2003, p. 24). [grifos meu]

Portanto, para esse autor a *convivência* com a semi-aridez é um processo de experimentação e aprendizagem de alternativas, que vêm sendo construídas ao longo do tempo de ocupação do semi-árido. Além disso, entende como um processo de construção de oportunidades de inserção produtivas, que se dá de forma gradual e permanente.

Para Silva (2006, p. 124) a “*convivência com o meio ambiente é um imperativo fundamental para o aproveitamento apropriado dos recursos naturais [...]*”. Por isso o autor defende que as políticas estejam pautadas na tese da “... *harmonia com o ‘código’ da natureza [...], buscando a adaptação [...], e não [...] uma relação de estranhamento, [...] ou de combate*”. Por isso, seu entendimento é de que a *convivência* deve ser a soma dessa concepção adicionada a iniciativas estruturantes, de atendimento imediato às populações mais pobres, introduzindo os programas de inclusão social para a superação da pobreza que conduzem à melhoria das condições de vida da população local. Desta maneira, a *convivência* implica a adoção de princípios de sustentabilidade nesse conjunto de atividades econômicas e sociais, conduzindo a: “*i) reorganização, em bases sustentáveis, da economia da Região*

¹⁴⁵ CARVALHO, J. O. de. *Nordeste: desenvolvimento e convivência com a semi-aridez*. Recife: MIN, 2003.

Semi-árida; ii) redução da pobreza e desigualdades sociais; e, iii) participação e organização da comunidade em todas as iniciativas de desenvolvimento, com vistas ao fortalecimento da cidadania”¹²².

Em semelhante lógica, Guimarães Duque ([1982]/2004) já havia vislumbrado a necessária mudança de mentalidade em relação às características ambientais e de práticas de uso indiscriminado dos recursos naturais. Maneira pela qual a *convivência* pode ser entendida como uma proposta cultural, que contextualiza *saberes* e *fazeres* (tecnológicos, econômicos e políticos) apropriados ao ambiente de semi-aridez, levando-se, ainda, em consideração a heterogeneidade das manifestações territoriais, dos imaginários locais construídos e desconstruídos ao longo da história de reprodução da agricultura familiar camponesa no semi-árido. Por isso, a *convivência* tem, antes de qualquer coisa como diz Silva, “*um sentido ambiental, que deve conciliar ou corrigir os limites naturais à intervenção antrópica*”¹²³. Assim, convivência poderia se dizer que é “*viver com*” numa interação “*dentro de uma lógica de reciprocidade*”¹²⁴. Esta última questão – reciprocidade – muito bem exemplificada por Caron & Sabourin (2003) para o caso do semi-árido.

Mais recentemente, Diniz (2007), que retoma essa discussão da *convivência* com o ambiente de semi-aridez, debate a institucionalização desses saberes e fazeres dos agricultores familiares da Paraíba. Para esse autor trata-se de um conjunto de “*estratégias individuais, coletivas e comunitárias, desenvolvidas pelas populações do semi-árido, no sentido de superação de problemas localizados, sejam eles cotidianos ou estruturais*” (DINIZ, 2007, p. 98), que passam a ser conduzidas no sentido da ampliação dos espaços de decisão, de formulação e controle social nas políticas públicas de desenvolvimento regional/territorial. Sobre estas estratégias coletivas, as quais Sabourin (2007) pesquisou detalhadamente, através de alguns estudos de casos no semi-árido brasileiro, na ótica da reciprocidade, concluiu que tais práticas (saberes e fazeres) vão além de valores humanos ligados ao cotidiano das atividades. Ou seja, cristalizam-se representações simbólicas de reciprocidade em torno de recursos naturais que o ambiente propicia.

2.2.2 - Alguns exemplos de *convivência*

Para elucidar a questão da convivência, utiliza-se a interessante e didática resenha de Silva (2006), sobretudo, daquelas práticas ou alternativas que valorizam o processo de

¹²² SILVA, *op. cit.*

¹²³ *Ibid*, p. 227.

¹²⁴ *Id.*

captação e armazenamento de água da chuva¹⁴⁶. Portanto, na ilustração a seguir, através do Quadro 3, aparecem essas experiências de obtenção e de gestão do uso da água, especificamente, para o abastecimento humano, como demonstração do processo recíproco de *convivência* com o ambiente de semi-aridez.

Quadro 3 – **Tecnologias hídricas alternativas de captação e armazenamento de água da chuva para abastecimento familiar no Semi-árido brasileiro.**

- **Cisternas de placas:** alternativa simples, e com baixo custo para captação e armazenamento de água de chuva para o consumo humano. A captação da água ocorre nos telhados das casas que, normalmente, são suficientes para apurar a quantidade de água que a família necessita para beber, cozinhar e para a higiene bucal durante os meses de estiagem. A cisterna de placa é a mais utilizada, sendo sua construção de fácil aprendizado pelos pedreiros. A disponibilidade de água limpa próximo de casa contribui para a redução de doenças, diminui o tempo e o esforço físico de mulheres e crianças na busca de água. Segundo a Articulação do Semi-Árido (ASA), foram construídas mais de cem mil cisternas. A meta é construir um milhão de cisternas para atender a cinco milhões de pessoas.
- **Cisterna de placas calçadão:** trata-se de uma variação da forma de captação de água das chuvas para as cisternas de placas, quando os telhados das casas são insuficientes para apurar a quantidade de água necessária. A tecnologia consiste na construção de uma calçada, de chão cimentado, inclinado, com uma área de 110m², perto da casa e cercada, para evitar a entrada de animais. A água da chuva escorre pela calçada até a cisterna. Famílias que já têm cisternas de placas constroem outra cisterna com calçadão, aumentando a disponibilidade hídrica.
- **Bomba d'água manual:** inventada pelo holandês Gert Jan Bom, na década de 1970, possibilita captar água em poços com até 40 metros de profundidade. Acionada por meio de um grande volante, permite captar até mil litros de água numa hora, com baixo custo de manutenção e fácil manuseio. Um projeto piloto lançado em 2004 pela ASA previa a instalação de bombas em poços já perfurados, mas que não tinham equipamentos: “[...] levando-se em conta que um carro pipa transporta 7 m³ de água, 50 mil bombas manuais equivalem a 31.285.714 milhões de carros pipa, em 12 meses” (ASA, 2004).
- **Gestão e tratamento de água para o consumo humano:** todas as alternativas hídricas podem fracassar, se não forem acompanhadas de processos sistemáticos de sensibilização e de formação para o manejo dos recursos hídricos e o tratamento da água a ser consumida pelas pessoas. Os cursos de gestão hídrica que são realizados com as famílias que têm acesso às cisternas de placas, contribuem para evitar o desperdício e a contaminação da água da chuva armazenada. Além do uso da água armazenada, os participantes são incentivados ao manejo sustentável dos recursos hídricos existentes nas comunidades, principalmente a limpeza dos açudes e barreiros existentes, e a preservação ou reposição da mata ciliar em rios e riachos. Outras alternativas disseminadas são: a produção caseira de filtros de cerâmica e o uso da semente da Moringa para purificação da água.

Fonte: ASA (2001; 2002); Diaconia (2002); Caatinga (2002); Irpaa (1996; 2000); Embrapa (1999); Cáritas Brasileira (2001, 2002, 2003); MOC (2002) *apud* SILVA (2006). [Adaptação ALVES, A. F., 2008].

Além dessas alternativas para o abastecimento d'água, o mesmo autor elenca (Quadro 4 a seguir), um conjunto de *saberes* e *fazeres* hídricos relacionados à produção, apropriados, sobretudo, às atividades da agricultura familiar. Muitas dessas práticas de *convivência*, já são

¹⁴⁶ SILVA, 2006, p. 228-9.

desenvolvidas há décadas, indicando a “*diversidade de soluções para captar e armazenar a água da chuva, para aproveitar a umidade do solo e para racionalizar o manejo e o uso da água nos mananciais hídricos*”¹⁴⁷.

Quadro 4 – Tecnologias hídricas alternativas de captação e armazenamento de água da chuva para produção apropriada no Semi-árido brasileiro.

- **Barragem subterrânea:** tecnologia simples e barata, que permite a captação e armazenamento de água de chuva abaixo da terra, sem inundar as áreas de plantio nos baixios. Os reservatórios subterrâneos ficam ao abrigo da evaporação direta e intensa e podem ser construídos em rios e riachos, abrindo uma valeta entre as margens. A parede da barragem é feita com lona plástica, chumbada embaixo com massa de cimento e entupida com terra. Em cima é feito um barramento de pedra para aumentar a infiltração da água. Com a barragem aumenta a água das cacimbas cavadas no leito do rio ou riacho e aumenta a produção agrícola.
- **Barragens sucessivas:** são paredes de alvenaria, construídas uma após outra, no leito de um rio. A água armazenada numa barragem se encosta à parede da outra, garantindo a oferta de água. Diferente das grandes barragens, a inundação fica limitada ao leito do rio, permitindo um melhor aproveitamento agrícola das terras úmidas. As barragens ficam acima do solo e seu fluxo não é grande o suficiente para vazar ou comprometer o leito do rio com o assoreamento. Proporciona o plantio irrigado e de vazante de frutas, hortaliças, forragens e cereais, além da criação de peixes.
- **Barreiro trincheira:** são barreiros estreitos e profundos, escavados em terrenos com pedra firme, com pelo menos dois quadros divisórios para a água ser usada em tempos diferentes. A água da chuva é carregada para dentro do barreiro com o uso de valetas, evitando a contaminação com as fezes de animais. A água concentrada reduz a evaporação. A manutenção do barreiro é feita anualmente com a escavação, o reforço das paredes e a limpeza das valas. A água serve para banho, lavar louça e roupa, aguar hortas e para os animais.
- **Barreiro de Salvação:** São barreiros utilizados na irrigação de salvação. A idéia central é captar e armazenar o máximo de água de chuva que escorre rapidamente na superfície do solo. Trata-se de uma pequena barragem de terra formada por uma área de captação, tanque de armazenamento e área de plantio.
- **Uso sustentável de água de poço amazonas em pequena irrigação:** o poço amazonas possibilita pequenos plantios irrigados, com o manejo adequado da água e da plantação, solucionando os problemas de diminuição da vazão nas secas, alta evaporação, o risco de salinização das terras e os altos custos de energia elétrica e combustível. Para isso, é necessário combinar sistemas bem dimensionados em pequenas áreas, com plantas que consomem pouca água; reduzir os efeitos da evaporação, fazendo cobertura morta, irrigando o mais próximo possível do pé da planta e nos horários mais frios do dia.
- **Tanques de pedra:** aumenta a capacidade de captação e armazenamento de água de chuva nos chamados “caldeirões” ou “lajedos” que ocorrem naturalmente nos grandes maciços cristalinos de algumas regiões do Semi-árido. A técnica possibilita o aproveitamento desse potencial, com a construção de tanques com muros de alvenaria, ao redor das áreas de lajedos ou utilizando impermeabilizantes e lonas plásticas para evitar as perdas de água de chuva, aumentando a disponibilidade hídrica para o abastecimento da família e dos animais.

Fonte: Diaconia (2202); Caatinga (2002); Irpaa (1996; 2000); Embrapa (19989; 1995; 1999); Cáritas (2001); Chapada (2002) e Bernat (1992) *apud* SILVA (2006). [Adaptado por ALVES, A. F. 2008].

¹⁴⁷ SILVA, *op. cit.*, p. 229.

Ressalta também o autor anteriormente referido, que a constituição dessa *convivência* vai além dos resultados concretos em si, pois há a participação coletiva, na qual se desenvolve também o processo de gestão partilhada dos benefícios, através dos comitês de gestão, que são um importante mecanismo de mobilização da sociedade civil. Um prático exemplo no âmbito agrícola é a combinação de cultivos. Este pode ser considerado um dos segredos da *convivência* com o ecossistema semi-árido.

Por fim, destacamos um rol de outras práticas, que estejam em perfeita sintonia com aquilo que o semi-árido é capaz de propiciar. Exemplos é que não faltam. Enumerando alguns: a apicultura e a meliponicultura utilizando valorizando a fauna e flora do bioma da *Caatinga*; a criação de pequenos animais como caprinos e ovinos, verdadeiramente adaptados ao regime alimentar existente no semi-árido; a utilização e o aproveitamento da flora no controle de doenças e pragas na agropecuária, etc.

Como complemento dessa idéia de *convivência* e de aproveitamento das condições naturais oferecidas por esse bioma, cabe lembrar Guimarães Duque ([1949]/2001, pp. 242-76) que sempre apregou o incentivo econômico às lavouras xerófilas em contraponto às lavouras de cereais, em sua concepção, impróprias ao ambiente de semi-aridez. Nesse sentido, sempre defendeu então culturas como o Algodão Mocó, o Cajueiro e a Palma forrageira, além do extrativismo sustentável de espécies como o Umbuzeiro (*Spondis tuberosa*), esta por sua vez de forte presença no território pesquisado, tendo inclusive já uma pequena agroindústria de processamento de poupa no município de Soledade.

Na Paraíba, esses *saberes* e *fazeres* oriundos da agricultura familiar tem dado significativa parcela de contribuição à consolidação do processo de *convivência* com as dadas condições ambientais locais. Prova disso, recentemente, apontada na tese de Diniz (2007), ao resgatar esse conjunto de *práticas* e *ações*, o qual procurou demonstrar que as mesmas passam a fazer parte de algumas políticas públicas, ao que chamou de “Experimentalismo Institucional”. Além disso, como provas inequívocas de que a lógica de conviver, também, deve pautar as relações entre o Estado e a sociedade civil, isto é, algumas experiências passam a ser consideradas por algumas políticas oficiais, senão de forma plena, pelo menos há apreços favoráveis¹⁴⁸.

¹⁴⁸ É o caso da Resolução 08/2003, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que dispõe sobre a aquisição de sementes produzidas pela agricultura familiar, que em 2009 é reforçado pelo processo de aquisição direta dos produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar, destinados aos programas de merenda escolar.

Nesse sentido, reforçando o rol de práticas de *convivência* com o ambiente de semi-aridez, na Paraíba, bem lembrado por Diniz (*op. cit.*, p. 76) é o da Rede de *Bancos de Sementes*¹⁴⁹. É mais uma iniciativa, com o apoio da ASA, que vem dando certo, resgatando a auto-estima dos agricultores, ao passarem a fazer do mesmo modo que faziam seus antepassados, guardando suas sementes, para serem plantadas quando o “inverno” chegasse, sem a dependência de sistemas e políticas de distribuição, na maioria das vezes em épocas erradas, de variedades não adaptadas ao manejo tradicional dos camponeses e as condições climáticas locais. Atualmente, existem mais de 200 *Bancos de Sementes* em mais de 50 municípios da Paraíba, envolvendo em torno de 7.000 famílias de agricultores (ASA-PB¹⁵⁰ *apud* DUQUÉ, 2002, pp. 111-12). Além disso, quando se trás esse exemplo de *convivência*, cabe lembrar o da Festa da “Semente da Paixão”¹⁵¹, importante exemplo de mobilização, que a partir da temática ‘sementes’, congrega um conjunto de estratégias coletivas de organização dos agricultores do semi-árido. Uma delas é o estímulo ao *resgate e conhecimento* dessa biodiversidade genética, contrapondo-se as políticas governamentais atreladas a pressões de grandes grupos e interesses do agronegócio (ALMEIDA & CORDEIRO, 2001).

Em referência ao exemplo de *convivência* anteriormente descrito, cabe ainda registrar que, fruto dessa iniciativa - a Festa da “Semente da Paixão” - que já estava em 2007 na sua quarta edição, ocorrida na cidade de Patos-PB, tendo como *slogan*: “*Plantando e colhendo solidariedade e riquezas no semi-árido*”¹⁵². Nessa edição ocorreu, paralelamente, um seminário sobre a agrobiodiversidade, que debateu a problemática da liberação das sementes transgênicas de milho e algodão. Cabe ressaltar que debate como esse, não é de hoje no âmbito desses eventos, pois desde a primeira edição da Festa da Semente da Paixão, realizada em Soledade-PB, em 2004, já se discutia se alertava sobre a ameaça dos Organismos Geneticamente Modificados à segurança alimentar dos camponeses do semi-árido.

¹⁴⁹ Sistema de auto-gestão local de armazenagem de sementes, produzidas pelos próprios agricultores. A finalidade, dessa Rede de *Bancos de Sementes* é garantir a segurança alimentar das famílias camponesas, através da produção e compartilhamento de variedades de sementes adaptadas ao semi-árido. Essa organização visa dar autonomia às famílias no momento do plantio, saindo da dependência dos políticos locais que usam a falta de sementes como prática para estabelecer o “clientelismo” (ALMEIDA & DINIZ, 2006 *apud* DINIZ, 2007, p. 78).

¹⁵⁰ ASA-PB, 2001.

¹⁵¹ Denominação simbólica que recebem as sementes crioulas (locais ou nativas). Trata-se de variedades de milho, feijão, fava, arroz, amendoim, mandioca e plantas nativas, que formam um mosaico de diversidades adaptado às diferentes condições edafoclimáticas do semi-árido. De fato, o termo surgiu a partir de uma denominação casual de um agricultor do Sertão da Paraíba, seu “Dodô”, que ao referir-se ao apego pelas sementes em contraposição às sementes vinda de fora (“certificadas”), disse: “*cada agricultor tem as sementes que mais gosta e que planta, são as sementes da paixão*” (ALMEIDA & DINIZ, 2006, p. 210). [grifos meus]

¹⁵² ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. **Sementes da Paixão: plantando e colhendo solidariedade e riquezas no semi-árido**. In: FESTA ESTADUAL DA SEMENTE DA PAIXÃO, 4, 2007, Patos, PB: ASA-PB, 2007, 1 CD-ROM.

Além disso, nesse conjunto diversificado de espécies vegetais e animais e de um viés voltado à transição agroecológica é importante destacar a importância dessa articulação da ASA. Referimo-nos ao conjunto de tecnologias adaptadas que são difundidas em todo o semi-árido, obedecendo a um processo pedagógico que transforma os camponeses em experimentadores e divulgadores. Segundo Duqué (2008, pp. 138-39), isso desperta a autonomia e a auto-estima, suscitando a iniciativa que propiciam a replicação dessas experiências. Para essa autora, é a demonstração de que esses agricultores são depositários de um saber que precisa ser resgatado. Além do mais, isso vem revelar o protagonismo da agricultura familiar, através das próprias iniciativas coletivas dos camponeses, – transformadoras – em torno de experiências verdadeiramente adaptadas às condições de semi-aridez. É, portanto, através da resistência às relações sociais de clientelismo permeadas em torno das técnicas e regras produtivas, muitas vezes impostas aos agricultores, que os mesmos conseguem ‘quebrar’ as seculares práticas de dominação sócio-econômicas (DUQUÉ, 2009).

Com isso, no capítulo seguinte a abordagem centra-se no complexo jogo de *relações sociais*, que permeiam as condutas humanas do local em questão; e, no conjunto de *representações sociais*, decorrentes do cotidiano desses sujeitos (os agricultores), as quais apontam na direção desse processo de *convivência*. Ambas emanam da *diversidade* de atividades e multiplicidades de *funções* relacionadas à agricultura familiar camponesa do semi-árido, verificadas através de um conjunto de dados oficiais (IBGE, 1996; 2006) e informações preliminares *in lócus* do território pesquisado e, da própria pesquisa de campo, a serem descritas, mais adiante, respectivamente nos *Capítulos VI e VII*.

CAPÍTULO V

AS RELAÇÕES SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, CONFIGURANDO O TERRITÓRIO

1- Introdução

Nos *Capítulos III e IV* foram apresentadas as condições socioeconômicas, culturais e ambientais do *Curimataú Ocidental*. Agora, neste capítulo, traz-se a análise das *relações e representações* sociais que configuram esse território. Trata-se, pois, primeiramente, de se resgatar as concepções teóricas gerais, em torno das *relações sociais*; depois uma discussão específica dessas relações, envolvendo a estrutura agrária, as atividades produtivas e o processo de reprodução social no cenário agrário do semi-árido, desde relações de autonomia, pautadas na reciprocidade, ajuda mútua, *convivência*, etc., até as de dominação, econômico-sociais e políticas, entre aqueles que fazem da produção material, formas de subsistência (os trabalhadores) e/ou acumulação de capital (os empresários e capitalistas). Na sequência, o capítulo trata das *representações sociais*. Destarte, primeiro um resgate teórico acerca dessa temática sócio-psicológica, buscando subsidiar a compreensão dos *saberes e práticas*, sócio-culturais e ambientais, desenvolvidas pelas famílias no ambiente semi-árido. Depois, ênfase naquelas representações relacionadas com o processo de *convivência* com o ambiente de semi-aridez, como uma das estratégias de reprodução social dos camponeses.

2- As relações sociais

A trajetória histórica de ocupação do semi-árido, de início, pautou-se na sujeição dos que viviam nesse espaço, criando, a partir daí, relações de poder que perduram até nossos dias. Desse modo, a análise das relações sociais enquadra-se a partir dessa contextualização histórica, “*engendradas na moldura de categorias próprias ao capitalismo, como se o fim do processo autorizasse pensar cada momento intermediário, diluindo-se, por isso mesmo, qualquer noção de processo*” (GARCIA, Jr., 1989, p. 17). Vimos nos dois capítulos anteriores, com base em dados censitários que as relações sociais na agricultura são dominantes na vida social dessa parte do semi-árido paraibano, muitas das quais desfavoráveis à reprodução social das famílias camponesas; outras, no entanto, de autonomia em relação aos meios de produção favorecem o processo *convivência* com o ambiente de semi-aridez. Porém, antes de explicitar esse conjunto de relações sociais, é preciso rever algumas concepções teóricas, norteadoras, daquilo que julgamos importante para a compreensão do processo de reprodução sócio-econômica das famílias camponesas.

2.1 – Concepções teóricas

Essa trajetória analítica molda-se em pressupostos de *existência* e de *consciência* dos indivíduos na sociedade, que foram discutidos, primeiramente, por Marx [1858/1959]¹⁵³, ao prefaciar a “*Para a Crítica da Economia Política*”, demonstrando dialeticamente a ligação entre o *modo de produção material* e a *reprodução social*, dada por um conjunto de *relações sociais*, nas quais o *ser social* [a condição social do homem como produtor] é quem determina sua consciência a partir das contradições da vida material e do conflito existente entre estas forças de produção e as relações de produção. Dessa maneira, ao criticar a filosofia pós-hegeliana, a concepção de Karl Max era que,

“*Na produção social da própria vida, os homens contraem relações, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. (...)*”¹⁵⁴.

¹⁵³ Através da *Zur Kritik der politischen Ökonomie*. Berlim, Verlag J. H. Dietz, 1947. (Prefácio, p. 23-27). In: MARX, K. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar** / Karl Marx; Introdução de Jacob Gorender; traduções de Edgard Malagodi [et ali.]. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

¹⁵⁴ MARX, K. *op. cit.*, p. 25.

Com isso, Karl Marx chama a atenção para a dimensão econômica da sociedade. Isto é, essa “superestrutura” ideológica e política da sociedade, construídas sobre uma “infra-estrutura” – economia – resultante das forças produtivas mais as relações de produção, “base” da sociedade capitalista. Desse modo, essa economia, condiciona a vida política e cultural da sociedade, ou seja, a compreensão da sociedade perpassa, necessariamente, pela análise material (da economia), que tem no trabalho seu principal fundamento, que envolve a relação homem – natureza e homem – homem, criando relações de produção. E analisando estas relações [de produção] Marx constatou que a sociedade se divide em classes sociais, isto é, a classe dos *proprietários* dos meios de produção, dominante sobre a classe dos *não-proprietários* num permanente estado de *relações* de dominação. Nessa dominação surge, também, a figura do Estado, criado igualmente pelas classes dominantes, para garantir seu domínio econômico sobre as demais classes e, a partir dessa dominação a forças das idéias – a ideologia.

Para Marx ([1846]/2004)¹⁵⁵ essa ideologia difunde a “visão de mundo” e seus valores, uma falsa representação da realidade, mas que legitima e consolida o poder das classes dominantes ou segundo as próprias palavras de Marx:

*“As idéias da classe dominante nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, a relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto as idéias de sua dominação”*¹⁵⁶.

Além disso, para Marx a consciência social exprime e constitui, ao mesmo tempo, as *relações sociais*, pautadas em relações capitalistas, nas quais os homens pensam-se a si mesmos e uns aos outros, propiciando o desencadeamento e determinação, mutuamente, das condições de existência social (da sociedade) e das distintas modalidades de consciência. Deste modo, numa sociedade capitalista como a brasileira, as relações de produção configuram-se em *idéias* e *doutrinas*, que evadem os seus fundamentos reais, sem necessariamente constituírem finalidade ou intenção, exprimindo finalmente as formas de relações sociais (IANNI, 1996)¹⁵⁷. Ou como descreveu o próprio Marx: “*Essas relações sociais que os produtores estabelecem entre si e as condições dentro das quais eles trocam*

¹⁵⁵ MARX, K; ENGELS, Friedrich. “*Feuerbach: A oposição entre as concepções materialista e idealista – vol. I*”. In: **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004. (Coleção a obra prima de cada autor)

¹⁵⁶ MARX, K; ENGELS, F., *op. cit.*, p. 78.

¹⁵⁷ IANNI, O. *Introdução (Existência e consciência, p.22-29)*. In: IANNI, O.[org.]. **Marx: sociologia**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1996. pp. 7-42.

suas atividades, tomando parte no conjunto da produção, variarão, mutuamente, de acordo com o caráter dos meios de produção”¹⁵⁸.

Para Singer (1982), as relações de produção constituem-se em formas de ordenamento, sancionadas por lei ou pelos costumes, que regem a interação humana no processo de produção. Estas relações [sociais] podem ser verticais entre aquele que produz (o escravo, o trabalhador assalariado, etc.) e aquele que o domina (o dono dos meios de produção), como também podem ser horizontais, que se estabelecem entre unidades de produção independentes: relações comerciais, financeiras, etc., numa ordem legítima de incompatibilidades. No Brasil foi assim desde a instalação das primeiras Capitâneas Hereditárias, passando pelos Ciclos Econômicos da Cana-de-açúcar, do Gado, do Algodão e do Sisal, até nossos dias. Nestes três últimos ciclos, demonstrados nos capítulos anteriores, claramente presentes na região do estudo de tese, teve corroborada presença do Estado, como um dos elementos dessa superestrutura jurídico-política de formas sociais de consciência.

Além disso, é importante frisar que as *relações sociais* de dominação, impostas pelo modo de produção capitalista, colocam o homem num estado de alienação, pelo “fetichismo da mercadoria” (possuidora de valores de uso e/ou de troca), fruto do trabalho, intermediadas pelo dinheiro, que também é mercadoria, por propiciar essa relação entre mercadoria e trabalho. É, pois, quando o dinheiro perde sua relação com o trabalho, parecendo ganhar vida própria, estamos frente ao “fetichismo da mercadoria”, que aliena o ser humano da produção de sua existência social. Isso faz inverter as *relações sociais*, transformando o homem (sujeito) em objeto e o objeto (mercadoria) torna-se sujeito.

Diante de tudo isso, no modo de produção capitalista em vez da produção estar à serviço do homem, é o homem quem se encontra dominado pela produção, com explica o próprio Marx:

“Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias” (MARX, 1968, p. 81)¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Reproduzido de MARX, K. *Trabalho Assalariado e Capital*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1963. p. 32-4. In: **Marx: sociologia**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1996. p. 95-96.

¹⁵⁹ Marx, K. “A Mercadoria” In: **O Capital**. [trad. Reginaldo Sant’Anna]. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. Liv. 1, v. I, p. 79-93.

Noutro viés de compreensão teórica das *relações sociais*, Max Weber, que tinha como objeto de estudo da sociologia a ação social e a partir desta, orientada em relação a outros indivíduos em suas *relações* [sociais] recíprocas voltadas à compreensão e a explicação dos fenômenos sociais. É, portanto, através dessas ações, que envolvem um motivo, resgatando a razão e a finalidade que os indivíduos conferem às suas atividades, e os indivíduos que interagem com os demais semelhantes e com a sociedade, em geral. Assim, as interações serão à base de formação dos grupos sociais e, também, das instituições sociais, quando compartilhadas caracterizam as *relações sociais*.

Encerrando todos esses sentidos, Weber (1996) concebia, portanto, a relação social como “... *uma conduta plural – de vários – que, pelo sentido que encerra, se apresenta como reciprocamente referida, orientando-se por essa reciprocidade*”¹⁶⁰. Além disso, por se tratar de ação concreta, as *relações sociais* sempre se constituem empiricamente e são nomeadas por seus participantes, ocorrendo através do Estado, Igreja, matrimônio, etc., determinando a existência, ou a possibilidade, de condutas sociais de caráter recíproco, um acordo racional, uma ação, ajustada a valores e a fins. Podem ter um caráter transitório, às vezes permanente, desde que haja uma repetição dessas condutas. Podem variar em sentido. Por exemplo, uma relação política de solidariedade, como muito bem podem se transformar em colisão de interesses. Nessa segunda situação, ou deixa de existir ou toma outro sentido. Torna-se então uma relação conflito.

Estas considerações de Weber contemplam aquilo que Ferdinand Tönnies já havia examinado. Ou seja, de que as *relações sociais* constituem-se numa trama de toda a coletividade. Deste modo, para, Tönnies ([1887]/1947)¹⁶¹, as relações sociais, podem ser de dois tipos: a *vontade essencial*, compreendida pela tendência básica, instintiva e orgânica, que dirige a atividade humana; e, a *vontade arbitrária*, propositada, que determina a atividade humana em relação ao futuro. Na *vontade essencial* estaria o desejo, no plano da atividade vegetativa do organismo; o hábito, relação do organismo com o mundo exterior, no plano das atividades; e, a memória, traduzida na capacidade de reproduzir atos próprios para atingir fins específicos, ao nível das atividades mentais. Já a *vontade arbitrária* se apresenta na forma de reflexão, julgamento da intenção ou da finalidade; na forma de conveniência, justificando a finalidade; e, na forma de conceito, significante geral ou racional dos objetos ou fins.

¹⁶⁰ WEBER, M. 1996. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 2ª ed., 10ª reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. p. 21.

¹⁶¹ Em sua obra principal *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidades e Sociedades), escrita em 1887.

De fato, para Tönnies (*op. cit.*) que comungava da concepção aristotélica, na qual o homem é um animal gregário, de modo que as ações oriundas das vontades e forças, no sentido de conservação, formam uma união, que ao ser dirigido pela vontade natural caracterizaria a comunidade [*gemeinschaft*]. Porém, se essa vontade for guiada, além daqueles determinantes “orgânicos”, por outras representações ideais sobre os homens e o mundo ao seu redor, assumindo um caráter deliberativo e arbitrário ela caracterizaria a sociedade [*gesellschaft*]. A luz das diferenças entre esses dois tipos de vontades, ou melhor, das diferenças entre comunidade e sociedade propugnada por Tönnies, percebe-se que são vontades de natureza opostas.

Essa pioneira obra de Tönnies influenciou outros sociólogos de sua época. Notadamente, Simmel, que através de sua principal obra¹⁶², verificou a relação indivíduo – sociedade, preocupando-se, não só em compreender a sociedade, mas em delimitar e organizar a abrangência do tema, no debate sociológico. Assim, para Simmel (1983) “*a sociedade não é algo estático, acabado, e sim, algo que acontece, que está acontecendo*”. Seu objeto são esses processos sociais num constante fazer-refazer, delimitados, a partir de uma construção, conhecendo-o pelo fragmentado sobre a realidade histórico-social, possibilitando a cientificidade do conhecimento. Isso denota a intrincada relação dos objetos da sociologia com a psicologia, como se verá mais adiante na abordagem sobre as representações sociais. Com isso, todas as culturas possuem instituições e normas formais que conduzem, de uma parte, à individualização, e de outra, à socialização.

Numa visão contemporânea Freund (1980), referindo-se a Simmel, diz que o mesmo o fez de forma sutil e estética, culminando no lançamento das bases a uma *formalidade sociológica*. Então, diz-se que Simmel percebeu que os *indivíduos* agem por diversos motivos, interesses, vontades, poder, etc. Que os *indivíduos* se explicam, além do próprio referencial, isto é, pela interação com outros indivíduos, influenciando-os ou sendo influenciados, no sentido de cooperar ou competir, no grupo social com que se relaciona. Por isso, Simmel dava bastante crédito à psicologia, pois a sociologia, por si só, não explicava completamente a atitude relacional concreta e particular do indivíduo dentro de um grupo.

Além disso, para Rammstedt & Dahme (1998), em “*Reflexões sobre a construção de teorias em Durkheim, Tönnies, Weber e, especialmente, Simmel*”¹⁶³, referindo-se ao objeto da

¹⁶² *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung* [1908] (Sociedade: Exame sobre formas de socialização).

¹⁶³ RAMMSTEDT, O.; DAHME, H. J. *A modernidade atemporal dos clássicos da sociologia*. In: SOUZA, J.; ÖELTZE, B. (org.). **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Ed. UnB, 1998. pp. 191–223.

Sociologia e sua legitimação que, enquanto ciência, abandonou a “sociedade” como categoria diretriz da sociologia, e veio radicalizar a questão na relação indivíduo/sociedade. Neste aspecto, Simmel parte da noção de “sociação” [*Vergesellschaftung*], pelo fato, dessa, melhor exprimir, o caráter dinâmico e inter-relacional da vida social. Além disso, Simmel¹⁶⁴ *apud* Freund (1980) aprofundando essa idéia de *sociação*, a descreve como: “*forma que se desenvolve de mil maneiras diferentes, na qual os indivíduos constituem uma unidade à base de seus interesses ou ideais, conscientes ou inconscientes, temporários ou duradouros, determinados por uma causa ou um fim, na qual realizam esses ideais*” (In: BOTTOMORE & NISBET, 1980, p. 217). O processo de *sociação* indica, pois, a capacidade de viver em grupo, de forma ambivalente: que, de uma parte, reprime a individualidade; e, que de outra, favorece a acomodação no grupo.

Fato é que Simmel (*op cit.*) analisando o papel do indivíduo em sociedade, entende que esta só existe como resultado das ações e reações dos indivíduos, que interagem reciprocamente e incorporam elementos sociais. Esta interação, dada através de trocas cotidianas entre os indivíduos, levando à construção de uma unidade denominada por Simmel de *sociação*. Portanto, *sociedade* só é possível pela existência de distintas formas de *sociação*. São exemplos dessas condições formais: i) a *determinação quantitativa dos grupos*, que influem na sua organização; ii) o processo *dominação-subordinação*, interação entre dominante e dominado, entre autoridade e liberdade de aceitação do subordinado; iii) o *conflito*, forma de *sociação* necessária à vida e à manutenção do grupo, como mudança de uma forma de organização para outra, através da *competição*. Assim, via a sociedade com uma dupla significância: como um complexo de indivíduos sociados, constituindo a realidade histórica; como a soma daquelas formas de relações sociais pelas quais surge dos indivíduos, a sociedade.

Prosseguindo os estudos de Tönnies, contemporaneamente, Norbert Elias percebeu em princípio, o caráter instrumental dos conceitos e seu desenvolvimento, a exemplo dos relacionados ao *indivíduo* e *sociedade*, como havia discutido Simmel, elucidáveis no âmbito da *Sociologia dos Processos*, no aspecto do *Desenvolvimento Social*. De fato, Elias (1989) vai além da discussão conceitual. Investiga a problemática da relação indivíduo – sociedade, a partir de seus estudos sobre o *Processo Civilizador*¹⁶⁵, entendendo, portanto, que as relações entre sociedade e indivíduo devem ser dotadas de liberdade, vontade e motivação, rompendo

¹⁶⁴ Reproduzido de SIMMEL, G. *Soziologie*, p. 5. In: __. *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. 5ª ed., Berlim: Duncker & Humblot, 1968. p. 4-21.

¹⁶⁵ Especialmente no segundo volume “Formação do Estado e civilização”.

com o determinismo e causalidades mecânicas. Para tal, trabalhou com um universo simbólico dos sujeitos envolvidos na ação social, o qual se manifesta através das chamadas *configurações* ou *habitus*: formulações que, muitas vezes, resultam da interiorização do mundo exterior, uma marca que a sociedade imprime na personalidade dos sujeitos (indivíduos).

Mas é através da obra “*A Sociedade dos indivíduos*”, que Norbert Elias levanta uma questão central: “*A relação entre a pluralidade de pessoas e a pessoa singular a que chamamos de ‘indivíduo’ e da pessoa singular com a pluralidade?*”¹⁶⁶ É a partir dessa inquietação, que discute essa relação de pluralidade/singularidade. Ele nos traz, portanto, de forma objetiva, primeiro a importância do tema a Sociologia; depois, a tese de que os *indivíduos* e a *sociedade* não são entidades estanques, mas com perspectivas diferentes de uma mesma instância; e, finalmente, as mudanças na maneira como as sociedades são compreendidas, nominada por Elias de *habitus* social. Nesse pressuposto, para Elias (1994), sociedade seria: “... *como sabemos, que somos todos nós; é uma porção de pessoas juntas. (...)*”. Perguntando: “*Que tipo de formação é essa, esta ‘sociedade’ que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos?*”¹⁶⁷. Por último, Elias (*op. cit.*) ainda vê esta relação como coisa singular e, para entendermos tal relação [social], devemos pensar na estrutura do todo, para compreendermos a forma das partes. Devemos pensar em termos de *relações* e *funções*. Uma clara compreensão da relação indivíduo – sociedade, que é dada quando incluímos também o processo de individualização na teoria da sociedade, permeada por inúmeras ações e relações desenvolvidas pela sociedade.

Contudo, já há sinais inequívocos de que as pessoas começam identificar-se com algo além fronteiras, de que a identidade de grupos-nós se deslocam, mesmo de forma embrionária, para o plano coletivo. Isso nos referencia a construção da noção de território, a ser descrita mais adiante, antes da exposição do perfil geral do lócus pesquisado, propiciando dessa maneira uma abordagem multifuncional do território, permeada por inúmeras ações e relações. Portanto, esse breve resgate teórico-conceitual sobre as relações sociais ou *sociação* dos indivíduos, serve como suporte epistemológico do item seguinte – as relações sociais no território –, representadas por *múltiplas* configurações.

¹⁶⁶ Frase inicial escrita no *Prefácio*, p. 7. ELIAS, N. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. pp. 7-9

¹⁶⁷ ELIAS, N. *op. cit.*, p. 13.

2.2 – *As relações sociais no território*

A princípio, a luz das informações sobre os aspectos históricos, socioeconômicos, culturais e ambientais apresentados nos dois capítulos anteriores, as *relações sociais* no âmbito das famílias camponesas do semi-árido estiveram relacionados a processos de dominação ou de busca de autonomia. Assim, no aspecto que identifica o ambiente em questão – a semi-aridez – e tudo que deste decorrem, permite-nos apontar, que as relações sociais sempre estiveram pautadas numa concepção de enfrentamento, ou seja, de que o ambiente podia ser “domado” pelo homem, num estado “*de interesses por motivação racional*” ajustado “*a valores e fins*” (WEBER, 1986), numa trama de “*vontades*”, sobretudo das “*arbitrárias, deliberadas, propositadas, de atividades humanas, na forma de conveniência, justificando racionalmente um objeto ou fim*” (TÖNNIES, 1947).

Por outro lado, viu-se que essa peculiaridade histórica e ambiental determina “*o ritmo de vida da região*” (GARCIA Jr., 1989) dos camponeses, anteriormente descrita por Andrade (1947), ao referir-se sobre a problemática sociológica das secas, para os que habitavam no semi-árido. Para esse último autor, uma relação pautada na convivência e autonomia em relação ao ambiente, que fora totalmente substituída pela autoridade e sujeição. Estas duas últimas, representadas, respectivamente, pelos colonizadores, na figura dos jesuítas catequistas, sobre as tribos, depois dos donos de terras sobre os trabalhadores (meeiros e/ou moradores). Na primeira situação ocorreu um total desmantelamento das harmônicas relações, que havia internamente nas comunidades indígenas, por uma ordem de obediência a harmonia, traduzidas num conjunto práticas¹⁶⁸ de solidariedade, principalmente, daquelas voltadas a conviver com as condições ambientais. Na segunda, ao contrário, gerou, posteriormente, busca por autonomia, muito bem esclarecida por Garcia Jr., ao descrever as estratégias de reprodução e transformação social dos camponeses, ocorridas na região do *Brejo e Agreste Paraibano*, temporalmente paralela à “modernização” da agricultura no Nordeste.

Mencionou-se no *Capítulo III* toda a trajetória histórica de ocupação do semi-árido e, em seu rastro, um conjunto de *atividades* e de *relações sociais*, que se podem denominar, na perspectiva teórica de Marx, de *relações de produção*. Trata-se de atividades produtivas,

¹⁶⁸ Como o exemplo da prática indígena do “moquém”, que consistia na salga e rápida desidratação da carne da caça ao sol, abundante no período chuvoso. Esse processo garantia a conservação da carne por longo período, especialmente durante os períodos de estiagens ou de seca mais prolongada, quando a caça tornava-se menos abundante; Depois utilizada pelos portugueses, na conservação do pescado, que levavam como mantimento, durante as inúmeras ‘entradas’ exploratórias do semi-árido. Posteriormente, veio dar origem a tradicional “carne de sol”, produzida a partir da carne bovina (ANDRADE, *op. cit.*).

primeiro da pecuária, seguidas da algodoeira e sisaleira, apontadas por serem ou terem sido importantes, por determinado período, no território estudado¹⁶⁹. Destas atividades surgiu um intrincado conjunto de relações, sobretudo, de poder, que em sua maioria permaneceram. Nem mesmo os processos de “modernização” da agricultura foram capazes de destruir formas arcaicas de relações de produção, que tiveram como cúmplices o Estado, que sempre soube compatibilizar os imperativos da acumulação com as necessidades de legitimação¹⁷⁰.

Esse conjunto de atividades agropastoris, que de início era dotado de interesses puramente mercantis, tinha como pano de fundo um processo de dominação-subordinação, de um todo organizado existente (das pessoas, da Caatinga inóspita, etc.). Mesmo depois, com o surgimento dos primeiros agrupamentos sociais organizados, dando origem as comunidades (cidades) hoje existentes no semi-árido, persistiram em relações sociais de permanente *domínio e poder local*, muito bem expressadas por Marcel Bursztyn¹⁷¹. Isso se deu devido à impossibilidade do governo da colônia manter o poder sobre esses senhores de terras, adotando a estratégia da coexistência pacífica, materializada na omissão do poder público em nível local, em troca de apoio local às suas ações centrais, resultando no surgimento de um mandonismo, de caráter autoritário-paternalista, típico na maioria das relações sociais existente no semi-árido. Segundo Bursztyn (1984) esse paternalismo,

“... funciona como instrumento (...) de legitimação dos Coronéis. (...), porque se apresenta como mecanismo (...) na consolidação das relações de dependência que subordinam os trabalhadores, aos caciques locais, tanto ao nível econômico (via endividamentos externos resultantes do sistema de ‘adiantamentos’ que historicamente funcionam como financiamentos à pequena produção) como social (via relações de compadrio, que unem, de forma subordinada, minifúndios a latifúndios)” (BURSZTYN, 1984, p. 20).

Nessa relação entre o Estado e o poder local, Bursztyn (*op. cit.*) destaca como tendo sido, também, o instrumento-chave aplicado a um jogo de interesses que muitas vezes poderiam estar em antagonismo, mas que serviam como uma espécie de freio a possíveis movimentos de autonomia de alguns setores agrários, sobretudo dos pequenos agricultores. Nesse aspecto, cabe lembrar Oliveira (1977), ao explicar o processo de criação da SUDENE, como tendo sido também uma forma de arrefecer pressões políticas em busca de autonomia e evitar o choque frontal com movimentos populares, integrando, de forma subordinada, à

¹⁶⁹ Referenciadas principalmente em: Andrade L. (1947), Pinto (1977), IBGE (1996), Moreira & Targino (1997), Andrade M. C. (1998) e Rodriguez (2002).

¹⁷⁰ Como exemplo, os princípios e “ações públicas” implementadas, descritas no capítulo IV, pp. 113-14.

¹⁷¹ BURSZZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

estrutura econômico-social do Nordeste a uma nova ordem burguesa industrial comandada pelo capital. Dessa maneira, para Bursztyn o poder do Estado no Nordeste configurou-se de forma autoritária por omissão ao autoritário ativo¹⁷², que pode ser exemplificado pela ação institucionalizada do crédito, dirigido a grandes investimentos, da pecuária, do algodão, àqueles que conseguiam se adequar a mudança de alguns aspectos da organização social e técnica da produção, igualmente impostas pelo processo de “modernização” da agricultura. Isso acabou excluindo a grande maioria dos camponeses familiares¹⁷³. E como se não bastasse, enquanto intervenção dominante do Estado surge à figura do cooperativismo, ao que chamou de “filho predileto do Estado”, controlando a forma organizacional dos produtores, contra possíveis desvios dos objetivos capitalizantes na agricultura. Uma espécie de direcionamento interno nas cooperativas, imposto por lei, que também impôs uma interdependência setorial, na mais fiel educação/doutrinação cooperativista e de evolução do capitalismo¹⁷⁴.

Essa chamada “modernização” da agricultura, segundo Bursztyn¹⁷⁵, gerou profundas mudanças nas relações de trabalho, tão perversas quanto às inicialmente existentes. O exemplo da “pecuarização” nas décadas de 1970/80, que impôs além da diminuição das áreas destinadas à produção de alimentos, uma diminuição nas ofertas de empregos agrícolas, funcionando, também, como fator de expulsão demográfica no meio rural. Foi semelhante no âmbito da atividade algodoeira, que teve uma gradativa substituição do algodão do tipo “arbóreo” pelo tipo “herbáceo”. O primeiro, mesmo sendo típico do latifúndio, permitia aos meeiros e/ou moradores produzirem, consorciadamente, culturas alimentares (feijão, milho e mandioca). O segundo, típico da “moderna” produção, passou a ocupar basicamente mão-de-obra assalariada sazonal, contribuindo para o processo de expulsão dos pequenos agricultores do campo, sem considerar o complexo jogo de relações sociais, que desse processo decorrem.

Um típico exemplo desse jogo de *relações sociais*, que atua de forma dominante sobre um dos meios de produção – a *força-de-trabalho* –, muito bem destacado por Andrade (1998), está relacionado à atividade da pecuária¹⁷⁶. Esse autor refere-se, especificamente, ao de cultivo da Palma forrageira, que dá suporte direto a pecuária do semi-árido. Essa espécie vegetal, dadas às condições climáticas locais, se revelou muito adaptada e uma excelente

¹⁷² BURSZTYN, *op. cit.*, pp. 22-29

¹⁷³ *Ibid.* pp. 30-48.

¹⁷⁴ *Ibid.* pp. 49-69.

¹⁷⁵ *Ibid.* pp. 46-7.

¹⁷⁶ ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6ª ed. Recife: Editora da UFPE, 1998.

fonte de manutenção e até de expansão da pecuária. Na atividade de cultivo, os latifundiários mobilizam os moradores para os serviços de plantio, cuidados agronômicos e colheita. Segundo Andrade (*op. cit.*) esses “*moradores cultivam a palma por um período de até quatro anos, enquanto ela não dá corte (...) e suas culturas [de autoconsumo] sem qualquer emprego de capital por parte do proprietário; (...); o agricultor [morador] retira-se, deixando a terra e a palma ao proprietário*”¹⁷⁷. Daí em diante, o proprietário limita-se, esporadicamente, a pagar diária a esses trabalhadores (ex-moradores), mantendo-o numa forte relação de subordinação.

Nessa mesma linha de argumentação, Moreira & Targino (1997) reafirmam essa relação de subordinação, que exprime claramente *formas e relações de trabalho*, que não se ajustam às novas necessidades de acumulação capitalista na agricultura. Disso resulta, porém, além de um processo de expropriação a expulsão desses camponeses, corroborado pela modificação das estruturas produtivas locais. Isso ficou demonstrado no *Capítulo III*, quando se descreveu a retração da pecuária bovina a partir do fim dos subsídios. Nesse aspecto, Moreira & Targino (*op. cit.*) apontam o somatório de duas forças, atuando no sentido de reduzir o emprego rural e promover mudanças nas *relações de trabalho* no semi-árido. Referem-se à retração ocorrida no complexo algodão-pecuário. Na crise do algodão, desaparece a principal renda dos arrendatários, corroendo, em conseqüência, as possibilidades de sustentação dessa relação. Na crise da pecuária, com a redução dos rebanhos aliada às novas formas de produção (melhoria das forrageiras, por exemplo), também se enfraquece as relações de arrendamento, relacionadas ao uso do restolho dos roçados para a alimentação do gado no período da seca. Portanto, a conjugação desses dois fatores teria agido no sentido da redução do emprego rural e as relações de arrendamento.

Outro exemplo concreto de relação social de dominação ligado à importante atividade agropastoril da região, estabelecida entre aqueles que produzem e trabalhavam na atividade, e àqueles que detinham o controle dos processos de produção, deu-se na sisaleira¹⁷⁸. No trabalho de Saraiva (1981), sobre o sistema cooperativo sisaleiro da Paraíba - um estudo de caso sobre a Cooperativa dos Produtos de Sisal da Paraíba Ltda. (COOPERSISAL) -, é demonstrada a trama de relações, no âmbito da atividade. Para a autora, “*um esquema de*

¹⁷⁷ ANDRADE, M. C. (*op. cit.*), p. 158.

¹⁷⁸ Que durante a atividade de coleta e pré-beneficiamento das folhas da planta atuava com uma equipe de trabalhadores em cada ‘motor de colheita’ do sisal é composta por 8 pessoas: 2 *cortadores* da folha do Agave na lavoura; 1 *cambiteiro*, que faz os feixes de folhas e transporta, em lombo de burro, ao local do motor; 2 *puxadores*, que trabalham diretamente na máquina de desfibragem da folha; 1 *bagaceiro*, que retira o bagaço da fibra e pesa a fibra processada; e, 1 *entendedor*, que coloca a fibra para a secagem. Esta função, muitas vezes é executada por mulheres e/ou crianças. Todos ganham por produção e os riscos de acidentes são enormes e ocorrem com frequência (SARAIVA, 1981, pp. 69-70).

poder das frações da classe dominante que se dedicam à exploração do sisal, (...), que acarreta profundas mudanças na produção e reprodução das relações sociais”¹⁷⁹, que se resumiu no uso da filosofia cooperativista, “*para atrair um bom número de pequenos produtores e, por conseguinte, apropriar-se do seu sobretrabalho*”¹⁸⁰, tendo o Estado como ‘mediador’, com a “*função de fomentar as condições para a acumulação de capital, (...)*”¹⁸¹.

Sobre esse exemplo, referendando, inclusive as conclusões de Saraiva, é importante, também, destacarem-se as observações de Moreira & Targino (1997), ao descreverem sobre o processo de formação e evolução da organização do espaço agrário paraibano (da conquista do território nos anos 60 do século XX), quando afirmam que a atividade sisaleira contribuiu, significativamente, para a monetarização das relações de trabalho na agricultura do Semi-Árido Paraibano. Essa constatação se baseia em Moreira (1990) que já havia pesquisado, anteriormente, e observado que a cultura sisaleira teve um rápido crescimento, sobretudo após os anos de 1950, em detrimento de outras lavouras de subsistência, sobretudo nas médias propriedades, incluindo aquelas de pecuária, enfatizando que

“houve, portanto, uma conquista de terras às outras culturas por parte do sisal. Na medida em que este passou a ocupar terras dedicadas às culturas de subsistência, contribuiu de um lado, para o declínio do sistema de aforamento e parceria e de outro lado, para a expansão das formas assalariadas de trabalho. Com efeito, via de regra, exploração do agave é efetuada com mão-de-obra assalariada que é remunerada pela produção realizada” (MOREIRA, 1990, p. 16).

Em semelhante linha de compreensão das relações de trabalho, porém na atividade produtiva do algodão, Andrade (1998) destaca como tendo sido “o surto algodoeiro no agreste”, na melhor sorte, uma atividade até mais democrática que a da cultura da cana-de-açúcar, já que os pequenos proprietários e moradores, também, podiam realizá-la e ao mesmo tempo criando uma importante relação com os pecuaristas que utilizavam a resteva da cultura como alimentação do gado no período de estiagem. Portanto, relações de arrendamento em moldes semelhantes ao adotado na cultura da palma forrageira, pautadas num conjunto de *objetivos e fins* (TÖNNIES, *op. cit.*).

Contudo, esse conjunto de exemplos de *relações sociais* pautadas, sobretudo na dominação, propiciou o surgimento de algumas formas de organização em busca da

¹⁷⁹ SARAIVA, I. **Cooperativa de sisal sociedade anônima**. Dissertação (Mestrado em Economia). Campina Grande: CME/CH/UFPG, 1981. (160 p.). p. 4.

¹⁸⁰ SARAIVA, I. *op. cit.*, p. 152.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 153.

autonomia. Ou seja, organizações surgidas em meio a uma oposição de interesses entre as famílias de trabalhadores e/ou moradores, colocando em jogo a naturalização das relações sociais nas áreas de cultivo e criação, tendendo a uma reprodução diferenciada do espaço agrário do Agreste (GARCIA Jr., 1989). Noutras palavras, uma expressão do campesinato chocando-se com o movimento de expansão da grande propriedade modernizada. Isso se deu, primeiro, face aos limites da dominação tradicional, seguido de estratégias de reconversão produtivas e diferenças de trajetórias sociais. Na primeira situação – o declínio da dominação tradicional – ocorrida não só por causa da crise dos setores produtivos (como do algodão, por exemplo), mas devida à concorrência entre os grandes proprietários; conseqüência, os deslocamentos de trabalhadores e moradores para as grandes cidades industriais ou a organização desses camponeses num novo quadro jurídico, sobretudo nas áreas de maior presença da figura do morador (nas áreas de engenho do Brejo) com a existência jurídica das associações de moradores, que serviu de modelo organizativo dos sindicatos para toda a região do Agreste. Na segunda situação – de reconversão produtiva – o ressurgimento da importância da agricultura, tanto nas atividades criatórias como de cultivo, voltadas para o autoconsumo sob a égide do modo de economia familiar.

É importante ressaltar que a conjugação dessas duas situações teve a marca da organização sindical. Moreira & Targino (1997) destacam no âmbito dos movimentos sociais no campo e das conquistas da classe trabalhadora, as campanhas trabalhistas dos trabalhadores assalariados na agricultura, na década de 1980 na Paraíba. Nesse cenário as organizações sindicais, organizadas na forma de “pólos sindicais”, substituindo tradicionais comissões de trabalhadores, como aquelas que ocorriam na atividade açucareira. Na região Agreste, esses sindicatos tiveram papel decisivo nessa mudança de estratégias, principalmente, nessa correlação de forças que dominavam as relações sociais locais.

A realidade atual desse sindicalismo, no âmbito das relações de produção contextualizadas no Semi-Árido, aponta no sentido de uma legitimação desse processo de organização social. Malagodi (2004) analisou essa trajetória de trabalho e mobilização dos agricultores familiares em torno da estrutura dos STRs, concluindo que há fortes elementos que configuram o surgimento de uma nova cultura sindical, diferente daquela pautada na década de 1970, quando esses STRs estavam centrados somente na mediação dos direitos trabalhistas (aposentadorias, indenizações trabalhistas, etc.). Para o autor em questão, o cenário pode agregar novos horizontes e novas parcerias, num amplo conjunto de relações sociais de autonomia. Nesse sentido, refere-se às atividades dos STRs em torno da

agroecologia, do desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao ambiente de semi-aridez, nas parcerias com organizações educativas, etc., reforçando a autonomia política e econômica do agricultor familiar. Mas para o avanço desse processo reitera-se a imprescindível participação das mulheres e dos jovens, que reforçam, igualmente, a autonomia dessas entidades sindicais.

Por fim, semelhantes formas de relações ocorreram noutras atividades por todo o semi-árido, assinalando muito bem as formas de acumulação capitalista. Foi assim com o algodão, com o sisal, e, ainda, o é com as atividades relacionadas à pecuária. Em meio a tudo isso, os camponeses familiares, em sua maioria, ainda, permanecem à margem desses processos sociais, marcados pelo sinônimo de “atrasados”, pelo fato de portarem um conjunto de *representações sociais*, a nosso ver, necessárias na compreensão deste ‘mundo rural’ da semi-aridez. É, pois, a essas representações, que a seção seguinte é dedicada.

3- As representações sociais

As inúmeras atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores do Semi-árido Paraibano, verificadas através da pesquisa de campo, concernem num conjunto muito complexo de representações sociais. Estas são sumamente importantes na compreensão das estratégias camponesas (COHEN & DUQUÉ, 2001), sobretudo daquelas relacionadas com o processo de *convivência* com a semi-aridez. Nesse pressuposto, torna-se necessário explicitar-las, favorecendo à construção epistemológica as *múltiplas funções*, que a agricultura familiar é capaz de desempenhar. Porém, antes de mencioná-las, cabe resgatarem-se algumas considerações teórico-metodológicas sobre as representações sociais desenvolvidas, inicialmente, por Émile Durkheim, e posteriormente, aprofundadas por vários outros estudiosos das ciências humanas.

3.1- Epistemologia das representações sociais

Estudando a sociologia da religião e a teoria do conhecimento, em sua obra “*Les formes élémentaires de la vie religieuse*” [1912], Émile Durkheim deu a partida científica e metodológica para a compreensão conceitual das *representações sociais*. Assim, para Durkheim (1995), os *conhecimentos empíricos* são aqueles em que a ação direta dos objetos suscita os espíritos, enquanto *estados individuais*, aplicados à natureza psíquica do indivíduo. As *representações* traduzem-se em *estados* da coletividade constituídas e organizadas à maneira morfológica de suas instituições religiosas, morais e econômicas. Afirmou existirem dois tipos de representações: uma individual e outra (coletiva) social, não podendo a segunda derivar-se da primeira, como não se pode deduzir o todo da parte, a sociedade do indivíduo.

Rodrigues (2005, p. 21) exalta a originalidade metodológica de Émile Durkheim que, ao manipular dados etnográficos conseguiu explicitar as representações coletivas, como sendo ações mentais simbólicas, representadas por uma realidade empírica, isto é, analisando religiões primitivas de vários grupos sociais australianos – no totemismo¹⁸² – Durkheim delineou as construções mentais humanas sobre a realidade e a concepção do mundo. Mesmo noutra época, noutra situação completamente diferente da existente no âmbito do presente estudo, considero com importantes essas constatações teóricas de Durkheim, por indicarem a morfologia social de determinadas sociedades. Dessa maneira, as representações resultam em uma intensa cooperação que se estende muito além do espaço e tempo, acumuladas sob a forma de experiências ao longo das gerações.

Então, olhando para a situação da pesquisa, baseado naquilo que se descreveu nos dois capítulos anteriores, principalmente no que diz respeito a algumas culturas mescladas com certos sincretismos, os sertanejos da região semi-árida possuem uma forte religiosidade e um conjunto de crenças. Nesse viés, os camponeses inserem sua experiência com o tempo através das chuvas e períodos de seca, com o ciclo das plantas, com a fisiologia reprodutiva dos animais, etc., numa visão religiosa de mundo. Um típico exemplo é o de que se costuma dizer: “*se terá um bom inverno, bom de planta,... se chover até, ou no dia dezoito de março, o dia de São José*” [dito popular da região]. Cabe acrescentar que a relação da fé com a incidência de chuva, em Durkheim (*op. cit.*) ao tratar de “*Sociedade como fonte do pensamento lógico*”, é um sistema de idéias, que correspondem a um determinado objeto (natureza, infinito, desconhecido, etc.), caracterizando tipicamente as representações de determinada sociedade. Por isso, essas representações têm a função de enriquecer o conhecimento, acrescentar às representações, fazendo os indivíduos agirem solidaria ou coletivamente¹⁸³.

Nessa linha de compreensão, Sell (2002) diz que Durkheim conseguiu, ao estudar os fenômenos religiosos, apresentar o que se pode chamar de “teoria sociológica do conhecimento”, a partir do sistema de classificação e ordenação dos seres no mundo. Portanto, as totêmicas, na compreensão *durkheimiana*, fornecem critérios de ordenação de

¹⁸² Émile Durkheim verificou que os seres eram classificados ou na esfera sagrada ou na esfera profana. Os entes ou objetos, que representassem o “*totem*” (objetos, plantas, animais, membros da tribo, partes do corpo, etc.) pertenciam ao mundo sagrado, enquanto o restante das coisas existentes relacionadas às atividades práticas e cotidianas da vida (economia, família, etc.) pertencia ao mundo profano. Nesse sentido, ao estudar as religiões Durkheim concluiu que elas envolvem tanto o cognitivo ou cultural (crenças), quanto o material ou institucional (ritos) da esfera sagrada. Assim, esses “*totens*” representavam não só um ser em particular, mas também todos aqueles artefatos que o imitam (como a imagem de um crocodilo em relação ao próprio animal, por exemplo). E, diante desse ser e de suas representações, os indivíduos tinham que adotar comportamentos religiosos (DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1995).

¹⁸³ Durkheim, *op. cit.*

categorização, a exemplo das categorias de pensamento humano, como a noção de tempo, de espaço, de gênero, de causa, de substância e de personalidade.

No âmbito da sociologia clássica, também, cabe lembrar que Émile Durkheim, ao trabalhar as representações coletivas, não deixa de tratar explicitamente as representações sociais, tratando-as como categorias de pensamento, através das quais, determinada sociedade expressa idealmente sua realidade. Nesse sentido, Minayo (2007, p. 90)¹⁸⁴ lembra que, em Durkheim, essas categorias são ligadas em *atos sociais* passíveis de observação e de interpretação, isto é, as representações sociais são um grupo de fenômenos reais, com propriedades e formas específicas. Portanto, conservam a marca da realidade social da qual surgem, com determinada estrutura social.

Em área vizinha da Sociologia, na Psicologia Social a *representação social* ganha uma teorização importante, desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet¹⁸⁵. Ao estudar a população parisiense na década de 1950, Moscovici (1989) examina as representações existentes em torno da psicanálise. Mesmo sendo noutra área do conhecimento e numa situação empírica totalmente diferente daquilo que se imagina existir numa sociedade (comunidade) rural, esse pesquisador foi capaz de concluir que os pesquisados assumiam valores escalares de positividade e de negatividade, materializados em termos de atitudes, mesmo antes de conhecer o objeto em questão (a psicanálise). De semelhante maneira, através desse exemplo prático pesquisado por Moscovici, imaginam-se as inúmeras representações, que podem estar internalizadas nas concepções dos camponeses, sobretudo daquelas relacionadas às crenças e mitos inerentes ao clima, a terra e aos animais.

Além disso, Moscovici (*op. cit.*) estudando a sociologia *durkheimiana* conseguiu, ao mesmo tempo, pensar como tal, bem como contra ele [Durkheim] a realidade social, isto é, conseguiu mostrar uma nova possibilidade, a da relação mais concreta do sujeito com o objeto. Portanto, contrariando a epistemologia do sujeito ou do objeto “puro”, a teoria das representações sociais centra seu olhar sobre a relação entre os dois. Sobre essa questão, Guareschi & Jovchelovitch (2007, p. 19) dizem que Moscovici deu-se conta do risco existente na teoria Durkheimiana, pelo fato de ela esquecer “*que a força do que é coletivo encontra sua mobilidade na dinâmica social, que é consensual, é reificado, mas abre-se permanentemente*

¹⁸⁴ Ver mais MINAYO, M. C. S. “*O conceito de representações sócias dentro da sociologia clássica*”. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVICHTCH, S (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

¹⁸⁵ Ver mais em JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, pp. 17-44.

para os esforços de sujeitos sociais, que o desafiam e se necessário o transformam”¹⁸⁶. Desse modo, se para Durkheim as representações individuais estão sob o domínio da psicologia e as representações coletivas da sociologia; para Moscovici, as coletivas, devem ser explicadas no nível da psicologia social, surgindo, a noção de representação social. Na seqüência, a teoria das representações estabelece uma síntese teórica entre fenômenos que, no nível da realidade, estão profundamente ligados. Há uma dimensão cognitiva, afetiva e social própria dessas representações, no processo de construção desses saberes que encontram uma base na realidade social.

Com isso, diz-se que há uma imbricada relação entre a Psicologia Social e a Sociologia, da mesma forma que há uma coesão entre *indivíduo* e *coletividade*. As representações são, portanto, fenômenos complexos que extrapolam categorias puramente lógicas e invariáveis. Organizam-se como um saber acerca do real, que se estrutura nas relações do homem com este mesmo real, “... *reconhecendo que as representações são ao mesmo tempo geradas e adquiridas,...*” (Moscovici, 1989, p. 82). Nesse sentido, se estruturam na significação atribuída aos objetos desse real, nas relações estabelecidas pelo homem; são princípios geradores de tomada de decisões/posições contextualizadas “*num conjunto de relações sociais e organizam os processos simbólicos que intervém nestas relações*” (DOISE, 1986, p. 84).

Posteriormente, Moscovici (1990), quando se refere ao peso valorativo das representações e na busca de uma explicação sociológica dos fenômenos sociais, relembra a lei *comteana*, pela qual a sociedade evoluiu de uma fase religiosa a uma fase metafísica e desta a uma fase científica. Para fixar essa idéia evoca a tendência alegada por Max Weber, para quem a sociedade moderna se orienta para uma racionalização econômica. Isto se dá sob uma forma burocratizada dos valores culturais, secularizando as crenças através da ciência. Ou seja, Weber elabora suas concepções, do campo das representações sociais, através de alguns termos como: “idéias”, “espírito”, “concepções”, “mentalidade”, muitas vezes, utilizado-as como sinônimos, quando se tratou de “visões de mundo”.

No entanto, quem avança epistologicamente, no conceito de representações sociais, delineando com mais precisão o campo de ação dessa teoria é Denise Jodelet. Assim, no âmbito das ciências sociais a definição mais consensual é aquela para quem “*As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e*

¹⁸⁶ GUARESCHI, P; JOVCHELOVICTCH, S. *Introdução*. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVICTCH, S (orgs.). **Textos em representações sociais**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2002, p. 22). Noutro trabalho sobre as representações essa autora já havia delimitado o desenvolvimento de uma teoria, concebendo a representação pautada em cinco características: o caráter ‘*imaginativo*’ e ‘*construtivo*’, que as fazem ‘*autônoma*’ e ‘*criativa*’ e, finalmente, sua natureza ‘*social*’, advindas de uma cultura comum¹⁸⁷. Além disso, as representações sociais estão sempre ligadas às práticas dos sujeitos, sejam elas individuais ou coletivas. Através dessas representações é possível estudarmos a emergência dos processos sociais, principalmente daqueles relacionados às mudanças de condutas. Essa compreensão pode nortear o entendimento da conduta dos agricultores.

Há também outra forma de interpretação do papel das representações sociais, que é através da dialética marxista, pois Marx & Engels ([1845-46]/2004) ao falarem da relação entre *as idéias e a base material* na obra “A Ideologia Alemã”¹⁸⁸, momento em que criticam a posição dos filósofos Neo-Hegelianos¹⁸⁹, apontam como categoria básica do pensamento a “consciência”, condicionada pelo modo de produção da vida material, premissa básica para o desenvolvimento das representações. Assim, percebem a enorme contradição existente entre as forças de produção, o Estado social e as idéias. Veja-se então que:

“A produção de idéias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As **representações**, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal com aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. São os homens os produtores de suas representações, de suas idéias, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações”¹⁹⁰. [grifo meu]

Com isso, tendo como categoria chave de idéias a *consciência*, reiteram que, ao contrário do que a apreçoava a filosofia alemã, são a partir, “*dos homens em sua atividade real, e, a partir*

¹⁸⁷ JODELET, D. “*Les représentations sociales: Phénomènes, concept et théorie*”. In: MOSCOVICI S. (ed.). *Psychologie social*. Paris: Press Universitaire de France, 1984. pp. 357-78

¹⁸⁸ MARX K; ENGELS F. “*Feuerbach: A oposição entre as concepções materialista e idealista – vol. I*”. In: **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

¹⁸⁹ Que “*criticavam tudo, substituindo tudo por representações religiosas ou proclamavam tudo como teológico*”. Assim, “*para os jovens hegelianos as representações, os pensamentos, os conceitos – em uma palavra, a produção da consciência transformada por eles em autônoma – são considerados os verdadeiros grilhões da humanidade (da mesma forma que os velhos hegelianos viam neles os elos verdadeiros da sociedade humana), e assim se torna evidente que os jovens hegelianos têm de lutar simplesmente contra essas ilusões da consciência*” (MARX & ENGELS, 2004, pp. 42-3).

¹⁹⁰ Marx & Engels, *op. cit.*, p. 51.

de seu processo na vida real, expõe-se, também, o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital”¹⁹¹. Apontavam que “*Não têm história nem desenvolvimento; mas os homens, transformam, a partir de sua realidade, também o seu pensar. Não é a consciência que determina vida, mas a vida é que determina a consciência*”¹⁹².

Contemporaneamente, esse debate foi visto por Pierre Bourdieu como algo que possui uma existência material, que no geral, são traduzidas em *atos e práticas*. Essa constatação de Bourdieu (2004) ampara-se naquilo que Marx & Engels já haviam alertado. Ou seja, de que as representações se estabelecem a partir do processo de produção da vida material. Além disso, no contexto das representações, Bourdieu buscando romper com o senso comum, que se pauta em um conjunto de crenças ou opiniões colocadas de forma impositiva ao espírito racional. Portanto, privilegiando o indivíduo e voltando às teorias que enfatizam a liberdade do sujeito, sem que esses sujeitos (os agricultores) venham orientar suas estratégias sócio-históricas, de forma indissociável, com um *ingrediente simbólico*¹⁹³. O problema do simbolismo das representações, segundo Bourdieu, passa por uma “retificação de perspectiva”, em que a sociedade é definida como um sistema de relações, e cada elemento traz uma contribuição para o todo. Ao tratar-se da “*Gênese e estrutura do campo religioso*”, a idéia de Bourdieu é que os sistemas simbólicos – a religião, a arte e a língua – possam ser veículos de *poder* e de *política*. Neste sentido, semelhante ao que Marx já havia afirmado, ou seja, que a religião cumpre função de conservação da ordem social, rumo a “legitimação” do poder, ou, ainda, como Durkheim havia percebido, isto é, a religião, enquanto representação cumpre “funções sociais” em virtude de sua eficácia simbólica.

Com efeito, Bourdieu (*op. cit.*) se propõe a analisar o mundo como um composto de estruturas que escapam à consciência dos agentes, coagindo-lhes as práticas e representações, e, concomitantemente, introduzindo a dimensão genética destas práticas. Ao rever as heranças clássicas e buscando conciliar a análise da realidade objetiva com a da subjetividade, Bourdieu dedica-se ao que chamou de “construtivismo estruturalista” (COSTA, 2005, p. 272). Isso diz respeito a esquemas mentais de percepção, pensamento e ação dos indivíduos, que denominou de *habitus*. O conhecimento de formações sistêmicas, também agem sobre os agentes, sem que os mesmos tenham consciência ou poder de intervenção. Estas formações, por Bourdieu denominadas de *campo*, possibilitaram explicitar as formas de representações

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 52.

¹⁹² *Id.*

¹⁹³ Sobre esse *ingrediente simbólico*, ver CASTORIADIS, C., 1982.

subjetivas, aproximando sua obra das tradições *durkheimianas*, ou como Corcuff (2001) afirma, ao descrever que

“Se da obra de Marx, Pierre Bourdieu tomou a noção de realidade social como um conjunto de relações de forças entre grupos sociais historicamente em luta uns com os outros, ele tomou, entre outras, da obra de Weber a noção de que a realidade social é também um conjunto de relações de sentido, que ela tem, então, uma dimensão simbólica” (CORCUFF, 2001, p. 56).

Além do pensamento de Corcuff, Bourdieu vê nas representações, o produto específico da posição que essas ocupam num espaço social; em que toda a ação humana envolve o uso da diversidade simbólica, pelas quais as estruturas sociais se legitimam e age sobre a realidade, como um símbolo, um poder constituído.

Por fim, para Bourdieu (2000), o poder simbólico constrói a realidade, que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do social) supondo aquilo que Durkheim chama *o conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. Nesse sentido, os símbolos são os instrumentos, por excelência, da integração social; instrumentos de conhecimento e de comunicação tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social, que contribui, fundamentalmente, para a reprodução da ordem social. Dessa maneira, todo esse resgate teórico sobre *representações* subsidia, a seguir, a descrição daquilo que se encontra em termos de *simbologias e ações*, internalizadas no estrato social do semi-árido.

3.2 – As representações sociais no território

Nesse item da seção, descrevem-se sucintamente algumas das muitas representações sociais existentes no território pesquisado. Trata-se de um conjunto de ações, aliás, um conjunto de *saberes e fazeres*, cotidianos, no âmbito dos camponeses do *Curimataú Ocidental*. Portanto, à luz dos referenciais teóricos, anteriormente, descritos, por nossa escolha, elencam-se três das principais representações – relacionadas ao *clima*, a *terra* e as *atividades produtivas* – existentes.

3.2.1- A seca e o “inverno” gerando significados

Inegavelmente, os camponeses do Semi-Árido Paraibano vivenciam uma permanente preocupação com a adversidade climática. A principal dela é com a falta de chuvas, predominante na maior parte do ano. Assim, devido à sazonalidade e escassez das chuvas

esses sujeitos desenvolveram, ao longo do convívio com essa característica climática, um conjunto de *normas* e *condutas*, que do ponto de vista sociológico se pode chamar de representações sociais, ou como Lopes de Andrade (1947) já havia dito que: “*não é sem certo espanto que vemos, sobretudo desse modo antológico, as ‘secas’ ainda vivamente influenciando no universo social do Nordeste interior, delas derivando representações coletivas, relevos peculiaríssimos do espaço social nordestino*” (LOPES ANDRADE, 1947, p. 16), para o qual, são mais importantes que o próprio fenômeno meteorológico em si [a seca]. De fato há inúmeras crenças, baseadas em alguns indicadores meteorológicos, que apontam essas condutas, principalmente daquelas relacionadas com as práticas agrícolas. Por exemplo: O início da estação das chuvas, bem com a intensidade das mesmas, acrescidos de alguns outros sinais naturais explicitados por manifestações biológicas de algumas espécies vegetais e animais, prenuncia a realização do plantio (da semeadura), apontando em direção a um prognóstico de safra.

Nesse sentido, um importante exemplo, em região vizinha e de características semelhantes as do presente estudo, foi o trabalho comparativo¹⁹⁴ da realidade agrária regional, realizado por Cohen & Duqué (2001), no qual explicitam a seca como uma importante representação social dos agricultores familiares. Nessa pesquisa, as autoras verificaram que as pessoas distinguem entre as chuvas, aquelas que permitem ou não a realização das atividades agrícolas, isto é, as que consentem ou não plantarem-se (semear) as culturas de subsistência, como o milho e o feijão. Além disso, na observação das autoras, há para esses agricultores uma variação conceitual para a palavra ‘seca’, dependendo da intensidade e intervalos desses períodos sem chuvas. Isso permite definir o grau de intensidade entre as diversas secas, isto é, de serem mais ou menos intensas. Esse parâmetro serve para os agricultores qualificarem a estação das chuvas, como sendo invernos ‘bons’ ou ‘ruins’. No sentido desse exemplo, as autoras ponderam que a análise do discurso dos agricultores sobre a seca e/ou a chuva, revela a complexidade das *representações* sobre o clima, a ponto da necessária e hierarquizada interpretação de diferentes categorias positivas e negativas. Dessa maneira, para os invernos ruins (que chove pouco e/ou irregularmente), os agricultores os denominam de “seca verde”. Esta fisionomia é indicada, sobretudo, pelas características botânicas da vegetação nativa permanente e aquelas que se desenvolvem anualmente. Os invernos são considerados bons,

¹⁹⁴ Entre duas comunidades rurais da Região do Cariri Paraibano – na aldeia do *Ligeiro*, caracterizada pelo sistema agropecuário tradicional e no povoado da *Ribeira*, produtora de alho irrigado, exemplo de tentativas de modernização da pequena produção nordestina. Ver mais em COHEN, M. & DUQUÉ, G. *Les deux visages du Sertão*. Paris: Éditions de l’IRD, 2001. (Collection à travers champs)

quando chove dentro da média, de forma bem distribuída ao longo da curta estação das chuvas, acumulando considerável reserva de água para as atividades produtivas.

Por outro lado, em face dessa representação ou significação imaginária dos agricultores é importante se resgatarmos também as considerações de Neves (1994), que discute as concepções imaginárias da seca¹⁹⁵. Para este autor trata-se de um imaginário instituído pela sociedade burguesa, frente à natureza inóspita, que propicia a construção de um universo de representações “*que, por um lado, através da separação entre sociedade e natureza e, por outro lado, elaborando noções de tempo útil e trabalho produtivo, transforma o controle da natureza (...) no centro das possibilidades de estabilidade social*”¹⁹⁶. Isso será verificando, a partir do *Capítulo VI*, quando é apresentada a síntese dos primeiros contatos (com os “atores sociais”) no locus da pesquisa e, posteriormente, no *Capítulo VII*, através da pesquisa junto às famílias camponesas.

3.2.2- A “terra” e seus vínculos

Outra forte representação é a *terra*, enquanto estabelecimento do núcleo familiar, no sentido do domínio de determinado espaço conquistado, adquirido ou herdado, ou seja, um conjunto de normas e condutas que perpassa gerações, pautado em regras, inclusive as do processo sucessório. Isso cria um forte vínculo, uma relação muito estreita com a posse da terra e com as atividades produtivas e do cotidiano sócio-cultural nela desenvolvidas. No entanto, do ponto de vista teórico, ao tratar da importância da propriedade jurídica da terra, no Brasil, não é um vínculo tão forte assim, como são aqueles seculares vínculos dos agricultores europeus¹⁹⁷. O que há em relação à propriedade da terra, é uma espécie significado de caráter simbólico, além daquele significado real de patrimônio, onde permeiam todas as relações socioeconômicas de produção da família.

Nessa simbologia da importância da terra, mesmo sendo uma concepção de forma majoritária entre os agricultores familiares ao ponto de afirmarem de que não se desfariam da terra para outra atividade, ainda perdura a questão econômica. Ou seja, venderiam a terra para adquirir outra maior ou de melhor qualidade. Isso demonstra um vínculo que a qualquer momento pode se fragmentar, principalmente quando questões econômicas comprometem o processo de reprodução do núcleo familiar. Prova disso pode ser confirmada, sobretudo na

¹⁹⁵ NEVES, F. C. **Imagens do Nordeste. A construção da memória regional**. Fortaleza: SECULT-CE, 1994.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 23.

¹⁹⁷ BRUMER, A; DUQUÉ, G; WANDERLEY, M. N. *A exploração familiar no Brasil*. In: LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. pp. 179-234.

região semi-árida, através da pesquisa comparativa realizada entre duas comunidades no *Cariri Paraibano*, bem próximas e com semelhante fisionomia a região averiguada no presente estudo. Nesse exemplo, as pesquisadoras Cohen & Duqué (*op. cit.*) demonstram que as representações sociais, relacionadas à natureza (ao espaço, a terra), modulam-se na ambigüidade entre uma visão de dominação, configurada pela visão de infinitude dos recursos naturais e de uso racional da natureza. Esta última, por vezes também desaparece com uma orientação comercial da agricultura, tomando como exemplo uma das comunidades estudada (dos plantadores de alho do Ribeira).

Considerando as *relações sociais* anteriormente abordadas, a conclusão das autoras foi de que: quando as relações sociais se fragmentam põem em jogo, igualmente, determinadas *representações sociais*, a exemplo dessa relacionada ao patrimônio da terra. Uma prova disso já havia sido constatada por Garcia Jr. (1989, p. 156), pesquisando as estratégias de reprodução camponesa no *Agreste Paraibano*, ao afirmar que: “*Os donos de ‘sítios’ pequenos vendem a propriedade que possuem, regra geral, quando, tentando escapar de viver ‘alugado’ (...) nas atividades dos grandes proprietários, e migram para o Sul*”. Isso é igualmente confirmado por Correia de Andrade (1998), em sua obra “*A terra e o homem no Nordeste: Contribuição...*”[1963], numa edição atualizada, ao reportar-se ao trabalho de pesquisa de Sigaud (1979), sobre a problemática da propriedade da terra entre os pequenos agricultores, trabalhadores oriundos das grandes explorações agropastoris. Com isso, a pesquisa de campo, no *Capítulo VII* buscou averiguar essa realidade e/ou outras situações referentes a essa importante *representação social* da agricultura.

3.2.3- A “criação”¹⁹⁸ e os seus fazeres

Uma terceira e importante representação são os animais ou as “criação”. Nesse aspecto, o camponês do semi-árido, dependente de alguns animais para a reprodução de suas atividades, desenvolve um forte vínculo com esses outros seres, que muitas vezes, ultrapassa objetivos econômicos. Cria-se, também, uma vinculação desses animais com a terra e desta, por sua vez, com os afazeres e o clima. De fato há uma intrincada relação entre homem e demais entes do espaço convivente. O exemplo mais típico de animal, utilizado como auxílio da força de trabalho, é o Jumento, que desde a ocupação do espaço semi-árido, vem sendo o “companheiro inseparável” das mais diversas atividades econômicas. Cabe salientar, no

¹⁹⁸ Geralmente o termo “criação” refere-se a todo e qualquer tipo de atividade produtiva animal. Para os camponeses da região, referem-se aqueles animais de médio porte como caprinos e ovinos. Além disso, os sertanejos chamam esses animais de “miúças”, que significa migalhas, miudezas (FERREIRA, 1986, p. 1143).

entanto, que esse animal, nos últimos cinco anos, vem perdendo progressivamente sua importância sócio-econômica, principalmente, como meio de locomoção e de transporte de mercadorias, ora substituído pela motocicleta. Essa constatação é uma realidade muito além do território pesquisado. Uma tendência da modernidade, corroborada com algumas melhorias estruturais, como a de acesso facilitado e melhora da renda, está última representada pelo acesso ao crédito (PRONAF) e a extensão de inúmeras subvenções sociais aos agricultores.

Outro exemplo, que representa muito para o ambiente semi-árido, é o caprino ou o “bode”. Tanto que é corrente a concepção, por quase todo o Nordeste, de que a atividade da caprinocultura é o que ainda assegura a sobrevivência das famílias camponesas no meio rural semi-árido. Isso se deve ao fato dessa atividade pecuária ser a mais adaptada às características edafoclimáticas apresentadas. Além disso, essa atividade produtiva propicia o acesso à economia monetária, já que a venda desses animais é imediata, principalmente, naqueles momentos mais urgentes (alimentação, saúde, etc.).

No âmbito das representações e simbologias, cabe acrescentar que essa atividade produtiva, construiu um conjunto de práticas e saberes, que hoje faz parte da cultura local e regional. E é nessa prática adaptada de *convivência* com o semi-árido, que se expressam inúmeras tradições culturais, a exemplo de eventos como à “Festa do Bode Rei”¹⁹⁹. Esse exemplo, mesmo sendo uma atividade sócio-econômica e cultural fora do território pesquisado, devido sua proximidade e expressão regional, enquanto *representação social* demonstra forte apreço para toda a sociedade regional. Serve, também, como expressão de uma identidade, que foi construída por essa atividade produtiva ao longo do tempo nesse processo de reprodução social no ambiente de semi-aridez.

Por fim, adverte-se que além desses exemplos de *representações sociais*, outros poderão, ainda, ser tratados, à medida que situações empíricas de representações forem aparecendo, quando da aplicação do questionário junto aos agricultores representantes da amostragem de campo. Da mesma forma, em relação à temática das *relações sociais* que a partir do próximo capítulo já venha a se caracterizar empiricamente, quando é descrita a síntese dos primeiros contatos “atores sociais” que atuam no território da pesquisa.

¹⁹⁹ A Festa do Bode Rei, realizada anualmente em Cabaceiras – cidade localizada a 60 km de Campina Grande, Cariri Paraibano – que além da expo-feira de caprinos e ovinos, o ponto alto é o artesanato em couro e gastronomia bodística, complementada pela ‘contagante’ cultura musical do forró “pé-de-serra”.

CAPÍTULO VI

A ABORDAGEM, O PERFIL E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO TERRITÓRIO

1- Introdução

Seguindo a metodologia adotada, antes da efetivação da pesquisa junto às famílias de agricultores, nessa etapa do estudo realizou-se uma discussão conceitual e do perfil geral do território definido como amostra. Isto propiciou, além de seguir semelhante a conduta de outras pesquisas realizadas no Brasil sobre a multifuncionalidade (de considerar o enfoque territorial no âmbito do debate de multifuncionalidade da agricultura), balizar informações gerais e concepções sobre as dinâmicas produtivas, que a amostragem iria, possivelmente, encontrar. Para tanto, primeiro, foi preciso realizar um resgate teórico-conceitual do território conexo com a multifuncionalidade da agricultura, capaz de auxiliar na compreensão e importância dessa dimensão, para o processo de *convivência* dos agricultores com o ambiente semi-árido. Depois, um sintético apanhado geral sócio-econômico do território amostra²⁰⁰, complementando o recorte de análise apresentado no *Capítulo III*. Por fim, uma síntese dos

²⁰⁰ Referente ao conjunto dos 4 (quatro) municípios selecionados, obtidos junto ao *site* do IBGE, objetivando de forma prévia, uma melhor compreensão das peculiaridades locais. Estes dados tiveram a contribuição técnica de sistematização do pesquisador do BNB, Edilúcio Gomes de Souza.

primeiros contatos realizados, no sentido de balizar as possíveis informações acerca da importância da agricultura para as famílias camponesas. Estes dados estiveram pautados em: informações gerais sobre o território, perfil sócio-econômico das famílias rurais, sociedade e manifestações culturais e políticas públicas²⁰¹. Para estas considerações, foram vistas observações gerais dos quatro municípios, complementadas por um conjunto de informações daqueles que se denominou “atores sociais”, envolvidos em trabalhos com os agricultores.

2- Território multifuncional: do conceito à abordagem

Na *Introdução* da tese, com referência aos procedimentos metodológicos explicitou-se que a pesquisa esteve centrada nas *famílias* e nos *territórios*, e que dentre os procedimentos analíticos, um deles seria o das políticas territoriais, como *referendum às múltiplas funções*, que a agricultura familiar camponesa é capaz de cumprir. No *Capítulo II*, quando foi revista toda a concepção e implicações teórico-metodológicas acerca da multifuncionalidade da agricultura no Brasil, em diversos momentos, também, se fez referências aos que abordam a questão territorial como elemento intrínseco dessa discussão (cf. MALUF, 2001; ROUX, 2001; CAZELLA, 2003, 2005, etc.). Já no *Capítulo III*, mesmo que para a caracterização do *locus* de estudo tenha se adotado a tradicional regionalização preconizada pelo IBGE, igualmente referiu-se a *território*, vez que um dos municípios estudados não só faz parte do *Fórum Territorial do Cariri*²⁰², como também as pessoas que se identificam nesse homônimo. Por último, não menos importante, na terceira seção desse capítulo, quando serão apresentadas as informações preliminares à pesquisa de campo, passará a se utilizar, daí em diante, somente a denominação *território* ao conjunto dos municípios da amostragem.

Diante de tudo isso, nessa primeira seção faz-se necessário esclarecer e aprofundar essa abordagem territorial e sua relação com o debate da multifuncionalidade da agricultura. Para tanto, primeiro, definições e concepções sobre *território*, situando o leitor acerca dos argumentos, que vão além de uma discussão setorial, envolvendo as *funções* da agricultura. Isto é, de uma *multifuncionalidade do território*, da qual a agricultura é integrante. Depois algumas referências dessa abordagem ‘multifuncional do território’, referendando essa afinidade entre ambos os debates acadêmicos. Isto é, do debate da multifuncionalidade da agricultura com o debate sobre território.

²⁰¹ E serviram para minimizar o desconhecimento do local por parte do pesquisador.

²⁰² Que tem a participação de municípios das microrregiões (*Cariri Ocidental, Cariri Oriental e Campina Grande*) e da microrregião do *Curimataú Ocidental* (o município de Soledade). Mais adiante estar-se-á analisando mais aprofundadamente essa distinção entre território administrativamente determinado e território culturalmente construído.

2.1- Definições e concepções

Inicialmente, tratado nas ciências naturais, território estabelecia a relação entre o domínio de espécies com sua determinada área física. Depois, incorporado pela geografia, território passa, primeiro ao espaço e aos recursos naturais, posteriormente a sociedade e ao poder. Somente agora, na contemporaneidade, é que outras áreas do conhecimento passam, também, a incorporar, nos seus debates, a idéia de território. Dentre essas a sociologia, a antropologia, a economia e a ciência política. De toda sorte, mesmo existindo uma gama de trabalhos e discussões acerca de uma definição mais adequada para *território*, sobretudo, no âmbito da geografia – espaço mais adequado dessa discussão –, não é demasiado ratificar aqui algumas dessas referências. Além disso, essa multiplicidade de conceitos, amparados, cada um, em distintas concepções ou correntes econômicas e/ou sócio políticas, muitas das quais em várias situações, nem sempre são cabíveis à compreensão das *múltiplas funções* que a agricultura é capaz de cumprir no processo de reprodução das famílias camponesas.

Mesmo não sendo prioridade, nesse momento, uma ampla revisão dessa diversidade conceitual de território, cabe referenciar aquelas abordagens que sinalizam para essa afinidade existente entre as abordagens da multifuncionalidade e de território. Por isso, além da clássica definição, de que *território* enquanto espaço físico, geograficamente definido e delimitado, servindo como parâmetro empírico e normativo para inúmeras ações humanas, sensato seria também lembrar, a existência, no âmbito da geografia, de outras definições, que se aproximam daquilo que a compreensão da *multifuncionalidade da agricultura* ou do *território*, exigem do ponto de vista sociológico. Nessa lógica, a primeira consideração sobre território a transcender e até contrapor a concepção Ratzeliana²⁰³ foi sugerida por Claude Raffestin, que fez o diferencial entre espaço e território, ou seja, diferente daquela concepção de espaço (superfície) apropriada pelo homem ou por um grupo, no sentido de uma interação homem – recursos naturais, que serviu por muito tempo, como conduta de poder estatal.

Diante disso, nessa nova concepção proposta por Raffestin (1993), território como *espaço*, simplesmente é o referencial ao patrimônio natural existente numa dada região, e como *território*, passa a ser a apropriação desse espaço pela atuação e ação social de diferentes atores, incorporando o jogo de poder. Noutras palavras, seria o conjunto de relações humanas, que se apropriam, de um espaço físico e simbólico, como processo de construção

²⁰³ Quando se diz “concepção Ratzeliana” está se referindo a Frederich Ratzel, que concebia território no contexto histórico da unificação alemã em 1871 e na instituição da geografia com disciplina nas universidades européias. Ver mais sobre essa concepção em (SCHNEIDER, 2004, p. 100-101).

social. No âmbito analítico do território, Raffestin defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias locais e regionais. Isto é, território, antes mesmo de uma noção geográfica, como algo jurídico-político, “controlado por certo tipo de poder”, pautado numa correlação de forças entre dominadores e dominados. Nesse campo de forças a análise da realidade social se mostra essencial na apreensão de estratégias de relações de poder.

Outras definições de *território* como: Um espaço governado (ANDRADE, 1995); Um ambiente de vida, de ação e de pensamento de uma comunidade (TIZON, 1995); Um espaço histórico e socialmente, associado aos processos de construção de identidade; (CIRAD-SAR, 1996); Uma construção social (MÉO, 1998); Uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades (ABRAMOVAY, 1998); Um espaço social construído de produção e interação humana, em que atuam relações de poder e dominação (HAESBAERT, 2002), englobam um conjunto de conceituações que ensejam chegar a um sentido mais próximo da sociologia do desenvolvimento.

Na linha desses dois últimos autores [Abramovay e Haesbaert], Schneider (2003) compreende território como a interação entre espaço e homem, ou seja, uma construção humana, que se assenta na definição das relações dos indivíduos com o espaço. No entanto, não recomenda o uso ou a adaptação pura e simples do conceito de território com fins normativos e operacionais às ações humanas. Para Schneider, esses conceitos requerem as devidas mediações e adequações, sob pena de que o entendimento sobre território fique, apenas, como unidade referencial, para um nível de operação e agregação dessas ações, sobretudo daquelas políticas de intervenção no espaço. Exemplo dessa observação é encontrado na conceituação adotada pelo MDA (2005), para o qual território é:

“O espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a cultura, a política e as instituições, e a população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MDA, 2005, p. 28).²⁰⁴

Em relação a essa conceituação adotada pelo MDA é importante salientar a questão das relações externas preconizadas por esses territórios rurais, relações estas que passam a permear a conduta de seus planejamentos e ordenamentos. Sobre isso, no mesmo artigo, de

²⁰⁴ MDA. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA, 2005 (Série Documentos SDT, 1).

forma bastante didática, Schneider (*op. cit.*) alerta para o, ainda, insuficiente esclarecimento dessas relações territoriais, com uma dinâmica social e econômica mais ampla, mesmo que já esteja incorporada, conceitualmente, à visão de que o território engloba diferentes setores econômicos (agricultura, indústria, serviços, etc.), superando, na maioria das vezes, a dicotomia rural-urbano. Por isso Schneider sugere as explicações de José Reis, como forma de resolver essa dificuldade relacional do território, pois, para Reis (1992), territórios são espaços de mediação e articulação entre o local e ambiente externo. Se assim não for, a noção de território acaba se restringindo a simples idéia de planejamento e ordenamento, enquanto função prática, sufocando a noção de local ou esfera endógena que ele deve ter. Isso levaria ao retorno da idéia ou noção de região, utilizada como mero sinônimo de espaço. E não é isso que a concepção sociológica de território tem evitado rumar.

Nesse resgate conceitual, não se podem excluir os estudos de Bernard Pecqueur, que de longa data vem pesquisando sobre essa problemática conceitual-metodológica de território, em busca daquilo que a geografia e a sociologia contemporânea têm exigido. Principalmente, porque busca analisar o processo de desenvolvimento, numa nova abordagem perfeitamente cabível às economias ditas periféricas (do hemisfério Sul), como é o caso da brasileira. Assim, para Pecqueur (2005), território deve ser encarado como algo construído, isto é, como resultado de um processo de construção pelos atores. Como algo constatado *a posteriori*, contrário ao que é, geralmente, postulado, institucionalizado e homogeneizado exogenamente (como região, distrito, província, etc.).

Em semelhante viés, Tonneau & Cunha (2005), pautam que todo o território “pertence” a um grupo social, como produto de um entrelaçamento de projetos individuais e coletivos, pautados numa negociação de interesses e conflitos. Nessa concepção esses autores entendem que território é um espaço diversificado de poderes e estratégias de gestão, ao que chamam, de forma simplificada, de “território-espaço de poder”. Além disso, ao se referirem a poder, exemplificam o semi-árido brasileiro, no qual as relações de poder ainda são permeadas por estratégias de gestão bastante distintas. Isso ficou patente no *Capítulo III*, quando se mostrou toda a trajetória ocupacional e, a partir dela, as atividades socioeconômicas, que apontam para a existência de outro tipo de concepção mais operacional de território, que denominaram de “território-espaço de projeto” (TONNEAU & CUNHA, 2005, p. 47). Este se dá, substancialmente, em torno de uma identidade consolidada ou em consolidação, em que seus integrantes, mesmo na diversidade, buscam o consenso em torno de uma atividade produtiva de desenvolvimento (da agroecologia, por exemplo).

Mesmo existindo uma visão minimalista sobre o rural, visto como espaço disperso, associado a processos de exploração agropecuária, o importante é a existência de uma visão territorial, capaz de influenciar as dinâmicas de desenvolvimento da sociedade, ou seja, nas políticas de bem-estar e sustentabilidade dos sistemas produtivos e reprodutivos rurais. Diz-se isso, por entender que a agricultura é apenas um dos fatores constituintes dessas sociedades, por sua vez assentadas no território.

2.2- A abordagem multifuncional de território

Como vimos no *Capítulo I*, as primeiras preocupações em torno dos verdadeiros e reais papéis reservados a atividade agrícola mundial, especialmente, na Europa, todas, sem exceção, levaram em consideração o espaço (o território) ocupado por essas atividades produtivas e reprodutivas das sociedades rurais. Tenham elas sido no viés da segurança alimentar; tenham sido no viés do ordenamento dos espaços agrários, no viés da integridade da paisagem, etc., fato é que o espaço territorial configurava essa pauta teórico-metodológica acadêmica e, também, de gestão de algumas políticas públicas. Prova disso é que na própria Lei de Orientação Agrícola, homologada na Europa de 1962, entre seus objetivos, já estava assegurado, a tarefa de “*efetuar o equilíbrio social e humano de certas zonas, que mereciam ser preservadas*”²⁰⁵.

Schneider & Tartaruga (2004) apontam que sempre houve uma clara preocupação instrumental e normativa nesse debate sobre território, que busca tê-lo como unidade de observação, atuação e gestão de planejamentos institucionalizados estatais. Citam como exemplo o programa *LEADER* na UE, o Programa de Empoderamento Comunitário nos Estados Unidos, as mesas de Concertação e dos Sistemas Locais de Produção Agrícola no Peru, de Produção Agroecológica de Frutas no Chile e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) do MDA no Brasil. Para os autores, todos esses programas, ao usarem a noção de território, buscam explicar o papel do espaço [social] como fator de desenvolvimento da sociedade.

Nessa mesma linha de entendimento, é importante ressaltar que nos próprios *Contrats Territoriaux d'Exploitation*, em 1999, já estava implícita a ligação a um “território”, como forma de participação dos atores (agricultores) e instâncias locais na definição das estratégias e dos encargos, que fariam jus às remunerações correspondentes. Inclusive dentre suas idéias-chave estava a do vínculo com um “território”, obedecendo, obviamente, às particularidades

²⁰⁵ LOA, Título IV, Artigo 27.

sociais e ambientais locais. Isso ficou demonstrado, anteriormente, no *Capítulo I* página 37, através, do Esquema interpretativo sobre o modo de ação pública do CTE. Ou como defendia o MAP francês: “*Uma nova aliança entre os agricultores e a sociedade*”. Sobre isso é importante mencionarem-se as observações de Remy (2002), que viu com a implantação dos CTEs na França, novos modos de governança nos espaços rurais, através das políticas territoriais. Estas políticas, por sua vez, passaram a recorrer mais profundamente à implicação dos atores locais, num processo de co-gestão entre o Estado e os agricultores.

Ainda sobre essa relação dos CTEs com a compreensão de território, ressalta-se a importância que a internalização do debate territorial trouxe e traz para a discussão dos papéis que a multifuncionalidade da agricultura é chamada a cumprir, principalmente quando recursos públicos, na forma de benefícios são alcançados pelos agricultores, sobretudo, pela unidade agrícola familiar. Através desses recursos (benefícios) tornava-se evidente a necessidade de uma abordagem conjunta ou única da multifuncionalidade da agricultura com a territorial, ou ainda, porque “*favorece a passagem do (desenvolvimento) ‘agrícola’ para o ‘familiar e rural’, olhados desde uma ótica territorializada*” (MALUF, 2002, p. 315).

Noutra produção acadêmica Maluf (2002a), aponta que a combinação de uma abordagem de tipo setorial, representada pelos produtos, com considerações numa dimensão espaço-territorial das atividades produtivas e das relações mercantis é o enfoque recente que o desenvolvimento rural tem buscado. Isso propicia, segundo Maluf, o estabelecimento das relações de proximidade ou distanciamento entre a produção e o consumo de alimentos, que se assenta em valores e identidades construídas no território, a exemplo daqueles produtos com denominação de origem, artesanais ou típicos da cultura local (territorial).

Fruto do intercâmbio de experiências em âmbito local, nacional e internacional e pela dinamização do diálogo amplo e aberto na busca da institucionalidade que demanda a nova ruralidade, os pesquisadores Echeverri & Ribero (2002, p. 117) também analisaram as políticas implementadas na América Latina, ao longo dos últimos anos, expressando a opinião de que a visão territorial é um dos fatores mais importantes no desenvolvimento rural. E é nesse contexto que a abordagem da multifuncionalidade da agricultura se agrega, partindo do princípio de que a agricultura incorpora outras funções do espaço rural (funções social e ambiental) e passa a ser notória a institucionalidade da abordagem territorial. É como descrevem os próprios pesquisadores, ao referirem-se às condições dessa institucionalidade territorial rural: “*No coração das mudanças ocorridas nas relações institucionais dos agentes sociais, encontra-se uma profunda e arraigada visão de território*”.

Diante disso, cada vez mais, é estabelecida uma abordagem, que não seja simplesmente setorial e sim territorial. Prova disso é que inúmeros pesquisadores e instituições vêm propiciando essa nova trajetória de debate. A FAO, por exemplo, desde a segunda metade década de 1990, insiste, de maneira crescente, na importância das atividades não agrícolas no meio rural, abrindo caminho ao debate territorial²⁰⁶. O *Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA)* vem divulgando, cada vez mais sobre a necessidade de uma política territorial à agricultura²⁰⁷. O Banco Mundial publicou, em 2005, um grande estudo sobre o tema, reconhecendo que a questão do desenvolvimento vai muito “além da cidade”²⁰⁸, isto é, de um desenvolvimento rural e territorial. Por último, no México, em 2006, ocorreu uma grande conferência internacional sobre desenvolvimento, envolvendo a temática territorial²⁰⁹.

Ao analisarem as atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro, Carneiro & Teixeira (2003), referindo-se à relação da pluriatividade com a multifuncionalidade da agricultura, entendem que o debate da pluriatividade remete, necessariamente, à noção da multifuncionalidade, por promover uma articulação inter-setorial a agricultura *stricto sensu* como outras importantes atividades desenvolvidas no espaço rural. Notadamente, entendem as autoras que

“A noção de multifuncionalidade da agricultura vem responder à necessidade de se perceber a agricultura familiar no contexto dos novos desafios que lhe são propostos pela interação contínua, e cada vez mais presente, entre práticas e valores sociais, culturais e econômicos diversificados. [...] que não reduz o agricultor a um mero *homo economicus*, movido exclusivamente pela sobrevivência e pela produção, mas que o vê como um ser social de múltipla inserção, sujeito a desejos e orientado por valores que não são reduzidos à lógica econômica” (CARNEIRO & TEIXEIRA, 2003, p. 24).

Sugerem, por conseguinte, que o debate da multifuncionalidade reorienta suas análises com vistas a formulações de políticas públicas para a população rural, nas condições multifuncionais que o território apresenta, incluindo diferentes categorias, onde a agricultura é apenas um dos elementos, nessas novas dinâmicas socioeconômicas das ruralidades contemporâneas. Dessa forma, romper-se-ia com a ótica setorial, anteriormente mencionada no *Capítulo I*, considerando, obviamente, toda heterogeneidade da agricultura familiar. Além

²⁰⁶ FAO. *El estado mundial de la agricultura y la alimentación; los ingresos rurales no agrícolas en los países en desarrollo*. Roma, 1998.

²⁰⁷ No *I Fórum Internacional Territórios, Desenvolvimento Rural e Democracia*, 16 a 19 nov., 2003, Fortaleza.

²⁰⁸ WORD BANK. *Beyond the City – The Rural Contribution to Development*. Word Bank Latin America and Caribbean Studies, 2005.

²⁰⁹ Seminario Internacional sobre *Desarrollo Rural y el Sector Agroalimentario – Estrategias del Futuro*.

disso, a incorporação de outras atividades desenvolvidas no espaço rural não, necessariamente, agrícolas, ao conjunto de atividades do grupo doméstico ou familiar, estaria contemplando o leque de funções que emanam da própria agricultura. Carneiro (2002) já sustentava que isso incrementaria as discussões sobre outros universos – social e cultural – dessas famílias camponesas. Com isso, o uso da noção da multifuncionalidade “*provoca um redirecionamento dos procedimentos analíticos de maneira a resgatar (e tornar visível) a condição humana*”²¹⁰ (e não apenas econômica) dos agricultores e suas famílias” (CARNEIRO, 2002, p. 9). [grifos meus]

Schneider (2003) lembra que a abordagem territorial vem ganhando rápido interesse em muitos países, inclusive no Brasil, notadamente, por aqueles ligados à formulação de políticas públicas. Quando diz isso, Schneider está se referindo à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA, que primou, a partir de 2003, em trabalhar sob ótica territorial. As razões para essa opção institucional de política governamental, na opinião de Schneider são: primeiro, em decorrência do esgotamento teórico e prático da abordagem regional, que evidencia os limites da noção de região, como unidade de referência às políticas destinadas a promoverem o desenvolvimento rural; segundo, pelo crescente questionamento da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica (alguns segmentos do agronegócio, por exemplo), desenvolvidos muito mais pela lógica de finalidade do que de escala.

De maneira mais elucidativa sobre as razões que favoreceram a abordagem territorial, Schneider explica que a primeira razão – noção de região – não estava conseguindo mais refutar a vasta literatura, que lá muito já indicava o anacronismo da idéia de que o desenvolvimento se restringe ao crescimento. Para a segunda razão – a dinâmica setorial – as explicações, amparadas em concepções mais neoclássicas, já não estavam conseguindo explicar, satisfatoriamente, o desenvolvimento econômico e o papel das externalidades, que levam à evolução ou ao atraso de determinadas regiões.

²¹⁰ Ao destacar “*condição humana*” cabe lembrar-se da esclarecedora obra de Hannah Arendt, para a qual se trata de “*algo mais que as condições na qual a vida foi dada*”. Nesse sentido, para essa autora, os homens, enquanto seres, “*são condicionados*”. Assim, tudo aquilo que ele (o homem) toma contato, “*torna-se uma condição de existência*”. Além disso, para Arendt, através da expressão *vita activa* designa as três fundamentais atividades humanas: *labor*, *trabalho* e *ação*. Elas correspondem à condição básica de mediação da vida humana na terra. Então, *labor* corresponde ao processo biológico do corpo, mediado pela própria vida; *trabalho* é o artificialismo da existência humana, condicionado pela mundanidade; e, *ação* são as atividades/atos exercidas (os) entre os humanos sem a mediação material, a exemplo da política. Além do mais, para Arendt, há uma relação entre estas três condições da existência humana. O *labor* assegura a sobrevivência; o *trabalho* e seu produto emprestam certa permanência/durabilidade à vida e ao caráter efêmero do tempo; e, a *ação* ao empenhar-se na preservação dos corpos políticos, cria uma condição histórica à vida. Em suma a *condição humana*, diferentemente da natureza humana é, pois, a soma total das atividades e capacidades humanas. (ARENDR, 1995, pp. 16-18).

Diante disso, reemerge a idéia de território, pautado na valorização da participação dos atores, da sociedade civil, ONGs e os próprios beneficiários (os agricultores), porém, diferentemente daquele conteúdo geo-político da definição de Estado-Nação (ELIAS, 1994). Dentre as justificativas apresentadas pela SDT, ao elaborar um conjunto de referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável, está

“A importância da agricultura familiar e do acesso à terra como dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo, mas também compreender que uma nova ruralidade está se formando a partir das múltiplas articulações intersetoriais que ocorrem no meio rural, garantindo a produção de alimentos, a integridade territorial, a preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura e a multiplicação de oportunidades de inclusão” (MDA, 2005, p. 10).

É importante considerar, ainda, que a abordagem territorial, em meio à heterogeneidade identitária dos diferentes territórios, busca resultados nas soluções que contemplem uma combinação das quatro dimensões do desenvolvimento sustentável, ou seja, econômica, no sentido de propiciar articulação dos recursos locais às capacidades de gerar trabalho e renda; sociocultural no sentido da promoção de equidade social, através da participação dos cidadãos nas estruturas de poder, tendo como referência à história, os valores, a cultura e o respeito à diversidade do território; político-institucional, no sentido de permitirem a construção de políticas territoriais negociadas; e, ambiental, dentro do princípio da sustentabilidade, propiciando a gestão responsável dos recursos naturais. Isso, de fato, vai ao encontro das múltiplas *funções* que a agricultura e todas as atividades ligadas a sua extensão são capazes de concretizar. Por isso, outro importante propósito nesse enfoque territorial é a *coesão territorial* como: expressão de espaços, recursos, sociedade e instituições imersas em regiões, nações ou espaços supranacionais, que os definem como entidades culturais, política e socialmente integradas.

Nessa ótica e a luz daquilo que foi descrito no *Capítulo I*, de que os espaços rurais devem ser espaços de vida, de modo de vida (WANDERLEY, 2001), espaços integrados, específicos e diferenciados, levando em conta as *representações sociais* a respeito do meio rural (WANDERLEY, 2002), necessariamente, territoriais (VEIGA, 2002), desempenhando um papel de coesão social (CAZELLA, 2002), é que a abordagem multifuncional do território ganha um ingrediente chave – o da construção, da participação e da gestão coletiva – para as ações voltadas à reprodução social de seus atores (os agricultores). No entanto, a realidade prática acaba tendo outro desfecho, ou seja, o incremento de um todo normatizado de

condutas das políticas públicas voltadas à implementação da concepção territorial. Basta ver-se a configuração que o MDA, através da SDT, vem dando aos territórios rurais, muito dos quais rompendo com essa lógica da identidade local, quando utiliza a palavra-chave *ordenamento* do espaço. Exatamente como aconteceu em alguns preceitos do CTE, que manteve o discurso do *setorial e normativo* de expressão das funções territoriais (ocupação territorial, economia local, reintegração, etc.), traduzindo vontades e interesses de políticas vigentes na Europa, para determinados espaços (setores) agrários.

Por isso, nessa abordagem multifuncional do território, guardadas todas as semelhanças dos diferentes locais²¹¹, é importante reportar-se a trabalhos acadêmicos que apontam em direção de uma ação coletiva local. Nesse sentido, tanto a proposta metodológica de estudo²¹² desenvolvida por Piraux (2003a) como o estudo empírico comparativo²¹³ feito por Sabourin & Djama (2003) apontam em direção à construção coletiva, a partir de um diagnóstico participativo dos atores em questão (os agricultores). Decorrente, primeiro da proposta, numa compreensão sobre a importância das *representações* dos atores locais e após um diagnóstico participativo, o trabalho de pesquisa realizado²¹⁴, apontou como resultado a construção de uma proposta coletiva local, propiciando o surgimento de territórios de projetos, “territórios construídos”, com práticas de concertação, baseadas na concepção multifuncional da agricultura. No segundo exemplo – comparativo –, que incluiu a situação do semi-árido brasileiro, fica reiterada a ação coletiva, através da gestão dos recursos e bens comuns²¹⁵ existentes no âmbito das atividades camponesas. Assim, nessa situação muito particular e restrita, esses dispositivos de apropriação, de redistribuição ou de repartição coletiva de meios de produção, necessários à reprodução familiar, funcionam através de relações não-mercantis, com base na ajuda mútua, a partir de regras de reciprocidade ou de redistribuição.

²¹¹ Refere-se às pesquisas realizadas na ilha *Réunion* (França) e no Nordeste brasileiro, relacionadas à multifuncionalidade da agricultura. Em ambos os casos, a trajetória histórica da agricultura deu-se com base na economia do *plantation*, voltados ao atendimento dos mercados internacionais. Lá e aqui a cana-de-açúcar, e de modo semelhante, aqui, as atividades algodoeira e sisaleira desenvolvidas na região da pesquisa de tese, descritas no Capítulo III, marcaram as *relações sociais* dos camponeses, descritas no capítulo anterior.

²¹² *Modèle de développement et identité des territoires dans les DOM insulaires (Réunion et Guadeloupe)*. In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité**. Paris, n. 02, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2003. pp. 63-6.

²¹³ *Approche de la multifonctionnalité de l'agriculture à travers deux exemples non européennes: Nordeste brésilien et Nouvelle-Calédonie*. In: **COLLOQUE INTERNATIONAL DE LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE D'ECONOMIE RURALE**, 2002, Paris. **Actes...** Dijon: Educagri Éd., Paris: SFER/Cirad, 2003. pp. 291-310.

²¹⁴ *Multifonctionnalité et action collective. Le cas de la mise en place du CTE Cilaos à La Réunion*. In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité**. Paris, n. 03, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2003. pp. 17-31.

²¹⁵ Os autores definem como *bens comuns* todos aqueles elementos de uso coletivo (terra, água, pastagens), e como *recursos* aqueles elementos específicos (equipamentos agrícolas, banco de sementes).

Posteriormente, Sabourin (2005a) reafirmou que esses dispositivos institucionalizados, também, asseguram funções sociais, econômicas e ambientais de interesse comum ou público como: segurança alimentar, preservação de recursos naturais (água, florestas) da biodiversidade (sementes, caatinga) e das paisagens, contribuindo para reproduzir valores humanos identitários. Isso ratifica a conduta normativa sobre a abordagem territorial que fora adotada na Europa. No entanto, não cabem generalizações para as situações estudadas no Semi-Árido brasileiro, com lógicas produtivas muito diferentes daquelas vivenciadas noutras regiões.

Na opinião de Piraux (s.d.), a *relação* da abordagem territorial com a multifuncionalidade se dá de quatro formas: i) Território como *Unidade de Observação* [do Estado] para controlar a ‘produção’ de externalidades da agricultura; ii) Território como *Espaço de Construção de Recursos Específicos* para o desenvolvimento econômico (um produto específico local, por exemplo); iii) Território ‘*Produtor*’ de uma *Ação Coletiva*²¹⁶, oriundo desse debate local mais sociológico; e, iv) Território como *Componente Fundamental das Sociedades Tradicionais* (culturas, normas, condutas, etc.)²¹⁷. Nessa medida, olhando para o referencial empírico da pesquisa, vê-se, a princípio, que o território do *Curimataú Ocidental*, pode enquadrar-se nessas duas últimas formas [de relação] preconizadas. Isso a pesquisa de campo buscou apontar, ou seja, a existência ou não dessa territorialidade relacionada ao atendimento das múltiplas funções que a agricultura é capaz de cumprir. A primeira verificação deu-se, através das observações preliminares (entrevistas com os atores locais), descritas na seção quatro deste capítulo. A outra, através do conjunto de informações do território, realizadas junto às comunidades da amostra de pesquisa, descritas e discutidas nos capítulos seguintes.

Por fim, é perfeitamente perceptível que a agricultura é, cada vez mais, parte de um rural complexo e territorialmente definido, onde as políticas públicas e os programas de voltados ao rural devem deixar de ser setorializados. Isso até leva o setor agrícola a perder sua eficiência conceitual, num território cada vez mais multifuncional. Dito de outro modo, a predominância da multifuncionalidade da agricultura está no fato de a mesma abrigar a fronteira entre a sociedade e natureza. Nesse aspecto, Miranda & Adib (2007) ratificam que o debate da multifuncionalidade não só propiciou como passou a exigir o *território* como base central e ideal para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável do espaço rural.

²¹⁶ Sobre ação coletiva, específica para a situação do semi-árido, ver mais detalhadamente nas teses de DINIZ, P. C. (2006); LAZARETTI, M. Á. (2007).

²¹⁷ De acordo com as constatações de CARNEIRO, M. J. (2002; 2002a; 2003).

3- O perfil geral do território

Em princípio, ressalta-se que os dados, a seguir apresentados, obtidos junto ao IBGE, à exceção, dos relacionados a rebanhos e produtos da pecuária, não contam com os números do último Censo Agropecuário e Demográfico, realizados em 2006/2007. Isto porque, não estavam totalmente disponíveis no banco de dados desse instituto de pesquisas, quando se fez a coleta preliminar de informações, no final de 2007. Embora defasados, serviram como instrumento inicial de conhecimento da realidade local.

O território estudado, formado por quatro municípios (rever Mapa 2 - *destacando a microrregião do Curimataú Ocidental*, p. 81), constitui uma área total de 1.991 km², sendo o município de Soledade o de maior extensão territorial, com 632 km², e o município de Olivedos com a menor extensão territorial, com 281 km². Compõem, portanto, o território amostragem, os municípios de: Algodão de Jandaíra, Olivedos, Pocinhos e Soledade. Referendando a localização planáltica – no Maciço da Borborema –, o que confere uma temperatura amena à noite, esses municípios têm altitude de: Soledade 521 m, Pocinhos 646 m, Olivedos 559 m e Algodão de Jandaíra 470 m. Este último desmembrado do município de Remígio em 1997. Todos esses municípios têm como influência econômico-administrativa a cidade de Capina Grande²¹⁸, com distância média de pouco mais de 45 km.

No tocante à população, na Tabela 9 a seguir, era, no ano de 2000, de 32.344 habitantes. Desse total, Pocinhos, município mais populoso, contava com 14.880 habitantes, e Algodão de Jandaíra com apenas 2.209 habitantes, representando, no conjunto, uma densidade demográfica de 16,2 hab/km². A população urbana era de 56,41%, em 2000, exceto no município de Soledade, com 70,15% da população urbana. Em situação oposta, Algodão de Jandaíra com apenas 39,2% da população com residência urbana. Na mesma tabela, norteando o perfil de vida dessa população, dados sobre a *Taxa de Mortalidade Infantil*, a *Expectativa de Vida* e o *Número Médio de Filhos por Família*, no período compreendido entre 1991 e 2000. Embora piores, em relação às taxas do Estado e do país, as mesmas apontam, concomitantemente, uma queda de -34,99% na taxa de mortalidade infantil e aumento de 8,5% na expectativa de vida. Além disso, no mesmo período ocorreu uma redução de 4,03 para 2,56 o número de filhos por família (-36,43%). De toda sorte, os números indicam uma melhora na qualidade de vida das famílias, sobretudo entre os mais idosos, que ampliaram a expectativa de vida em mais de 5 anos.

²¹⁸ Pelo fato dessa cidade concentrar a maioria dos órgãos públicos e comércio que atendem esses municípios.

Tabela 9 – População no Território Selecionado, em comparação ao Estado (UF), Nordeste (NE) e Brasil (BR) e o Perfil de Vida dessa população, em 1991 e 2000.

População e Perfil de Vida	Território Selecionado			Posição Regional (2000)		
	1991	2000	Evolução %	UF	NE	BR
Nº de habitantes (Mil)	31,353	32,344	3,16	3.443,8	47.741,7	169.799,2
População urbana (%)	49,13	56,41	14,82	71,06	69,07	81,25
Tx. mort. inf. (Nº óbitos/1000 hab.)	80,64	52,42	-34,99	51,49	---	30,57
Esperança vida ao nascer (Anos)	57,36	62,25	8,54	63,16	---	68,61
Tx. Fecundidade (Nº médio filhos)	4,03	2,56	-36,43	2,54	---	2,37

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000).

Como indicador do perfil populacional, dados educacionais na Tabela 10 a seguir, também mostram que a educação apresentava uma *Taxa de Alfabetização Média*, em 2000, de 64,59%. Bem abaixo da média de alfabetização estadual, regional e nacional. A *Média no Número de Anos de Estudo* (2,77 anos), igualmente, abaixo da média estadual e nacional (respectivamente 4,33 e 5,87 anos de estudo). Em relação ao *Grau de Instrução do Responsável pelos Domicílios*, a média é muito aquém da estadual e nacional (a média do estado, do Nordeste e do país, já ultrapassava, respectivamente, a 65, 68 e 88%), ou seja, pouco mais de 40% dos domicílios têm seu responsável com pelo menos um ano de instrução. Ainda referente ao nível educacional, segundo o IBGE (1991; 2000), individualmente, a melhor taxa de alfabetização, em 2000, era a de Soledade, atingindo 72,51% da população e a pior taxa de alfabetização era a de Algodão de Jandaíra, com apenas 51,46% da população alfabetizada.

Tabela 10 – Perfil Educacional no Território Selecionado, em comparação ao Estado (UF), Região Nordeste (NE) e Brasil (BR), em 1991 e 2000.

Perfil	Território Selecionado			Pos. Regional (2000)		
	1991	2000	Evolução %	UF	NE	BR
Alfabetizados (15 anos ou mais de idade) (%)	50,77	64,59	27,23	74,10	73,40	86,70
Média de anos de estudo (25 anos ou mais de idade) (Nº de anos)	2,00	2,77	38,60	4,33	0,00	5,87
Responsáveis pelos domicílios com mais de um ano de instrução (%)	---	40,44	---	65,71	68,87	88,83

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000).

Quanto aos padrões de desenvolvimento preconizados pela ONU, dados do IBGE referente aos *Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdades* e os *Índices de Desenvolvimento Humano* (IDH). Assim, em relação aos primeiros, a Tabela 11 a seguir, mostra que a renda *per capita* média, no período compreendido entre 1991 e 2000 teve um

incremento de 42,59%, ou seja, passou de R\$ 55,64 em 1991, para R\$ 79,34 em 2000. Isso equivalia a pouco mais da metade do salário mínimo vigente na época (de R\$ 136,00). Valor bem baixo, quando comparado ao estado e país. Isto revela uma baixa capacidade no processo de reprodução socioeconômica dessas famílias. Porém em relação à *pobreza da população*, que é medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50²¹⁹, o percentual de pobres diminuiu em 17,82% (recuou de 83,0%, em 1991 para 68,21%, em 2000). Por fim, em relação à desigualdade, medida pelo Índice de *Gini*, os números apontam uma evolução do índice em 7,8% no período analisado. Ou seja, de 0,50 em 1991, para 0,53 em 2000, demonstrando uma sensível melhora social.

Tabela 11 – Dimensões da Renda, Pobreza e Desigualdades no Território Selecionado, em comparação ao Estado (UF), região Nordeste (NE) e Brasil (BR), em 1991 e 2000.

Dimensões	Território Selecionado			Posição Regional (2000)		
	1991	2000	Evolução %	UF	NE	BR
Renda <i>per capita</i> (média R\$ em 2000)	56,64	79,34	42,59	150,22	---	279,23
Proporção de pobres (%)	83,00	68,21	-17,82	55,26	---	32,75
Proporção de indigentes (%)	56,10	42,08	-24,98	30,06	---	16,32
Índice de <i>Gini</i>	0,50	0,53	7,82	0,65	0,60	0,65

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000).

Com relação ao IDH, porém definidos como base em dados do PNUD/IBGE/Censo 2000, a Tabela 12 a seguir, demonstra em todas as situações (educação, longevidade e renda) houve significativa melhora entre 1991 e 2000 (média de 0,49 para 0,60 nos mesmos períodos) no conjunto dos quatro municípios, embora aquém dos IDH's do estado e país, que eram respectivamente de 0,66 e 0,76. Um exemplo foi Algodão de Jandaíra, que no *ranking* estadual ocupava 194º lugar entre os 223 municípios da Paraíba, em 1991, com IDH de 0,43, evoluindo para um IDH de 0,55 em 2000. Nesse mesmo quesito do referido período, o município de Soledade, mesmo tendo melhorado seu IDH (de 0,54 para 0,63), caiu no *ranking* estadual (do 24º para o 27º lugar). De toda maneira, esse IDH de 2000 ficou acima do IDH dos demais municípios pesquisados. Verifica-se, ainda, entre os dados que integram a avaliação do IDH, que a *Educação* foi à dimensão que mais contribuiu para essa melhora na qualidade de vida da população (38,03%). Já a renda foi a dimensão que menos contribuiu nesse período (apenas 13,28%).

²¹⁹ Valor considerado na época.

Tabela 12 – O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Território Selecionado, em comparação ao Estado (UF), região Nordeste (NE) e Brasil (BR), em 1991 e 2000.

Índices	Território Selecionado			Posição Regional (2000)		
	1991	2000	Evolução %	UF	NE	BR
IDH Municipal	0,493	0,603	22,27	0,661	---	0,766
IDHM-Educação	0,498	0,688	38,03	0,737	---	0,849
IDHM-Longevidade	0,539	0,621	15,16	0,636	---	0,727
IDHM-Renda	0,441	0,499	13,28	0,609	---	0,723

Fonte: IBGE (Censos 1991 e 2000).

No âmbito da economia o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), que é medido através da participação dos segmentos agropecuários, industrial e de serviços, verifica-se através da Tabela 13 a seguir, que o PIB do conjunto dos municípios, teve uma sensível melhora entre os anos de 1999 e 2003 (de R\$ 1.703,00 para 2.221,00). Particularmente, em 2003, a participação do PIB era assim distribuída: Agropecuária (14,24%); Indústria (21,44%); e, Serviços (62,93). Ressalta-se que desse percentual de serviços, 46,96% foram provenientes das atividades das administrações públicas.

Tabela 13 – O Produto Interno Bruto (PIB) no Território Selecionado, em comparação ao Estado (UF), região Nordeste (NE) e Brasil (BR), em 1991 e 2003.

PIB do Território Selecionado (Preço corrente R\$1.000,00)		PIB per capita (R\$1,00)			
Ano (Variação preço corrente) e (Variação Real)	PIB	Território*	UF	NE	BR
1999	52.443,2	1.703	---	---	5.800
2000 (1999-2000= 22,0%); (Var. Real= 12,5%)	63.978,0	1.973	2.670	2.998	6.473
2001 (2000-2001= 1,95%); (Var. Real= -5,1%)	65.223,9	2.002	2.946	3.233	6.954
2002 (2001-2002= 5,2%); (Var. Real= -4,5%)	68.620,5	2.097	3.311	3.695	7.708
2003 (2002-2003= 6,4%); (Var. Real= -5,7%)	72.993,7	2.221	3.872	4.306	8.565

* Variação com relação ao ano anterior, usando o deflator.

Fonte: IBGE, 2005.

O fato do segmento agropecuário, em 2003, ter contribuído relativamente pouco para esse PIB (apenas 14,24%), não menospreza seu potencial e importância para esses municípios. Trata-se de um território essencialmente agrícola, com uma dinâmica pautada, sobretudo, nas atividades agropastoris. Prova disso, ratificando os dados regionais apresentados no *Capítulo III*, os dados do IBGE, sobre os principais produtos agropecuários na Tabela 14 a seguir, confirma a predominância, anteriormente, apontada das culturas do milho, feijão, mandioca e batata-doce, típicos de uma agricultura familiar de autoconsumo.

Vale destacar também a presença das culturas do sisal e do algodão, que antes tinham forte viés comercial. Estas culturas, mesmo em pequenos patamares se mantiveram devido sua tradição de inserção regional, até hoje também servem para a subsistência das pequenas unidades agrícolas familiares.

Tabela 14 – Principais Produtos Agrícolas produzidos no Território Selecionado, em Toneladas e o valor em Reais, em 2003.

Produtos Agrícolas							
<i>Produtos</i>	Quant. Prod.	Valor em R\$ 1.000*	Área plant. (ha)	Área Colhida (ha)	Rend. Médio (p/ha)	% do Valor Prod.	% Acumul.
Feijão	497,0	619,0	5.550,0	4.550,0	0,1	31,9	31,9
Mandioca	1.500,0	293,0	150,0	150,0	10,0	15,1	46,9
Milho	432,0	201,0	5.300,0	4.000,0	0,1	10,3	68,5
Sisal ou Agave	259,0	160,0	400,0	400,0	0,6	8,2	76,7
Algodão herbáceo	116,0	115,0	210,0	170,0	0,7	5,9	89,2
Algodão arbóreo	92,0	97,0	233,0	311,0	0,3	5,0	94,2
Batata-doce	240,0	86,0	35,0	35,0	6,9	4,4	98,7
Total		1.942,9	12.488,0	9.906,0		100,0	

* Valores atualizados pelo IPC de ago/2003;

Fonte: PAM - IBGE 2003; hortaliças (Censo Agrop. 1995/1996 – 2003).

Referendando a tradicional e pioneira atividade pecuária dessa porção do Agreste Paraibano, descrita no *Capítulo III*, a Tabela 15 a seguir, mostra além da preponderante produção de bovinos e caprinos, utilizados na subsistência das comunidades locais, mostra também a produção de leite e ovos, que na última década teve significativo aumento da produção. A produção de leite é mais significativa nos municípios de Soledade e Olivedos e a de ovos é mais expressiva no município de Pocinhos. É importante considerar que mesmo com algumas reduções no quantitativo dos rebanhos entre os Censos de 1996 e 2006²²⁰, a bovinocultura e a caprinocultura mostraram significativo aumento dos rebanhos, confirmando-se como carros-chefe da socioeconomia local. No mesmo período, também foi considerável a evolução no número de aves (quase 10 vezes), justificando a crescente atividade avícola agroindustrial, principalmente de corte, que surge como alternativa na geração de emprego e renda. Por último, o aumento na produção de leite, confirma a tendência, anteriormente, expressa, quando se afirmou uma sensível evolução da pecuária, nas últimas três décadas, com a melhoria em algumas técnicas de manejo dos rebanhos.

²²⁰ Na época que se buscaram esses dados, o IBGE já havia disponibilizado algumas informações sobre o Censo Agropecuário de 2006, dentre eles o quantitativo dos rebanhos e a de alguns produtos pecuários.

Tabela 15 – Principais Rebanhos, em número de cabeças e Produtos da pecuária e sua evolução no Território Selecionado, em 1996 e 2006.

Rebanhos/Produtos	Total do Território		Evolução %
	1996	2006 *	
Bovinos	23.391	27.376	17,03
Eqüinos	660	466	-29,39
Asininos	2.143	1.104	-48,48
Suínos	2.032	4.532	23,03
Ovinos	30.788	26.442	-14,11
Caprinos	25.151	32.055	27,45
Aves	134.000	1.188.741	787,12
Leite (1000 litros)	3.010	6.521	116,64
Ovos (1000 dúzias)	150	563	275,33

* Primeiros resultados;

Fonte: Censos Agropecuários de 1996 e 2006. IBGE, 2007.

Referente à estrutura fundiária nos quatro municípios, na Tabela 16 a seguir, segundo o IBGE (1995/96), do total de 2.221 estabelecimentos, 1.206 (54,30%) situavam-se no extrato de até 10 ha, representando, apenas, 3.905 ha (2,97%), das 131.262 ha de área total dos estabelecimentos do território. Do lado oposto, apenas, 278 estabelecimentos (nos extratos de 100 a 500 e de mais de 500 ha) representando 104.868 hectares. Ou seja, 79,9% da área total dos estabelecimentos. Isso evidencia que, mesmo estando a maioria dos estabelecimentos na mão de pequenos agricultores, formam uma fortíssima concentração fundiária. Isso foi percebido, quando se visitou, pela primeira vez, o local da pesquisa, observando-se a presença grandes extensões com pecuária extensiva.

Tabela 16 – Estrutura Fundiária no Território Selecionado, por Extrato de área em Número e Área e Percentual de ocorrência dos estabelecimentos agrícolas, em 1995/96.

Extratos de Área (ha)	Nº Estabelecimentos	% Território	Área Total dos Estabelecimentos	% Território
Menos de 10	1.206	54,30	3.905	2,97
De 10 a menos de 50	576	25,93	12.212	9,30
De 50 a menos de 100	161	7,25	10.278	7,83
De 100 a menos de 500	222	10,00	42.378	32,29
Mais de 500	56	2,52	62.490	47,61
TOTAL	2.221	100,00	131.262	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996.

Por outro lado, quanto à forma de Organização Produtiva, os dados do IBGE demonstram que a condição desses agricultores é majoritariamente de proprietários, seguindo

uma tendência da maioria dos municípios do Estado. A Tabela 17 a seguir mostra que de 1.747²²¹ estabelecimentos levantados no Censo Agropecuário de 1995/96, 1.532 estavam na condição de *Proprietário*, representando 87,68% do número total dos estabelecimentos. Isso totaliza área de 123.357 hectares (93,98% da área total do território). Denota, portanto, que as atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores são predominantemente *familiares* e de *autoconsumo*, normalmente desenvolvidas em pequenas áreas (rever Tabela 16).

Tabela 17 – **Condição do Produtor por Estabelecimento e Área no Território Selecionado, 1995/96.**

Condições	Nº de Estabelec.	% de Estabelec.	Posição da UF (% do Nº Estab.)	Área Total (ha)	% da Área Total	Posição da UF (% Área Total)
Proprietário	1.532	87,69	66,17	123.357	93,98	89,62
Arrendatário	3	0,17	5,16	6	0,00	1,58
Parceiro	106	6,07	5,73	299	0,23	2,09
Ocupante	106	6,07	22,94	7.601	5,79	6,72
TOTAL	1.747 ^[166]	100,00	100,00	131.262	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996.

Cabe ilustrar, finalmente, que desses 131.262 hectares mencionados nas Tabelas 16 e 17, respectivamente em relação aos *Extratos Fundiários* e *Condição do Produtor*, segundo dados do IBGE (1995/1996), quase 49 mil hectares eram de vegetação nativa (Caatinga) e outros 40 mil de pastagens nativas, ou seja, 69% da área total dos estabelecimentos. Nas mesmas tabelas, nesse quantitativo de estabelecimentos, segundo o IBGE (2000), num contingente de aproximadamente 13 mil pessoas consideradas como População Economicamente Ativas (PEA), havia também aproximadamente 10.700 pessoas ocupadas, mais de 50% delas na forma de por *Conta própria*, nas atividades produtivas rurais.

Por fim, é interessante, ainda, registrar, nessa contextualização, dados sobre o acesso ao crédito, sobretudo, por parte dos agricultores familiares. Isso, não somente demonstra o perfil socioeconômico, como também ratifica informações gerais a cerca do território, anteriormente descritas no *Capítulo III*. Em recente levantamento junto ao banco de dados do MDA, a demonstração é de que houve uma crescente procura e, conseqüente, aumento do acesso dos agricultores à linha de crédito do PRONAF. Entre 2000 e 2004, conforme pode ser visto na Tabela 18 a seguir, houve um acréscimo de 19,9% no número de contratos, majoritariamente voltados a investimentos na infra-estrutura das unidades agrícolas familiares

²²¹ Esclarece-se que a diferença no número total de estabelecimentos entre as Tabelas 16 e 17, se deve ao fato do município de Algodão de Jandaíra-PB ter se emancipado pouco antes da realização do censo de 1995/1996, tendo seus cadastros agropecuários ainda vinculados ao município de origem (Remígio-PB).

(moradias, reservatório de água, instalações de manejo animal, etc.), superando inclusive a média de contratos por Unidades da Federação no Estado. Certamente, esses percentuais, na atualidade, são ainda maiores, principalmente, porque de 2005 até agora, os montantes destinados a essa linha de crédito foram substancialmente ampliados pelo Governo Federal.

Tabela 18 – Crédito PRONAF para Investimento e Custeio, em número de contratos, percentual, montante em R\$ em comparação ao Estado (UF), entre 2000 e 2004.

Modalidade/Período	Nº Contratos	%	Montante (R\$ 1.000)	%	% Contratos (UF)	% Montante R\$ (UF)
Investimento (2000/2003)	640	95,10	971,20	96,30	85,50	73,10
Custeio (2000/2003)	33	4,90	37,30	3,70	14,50	26,90
TOTAL	673	100,00	1.008,49	100,00	100,00	100,00
Investimento (2004)	801	99,26	839,00	98,54	91,90	88,90
Custeio (2004)	6	0,74	12,40	1,46	8,10	11,10
TOTAL	807	100,00	851,41	100,00	100,00	100,00

Fonte: MDA (2000/2004).

4- Entendendo as dinâmicas do território: primeiras impressões.

Tanto na *Introdução* da tese, quanto na introdução deste *Capítulo* se enunciou que antes das entrevistas junto às famílias rurais, ter-se-ia uma preliminar de informações acerca da dinâmica socioeconômica, cultural e política relacionada à agricultura familiar dos quatro municípios representantes da amostra. Para tanto, recorreu-se a um conjunto de informações daqueles denominados de “atores sociais”²²² que, de certa forma, tivessem algum trabalho técnico ou atividade de gestão junto às famílias desses agricultores, que são de fato os verdadeiros atores desse processo de reprodução social da agricultura local.

Assim, essas informações, norteadas por um “Roteiro de Entrevistas” (Anexo 1), serviram, como balizamento prévio das informações acerca do perfil local. Serviram, igualmente, como confrontação às informações oficiais descritas no *item 3* do presente capítulo. Serviram, ainda, como justificativas ao desconhecimento do pesquisador de determinadas peculiaridades sócio-culturais locais, importantes no processo de compreensão e caracterização da dinâmica do território pesquisado.

²²² Ator social é alguém que representa, que encarna um papel [...], de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma idéia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais. Mas a idéia de “ator” não se limita somente a pessoas ou grupos, instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, igrejas, etc. (SOUZA, 1991). Para Sabourin (2002), na terminologia do desenvolvimento local, os atores são agentes sociais e econômicos, indivíduos e instituições, que desempenham atividades, ou então, mantém relações num determinado território.

No desenvolvimento dessa síntese, foram entrevistados profissionais de organizações governamentais e não-governamentais de apoio à agricultura, totalizando 18 entrevistas. De forma mais elucidativa, como conduta básica, em cada município, foram entrevistados um representante da Secretaria Municipal da Agricultura, um extensionista da EMATER, um representante do CMDR e um representante do STR. Acresceram-se a esse conjunto de informantes outros atores, representando: associações, cooperativas e ONGs locais existentes com importância representativa para as atividades dos agricultores. Entrevistou-se, ainda, o segmento da pesquisa agropecuária, representado regionalmente pela Empresa de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa) e EMBRAPA, que têm trabalhos em algumas comunidades do território pesquisado. Essas entrevistas tiveram como eixos: i) Informações gerais sobre o município ou região; ii) Perfil socioeconômico das famílias rurais, no aspecto da produção agrícola, condições de vida, trabalho e renda e relações com meio ambiente; iii) Informações acerca da sociedade e manifestações culturais locais; e, iv) questões relacionadas com as políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Assim, nos itens seguintes, é apresentada a síntese do conjunto dessas informações.

4.1- Informações gerais sobre o território

Nesse primeiro eixo de informações, quando se questionou aos “atores sociais” sobre a “importância da agricultura para o município”, o conjunto das respostas apontou ser a agricultura, imprescindível na vida das famílias do município. Muitos entrevistados, de forma espontânea, acrescentaram que as atividades agrícolas são propulsoras da economia local, a exemplo de produtos como “o bode”, uma espécie de moeda local²²³,

“... devido sua sempre disponibilidade e facilidade de comercialização, principalmente naqueles períodos de estiagem ou secas mais prolongas, quando a plantação não deu nem para o sustento da família” (Secretário da Agricultura de Pocinhos).

Retomando a questão anterior, os atores quando interrogados sobre o principal problema no espaço rural, a maioria foi categórica em afirmar que a maior problemática decorre da carência ou a total falta de chuva. Nesse aspecto, referiram-se, majoritariamente, os entrevistados para a questão da produção agrícola. Muitos entrevistados acrescentaram que entre os anos de 2005 e 2007, a intensidade pluviométrica no território foi muito aquém do que normalmente ocorre. Para esses entrevistados caracteriza-se como tendo sido de:

²²³ Ao referir-se a moeda local, cabe ressaltar primeiro que se trata de mercadoria agrícola com liquidez total; Segundo, porque pode ser vendida imediatamente toda vez que as necessidades financeiras para adquirir algo exigem. Logo é uma poupança em valor que tem liquidez, permitindo o acesso à economia monetária.

“... ‘anos ruins’, principalmente para o seguimento produtivo, do município, principalmente para a lavoura de autoconsumo, de milho e feijão”. (Representante do STR de Olivedos)

No sentido de aferir estas informações, procurou-se ver os dados pluviométricos dos municípios da amostra disponíveis no IBGE (2000), que mesmo defasados, indica as médias pluviométricas desses municípios, relativamente, próximas às médias das localidades da região. Assim, esses valores, em mm³/ano eram de: Algodão de Jandaíra 364; Olivedos 471; Pocinhos 382; e, Soledade 391. Este último município, com valor acima da sua média histórica, apresentada no Quadro 1, *Capítulo III*. Contudo, são valores relativamente baixos para o atendimento das necessidades de água que as atividades agrícolas exigem, principalmente considerando que a maioria não utiliza meios ou técnicas, como a irrigação, no manejo da produção agrícola, aproveitando, exclusivamente, a água proveniente das escassas e sazonais precipitações que ocorrem. Isso evidencia, também, uma característica fisiográfica apresentada no *Capítulo III*, quando se descreveu que essa parte do Curimataú está entre as áreas mais secas de todo o Semi-árido brasileiro.

4.2- Perfil sócio-econômico das famílias rurais

Em relação ao segundo eixo temático das entrevistas, as questões estiveram centradas em três pontos. Primeiro, em relação à produção agrícola e suas formas de comercialização; na seqüência, em relação às condições de vida, trabalho e renda dos agricultores; por fim, o comportamento e a concepção desses agricultores em relação às questões ambientais.

4.2.1- Produção agrícola e comercialização

De maneira mais ou menos uniforme, as diferentes informações desses atores sociais, apontaram que a produção agrícola tem-se concentrado naqueles produtos do autoconsumo como milho e feijão, culturas normalmente cultivadas de forma consorciada, já que as áreas a elas destinadas são relativamente reduzidas. Isso confirma a estrutura fundiária, anteriormente, apresentada, ou seja, majoritariamente de unidades agrícolas familiares, situadas em extratos de menos de 10 hectares. Além dessas duas tradicionais culturas, a criação de bovinos, caprinos e ovinos é quase uma unanimidade no conjunto de atividades produtivas das famílias rurais do território. Em alguns municípios destaca-se mais a caprino e a ovinocultura, a exemplo de Algodão de Jandaíra. Noutros, a pecuária bovina é preponderante, principalmente, a de leite, a exemplo de Olivedos e Soledade.

Quando perguntados sobre a(s) forma(s) de comercialização dessa produção, o conjunto das respostas apontou que, em termos de produção agrícola, a comercialização, ao menos nos últimos três anos, foi inexpressiva, face à escassez e irregularidade das chuvas. Isso vem confirmar a resposta da concepção, anteriormente, descrita de que a principal problemática local e regional é, realmente, a questão da água. No entanto, oposta a comercialização dos produtos agrícolas, a produção pecuária sofreu menos com a sazonalidade climática. Confirmando esse fato, muitas entrevistas foram categóricas em dizer que a venda de animais e de leite tem sido a “*salvação de muitas famílias*” (Técnico da EMATER de Soledade). Que animais como caprinos e ovinos, normalmente vendidos em feiras livres por toda a região,

“... tem sido uma espécie de “moeda de circulação; [...]; o agricultor vende o bode para comprar os mantimentos da casa” (Representante do STR de Algodão de Jandaíra).

Isso denota a preponderante importância que sempre tiveram as atividades pecuárias sobre as agrícolas, conforme foi mencionado anteriormente, no *Capítulo III*. Finalmente, em relação à comercialização dos produtos agropecuários, quando se perguntou sobre a aceitação da população urbana a essa produção oriunda da zona rural local, as respostas foram unânimes em afirmar que há uma excelente aceitação desses produtos, mesmo com toda “invasão” dos produtos oriundos da indústria adquiridos na cidade.

No tocante à ligação desses “atores sociais”, através de seus trabalhos e ações voltadas aos agricultores familiares do território, as respostas foram bem particulares, dentro da especificidade de cada atividade desenvolvidas por essas *Entidades e/ou Atores*. Nesse sentido, cabe separar as ações de cunho oficial, daquelas executadas por outras organizações. Isto é, aquelas pautadas por políticas públicas pré-estabelecidas (sentido *normativo*), daquelas promovidas por ONGs ou organizações sociais (sentido *positivo*), comparáveis as dinâmicas adotadas nos diferentes debates territoriais ocorridos na Europa. Nesse sentido, o que se pode perceber é que sobre as ações, oriundas das políticas públicas, as respostas foram mais ou menos unânimes, principalmente quando esses entrevistados estavam ligados a alguma Instituição oficial. Nessas respostas os entrevistados adotaram, de certo modo, a ‘linguagem oficial’ desses programas, demonstrando, a princípio, um discurso centralizado na figura do dirigente público relacionando-o ao Estado, ao município. Exemplo disso foi quando se perguntou que tipo de melhoria ou inovação dos processos produtivos, por meio de tecnologias, capacitações, financiamentos, industrialização e organização de grupos. A maioria das respostas referiu-se as melhorias no acesso ao crédito. Justificando essa tendência

cabe reiterar que nesse conjunto de entrevistados estavam técnicos da EMATER, presidentes de STRs, representantes de Secretarias Municipais de Agricultura, todos, de alguma forma engajados em programas oficiais, como o do crédito rural PRONAF. No entanto, ainda em relação à questão anterior, entre os entrevistados, a resposta diferencial que chamou atenção veio do seguimento da pesquisa, que disse:

“... apesar de todos os avanços nas pesquisas, precisamos continuar pesquisando; precisamos melhorar muito ainda. [...]. A Embrapa deve ouvir mais o agricultor”. (Pesquisador da EMBRAPA).

Referente a crédito, cabe esclarecer que o PRONAF, nas suas diferentes modalidades, tem a participação organizativa, no nível municipal, dos escritórios locais da EMATER, que realiza o projeto, acompanha a implantação e fiscaliza a execução dos empreendimentos produtivos e de estruturação no âmbito da agricultura familiar. Também os STRs têm uma participação direta nesse processo de acesso ao crédito, vez que atuam no credenciamento desses beneficiários, emitindo a Declaração de Aptidão de Produtor (DAP).

Por fim, os setores administrativos dessas municipalidades auxiliam na infra-estrutura e logística dos que atuam junto aos agricultores²²⁴, tornando-se um objetivo coletivo à extensão dessa política de crédito que, abre perspectivas econômicas e políticas a esses locais. Por isso, há um engajamento dessas instituições, que se soma às instituições financeiras (Banco do Nordeste e o Banco do Brasil), que igualmente, objetivam ampliação da economia local. Em nossa avaliação isso denota que os denominados, no geral, como “atores sociais”, independente de estarem ou não realizando trabalhos técnicos e/ou de assessoria junto aos agricultores, a exemplo dos técnicos da EMATER e/ou das Secretarias de Agricultura dos municípios demonstram uma ineficaz proposta de melhorias via inovações e tampouco têm capacidade de propiciar ações de desenvolvimento [territorial], ficando no mero papel de repassadores de informações das Instituições, por elas representados que, igualmente, não tem o desenvolvimento territorial como foco.

4.2.2- Condições de vida, trabalho e renda

Em relação às condições de vida, trabalho e renda, o conjunto das entrevistas, de forma mais ou menos uniforme, respondeu que os pequenos agricultores têm conseguido alguma melhoria. Referendando essa afirmação a maioria dos entrevistados utilizou como

²²⁴ Normalmente os municípios disponibilizam um local para a instalação dos escritórios locais da EMATER. Muitas vezes, nos municípios de menor estrutura, há uma parceria entre Prefeituras e Emater, no uso dos veículos destinados ao deslocamento dos técnicos da extensão e das secretarias municipais de agricultura, para os “sítios” ou “comunidades” de agricultores.

exemplo, na maioria das vezes, referindo-se as melhorias socioeconômicas decorrentes do acesso ao PRONAF. Outros responderam que as aposentadorias rurais, universalizadas e com maior número de beneficiados, principalmente nos últimos cinco anos, têm dado uma significativa melhora às condições de vida dos moradores do meio rural.

Nesse mesmo item, porém no tocante ao *trabalho e renda*, no conjunto, as respostas foram mais variadas, vis-à-vis a peculiaridade de cada município do território pesquisado. No capítulo seguinte, quando se estiver descrevendo as entrevistas com os agricultores, mostrar-se-á esse distinto perfil. Talvez, confirmando aquilo que esses *atores sociais* entrevistados vivenciam. Porém, tentando conferir tais informações, através da questão – “utilização da mão-de-obra familiar” na unidade agrícola familiar –, alguns responderam que é absorvida. Outros, que esta mão-de-obra não é totalmente absorvida. Estes últimos reforçaram que há ainda um processo de saída de agricultores, principalmente dos mais jovens (filhos) em busca de oportunidades de trabalho fora das unidades agrícolas familiares, geralmente em outras atividades, normalmente urbanas. Isso apontou a necessidade de uma averiguação mais aprofundada da pesquisa, como será descrito no capítulo seguinte. No entanto, algumas respostas ponderaram que em se tratando de estabelecimentos onde a atividade produtiva principal está relacionada à pecuária, sobretudo, a do leite, a absorção da mão-de-obra é bem maior. Alguns até chegaram a afirmar que nesses estabelecimentos familiares, muitos filhos até “voltaram ao sítio” depois que seus pais tiveram acesso ao PRONAF e/ou se aposentaram. Isso denota certa segurança, em termos de renda ao grupo doméstico, bem como algumas melhorias no processo produtivo (instalações, equipamentos, etc.), verificadas quando se realizou a pesquisa de campo.

Depois desse diferenciado conjunto de opiniões, entende-se que é a pesquisa junto aos agricultores que vai responder ao aspecto ocupacional. Em sentido oposto, na esteira da questão anterior, principalmente entre aqueles que responderam que a mão-de-obra não é totalmente absorvida no âmbito das unidades agrícolas, buscou-se detectar em que outras atividades não-agrícolas, tanto rurais quanto urbanas esses agricultores e seus filhos se assalariavam. Assim, referente às atividades não-agrícolas, igualmente, o conjunto das respostas foi bem variado, de acordo com o perfil de cada município do território pesquisado. Em Algodão de Jandaíra, devido sua baixa expressão econômica, comparada aos demais, esses trabalhos fora da unidade agrícola familiar são, em sua maioria, em serviços públicos da própria municipalidade. Prova disso, foi a entrevista com um representante municipal do seguimento agrícola, que foi categórico ao afirmar que:

“Em torno 11% da população, de pouco mais de três mil habitantes têm alguns tipo de trabalho e renda oriundos da Prefeitura; Muitos desses são agricultores, que diariamente se deslocam à cidade para o exercício dessas atividades públicas em meio turno”. (Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura de Algodão de Jandaíra).

Porém, nos demais municípios apareceram muitos casos diferenciados de atividades, quando as respostas informaram de que existem inúmeras atividades não-agrícolas exercidas pelo conjunto dos agricultores, caracterizando a presença da pluriatividade. Em Pocinhos no segmento da mineração, sobretudo na área de extração de calcário. Sobre os empregos urbanos, principalmente em Campina Grande, cidade pólo regional, distante, apenas, 30 km de Pocinhos. Cabe ressaltar que naquele município, além das respostas, se pôde perceber que há uma sintonia do poder público local, apoiando essa demanda excedente de mão-de-obra rural e urbana, ao exercício de trabalhos não-agrícolas, sob a alegação das dificuldades socioeconômicas que o município enfrenta. Além disso, já há uma parcela de assalariados, fora da unidade agrícola familiar, porém no ramo agrícola da avicultura industrial, devido ao crescente aumento deste setor. Essa atividade assalaria, permanentemente, quando é de porte maior e, sazonalmente, ou quando se intensificam as atividades de retirada de um lote de frangos e/ou instalação de um novo lote. Em Soledade e Olivedos, as atividades não-agrícolas, também se relacionam com os serviços no segmento da mineração, tanto daqueles que trabalham diretamente no processo de extração (em minas no meio rural), quanto daqueles que trabalham nas atividades de transporte, processamento e comercialização (proximidades do meio urbano).

Por fim, complementando esse item das condições da vida, trabalho e renda, buscou-se explorar, entre esses atores sociais, o já conhecido e bastante referenciado êxodo rural, sobretudo do Agreste. Sem querer aqui repetir as inúmeras razões desse fenômeno social rural, sabe-se que essa região “forneceu” por muito tempo, numerosa mão-de-obra para outras regiões, como à canavieira no Litoral e Brejo, além dos grandes fluxos migratórios para outras regiões e centro urbanos do país, sobretudo, nos períodos mais agudos de estiagens. Assim, as respostas, apesar de certa heterogeneidade em termos de razões, quanto à qualificação e extensão desse fenômeno, apontaram uma nova razão, diferente daquelas, mormente conhecidas. Em algumas entrevistas explicitaram que o êxodo rural tem se dado, também, em decorrência da insegurança no campo. Para esses, muitos vão para a cidade, por se sentirem inseguros, principalmente, entre os mais idosos, sobretudo aposentados, que são alvo de constantes assaltos. No entanto, cabe destacar – sobre o êxodo – uma resposta diferencial,

igualmente, do segmento da pesquisa, vez que essa, como as demais questões, foram conferidas a todos os entrevistados. Assim, o representante da EMBRAPA diz que:

“... o êxodo rural decorre da falta de uma política pública [...], voltada à agricultura familiar, que lhe dignifique enquanto atividade humana”.
(Pesquisador da EMBRAPA).

4.2.3- Relação com o meio ambiente

Em relação às condições ambientais, a percepção inicial é de que as preocupações, no âmbito preservacionista, ainda estão distantes de uma prática concreta capaz de contribuir para a preservação dos recursos naturais e da paisagem. Contudo, a impressão inicial foi minimizada, através da opinião desses atores sociais. Nesse entendimento, a princípio, os “atores sociais”, quando questionados sobre a posição/visão dos agricultores com relação à preservação do meio ambiente, de uma maneira geral, a resposta de muitos deles mostrou que já se preocupam com o problema. Obviamente, sem ultrapassar do nível teórico de preocupação ou sem ser um exercício cotidiano e prático, que fosse ao encontro de práticas verdadeiramente preservacionistas. Prova disso, é que algumas respostas, foram categóricas quando afirmam que:

“Ainda são correntes as práticas como queimadas, tanto para a limpeza e renovação de pastos, como daquelas tradicionais utilizadas para novas áreas agrícolas”. (Técnico da EMATER de Algodão de Jandaíra)

Além do mais, como posição pessoal desse “ator social”, o uso de agrotóxicos é relativamente corrente, principalmente, entre aqueles agricultores que têm uma atividade voltada à comercialização. Corroborando com essa problemática, a situação ambiental e sanitária, as informações deram conta que:

“... não há nenhum controle na comercialização, no uso e no manuseio desses produtos, agravados pelo baixo grau de conscientização e informação dos agricultores, quanto aos riscos ao meio ambiente e sua própria saúde”. (Id.)

Outra importante problemática ambiental, bem explicitada pelo extensionista que atua no município de Algodão de Jandaíra, refere-se ao destino dos dejetos e resíduos inorgânicos decorrentes das atividades produtivas dos agricultores. Para aquele extensionista a maioria dos agricultores ainda não desenvolveu o senso da necessidade quanto ao destino correto de resíduos e vasilhames de produtos agropecuários. Essa informação foi comprovada, posteriormente, no campo, quando se verificou, em muitas propriedades, grande quantidade

de resíduos e materiais (vasilhame de plástico, por exemplo) deixados a céu aberto ao redor das residências e/ou espalhadas pelo estabelecimento, principalmente em locais de acesso às “criações” (caprinos e bovinos, que ingerem acidentalmente estes resíduos inorgânicos).

Como medida minimizante dessa prática, buscou-se informar acerca de algum trabalho educativo junto aos agricultores e a população em geral dessas comunidades. Para confirmar a impressão inicial, quando se disse que na prática ainda se estava muito distante do concreto, exceto na modesta iniciativa em Algodão de Jandaíra²²⁵, onde os entrevistados afirmaram não haver eficientes programas e/ou ações de educação ambiental, capazes de mudar essa concepção da “infinitude” na capacidade dos recursos naturais. As primeiras informações mostraram que, mesmo o território apresentando inúmeras belezas naturais (cavernas, sítios rupestres, formações rochosas, etc.), com potencial turístico, por exemplo, a população dá pouca importância. Nesse sentido, buscou-se saber da existência de alguma área de reserva natural oficialmente constituída. A informação foi negativa quanto à área de reserva ou protegida por lei no conjunto dos municípios pesquisados.

Por outro lado, quando questionamos a existência de algum problema ambiental local mais severo, o conjunto das respostas declinou a informar que ainda é o desmatamento, ou melhor, a devastação do pouco que resta de vegetação de Caatinga. Alguns informaram que o uso de lenha no consumo doméstico das propriedades e, principalmente, na produção de carvão é relativamente corrente. Alguns asseguraram que muitos agricultores, ainda, produzem carvão, como complementação da renda familiar, sobretudo, quando as atividades agrícolas ficam prejudicadas pelas estiagens mais prolongadas. Confirmando essa última informação, desde os primeiros contatos com o ambiente de pesquisa, há sinais claros de desertificação. Nesses espaços, percebeu-se que num passado próximo existiu uma agricultura bastante predatória ou um recente processo de desmatamento seguido de queimada.

4.3- **Sociedade e manifestações culturais**

Nesse terceiro eixo de questões, buscaram-se informações preliminares que pudessem indicar o perfil sociocultural das famílias do território pesquisado. Para isso, o conjunto de indagações apontou, inicialmente, que as comunidades rurais estão muito integradas às atividades e ao cotidiano urbano desses municípios, mostrando uma busca por diferentes formas de comunicação/educação. Isso confirma, de maneira inicial, uma melhora em alguns

²²⁵ Com o Programa *Agente Verde*, que tem a participação de alunos da rede municipal, em trabalhos de educação ambiental, como multiplicadores de práticas conservacionistas do solo e água. Tem o apoio da Prefeitura de Algodão de Jandaíra, através uma bolsa de estudos, como incentivo desse trabalho educativo.

indicadores de desenvolvimento humano, já apontado na Tabela 12 deste capítulo, ou seja, as comunidades rurais tiveram uma melhora em seu nível educacional e passaram a ter mais acesso a um conjunto de informações.

No sentido de confirmar essa tendência buscou-se explorar, mais detalhadamente, qual o tipo ou quais tipos de atividades, de lazer, etc., que contribuíram para essa integração rural-urbana. Como resposta, encontrou-se que a primeira atividade que levou a essa maior integração rural-urbana foi o fato de as comunidades rurais terem o funcionamento das escolas rurais transferido para a zona urbana. Isso ocasionou um maior contato, não somente desses estudantes com o cotidiano urbano, mas do conjunto de outros profissionais do segmento educacional, que residem no meio rural, como os professores e pessoal de apoio das escolas. A segunda razão desse maior vínculo com o meio urbano, deve-se também ao grande número de aposentados, que regularmente passaram a interagir com as atividades urbanas (no recebimento das aposentadorias, na compra de mantimentos de subsistência familiar, etc.). Por fim, um maior acesso aos meios de comunicação (televisão e telefone), que de fato “colocou esses sujeitos do meio rural no mundo urbano”. Essas e outras razões, decorrentes da modernidade e da globalização, também, influenciaram numa mudança de hábitos e tradições dessas comunidades rurais.

Entre os atores entrevistados, quando questionados sobre o lazer e as tradições das comunidades rurais as respostas mais ou menos hegemônicas, informaram que o pouco de lazer existente no campo (festas da comunidade, comemorações juninas, etc.), passou, normalmente, a ocorrer na sede do município. Muitas das quais com o aval logístico do poder público local. Em Olivedos, constatou-se, por exemplo, numa das entrevistas que:

“A festa de nosso padroeiro – São Sebastião – realizada anualmente no mês de janeiro, reúne praticamente toda a população do município na cidade” (Secretário Municipal de Educação de Olivedos).

Dentre outros tipos de lazer dos agricultores familiares, os torneios de futebol são, ainda, os que mais ocorrem nas comunidades ou sítios. Isso se pôde verificar, quando do primeiro contato com o território pesquisado, pois muitas comunidades ainda têm seu espaço para a prática dessa modalidade esportiva. De forma isolada, porém, em algumas comunidades rurais, atividades esportivas e festivas como a Festa da Argolinha e vaquejadas locais, asseguram a forte ligação com as lides e tradições pecuárias dos antepassados, como se havia descrito no *Capítulo III*, quando se discorreu sobre o processo de desenvolvimento da pecuária no semi-árido.

Quando se buscou saber se essas comunidades se integravam de outra forma, além daquelas ligadas ao lazer, algumas entrevistas deram conta que algumas comunidades têm uma melhor organização social, através das associações de agricultores, em que alguns deles, isoladamente, se engajam nas atividades políticas e sociais do município. Contudo, nem sempre as demandas sócio-econômicas dessas comunidades são canalizadas coletivamente por essas entidades. Buscando mais informações sobre isso, quando questionamos sobre a amplitude da atuação e integração dessas associações ao conjunto de anseios das famílias rurais, as respostas, em sua maioria, afirmaram que a maior parte dessas associações está desativada e/ou com pouca organização. De fato, as demandas têm sido mais de maneira individual.

Outra questão que se buscou explorar, como parâmetro da pesquisa de campo, foi sobre a organização da juventude rural. Nesse sentido, as respostas dos entrevistados apontaram uma baixa articulação dos jovens, do meio rural, com as atividades sócio-políticas das ‘comunidades’ ou ‘sítios’. A saída dos jovens dessas localidades, segundo algumas entrevistas, criou um “vazio” daquele ritmo e integração das décadas anteriores. Para exemplificar, alguns entrevistados afirmaram que existiam alguns grupos de danças folclóricas, que atuavam, principalmente, durante os festejos juninos.

4.4- Políticas públicas

Por último, nesse quarto eixo de questões, buscou-se averiguar aquelas relacionadas com efetivação de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares. Nesse quesito, cabe salientar, de antemão, que se esperava um conjunto de informações com mais lucidez acerca do tema, levando-se em conta a inserção desses atores em inúmeras políticas públicas voltadas aos agricultores, somada a um melhor grau de discernimento, desses entrevistados, em relação àquelas informações que se obteriam junto aos agricultores. No entanto, não foi o que ocorreu, pois muitas respostas, foram evasivas ou, foram descompromissadas com aquilo que os mesmos executam/atua. Isso demonstra um alinhamento ao discurso vigente e/ou atrelamento aos ditames dos gestores locais que, ainda, conservam muito daquelas formas clientelistas de políticas, sobretudo, em relação aos agricultores, que na região foram sempre, historicamente, manipulados nas situações de adversidades socioeconômicas e climáticas. De toda maneira, o conjunto de questões levantadas buscou averiguar além da existência de fato – das políticas públicas –, quais tipos e grau de inserção das mesmas, eram voltados à agricultura familiar, bem como a postura e grau de atuação desses “atores sociais” locais.

Assim, uma primeira questão visava saber se os agricultores procuravam a Instituição e/ou a Entidade do entrevistado e, em caso positivo, como se dava esse contato e através de que canais de interlocução. Como a maioria dos entrevistados pertence a instituições ligadas às esferas públicas, no geral, as respostas apontaram uma boa relação dessas instituições com a sociedade e, que a procura se dá de forma natural e espontânea. Quanto à forma e os canais de ocorrência desses contatos, a grande maioria das respostas versou sobre a procura de solução para as demandas da atividade produtiva rural, que se deu de forma individual. Isso vem revelar, a princípio, o costumeiro hábito clientelista desenvolvido nessas relações entre os sujeitos do meio rural e os poderes constituídos. Quando indagou-se sobre essas demandas, ainda que individualizadas, eram atendidas ou não, a maioria respondeu que muitas coisas não eram atendidas/resolvidas, fato que se tentou justificar com a falta de estrutura nas Instituições em que atuam, pois só conseguem atender aquelas demandas que têm uma dinâmica legal preconizada, como o caso das denominadas DAPs emitidas pelos STRs aos agricultores, dos projetos técnicos elaborados pela EMATER local. Os exemplos mostram tarefas meramente burocráticas exigidas durante o acesso dos agricultores ao crédito oficial.

Por outro lado, se buscou averiguar a existência de iniciativas, ainda, que forma isolada, por parte de agricultores em busca de solução às demandas socioeconômicas do meio rural, já que se trata de municípios com características eminentemente agrícolas. Nesse sentido, se buscou saber qual era o grau de participação dos agricultores nas decisões da gestão das políticas públicas de cada município? Apostávamos nessa lógica, acreditando que não poderia deixar de existir a presença desses sujeitos (atores) nas instâncias de decisão da municipalidade. No entanto, a percepção foi de que a grande maioria está, ou alheia às ações do poder público ou se sentem incapazes de gerirem junto às instâncias existentes na sociedade civil organizada, como nos Sindicatos ou Conselhos Municipais.

Em todos os municípios, há agricultores no CMDR como conselheiros, no Poder Legislativo como vereadores, no Executivo com funções administrativas e políticas na Prefeitura, etc. No entanto, percebeu-se uma espécie de participação de fachada desses agricultores, como meros coadjuvantes nas decisões administrativas e políticas à comunidade, muitas das quais, previamente prontas, elaboradas unilateralmente pelos detentores do poder local. Isso denota que o “peso político” dos agricultores, na vida política local, é pouco representativo e/ou insignificante, valendo mesmo, mormente, a vontade individual dos prefeitos ou de um pequeno grupo local detentores do poder local, naquele dado momento, e/ou de aliados à política no plano estadual.

Igualmente a maioria dos municípios do Estado, os do território pesquisado não fogem à regra da dependência dos repasses financeiros institucionais, isto é, “sobrevivem administrativamente” daquelas subvenções, que advêm da esfera estadual e federal. Nesse sentido, toda a gestão municipal gira em torno dessas “políticas” públicas, que já vêm prontas, restando pouco a fazer-se no sentido da democratização das decisões de uso desses recursos. É aquela regra: “é pegar ou largar”. Nas entrevistas, especialmente daqueles ligados às gestões municipais locais (secretários da agricultura, por exemplo), isso sempre era enfatizado. Como essas comunidades são muito carentes, talvez não percebam que à esperteza daqueles mais esclarecidos tornam as ações socioeconômicas voltadas à população, inclusive aos agricultores, inevitavelmente, ‘moeda de troca’ e instrumento de dominação.

Cabe descrever, finalmente, que esse conjunto de questões, nomeadamente levantadas junto a esses “atores sociais” permitiu revelar algumas questões e contradições, que se pôde verificar quando da entrevista com os agricultores. Sendo assim, serviu como indicador dos ajustes e adaptações, necessários ao roteiro de entrevistas e, principalmente, ao questionário aplicado junto às famílias de agricultores. Além disso, como não se tratava até o presente momento da pesquisa propriamente dita, isso é fruto de algumas observações pessoais, para quem estava tendo o primeiro contato com cada um desses municípios. Essas observações serão discutidas e, melhor discernidas nos capítulos seguintes, trazendo, respectivamente, o conjunto das informações coletadas nas diferentes localidades dos quatro municípios do território pesquisado, no *Capítulo VII* e a análise destas informações, no sentido de que dêem ou não conta das questões multifuncionais, que a agricultura familiar camponesa é capaz de contemplar, no *Capítulo VIII*.

CAPÍTULO VII

O PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NOS “SÍTIOS”?

1- Introdução

No capítulo anterior foram apresentadas informações ajustadas no âmbito espacial, a fim de contemplar, preliminarmente, o perfil geral do território em questão. Neste capítulo a pesquisa propriamente dita pautada no âmbito dos sujeitos (agricultores). Desse modo, a descrição e a análise das informações centrar-se-ão na *multiplicidade* de papéis, representações e relações sociais, presentes nos “sítios”²²⁶ ou *comunidades*²²⁷, capazes de sinalizarem ainda a possível existência de um ambiente “produtor” de amenidades (ou bens

²²⁶ São localidades rurais, com inúmeras unidades agrícolas familiares. Segundo Caron & Sabourin (2003), estes sítios ou localidades se formaram a partir de uma antiga fazenda de pecuária, que desmembrada ou dividida, seja por sucessivas heranças, seja por doação dos pioneiros proprietários a seus vaqueiros ou meeiros, que lhe serviam de mão-de-obra disponível e de baixo custo. Nesse sentido, o nome desses sítios mantém o nome da antiga fazenda que lhes deram origem. Além disso, os núcleos domésticos desses sítios mantêm um estreito laço de parentesco com esse fundador ou primeiro proprietário.

²²⁷ Na região a denominação comunidade é mais recente. Foi introduzida pela Igreja Católica, durante os anos 70 e 80 do século passado, quando esta organizou inúmeras comunidades eclesiais de base na Região Nordeste. Daí em diante essa denominação passou a ser também utilizada nos documentos dos programas de ação comunitária solidária (Programa Comunidade Solidária), implantados pelo governo federal. Do ponto de vista sociológico, estas comunidades atuam coletivamente, com competências que se estendem às práticas de redistribuição e trocas de trabalhos ou de solidariedade interfamiliar. (CARON & SABOURIN, 2003, p. 147).

públicos) ou como componente fundamental das sociedades agrárias, dessa relação territorial-multifuncional, creditando benefícios socioculturais e ambientais à agricultura camponesa.

Dessa maneira, seguindo a metodologia apontada na *Introdução* da tese, que indicou a intervenção junto aos camponeses, em seus estabelecimentos agrícolas familiares, através de entrevistas, semi-estruturadas norteadas por um questionário padrão – *Famílias Camponesas* – (Anexo 2), com os eixos temáticos: i) Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar; ii) Recursos naturais e meio ambiente; iii) Identidade e condições de vida e trabalho; iv) Sociabilidade e manifestações culturais; e, v) Relações como território e a paisagem rural; capazes de tornar visível e contribuir ao debate acadêmico da multifuncionalidade, bem como ferramenta de análise, das *múltiplas funções* que a agricultura camponesa é capaz de cumprir.

Nessa coleta de informações no território, percorreu-se ao todo em torno de 1.200 km, durante aproximadamente um mês e meio de atividades (entre os meses de fevereiro e março de 2008), totalizando 32 entrevistas num total de 8 (oito) sítios dos quatro municípios escolhidos como amostragem da pesquisa. A Tabela 19 a seguir, segundo a localização (município e comunidade), apresenta o quantitativo de entrevistas (em torno de 10%) em relação ao contingente total de famílias existentes em cada sítio.

Tabela 19 – Síntese da Coleta de Dados – Número e o Percentual de Entrevistas em relação ao número total de Famílias nos “sítios” pesquisados.

<i>Município</i>	<i>Comunidade ou “sítio”</i>	<i>Total de Famílias</i>	<i>Entrevistas realizadas</i>	<i>% Entrevistas</i>
Olivedos	Aroeira	41	4	9,70
Soledade	Arruda	32	3	9,30
Pocinhos	Cabeça do Boi	29	4	13,80
Pocinhos	Caiçara	48	5	10,40
Algodão de Jandaíra	Jandaíra	41	5	12,19
Olivedos	Olho D’água	15	2	13,30
Algodão de Jandaíra	Serra do Algodão	57	6	10,52
Soledade	Umbuzeiro	21	3	14,28
Total/Média	8	284	32	11,68

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo/PSF-SUS, 2008.

É importante registrar que não há uma grande disparidade na caracterização geral desses “sítios”, já que a grande maioria tem semelhante natureza de atividades agropastoris voltadas para a subsistência dos estabelecimentos, por conseguinte, similares problemas e estratégias de solução, que assinalam a *convivência* com a semi-aridez. No entanto, cabem algumas considerações no aspecto produtivo, que podemos considerar como uma

“identidade”, perante a sociedade local. Assim, os “sítios” de Jandaíra e Serra do Algodão se caracterizam respectivamente pelas atividades pecuárias da caprino-ovinocultura e cultivo do sisal. Nos “sítios” de Olho d’Água e Aroeira têm como ponto forte a atividade da bovinocultura leiteira. No sítio de Cabeça do Boi uma diversificada atividade agropecuária, com relativo viés no cultivo da palma forrageira. Em semelhante modo os três últimos sítios: Caiçara, Umbuzeiro e Arruda, destacando-se algumas iniciativas no âmbito das tecnologias adaptadas à realidade do semi-árido, voltadas ao atendimento de demandas relacionadas às atividades produtivas agropastoris, todas descritas no decorrer do capítulo.

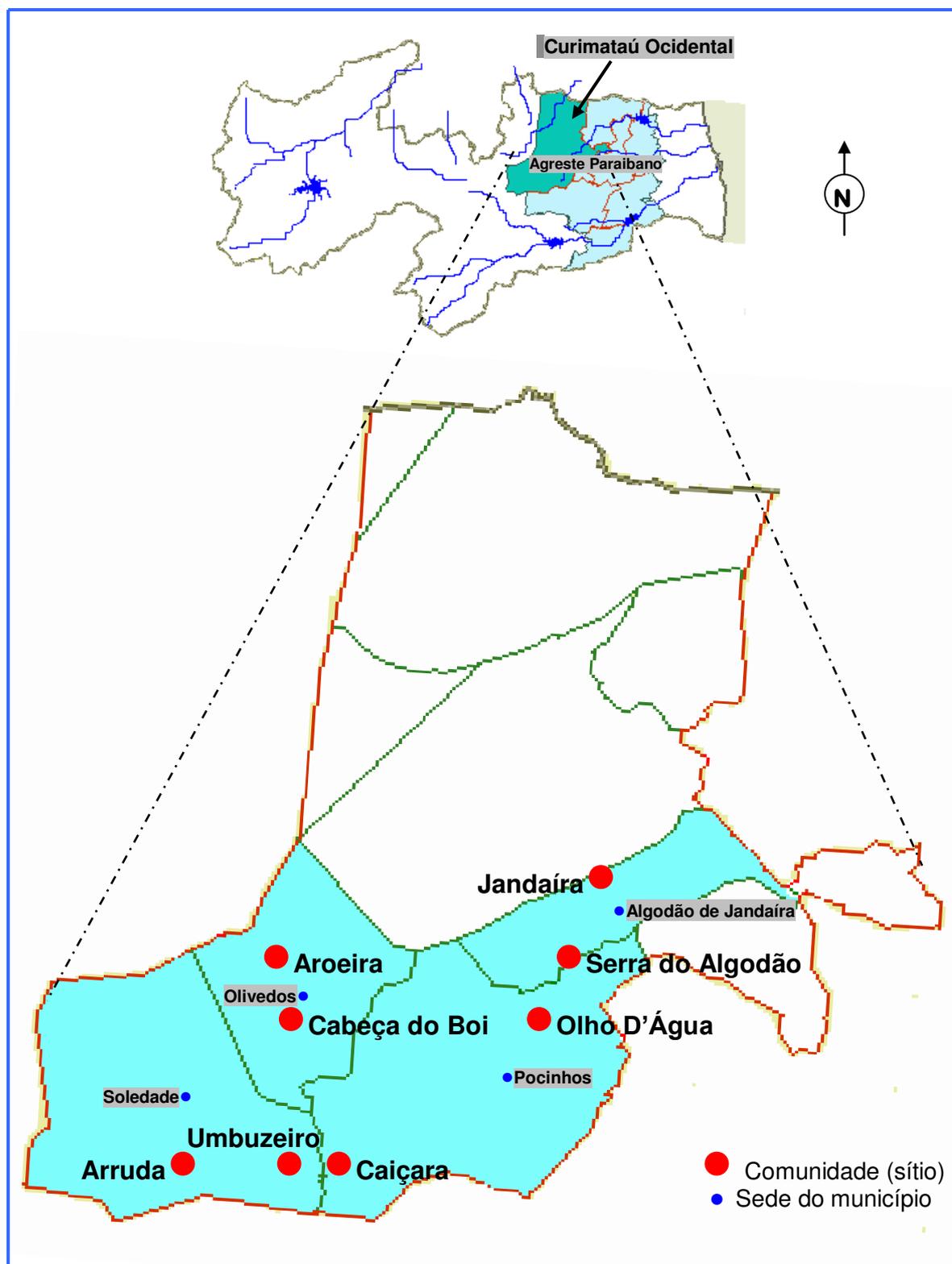
Quase todas as entrevistas foram gravadas, buscando-se complementar alguma informação não preenchida ou que não estivesse sido contemplada pelo questionário (Anexo 2, p. 294). Isso permitiu que, ao revê-las, no decorrer da sistematização dos dados, a compreensão de algumas informações dos agricultores, viessem contribuir com os propósitos da pesquisa, ou seja, as práticas ou dinâmicas sócio-culturais, associadas aos diversos ‘modos de vida’ das famílias. Isso indica que nem sempre se seguiu à risca o questionário padrão, que foi flexibilizado, permitindo a introdução de variações de acordo com informante. Além disso, ratificando os procedimentos metodológicos, os critérios adotados no processo de escolha dos sítios em cada município foram: i) diversidade de atividades produtivas; ii) diferenças de perfil socioeconômico; iii) equidistância da sede do município; e, iv) diferente perfil identitário. Já na escolha das unidades agrícolas familiares, procurou-se contemplar diferentes situações, sem privilegiar alguma tendência sócio-econômica dominante.

Nesses “sítios” sempre nos apresentávamos como pesquisadores da UFCG, expondo, consecutivamente, nossos propósitos, a fim de evitar qualquer mal entendido e, propiciar, desde o início, um ambiente de segurança para o informante a ser entrevistado²²⁸. Ainda como ilustração, essas entrevistas duravam em torno de uma hora e meia. Algumas até mais tempo, principalmente, quando se construía um ambiente de interesse entre as partes. Exemplos não faltaram, pois todos aqueles assuntos relacionados às atividades produtivas agropecuárias iam normalmente além das questões previamente estruturadas. Isso ocorria sempre que os entrevistados ficavam sabendo que os pesquisadores eram: um agrônomo e um veterinário. Isso despertava, entre os entrevistados, algum interesse técnico referente às atividades desenvolvidas no estabelecimento.

²²⁸ Durante a realização dos contatos e das entrevistas, junto desses sítios, sempre se esteve acompanhado do colega de doutorado – Rosivaldo G. de Sá Sobrinho, com quem, a todo o momento, se dividiu as preocupações teórico-metodológicas do trabalho empírico. Isso propiciou, no decorrer da coleta dos dados, algumas correções metodológicas, como por exemplo: adequações de itens do questionário, as formas diferenciadas de abordagem dos entrevistados (as), a dispensa de questões contempladas em entrevistas precedentes, etc.

Na ilustração a seguir, a localização geográfica dessas localidades escolhidas aleatoriamente. Observa-se que as mesmas estão mais ou menos equidistantes da sede dos municípios, que compuseram a amostra do território pesquisado.

Mapa 3 – Localização dos “sítios” pesquisados nos municípios da microrregião (território) do *Curimataú Ocidental*.



Fonte: IBGE, 2007. [Adaptado por ALVES, A. F. 2008].

Portanto, nas seções que se seguem, a descrição conjunta dos dados coletados, buscou caracterizar as diferentes funções/atividades praticadas pelas famílias camponesas. Concomitantemente, havia quase sempre uma discussão acerca dessas atividades relacionando-as aos elementos teóricos tratados nos capítulos anteriores, como as dinâmicas produtivas sócio-culturais decorrentes das *relações sociais*, “modos de vida” e *representações sociais* relacionadas com a *convivência* com ambiente de semi-aridez. Isto, na perspectiva de se apontarem as diferentes formas de ocupação territorial, indicadoras de uma inserção social e reintegração à economia local e do papel de coesão social que a agricultura familiar desempenha, junto a essas famílias e perante a sociedade local.

2- Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar

A descrição e análise da dinâmica econômica e de reprodução das famílias pesquisadas estiveram pautadas a partir dos seguintes pontos: i) Situação legal e formas de utilização das terras; ii) Composição e ocupação dos membros da unidade familiar; iii) Produção, autoconsumo e comercialização de produtos agropecuários; e, v) Outras fontes de receita e auxílios da família.

2.1- Situação legal e formas de utilização das terras

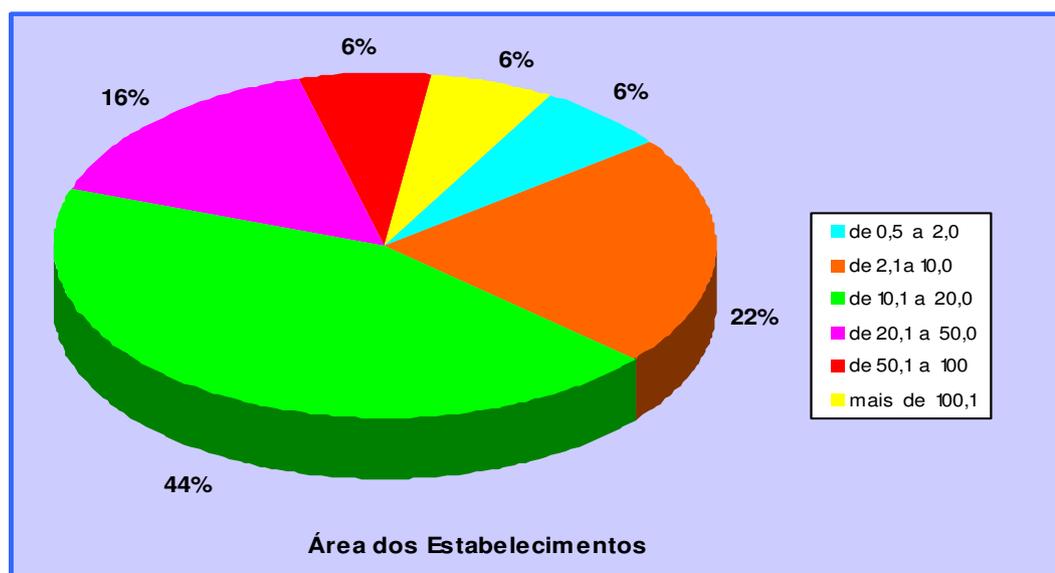
Em relação à condição legal da terra, verificou-se que 100% dos 32 estabelecimentos agrícolas familiares, que compuseram o conjunto da amostra de pesquisa, detêm o título de propriedade. Isso vem confirmar aquilo que se havia levantado oficialmente, no plano estadual e macro e microrregional – Tabela 2, pág. 89, *Capítulo III* –, ou seja, a supremacia da condição de *proprietários*. Contudo, segundo as informações complementares de alguns entrevistados, não se exclui a existência de muitos agricultores, numa condição de parceiro ou morador²²⁹, “*como um resíduo de uma situação passada*” (GARCIA Jr. 1989, p. 15), ou seja, como remanescentes do período dos grandes latifúndios de criação de gado ou dos cultivos do algodão e sisal.

²²⁹ Denominação utilizada por Garcia Jr. ao referir-se a aqueles trabalhadores residentes nas grandes plantações da cana-de-açúcar, na Região do *Brejo Paraibano*, aos quais definiu como *sujeitos*. Considerava também os trabalhadores residentes nas áreas das atividades pecuária e algodoeiras, que aqui na tese também se utiliza em referência aos demais residentes, que esse autor definiu como *libertos*, pelo fato de terem deixado a condição assalariada nessas propriedades de criação ou cultivos e passaram a tocar por conta própria suas atividades produtivas. Sobre essa situação é interessante a explicação do autor, ao esclarecer que o termo *morador*, em alguns momentos, desaparece dos levantamentos censitários (de 1960 a 1980), incluindo-os em outras categorias como *parceiros*, *ocupantes*, ou como categoria residual - *outra condição*, escamoteando o verdadeiro perfil da *Condição Legal das Terras* no Brasil. (GARCIA Jr., 1989, pp. 14-15). Nesse mesmo estudo esse autor pesquisou áreas próximas ao Brejo, especificamente no município de Remígio (hoje, em grande parte, pertence ao município de Algodão de Jandaíra, um dos integrantes da presente amostragem do *Curimataú*).

Quanto à forma de aquisição dessas áreas, 25 estabelecimentos (78,12%), foi feita em decorrência do processo sucessório e sete estabelecimentos (21,87%) através de compra, estes em sua maioria de parentes ou vizinhos. Além disso, quanto ao tempo de posse da terra 15 estabelecimentos (46,87%) com até 10 anos, outros 15 estabelecimentos (46,87%) entre 10 e 20 anos, e apenas, dois estabelecimentos (6,25%) com mais de 20 anos como proprietário. Isso sinaliza duas tendências: Primeiro, em relação ao processo sucessório, confirmando a informação anterior – de a maioria ser proprietário, sobretudo, de herdeiros; Segundo, sobre o perfil etário desses proprietários – não ser tão elevado. Ou seja, unidades agrícolas familiares com responsáveis com meia idade, garantindo dessa forma, força de trabalho, apta, no âmbito do grupo doméstico. Cabe ressaltar, nesse aspecto, que os idosos encontrados, todos estavam aposentados, vivendo sob a tutela dos filhos herdeiros-proprietários.

No tocante ao tamanho dessas áreas, entre as 32 unidades componentes da amostra se verificou que se trata majoritariamente de pequenas propriedades. Para uma melhor noção disso, dividimos em extratos por área (em hectares). Assim, o Gráfico 1 a seguir, demonstra que 6% dos estabelecimentos têm no máximo dois hectares, 22% situam-se no extrato entre dois e 10 hectares e 44% situam-se no extrato entre 10 e 20 hectares. No extremo oposto, em torno de 6% dos estabelecimentos (2 estabelecimentos) com área maior que 100 hectares.

Gráfico 1 – Percentual de estabelecimentos por extrato de área em hectare.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Com esses dados têm-se a seguinte situação: Primeiro, se juntarmos os três extratos que vão de 0,5 a 20 hectares, esse percentual de pequenos estabelecimentos elevam-se para 72%, confirmando o perfil fundiário oficial do território em questão, apresentado no *Capítulo*

III, mesmo que os extratos não tenham as mesmas escalas, ou seja, 80% dos estabelecimentos pesquisados têm áreas de até 50 hectares; Segundo, confirma a presença de áreas consideradas, ainda, como latifúndios, se tomarmos com referência, o tamanho médio da maioria dos estabelecimentos da região. Sendo assim, ainda, há grandes áreas de Caatinga, sobretudo, utilizadas pela pecuária, que o processo sucessório não se fez valer. Nesse aspecto, cabe ressaltar que algumas dessas áreas, mesmo morando filhos herdeiros, a posse oficial da terra ainda consta como dos antigos donos (os pais). Há, também, um significativo número de estabelecimentos, em todos os extratos, cuja posse é indefinida, isto é, muitos herdeiros migraram para outras regiões do país, ficando a área em comum, caracterizando na prática a manutenção de áreas relativamente grandes como propriedade de poucos.

Entre o conjunto desses extratos de área, principalmente naquelas áreas com mais de 10 hectares, as atividades produtivas agrícolas ocupam pequeno espaço do estabelecimento, não ultrapassando em média a 10% da área total. Essas áreas cultivadas variam de acordo com o tipo de solo do estabelecimento (mais ou menos propício ao cultivo) ou com o tamanho do grupo doméstico existente a reproduzirem-se desse pedaço de terra. Além disso, normalmente, a maioria dos estabelecimentos desses extratos de área tem uma atividade produtiva mais voltada à pecuária desenvolvida, de forma extensiva, em áreas de vegetação de caatinga. Isso conserva a tradicional e pioneira atividade da região, como também a oposição semântica entre o significado de áreas do *gado* e do *roçado* (GARCIA Jr. *op. cit.*, p. 23).

Sobre essa referência anterior, cabe lembrar a preponderante restrição dos donos de terras de pecuária ou de culturas comerciais de exportação (algodão e sisal), sobre seus trabalhadores/moradores, quanto à utilização de determinadas áreas, desses estabelecimentos, com culturas de autoconsumo (MOREIRA & TARGINO, 1997, cap. III). Essa cisão ou oposição entre a atividade principal (a pecuária) e o espaço do *roçado* é reforçada por aquilo que Bursztyn (1984) chama de “pecuarização” ocorrida nas décadas 1970/80, descrita no Capítulo V, que priorizou as atividades pastoris. Da mesma forma foi a ‘pressão’ da cultura do algodão, principalmente do tipo “herbáceo”, que não permitia, sequer, o consórcio com culturas alimentares dos trabalhadores/moradores (SARAIVA, 1981).

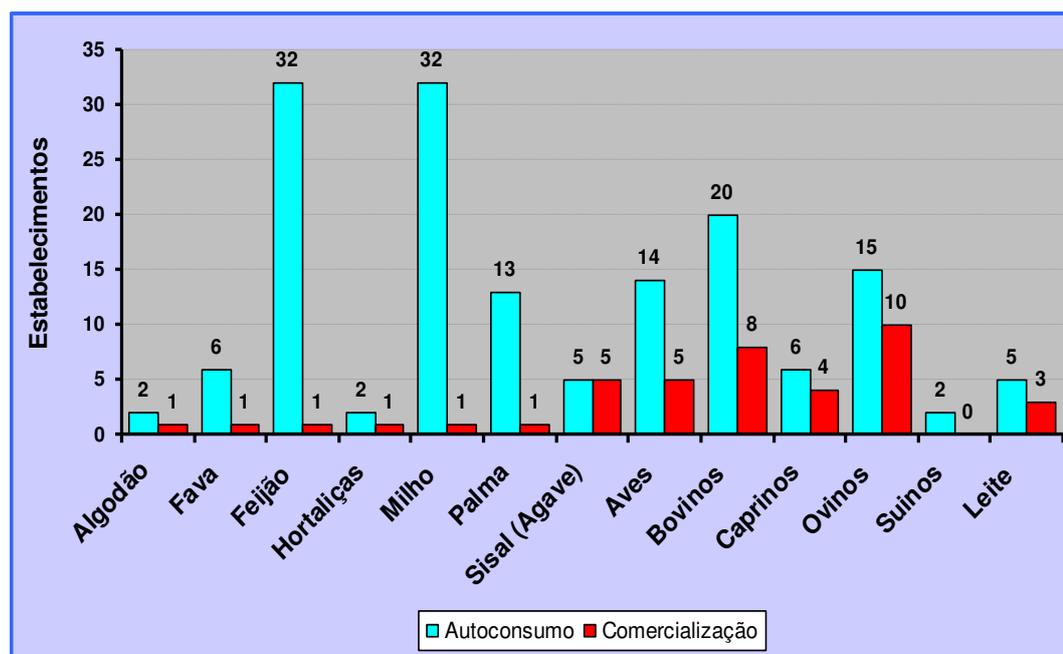
Em relação à utilização das terras com atividades produtivas, a pesquisa de campo levantou tanto daqueles produtos voltados ao autoconsumo familiar, quanto daqueles voltados à comercialização, verificando, por conseguinte, que milho e feijão são os principais produtos agrícolas da agricultura familiar do território. Em semelhante importância, as atividades criatórias de bovinos, ovinos, caprinos e aves. Assim, o Gráfico 2 a seguir apresenta a

qualificação dos principais produtos agropecuários dos 32 estabelecimentos pesquisados, já que não foi possível quantificar exatamente essa produção. Verificamos que as culturas de milho e feijão estão presentes em todos os estabelecimentos pesquisados (100%). Desse total, apenas num estabelecimento (3,12%) as informações deram conta da comercialização da parte excedente de milho e feijão, quando a colheita é favorável. Ratificando apontamentos anteriores, boa parte das áreas, desses estabelecimentos é de vegetação nativa de Caatinga, porém degradada, confirmando a preponderância da pecuária, ou seja, traduzindo em números, dos 32 estabelecimentos levantados pela pesquisa, 20 (62,50%) criam bovinos, 15 (46,87%) ovinos, 14 (43,75%) criam, em concomitância, aves e seis (18,75%) criam caprinos.

No mesmo gráfico, diferentemente, das atividades agrícolas, as atividades criatórias, além da importância no autoconsumo das famílias camponesas, são consideradas como uma considerável fonte de renda para aqueles estabelecimentos que criam, principalmente naqueles momentos de maiores dificuldades financeiras. Referimo-nos, portanto, a bovinos, ovinos e caprinos. Assim, segundo os dados são, também, comercializados, respectivamente, em seis (30%), 10 (66,7%) e quatro (66,7%). Isso reforça os dados preliminares, descritos no capítulo anterior, colhidos junto aos “atores sociais”, de que a “criação” é uma espécie de “moeda” para as famílias rurais, quando precisam de montante monetário imediato. Em paralelo a essa distinta importância das atividades pecuárias, está o cultivo da palma forrageira, presente em 40% dos estabelecimentos, tanto como suporte alimentar às “criações” quanto fonte de renda, através da venda da produção excedente para outros agricultores, que possua alguma atividade criatória.

Sobre as culturas não alimentares, apresentadas no mesmo gráfico, é importante acrescentar que as informações oficiais a respeito do algodão não condizem com aquilo que a pesquisa de campo encontrou. Isto é, os dados oficiais apresentam-na como estando entre as principais culturas (rever Tabela 14, p. 170, cap. VI), ainda que esteja em franco declínio e até a inexpressividade na maioria dos estabelecimentos. Fato é que encontramos algodão, em apenas, dois estabelecimentos. Num deles havia a cultura em pleno desenvolvimento e na outra apenas o entrevistado respondeu que ainda cultiva e comercializa certa quantidade de algodão. No entanto, cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada fora do período da cultura do algodão herbáceo, ou seja, no final de uma longa estiagem (fevereiro/março), quando as recém atividades agrícolas estavam começando. Por fim, sobre a cultura do sisal, dos cinco estabelecimentos da amostra que cultivam (15,62%), todos a têm como atividade comercial, restringindo-se, basicamente, a “sítios” de dois municípios (Algodão de Jandaíra e Pocinhos).

Gráfico 2 – Principais produtos de autoconsumo e comercialização.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Portanto, com essa demonstração sobre as *formas de utilização das terras*, independente da intensidade dos cultivos, como dos resultados quantitativos, reafirma-se a importância da agricultura no contexto do local pesquisado, ou seja, vai ao encontro da avaliação feita por Maluf (2003), ao afirmar que, de modo geral, que na realidade brasileira, “a agricultura continua a desempenhar papel destacado na reprodução econômica e social das famílias rurais do Brasil”²³⁰. Isto significa compreender a referência “agricultura”, dentro de uma dimensão mais restrita, relacionada às atividades agrícolas próprias das famílias rurais permeadas por dois componentes – o mercantil e o autoconsumo –, que para a maioria delas, torna-se até menos importante a renda obtida por essas famílias com a produção agrícola.

2.2- Composição e ocupação dos membros da unidade familiar

Sobre a composição e ocupação das famílias do território pesquisado, pode se dizer, a princípio, que há um variado perfil *etário* (jovens, adultos e idosos) e *ocupacional* (trabalhadores por contra-própria na agricultura, moradores remunerados que trabalham noutras atividades agrícolas e urbanas, aposentados, etc.), todos vivendo, de uma maneira geral, relacionados direta ou indiretamente, com o processo de *produção* e *reprodução* da agricultura familiar. Isso, por si só denota, o ‘mosaico’ de situações vivenciadas nos “sítios” e

²³⁰ MALUF, R. *A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira*. In: CARNEIRO, M; MALUF, R. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 135–152.

no ambiente de extensão destes, demonstrando a multiplicidade de *funções* que a agricultura ou o território²³¹ pode cumprir para o conjunto de famílias camponesas.

Grosso modo, essas constatações referendam tanto aquilo que se descreveu no capítulo anterior, sobre o *Perfil da População Residente* (rever Tabela 9, p. 167) e o *Perfil Populacional – Renda, Pobreza e...* (rever Tabela 11, p. 168) em que se buscou apontar um perfil prévio daquilo que se estaria, possivelmente, encontrando nos “sítios”, como os estudos que buscaram traçar os contornos socioeconômicos dos camponeses do semi-árido. Dentre estes estudos, toma-se como exemplo aquele feito por Garcia Jr. (1989), sobre as diferentes situações e funções de um grupo familiar doméstico, ou seja, naquelas atividades analisadas por esse autor²³², as constatações comprovam que o perfil e as ocupações desses “sujeitos” e/ou “libertos” mostravam-se permeadas por um complexo jogo de relações de dominação, a qual denominou de “dependência personalizada”, tanto em relação à terra como em relação ao trabalho (as atividades), enquanto elementos de reprodução social dos camponeses²³³. De maneira semelhante, na região estudada havia a forte presença do “candango do motor” (dono das máquinas e gerente das tarefas de colheita e beneficiamento do sisal) ocupando sazonalmente agricultores. Por outro lado, o estudo de Moreira & Targino (1997), ao tratar da ‘Evolução do emprego rural e das relações de trabalho no campo’, constatou que mesmo tendo ocorrido uma retração na capacidade de absorção de mão-de-obra no fim dos anos de 1970²³⁴, destaca-se, ainda, a importância da pequena propriedade, como principal fonte de ocupação, para os diferentes membros do grupo doméstico. Ou seja, decorrentes do: “... aumento da participação de mulheres e crianças no processo produtivo [...]; avanço do trabalho assalariado em detrimento de algumas formas de trabalho tradicionais (dos moradores e arrendatários)” (MOREIRA & TARGINO, 1997, p. 267).

Diante disso, a partir do universo numérico levantado [rever Tabela 19, p. 187] e no sentido de uma melhor noção dessas famílias, a Tabela 20 a seguir (p. 198), apresenta a

²³¹ É interessante lembrar que dentre as *funções* da agricultura, apontadas por Roux (2001), estão àquelas *funções territoriais*, como: a **ocupação territorial** de forma integrada à **economia local**; os processos de **inserção social** através da **reintegração** dos agricultores aos seus locais de origem; a produção para o **autoconsumo**; e, o papel da **previdência social**. Todas, mesmo não diretamente remuneradas pelo mercado e reguladas pelas políticas tradicionais, concernem um conjunto de *funções* compondo o rol das novas políticas públicas, como aquelas que eram preconizadas pelo CTE na França. (Rever organograma da pág. 44).

²³² Mesmo tendo centrado seus estudos sobre a situação dos trabalhadores da atividade canavieira no *Brejo Paraibano*, faz menção sobre semelhantes situações no Agreste (inclusive no Curimataú), relacionadas às atividades pecuárias, algodoeira e sisaleira.

²³³ Ver mais *Senhores e Moradores: a Dependência Personalizada* em GARCIA Jr. (1989), pp. 37-58.

²³⁴ Período em que intensificou o processo de “modernização” da agricultura, notadamente marcado pela “bovinização” (MOREIRA & TARGINO, 1997) e mudança no viés da cultura do algodão - substituição do tipo tradicional ‘arbóreo’ pelo tipo moderno ‘herbáceo’ – e desastrosa experiência cooperativista do setor sisaleiro (SARAIVA, 1981); Ambos os temas tratados nos dois capítulos anteriores.

Composição e perfil ocupacional das pessoas residentes nos estabelecimentos pesquisados. Assim, primeiramente, a amostragem revelou um contingente considerável de aposentados (quase 25%), dos quais muitos, ainda, executam suas atividades produtivas. Entre esses, muitos alegaram que “*mesmo que a (s) aposentadoria (s) tenha (m) melhorado as condições da família, só param de trabalhar quando as condições físicas não mais permitirem*”, revelando, na maioria dos casos, que precisam suprir as necessidades não cobertas pela mesma. Outro importante fato, é que quase 50% dos adultos dedicam-se apenas às atividades agropastoris, sustentando-se assim, a importância da agricultura para o semi-árido, mesmo com todas as adversidades socioeconômicas e ambientais até aqui mencionadas. Porém, não se pode negar a importância de outras atividades, sobretudo daquelas fora do estabelecimento, referendando a vasta literatura, que enfatiza o extraordinário papel da pluriatividade na agricultura familiar. Os exemplos encontrados, em sua maioria, estão relacionados a serviços públicos (nas prefeituras, notadamente nas áreas da saúde e educação).

Em relação às atividades não-agrícolas, no interior do estabelecimento, mencionadas por Maluf (*op. cit.*) como importantes no processo de inserção social e econômica, associando o enfoque da pluriatividade e na ampliação do campo de atuação das famílias rurais, a pesquisa encontrou pequena representatividade, ou seja, poucos são aqueles que têm outras atividades não-agrícolas internas, como forma de preenchimento da sazonalidade das atividades produtivas e/ou como complementação da renda familiar. Esperava-se, nesse quesito, uma maior desenvoltura, pois dentre as *múltiplas funções* da agricultura, está a de permitir o desenvolvimento de outras atividades remuneradas dentro do estabelecimento, como a venda direta de produtos, o artesanato, o turismo rural, etc. Os casos encontrados correspondem a agricultores que possuem um pequeno ponto de ‘venda’ (comércio) no interior do estabelecimento, normalmente junto ao campo de futebol e/ou à associação da comunidade, quando estes se localizam em área de seu estabelecimento.

Cabe ressaltar que essa ‘atividade comercial’, também, tratada por Garcia Jr. (*op. cit.*), era exercida pelo dono do latifúndio (no caso o dono do engenho). Do ponto de vista das relações sociais desse exemplo, com aqueles que se encontrou na pesquisa de campo, as diferenças são significativas, pois a figura desses pequenos comércios não se aplica as mesmas regras utilizadas pelos “*barracões*” dos senhores de engenho referenciados por Garcia Jr., ou seja, nessa trajetória de declínio da agricultura tradicional da *sujeição* (refere-se neste caso a cana-de-açúcar, foco central de seu trabalho), abriu perspectivas para alguns *libertos*, sobretudo, para aqueles com atividades melhor estruturadas no estabelecimento, uma

conciliação com algumas atividades mercantis, aos que Garcia Jr. denominou de “*negociantes*”. Sobre isso, já se havia sinalizado no *Capítulo III*, quando se referiu as tradicionais feiras. Nelas, muitos feirantes são agricultores “*negociantes*”, muitos dos quais intermedeiam a venda dos produtos oriundos da agricultura camponesa regional. A ilustração a seguir, demonstra essa realidade. Trata-se da feira semanal de um dos municípios da amostra pesquisada, onde tudo se vende, tudo se compra (de produtos agrícolas alimentares a artesanais, até utensílios e insumos agrícolas).

Foto 1 – Feira semanal de Pocinhos.



Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Verificou-se também, entre as famílias entrevistadas, que não há expressão na contratação de mão-de-obra, nem mesmo naqueles momentos de colheita e/ou de outra atividade relacionada à produção, exceto em algumas fazendas de pecuária existentes na confluência da área pesquisada, que não foram alvo da amostragem. O que existe, quando há uma necessidade mais urgente de uma tarefa agrícola (aproveitando a rápida umidade da terra), é a prática de mutirões ou trocas de dias de serviço, entre as famílias vizinhas. Isso revela o grau de solidariedade entre as famílias nas comunidades do semi-árido, pois todas as famílias vivenciam quase as mesmas angústias, ora na seca em tarefas relacionadas ao abastecimento de água, ora no período das chuvas nas tarefas agrícolas.

Por fim, encontrou-se um contingente relativamente grande de crianças e adolescentes, (mais de 40%) entre os residentes, também com importante papel na construção da multifuncionalidade da agricultura ou do território. Diz-se isso, por entender que esses jovens

‘multifuncionais’ ao manterem-se residentes nos estabelecimentos, além de contribuírem com a função econômica – nas tarefas agrícolas de produção de alimentos – propiciando a segurança alimentar, desempenham também funções sociais – através de “empregos” – ocupando os postos de trabalho; além disso, com as funções ambientais – pela inserção de práticas de proteção ambiental aprendidas na escola; e, funções culturais na conservação de hábitos, costumes e tradições das famílias camponesas²³⁵.

Tabela 20 – Composição e Perfil ocupacional em *número de pessoas e percentual de ocorrência* nas unidades agrícolas familiares dos “sítios” pesquisados.

<i>Perfil Ocupacional</i>	<i>Nº de Pessoas</i> ^[1]	<i>%</i>
Idosos aposentados	27	23,89
Adultos com atividades exclusivamente produtivas agropecuárias	52 ^[2]	44,44
Adultos com atividades remuneradas não-agrícolas fora da propriedade	13	11,11
Adultos com atividades remuneradas não-agrícolas na propriedade	03	3,59
Adultos com empregos agrícolas	01	0,85
Menores sem atividades (filhos pequenos, estudantes, etc.)	43	36,75
Total de Residentes	117	

^[1] O somatório do nº de pessoas em cada perfil ocupacional é superior ao total de pessoas residentes do universo pesquisado, porque a grande maioria dos aposentados também se enquadra como adultos com atividades exclusivamente produtivas agropecuárias ou remuneradas não-agrícolas fora da propriedade.

^[2] Incluem-se nesse total as mulheres, esposas dos titulares dos estabelecimentos, dividindo quase todas as tarefas rurais.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

2.3- Produção, autoconsumo e comercialização de produtos agropecuários

Em relação a esse ponto pesquisado, cabe destacarem-se, inicialmente, algumas dificuldades encontradas na coleta das informações prestadas pelos entrevistados, principalmente quando relativas ao montante da produção agrícola e sua estimativa em termos de renda por esta gerada. Para essa questão, em igual medida cabe lembrar o antigo debate, entre os especialistas da economia, sobre a conhecida dificuldade em mensurar em termos monetários, sobretudo daquilo designado ao autoconsumo. Essa dificuldade no âmbito quantitativo foi a mesma encontrada durante a realização do curso de Mestrado, parecendo ser uma problemática geral das pesquisas de campo relacionadas à produção familiar.

Sobre isto, do ponto de vista teórico, cabe observar as considerações de Minayo (2002, p. 131-2), para quem as dificuldades em se obterem determinadas e autênticas informações, decorrem da espontaneidade das respostas e ao efeito ‘psicológico’ da presença do pesquisador. Além disso, pode ocorrer por parte do entrevistado, por razões variadas, uma

²³⁵ Rever **Organograma sobre as funções da agricultura**, fig. 2, p. 44.

atitude de ocultar ou deturpar dados buscados pelo pesquisador, emitindo respostas aleatórias ou evasivas. Para essa autora, uma estratégia que pode aferir essa autenticidade é a capacidade de percepção do pesquisador, no decorrer da entrevistas, através de outras questões correlatas e/ou através, ainda, de repetidas visitas à unidade familiar, observando-se o conjunto das atividades produtivas. Obviamente, essa capacidade de discernimento só é possível com determinado conhecimento das questões técnicas das atividades produtivas. Nessa mesma linha de raciocínio, Carneiro (1998) sustenta que, muitas vezes, as informações referentes à renda não são fornecidas de forma precisa, devido ao agricultor enfrentar dificuldades em determinar o seu real valor. Essa situação ocorre, principalmente, em relação à produção voltada ao autoconsumo, já que o cálculo foge à percepção do agricultor, por se tratar de atividade realizada com pouco ou quase nenhum custo externo, como insumos químicos e crédito. Essa parece ter sido uma das razões das dificuldades que se encontrou no território pesquisado, já que a maioria produz substancialmente para a subsistência, com muito pouca “inovação” advinda da agricultura “moderna”.

Além disso, é preciso esclarecer que, pelo fato de o quantitativo total da produção ser pouco significativo, até, em termos de expressão monetária, em muitas unidades essa determinação econômica deixa de ser o alvo. O envolvimento de membros da família em outras atividades não-agrícolas, ao menos em tempo parcial, também coloca em segundo plano a atividade agrícola em si, acentuando a falta de noção desses quantitativos produtivos. Em vista disso, mesmo que se tenha anotado no questionário as informações referentes aos ‘quantitativos’ da produção, tem-se consciência da subjetividade, portanto, com relativa exatidão, quando feita por uma avaliação/mensuração pelos próprios entrevistados. Por isso, restringe-se aqui descrever-se mais no sentido qualitativo dessa produção agropecuária, ou seja, enumerando os *tipos* de produtos e *ocorrência* dos mesmos no conjunto de unidades agrícolas familiares pesquisadas. Isso impossibilitou, inclusive, fazer uma comparação, através da construção de uma tipologia entre os diferentes “sítios” pesquisados, como era a intenção inicial deste estudo. De toda maneira, ainda que bastante subjetiva, as duas tabelas, a seguir, qualificam essa produção. Primeiro a produção agrícola, substancialmente voltada ao autoconsumo. Depois a produção pecuária, esta por sua vez como parte da renda familiar monetarizável, confirmando as informações dos “atores sociais” descritas no capítulo anterior.

Referente à produção agrícola, é confirmada a supremacia das culturas do milho e do feijão, descritas nos *Capítulo III* (Tabela 6, p. 96) em nível microrregional (*Curimataú Ocidental*) e *Capítulo VI* (Tabela 14, p. 170) em nível de conjunto dos quatro municípios do

Território selecionado pela amostragem. Os demais produtos listados nessa informação como fava e batata-doce e mandioca não apresentaram o mesmo comportamento quantitativo em termos de frequência produtiva. Uma razão para esta disparidade em relação aos dados regionais e da amostragem é que as culturas da mandioca e da batata-doce, em especial, têm sua área de produção restrita à porção Nordeste do município de Pocinhos (fora da abrangência da amostragem), próximo à divisa dos municípios de Puxinanã (microrregião de Campina Grande) e, Montadas, Areal e Esperança (microrregião de Esperança). Nessa área, de solo mais arenoso, portanto mais propício ao desenvolvimento dessas culturas.

Nesse aspecto, a produção agrícola apresentada na Tabela 21 a seguir, é fruto das informações coletadas pelo questionário no conjunto das 32 estabelecimentos da amostragem. A priori, tomando como referência as culturas do milho e do feijão, o número revelou que apenas uma unidade, no momento da pesquisa, não estava preparando ou não tinha nenhum tipo de cultivo. Trata-se de área inferior a dois hectares, localizada próximo à zona urbana de Olivedos (“sítio” Olho D’água), em que os integrantes do grupo familiar têm outras ocupações não-agrícolas. Portanto, apenas moradores no espaço rural. Mesmo assim informaram que cultivam alguns pés de milho e feijão para o consumo.

Tabela 21 – Produção Agrícola voltada para o *Consumo próprio* e/ou *Comercialização* em *Número* e *Percentual de ocorrência* de unidades agrícolas familiares.

<i>Produto</i>	<i>Produtos Agrícolas</i>			
	<i>Consumo próprio</i>	<i>%</i>	<i>Comercialização</i>	<i>%</i>
Milho	32	100,00	02	6,25
Feijão	32	100,00	02	6,25
Fava	06	18,75	01	3,12
Mandioca	03	9,37	–	–
Batata-doce	02	6,25	–	–
Algodão	01	3,12	04	12,50
Hortaliças	03	9,37	01	3,12
Sisal (Agave)	05	15,62	05	15,62

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A amostragem, também, confirma o baixo significado das culturas do algodão e do sisal, respectivamente, com percentual de 12,5% e 15,62%, de estabelecimentos que ainda se dedicam a essas culturas, com finalidade de geração de renda. Além disso, apenas, um estabelecimento, ainda, utiliza o algodão para o consumo próprio, na confecção de fios diversos de uso doméstico. Entre os entrevistados que também cultivam sisal todos, de uma forma ou outra, o utilizam na subsistência das atividades de manejo agropecuário. Avaliamos

como pouco significativo, por tudo que essas duas culturas representaram economicamente e, ainda, simbolicamente nas *relações sociais* de toda a região semi-árida. Cabe ressaltar, no entanto, se o universo pesquisado fosse mais concentrado ou ampliado em “sítios” adjacentes ao limite entre Algodão de Jandaíra e Pocinhos, sobretudo no sítio Serra do Algodão, a expressão da cultura do Sisal seria bem maior. Nessa área, verificou-se no início dos trabalhos de campo, através de uma visita de sondagem, que a maioria das unidades está retomando a cultura, em face de uma nova perspectiva mercadológica para essa fibra vegetal.

Em relação à produção pecuária, cabe ressaltar, a princípio, que se considerou em conjunto as criações, produtos derivados e a cultura da Palma forrageira, já que esta última tem seu cultivo diretamente relacionado às atividades criatórias. Assim, a Tabela 22 a seguir, demonstra a supremacia do trinômio pecuário *bovino – caprino – ovino*, referendando os dados dos *Capítulos III e VI*, que apresentaram, respectivamente, o perfil histórico de implantação da pecuária no semi-árido (*Agreste e Sertão*) e os números censitários da trajetória dessas atividades ao longo da última década (no Território). Deste modo, estas três atividades têm forte peso na geração e/ou complementação da renda familiar, havendo mais ou menos um equilíbrio entre as finalidades – consumo e comercialização.

Tabela 22 – Produção Pecuária voltada para o Consumo próprio e/ou comercialização em *Número e Percentual de ocorrência* de unidades agrícolas familiares.

<i>Produto</i>	<i>Produtos Pecuários</i>			
	<i>Consumo próprio</i>	<i>%</i>	<i>Comercialização</i>	<i>%</i>
Bovinos	20	62,50	08	25,00
Caprinos	06	18,75	04	12,50
Ovinos	15	46,87	10	31,25
Suínos	02	6,25	–	–
Aves	14	43,75	05	15,62
Peixes	01	3,12	–	–
Palma forrageira	13	40,62	01	3,12
Leite	05	15,62	03	9,37
Queijo	01	3,12	01	3,12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

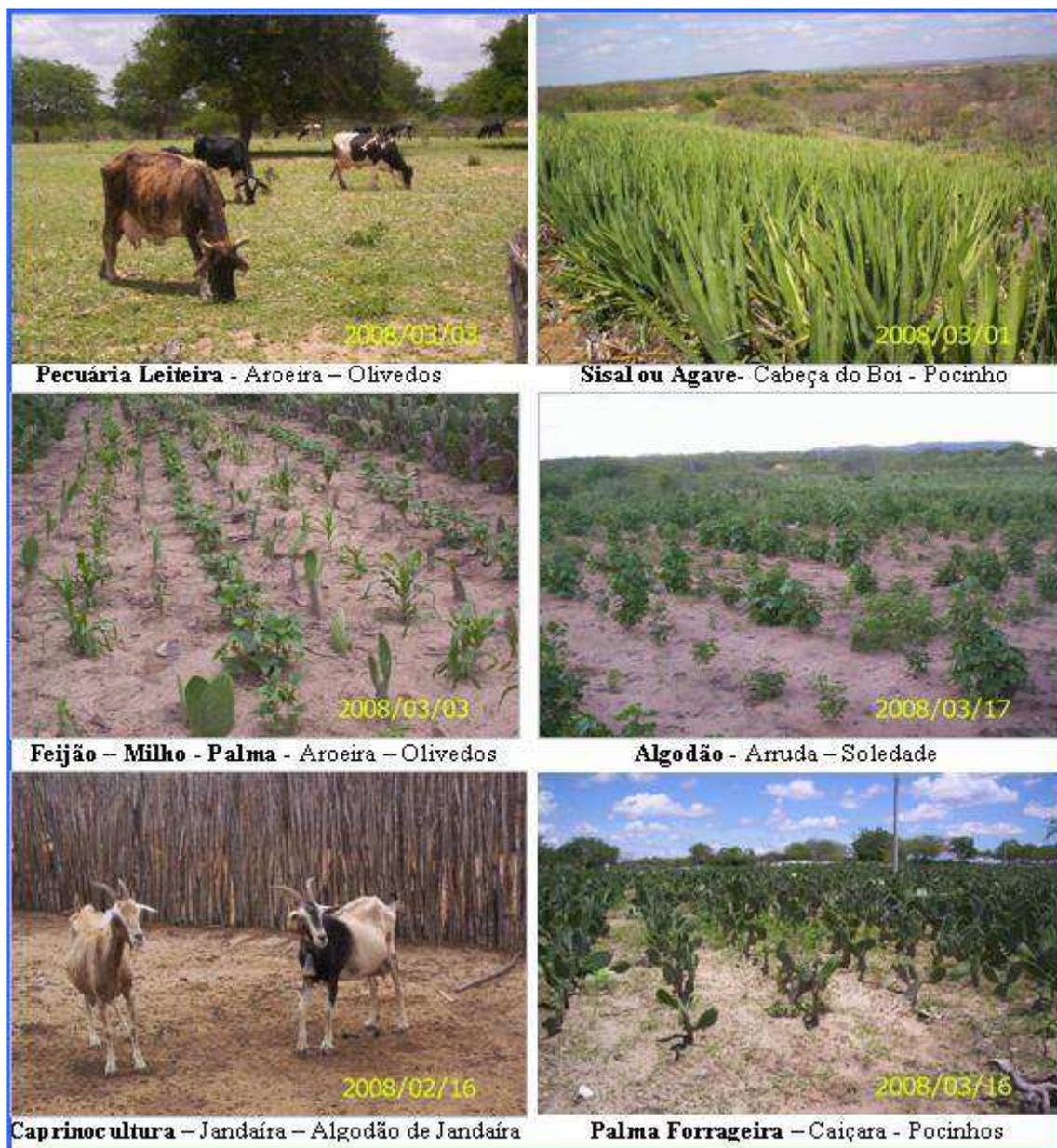
A produção da Palma forrageira acompanha o percentual de presença da bovinocultura (25%), havendo certo percentual de produtores (12,5%), que já começam a obter renda com a venda, a outros criadores, do excedente de Palma forrageira produzido. Observou-se também que a criação de aves está em quase 50% dos estabelecimentos, voltada, exclusivamente, para o autoconsumo. No sentido oposto, encontramos, apenas, duas unidades que criam suínos,

igualmente, para o consumo. Uma explicação técnica para a inexpressividade dessa atividade criatória está relacionada ao grau de competição dessa atividade com outras sessões internas²³⁶, mais importantes na produção para o autoconsumo dos agricultores. Em relação a essa importância, estamos nos referindo àquelas atividades criatórias que não “competem” diretamente na produção de alimentos, que os agricultores utilizam diretamente, isto é, da criação de animais que não dependem exclusivamente da produção (de grão, por exemplo) para serem desenvolvidas, como é o caso da bovinocultura, caprinocultura, etc. Na amostra, curiosamente, levando-se em conta as características fisiográficas regionais, contrariando a lógica exigida pela atividade, encontrou-se um estabelecimento com produção de peixe para o consumo. Por fim, a produção do leite vem crescendo, especialmente nos municípios de Soledade e Olivedos, onde há uma organização (associação dos produtores), que gerencia a coleta e o resfriamento do produto, comercializado para uma grande indústria.

Como ilustração dessa produção agropastoril, seja para o autoconsumo e/ou comercialização, apresenta-se a seguir uma seleção de imagens das principais atividades encontradas na amostra pesquisada. Preliminarmente, ressalve-se que a coleta das informações junto aos “sítios” deu-se em período que já haviam ocorrido as primeiras chuvas na região da *Borborema*. Com isso, a paisagem observada nas fotos parece não representar muito bem o que até aqui se descreveu e se reiterou sobre as características fisiográficas do semi-árido, ou seja, de um ambiente de escassas atividades agropastoris, decorrente da ação climática. Assim, em relação às culturas anuais de milho e feijão, cumpre ressaltar que, normalmente, são culturas consorciadas. Há muitos agricultores que costumam incluir uma terceira cultura de ciclo mais longo (até 3 anos). Trata-se da Palma forrageira, como o caso em uma das fotos da ilustração, que na época da coleta dos dados estava em fase inicial de cultivo (plantio). Observa-se na mesma foto, ao lado desse consórcio uma faixa de palma forrageira quase no período de corte, certamente, em decorrência de consórcios de safras anteriores. Isso demonstra o máximo aproveitamento dessas áreas destinadas ao cultivo, confirmando também, as informações anteriores sobre a *Situação legal e formas de utilização das terras* (item 2.1, p. 190), historicamente, o da predominância das áreas do gado sobre as do ‘roçado’. As atividades nas pecuárias da bovinocultura e caprinocultura leiteira, também voltadas para o autoconsumo e na geração de renda. Por fim, as culturas comerciais do sisal e algodão, complementando a renda de muitas unidades agrícolas familiares.

²³⁶ São os *produtos* e *serviços* que uma atividade agrícola cede à outra na mesma unidade agrícola, dentro de um período de produção. Uma clássica *Cessão Interna* é o **milho** produzido no estabelecimento e utilizado na produção (alimentação) animal da própria propriedade (SOLDATELLI *et ali.*, 1993). [grifos meus]

Foto 2 – Atividades agropecuárias nos “sítios” do território.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

2.4- Outras fontes de receita e auxílios à família

Mesmo que se tenha visto, no universo de estabelecimentos da amostra, através do item 2.2 (*Composição e ocupação dos membros da unidade familiar*), uma predominância das *ocupações e atividades* em torno da produção agropecuária, a pesquisa também encontrou uma variedade de outras fontes de renda/receita, que integram temporária ou permanentemente, o conjunto das famílias camponesas do território. Compõem estas outras formas de renda o crédito agrícola [rural], as subvenções sociais (aposentadorias rurais, bolsas de auxílio à família, seguros safra, etc.) e rendas, frutos da pluriatividade. Estas rendas

auxiliam as atividades agropecuárias, a medida que servem como complemento na subsistência destas e/ou para aquisição de bens de consumo do grupo doméstico, que é beneficiado institucionalmente por essas subvenções, exatamente pelo trabalho realizado na agricultura. Isso reafirma as considerações teóricas, descritas no *Capítulo II*, quando se apontou a importância do crédito rural (o PRONAF no Brasil), das subvenções sociais (as ‘ajudas diretas’ as ‘zonas desfavorecidas’ de algumas regiões francesas, preconizadas pelo CTE e as aposentadorias rurais aos agricultores numa região marginalizada de Santa Catarina) ambos os exemplos estudados por Cazella (2000; 2002), da pluriatividade e da reintegração territorial (através do Banco da Terra), respectivamente no Brasil e na França, ambas as situações estudadas simultaneamente por Carneiro (1998; 2002). Além disso, o PRONAF, mencionado no *Capítulo VI*, como integrante da abordagem territorial conexas ao tema da multifuncionalidade, quando se apresentou o *Perfil geral do território* e, amplamente justificado pelos “atores sociais”, como de suma importância à agricultura familiar.

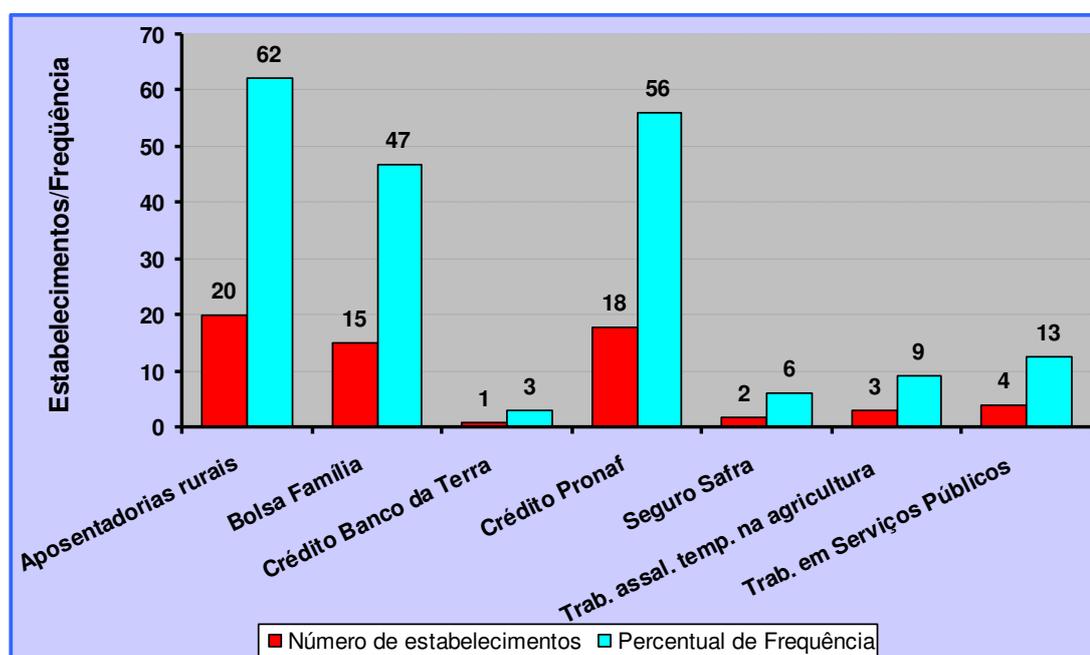
Diante disso, a pesquisa levantou um rol de outras fontes de receita, que integram a renda das famílias. No universo dos 32 estabelecimentos a demonstração é que essas outras fontes de renda/receita familiar são importantes na reprodução social e desenvolvimento territorial da agricultura familiar do semi-árido. O Gráfico 3, a seguir, apresenta as Aposentadorias rurais, a Bolsa família e o Crédito PRONAF, como sendo os principais elementos de segurança da integridade do grupo doméstico, ou seja, em mais de 60% das famílias há, pelo menos, um aposentado, em quase 50% das famílias existe o benefício Bolsa Família e em mais de 50% dos estabelecimentos seus titulares asseguraram que de 2002 para cá, acessaram, pelo menos, uma vez o PRONAF. Cabe ressaltar, em relação às aposentadorias, que a pesquisa encontrou um estabelecimento em que todos os integrantes da família são aposentados. Trata-se de uma unidade agrícola familiar cujo casal proprietário é aposentado, tendo ainda sob sua guarda familiar o patriarca da família, um ancião com 98 anos na época da pesquisa, igualmente aposentado. Com esse exemplo, dentre outros, em que há mais de uma aposentadoria por núcleo familiar, percebeu-se uma adequada condição da moradia e um bom ambiente de auto-estima entre os membros da família entrevistada.

Mesmo não sendo uma característica importante do território pesquisado, encontraram-se alguns estabelecimentos em que seus titulares ou algum membro adulto exerciam, de forma temporária e/ou esporádica trabalhos assalariados na agricultura, sobretudo em serviços de manejo animal (como vaqueiro), nas fazendas próximas. Outra importante fonte de renda para 13% dos estabelecimentos pesquisados são as atividades

exercidas junto ao poder público dos municípios. Trata-se de agricultores (as) que exercem funções docentes e administrativas no segmento educacional (professores, merendeiras, etc.), funções na área da saúde (agentes do Programa de Saúde da Família – PSF) e outras atividades administrativas e de assessoria às Prefeituras. Bom exemplo disso é o município de Algodão de Jandaíra, que em torno de 10% dos 2.342 habitantes²³⁷ têm algum tipo de vínculo de trabalho com a prefeitura da cidade.

Na opinião de alguns entrevistados, beneficiados por algum tipo de subvenção social, uma outra importante segurança a agricultura familiar é o Seguro-Safra. No entanto, mesmo com as sucessivas frustrações nas lavouras de milho e feijão, poucos foram os estabelecimentos (menos de 10%), que acessaram a esse tipo de auxílio à Agricultura familiar, alegando a burocracia para fazer jus a esse tipo de ajuda pública. Por fim, ainda no âmbito dos recursos públicos cedidos à agricultura familiar, a pesquisa encontrou na amostragem uma unidade familiar com atividades produtivas geridas a partir dos recursos do Banco da Terra. Isso denota o processo de *reintegração* pautado como uma das funções territoriais, relacionadas ao desenvolvimento local, que a agricultura é capaz de propiciar (ROUX, 2001). Aponta, também, na perspectiva de que a receita obtida da venda proveniente das atividades agrícolas não é totalmente desconsiderada, desde que associadas a atividades criatórias, sobre as quais se estruturam a renda e a qualidade de vida das famílias.

Gráfico 3 – Outras fontes de receita familiar.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

²³⁷ IBGE. **Contagem da população – 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em nov. 2007.

Ao agruparem-se as informações das Tabelas 21 e 22 com os dados do Gráfico 3, buscou-se por fim, saber qual o ‘montante’ de renda do estabelecimento familiar. Obviamente, essas informações possuem um grau bastante subjetivo, logo com relativa exatidão. Além do mais, não se dispunha de meios para aferi-las, tão somente a partir das entrevistas²³⁸. Procurou-se saber, então, primeiro, qual o ‘*total de renda gerada com as atividades produtivas*’ ou questionadas de outra forma, quando a produção era exclusivamente voltada ao autoconsumo, qual o ‘*total de gastos que teria a família caso tivesse que comprar tudo aquilo que produz para o consumo*’? Depois, qual a ‘*renda total da família, considerando todas as fontes, inclusive aquelas rendas fruto das subvenções sociais (aposentadorias, bolsa família, etc.)*’?

Ainda que a pesquisa não tenha um cunho quantitativo, nem a preocupação centrada nas questões econômicas, essas informações foram substanciais para se averiguar em outros dados *sociais* e *culturais*. Refere-se às funções ambientais, já que as atividades produtivas estão diretamente relacionadas com práticas e ações entrópicas junto ao meio ambiente. Desse modo, a Tabela 23 a seguir, apresenta a renda média mensal, proveniente das receitas da produção e total, das 32 famílias pesquisadas. Metodologicamente, juntando os dois primeiros extratos de renda (de até 200 e de 200 a 400 reais), decorrentes da *Produção*, tanto em *número de famílias* como o *percentual de ocorrência* indica que em quase 78,13% (25 estabelecimentos) mal chegam a equivaler a um salário mínimo vigente²³⁹ e que para quase 22% dos estabelecimentos a renda provem de outras fontes. Na outra ponta do extrato, ou seja, juntando os dois últimos extratos (de 600 a 1.000 e de 1.000 a 2.000 reais), os dados são, respectivamente, insignificantes ou praticamente inexistentes, quando provenientes da produção e chegam a 50% dos estabelecimentos, quando se considera o todo da renda, em que entram as outras fontes de renda, anteriormente, descritas. Com isso fica referendada, mesmo em patamares monetários muito baixos, que é importante a contribuição da produção na renda direta das famílias bem como a significância em termos de produção voltada ao autoconsumo, já que o cálculo foge à lógica econômica, preconizada pela agricultura produtivista. A mesma tabela confirma, também, as informações (do Gráfico 3, página anterior), referentes à importância de outras fontes de renda ou receita da agricultura familiar, sobretudo, das aposentadorias rurais, como já havia constatado Cazella (2002), através de pesquisa noutra

²³⁸ Conforme razões anteriormente esclarecidas no item 2.3- **Produção, autoconsumo e comercialização de produtos agropecuários**, nas págs. 198-203, deste capítulo.

²³⁹ Na época da pesquisa de campo (fev./mar. 2008) o salário mínimo vigente era de R\$ 370,00 (Trezentos e setenta reais).

região de agricultura familiar marginalizada ou “zona desfavorecida”²⁴⁰. Isto é, se juntarmos os três extratos intermediários da Tabela 23 (de 400 a 600, de 400 a 600 e de 600 a 1.000 reais), considerados dentro dos padrões de renda das famílias do território²⁴¹, referente à *Renda Total* (da *produção* e *outras rendas* da família), verifica-se que 62,5% das famílias têm assegurado uma renda mínima de mais de um salário mínimo.

Tabela 23 – Evolução da *Renda Média* mensal da *Produção* e *Total* das famílias, por extrato em *real* e *percentual de ocorrência*, nas unidades agrícolas familiares do território pesquisado.

<i>Extrato de valor (R\$)</i> ^[1]	<i>Renda Média Mensal</i>			
	<i>da Produção</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
Até 200	12	37,50	01	3,13
De 200 a 400	13	40,63	06	18,75
De 400 a 600	06	18,75	09	28,12
De 600 a 1.000	01	3,12	11	34,38
De 1.000 a 2.000	-	-	05	15,62
Total	32	100	32	100

^[1] Valores estimados pelos entrevistados e calculados monetariamente pelo pesquisador.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Por fim, levando-se em consideração a grande extensão do PRONAF, ao qual deve estar associado algum tipo de melhoria estrutural nos estabelecimentos (instalações agropecuárias, moradia, etc.) e/ou atividades produtivas, nossa compreensão é que o referido programa contenha um conjunto de outras ações decorrentes dessa política pública, dentre elas a de assistência técnica aos agricultores beneficiários. Nesse sentido, aproveitando esse entendimento, mesmo sendo tema, nesse ponto – outras fontes de renda familiar –, fora da discussão, buscou-se averiguar a amplitude desses serviços de assistência técnica e extensão rural. As entrevistas revelaram que a procura pelo órgão encarregado da assistência técnica – a EMATER – é esporádica, bem como o trabalho da mesma, junto aos agricultores, é bastante deficitário. Complementaram alguns entrevistados que, na ocorrência de necessidades urgentes, a exemplo da assistência veterinária e problemas fitossanitários, acabam recorrendo, na maioria das vezes, a empresas comerciais de produtos agropecuários na sede dos municípios. Essas informações foram cruzadas com as entrevistas realizadas com os extensionistas das EMATERs locais, em cada município pesquisado, confirmando a deficiência da extensão rural junto à agricultura familiar. As justificativas giraram em torno

²⁴⁰ Sobre essa denominação, tratada no *Capítulo I* (pág. 18), cabe, apenas, uma analogia entre as dificuldades estruturais da agricultura dos dois exemplos empíricos. Em ambas as situações há semelhante trajetória de exploração, pautada, sobretudo, na pecuária e em culturas agrícolas em decadência. Ver mais em Cazella (2003).

²⁴¹ Com base nos índices sociais apresentados no *Capítulo VI* (Tab. 11, p. 168).

do escasso investimento público do Governo Estadual para o setor (em pessoal, em equipamentos e instalações e em capacitação).

Na esteira dessa questão, buscou-se indagar dos entrevistados a possibilidade de os mesmos modificarem ou especializarem mais o tipo de produto e/ou suas atividades agropecuárias ou, ainda, utilizarem seus estabelecimentos com outras finalidades, além das atividades produtivas (turismo rural, por exemplo), como forma de dinamizarem, economicamente, o estabelecimento e/ou complementarem a receita das famílias. Em relação à primeira situação, as respostas foram evasivas, quando muitos até afirmaram que topariam melhorar a atividade, porém sem vislumbrarem boas perspectivas de parte da escassa assistência técnica. Estes justificaram, na maioria dos casos, as dificuldades e incertezas climáticas. Já sobre a possibilidade de uso do estabelecimento com outra atividade econômica, que não a produtiva agrícola, se percebeu que os agricultores ainda não vislumbram essa *função* possibilitada pelo espaço rural²⁴², mesmo que o território pesquisado contenha inúmeros locais, de uma riqueza cultural e ambiental com grande potencial (sítios rupestres, áreas de montanha propícias a esportes radicais como rapel, etc.).

3- Recursos naturais e meio ambiente

Na *Introdução* desta tese considerou-se a necessidade de analisar a interação entre as famílias rurais e a relação com o meio ambiente em sua dinâmica própria de reprodução social. No *Capítulo I*, ao se resgatarem as concepções sobre a multifuncionalidade da agricultura ou do território, igualmente, a questão dos recursos naturais e do meio ambiente estiveram na pauta, sendo uma das principais razões da emergência das discussões na Europa – *a sustentabilidade ambiental da agricultura* –, que apontava políticas de revitalização e reintegração territorial, enfatizando uma agricultura de melhor qualidade ambiental. Por outro lado, no *Capítulo III*, vimos a forma como se deu a exploração do espaço agrário do Semi-Árido, sobretudo no *Agreste*, decorrente da implantação, primeiramente, da pecuária, seguindo-se de uma agricultura sem qualquer cuidado com o ambiente. A confirmação disso teve-se a partir dos primeiros contatos com o território estudado, bem como das informações e entrevistas com os “atores sociais” locais, descritas no *Capítulo VI*, que demonstra a clarividente forma de como ocorreu o uso dos recursos naturais no *Curimataú Ocidental*.

²⁴² Como também não vislumbraram, na maioria dos casos estudados pela pesquisa “**Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras**” (MALUF, 2003, p. 141).

Para Maluf (2003), a preservação dos recursos naturais só pode ser avaliada, quando são consideradas as relações entre a agricultura praticada pelos camponeses no território em que vivem. Isto porque, de modo geral, é permeada por inúmeras controvérsias entre os *objetivos* e as *práticas* desenvolvidas por essa agricultura. Diante disso, a amostra dos 32 estabelecimentos, através das entrevistas junto aos agricultores das oito comunidades ou “sítios”, buscou elucidar questões relacionadas aos recursos naturais e meio ambiente. Para isso as questões foram: i) em relação à produção dados, sobre os sistemas de cultivo, o uso de equipamentos e máquinas, e, o uso de insumos e outras técnicas; ii) em relação à estrutura do estabelecimento agrícola, dados sobre abastecimento de água, destino dos dejetos humanos e de animais; e, iii) em relação à concepção dos agricultores sobre recursos naturais, dados sobre água, vegetação e fauna local.

3.1- Práticas produtivas e as relações com a agricultura ‘moderna’?

Em relação aos sistemas de produção, a pesquisa constatou que em todas as unidades agrícolas familiares, que realizam algum tipo de cultivo, o fazem de forma convencional, preparando os “roçados”²⁴³, ou através da aração do solo, ou de um cultivo mínimo através do uso da enxada, após realizarem a “broca”²⁴⁴ da área. Dos que fazem a aração, a grande maioria já não utiliza mais a tração animal, pois entre os municípios pesquisados há alguns que possuem o serviço público da “patrulha agrícola mecanizada”²⁴⁵, que realiza esses trabalhos de preparação de terras, na época do plantio. Em alguns “sítios” a própria associação local das famílias camponesas ou a federação dos trabalhadores da agricultura mantêm um trator equipado, para o atendimento local dessa demanda produtiva. Já entre aqueles, que, ainda, possuem animais para o trabalho na lavoura, no máximo os utilizam para as tarefas complementares de capina e transporte da colheita.

Entre os entrevistados, quando questionados sobre a não ou pouca utilização da tração animal, muitos alegaram que,

²⁴³ Ou “áreas de plantio das culturas alimentares” (COHEN & DUQUÉ, 2001, p. 14). Salientam ainda as autoras que “a palavra roçado têm uma etimologia interessante, pois vem do verbo roçar” (*Id.*). Acrescenta-se ainda, na situação regional do semi-árido, que essa expressão demarca certa separação entre os diferentes tipos de atividades: de pecuária (área de pasto) e de agricultura (área de roçado). Nesse sentido, roçado marca “um espaço [social] em que são reproduzidas as condições sociais dos cultivos realizados por um grupo doméstico de pequenos produtores” (GARCIA, Jr., 1989, p. 24).

²⁴⁴ Que significa: i) Preparo manual de área de plantio, consistindo na **derrubada** de árvores maiores, **roçada** dos arbustos e ervas, com posterior amontoamento e queima; ii) Também é **cortar** (o mato) ou **derrubar** (as árvores), limpando terreno para o cultivo [td.: *Vamos brocar este mato e estas árvores para preparar o terreno*]; [int.: *Antes de plantar, terão de brocar...*]; iii) Ou ainda **cortar** com foice (o mato miúdo) [td.]. [grifos meus]

²⁴⁵ Que é basicamente composta por um trator equipado com arado e/ou grade aradora. Raramente essas patrulhas mecanizadas possuem outros equipamentos mais especializados como colhedoras e/ou debulhadoras, ambos acionados pelo trator.

“por causa das secas que têm ocorrido nesses anos todos, tem pouco pasto pras criação, as áreas são pequenas, fica tudo muito difícil, [...] manter uma junta de bois ou um jumento pra os trabalhos do cercado”
(Agricultor do “sítio” Serra do Algodão – Algodão de Jandaíra).

Referente ao uso de insumos e outras técnicas da agricultura “moderna”, percebeu-se que as respostas eram evasivas, já que no rol de questões estava aquelas relacionadas ao uso ou não de agrotóxicos, demonstração da existência de uma espécie de receio dos entrevistados em responder fielmente sobre esse assunto. No máximo, respondiam que utilizam “... *somente veneno para matar formiga*”, como se os riscos fossem menores, tanto para o ambiente como para o agricultor, já que, normalmente, manipulam esses produtos sem o mínimo de cuidados e de orientação técnica. De fato, há um uso relativamente pequeno de insumos agropecuários, se comparado com outras áreas de produção mais dinâmica, do ponto de vista do agronegócio, voltadas, sobretudo, para o mercado, como é o caso de municípios vizinhos (Remígio e Esperança). Nesse item *insumos*, o questionário apontou que a grande maioria ainda utiliza sementes “certificadas” distribuídas pelo governo, mesmo que alguns relatos tenham sido de que tais sementes,

“... não têm dado o desempenho esperado, igual aqueles resultados que dava antes, [...], que a gente tirava das ‘roças’ [...] de tudo que a gente usava prá comer, daquilo que foram plantadas com sementes que a gente mesmo guarda ou que um vizinho cede prá gente”
(agricultor do “sítio” Jandaíra – Algodão de Jandaíra).

Talvez essa controvérsia esteja relacionada com a facilidade e a certeza dos agricultores, de que a cada ano programas farão a distribuição de sementes. Prova disso, é quando a coleta de dados estava sendo feita no município de Soledade, período em que já havia-se iniciado a estação das chuvas, percebeu-se a intensa movimentação dos agricultores junto a Secretaria Municipal de Agricultura, na busca de sementes. Verificamos *in lócus* que essa secretaria possui um Banco de sementes, e no momento tinha tanto variedades *crioulas*, quanto variedades “certificadas” do programa federal de distribuição de sementes. Essa iniciativa tutelada pela secretaria demonstra a importância e o engajamento dos agricultores no processo de *convivência* com a semi-aridez, tanto no uso de sementes crioulas quanto no sincronismo das atividades de cultivo às condições climáticas locais.

3.2- Estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente

Em relação à estrutura dos estabelecimentos agrícolas familiares visitados, no tocante ao abastecimento de água, destino dos dejetos humanos e animais e destino do lixo, a

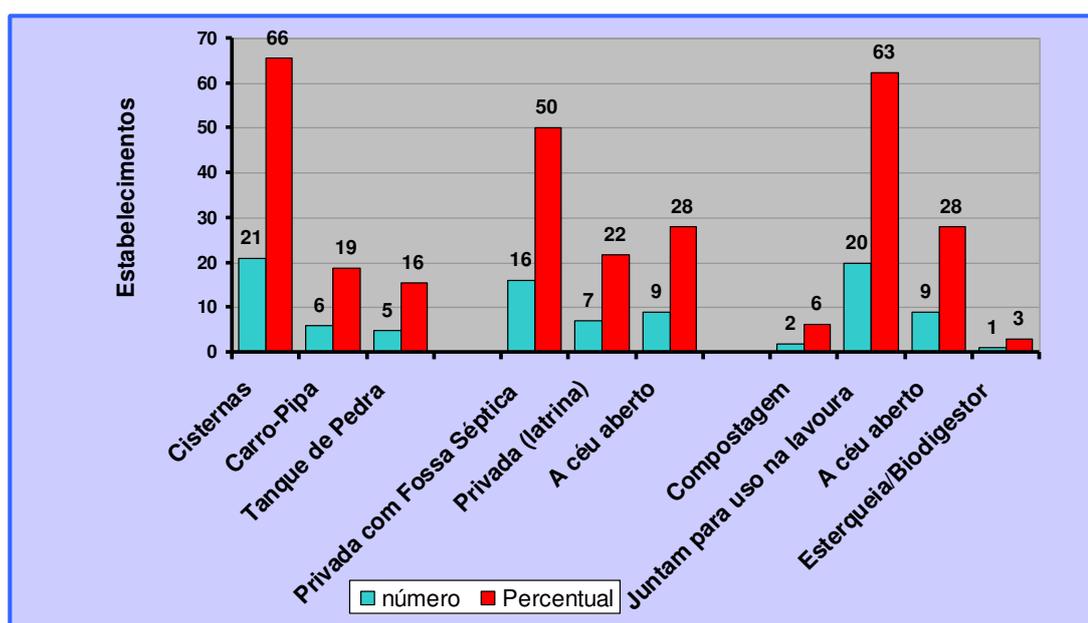
pesquisa encontrou uma diversificada situação sanitária e ambiental, relacionadas, obviamente, a fatores como grau de instrução das pessoas do núcleo familiar, faixa etária do grupo doméstico, tipo de atividade (agricultura ou pecuária), estrutura das moradias, etc. Nesse sentido, o Gráfico 4 a seguir apresenta agrupadamente as informações relativas ao perfil do sistema de abastecimento de água, do destino dos dejetos humanos e dos animais, do conjunto dos 32 estabelecimentos pesquisados.

Os resultados apontam a forte presença de cisternas, especialmente as do tipo “placas”, ultrapassando a 65% dos estabelecimentos pesquisados. Porém, encontramos um percentual de quase 20% dos estabelecimentos, especialmente nos municípios de Algodão de Jandaíra e Olivados, que ainda não possuem esse tipo de reservatório da água de longa duração (as cisternas de placas). Possuem, porém, outros tipos de reservatórios, de menor capacidade de reserva (cisternas de placas calçadão, tanques de cimento, pequenos reservatórios metálicos ou de plástico, com capacidade para 200 litros). Estes, por sua vez, são abastecidos, regularmente, pelos carros-pipa do exército brasileiro e/ou das prefeituras municipais. Outros se abastecem de água ‘potável’ através de depósitos do tipo “Tanque de Pedra”, construídos aproveitando as formações naturais do terreno. Sobre esse último tipo de reservatório, quando questionamos sobre a qualidade dessa água, muitos respondiam: “... *só utilizamos pra o consumo das criação*” (agricultor do “sítio” Umbuzeiro – Soledade). Contudo, faz-se necessário esclarecer que estes tipos de reservatórios são bastante vulneráveis, do ponto de vista quantitativo e sanitário, respectivamente, pela rápida evaporação da água armazenada e facilidade de contaminação, já que a maioria fica a céu aberto. Referente ao destino dos dejetos humanos encontrou-se uma razoável estrutura nas residências visitadas, ou seja, 50% delas tem instalações sanitárias com fossa séptica e outros 22% possuem pelo menos uma privada (latrina). No entanto, em alguns “sítios” menos estruturados, encontramos um considerável número de habitações que ainda não possuem instalações sanitárias (mais de 20%), dando um destino incorreto aos dejetos (a céu aberto).

Estas duas informações, do abastecimento de água e do destino dos dejetos humanos, foram comparadas às informações fornecidas pelos agentes de saúde locais (do PSF). Os dados desse serviço oficial confirmam os erros no uso da água e a falta de condições sanitárias, através dos inúmeros casos, pelos mesmos confirmados, de enfermidades de transmissão hídrica. Isso condiz com alguns IDHs do território pesquisado, apresentados no *Capítulo VI*, que contribuem para a manutenção de alguns índices negativos da saúde da população rural.

Representado também no mesmo gráfico, a questão sanitária relacionada com o destino dos dejetos dos animais. Nesse quesito, as informações deram conta que grande parte dos estabelecimentos dá importância ao destino corretos das excretas dos animais, ou seja, juntam em determinado local e aproveitam como adubo nos “roçados”, especialmente de milho, feijão e palma forrageira. Verificamos, ainda, que, apenas, dois estabelecimentos utilizam esses dejetos na produção técnica de compostagem, igualmente, utilizada na lavoura. Sobre isso, cabe destacar um exemplo bastante diferenciado em termos de sanidade da ambiência do estabelecimento. Trata-se de um agricultor, na Comunidade ou “Sítio” Arruda, em Soledade, que aproveita os dejetos animais, também no funcionamento de um biodigestor do tipo “Chinês”. Isso demonstra que os estabelecimentos familiares, independente do tamanho e objetivos produtivos, podem internalizar alternativas auto-sustentáveis. Por fim, na mesma questão, encontrou-se ainda um considerável percentual (quase 30%) de estabelecimentos, em que seus moradores não se preocupam com a questão ambiental, tampouco vislumbram o aproveitamento dos dejetos dos animais, no sentido socioeconômico. Entre esses casos, ironicamente, estão aqueles que têm um viés mais pecuário.

Gráfico 4 – Abastecimento de água e Destino dos dejetos humanos e animais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

3.3- Os recursos naturais: algumas concepções dos camponeses

Encerrando esse eixo de questões sobre os *Recursos naturais e meio ambiente*, a coleta de informações buscou saber a concepção dos agricultores sobre o uso de alguns recursos naturais como água, vegetação e fauna local. Preliminarmente, cabe ressaltar que,

além de ser uma questão bastante subjetiva, na maioria das vezes, foram respondidas com certas ressalvas pelos entrevistados, alegando que o assunto era delicado de se abordar. Segundo algumas confidências, além da pressão da lei e da opinião pública sobre a problemática ambiental, no cenário atual, como um compromisso cidadão de todos, muitas vezes, os agricultores são colocados como os únicos vilões do problema.

Deste modo, foram levantadas duas questões: i) *Nos últimos 10 anos, as matas na região aumentaram, diminuíram ou permaneceram em igual patamar?* ii) *Nos últimos 10 anos, as espécies silvestres da região aumentaram, diminuíram ou permanecem sendo vistas com a mesma frequência?* Sistematizadas as informações, das 32 entrevistas realizadas, 33% e 15% optaram, respectivamente, por não responder sobre a situação da flora e da fauna local. No entanto, considerável número (46%) percebem que as matas têm diminuído ao longo dos anos e uma outra maioria (65%) foi categórica em responder que a fauna é quase inexistente, devido à caça ao longo do tempo. Muitos desse grupo até ilustraram com declarações de que:

“... muita gente de vez em quando vive da venda de uma lenhazinha, [...], vendendo carvão, mesmo sabendo qui pode a qualqué hora ser pego pelo IBAMA” (agricultor do “sítio” Arruda - Soledade).

Outro também afirmou que:

“... tem gente, [...] ainda as vez pega um tatu peba por essa caatinga ai, mesmo sabendo que é proibido...; mais é difícil, tem muito poca caça hoje...” (agricultor do “sítio” Umbuzeiro - Soledade).

Além disso, determinado percentual (18% e 15%) de entrevistados responderam, respectivamente, que as matas e a fauna estão da mesma forma, como era há alguns anos atrás. Curiosamente, contrariando aquilo que observamos e na percepção da maioria dos entrevistados (tanto “atores sociais” como agricultores), a pesquisa encontrou uma resposta que, tanto as matas quanto a fauna aumentaram nos últimos anos. Com isso julgamos que essa heterogeneidade das respostas dos agricultores denotam uma distância entre a compreensão destes e a emergência da problemática ambiental²⁴⁶.

Desse modo, ilustrando essa *relação* dos camponeses com os recursos naturais e o meio ambiente, sejam na forma de produção, sejam na estrutura dos estabelecimentos, a seguir um conjunto de imagens. Assim, nas duas primeiras fotos aparecem aquelas práticas comumente condenáveis de uso dos recursos naturais, que não condizem com as respostas dadas pelos entrevistados, pois se verificaram desmatamentos e queimadas, tanto para o

²⁴⁶ Talvez não sejam contraditórias as visões defendidas: 1) as matas têm sofrido a ação das carvoarias; 2) algo tem limitado isso, a fiscalização.

consumo de lenha e, certamente, na produção de carvão, quanto no preparo de áreas para o plantio. Em sentido oposto, as demais fotos referendam uma relação de *convivência* com a semi-aridez. Numa delas o aproveitamento de plantas xerófilas (Xique-xique) na alimentação animal, queimado para melhorar a palatabilidade dos animais, já que se trata de planta muito espinhosa. As demais mostram as alternativas de captação e reserva de água, para o atendimento das necessidades humanas e produtivas do estabelecimento. Numa delas a ilustração de uma cisterna de placas, mencionada no *Capítulo IV*, com reconhecida eficiência no abastecimento de água potável às famílias rurais do semi-árido. Por fim, referências às práticas da construção de “Tanques de pedra”, uma forma de aproveitamento das condições naturais, pois existem inúmeros afloramentos de rochas areníticas na região.

Foto 3 – Sistemas e estruturas nos estabelecimentos agrícolas relacionadas aos recursos naturais e ao meio ambiente.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

4- Identidade e condições de vida e trabalho

Nesse terceiro eixo temático, a pesquisa de campo buscou identificar elementos relacionados com uma importante função – a *territorial* – mencionada nos *Capítulos I, II e VI*, isto é, elementos como a *identidade* dos sujeitos com o meio, propiciando o desenvolvimento rural, através de *ocupação territorial* (ROUX, 2001). Desse modo, a agricultura, cumpre importante papel na manutenção do tecido social e cultural, que vai além das condições econômicas. Trata-se de outros papéis ligados à identidade social e às formas de sociabilidade dessas famílias (MALUF, 2003, p. 144). Nesse viés, uma primeira questão que se levantou entre os entrevistados foi saber-se *qual é ou foi a atividade exercida por seus pais?* Ou seja, se são ou foram *agricultores, assalariados na agricultura ou fora dela*. Como resposta, encontrou-se 100% dos estabelecimentos geridos por agricultores familiares, igualmente descendentes de agricultores, mesmo que esses tenham, em determinada época, exercido atividades assalariadas (na atividade sisaleira, por exemplo) e/ou outras atividades profissionais. Isso confirma os dados iniciais do capítulo, em que todos são proprietários de suas unidades e, em torno de 80%, adquiridas fruto do processo sucessório.

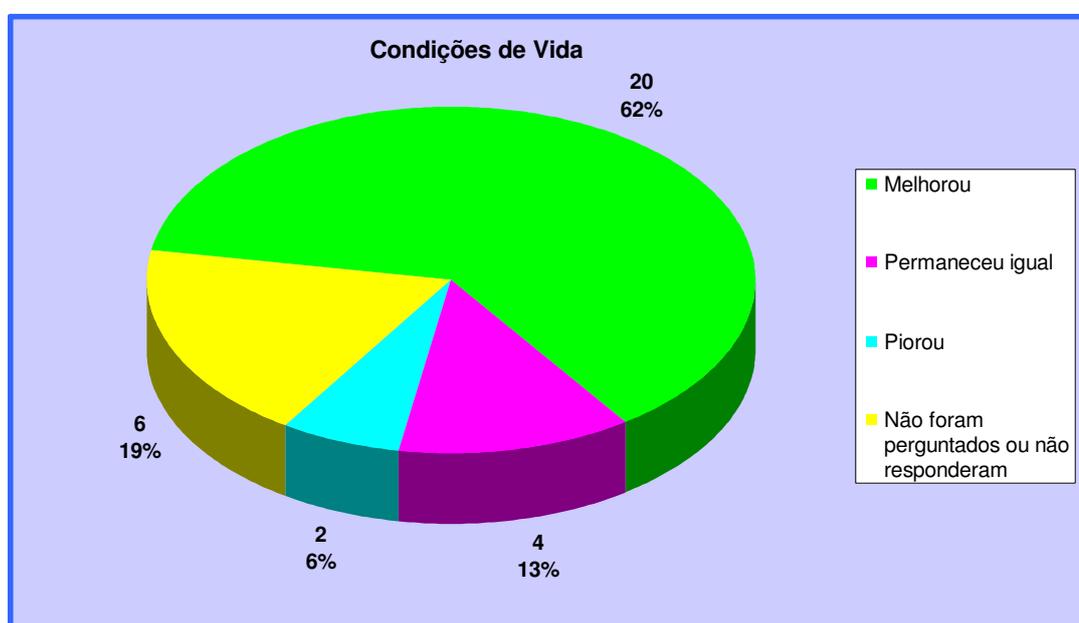
No sentido de caracterizar a presença ou não de uma *identidade* local dos entrevistados, que possibilitasse se autodenominarem, enquanto sujeitos de um conjunto de atividades no espaço rural, perguntou-se se *se consideravam como agricultores familiares, produtores rurais, pequeno produtor, camponês* ou, simplesmente, como *agricultores?* Como resultados, em todas as respostas se consideram como *agricultores*. Contudo, isso nos remete ao trabalho de Garcia Jr. (1989), que ressalta a heterogeneidade da situação camponesa, bem como do processo de transformação social pelo qual passam os agricultores no movimento de modernização, refletindo numa concepção ou diferenciação social. Mesmo parecendo pouco relevante para os entrevistados, o fato de se perguntar como se consideram profissionalmente, porém muito importantes para a pesquisa e para o discernimento epistemológico dos diferentes vieses de agricultura (“moderna” ou profissional e de subsistência), na edificação das inúmeras *representações e relações* sociais, que permeiam a identidade desses agricultores. Alega-se também, importância à referida questão, pelo fato de que, desde o início desta tese, todas as vezes que se referiu à *agricultura familiar*, acrescentou-se a palavra *camponesa*. Isto é, *agricultura familiar camponesa*.

Em relação às *condições de vida e trabalho*, buscou-se informações, através de um conjunto de questões que pudessem apontar em direção ao grau de satisfação dos agricultores em relação às atividades, que desenvolvem e o modo de vida que levam no ambiente rural.

Um dos objetivos dessas questões foi perceber a existência de *representações e relações sociais*, capazes de ratificarem algumas estratégias de *convivência* com o semi-árido, constituídas por um conjunto de práticas produtivas e sócio-culturais vivenciadas por essas famílias, que pudessem demonstrar a multifuncionalidade da agricultura ou do território. Nesse sentido, a primeira questão foi a das atuais condições estruturais de vida e de trabalho da família em relação às condições de seus pais, algumas décadas atrás. Assim, perguntou-se *se houve melhora, piora ou se permanecem iguais?* Para todas as respostas se solicitou que discorressem em certos aspectos.

Como resultado, o Gráfico 5 a seguir, demonstra que a maioria das 32 famílias entrevistadas entende que houve melhorias significativas, sobretudo nos últimos 10 anos. Para essas respostas, as justificativas giraram em torno das condições estruturais (energia elétrica, transporte, etc.), facilidades de comunicação, e, principalmente, a possibilidade de permanecerem nos “sítios”, através de estímulos a produção, preconizado pelo PRONAF. Cabe ressaltar que, entre as deferências feitas a essa última justificativa, em muitas respostas fizeram questão de frisar que houve ampliação dessa linha de crédito nos últimos quatro anos. Isso confirma aqueles dados descritos no *Capítulo VI*, sobre a ampliação do crédito à agricultura familiar (rever Tabela 18, p. 173). Para a minoria (6%), que respondeu que as condições de vida atual pioraram, em relações aquelas em que viviam seus pais, as alegações foram em torno da insegurança. Segundo esses, a violência urbana já começa atingir o espaço rural.

Gráfico 5 – *Atuais condições socioeconômicas de vida dos agricultores comparada a de seus pais.*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Uma segunda questão, ainda nesse viés da satisfação e/ou perspectivas dos agricultores em relação às *condições de vida e de trabalho no campo*, igualmente no sentido de ratificar a existência e a eficácia das práticas e atitudes de *convivência* com o semi-árido. Assim, perguntou-se sobre “*a possibilidade de melhorarem a situação, em relação ao patamar sócio-econômico em que se encontram no momento*”? Essa questão foi formulada tanto para os que haviam respondido que houve melhora das condições de vida e de trabalho nas últimas décadas, quanto àqueles que haviam respondido ao contrário. Igualmente, solicitou-se justificativa(s) para as referidas respostas. Como resultado, mesmo com alguns condicionantes, a maioria que respondeu a questão, acredita em melhores perspectivas a curto e em médio prazo. Dentre os condicionantes, quase sempre estava o fator ‘falta de chuva’, ou seja, de que tudo depende da presença de precipitações mais regulares no período de “inverno”. Isso reforça a importante representação, tratada no *Capítulo V*, relacionada às condições climática.

Por fim, uma questão complementar, buscando referendar ou não a supremacia das respostas em torno de boas perspectivas nas condições de vida e trabalho na unidade agrícola familiar, solicitou que apontassem tanto ‘*as coisas boas*’, como ‘*as coisas ruins que a vida no campo lhes proporciona*’? Mesmo sendo uma questão muito subjetiva, a maioria das manifestações foi que o melhor da vida rural, ainda é a liberdade e a tranquilidade para o exercício das atividades produtivas, principalmente quando se é proprietário do estabelecimento. Para aqueles poucos que responderam a segunda parte da questão, ou seja, o que a vida tem de ruim no campo, novamente as respostas estiveram relacionadas à insegurança, geradas pelo clima e própria violência contra a vida. Mesmo assim, muitos desses retificaram suas opiniões, reiterando que “*permanecer no campo ainda é a melhor opção*”, demonstrando, portanto, uma forte identificação com as atividades que desenvolvem.

5- Sociabilidade e manifestações culturais

No *Capítulo III*, quando foram resgatados o histórico, o socioeconômico e o cultural do *Curimataú Ocidental* a ênfase dada aos aspectos culturais, ainda que de forma resumida, pôde demonstrar a diversidade e a riqueza dessas manifestações por toda a região. Agora, nesse eixo temático, levantado pela pesquisa de campo, buscou-se a demonstração e confirmação dessas manifestações culturais, bem como a caracterização da sociabilidade entre as famílias dos sítios da amostragem, no sentido de obter informações que dessem conta de apontar as *relações sociais* existentes.

A princípio, nesse ponto, as questões formuladas buscavam saber qual era o grau de inserção, coletivamente, desses sítios, nas atividades mais gerais da sociedade local, a exemplo da participação das famílias em festas oficiais do município, tipo de lazer mais freqüentado fora da comunidade, enfim, qual o tipo de interação na vida social local. Buscou-se ainda, saber qual era o grau de inserção, individualizado dessas famílias, nessas atividades socioculturais. Como respostas, obtiveram-se para a primeira questão, de forma bastante subjetiva, variadas e distintas considerações, na dependência da distância do referido sítio da sede do município em questão e na capacidade de congregação e articulação, dessa comunidade, em torno das atividades sociais e culturais. Já no âmbito de cada família, é que se conseguiu dirimir esse grau de inserção familiar, na vida comunitária do sítio e do município. Para tanto, foram formuladas questões como “*Quais são as atividades de lazer, mais importantes da família*”?; “*Falta alternativas de lazer acessíveis para a família*”?; etc.

No conjunto, com base nas respostas apresentadas para as questões formuladas anteriormente, a percepção dos agricultores é que os sítios rurais perderam aquele grau de congregação interna, perdendo, por conseguinte, aquela capacidade de organização coletiva em torno das atividades sociais e culturais. Julga-se que isso teve como conseqüência a perda do potencial de articulação política em torno de outras ações cotidianas e gerenciais da vida comunitária rural, fruto da trajetória das relações sociais construídas sob o sinônimo da sujeição (cf. Garcia Jr., *op. cit.*). Alguns ilustraram que o lazer tem sido, no máximo, visitar alguns parentes mais próximos, na comunidade e/ou outras localidades. Outros enfatizaram que há falta de lazer, principalmente, os mais jovens, que vislumbram, atualmente, outros horizontes, porque a maior diversão deles tem sido, atualmente, a prática do futebol, realizada em “campos” existentes na própria comunidade. Isso pôde ser constatado, quando o trabalho de campo coincidiu com fins de semana. Nos domingos, eram comuns, nos diferentes “sítios” visitados, verificar-se a ocorrência de “torneios” de futebol entre as comunidades.

Como forma de identificar o grau de inserção das pessoas e/ou famílias em atividades sociais e culturais, bem como noutras formas de participação familiar, individual ou coletiva, da vida social do sítio ou município. Nesse sentido, a pesquisa buscou averiguar, na compreensão dos entrevistados, a existência de associações de produtores, de feirantes, de igrejas (pastorais), de mulheres e de jovens, de sindicatos de trabalhadores rurais, de associação de pais e professores da escola, de conselhos municipais, etc. Para tal, foram elencadas, apenas, aquelas entidades e/ou instituições, que os dados preliminares indicaram, nos sítios e/ou no município de jurisdição do estabelecimento familiar do entrevistado. Assim,

o Quadro 8 a seguir, apresenta a síntese das dessas respostas, ou seja, a existência ou não dessas entidades e/ou instituições e se o entrevistado ou algum outro membro da família participa ou já participou das mesmas, como associado, conselheiro, cooperado, ou ocupando alguma função de liderança ou gerencial.

Dessa maneira, de forma destacada, entre as 32 famílias entrevistadas, as referências, de forma majoritária, foram aos STRs. Justifica-se, não só pelo número de entrevistados referindo-se a existência de um STR no município, como pelo número de agricultores que respondeu ser associado. A explicação mais plausível desse referencial ao sindicato deve-se ligação da organização ao alcance dos benefícios sociais (PRONAF, Aposentadorias Rurais, Auxílios Saúde e Natalidade, etc.), que tramitam, obrigatoriamente, via STRs. Encontrou-se ainda um significativo número de entrevistados que já participaram ou participam da direção desses STRs.

Em relação às *Associações de produtores*, mesmo que considerável percentual de entrevistados tenha feito referência, a participação nesse tipo de organização é relativamente heterogênea nos diferentes sítios. Nesse aspecto, muitos entrevistados declinaram desinteresse em atuar na associação, alegando falta de tempo ou dificuldades ou, ainda, falta de espaço [político] para manifestarem seus anseios. Algumas manifestações foram até de despreço às associações, devido a problemas relacionais entre seus integrantes, que preferimos não averiguar mais detalhadamente. Outra instância de participação e mobilização comunitária que mostrou poucas referências, logo baixa participação, foi nas *Associações de igrejas*. Igualmente em relação às *Associações de pais e professores* das Escolas, tanto daquelas localizadas nos “sítios” como na sede do município, a grande maioria não respondeu ou respondeu não existir, se demonstrando alheios a esse tipo de instância coletiva de organização social. Isso denota a baixa inserção nesses espaços públicos [políticos] de mobilização e organização, provavelmente pelo ainda grande número de pais ou responsáveis pelo núcleo familiar com baixa escolaridade.

Já em relação à participação cooperativada e o conhecimento da existência desse tipo de organização socioeconômica, verifica-se que poucos participam, mesmo existindo algumas cooperativas no território pesquisado, a exemplo da Cooperativa Agropecuária Mista de Pocinhos (CAMPOL), que atua no segmento sisaleiro. Percebeu-se certo ceticismo quanto à importância de uma cooperativa. Isso veio confirmar algumas informações referentes às *relações sociais*, tratadas no *Capítulo V*, em torno do sistema cooperativo, do segmento sisaleiro, que na época, se apropriou do sobretrabalho dos agricultores (camponeses) no

processo de acumulação do capital, criando um simbolismo negativo, entre aqueles que se manifestaram, sobre esse tipo de organização sócio-produtiva (SARAIVA, *op. cit.*).

Por último, em relação à existência do CMDRS, mesmo que grande número tenha se referido, poucos, ainda, de fato, sabem a função e/ou participam ou participaram como representantes do seguimento dos agricultores. Isso reforça a informação de alguns “atores sociais” descrita no capítulo anterior, quando se buscou entender algumas dinâmicas do território, através de entrevistas e uma visita preliminar, ou seja, de que a maioria dos CMDRS tem participação muito restrita, geralmente daqueles ligados as administrações municipais. Esses CMDRS, normalmente referendam as ações (as propostas) pensadas e elaboradas unilateralmente por esses gestores públicos.

Quadro 5 - **Participação da família na vida da comunidade e do município.**

<i>Entidades/Instituições</i>	<i>Existe</i>	<i>Não existe</i>	<i>Não Sabem ou não responderam</i>	<i>Participação</i>		
				<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não responderam</i>
Associação de Produtores Rurais	22	7	3	15	7	10
Associação de Igreja (Pastorais, etc.)	10	10	12	7	5	20
Associação de Pais/Mestres da Escola	2	13	17	1	1	30
Conselho Municipal de Desen. Rural	21	1	10	4	17	11
Cooperativa	7	1	24	2	5	25
Sindicato de Trabalhadores Rurais	30	-	2	18	10	4

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Nesse processo de verificação do grau de associativismo das comunidades pesquisadas, formularam-se, ainda, questões sobre a atitude dos jovens em relações às manifestações sociais e culturais no âmbito das famílias entrevistadas. Nesse sentido, a priori, contrariando alguns argumentos que os jovens não ficam mais no campo porque não há emprego ou possibilidades de estudar, nas comunidades pesquisadas encontramos muitas famílias em que os jovens permaneceram com os pais, sem necessariamente deixarem de estudar e até desenvolverem outras atividades não-agrícolas. Na condição estudada isto é possível pela pequena distância e facilidade de acesso das comunidades à sede dos municípios pesquisados, condicionando o deslocamento diário à escola e/ou as atividades urbanas. Isso também corrobora as afirmações anteriores sobre essa aproximação campo-cidade.

Por fim, sobre essa “ir embora dos filhos” muitos entrevistados afirmaram que, na atualidade, pelo fato da existência de energia elétrica e telefone, os jovens não se sentem

isolados. Além disso, alguns afirmaram que muitos que saíam para trabalhar fora, normalmente migrando para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, já não o fazem com tanta frequência, porque as famílias passaram a ter mais garantias econômicas: com o acesso ao PRONAF, com as aposentadorias dos pais ou avós e com outras ajudas provenientes do governo federal.

6- Relações com o território e a paisagem rural

Quando se descreveu o perfil inicial do território no *Capítulo VI*, demonstrou-se a imprescindível intersecção do debate territorial com a discussão da multifuncionalidade da agricultura e seu uso enquanto ferramenta de análise do desenvolvimento rural. Portanto, nesse debate, o ambiental, representado pelos recursos naturais e a paisagem, completa o conjunto de *funções* que espaço rural é chamado a cumprir (ROUX, 2001). Assim, nesse último eixo temático do questionário de campo, buscou-se averiguar algumas práticas e atitudes desses camponeses em relação ao território e a paisagem rural.

Ratificando uma importante questão metodológica do início do capítulo, cabe esclarecer que muitas entrevistas não seguiram fielmente o roteiro de perguntas do questionário. Isto porque, na maioria das vezes, ou foge a percepção dos agricultores ou é escamoteado pelos entrevistados, que se sentem “ameaçados” ou “comprometidos” com informações que estejam passando, principalmente relacionadas ao meio ambiente e todas as questões legais envolvidas. Além disso, é importante considerar as constatações apuradas na pioneira pesquisa comparativa sobre a multifuncionalidade realizada no Brasil, que concluiu que a preservação ou recuperação da paisagem rural é “*uma questão pouco ou quase nada tratada no Brasil*” (MALUF, 2003, p. 147)²⁴⁷. Nesse sentido, para esse autor, de modo geral a questão da paisagem rural é apresentada de maneira “*associada à imagem de natureza intocada*”²⁴⁸. No entanto, como ressalva, reafirma ser necessário:

“... distinguir os olhares dos diferentes atores sociais sobre o que significa preservar a paisagem, especialmente no tocante às relações entre as atividades produtivas e a preservação da paisagem e do patrimônio, uma vez que o uso dos recursos naturais e a preservação da paisagem rural revelam-se como aspectos das condições de reprodução das famílias rurais, diferentemente do que se encontra nas visões que os colocam como questões acessórias”²⁴⁹.

²⁴⁷ MALUF, R. *A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira*. In: CARNEIRO, M; MALUF, R. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 135–152.

²⁴⁸ MALUF, R. *Op. cit.*, p. 148.

²⁴⁹ *Id.*

Uma primeira questão formulada foi a de saber entre os entrevistados, sobretudo entre os mais idosos, “*como era a paisagem do Curimataú Ocidental há três ou quatro décadas atrás*”? E “*como foi a trajetória histórica das atividades produtivas locais, especialmente das atividades agrícolas*”? Estas questões buscavam referendar os aspectos sócio-econômicos descritos no *Capítulo III*, a partir do processo de ocupação europeia ocorrido no Século XVII. De uma maneira geral, as respostas apontaram que, até fins dos anos de 1980, toda a região desses municípios da amostra estava centrada, além da pecuária, nas culturas do algodão e do sisal. Esta última cultura estendendo-se até meados dos anos de 1990. Isso demonstra o conjunto de impactos socioeconômicos e ambientais, trazidos para a região na época, que repercutem atualmente no processo de reprodução das famílias camponesas do local em estudo.

Sobre as práticas voltadas à preservação da paisagem rural, a observação foi de que as áreas dessas comunidades pesquisadas foram excessivamente espoliadas ao longo do processo de ocupação/exploração agropastoril. Nas entrevistas, quando perguntados sobre as preocupações e/ou cuidados com a questão ambiental, mesmo que tenham afirmado que se preocupam, viu-se que ainda é corrente a prática do desmatamento e o uso do fogo na abertura de novas áreas de plantio ou limpeza daquelas que já vêm sendo exploradas. Sobre isso, numa atitude de autodefesa, as respostas foram de que:

“... aqui já não há mais nada prá derrubá, [...] acabou quase tudo de bom que tinha, não há mais madeira nem prá cerca, tudo porcaria, pau ruim, nem mesmo pra se fazê um carvãozinho pro gasto” (agricultor do “sítio” Jandaíra – Algodão de Jandaíra).

Quando se sabe que todos usam, em maior ou menor grau, a lenha como combustível doméstico e até na manutenção térmica das instalações (galpões) de criação industrial de frangos de corte²⁵⁰, que passaram a se instalar no território pesquisado, especialmente no município de Pocinhos.

No entanto, num sítio pesquisado – *Caiçara*, em Pocinhos – a observação foi de que, apesar do processo de mudança da paisagem, decorrente da ação humana, especialmente, da lavoura algodoeira até fim dos anos de 1980, já há um nível de preocupação com ações práticas de proteção dos recursos naturais e reconstituição da paisagem. Isso, certamente, fruto da atuação da ONG - Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as

²⁵⁰ Utilizando uma espécie de fornalha adaptada, construída em um tonel metálico, dentro do qual é queimada a lenha, liberando o calor para o interior do galpão de frangos. Essa técnica visa à manutenção da temperatura na ambiência interna durante o período noturno, quando as temperaturas oscilam muito em toda a região planáltica da *Borborema*.

Comunidades (PATAC)²⁵¹, que trabalha processos produtivos preservacionistas de *convivência* com o bioma Caatinga. Dentre as iniciativas e experiências nesse “sítio”, nessa relação harmônica com a paisagem rural, observaram-se cercas-vivas, que utiliza a Palma de espinhos no manejo animal, sem precisar cortar árvores na obtenção de madeira para a construção de cercas. Também se observou em alguns estabelecimentos “açudes subterrâneos”, além das já consolidadas cisternas²⁵², que chega a beneficiar a 98% das famílias e, um “Banco de Sementes”, gerido pela associação dos agricultores.

Outra peculiaridade, no âmbito das informações e observações obtidas pela pesquisa de campo referente à paisagem rural dos “sítios”, que é importante mencionar, como referencial dessa relação sustentável com o território e a natureza, foi encontrada na *Serra do Algodão*, em Algodão de Jandaíra. Trata-se de uma invejável beleza paisagística, formada por inúmeros “serrotes”²⁵³ e formações rochosas que afloram em quase todos os estabelecimentos. Num deles, o agricultor desenvolveu um sistema de captação e armazenamento de água, aproveitando todos os recursos geológicos existentes. Ou seja, um conjunto de coletores e tanques, construídos nas próprias rochas, aproveitando as irregularidades topográficas da área, sem alterar a paisagem natural existente (rever últimas ilustrações da Foto 3, pág. 214).

Ainda referente à paisagem, igualmente nos “sítios” da Serra do Algodão, isoladas informações e de forma espontânea, deram conta que nesses “serrotes”, já começam aparecer visitantes, principalmente de praticantes de esportes de aventura, como rapel. No entanto, não se aprofundou essa questão entre os entrevistados que se manifestaram, visto ser uma informação que os próprios agricultores tinham pouca noção ou capacidade de explicar. Cabe, porém, ressaltar a necessidade de verificar se essas incursões ao local, trazem benefícios ambientais, no sentido da preservação dessas belezas naturais e/ou possibilidade dos agricultores virem beneficiar-se disso. Ou seja, a *função* social da agricultura, através da organização de atividades de agroturismo, por exemplo, possibilitando a geração de emprego e renda aos moradores, como já acontece noutras regiões do semi-árido.

²⁵¹ Que integra uma *Rede de Tecnologia Social* (RTS), formada por 647 instituições públicas e privadas, que trabalha com reaplicação, difusão, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de Tecnologias Sociais. Os trabalhos dessa RTS compreendem produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e, que represente efetivas soluções de transformação social.

²⁵² É nessa comunidade que foi instalada a primeira cisterna com a tecnologia de placas no Brasil. Isso ocorreu em 1994, com o pioneiro programa dos “Fundos Rotativos”, que atualmente tem o aval técnico dos especialistas da ONG PATAC.

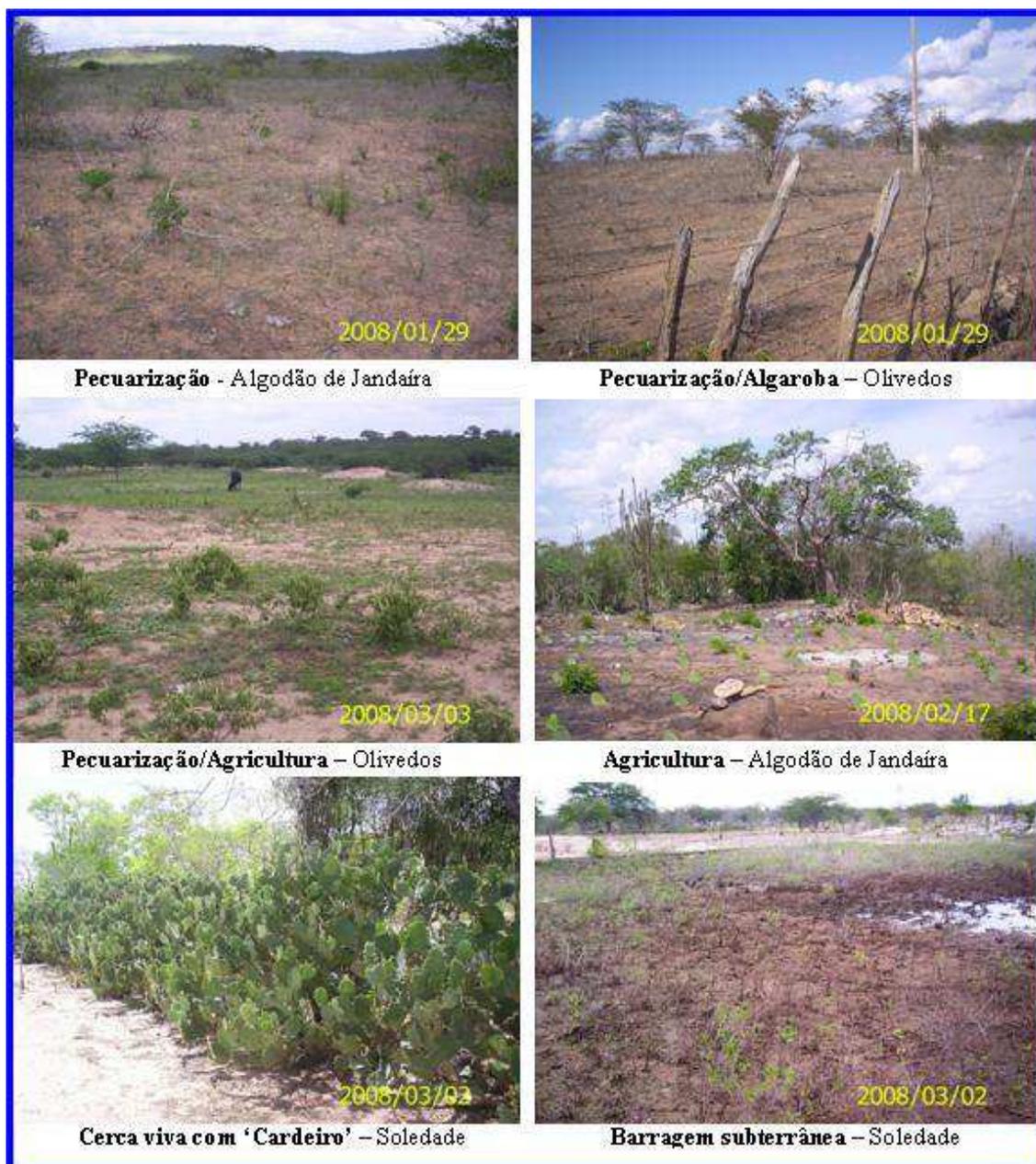
²⁵³ Denominação regional do conjunto encadeado de serras (montanhas), com altitude em torno de 300 metros em relação ao relevo local. O exemplo desses “serrotes” a que se refere é no limite geográfico entre os municípios de Algodão de Jandaíra e Pocinhos.

Além disso, a pesquisa de campo buscou saber qual a atitude dos entrevistados frente a um formal compromisso com o meio ambiente, através de uma espécie de “contrato” oficial, nos moldes daquilo que as antigas Medidas Agro-Ambientais (*MAE*) ou, mais recentemente o *CTE*, ambos na França, pautavam no conjunto de subsídios à agricultura. Assim, perguntou-se *se gostariam de receber alguma ajuda ou incentivo financeiro, através de alguma política pública, no sentido da preservação da natureza? E, o que estariam dispostos a contribuir em prol da proteção e reconstituição da paisagem?* Mesmo bastante subjetiva essa questão, os dados apontaram, entre a maioria dos entrevistados, certa disposição em contribuir na mudança de certas práticas e atitudes, adotando aquelas pautadas na *convivência* com o ambiente semi-árido. Ainda que incipiente a questão e pouco convictas as respostas, nos remete na mesma direção que chegou a terceira etapa de estudos sobre multifuncionalidade no Brasil, descrita no *Capítulo II*. Ou seja, o de se pensar numa possível contratualização entre o Estado e os agricultores, no sentido de apoio as iniciativas de proteção e reconstituição da paisagem, materializando, dessa forma, a multifuncionalidade vista numa ótica territorializada. No capítulo seguinte, estas e outras questões serão retomadas, no sentido de consolidar a análise da interação entre famílias e a relação com o meio-ambiente.

Então, como ilustração dessas *representações* apontando a relação existente com a paisagem rural, no contexto da *função* territorial que a noção de multifuncionalidade da agricultura é capaz de desempenhar, um conjunto de imagens dos “sítios” pesquisados. Assim, nas primeiras quatro fotos um pouco daquilo que resultou da exploração produtiva no processo de ocupação territorial ao longo do tempo, ou seja, a situação atual da paisagem do território, decorrente, primeiro do processo de ‘pecuarização’ extensiva, dominante até hoje, seguido da agricultura algodoeira e sisaleira. Nesse aspecto, cabe ressaltar que, do ponto de vista da sustentabilidade do semi-árido, não se está aqui, nesse ponto especificamente, querendo fazer distinção quanto à amplitude/modelos dessas atividades. Isto porque, tanto o grande empreendimento agropastoril (por exemplo, a plantação da Algaroba em áreas de pecuária, mesmo com todos os prós e contras socioeconômicos trazidos, que acarretou na degradação dos solos e alteração da paisagem natural da Caatinga), como o da agricultura familiar de subsistência, corroboram para esse processo de depauperização do bioma Caatinga, caracterizado nos *Capítulos III e IV*. Desse modo, a terceira e a quarta imagem, típicas da agricultura camponesa também contribui, quando mal orientadas, na espoliação da paisagem original (Imagem 2 - pecuária leiteira em áreas propícias ou em processos de desertificação; e, Imagem 3 - agricultura [plantio de Palma forrageira] em área de “serrotes”,

onde a Caatinga deveria ser obrigatoriamente preservada). No entanto, nas duas últimas imagens uma situação oposta. Isto é, de *convivência* com a paisagem natural. Trata-se do aproveitamento racional daquelas condições que o ambiente oferece e/ou adaptações, que otimizam ações no território, criando um equilíbrio nessa relação homem-natureza. Um dos exemplos é a utilização de espécies vegetais da Caatinga como instrumento de auxílio das atividades produtivas (palma de espinhos – o *Cardeiro* – utilizada na confecção de ‘cercas vivas’, para o manejo de caprinos e ovinos). O outro se refere à *Barragem subterrânea*, tecnologia de armazenamento de água para a agricultura de autoconsumo.

Foto 4 – Relações com o território e a paisagem rural.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Assim, essa sistematização das informações referentes à *dinâmica econômica e de reprodução* dos estabelecimentos agrícolas familiares, somadas a um conjunto de observações e informações sobre os *recursos naturais e o meio ambiente*, e a *identidade e as condições de vida e trabalho* desses camponeses, complementadas por dados e informações referentes à *sociabilidade e algumas manifestações culturais* dessas comunidades ou “sítios” pesquisados e, algumas constatações sobre as *relações* homem-natureza nesse debate sobre *a paisagem rural*, apontam em direção a um aprofundamento epistemológico. Trata-se, portanto, em discutir de forma mais aprofundada tais dados e informações a luz do debate das *múltiplas funções* que a agricultura familiar camponesa, do território em estudo é capaz de cumprir. Noutras palavras, re-trabalhar analiticamente todos os elementos empíricos deste capítulo e da parte final do *Capítulo VI*, relacionando-os com as questões teóricas abordadas nos capítulos anteriores, na perspectiva de atender as *Questões da pesquisa* e do *Delineamento metodológico* apresentados na *Introdução* da presente tese. É isso que estará sendo tratado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO VIII

MÚTIPLAS FUNÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E COESÃO SOCIAL?

1-Introdução

Levantados os sistemas agrários no semi-árido, tomando-se como referência o *Agreste Paraibano* representado pelo *Curimataú Ocidental* nos *Capítulos III e IV*, bem como analisadas as *múltiplas* configurações sociais, pautadas no processo de *convivência* com a semi-aridez do território nos *Capítulos V e VI*, e caracterizadas e contextualizadas as diferentes funções/atividades praticadas pelas famílias camponesas, através da amostragem territorial no *Capítulo VII*, chega o momento de, à luz do marco teórico apresentado nos *Capítulos I e II*, aprofundarem-se mais algumas questões relacionadas à *capacidade dos agricultores em compreenderem os múltiplos papéis que a agricultura é capaz de desempenhar* no processo de ocupação territorial, indicadores de uma inserção social e reintegração à economia local, bem como o *papel de coesão social que a agricultura familiar desempenha* para essas famílias camponesas e para o conjunto da sociedade local.

Com efeito, estes são os demais objetivos deste estudo, além dos dois anteriores contemplados e discutidos nos dois capítulos precedentes, encerrando, assim, o objetivo

principal²⁵⁴: *analisar as diferentes funções e atividades exercidas pelo conjunto de camponeses enquanto características intrínsecas e necessárias às unidades agrícolas familiares, e enquanto funções essencialmente diferentes das funções econômicas produtivas.*

O presente capítulo está metodologicamente descrito, conforme a cronologia de todas as questões até aqui tratadas, ou seja, a partir das questões teórico-metodológicas até as empíricas encontradas pela pesquisa de campo, o que permite aprofundar *pari passu* cada ponto delineado pelas questões da pesquisa. Assim, na primeira parte, apresentam-se as complementações sobre o que se pôde conceber acerca do referencial teórico revisado nos dois primeiros capítulos, especificamente, sobre as concepções que levaram à emergência dessa temática [sociológica] das ruralidades contemporâneas. Nesse aspecto, acrescem-se algumas questões teórico-metodológicas e conceituais, talvez não devidamente esclarecidas nos capítulos anteriores; na segunda parte, questões pontuais sobre o conjunto de atividades desenvolvidas no *locus* pesquisado. Nesta, estar-se-á enfatizando o conjunto de *relações e representações sociais*, que pautam o processo de *convivência* com a semi-aridez, potencial ‘produtora’ de *externalidades* positivas e bens públicos, que a agricultura e/ou o território pode propiciar, enquanto *múltiplas funções* da agricultura; na terceira parte, ante a emergência da abordagem territorial no contexto da multifuncionalidade, mais algumas considerações, sobretudo, acerca daquelas recentemente, assinaladas pelas pesquisas realizadas no Brasil. por fim, um resgate dos dados e informações apontadas pela amostragem, complementando pontos não suficientemente esclarecidos nos *Capítulos VI e VII*, bem como os objetivos acima descritos e as hipóteses iniciais²⁵⁵.

2- Concepções, controvérsias e consensos...

Em que pese a necessidade de se fazer uma ampla revisão teórica sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura, optou-se pelo levantamento de, apenas, alguns pontos e referenciais cronológicos da discussão. Preferiu-se iniciar, de fato, por aqueles pontos conflitantes e duvidosos desse debate político-acadêmico. Desse modo, foi proposital o título do primeiro capítulo: “*Multifuncionalidade agrícola: retórica ou ferramenta de análise do desenvolvimento rural?*” e, a partir deste, iniciou-se com duas questões centrais: i) *Não será mais uma retórica acadêmica advinda da dominação sócio-cultural e econômica do hemisfério Norte sobre o Sul?* ii) *ou será uma viável proposta em torno do debate sobre o desenvolvimento rural, que precisamos conhecer e apreender?*

²⁵⁴ Rever o conjunto de objetivos na *Introdução* do presente estudo de tese, p. 7.

²⁵⁵ Rever as hipóteses na *Introdução*, p. 7.

Questionamentos justificáveis, pois até mesmo os pioneiros estudos europeus levaram em torno de cinco anos para encontrarem um consenso sobre os objetivos e usos dessa metodologia. No Brasil, não poderia ter sido diferente. O necessário discernimento teórico-metodológico de um debate travado entre o político [institucional], dito normativo, e o acadêmico dito positivo, precisava ser feito, uma vez que envolve um considerável número de segmentos e diversas atividades profissionais, desde agricultores (sujeitos alvos dessa discussão), passando pelas organizações da sociedade civil, instituições públicas até a academia. Esta última, por sua vez, permeada por inúmeras correntes de pensamento socioeconômicos, muitos dos quais bastante divergentes.

No âmbito, ainda, das justificativas apresentadas por inúmeros estudiosos do tema, encontraram-se referências a Maluf (2002), para quem o debate surge no âmago de dois movimentos. Um deles, criticando o chamado ‘modelo produtivista’, apresenta como alternativa um ‘Modelo Europeu de Agricultura’ e outro na linha de uma ‘Harmonia entre as Legislações Agrícola e de Desenvolvimento Rural’. O primeiro, concentrado, sobretudo, no ambiente acadêmico, que, de forma progressista, há mais de duas décadas, antes mesmo do início dos embates, acenava sobre os limites do modelo ‘produtivista’ de agricultura, principalmente em relação aos problemas ambientais; o segundo, no âmbito institucional, entre divergentes posições políticas e setores econômicos, sobretudo, aqueles ligados ao comércio de ativos produtivos, em especial dos agrícolas exportáveis.

Diante disso, reforçando o que foi apresentado no *item 2.1* do primeiro capítulo²⁵⁶, a PAC de 1999 visava, ao mesmo tempo, dar *transparência aos subsídios agrícolas e preservar interesses* econômicos comerciais. No primeiro caso, uma *representação social* da agricultura, importante enquanto ferramenta de análise do rural. Assim, essa PAC ao introduzir o tema da multifuncionalidade da agricultura na LOA de 9 de julho de 1999, reforçava a necessária análise comparativa entre os diferentes setores (cf. LAURENT, 1999; Maluf, 2002). Além disso, decorrente de pressões de diferentes setores e representações dos agricultores europeus, essa nova LOA estava compromissada em corrigir determinadas distorções impostas por políticas corporativistas, sobretudo, do segmento agro-exportador. Na segunda situação, toda a pressão política interna de diferentes seguimentos agrícolas e, principalmente, externa a um bloco de países [a União Européia], que ainda se firmava politicamente perante o restante do mundo.

²⁵⁶ Sobre a “A experiência francesa e os primeiros debates”, pp. 16-22.

Esse debate, de igual maneira, ao ancorar no Brasil, a partir de 2001, encontra um momento de acirrado enfrentamento de diferentes concepções acerca do papel da agricultura para o desenvolvimento rural sustentável. De um lado, concepções fortemente engajadas na tese de que a agricultura tinha e tem papel central nesse processo de reprodução da sociedade, via, tão somente, produção de bens materiais. De outro, concepções que vêem a agricultura muito além desse debate setorial (CARNEIRO, 2002a). No sentido desses entendimentos, Wanderley (2003a, p. 14) lamenta “*que a sociedade brasileira, por diversas razões históricas, é até hoje pouco sensível a algumas dimensões imateriais da atividade agrícola*”. Um formal exemplo dessa animosidade veio de setores do próprio governo federal de então. As referências são aos representantes públicos brasileiros, que, em 1999, durante a Conferência da OMC em Seattle [EUA], ratificaram as duras críticas que vinham à OMC e aos países “Amigos da Multifuncionalidade”²⁵⁷, pela falta de transparência e pelo ‘embutido’ protecionismo nos argumentos da multifuncionalidade, através de pesados subsídios aos agricultores europeus.

Anteriormente, fez-se menção a esse debate da multifuncionalidade surgido de dois movimentos: um deles tendo como centro as divergências políticas e os setores econômicos ligados ao comércio de ativos agrícolas. Em que pese a importância dessas divergências, o debate sempre esteve muito polarizado. De um lado a abordagem em referência ao quadro de liberalização do comércio mundial, cujo principal fórum é a OMC. De outro, mais que simples oposições entre partidários ou não da liberalização comercial ou da proteção das diferentes agriculturas, o que de fato interessa, conforme se destacou no presente estudo, são as políticas agrícolas, que devem trilhar sobre: i) o estatuto e o lugar da agricultura na economia e sociedade de cada país; ii) a definição da natureza da ação pública, que reenvia a diferentes concepções, a articulação entre os campos: econômico, político e social.

No *Capítulo I*, quando da referência às diferentes posições acerca de formas de condução das políticas agrícolas via subsídios, e na esteira o debate em torno da multifuncionalidade, afirmou-se que as posições mais céticas vieram de outros países e organismos contrários às medidas adotadas pela França. Então, três delas ainda merecem destaque, pelo fato de não terem sido aprofundadas e mostrarem a dimensão das *concepções* e *controvérsias*. A primeira veio da Noruega, face à diversidade e especificidades de suas diferentes agriculturas, que sempre defendeu o direito de cada país ter a sua própria política

²⁵⁷ Que tem como principal bastão, mesmo de maneira informal, a União Européia e como seu principal formulador a França, além de outros países como: Noruega, Japão, Coréia e Suíça.

de comércio dos ativos agrícolas, sem, contudo, prejudicar o equilíbrio de forças comerciais, ao menos no discurso, pautados pela OMC; a segunda, surge dos Estados Unidos que, mesmo reconhecendo a importância da multifuncionalidade como forma de aperfeiçoar e tornar mais transparentes as metodologias de ação públicas no setor agrícola, não abre mão de determinadas medidas protecionistas e ainda critica o modelo adotado pela França; a terceira, de posição mais oposta às medidas ou ajudas à agricultura, vem dos países do *Group de Cairns*, do qual o Brasil é signatário. No sentido de arrefecer esse ambiente de acalorados interesses, a OMC busca intermediar uma gama de especificidades e, muitas vezes, de controvertidos interesses. Tudo isso veio à tona, principalmente, porque, na época, havia muitas dúvidas de ordem teórica a respeito dos objetivos e resultados práticos dessa noção (ferramenta) de política agrícola.

No sentido de clarificar essa questão, vale ainda trazer as considerações de Voituriez (2004), que sintetiza os resultados de um *atelier* de estudos. Refere-se ao grupo de trabalho, realizado em 2001, na França, que objetivou revisar os conceitos e as diferentes posições sobre a multifuncionalidade da agricultura. Esse estudo, partindo daquilo que até então já havia sido discutido, apostou como caminho para as inúmeras divergências à tese da comparação conceitual em diferentes cenários empíricos. Isso se inscreveu num duplo objetivo: i) abrir caminhos para a apresentação de pesquisas em andamento ou terminadas; ii) criar uma rede de pesquisadores em torno da temática socioeconômica. Como resultados, apontaram as seguintes considerações: a) no âmbito dos *conceitos e definições*, o necessário esclarecimento epistemológico de termos e definições e sua compatibilidade teórica, tais como: bens identitários e mercadorias, bens comerciais e públicos, bens públicos e privados; e serviços comerciais e de interesse público, evitando equívocos ou incompreensões; b) no campo *teórico* a necessidade de se sair da análise da economia de mercado, ou, pelo menos, completá-la por trabalhos de contextualização, entre outros domínios teóricos, buscando articular a economia do bem-estar com outras abordagens e/ou demonstrar suas insuficiências; c) no quadro de *elaboração das políticas* o destaque foi para a territorialização, na elaboração das políticas públicas agrícolas; d) no tocante à *comparação*, medidas de intervenção, precedidas por conceitos que comparem, as utilidades, os lucros de bem-estar, os valores culturais e identidades; e as articulações reais entre diferentes regiões e entre países.

A propósito desse *atelier*, os pesquisadores buscaram o aprofundamento das visões conceituais em relação a *bens identitários e mercadorias*. Essa investigação realizou-se de forma interdisciplinar e interinstitucional, aprofundando essa questão relacionada ao *caráter*

*identitário da agricultura*²⁵⁸, formando o denominado *Groupe Polanyi*²⁵⁹ e resultando em importante obra²⁶⁰, que resgata todo esse antagônico debate entre mercado e identidade no âmbito das discussões da multifuncionalidade da agricultura.

Para esse grupo²⁶¹, os dois processos – *marchandisation* e *identification* – são cada um *limite e condição* um para o outro. O primeiro pautado na concorrência, que anonimamente desloca produtos, pessoas e crises alimentares; o segundo pautado na conservação ou restauração da identidade, permitindo que grupos salvaguardem suas especificidades alimentares e culturais locais. Essa foi a âncora *territorial e ambiental* da PAC na Europa ou em diferentes formas de resistência e de inovação em zonas tropicais, nas quais se inclui o Brasil. Os resultados desse trabalho mostraram que é preciso abandonar a visão unilateral em direção a uma sociedade de mercado, especialmente, aquela concebida nos países ditos desenvolvidos, pois há um duplo movimento, complementar e contraditório, em direção ao mercado e em direção à identidade.

Para o caso da multifuncionalidade nas zonas tropicais estudadas²⁶², constatou-se que o contexto histórico de estruturação econômica e social deu-se pela dominação exterior dos países centrais, levando à condução de articulações comerciais e explorações agrícolas bastantes peculiares e expropriadoras do sobretrabalho social dos agricultores familiares desses países. No caso do Brasil, a passagem da situação de colônia de Portugal a país independente, sem uma ruptura ideológica, semelhante a ocorrida em outros locais colonizados por países europeus, contribuiu para a manutenção de algumas formas bastante arcaicas de *relações sociais* no campo. Mesmo com as sucessivas mudanças políticas (fim da

²⁵⁸ Com a pesquisa “*La multifonctionnalité agricole comme relation entre fonctions marchandes et non-marchandes*”.

²⁵⁹ Em homenagem a Karl Paul Polanyi [1886-1964] filósofo, economista e antropólogo húngaro, conhecido por sua oposição ao pensamento econômico tradicional. Polanyi é hoje lembrado por ter sido o fundador do *substantivismo*, corrente de pensamento na área de antropologia econômica, que argumenta como as economias estão interrelacionadas com a sociedade e a cultura. A teoria vai contra as correntes neoclássicas do pensamento econômico, mas é popular na antropologia e na sociologia. O livro *A Grande Transformação* [1944] de Polanyi, trata da utopia do mercado auto-regulado e livre (*laissez-faire, libre-échange*). Ou seja, de que não há, como diz a própria obra, um “desembutimento” das relações comerciais das relações sociais e políticas. A obra ratifica a história (de desordem econômica do Século XIX e o brutal protecionismo no início do Século XX), pautada nesse permanente e dialético movimento de ‘embutimento’ e ‘desembutimento’, adotados, respectivamente, de um lado pela proteção social, que passa pela regulação do mercado e das ações não comerciais (onde a agricultura também se insere) e, de outro lado o liberalismo econômico e do mercado, que não leva em conta as diversidades e peculiaridades locais, como se todos tivessem o mesmo grau de competitividade.

²⁶⁰ GROUP POLANYI. *La multifonctionnalité de l'agriculture: Une dialectique entre marché et identité*. Versailles: Éditions Quae; Éditions Cemagref, Cirad, Infremer, Inra, 2008.

²⁶¹ Integram o *Group Polanyi* os seguintes pesquisadores: Denis Barthélemy, Luc Bodiguel, Jean-Pierre Boion, Philippe Bonnal, Pierre-Marie Bosc, Perrine Bornod, Oliver Cuissard, Marcel Djama, Isabelle Doussan, Bruno Losch, Marie-Rose Mercoiret, Martino Nieddu, Éric Sabourin e Jean-Michel Sourisseau.

²⁶² Os estudos de casos em zonas tropicais foram no: Brasil, Senegal, Mayotte e Nova Caledônia.

escravatura e passagem de monarquia para república, no fim do Século XIX), permaneceram os arranjos e as alianças burguesas, que demarcam posições numa diversidade socio-espacial, tendo a agricultura e demais atividades a ela ligadas o centro dessas disputas.

Para Sabourin (2008), que nessa pesquisa estudou o caso Nordeste do Brasil, consideradas as condições históricas das atividades agrícolas, a partir de 1500, e as atuais dualidades das políticas agrícolas para o setor rural, desenvolveram-se nessa região um conjunto de práticas de cunho coletivo, pautadas na gestão dos recursos naturais do ambiente de semi-aridez, as quais foram tratadas no *Capítulo IV*, ou seja, desenvolveu-se a “*criação ou a modernização de dispositivos coletivos de apropriação e/ou repartição coletiva dos recursos (ou meios de produção), necessários à produção agrícola, assimilados a bens comuns ou a bens públicos locais*” (SABOURIN, 2008, p. 210)²⁶³. Segundo esse autor, essas práticas e regras de reciprocidade funcionam como complemento ou contraponto às práticas do mercado, especialmente naqueles locais onde é majoritária a agricultura familiar caponesa²⁶⁴, que propiciam a essas populações a manutenção de determinados valores humanos construídos e reproduzidos nas relações sociais, geradas em estruturas de reciprocidade na gestão desses bens comuns ou públicos (naturais), que precisam ser reconhecidas e pautadas pelas políticas públicas.

Retornando-se, porém, às denominadas *controvérsias* é preciso dizer que o positivo dessas divergências no plano internacional, foi talvez exigir uma maior discussão teórico-metodológica, tomando-se como referência os pioneiros estudos franceses. E foi, igualmente, na França, onde ocorreu essa retomada das discussões, como se enunciou no *Capítulo I*. Ratificam-se as referências ao grupo multiinstitucional Cemagref/Cirad/INRA, ao retomarem-se importantes questões como: i) *justifications et modalités de la territorialisation des politiques publiques*; ii) *propositions de recherche soutenues par le dispositif Inra-Cemagref-Cirad sur la multifonctionnalité de l'agriculture et des espaces ruraux*; entre outros temas, concernentes ao tema da multifuncionalidade²⁶⁵. No Brasil, foi a possibilidade de travar-se um outro debate, ainda não oportunizado, elencando um rol de outras responsabilidades da agricultura perante a sociedade, muito além daquelas relacionadas, estritamente, com a geração de riquezas e a segurança alimentar, ou seja, a discussão foi gerada em torno do fato de que **estas outras funções serem compromissos de todos os segmentos que atuam no espaço rural, inclusive da agricultura familiar camponesa**. Na esteira desse debate, abriu-

²⁶³ Igualmente referencia-se a exemplos dessas práticas no Capítulo IV. Rever Quadros 3 e 4, pp. 124-25.

²⁶⁴ Dentre as áreas estudadas pelo autor inclui o *Curimataú*, palco da pesquisa de campo da presente Tese.

²⁶⁵ Rever sobre esse estudo na página 35.

se a perspectiva de políticas distintas para a agricultura familiar, exatamente por sua *diversidade*, questão central no desenvolvimento teórico da multifuncionalidade, conforme descrito no *Capítulo I*, página 21.

Em tempo, essa *diversidade*, característica mais evidente da agricultura familiar e não menos importante no ambiente do semi-árido, é preciso dizer que se constitui numa das formas de *valorizar as múltiplas funções da agricultura*²⁶⁶ em seus aspectos ambientais e sócio-territoriais, do ponto de vista do território, da paisagem e do ‘modo de vida’ camponês. Este último, diversificando suas atividades, passa a estabelecer ‘valor econômico’ à paisagem e ascende o território na criação de empregos, ou como afirmaram Laurent & Remy (2003), ao discorrerem sobre as diferentes formas de atividades agrícolas:

“... inclui todas as formas de exercício da atividade agrícola. Isso inclui igualmente os estabelecimentos pouco competitivos sobre os mercados, mas que inscrevem suas atividades agrícolas num sistema complexo, repousado sobre a polivalência dos indivíduos e das famílias, a um dado momento (serviços ligados ao estabelecimento, pluriatividade, etc.) ou no final de sua vida (trajetórias profissionais associadas para vários setores de atividade), como os estabelecimentos tendo como finalidade produzir para o consumo familiar” (LAURENT & REMY, 2003, p. 60)²⁶⁷.

Nessa linha de compreensão, Bonnafous & Revel (2004)²⁶⁸ reforçam a tese de que “*a sobrevivência do estabelecimento agrícola é geralmente a condição necessária à continuidade do exercício de atividades rurais*”²⁶⁹, valorando, portanto, a diversificação dos estabelecimentos agrícolas, a exemplo daquilo que fora adotado na Europa, como alternativa à especialização, que atingiu os limites do modelo dominante de agricultura moderna do pós-guerra. Para esses autores, é importante destacar que: “*Majoritariamente, a diversificação aumenta a renda, cria empregos, assegura a plenitude do estabelecimento, desenvolve as relações sociais dos agricultores, permite determinar um valor ao território, e contribui de maneira positiva à preservação do meio ambiente*”²⁷⁰.

Considerando essa questão da diversidade das atividades em nível empírico, na pesquisa de campo verificaram-se semelhantes situações, as quais serão aprofundando na

²⁶⁶ Sobre essa *valorização das múltiplas funções da agricultura*, será retomada nas seções seguintes, quando se estiver analisando os denominados *valores locais*.

²⁶⁷ Ver mais In: *Les Cahiers de la multifonctionnalité*. Paris, n. 02, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2003. pp. 59-62 ; [Tradução ALVES, A. F].

²⁶⁸ Contando com a colaboração de Bernard ROUX, Emílie LEDEIN, Guilhem VIALLE e Estelle FOURNEL.

²⁶⁹ BONNAFOUS, P; REVEL, A. *La diversification innovante des exploitations agricoles, une alternative au modèle spécialisé ?* In: LAURENT, C; REMY, J. (coords.). *Les Cahiers de la multifonctionnalité «Multifonctionnalité des activités, pluralité des identités»*. Paris, n. 07, Cemagref Éd./Inra/Cirad, 2004. p. 72.

²⁷⁰ *Idem*, p. 80.

segunda e, principalmente, na quarta seção deste capítulo. De antemão, **esta diversidade encontrada aponta a direção dessa *alternatividade de atividades***, produtora de externalidades ou amenidades positivas a sociedade, próprias da compreensão conceitual da multifuncionalidade da agricultura ou do território. Além do mais, sobre as diferentes concepções da *diversidade* da agricultura ou multifuncionalidade das atividades agrícolas, especialmente no âmbito conceitual, é importante trazer as contemporâneas observações de Jollivet (2004), que faz uma interessante analogia entre a maneira de se abordar a *multifuncionalidade das atividades agrícolas* com o conceito de *fato social total*²⁷¹, esse último tema tratado pelo antropólogo Marcel Mauss [1923]²⁷².

Esse contexto interdisciplinar interno das ciências sociais, que essa discussão assume, conduz, necessariamente, levar-se em conta a dimensão ambiental²⁷³, tendo nela embutida os efeitos que as atividades produtivas acarretam ao meio natural e às técnicas agrícolas produtoras desses efeitos ambientais. Isso levou Jollivet a interrogar sobre a pertinência dos recortes disciplinares entre as ciências sociais, naturais e tecnológicas, dadas as suas características multidimensionais. Então, propôs a utilização rigorosa do conceito de *fato social total*, considerando sua dimensão antropológica, na relação do *dom* com a questão do desenvolvimento sustentável. Esse elemento é central na discussão da agricultura familiar e, nas condições camponesas que se manifestam no semi-árido paraibano.

Para Jollivet (*op. cit.*), a justificativa é o fato de o próprio debate da multifuncionalidade da agricultura ser em si um *fato social*, vez que “*não surge das ciências técnicas da agricultura*”²⁷⁴. É, então, para o autor, “*uma palavra de ordem, lançada no espaço social e político, interessante do ponto de vista da evolução das concepções societárias da agricultura*”²⁷⁵. Acrescenta como justificativa, o fato da temática inserir-se na própria história das *representações* do campesinato e dos debates que os mesmos suscitaram no plano econômico, social, ideológico e político da sociedade contemporânea.

²⁷¹ JOLLIVET, M. *La multifonctionnalité des activités agricoles, nouvel avatar du fait social total* ; In: *Les Cahiers de la multifonctionnalité. «Multifonctionnalité des activités, pluralité des identités»* (coords. C. Laurent; J. Rémy). Paris, n. 07, CEMAGREF Éditions/INRA/Cirad, 2002. pp. 17-36.

²⁷² Através da obra “*Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques*” [Ensaio sobre o dom, forma e razão da troca em as sociedades arcaicas]. In: *Sociologie et anthropologie*. 9^e édition. Paris: PUF, 1985, pp. 143-279; Cabe ressaltar, porém, devido o objeto da tese ser outro e, para não fugir o foco da análise, reserva-se a apenas mencionar esta obra, utilizada como referencial às argumentações de M. Jollivet, sobre a analogia interpretativa das *multifuncionalidade das atividades agrícolas* ao conceito de fato social.

²⁷³ Amplamente considerada desde o início dos debates sobre a multifuncionalidade; Rever no Cap. I “*A trajetória dos primeiros debates*”, pp. 16-21 e “*A grande questão: a relação da agricultura ‘moderna’ com a multifuncionalidade agrícola*”, pp. 40-46.

²⁷⁴ Jollivet, *op. cit.*, p. 18.

²⁷⁵ *Id.*

Essa forma de analisar a noção da multifuncionalidade da agricultura, aplicada às atividades agrícolas, utilizada por Jollivet, enquadra-se naquilo que se havia apresentado como: *Multifuncionalidade: uma noção na esteira do debate funcionalista*, quando associou a idéia de *função* (na concepção durkheimiana, que trata das *regras relativas à explicação dos fatos sociais*) aos múltiplos papéis (atividades) que a agricultura é chamada a desempenhar²⁷⁶. Enquadra-se também naqueles pressupostos iniciais dos primeiros debates, aos quais se fez referência no *Capítulo I*, que colocavam como questão central os problemas ambientais decorrentes do modelo adotado às atividades agrícolas na Europa, sobretudo no período de reestruturação do pós-guerra.

Diante disso, são pertinentes as observações de Jollivet, baseadas na concepção *maussiana* do *fato social total*, em que se amparou na teoria do *dom*²⁷⁷, para explicar a importância da materialidade das atividades (da *diversidade*) na agricultura; como ele próprio denominou: “*la multifonctionnalité des activités agricoles, nouvel avatar du fait social total*”. Isto porque, segundo esse autor, a gestão do ambiente é, indubitavelmente, central na compreensão da multifuncionalidade da agricultura, defendendo a lógica de que:

“Esta multifuncionalidade não pode, por conseguinte, ser analisada causando um impasse sobre os efeitos materiais que dela são esperados (por exemplo, relativo à qualidade da água, a qualidade dos alimentos, a preservação solos, a gestão das paisagens), dado que estes são a razões de ser do próprio debate”²⁷⁸.

Complementando com a argumentação:

“Como se pode analisar [**determinado**] instrumento fazendo o impasse sobre o objetivo pelo qual é concebido? Se o conceito de fato social total supõe levar em consideração de todas as dimensões do fato em questão; esta dimensão dos fatos materiais, próprio fundamento da multifuncionalidade, faz, intrinsecamente, parte da abordagem desta em termos de fato social total. Aqui está a estreita virtude deste conceito: premunir-nos contra as segmentações que mutilam nosso objeto”²⁷⁹. [grifo meu]

E, numa espécie de autocrítica às ciências sociais, para Jollivet (*op. cit.*), estar-se-ia, dessa maneira, truncando a idéia, mutilando o debate, dada, muitas vezes, a linearidade das

²⁷⁶ Rever sobre “*Multifuncionalidade: uma noção a esteira do debate funcionalista*”, Cap. I, pp. 22-27.

²⁷⁷ Que pressupõe a cíclica e tripla obrigação: *dar-receber-retribuir*, com poder *coercitivo*, na mais fiel definição *durkheimiana*, quando está em jogo relações materiais. Uma espécie de ‘obrigação’ da reciprocidade. Por isso, esses objetos materiais (os presentes recebidos e/ou trocados pelas comunidades primitivas estudadas por Mauss), vão além da materialidade, pois assume, numa dimensão antropológica, uma identidade. Assim, nesse processo de trocas e reciprocidades, compreendidas como *dom*, há inúmeras relações sociais. E é nessas *relações sociais* entre os homens, que se incluem as relações destes com a natureza, enquanto fonte e meio de subsistência e de reprodução do todo social.

²⁷⁸ JOLLIVET, M., *op. cit.*, p. 26.

²⁷⁹ *Id.*

dimensões sociais ao problema [no caso, ambientais]. Estar-se-ia, portanto, sendo infiel aos princípios básicos do conceito de *fato social total*, que é respeitar a unidade dos fenômenos estudados, como eles se apresentam, maneira pela qual passam a ter sentido. Com isso, esse autor mostra como é possível discernir, utilizando suas próprias palavras, “*estas duas facetas*”, intrinsecamente relacionadas, ou seja, como a materialidade é construída socialmente, mas também como, simultaneamente, se constrói o social a partir dela? Sabe-se que a materialidade age sobre o social e vice-versa pela mediação de suas próprias leis de funcionamento. Disso resulta um todo de idéias de *qualidade*, de *sustentabilidade* no âmbito do social. E como contribuição ao debate, ainda pergunta:

“Por qual via ou efeito passa a atividade agrícola para produzir estes fatos materiais, estas poluições, estas transformações, esta artificialização do meio? Por qual via, se não esta pela técnica? (...). É assim, por exemplo, que as medidas agro-ambientais (...) decorrem de normas sociais, (...) por vez de uma apreciação social de efeitos materiais atribuídos a objetos técnicos”²⁸⁰.

Nessa lógica, então, para Jollivet,

“Estas duas extensões em direção aos recursos e os meios naturais, por um lado, e objetos técnicos, por outro, são indispensáveis para se poder aplicar o conceito de *fato social total* à multifuncionalidade no domínio agrícola, porque esta, menos do ponto de vista dos seus objetivos ambientais, implica necessariamente estas duas dimensões; e porque o próprio e o alcance heurístico do conceito de fato social total obrigam-os a levar em conta a unidade e o caráter complexo do objeto estudado e, obrigando-se a fazer desta unidade e complexidade o próprio centro de esforços da pesquisa”²⁸¹.

Sem perder, porém, o foco da questão inicial – a *diversidade* –, por conseguinte, da *multifuncionalidade das atividades agrícolas*, a questão seria como fazer essa correlação de *fato social total* com a teoria maussiana do *dom*, ou melhor, como situar a multifuncionalidade num universo simbólico que é pautado por tal teoria? Ou esta multifuncionalidade entra, devido suas características sociopolíticas, na esfera do *dom* e o conceito de *fato social total* aplica-se na medida exata? Assim, Jollivet questiona:

“ (...) como se exprime, neste caso a propósito do trabalho social de reconhecimento da *multifuncionalidade das atividades agrícolas*, a contradição entre a segmentação dos *fatos sociais* que é fato em nossas sociedades modernas e a necessidade de responder às exigências antropológicas do *dom*. Como se exprimem obrigações de dar, receber e retribuir? Como estas obrigações se exprimem (...)”²⁸².

²⁸⁰ *Ibidem.*, p. 28.

²⁸¹ *Id.*

²⁸² *Ibidem.*, p. 33.

Como resposta destaca que:

“ ... não existem mais consensos simbólicos sobre estas obrigações, (...) e, (...) pelo contrário, as regras que governam os domínios, nos quais evolui esta multifuncionalidade a tomam no contrapé, existindo inevitavelmente contradição entre pedidos simbólicos, (...) que estão por trás do plano do movimento de reconhecimento social da multifuncionalidade agrícola, por um lado, e por outro lado, a segmentação de um social, apresentados à dominação do econômico, que caracteriza as sociedades capitalistas”²⁸³.

Decorrente dessa analogia, conclui-se que se trata de observações que vão além de uma simples comparação heurística. Nesse sentido, concorda-se com a análise e os complementos teóricos apresentados por quem discutiu²⁸⁴ as argumentações de Jollivet, em que a hibridez para a noção, de que o “fato social total” pode, por conseguinte, aparecer fundado tanto em termos de *contexto*, quanto *conteúdo*. Na perspectiva da “multifuncionalidade”, **a agricultura perde a exclusividade do caráter produtivo e econômico**, adquirido nos países industrializados, e restabelece diversos aspectos que Mauss atribuiu aos fatos sociais totais. Um segundo elemento dessa analogia é a retomada da noção de contrato, muito presente no estudo de Mauss, para quem os grupos estavam vinculados mutuamente por um sistema de obrigações recíprocas. É esta relação ‘contratual’ que institui a sociedade. A idéia do *contrato social*, igualmente, é reativada no âmbito da aplicação da multifuncionalidade. Através dos CTEs, substituindo a lógica prescritiva de poder do Estado, foi uma formalização contratual que selou um regime de obrigações e compromissos recíprocos entre a categoria dos agricultores e a comunidade nacional.

Quanto ao CTE, resumidamente descrito no *Capítulo I*²⁸⁵ como formalização daquilo que se poderia chamar de um *pacto social*, cabe complementar dizendo que foi um passageiro modelo, que, infelizmente, cedeu às pressões corporativistas do grande capital, ou seja, durou, em sua formatação original, tanto quanto vigorou o governo socialista francês de Jospin. Sobre essa trajetória administrativo-política do CTE, é importante referenciar a recente avaliação, que o destaca como tendo sido o marco da materialização de um pacto social entre a agricultura e a sociedade, especialmente na esfera ambiental²⁸⁶. Então, à luz do que foi enunciado sobre o CTE, enquanto política contratual entre o Estado e os agricultores, e

²⁸³ *Idem.*, p. 34.

²⁸⁴ Em referência a DJAMA, M., que apresenta na seqüência do artigo de Marcel Jollivet, uma discussão “*Les vertus heuristiques d’une comparaison*”, pp. 36-39. [no mesmo referencial da nota 271].

²⁸⁵ Rever item 2.3 – *Conceitos e desdobramentos da multifuncionalidade da agricultura* -, especialmente a partir da página 33 até a página 39 e, também no Anexo 3, p. 304.

²⁸⁶ ANJOS, F. S. *et alii*. **Rumo a um novo pacto social na agricultura: a experiência recente dos contratos territoriais de exploração na França**, 2008.

desdobramentos dela decorrentes, o ‘fracasso’ talvez tenha se dado face às dificuldades que os poderes públicos têm em ‘quebrar’ determinados corporativismos, que agem sectariamente em nome de um ‘progresso’ técnico da agricultura.

Nesse sentido, Anjos *et ali.* (2008), lembram que foi muito mais a pressão de fortes organizações agrícolas francesas, representadas pela Federação Nacional dos Produtores Agrícolas (FNSEA), pelo Centro Nacional de Jovens Agricultores (CNJA) e, de certa forma corroborada pelas ações do Comitê de Organizações Profissionais Agrícolas (COPA), do que uma política agrícola inviável. Tais organizações apontavam ser o CTE uma típica política de esquerda, voltada muito mais a atender compromissos dos sindicatos minoritários da *gauche paysanne*, representados pela Confederação Nacional Camponesa (CNP) e Movimento de Defesa do Estabelecimento Familiar (MODEF). Em que pese o lado dessas últimas organizações, tratava-se de um conjunto de compromissos públicos, na época, pautado naquilo que apregoava a PAC de 1999, destinados a equilibrar forças entre os “agricultores profissionais” e a agricultura familiar, ou como “*uma estratégia territorial de desenvolvimento rural e agrário. (...) [que] converte o clássico debate técnico sobre a modernização em um debate eminentemente social*” (ANJOS *et ali.*, 2008, p. 4).

Outra questão que subtraiu a continuação do CTE foi sua característica individualizada de contrato entre o Estado e o agricultor²⁸⁷ que, na visão dos opositores, obscurecia e/ou canalizava demasiados recursos para setores ou atividades ‘pouco eficientes’. Esta questão, por vez, foi substituída pela nova fórmula dada ao contrato²⁸⁸, que passou a se chamar *Contrats d’Agriculture Durable* (CADs). Esse novo contrato, na prática, mudou muito pouco em termos estruturais. Mais significativo, em termos diferenciais ao CTE, na sua forma original, passaram a ser os volumes de recursos destinados a promoção do social, especialmente, via criação e manutenção de empregos rurais. Além disso, com a nova Lei, limitou-se o número de medidas ambientais por unidade agrícola (duas no máximo), sendo uma delas, obrigatoriamente, identificada com as prioridades da política territorial, renunciando o caráter individualizado contido no CTE. Em outros termos, menos liberdade individual e mais centralidade nas definições da Comissão Departamental de Orientação Agrícola (CDOA). Uma espécie de retorno às antigas Medidas Agro-Ambientais (MAE), que existiam antes da PAC de 1999.

²⁸⁷ Rever “*Esquema interpretativo sobre o modo de ação pública do CTE*”, Fig. 1, p. 37.

²⁸⁸ Através do Decreto n° 2.023-675 de 22/07/2003.

Em que pese às mudanças, para pior ou para melhor, na contratualização da agricultura francesa, serviram e servem, contudo, como exemplo e reflexão às políticas públicas voltadas ao rural, que ora estão sendo levadas a termo no Brasil. Portanto, que os erros e os acertos, ocorridos lá, contribuam para melhorar, aqui, a eficiência das políticas agrárias, principalmente, daquelas destinadas ao segmento familiar camponês do semi-árido, que sempre discriminado e estigmatizado por discurso semelhante ao ocorrido na França, ou seja, o discurso da ‘ineficiência’ produtiva, que acabou tolhendo, lá, a expressão de outros segmentos e/ou *funções* da agricultura, como é o caso da organização dos consumidores (função econômica relacionada a alimentos de qualidade) e de ambientalistas (função ambiental via proteção, contemplação e renovação dos recursos naturais).

Relativamente recente, nesse período pós CTE e, principalmente, depois da incorporação da abordagem territorial às pesquisas da multifuncionalidade, outras importantes avaliações vieram somar esforços no sentido de sanar as incertezas sobre o uso dessa teoria de debate do rural. Refere-se nesse aspecto, em especial, às considerações de Cairol *et ali.* (2005), que analisam a multifuncionalidade e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais da Europa, através do *Multagri Research Group*²⁸⁹. Diante disso, mesmo sendo uma referência de situações européias, vai ao encontro de uma das hipóteses apresentadas pela tese, ou seja, de que as “*múltiplas funções* [da agricultura] *ainda poderão estar contemplando, além da qualidade de vida, ações de Desenvolvimento...*”. Portanto, na perspectiva desses autores, a sustentabilidade territorial perpassa pela estreita ligação entre a agricultura e a sociedade, através da: i) diversidade de produtos que estes estabelecimentos agrícolas familiares são capazes de ofertar; ii) valorização dos aspectos paisagísticos e da biodiversidade regional; e, iii) aspectos sociais e culturais locais; numa perspectiva de pesquisa, que tenha como elemento de análise a operacionalização da noção de sustentabilidade, ligando *atividades, funções e impactos*. De igual modo, estes pontos inserem-se no eixo central da tese, ao pautar as *múltiplas funções*, considerando um conjunto de práticas sócio-culturais e ambientais de *convivência* com o semi-árido.

²⁸⁹ A *Sociology Rural Group* de Wageningen University realiza pesquisas acadêmicas e aplicadas no domínio dos estudos sociais rurais. É financiada pela UE. Tem como foco a diversidade das práticas dos agricultores e outros intervenientes do mundo rural, e potencialidades para o desenvolvimento rural sustentável. É coordenada pelo Centre National du Machinisme Agricole, du Génie Rural, des Eaux et des Forêts (CEMAGREF). No grupo de pesquisa - WP1: **Definições, referências e interpretações do conceito de multifuncionalidade e suas contribuições para um desenvolvimento sustentável**, foram contratados: o INRA, e o CIRAD (França); Também participaram: August Cieszkowski Agrícola da Universidade (Polónia), Universidade de Valência (Espanha), Eidgenossische Technische Hochschule Zurich/Federal Institute of Technology Zurich (Suíça), Department of Social Sciences, Wageningen University (Holanda). Disponível em: <http://www.multagri.net/section/partners/show_partner.php?section=2&part_id=34>. Acesso em fev. 2009.

É prudente acrescentar, que os impactos ambientais decorrentes das atividades agrícolas se manifestam em diferentes escalas de acordo com os diferentes modelos de exploração territorial adotado. Assim, cada território tem seu grau de dano natural. É neste ponto que entra a **importância da multifuncionalidade, enquanto ferramenta analítica da sustentabilidade dos territórios rurais**. Por isso, se endossa a importante observação de Cairol *et ali.*(*op. cit.*), ao afirmarem que:

“Para alcançar [**compreender**] esses impactos sobre os recursos [**naturais**], nos parece útil identificar as diferentes *funções* e suas *combinações* e de mostrar para quais estados elas conduzem as observações. (...) permite também compreender como uma combinação de funções se traduz num nível de desempenho do território em questão. (...). A multifuncionalidade permite analisar as relações entre as atividades agrícolas, a economia local e o território. (...). O território ressurge como o lugar de reencontro entre a agricultura e a sociedade, repondo em evidência a ancoragem local dos agricultores e tornando-se um elemento chave da relação que este setor conserva com a sociedade” (CAIROL *et ali.*, 2005, p. 194) [adendos meus]

É, pois, a sustentabilidade [ambiental] dos territórios rurais a razão pela qual se optou, ainda que de maneira parcialmente quantitativa, por uma amostragem com a **caracterização e contextualização das diferentes funções/atividades praticadas pelas famílias camponesas do Curimataú Ocidental** descritas no capítulo anterior. Isso, também, reforça a idéia da “*expressão e/ou valorização das múltiplas funções da agricultura*”, no sentido dessa ‘multifuncionalidade’ por ela possibilitada, igualmente evidenciada pelas outras pesquisas sobre a multifuncionalidade no Brasil. Nesse aspecto, referem-se àquelas mencionadas no *Capítulo II*, especialmente da recente etapa, concluída em 2008, que apontou como importante “*levar em conta essa diversidade de dinâmicas territoriais*”, principalmente no tocante à “*criação e acompanhamento de políticas públicas*”. Cabe frisar, que nessa última etapa, foram identificadas algumas dinâmicas territoriais ligadas: a) a territórios de políticas públicas; b) a arranjos produtivos formais ou informais; c) a um contexto de integração rural-urbana, todas em maior ou menor grau de intervenção da agricultura familiar. Em alguns casos, tendo o agricultor como protagonista²⁹⁰, noutros a sua completa exclusão, mas que, de outra maneira, propiciam a incorporação da noção de multifuncionalidade, através do enfoque territorial, conjugando atividades e políticas agrícolas e não-agrícolas.

²⁹⁰ A exemplo daquilo que foi identificado no *Território da Borborema*, no entorno de Campina Grande-PB (adjacente aos municípios que integraram a amostra desta tese), com forte trabalho na área de agroecologia, em consonância com as políticas públicas da região, estudados por PIRAUX, M; BONNAL, Ph. *Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB) – O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura*. In: CAZELLA, A; BONNAL, Ph; MALUF, R. (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. pp. 113-35.

No *Capítulo II*, quando se tratou mais especificamente do debate da multifuncionalidade em nível de Brasil, no sentido de referendar nossa agricultura familiar camponesa, mencionou-se a opção teórica e o rumo tomado pelas pesquisas, isto é, mesmo incorporando o viés territorial, seguindo uma tendência acadêmica estrangeira, o debate não conseguiu abstrair em direção ao entendimento das especificidades de nosso campesinato. De maneira semelhante, o Estado brasileiro, a partir de 2003, mesmo tendo sinalizado com essa intenção, através de algumas políticas públicas do MDA, que endossou a noção de multifuncionalidade como ferramenta de políticas públicas ao rural, o fez de maneira errada, porque incorporou mecanicamente quase todos aqueles preceitos teórico-metodológicos utilizados para a situação européia. Noutras palavras, passou a utilizar a noção de multifuncionalidade sem levar em conta as características socioeconômicas dos pequenos camponeses. Exatamente da maneira político-metodológica que condenamos. Assim, julgamos como um duplo e “consciente” erro, tanto do segmento acadêmico (pesquisadores) como da parte institucional (governamental), que não declinaram a prévia e apropriada discussão ao caso (à situação) brasileiro (a). Contudo, esse referencial não deixa de contribuir para a análise e compreensão do desenvolvimento sustentável, via noção da multifuncionalidade da agricultura ou multifuncionalidade do território [rural].

3- Peculiaridades na reprodução social camponesa do semi-árido...

No *Capítulo III*, a configuração do semi-árido representada pelo recorte do *Curimataú Ocidental*, ainda que de forma resumida, evidenciou especificidades que exigem mais algumas ponderações, sobretudo, quando o debate gira em torno dos processos reprodutivos sociais daqueles que vivem num espaço, marcado por interferências econômico-políticas muito perversas. Na seqüência, embora relacionadas, foi preciso descrever separadamente a *Contextualização ambiental* pautada na convivência com a semi-aridez, no *Capítulo IV*, das *Relações e Representações sociais* que permeiam o local estudado no capítulo seguinte. Por razões de ordem históricas, econômicas e políticas, tais temas merecem tratamento conspícuo, possibilitando uma avaliação mais coerentemente das *dinâmicas próprias de reprodução social* aí existentes, capazes de ‘produzir’ *externalidades* positivas e bens públicos, que o território é capaz de propiciar, enquanto *múltiplas funções* da agricultura.

Nesse aspecto, primeiramente, sem negar a dada situação fisiográfica da região estudada, especialmente daqueles elementos relacionados com o clima²⁹¹, é preciso **reafirmar**

²⁹¹ Tratados no cap. III, pp. 76-82.

que não se trata de um ‘problema’, como afirmam a maioria das concepções leigas ou parciais sobre a realidade do semi-árido brasileiro, ou seja, o problema da insegurança hídrica, decorrente da sazonalidade e irregularidades pluviométricas, tidas como ‘a problemática das secas’. Depois, pela existência de outros ingredientes, profundamente ‘enraizados’ na trajetória histórica de exploração territorial de toda a região Semi-Árida.

Nessa compreensão, faz-se referência, principalmente, a questões políticas relacionadas com a dominação do ambiente pelo homem e do homem pelo homem, na mais autêntica concepção de desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, reafirmamos as referências de Lopes de Andrade, tratadas no *Capítulo V*, que, estudando a “sociologia das secas”, demonstrou a total alienação dos colonizadores em relação à Caatinga e aos saberes dos nativos. Igualmente, reafirmamos as considerações anteriormente tratadas no *Capítulo IV* por Suassuna, Neves e Sabourin, que apontam como ineficientes as atitudes técnicas à solução das demandas hídricas do semi-árido brasileiro.

Aprofundando um pouco mais a análise dessa particularidade relacionada à condição climática e a tudo que dela decorrem, merecem destaque as reflexões de Neves (1994), que de forma bastante lúcida, desmistifica algumas ficções e imagens sobre ‘o Nordeste’ e sobre ‘as secas’ construídas ideológica e intencionalmente como um “discurso da região”, que se mantém inalterado ao longo do tempo²⁹². Para a primeira questão – o Nordeste – visto enquanto região e todos seus significados, o autor aponta:

“O regionalismo apresentado como: uma ‘grande mentira’ montada pelas classes dominantes regionais que, assim se vêm instrumentalizadas para, num só movimento, administrar a miséria da grande maioria da população e habilitar-se a controlar os recursos públicos destinados a combater esta mesma miséria e financiar o desenvolvimento regional”²⁹³.

E, para a segunda questão – as secas – aponta como sendo um imaginário pautado numa:

“Determinada concepção de progresso, tomado por uma sucessão de etapas em que se efetiva a emancipação do homem com relação à natureza. A realização deste progresso, então, se afirma nas obras, atos e idéias que permitem ou materializam esta capacidade inerente à sociedade burguesa de sobrepujar a força, a grandeza ou a imprevisibilidade dos elementos naturais, ou seja: a capacidade de utilização dos ‘recursos disponíveis’, entre os quais se incluem os ‘recursos humanos e culturais’, encarados como características naturais do homem”²⁹⁴.

²⁹² NEVES, F. de C. **Imagens do Nordeste. A construção da memória regional**. 1994. p. 13

²⁹³ *Ibid.*, p. 14.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 22.

Isso incorpora aquilo que denominamos de “a necessidade de dominação da natureza”, descrita no *Capítulo III*, quando se expressou a forma de ocupação e o início da exploração regional. Uma confirmação disso são as informações e as imagens [fotos], descritas no *Capítulo VII*, **ratificando essa concepção e visão sobre o ambiente, ainda que novas e positivas concepções passassem a se manifestar e a serem postas em prática nessa relação homem-natureza.**

Nos aspectos socioeconômicos, representados pelas *formas de organização produtiva* e propriamente *a produção agropastoril* descritas do *Capítulo III*, sem negar que, ao longo desse procedimento normatizado de ocupação ocorreu o *desenvolvimento do trabalho* e a *geração de riquezas* no processo de reprodução da sociedade, cabe **relativizar em relação ao ônus social e ambiental destes decorrentes. Primeiro, pelo extermínio de saberes e fazeres dos nativos; depois pelas deprimentes condições de trabalho** a que foram submetidos os “sujeitos”, utilizando uma denominação de Garcia Jr., nos diferentes ciclos [agropastoris] econômicos. Junto dessas duas situações **a supremacia do capital sobre o trabalho**, obedecendo a permanente lógica dos ‘países do Norte’, utilizando uma expressão advinda da academia destes, quando se referem às situações socioeconômicas dos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, no qual se inclui o Brasil. Portanto, as argumentações e os dados até aqui apresentados, tendo como referência especialmente Moreira & Targino e Rodriguez, os quais tiveram como fonte original o IBGE, cujos dados ainda que relativamente desatualizados, serviram de suporte teórico às informações de campo, tratadas nos *Capítulos VI e VII*, **indicadoras da diversidade²⁹⁵ das atividades agropastoris, questão-chave na compreensão da multifuncionalidade da agricultura.**

Cabe lembrar que contribuíram para esse cenário produtivo, os sucessivos ciclos ou períodos do gado, do algodão e do sisal, sendo o primeiro ainda hegemônico, sobretudo, pela distinta política de incentivos. Este de fato favoreceu e ainda favorece a poucos, evidenciando determinada racionalidade econômica e ideológica. Uma nítida separação entre ‘progresso’ e ‘pobreza’, entre ‘econômico’ e ‘político’, sem que houvesse modificação das *relações sociais* de dominação e exploração (NEVES, *op. cit.*). Ressalte-se que tal separação foi, também, corroborada pela histórica política de gestão dos recursos públicos, representada pelos inúmeros programas governamentais²⁹⁶ em nome da “modernização” da agricultura brasileira. No entanto, contrário a tudo isso, como alternativa aos ‘espinhos’ dessa triste realidade, um

²⁹⁵ Anteriormente tratadas, na primeira seção desse capítulo, pp. 234-37.

²⁹⁶ Rever nota 130, p. 115.

conjunto de estudos e ações têm, se não resolvido, minimizado as complexas relações homem-natureza e homem-homem no ambiente semi-árido. **As referências são as ações e práticas de convivência** pautadas no *Capítulo IV*. Todas elas, **numa concepção de que o homem é parte integrante desse sistema natural – o semi-árido –**, e que “*as relações sociais estabelecidas socialmente entre natureza e sociedade, permitem que a ‘seca’ seja entendida fundamentalmente como um fenômeno climático*” (NEVES, *op. cit.*, p. 19). Por outro lado, a lógica utilizada pelos desbravadores do semi-árido [Sertão] (representada pelas *Entradas* exploratórias e pelos *Jesuítas*), através das inúmeras representações e sincretismos²⁹⁷, propiciou também entre as famílias camponesas do semi-árido a construção de um conjunto sincrônico de *representações* com a natureza, contribuindo, igualmente, como *relações [sociais]* de produção, de dominação, descritas no *Capítulo V*.

Sem, contudo, precisar mencionar novamente tais *práticas e ações de convivência* desses camponeses com o bioma Caatinga, é importante destacar que as mesmas fazem parte de um conjunto de *representações*, que podem ser construídas dentro dos princípios da solidariedade e da participação coletiva dos agricultores. Elas **demonstram a outra face das relações sociais, ou seja, das relações de autonomia, frente às persistentes relações de dominação e de poder, representadas, na maioria das vezes, pelos próprios poderes instituídos** (do Estado). Nesse sentido, concordamos com as afirmações de Duqué (s.d.), que refuta a tese de que essas experiências de *convivência*, as quais Diniz (2007) chamou de “Experimentalismo Institucional”, são iniciativa das políticas públicas. De fato, Duqué rebate veementemente as informações, publicamente veiculadas, de que o atual governo tem apoiado, de todas as formas, a construção de cisternas, por exemplo, quando se sabe que essa é uma iniciativa com a marca da ASA. Cabe acrescentar que a ASA atua por todo o semi-árido, com ações práticas e educativas, comprovadas e premiadas internacionalmente por sua eficiência para, por exemplo, resolver a “problemática” hídrica do consumo humano, considerando ainda os inúmeros trabalhos e pesquisas realizadas sobre a questão, reforçando o processo de *convivência* com o semi-árido²⁹⁸. Apenas como ilustração, a pergunta que se poderia fazer então é: “Como poderia ser uma ação de Estado, quando o mesmo,

²⁹⁷ Fazendo referência às formas religiosas utilizadas pelos jesuítas, baseadas na dicotomia do sagrado e do profano (pecado), como forma de dominação das populações silvícolas, que ‘conviviam’ com os colonizadores no litoral e/ou “sítios” no semi-árido. Também em referências às crenças, disseminadas junto aos trabalhadores (moradores), no sentido de proibir o consumo de determinados produtos/alimentos. Essas duas situações, ambas voltadas à manutenção de *relações sociais* de dominação.

²⁹⁸ Relembrando as referências descritas no decorrer da tese: Duqué & Cirne (1998); Carvalho (1998); Almeida & Cordeiro (2001); Diniz & Duqué (2002); Diniz (2002); Galdino (2003); Sabourin, Duqué e Malagodi (2003); Duqué (2006), Silva (2006); Suassuna (2007); Diniz (2007); e, Alves & Malagodi (2007).

contraditoriamente, realiza uma outra ação – a transposição do rio São Francisco – com lógica totalmente diferente, em relação à problemática hídrica regional?” Obviamente, sobre esse tema cabe um longo debate, que aqui não é possível fazer, pois extrapolar-se-ia os objetivos da presente tese.

Com isto, cabem mais algumas considerações sobre essas *relações e representações* sociais, sucintamente descritas no *Capítulo V*. Nesse aspecto, primeiro, em referência às *relações sociais*, quando se utilizou uma passagem de Marx descrevendo a “existência de uma contradição entre as forças produtivas materiais e as relações de produção...”, foi para dizer **que o lócus estudado esteve à mercê de uma “superestrutura jurídica e política”**, como descreveu o próprio Marx, **permanecendo assim durante os sucessivos ciclos ou períodos agropastoris**²⁹⁹ do semi-árido. Posteriormente, ao descrever as *representações sociais*, enquanto produto humano, “diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens”, utilizando, igualmente, outra passagem de Marx & Engels, foi para dizer que **as representações existentes no semi-árido têm uma carga ideológica, dadas a partir das configurações econômicas, sociais e culturais impostas pelos colonizadores**. Portanto, uma *construção social*, de certa maneira impositiva ou com um *ingrediente simbólico*, como um *poder constituído*, voltado à *conservação da ordem social*.

De todo modo, essas *representações*, carregadas por seus próprios simbolismos, que se manifestam nas *configurações* ou *habitus* dos indivíduos que as compõem (ELIAS, 1994), **propiciam relações e funções estruturadas, ainda que não sejam totalmente de forma coletiva, são capazes de externar um conjunto de alternativas de enfrentamento aos instrumentos de dominação, profundamente internalizados no estrato social de todo o semi-árido**. Além disso, esse conjunto de *representações* passa a incorporar o cotidiano espacial das atividades [agrícolas] no território, onde se dão todos os processos de reprodução das sociedades agrárias. É sobre esse espaço que declina a análise da seção seguinte, principalmente quando se incorpora uma emergente questão: a sustentabilidade ambiental.

4- Contradições e possibilidades em um espaço de construção social...

Mesmo que as definições e diferentes concepções sobre território, bem como a abordagem voltada para a internalização e a compreensão das *múltiplas funções* da agricultura tenham sido explicitadas no *Capítulo VI*, fazem-se necessárias algumas questões de ordem analítica. Assim, considerando o território como espaço de construção social; os recentes

²⁹⁹ Fazendo referência as atividades produtivas da pecuária, do algodão e do sisal.

acontecimentos em termos de políticas públicas voltadas ao rural no Brasil, das quais algumas verificadas no lócus pesquisado; e, a contraditória política dicotômica entre a agricultura empresarial e a familiar de viés camponesa, a abordagem territorial pode se re-configurar nesse conjunto de papéis (funções), creditando benefícios sociais aos agricultores.

Na arena da construção social, falar no emergente debate territorial é, igualmente, re-configurar as ruralidades em que identidades sociais e coletivas passam a ser interrogadas no mesmo patamar das práticas e/ou atividades agrícolas, principalmente, quando é adicionado um preocupante ingrediente, o ambiental, diferentes modalidades de ação ecológicas e sociais se interdependem e onde as fronteiras da ação coletiva e pública se redesenham. Esses são os pressupostos de Billaud (2004), ao analisar os *desafios* e os *paradoxos* da problemática ambiental (uma das *funções* da agricultura e/ou do território) em se tratando de ruralidades contemporâneas³⁰⁰. Nesse sentido, sem deméritos às inúmeras concepções sobre território e, especialmente, às abordagens multifuncionais do território descritas no *Capítulo VI*, mesmo sendo num olhar de situações europeias, as considerações de Billaud (*op. cit.*) merecem atenção, não somente, por ser território o espaço de *construção social, ação coletiva e importância da questão ambiental*, mas também pela capacidade de resgatar o necessário e convergente debate – a *questão camponesa* no contexto da modernização e as *microsociedades rurais* no contexto de integração social – aos quais há traços comuns. Com isso, pode-se dizer que o que se tem na Europa é uma superação de alguns paradigmas. O mais notável é o da integração urbano-rural, que no Brasil tem sido um debate impróprio ou, às vezes, desfocado (SABOURIN, 2007). Na Europa, isso parece ter amadurecido, e o rural é cada vez mais funcional, mais plural, pois as atitudes ambientais são compromissos de ambos os setores. Outro paradigma que parece ter sido igualmente superado, ao menos no discurso, é o distanciamento entre camponês e agricultor [profissional], quanto à importância de seus específicos papéis. Não que não haja diferenças, mas cada vez é mais destacado o papel do camponês no contexto das ruralidades contemporâneas, principalmente, quando emergem as questões ambientais, que têm na agricultura a arena dos debates. Assim, há uma espécie de retorno ao campesinato ou re-campesinização, sobretudo, quando se enseja a sustentabilidade ambiental em contraponto aos limites apresentados pela agricultura moderna.

Em complemento, Billaud (*op. cit.*) destaca que esses *desafios*, colocados no âmbito do desenvolvimento agrícola e rural, como um projeto de modernidade da sociedade, são ao

³⁰⁰ BILLAUD, J-P. *Environnement et ruralité : enjeux et paradoxes*. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n. 10, pp. 111-118, jul./dez., 2004.

mesmo tempo, capazes de evitar o constrangimento do sistema produtivo em relação ao ônus ambiental e à radical separação entre espaços de produção e de proteção. Desse modo, faz emergir nos espaços rurais particularidades de:

“Pertencer aqueles que se nomeia ‘bens comuns’ [como] a água com seus desafios de escassez, de qualidade e de apropriação; os recursos naturais em sua dimensão renovável (a pesca, a madeira) ou em seu caráter de irreversibilidade (como os problemas de erosão, de contaminação, salinização, desertificação, etc.)”³⁰¹ [adendo meu]

Estando a agricultura, enquanto atividade, no centro desses desafios, no mais crucial dos momentos (produzir mais, porém com os quesitos de qualidade, sanidade, etc.). Em decorrência disso, destaca como *paradoxo* a ambivalência ou a ambigüidade que encarna a noção de agricultura duradoura, tendo de um lado a imposição dos mercados, através dos preços (as eco-condicionalidades, por exemplo) e de outro, o modelo patrimonial, baseado na concertação e ajudas diretas. Disso suscitam dispositivos sócio-técnicos ligados ao tratamento dos problemas ambientais, definindo dessa maneira, cenários locais, que refletem a diversidade sociológica dos espaços rurais.

Nessa lógica de compreensão, olhando para o território pesquisado, à luz das primeiras informações colhidas e descritas no *Capítulo VI*, especificamente, da *Relação com o meio ambiente*, **é possível afirmar que há espaços para iniciativas de concertação e diálogo**³⁰², **mesmo que na prática, dadas às peculiaridades locais e algumas atitudes dos agricultores, a realidade demonstre-se distante de uma construção social, ação coletiva e importância da questão ambiental**. No entanto, não é de todo conveniente fazer comparações entre realidades empíricas tão distantes, sob pena de escamotear o verdadeiro debate que precisa ser travado: O debate da busca de autonomia e participação dos agricultores em todas as instâncias sócio-políticas dessas sociedades locais. Os exemplos e observações da Europa servem sim, pela vanguarda na temática ambiental/territorial, no âmbito de diferentes ruralidades e, principalmente, pela maturidade das discussões.

Por isso é que, numa contribuição mais recente, Sabourin (2007) avalia as políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil³⁰³, oportunidade em que resgata semelhantes questões, como as anteriormente levantadas por Billaud, sobre o necessário e convergente

³⁰¹ *Ibid.*, p. 115.

³⁰² Fazendo referência à informação da existência do Programa ‘Agente verde’, da Prefeitura de Algodão de Jandaíra, p. 181.

³⁰³ SABOURIN, E. *Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?* In: **Sociedade e Estado**, 2007, pp. 715-751.

debate da *questão camponesa* no contexto da modernização e as *micro-sociedades rurais* num contexto de integração social. No caso brasileiro, contrariamente ao que na Europa já foi resolvido, a ‘institucionalizada’ “*abordagem dualista do setor agrícola separando o apoio à agricultura familiar com a criação do MDA, do apoio à agricultura patronal, mantido mediante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)*”³⁰⁴ pouco tem contribuído ao desenvolvimento rural. Para Sabourin (*op. cit.*), conhecedor do debate territorial e nele a concepção de um espaço diversificado de poderes e estratégias de gestão, como “*território-espaço de poder*” (TONNEAU & SABOURIN, 2005), as dificuldades enfrentadas no cenário brasileiro são resultados, sobretudo, da configuração dada a esses ‘territórios rurais’, serem pouco reconhecidos e identificados, pelos agricultores. Isto, pelo fato de terem sido criados pela SDT do MDA, obedecendo, na maioria dos casos, a lógica e decisões dos Estados e municípios. Além disso, carecem de mecanismos de controle e avaliação dos projetos, “*ao confundir participação e fortalecimento das capacidades dos atores locais com as lógicas de desenvolvimento territorial*”³⁰⁵.

Como forma de avançar no debate e nas ações concretas do enfoque territorial, a alternativa seria o da

“possibilidade de grupos subalternos da agricultura familiar e camponesa assegurarem, não apenas a sua representação, voz e poder de decisão nos conselhos, mas também desenvolverem uma capacidade de relação com as comunidades locais e outras instituições e de coordenação de projetos comuns”(SABOURIN, *op. cit.*, p. 737).

Mas não foi isso que se encontrou nos municípios pesquisados, quando se entrevistou esses diferentes “atores sociais”, sobretudo agricultores, integrantes dos CMDRS, conforme descrito no *item 4.4 – Políticas públicas*³⁰⁶. Reforça-se, então, aquilo que foi demonstrado, anteriormente, sobre as persistentes *relações sociais* de poder local, permeadas pelo “*paternalismo (...), um instrumento-chave que explica o equilíbrio entre interesses que muitas vezes poderiam ter manifestado antagonismos*” (BURSZTYN, 1984, p. 21). Exemplos dessas práticas tornam-se mais evidentes, sobretudo, quando as condições sócio-econômicas das famílias de camponeses do semi-árido, ficam ‘reféns’, por exemplo, de uma sazonal insegurança hídrica, ou seja, quando o abastecimento de seus reservatórios de água depende da estrutura oferecida/disponibilizada pelos gestores locais.

³⁰⁴ SABOURIN, E. *op. cit.*, p. 718.

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 732.

³⁰⁶ Rever nas páginas 183 a 185.

Retomando a análise inicial dessa seção, sobre o convergente debate da questão camponesa no contexto da modernização da agricultura, como propôs Billaud e das questões territoriais, avaliadas por Sabourin, é importante explicitar que o debate dualista, e às vezes, exagerado no âmbito da agricultura brasileira acaba ofuscando os diferentes vieses de agricultura. Desse modo, perde qualidade acadêmica, principalmente, quando internaliza demasiadamente, o viés ideológico. Por isso, não se pode deixar de concordar com Sabourin, para quem tais debates não passam de falsos argumentos, manipulados pelos dois lados, visto que ambos os segmentos (a agricultura empresarial e a agricultura familiar) contribuem para as mesmas cadeias. Avalia ainda que isso ‘contamina’ o debate no âmbito do MDA, e sugere discussões em torno de uma política adaptada à diversidade das agriculturas familiares e camponesas, vital para o incremento prático da noção de multifuncionalidade da agricultura (LAURENT & REMY, 2003; BONNAFOUS & REVEL 2004; e JOLLIVET, 2004).

No desenvolvimento do território, Sabourin (*op. cit.*) defende um sistema familiar (camponês) diversificado, uma vez que as estatísticas oficiais, de fato, omitem ou são falhas por desconsiderarem a produção voltada para o *autoconsumo* e a da *redistribuição não monetária e não mercantil* na consolidação da *segurança alimentar*. Estas questões, por vezes, muito importantes na região pesquisada, portadora, sem que se repitam as causas, de inúmeros gargalos produtivos. Não é isso que de fato ocorre, pois políticas públicas continuam numa concepção única para a agricultura familiar, quando se sabe que há um verdadeiro mosaico de agriculturas, ditas familiar. Nesse aspecto, segundo esse autor, essa univocidade favorece o “*oposto discurso neoliberal e conservador que trata a agricultura familiar e camponesa como marginal ou periférica (...)*”³⁰⁷. Critica, até, os programas assistencialistas segmentados, que “*têm por efeito transformar camponeses mais ou menos autônomos em cidadãos de segunda classe, dependentes da ajuda alimentar e social*”³⁰⁸, e acabam sendo incorporados no rol de consumidores urbanos. Por fim, mesmo reconhecendo alguns avanços nas políticas públicas via PRONAF, Sabourin defende o apoio a sistemas de produção mais autônomos, menos dependentes do mercado capitalista e insumos externos, de maneira que possam ser mais adaptados as situações (viabilidades) locais. Para isso, defende *dispositivos coletivos de governança*, assegurando aos agricultores a gestão dos *recursos comuns*, exemplificados no *Capítulo IV* como práticas de *convivência* com a semi-aridez, ou ‘produção’ de *bens públicos* (informação, capacitação, etc.), que passam, necessariamente, pela ênfase da noção de multifuncionalidade da agricultura e do espaço rural.

³⁰⁷ SABOURIN, E. *op. cit.*, p. 739.

³⁰⁸ *Id.*

Contudo, compensando determinadas contradições das políticas públicas, como essas apontadas por Sabourin, existem algumas experiências que convergem, como ‘espaço de construção social’ em determinadas ruralidades. Refere-se aqui ao estudo desenvolvido pela equipe do Grupo de Pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura, no Brasil, ao qual se referiu no *Capítulo II*, ou seja, através de um estudo de caso – da *Borborema* –, que foi pesquisado na região de intersecção ao lócus empírico do presente estudo de tese, que comparou duas distintas dinâmicas territoriais, ligadas a territórios de políticas públicas³⁰⁹.

Segundo Piraux & Bonnal (2009) a pesquisa esteve pautada a partir de quatro fatores de diferenciação espacial na Região da *Borborema*, que atribuiu, metodologicamente, cinco diferentes zonas de específicas características, no sentido de caracterizar, duas diferentes dinâmicas territoriais – a do Pólo Sindical e das Associações da *Borborema* e a do Fórum de Desenvolvimento Territorial³¹⁰ – no contexto da multifuncionalidade da agricultura. O primeiro fator de diferenciação dessa heterogeneidade espacial foi à intensidade pluviométrica entre os diferentes municípios pesquisados; o segundo, relacionado à amplitude das dinâmicas socioeconômicas, através da atuação de diferentes instituições (Sindicatos, ONGs, etc.), no sentido de possíveis alianças e/ou divergências em torno de determinadas tecnologias produtivas (a agroecologia, por exemplo); o terceiro, pela a importância ou influência de pólos urbanos e vias de comunicação representados, ou por Campina Grande ou por Guarabira; e, o quarto relacionado com as práticas, mais ou menos articuladas e sensíveis às dinâmicas territoriais, das administrações locais (das Prefeituras). Para esses pesquisadores, fruto dos parâmetros adotados, o zoneamento apresentou as seguintes dinâmicas:

“(i) agricultura familiar dominante, que atua no sentido da promoção da agroecologia na zona central e ocidental; (ii) agricultura patronal e movimentos de reforma agrária num contexto pluviométrico favorável nas zonas Leste e Sul da região; (iii) pecuária patronal e conflitos sobre a terra num contexto semi-árido na parte sudeste; (iv) uma zona muito seca com fraca densidade de população dedicada à pecuária semi-árida, com poucas dinâmicas sociais na parte noroeste” (PIRAUX & BONNAL, 2009, pp. 120-1)

³⁰⁹ PIRAUX, M; BONNAL, Ph. *Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB) – O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura*. In: CAZELLA, A; BONNAL, Ph; MALUF, R. (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. pp. 113-35.

³¹⁰ Que reúne um conjunto de sindicatos da Região da *Borborema*, a partir dos STRs de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, que a partir de 1995, com o apoio de ONGs como o PATAC e AS-PTA, passaram a adotar as estratégias mobilizadoras em torno da importância da agricultura familiar e o conjunto de experiências que dela existentes, no sentido alternativo ao processo de ‘modernização’ da agricultura. Muitas dessas experiências foram descritas no Capítulo IV, concebidas como estratégias de *convivência* com a semi-aridez.

É importante destacar que nesse estudo de caso da *Borborema*, segundo dados levantados por Piraux & Bonnal (*op. cit.*), em relação ao Pólo Sindical, enquanto linha de ação e/ou filosofia de trabalho, em que pese às diferentes concepções de seus atores, “o enfoque adotado tem sido o de valorizar o conhecimento dos agricultores, não para mitificá-los, mas para suscitar um diálogo que busque soluções originais e inovadoras aos problemas concretos encontrados”³¹¹. Como exemplos, no âmbito do Pólo Sindical, convergem às ações em torno da agroecologia. E em relação ao Fórum de Desenvolvimento Territorial³¹², “ao contrário do que acontece no Pólo Sindical, a escolha dos atores envolvidos no Território da SDT não responde, evidentemente, a uma mera lógica de agregação dos atores locais, mas, sim, de representatividade”³¹³. Mesmo assim, apontaram que há uma ampla representatividade de “todas as instituições públicas e privadas, que atuam com o público-alvo do MDA (agricultores familiares, acampados, assentados da reforma agrária)”³¹⁴. Como exemplos, no âmbito do Fórum, convergem às ações em torno de projetos de valorização das experiências e de capacitação sócio-produtiva dos agricultores, conseguindo estabelecer um diferenciado e profícuo nível de diálogo naqueles conflitos entre diferentes atores (das Prefeituras, Emater, STRs), observados na instância do Pólo Sindical, aproximando-se estes de outras Instituições como Embrapa, UEPB, Fórum de Assentados e UFCG, em torno das demandas coletivas dos agricultores.

Levando-se em conta as considerações do *Capítulo VI* (pág. 165), sobre a relação da abordagem territorial com a multifuncionalidade, os resultados desse estudo de caso da *Borborema*, no tocante ao comparativo entre distintas dinâmicas, foram de que: “Trata-se de uma ação coletiva baseada em **interesse de categoria**, valorizando aspectos ligados à multifuncionalidade da agricultura numa lógica territorial”³¹⁵ [grifos meus]. Esse *interesse de categoria*, segundo esses pesquisadores, acaba por excluir, explicitamente, determinadas categorias que pertencem ao território (grandes produtores e moradores), sem vínculo a uma das organizações envolvidas nessas ações coletivas. Além disso, a pesquisa apontou uma diferença pontual entre as duas dinâmicas, enquanto papel dentro do processo de construção das políticas públicas. Enquanto no Pólo Sindical o papel é de *proposição de instrumentos de políticas públicas*, no Fórum da SDT é, *apenas, de incremento de modelos existentes* (da agroecologia, por exemplo).

³¹¹ PIRAUX & BONNAL, 2009, p. 122.

³¹² Ligado à SDT/MDA, criado em 2003, configurado por 21 municípios, dos quais inclui Campina Grande.

³¹³ PIRRAUX & BONNAL, *op. cit.*, p. 125.

³¹⁴ *Id.*

³¹⁵ *Idem*, p. 131.

Se no início desta seção deu-se ênfase ao aspecto ambiental, nesse espaço de construção social denominado território (BILLAUD, 2004) e se na seqüência valorizaram-se as estratégias territoriais denominadas ações coletivas (SABOURIN, 2007), foi para referendar o marco teórico apresentado no *Capítulo VI*, quando se afirmou que o território é, cada vez mais, multifuncional, por abrigar a fronteira entre a sociedade e a natureza, exigindo, por vez, políticas mais integradas. **Isso não só ‘desmonta’ o discurso setorizado, como, também, propicia, na prática, ações de desenvolvimento sustentável do espaço rural.** Nesta e outras questões a amostragem buscou averiguar, e estão descritas, principalmente, no capítulo anterior, e, na seção seguinte, passam a ser mais detalhadamente analisadas.

5- Qualificando uma realidade social *multifuncional*

Do que foi até aqui analisado, sem dúvida, esteve mais no âmbito epistemológico, à luz da produção acadêmica existente e da própria concepção teórica da temática da multifuncionalidade da agricultura. Daqui em diante, as considerações analíticas estarão, estritamente, debruçadas sobre o que foi encontrado pelo referencial empírico, descritos na parte final do *Capítulo VI* e, principalmente, no *Capítulo VII*. Estes dados é que, de fato, representam a amostra pesquisada, enquanto relação entre as *funções e estrutura* existente, do ponto de vista teórico e, enquanto *objeto qualificável de determinada realidade social*, do ponto de vista metodológico. Adverte-se, porém, ainda que os dados coletados tenham sido em muitas ocasiões, quantitativos, as considerações serão *qualitativas*, ratificando os procedimentos metodológicos iniciais adotados.

No *Capítulo VI*, primeiro, em referência ao: *...perfil geral do território* (item 3), ainda que alguns índices socioeconômicos tenham apresentado significativos avanços, representados pelas diferentes tabelas (Tabelas 11 a 13, pp. 168-69), cumpre destacar que **os mesmos não apontam referenciais a um processo de equidade social, face às inúmeras desigualdades encontradas, quando foram percorridos os diferentes “sítios” dos municípios da amostra.** Além disso, tem-se consciência da parcial fidedignidade desses dados oficiais, que escondem determinadas e localizadas realidades (cf. Sabourin, 2007). Na mesma lógica de interpretação, dentro do mesmo item, porém, referindo-se aos dados da *produção e estrutura fundiária*, representados pelas diferentes tabelas (Tabelas 14 a 17, pp. 170-172), tanto avanços como retrocessos quantitativos, escondem realidades socioeconômicas, que extrapolam as mais minuciosas metodologias e estatísticas, que, de uma maneira geral, acabam servindo como *referendum* à maioria das investigações científica.

E, em referência as: *...dinâmicas do território: primeiras informações* (item 4), ainda que tenham sido depoimentos de “atores sociais” locais, representando diferentes segmentos com inserção nas atividades rurais, somadas a nossa própria observação, antecipa-se **uma falta de sintonia com aqueles preceitos territoriais, que o uso da noção multifuncional da agricultura e/ou do território é capaz de propiciar**, ou seja, há um distanciamento entre o teórico, que se imagina e/ou que esses atores preconizam, com as verdadeiras práticas (funções) de reprodução social (locais), no tocante a qualidade dos produtos, emprego, proteção ambiental e inserção social, sem precisar enumerar as demais *funções* relacionadas à agricultura. Isto vem confirmar, parte de algumas conclusões, das últimas pesquisas, sobre multifuncionalidade no Brasil, aludidas ao final da seção anterior deste capítulo.

Estas constatações referendam, também, as exposições anteriores, relacionadas ao conjunto e diferentes formas de *relações sociais*, que perduram nesses espaços rurais, ou seja, quando as informações eram de um “ator social” gestor ou ligado à gestão dessas municipalidades pesquisadas tinham uma centralidade política e, quando eram de segmentos isentos de compromissos locais tinham outra visão, ou seja, uma visão mais plural das representações sociais da agricultura. Obviamente, se precisaria mais tempo de convívio com esses diferentes atores, na forma de uma pesquisa participativa (ou pesquisa-ação), para entender, mais profundamente, esses distintos vieses entre os diferentes posicionamentos. No entanto, não foi essa a proposta da pesquisa, tampouco se optou por um estudo mais etnográfico ou de análise dos diferentes discursos.

No entanto, a partir do conjunto de eixos temáticos³¹⁶ utilizados na coleta das informações junto aos agricultores, realizou-se uma análise interpretativa, buscando uma verificação mais clara sobre a presença ou não das funções da agricultura familiar no lócus pesquisado. Para isso, levou-se em conta o quarteto de funções (econômica, social, ambiental e territorial), expostas no Organograma da página 44 do *Capítulo I* (ROUX, 2001). Assim, a abordagem analítica dos resultados encontrados pelo trabalho de campo, desse ponto em diante, passa a descrever especificamente em relação aos *questionamentos e observações* realizadas junto às famílias de agricultores entrevistadas, na mesma ordem que os temas foram apresentados no *Capítulo VII*.

³¹⁶ A saber: i) Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar; ii) Recursos naturais e meio ambiente; iii) Identidade e condições de vida e trabalho; iv) Sociabilidade e manifestações culturais; e, v) Relações como território e a paisagem rural, utilizados no Capítulo VII, de acordo com o Anexo 2, pp. 294-303.

Então, primeiro referente à *dinâmica econômica e de reprodução*, as considerações, a priori, pautam-se, majoritariamente, num conjunto de dinâmicas em torno do autoconsumo familiar, com discretas situações, que se poderiam chamar de “dinâmicas”, numa concepção economicista e/ou na interpretação do capital. Desse modo, entre os diferentes “sítios” pesquisados, no que diz respeito à *situação legal e formas de utilização das terras*, mesmo que a maioria dos agricultores seja proprietária dessas áreas, predominantemente, de até 20 hectares (cf. dados nas páginas 190 a 193), convivendo de maneira comunitária³¹⁷, **há outras situações, que pouco contribui ao desenvolvimento de uma concepção territorial**. Para citar um exemplo, há a presença das grandes fazendas (de pecuária) nesses “sítios”, desenvolvendo suas atividades produtivas à revelia de qualquer tipo de política pública ou iniciativa coletiva. De maneira semelhante, os pequenos estabelecimentos familiares (de proprietários, de moradores e/ou arrendatários), localizados nos interstícios dessas fazendas, em sua maioria sem um engajamento coletivo (em torno da *economia local*, por exemplo), questão-chave na construção dessa identidade territorial. Noutras palavras, atividades produtivas (predominantemente de milho e feijão, cf. Gráfico 2, p. 194) bastante desarticuladas de uma conduta coletiva (na aquisição das sementes, por exemplo), a mercê das regras ditadas pelo comércio local/regional e/ou atitudes ‘políticas’ dos gestores locais.

Sobre o *perfil das famílias e suas ocupações na unidade familiar*, à luz das informações coletadas (cf. dados nas páginas 194 a 198), considerando a diversidade de outras ocupações não diretamente relacionadas à agricultura, ainda quase 50% se ocupam nas atividades produtivas agropastoris e/ou fazem delas sua relação social “*dentro das quais eles tocam suas atividades, tomando parte da produção, variarão, mutuamente, de acordo com o caráter dos meios de produção*” (MARX, [1849]/1996, pp. 95-6). Nesse cenário, é importante destacar a relevância da *pluriatividade*, enquanto *função social* através do emprego e a *previdência social* [rural], enquanto *função territorial* através do desenvolvimento local, que juntas chegam a 35%, das pessoas economicamente ativas. Portanto, um perfil que **poderá apontar na direção de um papel de coesão social desempenhado pela agricultura familiar**, sobretudo quando boa parte desse aporte econômico (da pluriatividade e/ou das aposentadorias) é investida na melhoria das condições dos estabelecimentos.

Sobre a *produção, autoconsumo e comercialização dos produtos agropastoris*, de acordo com as informações e números apresentados (cf. dados nas páginas 198 a 203), em que

³¹⁷ Referindo-se as atitudes de vizinhança, através de práticas solidárias, ajuda mútua, etc.; Nesses locais há, normalmente, ainda que de forma precária, uma associação de agricultores, onde tramitam atitudes comunitárias.

pese à importância, assinalada anteriormente, da parcela voltada ao autoconsumo, parte desta produção, normalmente foge ao raciocínio econômico das famílias camponesas, como também são de difícil quantificação pelo pesquisador (CARNEIRO, 1998; MINAYO, 2002), a revelação foi de que **a segurança alimentar, enquanto função econômica, ainda, é importante, especialmente, dadas às condições climáticas local-regionais.** Porém, **olhando para o lado da comercialização, as formas pouco contribuem a uma dinamização econômica de reprodução dessas localidades, haja vista a persistente desorganização nas relações econômicas locais.** Nesse aspecto, referimo-nos às perpétuas atitudes, individualizadas e de dominação capitalista, nos mesmos moldes dos períodos dos grandes ciclos (do algodão e do sisal), que era a venda individualizada desses produtos³¹⁸ pelos agricultores a grandes intermediários e/ou grupos agroindustriais, por preços aviltantes; Uma completa manipulação de todas as relações econômicas (cf. SARAIVA, 1981; GARCIA Jr, 1989; MOREIRA & TARGINO, 1997). Isso depõe contra as formas coletivas de organização territorial, através de atitudes concretas (associativismo, por exemplo), como forma de *reconhecimento e uso* da noção das múltiplas funções que a agricultura é capaz de cumprir.

Por fim, nessa análise da dinâmica econômica e de reprodução familiar, o significativo, ao menos nos últimos cinco anos, têm sido as *Outras fontes de receita familiar*, contextualizadas pela pesquisa (cf. dados nas páginas 203 a 208). De fato, não somente na porção referendada pela amostra da pesquisa como na maioria das regiões de domínio de uma economia de modo familiar camponês, as denominadas ‘subvenções sociais’ têm demonstrado grande importância, enquanto *função territorial* através do desenvolvimento local, propiciando, ainda que incipientes, possibilidades futuras de inserção social (CAZELLA, 2002; 2007). O destaque sem dúvida, têm sido as aposentadorias rurais, que de fato vieram ‘frear’ o processo migratório do semi-árido a outras regiões do país.

Todavia, “nem tudo são flores”, tanto nessas políticas públicas, pois ainda há um longo caminho organizacional a ser percorrido, quanto no âmbito coletivo de organização dos produtores, que continuam se ‘conformando’ e/ou se sentem ‘confortados’ com a forma institucionalizada de ajudas. (SABOURIN, 2007). Poderiam contribuir para minimizar esse cenário de dificuldades, os próprios órgãos públicos, como a Emater, ainda que, nos moldes conceituais da multifuncionalidade, fosse uma forma *normativa* (institucionalizada), contrariando inclusive aquilo que se mencionou em capítulos anteriores, ou seja, o da

³¹⁸ Que nas Tabelas 21 e 22, respectivamente nas páginas 200 e 201, destacam-se entre os produtos agrícolas e pecuários respectivamente representados pelo: sisal, algodão e bovinos, caprinos e leite.

construção de dispositivos coletivos de governança pelos próprios agricultores (por exemplo, os FRS na construção das Cisternas de Placas). O problema é que esse órgão, também, está profundamente desarticulado, tanto quanto os agricultores, que ficam a mercê das vontades personificadas dos gestores locais.

Com referência aos *Recursos naturais e meio ambiente*, reiteradas as informações descritas nos *Capítulos III e IV* e, especialmente, as pesquisadas no *Capítulo VII*, as considerações, de um modo geral, são de **um conjunto de ações** (atividades), **que pouco corroboram na manutenção de determinados recursos naturais dessa porção do bioma Caatinga, bem com na construção de uma sustentabilidade territorial**. Malgrado parecer bastante pessimista esta consideração, há ações e atitudes encontradas pela pesquisa, que permitem apontar como um espaço que se define como de *concertação social* (SABOURIN, 2007) ou de *construção social, (...) e importância da questão ambiental*, resgatando o *necessário e convergente debate – a questão camponesa* – contextualizado no processo de modernização das sociedades rurais (BILLAUD, 2004), como um desafio que deve ser construído coletivamente.

Nesse aspecto, primeiro, em relação às *Práticas produtivas e as relações com a agricultura moderna*, o que foi encontrado demonstra uma enorme e perversa transformação: de forma concreta, do pioneiro ambiente de Caatinga e de forma abstrata, das concepções sobre os limites e riscos de determinadas práticas (tanto ‘modernas’ como ‘arcaicas’ de uso do espaço). No caso, ambas as transformações, pressionadas pela trajetória histórica de ocupação local/regional e pelos ditames capitalistas de uso da terra. Decorrente disso, em que pese esta avaliação²¹⁹, ratifico a concordância com Maluf (2003), de que avaliar a preservação dos recursos naturais à luz das diferentes agriculturas desenvolvidas precisaria de uma minuciosa consideração de todas essas práticas, principalmente em seus elementos técnicos (algumas questões edáficas, o uso de insumos, tipos de equipamentos, as técnicas agrônômicas, etc.). No entanto, isso fugiria aos objetivos deste estudo, que tem na caracterização das atividades agropastoris levantadas, apenas elementos mais qualitativos para essa contextualização. No entanto é preciso dizer que a pressão da ‘modernização’ da agricultura, impôs determinados usos e tecnologias como a da aração mecanizada. No caso em estudo, as condições agrônômicas dessas áreas indicam-na como sendo totalmente impróprias à mecanização. Além do mais o processo segregador da ‘modernização’ imposto àqueles menos capitalizados,

²¹⁹ Demonstrada através de algumas imagens da Foto 4, página 225, referente a seção que tratou da “*Relação com o território e a paisagem rural*”, cap. VII.

dificuldades no acesso à terra e aos modelos (técnicas e informações) de práticas agrícolas mais adequadas a cada realidade ambiental. Isso ocorreu, sobretudo, no período áureo da “Revolução verde”, que tinha como norma (nas próprias políticas públicas) voltada aos agricultores, a tese de: “*ou adotar ou ficar de fora do processo modernizador da agricultura*”, como se todos os diferentes ecossistemas possuíssem as mesmas aptidões agrícolas, logo idênticas políticas, ou seja, idênticas regras e políticas dirigidas ao Sul, integradas ao agronegócio, também serviriam ao Nordeste semi-árido, majoritariamente, familiar camponês.

Segundo, quanto à *Estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente*, consideradas as informações e os dados apresentados no Gráfico 4 (da página 210 a 214), as considerações complementares, especialmente daquelas relacionados à ambiência humana nesses estabelecimentos, denotam que estão condicionadas à água. Ou seja, **quase todas as ações e melhorias estruturais ficam pré-condicionadas à suficiência de água para o abastecimento**. Como atividade minimizante essa dada situação tem sido o trabalho de ONGs na construção de reservatórios de água (cisternas de placas) e dos agentes públicos do PSF, que acrescem orientações no âmbito sanitário dessas famílias rurais. Do ponto de vista técnico, esses dois exemplos de ações corroboram com a tese de que a saúde ambiental está diretamente relacionada à saúde humana e, principalmente, na estrutura (ambiência) destes estabelecimentos rurais. Do ponto de vista da multifuncionalidade, ambas as ações propiciam um aprendizado sobre a necessidade de *proteção e renovação* dos recursos naturais, enquanto *função* ambiental que emana das atividades agrícolas.

Terceiro, em relação a *algumas concepções dos camponeses* sobre os recursos naturais, em que pese a visível descaracterização do bioma da Caatinga, a percepção, inicial que se teve foi que entre aqueles que se manifestaram, opinando sobre questões como: o desmatamento, a caça e as outras atividades relacionadas aos recursos locais, ainda é daquela que: separando a natureza do convívio e/ou ação do homem é o correto, “*uma concepção construída pela memória dominante*” (NEVES, 1994) ou daquela **concepção de que o ato de preservar e/ou defender os recursos naturais fosse o de deixá-lo intocável**.

Juntando esses três pontos³²⁰ referentes aos recursos naturais e a biodiversidade, poderíamos dizer que há uma precária situação ambiental, decorrente do processo de exploração espacial, sumamente pressionada pelas condições de pobreza dos agricultores

³²⁰ Referindo-se respectivamente a: *práticas produtivas* [dos camponeses] e *as relações com a agricultura moderna*; *estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente*; e, *algumas concepções dos camponeses*, sobre os recursos naturais.

familiares. No entanto, há alguns exemplos no âmbito do aproveitamento desses recursos, como o uso do Xique-xique na alimentação animal no período de escassez de pastagens; o da construção de tanques de pedra, aproveitando as características naturais do estabelecimento. Ambos os exemplos de sintonia e, ao mesmo tempo, aproveitamento racional desses recursos disponíveis (ilustrações da pág. 214), referendando aquilo que Neves (1994) defende, o da inseparável relação homem-natureza. Diz-se isso por compreender que determinadas atitudes, podem somar no sentido da multifuncionalidade territorial no aspecto ambiental, através da proteção e ao mesmo tempo usufruto desses recursos como suporte às atividades econômicas.

Descontadas essas mecânicas concepções sobre os recursos naturais, ditadas em sua maioria pela pressão da sociedade e/ou regras fiscalizadoras, que obrigam ao agricultor construir um senso de que o natural deva ser intocado, há (ainda que raros) bons exemplos dessa sincrônica relação homem-natureza. Refere-se às ações de alguns agricultores do “sítio” Caiçara, em Pocinhos, sob a orientação da PATAC, que passaram a construir coletivamente ações e concepções de proteção e renovação dos recursos naturais (cisternas de placas, cercas-vivas, barragens subterrâneas, banco de semente, etc.), na lógica da *convivência* com o ambiente de semi-aridez. Portanto, essa precariedade ambiental é minimizada por ações dessa ordem, sob a orientação dessas instituições. Outras passam a se juntar nessa melhora ambiental. As referências são a proposta, ainda em construção, da ação das ATERs, em desenvolverem uma assistência técnica no viés da agroecologia. Quiçá isso venha ganhar vulto, contribuindo na melhora dessa negativa função ambiental encontrada.

Em referência à *Identidade e condições de vida e trabalho*, no contexto da *função* territorial da agricultura, os dados preliminares (cap. VI) e as informações do *Capítulo VII* demonstraram, a princípio, **um mosaico de situações de condições de vida e trabalho**, conduzindo a uma híbrida identidade local/territorial³²¹. As razões para isso são muitas: a trajetória histórica de sujeição (GARCIA Jr., 1989) e da manipulação capitalista que as atividades agrárias sempre tiveram nessas localidades [região] (SARAIVA, 1981, MOREIRA & TARGINO, 1997), acrescidas desse processo de ‘urbanização *das atitudes rurais*’. **Contudo, predomina entre os entrevistados, uma importante e pessoal identificação com a terra – ao se considerarem agricultores –**, sobretudo, pelo fato de esta condição propiciar a subsistência do estabelecimento, com supremacia de uma produção voltada para o autoconsumo. Essa identidade, de certo modo, referenda parcialmente o que foi descrito sobre

³²¹ Por considerar que os pequenos agricultores tiveram em décadas anteriores a dupla opção: de permanecer na terra mesmo que na situação de “sujeitos” ou de migrar para os centros urbanos.

a representação – a “terra” e seus vínculos –, que têm significados de caráter simbólico, em que permeiam as relações socioeconômicas da família³²². Parcialmente, pelo fato de, num dado período (décadas de 1980-90), grande número de agricultores do *Curimataú Ocidental*, terem abandonado suas terras e migrados para outras atividades. Porém, guardadas todas as adversidades decorrentes das condições climáticas, nas atuais condições **o conjunto de informações** (das páginas 215-17) **dá conta que o grau de satisfação das famílias pesquisadas é [relativamente] positivo, mesmo com tímidas mudanças sociais**. Essa constatação está sustentada na maioria das situações, pela possibilidade de melhores condições de vida em relação às condições vividas pelos seus antecessores, dada à existência de estruturas (escolas, transporte escolar, energia elétrica, cisternas de placas, informação através da televisão) e de estímulos públicos à produção (o PRONAF).

Com referência à *Sociabilidade e manifestações culturais*, no contexto da *função* social da agricultura, através de um conjunto de condutas de caráter recíproco, permanente ou transitório os dados preliminares (cap. VI) e as informações de campo (cap. VII) demonstraram, a princípio, **uma quase total integração dessas famílias camponesas às atividades e ao cotidiano urbano**. Obviamente, não cabe aqui o deslinde dessa questão – ser ou não urbano ou rural –, pois foge ao objeto da pesquisa. Apenas no sentido de explicitar que esses “sítios” estudados estão interdependentes da vida urbana, seja pelas atividades educacionais, seja pelo emprego na administração dessas municipalidades, etc., mas, sobretudo, pelo grau de dependência criado por uma das principais formas de dominação política regional, o paternalismo. Essas relações têm se intensificado, sobretudo, a partir da implantação de determinadas políticas públicas federais para os camponeses, como a do seguro-saúde, auxílio natalidade, que passam por um conjunto de trâmites burocráticos, dentre eles a necessária intermediação dos STRs locais. No entanto, há algumas situações que despontam em direção a uma construção dessa sociabilidade, importante no conjunto de *funções* sociais e territoriais que emanam das atividades agrícolas. Refiro-me àqueles “sítios” onde há uma melhor organização da associação dos agricultores, propiciando não somente essa construção coletiva local, como ações juntos aos STRs e aos CMDRs. A pesquisa verificou essa perspectiva coletiva em dois “sítios”. Um em Pocinhos (Caiçara) e o outro em Soledade (Arruda), justamente onde há a intervenção de outras organizações como a da PATAC. Nesses exemplos, entre o *consenso* e o *conflito* de idéias emergem ações coletivas, muitas delas pautadas na concepção da *convivência* com o semi-árido.

³²² Rever sobre os principais exemplos de *representações* no território, pp. 149-153.

No tocante às *manifestações culturais*, conservados alguns simbolismos, enquanto representação social da agricultura/dos agricultores, descritos no *Capítulo V*, os dados de campo apontaram **uma transformação desses hábitos e atitudes culturais, sobretudo dos mais jovens**. Isso decorre do processo de socialização das diferentes manifestações culturais, através da mídia, da proximidade e facilidade de acesso a essa diversidade cultural, enfim, dessa aproximação campo-cidade, ainda que tímida, ultimamente, passam, também, a ser da cidade para o campo, através das *funções* sociais (emprego refúgio) e ambientais (proteção dos recursos naturais, contemplação da paisagem, etc.). Prova dessa aproximação campo-cidade é a inversão de uma tendência apontada por pesquisas anteriores (GARCIA Jr., 1989; MOREIRA & TARGINO, 1997), dentre tantas que têm estudado o processo migratório dos camponeses do Nordeste a outras regiões do Brasil. Hoje os jovens passaram a permanecer no campo ou até voltam depois de experiências em atividades urbanas, recriando um novo ambiente sócio-cultural, mesmo que diferenciado dos seus antepassados, com possibilidades de atitudes mais solidárias, antes não vislumbradas. Isso se percebeu entre aqueles que relataram suas frustrantes experiências nas metrópoles do Centro-Sul do país, quando solidariedade e ajuda de conterrâneos era o único elo com a cultura local. Isto acende o apego e valorização da ‘terra’, despertando ações coletivas em relação às ‘coisas’ do “sítio”.

Com referência às *Relações com o território e a paisagem rural*, igualmente no contexto da *função* ambiental da agricultura, através de um conjunto de práticas de *proteção* e *reconstituição* da paisagem, a pesquisa demonstrou **uma, ainda, distante internalização dessa emergente questão – a paisagem rural**, muito diferente daquela concebida noutros lugares (na Europa, por exemplo), ou seja, ainda vigora a idéia de que o ambiente existente deve ser explorado, diferenciando-se pouco daquela concepção dos desbravadores do semi-árido, que tinham como conduta “domarem” todas as adversidades. Não é em vão que essa concepção permaneceu, através de práticas e ações públicas voltadas ao “enfrentamento” da semi-aridez, sem precisar repetir os programas da SUDENE apresentados no *Capítulo IV*.

Esse distanciamento e/ou falta de uma consciência em relação à necessidade de se preservar a paisagem, também, encontra guarida naquelas afirmações de Neves (1994, p. 22), que coloca *a emancipação do homem com relação à natureza* de maneira alheia ou arbitrária à sua importância, reforçadas por todo um aparato do capital e das concepções de uma agricultura produtivista. Isso perdurou ao longo dos sucessivos ciclos agropastoris desenvolvidos na região (gado, algodão, sisal), não permitindo outras opções aos pequenos agricultores. Os que se engajaram, contribuíram na intensificação de práticas que alteraram a

paisagem rural. E os que ficaram fora do processo “modernizante” da agricultura, além de permanecerem à margem de algumas melhorias na época (estradas, crédito, assistência técnica, etc.), acabaram, de certo modo, contribuindo com essa descaracterização da paisagem original da Caatinga, pois tiveram que avançar a exploração à manutenção da reprodução social. Esse avanço da agricultura de subsistência, em áreas que deveriam se preservadas decorre da perversa estrutura fundiária que reservou pouco e as piores áreas às famílias camponesas. Além disso, essa parte estudada do semi-árido sempre despertou interesse às atividades extrativistas, devido à existência de inúmeros minerais de importância econômica. Estas atividades têm como marca profundas alterações na da paisagem, sem levar em conta todo o processo perverso nas relações de trabalho, entre as empresas mineradoras e os trabalhadores, normalmente, agricultores das proximidades. Essas atividades, como outras produtivas/comerciais, sempre tiveram o aval político e o incentivo financeiro público.

Nesse eixo temático – a paisagem – integrante do rol de *funções ambientais*, decorrentes das diversidades das atividades agrícolas, o objetivo foi o de identificar qual a percepção dos camponeses em relação à importância das atitudes voltadas a *proteção e reconstituição* da paisagem rural. E, na esteira dessa percepção, qual a compreensão em relação aos *múltiplos* papéis que a agricultura ou o território desempenham e o que a *diversidade* das atividades por eles desenvolvidas, podem contribuir no processo de reprodução social. Não somente pelas dificuldades de compreenderem essa última questão – a importância da paisagem rural – a conclusão é que, **ainda, não internalizaram essa visão sobre os múltiplos papéis que cumprem ou são capazes de cumprir, enquanto ‘atores’ desse rural distinto e diversificado** como é o *Curimataú Ocidental*. Isto, pela dificuldade de se identificarem e de agirem coletivamente, rompendo determinadas barreiras, percebidas, através de inúmeras questões, levantadas ao longo do questionário “Famílias Camponesas” (Anexo 2)³²³. Distante, inclusive, de compreenderem, na forma de uma contratualização dos ‘serviços públicos’ que podem estar prestando, quando estiverem preservando a natureza, em semelhantes moldes como foi o *CTE* na França. Contudo, finalmente, pode se afirmar que o conjunto de atividades desenvolvidas pelos camponeses cumpre, ainda que de forma precária, um processo de reprodução de suas atitudes perante a sociedade local.

³²³ Que nos levou a identificar a visão e a compreensão dos agricultores em relação aos múltiplos papéis/funções que a agricultura é capaz de cumprir, através de questões nos âmbitos: 1- Econômico e de reprodução da unidade familiar: i) Gostaria de modificar [diversificar/especializar] o que cultiva?; 2- Sócio-cultural: i) Gostaria de deixar a agricultura? ii) Vê vantagens ou não na presença de outras pessoas na região, como turistas, novos agricultores, etc.?; 3- Ambiental: i) Gostaria de receber alguma ajuda pública, comprometendo-se em cuidar da natureza? 4- Territorial: i) Pensa em outras possibilidades de uso da terra além das atividades agropastoris?

CONCLUSÃO

A partir do que até aqui foi descrito acerca dessa específica temática sócio-econômica da agricultura, é chegado o momento de apontar algumas conclusões, relacionadas com a proposta inicial apresentada e todo seu delineamento teórico-metodológico adotado. Antes, porém, é preciso tecer algumas considerações, sobretudo em relação a questões teóricas, desenvolvidas ao longo do trabalho, que, talvez, ainda venham suscitar novas e necessárias discussões acadêmicas. Nesse sentido, estar-se-ão descrevendo estas considerações, a partir daquelas realizadas na *Introdução* e no decorrer da tese, na mesma ordem em que se deu o desenvolvimento dos capítulos, facilitando, dessa forma, tanto para nós, quanto para o leitor, a harmonia desta conclusão com todos os pressupostos e objetivos do presente estudo.

Com o pressuposto de que a reprodução socioeconômica dos camponeses em um ambiente de semi-aridez pode ser constituída por um *conjunto próprio de práticas* produtivas, sócio-culturais e ambientais, que emanam de seus esforços e da sua condição camponesa; e de que estas práticas são marcadas por inúmeras *representações sociais*, decorrentes das *relações sociais* desenvolvidas ao longo do processo de reprodução social da sociedade local; Interessou-nos melhor compreender tais dinâmicas, a partir da idéia de *convivência* (amplamente discutida no âmbito da reprodução social do semi-árido), no contexto da noção da multifuncionalidade da agricultura. Além disso, buscou-se outro enfoque nesse debate da multifuncionalidade (amplamente discutido, sobretudo na Europa), adequando-o a realidade empírica escolhida para o presente estudo, já que a maioria das abordagens tem centrado-se muito em questões econômicas, que emanam das diferentes ruralidades.

Na primeira parte, concernente aos dois primeiros capítulos teóricos sobre a temática da multifuncionalidade, cabe concluir que esta propiciou refletir a cerca desse debate mais social e menos economicista a que me propus fazer, principalmente, considerando as peculiaridades socioeconômicas e ambientais, nas quais se deu o trabalho de campo. A primeira ponderação, que faço vai em direção da importância da questão ambiental, por ter sido esta uma das questões-chave para o uso dessa ferramenta teórica (a multifuncionalidade) na internalização de dinâmicas de reprodução social, de ruralidades contemporâneas, na Europa, que no Brasil, ainda, se somam a outros ingredientes mal resolvidos, dentre eles a problemática fundiária. A segunda, em relação ao modelo de política pública adotada pela PAC na União Européia (primeiro através de CTE, depois pelo CAD na França). Desse modo, **a experiência européia, e francesa, em particular, permite-nos pensar uma melhor forma de apoio público a agricultura familiar no Brasil**, sobretudo, a de modo camponesa, predominantemente presente no local estudado.

Em que pese a importância dessas duas questões anteriores (ambiental e das políticas públicas), no segundo capítulo, duas outras questões, também, foram sumamente importantes, para a situação brasileira. Ou seja, a discussão das diferentes agriculturas familiares e a política de territorialização que, do ponto de vista teórico, se encontram no centro do debate de uso da noção de multifuncionalidade da agricultura. Na primeira, **a retomada da discussão sobre os diferentes papéis da agricultura para a sociedade, introduzindo nele o da importância da agricultura familiar**, especialmente daquela de modo camponês, voltada a produzir para o autoconsumo. No entanto, essa questão para a situação estudada singulariza-se na maneira como até então vem sendo debatida multifuncionalidade da agricultura no Brasil, pelo fato de compreendermos que só haverá segurança alimentar se for desconsiderada a lógica do sistema capitalista refere às relações de produção. Na segunda, **a introdução da abordagem territorial, discutida mais detalhadamente, na primeira parte do sexto capítulo, mas já amplamente debatida na Europa, no Brasil abre novas perspectivas de gestão das políticas públicas voltadas à agricultura familiar**, quiçá dirimindo, igualmente, outra pendência dicotômica, a *“do setorial debate da agricultura, que permanece na contemporaneidade da sociologia rural brasileira”* (SABOURIN, 2007).

E é a partir do entendimento, de que a agricultura familiar, sobretudo, a camponesa, possa ‘produzir’ amenidades rurais caracterizadas como bens públicos, que não concretizem em mercadorias ou serviços diretamente remunerados, podemos enfatizar o caráter multifuncional que ela tem. Neste sentido, é que podemos incluir nesse rol de outras funções,

como aquelas que estão ligadas à herança cultural, à conservação do território e da paisagem agrícola, à diversidade agrobiológica, à saúde relacionada a práticas agrícolas mais limpas e à segurança alimentar. E é esta última função que talvez seja ainda o centro dos mais acirrados debates, girando em torno de uma melhor visão dos papéis que a agricultura pode abraçar. Isto, porque está em jogo uma série de interesses comerciais, ainda ditados pelos grandes blocos econômicos como a OMC. No entanto, o grande debate nem está em realmente definir definitivamente, os verdadeiros papéis que a agricultura possa vir a desempenhar no processo de desenvolvimento social, mas o de delimitar fronteiras entre os que detêm a hegemonia de produção e comercialização dos alimentos, com aqueles possíveis novos detentores dessa atividade. Este é o grande embate, principalmente no momento em que a agricultura mundial também passa a ser questionada pelas limitações ambientais.

Além disso, é importante considerar, no bojo das discussões, que os papéis da agricultura começam a ultrapassar as fronteiras da academia, batendo as portas das entidades ligadas às atividades rurais e organismos que trabalham na área da sociologia rural. Ou seja, **a multifuncionalidade da agricultura já é ferramenta teórico-metodológica de inúmeros programas ao meio rural**. Isto passa a ocorrer, justamente, no momento em que também se intensificam as discussões em torno de alternativas socioeconômicas ao modelo produtivista. Entende-se assim, que esse debate entra numa pauta que busca soluções para as “disfunções” do modelo produtivista (CARNEIRO, 2002).

Oxalá se consigam romper algumas barreiras e visões bastante hegemônicas, de que a agricultura tem somente, ou principalmente, a função econômica. Na prática, a questão sobre a segurança alimentar, que na Europa teve uma clara determinação, principalmente no pós-guerra, pautando como deveria, na prática, ser desenvolvida a agricultura, passa a ser, dentro da visão multifuncional, vista de forma diferenciada. Ou seja, vista como além de um sistema de proteção aos atores rurais, mas como forma palpável de manter a integridade territorial, tanto no seu aspecto econômico, englobando os aspectos sociais e ambientais. É esse o viés que buscam as atuais pesquisas em torno da multifuncionalidade da agricultura ou “*multifuncionalidade do território*” (CARNEIRO, *op. cit.*, p. 14).

A amplitude dos debates em torno do tema, no âmbito mundial, conduz à necessidade de se levantar uma ampla discussão sobre os diferentes papéis da agricultura. No Brasil, esta questão pode viabilizar um importante segmento, o da pequena produção agroalimentar. Assim, este segmento poderá de fato ser importante instrumento de geração de renda, assegurando o trabalho nas unidades familiares rurais. Isto ainda,

seguramente, ajudará a minimizar os elevados índices de pobreza rural no Brasil, típicos das inúmeras áreas do semi-árido do Nordeste do Brasil. Com isso se reforça, igualmente, a idéia da produção para o autoconsumo, muitas vezes não vista, estatisticamente, como resultado de atividade produtiva, já que não é comercializada, não gerando, diretamente, renda monetária. Igualmente a ênfase na valorização desses produtos de autoconsumo, que muitas vezes são rejeitados pela indústria, mas que podem também vir a conquistar alguns nichos de consumo, tanto dentro quanto fora da unidade rural, a partir de uma agroindústria de pequeno porte, instalada na própria unidade de produção.

Outro importante fato a ser considerado diz respeito a soma de inúmeras outras atividades, que os membros das famílias rurais desempenham fora da unidade, enfatizadas como fenômeno da pluriatividade. Estas *outras atividades* podem ser concernentes à atividade rural, uma vez que os resultados econômicos, especificamente, a remuneração por estas atividades, são investidos ou reverterem parcial ou integralmente na manutenção das mais diferentes atividades rurais da unidade. Por isso, **este debate coloca, também, em questão a delimitação das fronteiras entre as atividades e o emprego**. Esta delimitação, até então é colocada como fator delimitador de diferentes áreas de abrangência de políticas públicas voltadas para o setor rural. Isto traz, portanto, para o conjunto das discussões o tema da pluriatividade, que tem significância, quando se está frente a uma política agrícola “modernizadora”, que vê o agricultor como um profissional, que deva viver, exclusivamente, da agricultura.

Relevante também é a discussão em torno de um modelo que contemple, além da qualidade de vida, uma política voltada para o setor rural, sobretudo, das famílias camponesas. Desse modo, metodologicamente, **o debate sobre multifuncionalidade poderá apontar alternativas que venham contrapor ao modelo produtivista imposto**. Desta forma, urge o engajamento das atividades agrícolas numa discussão mais ampla sobre sustentabilidade. Isto implicará um redimensionamento do significado do desenvolvimento rural, nos mais diversos cenários da agricultura brasileira. E por fim, é imprescindível uma análise regional/local da agricultura familiar, sobretudo da agricultura familiar nordestina dotada de especificidades socioeconômicas e culturais, no sentido de apontar perspectivas de emprego ao homem rural, assim como tecnologias de valorização do trabalho, que venham garantir, outros, benefícios sociais.

Foi importante a recepção teórica sobre a configuração do local pesquisado descrita no terceiro, quarto e quinto capítulos, referendando *conceitos e questões como representação*

social, relações sociais, reprodução social e convivência com o ambiente de semi-aridez, demonstração clara desse conjunto de particularidades da agricultura familiar camponesa no semi-árido. Primeiro, por **referendar estudos anteriores sobre a trajetória agrária e social do semi-árido brasileiro, que apontam como seu maior problema social o processo de dominação sócio-econômica**, representado pelos sucessivos ciclos econômicos da agricultura capitalista, ocorridos dentro de uma lógica de exclusão dos camponeses. Segundo, por **referendar o conjunto de práticas – *saberes e fazeres* – desenvolvidas pelos agricultores, nesse processo de *convivência* com a semi-aridez, que historicamente integram a própria história de formação do Nordeste, como importantes alternativas de autonomia e sustentabilidade da agricultura familiar camponesa.**

Sobre este processo de construção de referências, cabe externar a importância de determinadas *representações sociais* existentes no semi-árido (como a data do plantio do milho – no dia de São José, período em que começam as primeiras chuvas no semi-árido nordestino), devido seus significados e vínculos criados pelos seus atores (os agricultores), em relação ao espaço (o território) em questão. Estas *representações*, pautadas num conjunto de práticas agropastoris e baseadas na diversidade ou *multifuncionalidade das atividades agrícolas* (JOLLIVET, 2002), propiciam a emergência de processos sociais, tanto daqueles relacionados a mudanças de condutas (organização coletiva em torno das atividades produtivas, a exemplo dos mutirões para o plantio, colheita, etc.), como de manutenção de determinados costumes (guardar sementes para o próximo plantio). Em ambos os exemplos, **a demonstração maior da possível boa relação homem-natureza, pautada no processo de *convivência* com a semi-aridez, imprescindível consideração nesse conjunto de *funções* decorrentes das atividades agrícolas.**

Descritos esses pressupostos iniciais e as considerações acerca do marco teórico estudado, ao se resgatarem as *questões* e os *procedimentos metodológicos* da pesquisa, apresentados inicialmente, uma das hipóteses foi que “a demonstração das *múltiplas funções* da *agricultura familiar camponesa* poderá apontar diretrizes para uma política agrícola dando credibilidade aos benefícios, especialmente sociais e culturais, aos agricultores”. Assim, do ponto de vista teórico, consideradas as *múltiplas funções* oriundas da agricultura e daquilo que dela são extensão, didaticamente demonstradas na Figura 2 da página 44 e, considerada, também, a *diversidade das atividades* (LAURENT & REMY, 2003; BONNAFOUS & REVEL, 2004), **o modo familiar camponês de agricultura pode sinalizar políticas públicas específicas às condições estudadas, salvaguardadas as especificidades locais.** As

referências são para aquelas políticas verdadeiramente integradas às condições sócio-culturais e ambientais, diferentemente daquela política agrícola preconizada pela agricultura do agro-negócio (SABOURIN, 2007; MACHADO, 2009). Porém, do ponto de vista prático, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Isto por que: primeiro, considerada a interdisciplinaridade do tema e no contexto interdisciplinar próprio das ciências sociais – e a questão da dimensão ambiental, tendo nela embutida os efeitos que as atividades agrícolas acarretam ao meio natural (JOLLIVET, 2002; BILLAUD, 2004) – **a agricultura perde a exclusividade do seu caráter produtivo e econômico, assumindo essa *alternatividade* de atividades, ‘produtora’ de externalidades ou amenidades positivas à sociedade**, próprias da compreensão conceitual da multifuncionalidade (MOLLARD, 2002; JOLLIVET, 2002), que no local pesquisado, ainda, é uma realidade distante. Segundo, a desconstrução da ‘noção de problema’ no cenário da semi-aridez, que reforça práticas de ‘dominação’ da natureza pelo homem e do homem pelo homem, verdadeiros empecilhos na construção de uma concertação e diálogo coletivo dos agricultores do *Curimataú Ocidental*, ou seja, a maioria das ações e atitudes ainda está bastante condicionada a sazonalidade das chuvas, ao armazenamento de água, e tudo que destes dois fatores decorrem. Desse modo, estas duas questões – a ambiental em relação à agricultura e a característica climática – são questões-chave para a concepção de território, na compreensão e melhor uso da noção multifuncional, enquanto ferramenta analítica de políticas agrárias.

Quando apresentamos uma segunda hipótese fundada na idéia de que “as *múltiplas funções*, ainda, poderiam estar contemplando, além da qualidade de vida, ações de Desenvolvimento Territorial Sustentável, balizadas num conjunto de atitudes de cunho solidário, com base nas tradições e culturas de convivência dos camponeses com o semi-árido capaz de garantir a coesão social”, **o presente estudo mostrou que em parte sim, devido aos [isolados] exemplos de ações e atitudes de *convivência* com a semi-aridez**, descritos no capítulo quatro; **e, em partes não, devido ao ainda desarticulado conjunto de ações (atividades), não somente de parte dos gestores públicos locais como dos próprios agricultores, na construção coletiva de uma *sustentabilidade territorial***, descritos no capítulo sete. Isto porque não atende totalmente, de maneira prática alguns preceitos da primeira hipótese (balizamento de uma política pública para a agricultura familiar), principalmente no tocante a benefícios sociais aos agricultores, que na análise interpretativa apresentada no *Capítulo VIII*, demonstrou que a agricultura local, ainda, carece de articulações e condutas reveladoras de uma função social.

No entanto, à luz de alguns pontos dessa hipótese, **pode-se considerar que há elementos empíricos, que apontam na direção de um papel de coesão social que a agricultura e/ou as atividades a ela ligadas podem propiciar**. Um desses elementos é a **pluriatividade** (função social relacionada ao emprego), igualmente, apontado por outras pesquisas sobre a multifuncionalidade no Brasil, como uma realidade presente e de suma importância na manutenção do tecido social rural, desmistificando aqueles discursos que ela vem descaracterizar a agricultura/o agricultor. Pelo contrário, nessa área pesquisada, devido às facilidades de acesso e proximidades de centros urbanos (Campina Grande, por exemplo), permitem essa estreita relação campo-cidade, sem que esses agricultores se proletarizem ou abandonem o estabelecimento. Outro elemento é a **produção agropastoril (principalmente de milho, feijão e caprinos) voltada para o autoconsumo**. Não obstante, todas as dificuldades e precariedades nos processos produtivos, cumprem certa função econômica, através da segurança alimentar, ainda que maneira incompleta. E, um terceiro e destacado elemento, apesar de todos os problemas operacionais e de gestão (SABOURIN, 2007), é a **política pública do PRONAF, que elenca inúmeras funções territoriais** (ocupação e reintegração territorial, inserção social, etc.), relacionadas ao desenvolvimento local.

É importante apontar que esse último exemplo de elemento na direção de um papel de coesão social, propiciados pela agricultura e/ou as atividades a ela ligadas, abre caminho a outras possibilidades, verificadas pela pesquisa de campo. Primeiro, **pela melhora da auto-estima dos agricultores**, que através desse incentivo (o crédito), ainda que singelo, passou a despertar outros horizontes sociais nas famílias beneficiadas (melhoria na estrutura das moradias, por exemplo). Segundo, **porque passou a exigir algumas atitudes e práticas de organização e mobilização** (em torno dos STRs, por exemplo). Terceiro, **porque possibilitou inverter a trajetória de abandono dos estabelecimentos**, verificado nas últimas décadas. Ou seja, através do PRONAF, essas e outras situações passaram a confluir na direção de um processo de organização e mobilização, primordial para o desenvolvimento da concepção territorial, essencialmente necessária à construção da multifuncionalidade, própria e inerente a agricultura familiar camponesa.

Essa concepção territorial, concretamente, ainda, é inexistente ou incipiente, pois determinados índices sociais obstaculizam atitudes (coletivas) voltadas a essa construção social, que noutras regiões já é uma realidade. O perfil geral (social) do território (conjunto municípios da amostra), descritos no sexto capítulo (IBGE, 1991; 2000), demonstraram isso. Dentre estes índices, se destaca a baixa escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos

agrícolas familiares, como o grande entrave na compreensão de determinadas necessidades e atitudes, a exemplo da mobilização em torno da questão ambiental. A análise do oitavo capítulo apontou isso, com base nas observações e dados, descritos no sétimo capítulo. **Tampouco esses agricultores, em sua maioria, visualizam os múltiplos papéis que cumprem ou são capazes de cumprir, enquanto ‘atores’ desse rural (camponês) distinto e diversificado como é o Curimataú Ocidental**, ainda que, “*dentro de condições concretas e materiais*” (MARX & ENGELS, [1846]/2004), cumpram empiricamente (de maneira não racional ou numa ação coletiva) essas *múltiplas funções*.

Isso nos leva, por fim, a concluir que **o uso da noção de multifuncionalidade da agricultura, bem como o reconhecimento das múltiplas funções da agricultura e/ou do território, deve estar devidamente, adequado a cada situação empírica em questão**. Se na Europa essa teoria sócio-econômica foi posta em prática com apreciáveis resultados econômicos, sociais, ambientais e políticos, são, porque, lá ocorreu uma prévia construção coletiva de seus dispositivos; Isso, no Brasil, particularmente na esfera local, está ainda muito distante de dinâmica semelhante. Contudo, isso não invalida a utilização da metodologia da multifuncionalidade para determinadas iniciativas de políticas públicas (do PRONAF, por exemplo) e dos próprios agricultores (de práticas de *convivência* com a semi-aridez), ambas importantes na construção de uma coesão social da agricultura familiar camponesa. E é nesse espaço que a *multifuncionalidade da agricultura* passa a encontrar eco.

REFERÊNCIAS

1- ARTIGOS, DISSERTAÇÕES, LIVROS E TESES.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA / NEAD, 1998. Consultoria IICA 940/98.

_____. **Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia**. Revista de Economia e Sociologia Rural - SOBER. v. 40, n° 2, abr./jul. 2002. pp. 235-64.

ALLAIRE, Gilles. *De la productivité à la qualité, transformation des conventions et régulations dans l'agriculture et l'agro-alimentaire*. In: ALLAIRE, G; BOYER, R. (éds.). **La grande transformation de l'agriculture**. Paris, INRA/Économie, 1995. pp. 381-410.

ALLAIRE, Gilles *et ali.* (éd.). **Nouvelles fonctions de l'agriculture et de l'espace rural: enjeux et défis identifiés par la recherche**. Toulouse: INRA, v. I et II, 1996 et 1998. 313 p.

ALLAIRE, Gilles; DUPLEUBLE, Thierry. *De la multifonctionnalité de l'activité agricole à la multi évaluation de la production agricole. Ver l'émergence d'un nouveau système de compétences*. In: COLLOQUE INTERNATIONAL DE LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE D'ECONOMIE RURALE, 21-22 mars 2002, Paris. **Actes ...** Dijon: Educagri Éditions, Paris: SFER, Cirad, 2003.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999.

ALMEIDA, Paula; CORDEIRO, Ângela. **Sistema de seguridade da semente da paixão: apoiando por Bancos de Sementes Comunitários**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

ALMEIDA, Paula; DINIZ, Paulo C. de O. *Sementes da Paixão: germinando uma política de conservação da agrobiodiversidade no semi-árido*. In: BENSUSAN, N. *et ali.* (orgs.). **Biodiversidade: é para comer, vestir ou passar no cabelo? Para Mudar o mundo!** São Paulo: Editora Peirópolis, 2006. pp. 207-23.

ALVES, Arilde F. **O caráter multifuncional da agricultura: um estudo de caso no município de Rio do Sul – Alto Vale do Itajaí-SC**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Florianópolis, SC: PGAGR/CCA/UFSC, 2004. 104 p. (+ anexos).

ALVES, Arilde F., MALAGODI, Edgard. *Les diverses fonctions de l'agriculture paysanne au Brésil: les cas du Nordeste semi-aride*. In: XLIII^e Colloque de l'ASRDLF "Les dynamiques territoriales: débats et enjeux les différentes approches disciplinaires". Grenoble et Chambéry, France: 11-13 juillet 2007. 12 p.

_____. **As múltiplas funções da agricultura camponesa no Nordeste semi-árido**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1, Florianópolis, UFSC, 22 a 25 ago., 2007a. (Pôster).

ANDRADE, Gilberto O. **Alguns aspectos do quadro natural do Nordeste**. Recife: Ministério do Interior/SUDENE, 1977. 75 p. (Série Cadernos Ciência da Terra, 13).

ANDRADE, Lopes. **Introdução à sociologia das secas**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1947.

ANDRADE, Manuel C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6ª ed. Recife: Editora da UFPE, 1998.

ANJOS, Flávio, S. *et ali*. **Rumo a um novo pacto social na agricultura: a experiência recente dos contratos territoriais de exploração na França**. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, XLVI 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. v. 1.

ARAÚJO, Eduardo. **Pocinhos aspectos e encantos: da chegada dos europeus aos dias atuais**. Pocinhos, PB: Editora IMPRIMIX, 2007.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. (Trad. Roberto Raposo; Posfácio Celso Lafer) 7ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Proposta de dimensionamento do semi-árido brasileiro**. Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

BANDEIRA, Lúcia M. C. **A caprino-ovinocultura no Território do Araripe-PE: Um estudo de caso a cerca dos limites e possibilidades na perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Campina Grande: CEDRUS/UFCEG, Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável), 2007. 86 p. (+ anexos).

BECKER, Dinizar. F. (org). **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 2ª ed. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 1999. 238 p.

BELLON, Stéphane. *et ali*. **Analyse des nouvelles formes d'exercice de l'activité agricole**. Versailles: *INRA*, Rapport d'étape, 1995. 147 p.

BERNAT, Claire. **Práticas de abastecimento de água, município de Pintadas (BA)**. Rio de Janeiro: *AS-PTA*; 1992. 57 p.

BERTRAND, Nathalie; TOLRON, Jean-Jacques. *Territorialisation des politiques et périurbain*. In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité «Multifonctionnalité et territoires: justifications et modalités de la territorialisation des politiques publiques»** (dir. D. Vollet). Paris, n. 01, CEMAGREF Éditions/INRA/Cirad, 2002. pp. 85-96.

BILLAUD, Jean-Paul. *Environnement et ruralité: enjeux et paradoxes*. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n° 10, jul./dez., Editora da UFPR, 2004. pp. 111-18

BLANCHEMANCHE, Sandrine *et ali*. **Multifonctionnalité de l'agriculture et statues d'activité**. *Economie Rurale*. Paris, SFER, 2000, n° 260, pp. 41-51.

- BONNAFOUS, Patrick; REVEL, Alain. *La diversification innovante des exploitations agricoles, une alternative au modèle spécialisé ?* In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité** «*Multifonctionnalité des activités, pluralité des identités* [2002/4]» (coords. C. Laurent; J. Remy). Paris, n. 07, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2004. pp. 71-84.
- BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. *Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil*. In: LIMA, E. N. et ali. (orgs.). **Mundo rural IV – configurações rural-urbana: poderes e políticas**. Rio de Janeiro: Mauad/Edur, 2007. pp. 217-36.
- BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. (org.). **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Coleção estudos, 20).
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. **L'identité de France. L'espace et histoire**. Paris : Arthaud-Flammarion, 1986.
- BURSZTYN, Marcel. **Os poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.
- CAIROL, Dominique; COUDEL, Émilie et CARON, Patrick. *Multifonctionnalité et développement durable des territoires ruraux en Europe: état des lieux et perspectives de recherche*. In: **Ingénieries: eau, agriculture et territoires**, Antony, v. 24, n° spécial, p. 189-200, 2005.
- CARNEIRO, Maria J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Conta Capa, 1998.
- _____. *Multifonctionnalité de l'agriculture et ruralité: approche comparative*. In: **COLLOQUE INTERNATIONAL DE LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE D'ÉCONOMIE RURALE – 21-22 mars 2002, Paris. Actes ...** Dijon: Educagri; Paris: SFER, Cirad, 2003.
- _____. *Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa*. In: MOREIRA, R. J; COSTA, L. F. C. (orgs.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad-Pronex, 2002a. 21 p.
- _____. *Novos caminhos para o desenvolvimento rural*. **Revista Marco Social: multifuncionalidade e agricultura familiar**, Rio de Janeiro, v. 9, n° 1, p. 06-07, jul. 2007.
- CARNEIRO, Maria J; TEIXEIRA, Vanessa. L. *Pluriatividade, Novas Ruralidades e Identidades Sociais*. In: **SEMINÁRIO DO NOVO RURAL BRASILEIRO**, 3. Campinas: NEA/Unicamp, 2003.
- CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. (eds.). **Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília: Embrapa/Cirad, 2003.
- CARVALHO, José O de. **A economia política do Nordeste: seca, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988.

_____. **Nordeste: desenvolvimento e convivência com a semi-aridez.** Recife: MIN, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Josefa S. B. *Globalização e ruralidade.* In: WANDERLEY, Maria de N. B. (org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro.** São Paulo: Polis; Campinas: Ceres/IFCH-Unicamp, 2004. pp. 17-32.

CAZELLA, Ademir A. **Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux le département de l'Aude (France).** Tours: Université François Rebelais, Thèse de doctorat, 2000. 372 p. (+ annexes).

_____. **Dinâmicas de desenvolvimento rural numa região marginalizada de Santa Catarina: o caso do município de São José do Cerrito.** Florianópolis: PGAGR-CCA/UFSC, 2002.

_____. *A multifuncionalidade agrícola numa zona rural "desfavorecida": um estudo de caso na região serrana catarinense.* In: CARNEIRO, Maria J; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 28-43.

_____. *A multifuncionalidade agrícola: A defesa de subsídios públicos para o desenvolvimento rural.* **Revista Marco Social: multifuncionalidade e agricultura familiar,** Rio de Janeiro, v. 9, n° 1, p. 12-15, jul. 2007.

CAZELLA, Ademir A; MATTEI, Lauro F. *Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias de agricultores: novas bases interpretativas para repensar o desenvolvimento rural.* In: **SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO AGROPECUÁRIA - IESA, 5º, 2002, Florianópolis. Anais...** Florianópolis: Agroecossistemas, agricultura familiar e agricultura orgânica, 2002.

_____. **A multifuncionalidade agrícola em zonas rurais contrastantes: os casos dos municípios catarinenses de São José do Cerrito e Rio do Sul.** Workshop "Agricultura familiar: reestruturação social e capacitação humana", 2003, 23 p.

CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. *Multifuncionalidade da agricultura e território: avanços e desafios para a conjugação de enfoques.* In: CAZELLA, A; BONNAL, Ph; MALUF, R. (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. pp. 291-301.

CIRAD-SAR. *Systèmes agro-alimentaires localisés : organisations, innovations et développement local.* Montpellier, França, 1996. (Cirad-Sar 134/96)

COHEN, Marianne; DUQUÉ, Ghislaine. **Les deux visages du Sertão: stratégies paysannes face aux sécheresses (Nordeste, Brésil).** Paris: l'IRD Édition, 2001. (Collection à travers champs).

COHN, Gabriel (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). **Weber: sociologia**. 7^a ed. São Paulo: Ática, 2005. (Coleção grandes cientistas sociais, 13).

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**. Bauru-SP: Edusc, 2001.

COSER, Lewis A. **Masters of sociological thought**. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1971.

COSTA, Maria Cristina C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3^a ed. São Paulo: Moderna, 2005.

DINIZ, Paulo C. O. **Ação coletiva e convivência com o semi-árido: A experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Campina Grande: PPGS/UFPB-UFCG, 2002.

_____. **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional” Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil: Experiências no Semi-Árido**. Tese (Doutorado em Sociologia) Campina Grande: PPGS/UFPB-UFCG, 2007. 228 p. (+ anexos)

DINIZ, Paulo C; DUQUÉ, Ghislaine. *Notas acerca de uma agricultura sustentável: os bancos de sementes comunitários no Agreste da Paraíba*. In: DUQUE, G. (org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. pp.103-120.

DOISE, Willem. *Les représentations Sociales: définition d'un concept*. In: DOISE, W; PALMONARI, A. (éds.). **L'étude des représentations Sociales**. Paris: Delachaux & Niestlé, 1986.

DUQUÉ, Ghislaine; CIRNE, Maria N. R. *Pobreza rural no Nordeste semi-árido: cidadania ou exclusão social*. In: FERREIRA, Â. D. D; BRANDERBURG, A. (org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

DUQUÉ, Ghislaine; COSTA, Mary D. G. da. *Reforma agrária no semi-árido nordestino: Que passos para a sustentabilidade? (o caso dos assentamentos Quandú e Bela Vista-PB)*. In: DUQUE, G. (org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. pp.121-140.

DUQUÉ, Ghislaine. *“Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento*. In: **Revista Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 17, p. 133-140, Jan./jun., 2008. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

_____. *O protagonismo da agricultura familiar: iniciativas /resistência no semi-árido brasileiro*. In: SILVA, A. G. da; CAVALCANTI, J. S. B; WANDERLEY, M. de N. B. (orgs.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa; Editora Zarinha Centro de Cultura, 2009. pp. 141-46.

DUQUE, José G. **Solo e água no Polígono da Secas**. 6^a ed. Mossoró, RN: ESAM, 2001.

_____. **Perspectivas Nordestinas**. 2^a ed. [Obra Póstuma. Fundação Guimarães Duque. Escola Superior de Agricultura de Mossoró. Banco do Nordeste do Brasil S.A. Escritório Técnico de estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Fortaleza, 1982]. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ECHEVERRI, Rafael P; RIBERO, Maria P. **Nueva ruralidad: visión del territorio en América Latina y Caribe**. Costa Rica: IICA, 2002.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Uma história de costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. (1ª ed. 1959) São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

FERREIRA, Ângela D; BRANDERBURG, Alfio (org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2ª ed. rev. & ampl. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FIorentino, Raul. **A ação do Estado no Nordeste rural: notas para discussão**. Recife: SUDENE, 1982.

FREITAS, Maria Angélica A. **Gestão das agroindústrias rurais instaladas com recursos do PRONAF Infra-estrutura: uma análise no Território Sertão Ocidental em Sergipe 1998–2002**. Campina Grande: CEDRUS/UFCEG, Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável), 2007. 84 p. (+ anexos).

FREUND, Julien. *A Sociologia Alemã à época de Max Weber*. In: BOTTOMORE, T; NISBET, R. (orgs.). **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. pp. 205–251.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação de Cultura, 1959.

GARCIA JR, Afrânio R. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1989.

GALINDO, Wedna C. M. **Intervenção rural e autonomia: a experiência da Articulação do Semi-Árido/ASA em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Recife: PPGS/UFPE, 2003.

GLAVANY, Jean. *Discours d'ouverture*. COLLOQUE MAITRISE ET L'IMPACT DES ACTIVITES AGRICOLES SUR L'ENVIRONNEMENT. Paris. Actes ... Ministère de l'Agriculture et Pêche, 1999. pp. 1-4, 42 p.

GROUP POLANYI. La multifonctionnalité de l'agriculture: Une dialectique entre marché et identité. Versailles: Éditions Quae, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVICTCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais.** 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de latifúndio.** São Paulo: Paz e Terra, 1968.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** Niterói: EduFF; S. Paulo: Contexto, 2002.

HERVIEU, Bertrand. **Agriculture et développement rural: la nécessaire convergence.** LEADER II Magazine. Bruxelles, 1997, n° 15, pp. 6-10, 23 p.

IANNI, Otávio (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). **Marx: Sociologia.** 8ª ed. São Paulo: Ática, 1996. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 10).

JACOMINE, Paulo K. T. *et ali.* **Levantamento exploratório de reconhecimento de solos do Estado da Paraíba.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, EPFS/SUDENE (DRN), 1972.

JODELET, Denise. "Les représentations sociales: Phénomènes, concept et théorie". In: MOSCOVICI S. (éd.). **Psychologie social.** Paris: Press Universitaire, 1984. pp. 357-78

_____. *Representações sociais: um domínio em expansão.* In: JODELET, D. (org.). **As Representações sociais.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. pp.17-44.

JOLLIVET, Marcel. *La multifonctionnalité des activités agricoles, nouvel avatar du fait social total* ; In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité. «Multifonctionnalité des activités, pluralité des identités[2002/4]»** (coords. C. Laurent; J. Rémy). Paris, n. 07, CEMAGREF Éditions/INRA/Cirad, 2002. pp. 17-36.

_____. *Pour une science sociale à travers champs. Paysannerie, ruralité, capitalisme (France XX^e Siècle).* Paris : Éditions Arguments, 2001.

KAISER, Bernard. **La renaissance rural: sociologie des campagnes du monde occidental.** Paris: Armand Colin, 1990. 316 p.

_____. (éd.). **Naissance de nouvelles campagnes.** Paris: DATAR/L'Aube, 1993. 174 p.

LAMARCHE, Huges (Coord.). A agricultura familiar: Comparação internacional. Vol. I: **Uma realidade multiforme.** 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

LAURENT, Catherine. **L'agriculture et son territoire dans la crise.** Paris: Université Paris VII, Thèse de doctorat, 1992. 454 p.

_____. *L'activité agricole des ménages ruraux et la cohésion économique et sociale.* Economie Rurale. Paris, SFER, n° 244, 1998. pp. 12-21.

_____. *Activité agricole, multifonctionnalité et pluriactivité.* Pour, Paris: GREP, n° 164, pp. 41-46, 1999. 227 p.

_____. *La multifonctionnalité de l'agriculture.* In: Durand M-F; Giordano P; Valladao A. (eds.). **Towards an agreement between Europe and Mercosur.** Press Sciences Po., déc, 2000.

LAURENT, Catherine, MOURIAUX, M-F. *La multifonctionnalité agricole dans le champ de la pluriactivité*. Centre D'Etudes de L'Emploi, La Lettre 59, oct. 1999. 12 p.

LAURENT, Catherine; REMY, Jacques. *Séminaire de recherche: «Multifonctionnalité des activités, pluralité des identités»*. In: *Les Cahiers de la multifonctionnalité. «Propositions de recherche soutenues par le dispositif Inra-Cemagref-Cirad sur la multifonctionnalité de l'agriculture et des espaces ruraux»* (coord. F. Véron). Paris, n. 02, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2003. pp. 59-62.

LAZZARETTI, Miguel Â. **A produção da ação coletiva no MST: Relações de poder e subjetividade**. Tese (Doutorado em Sociologia) João Pessoa; Campina Grande: PPGS/UFPB-UFPG, 2007. 378 p. (+ anexos)

MACHADO, Gustavo B. *Multifonctionnalité de l'agriculture familiale et diversification des activités dans le sertão semi-aride de l'État de Bahia (Brésil)*. Thèse (Doctorat Agro-Economie). Paris: UFR Agriculture Comparée et Développement Agricole (Institut AgroParisTech), 2009, 306 p. (+ annexes)

MALAGODI, Edgard. A. **Propriedade fundiária e campesinato. Uma leitura de Smith, Ricardo e Marx**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999. 400 p.

_____. *O sindicato rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudanças*. In: WANDERLEY, Maria N. B. (org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. Campinas, SP: Ceres/IFCH – Unicamp, 2004. pp. 161-171.

MALAGODI, Edgard; QUIRINO, Eliana G. *Mercado e consciência ambiental: Dilemas da agricultura familiar*. In: DUQUE, G. (org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. pp.75-90.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1970.

MALUF, Renato S. *O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa*. In: LIMA, Dalmo M. de A; WILKINSON, John (orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. pp. 301–328.

_____. *Produtos agro-alimentares, agricultura multifuncional e desenvolvimento territorial no Brasil*. In: Moreira R. J; Costa L. F. de C. (Orgs.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002a, pp. 241-261.

_____. *A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira*. In: CARNEIRO, Maria J; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 135–152.

MALUF, Renato S; FLEXOR, Georges; CARDOSO, Joel H. *Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC)*. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 60–73.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário nos *Cariris Velhos do Paraíba: memória cultural e natureza no cerimonial da vida***. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). João Pessoa, PB: PRODEMA/UFPb, 1999. 167 p.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. [Introdução de Jacob Gorender]; [Traduções de Edgard Malagodi *et ali.*]. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

_____. “A Mercadoria” In: **O Capital**. [trad. Reginaldo Sant’Anna]. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968. Liv. 1, v. I, p. 79-93.

MARX, K; ENGELS, Friedrich. “*Feuerbach: A oposição entre as concepções materialista e idealista – vol I*”. In: **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004. (Coleção a obra prima de cada autor)

MERTON, Robert K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. 2ª ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10ª ed. Rio de Janeiro: HUCITEC, 2006.

_____. *O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica*. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVICTCH, S (orgs.). **Textos em representações sociais**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007. pp. 89-111.

MIRANDA, Carlos L; ADIB, Alberto R. *Multifuncionalidade e desenvolvimento sustentável*. In: **Revista Marco Social: multifuncionalidade e agricultura familiar**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, pp. 08-11, jul. 2007.

MÉO, Guy Di. *Géographie sociale et territoires*. Paris, Éditions Nathan, 1998.

MOLLARD, Amédée. *Multifonctionnalité, externalités et territoires*. In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité. «Multifonctionnalité et territoires: justifications et modalités de la territorialisation des politiques publiques»** (dir. D. Vollet). Paris, n. 01, CEMAGREF Éditions/INRA/Cirad, 2002. pp. 37-56.

MOLLE, François. *Caractérisation et potentialités des “açudes” du Nordeste Brésilien*. Thèse (Doctorat). Montpellier: Université Montpellier II, 1991a. 381 p.

MOREIRA, Emília. **Evolução do processo de produção do espaço paraibano**. João Pessoa: Cadernos NDIHR, nº 23, 1990.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos da geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997. 332 p.

MORUZZI MARQUES, Paulo E. *Concepções em disputa na formulação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: Uma releitura sobre a criação do PRONAF*. In: **Revista RAÍZES**, Campina Grande, v. 22, n. 02, pp. 168-180, jul./dez., 2003.

MOSCOVICI, Serge. *Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire*. JODELET, D. (org.). **Les Représentations sociales**. Paris: PUF, 1989. pp. 62-86.

- _____. **A máquina de fazer deuses: sociologia e psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- NEVES, Frederico C. **Imagens do Nordeste. A construção da memória regional**. Fortaleza: SECULT-CE, 1994. 127 p.
- OCDE. **Multifonctionnalité, élaboration d'un cadre analytique**. Paris: OCDE, 2001.
- _____. **Multifonctionnalité: conséquences pour l'action publique**. Paris: OCDE, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional**. Rio de Janeiro: 2 (2), nov, 1977. pp. 103-114.
- PARSONS, Talcott. **Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.
- PECQUEUR, Bernard. *O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul*. In: **Revista RAÍZES**, Campina Grande, v. 24, nºs 01 e 02, pp. 10-22, dez., 2005.
- PEREIRA, Elvino Q; DUQUÉ, Ghislaine. *Assistência técnica em áreas de reforma agrária: experiências do LUMIAR e perspectivas para uma outra assistência*. In: DUQUE, G. (org.). **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. pp.193-208.
- PICARD, Pierre. **Éléments de micro-économie, I**. Théorie et applications, 5^e édition. Paris: Montchrestien, 1998. 587 p.
- PINTO, Irineu. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.
- PIRAUX, Marc *et. ali*. *Multifonctionnalité et action collective. Le cas de la mise en place du CTE Cilaos à La Réunion*. In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité. «Coordinations locales et action collective pour une agriculture multifonctionnelle»** (coords. P. Caron; J-M Pivot). Paris, n. 03, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2003. pp. 17-31.
- PIRAUX, Marc. *Modèle de développement et identité des territoires dans les DOM insulaires (Réunion et Guadeloupe)*. In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité. «Propositions de recherche soutenues par le dispositif Inra-Cemagref-Cirad sur la multifonctionnalité de l'agriculture et des espaces ruraux»** (coord. F. Véron). Paris, n. 02, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2003. pp. 63-66.
- PIRAUX, Marc; BONNAL, Philippe. *Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB) – O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura*. In: CAZELLA, A; BONNAL, Ph; MALUF, R. (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. pp. 113-35.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- _____. **História econômica do Brasil**. 43ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMMSTEDT, Otthein; DAHME, H. *A modernidade atemporal dos clássicos da sociologia*. In: SOUZA, J; ÖELTZE, B.(orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 1998. pp.191–223.

REIS, José. **Os espaços da indústria. A regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1992.

REMY, Jacques. *Les contrats territoriaux d'exploitation ou la découverte de la multifonctionnalité*. In: SYLVESTRE, J.P. (éd.). **Agriculteurs, ruraux et citadins: les mutations des campagnes françaises**, 344 p. Dijon: Educagri Editions, 2002, pp. 71-89.

_____. Os contratos territoriais de estabelecimento ou a conversão inacabada. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R.S. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, NEAD, MAUAD, 2003. pp. 153-168.

_____. “Prefácio”. In: CAZELLA, A; BONNAL, Ph; MALUF, R. (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. pp. 11-16.

RODRIGUES, José A. (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). **Émile Durkheim: sociologia**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2005. (Coleção grandes cientistas sociais, 1)

RODRIGUEZ, Janete L. **Atlas escolar da Paraíba**. 3ª ed. João Pessoa: Editora GRAFSET, 2002.

ROUX, Bernard; BONNAL, Philippe. *Analyse au niveau de la prise en compte de la multifonctionnalité de l'agriculture au Brésil à partir d'un dispositif comparatif régional. Rapprochement du cas français*. In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité. «Propositions de recherche soutenues par le dispositif Inra-Cemagref-Cirad sur la multifonctionnalité de l'agriculture et des espaces ruraux [2002/4]»**. (coord. F. Véron). Paris, n. 02, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2003. pp. 109-112.

SABOURIN, Eric. *Desenvolvimento rural e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores*. In: SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. (eds.). **Desenvolvimento rural e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. pp. 21-37.

_____. *Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura*. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 29, 2005, Caxambú, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 2005.

_____. *Organização dos agricultores e produção de valores humanos*. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA**, 7, Belo Horizonte: SBS, 2005a.

_____. *Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?* In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, nº 3, pp. 715-51, set./dez., 2007.

_____. **Paysan du Brésil. Entre échange marchand et réciprocité**. Versailles, Éditions Quae, 2007.

_____. *Ressources communes et multifonctionnalité au Nordeste du Brésil*. In: GROUP POLANYI. **La multifonctionnalité de l'agriculture: Une dialectique entre marché et identité**. Versailles: Éditions Quae, 2008. pp. 191-211

SABOURIN, Eric; DUQUÉ, Ghislaine; MALAGODI, Edgard. *Novos atores do desenvolvimento rural no semi-árido brasileiro: uma visão crítica do período 1997-2002*. In: **Revista RAÍZES**, Campina Grande, v. 22, n° 01, pp. 58-72, jan./dez., 2003.

SABOURIN, Eric; DJAMA, Marcel. *Approche de la multifonctionnalité de l'agriculture à travers deux exemples non européennes: Nordeste brésilien et Nouvelle-Calédonie*. In: **COLLOQUE INTERNATIONAL DE LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE D'ECONOMIE RURALE**, 2002, Paris. **Actes...** Dijon: Educagri Éditions; Paris: SFER/Cirad, 2003. pp. 291-310.

SABOURIN, Eric; TIER, Rémi. *Manejo da água em sistema pluvial de sequeiro*. In: CARON, P; SABOURIN, E. (eds.). **Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília: Embrapa/Cirad, 2003. pp. 123-144.

SALANIÉ, Bernard. « *Les défailances Du marché* » In: **Économica**. Paris, 1998. 231 p.

SARACENO, Elena. “**O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia**”. Roma: CRES/Udine, 1996. (Trad. Ângela Kageyama).

SARAIVA, Ivony L. M. **Cooperativa de sisal sociedade anônima**. Dissertação (Mestrado em Economia). Campina Grande: CME/CH/UFPG, 1981. (160 p.).

SCHMIDT, Wilson. *Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra geral (SC)*. In: CARNEIRO, Maria J; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 44-59.

SCHNEIDER, Sérgio. *A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas*. In: **FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA**, 1. Fortaleza: 16 a 19 nov. 2003, IICA-Brasil/MDA, 2003.

_____. *A pluriatividade no Brasil. Proposta de tipologia e sugestão de políticas*. In: **CONGRESSO DA SOBER**, XLIV, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. p. 2.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Ivan G. P. *Território e abordagem territorial: Das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais*. In: **Revista RAÍZES**, Campina Grande, v. 23, n°s 01 e 02, pp. 99-126, jan-dez., 2004.

SELL, Carlos E. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber [e] Marx**. 2ª ed. rev. & ampl. Itajaí-SC: Ed.UNIVALI/Edfurb, 2002.

SIGAUD, Ligia. **Os Clandestinos e os Direitos**. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1979.

SILVEIRA, Miguel A. *Multifuncionalidade da agricultura familiar em Araras (SP) e os desafios à pesquisa agropecuária*. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 123-134.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel: Sociologia**. [org. da coletânea – E. de Moraes Filho]; [trad. C. A. Pavanelli *et ali.*]. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção grandes cientistas sociais; 34).

SINGER, Paul. (org.); MALAGODI, Edgard *et ali.* (trads.). **Marx: Economia**. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grande Cientistas Sociais, 31).

SIZE Pierre. (Trad. & adapt. S. Goulart). **Dicionário da Globalização: a economia de A a Z**. Curitiba, PR: Editora Obra Jurídica, IBERT, 1997.

SKIDMORE, William. **Pensamento teórico em sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

SOARES, Adriano C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**, *Proposta 87*, pp. 40-49, dez 2000/fev., 2001.

SOLDATELLI, Daltro *et ali.* *Glossário de temas de administração rural*. In: **SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL, II**, 1992, Concórdia, SC. **Anais...** Florianópolis: EPAGRI, 1993. p. 75-105.

SOUZA, Herbert J. de. **Como se faz análise de conjuntura**. 11^a ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. **Atualização do diagnóstico florestal do estado da Paraíba**. João Pessoa: SUDEMA, 2004.

TIZON, Philippe. *Le territoire au quotidien*. In: MÉO, G. **Les territoires du quotidien**. Paris: L'Harmattan, 1995. p. 17-34.

TONNEAU, J-P; CLOUET, Y; CARON, P. *L'agriculture familiale au Nordeste (Brésil). Une recherche par analyses spatiales*. Natures Sciences Sociétés, 1997, v. 5, n 3, pp. 39 - 49.

TONNEAU, Jean-Philippe; CUNHA, Luís H. *Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido*. In: **Revista RAÍZES**, Campina Grande, v. 24, n^os 01 e 02, pp. 10-22, dez., 2005.

TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada, 1947.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, José E. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: MDA - CNDRS - NEAD (Convênio FIPE – IICA), 2001.

_____. *Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural*. In: **Desenvolvimento em Debate** (vol. II), Ana C. Castro (org.). Rio de Janeiro: Editora Mauad/BNDES, 2002, pp. 383-409.

VÉRON, François. *Propositions de recherche soutenues par le dispositif Inra-Cemagref-Cirad sur la multifonctionnalité de l'agriculture et des espaces ruraux*. In: **Les Cahiers de la multifonctionnalité**. «Propositions de recherche soutenues par le dispositif Inra-Cemagref-Cirad sur la multifonctionnalité de l'agriculture et des espaces ruraux» (coord. F. Véron). Paris, n. 02, CEMAGREF Éditions/Inra/Cirad, 2003.

VILAIN, Lionel; BRIEL, Brigitte. **Vers l'agriculture durable**. Dijon: Educagri Éditions, 1999. 144 p.

VILELA, Sérgio L. de O. *Uma nova espacialidade para o desenvolvimento rural: a territorialidade das novas atividades agrícolas*. In: SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica/Cirad/UFPB, 2002. pp. 91-112.

VOITURIEZ, Tancrede. *Concepts et comparaisons internationales. Atelier – Enseignements des contributions et des débats*. In: *Les Cahiers de la multifonctionnalité. «Politiques publiques et comparaison internationale»* (coord. Ph. Bonnal). Paris, n. 4, pp. 97-104, CEMAGREF Éditions/INRA/Cirad, 2004.

VOLLET, Dominique. *Présentation de la problématique de l'atelier «multifonctionnalité et territoires*. In: *Les Cahiers de la multifonctionnalité. «Multifonctionnalité et territoires: justifications et modalités de la territorialisation des politiques publiques»* (dir. D. Vollet). Paris, n. 01, CEMAGREF Éditions/INRA/Cirad, 2002. pp. 5-7.

WANDERLEY, Maria de N. B. *A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. In: GIARRACCA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. pp. 31-44.

_____. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades*. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 21, pp. 42-61, out. 2003.

_____. *Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento*. In: SABOURIN, E; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica/Cirad/UFPB, 2002. pp. 39-52.

_____. “Prefácio”. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003a. p. 15.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências e na política**. Lisboa: Lisboa Ltda. 1974.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11^a ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

_____. **Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. 2^a ed., 10^a reimp. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

WEID, Jean Marc von D. **Qual estratégia para o desenvolvimento rural?** José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. Brasília: (MDA/CNDRS/ NEAD) 2001. 110p.

2- OUTROS DOCUMENTOS IMPRESSOS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: FIPE/IPEA, 1998. 25 p. (Relatório de Pesquisa).

ALVES, Arilde F. **Multifuncionalidade agrícola – estudo de caso no Alto Vale do Itajaí – SC**. Florianópolis: CCA/PGAGR/UFSC, 2001. 20 p. (Projeto de pesquisa).

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. **Revista Articulação do Semi-árido Paraibano**. v. 1, n. 1, p. 3-26, jun. 2001. Campina Grande: ASA-PB, 2001.

_____. **II Encontro Estadual de Sementes**. Lagoa Seca, PB: 14-15 mar, 2001. (Relatório Final).

BRASIL. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA, 2005. (Série Documentos SDT, 1).

_____. Ministério do Planejamento. **Projeto Áridas**. Brasília: MPOG, 1995.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Comissão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. **Agenda 21 brasileira: ações prioritárias**. Brasília: MMA, 2002b.

CARNEIRO, Maria J. **Multifuncionalidade da agricultura, ruralidade e identidades sociais na região serrana fluminense** (versão preliminar). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. 14 p.

DUQUÉ, Ghislaine. Da abertura democrática à democratização efetiva: *A experiência da Articulação do Semi-Árido da Paraíba*. (s.d.). 14 p. In: DUQUE, G. **Organização Social e Gestão do Desenvolvimento Territorial II** (Textos básicos para o CEDRUS/Universidade Camponesa/UFCCG). Campina Grande: UFCCG, 2006.

FAO. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación – los ingresos rurales no agrícolas en los países en desarrollo**. Roma, 1998.

_____. **Contribución da la Francia a la conferencia de la FAO sobre al carácter multifuncional de la agricultura y la tierra**. Maastricht (Países Bajos), septiembre/1999. (mimeo)

FÓRUM NORDESTE. **Ações permanentes para o desenvolvimento do Nordeste/Semi-Árido brasileiro: propostas da sociedade civil**. Recife: Contag; Assocene, 1993.

FRANCE. Ministère de l'Agriculture et Pêche (MAP). *Contribution de la France à la conférence OAA/FAO sur le caractère multifonctionnel de l'agriculture e des terroirs*. Conférence OAA/FAO. Maastricht (Pays-Bas), 12 – 17 septembre, FAO, 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). **Censo agropecuário 1995-1996. nº 1**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE. **Censo demográfico /PB: 1991**. João Pessoa, PB: SDE / DEGE/ Gerência de Análise e Estatística, 2002.

_____. **Censo demográfico /PB: 2000**. João Pessoa, PB: SDE / DEGE/ Gerência de Análise e Estatística, 2002.

_____. **Censo demográfico /PB: 2007**. João Pessoa, PB: SDE / DEGE/ Gerência de Análise e Estatística, 2008.

INSTITUTO CEPA/SC. **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, mar/ 2002. pp. 94–95.

MALUF, Renato S. (coord.). “**A noção de Multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: experiência francesa e o caso do Brasil**”. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001. 49 p. (Acordo CAPES-COFECUB).

_____. **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, set. 2001a. 21 p. (Projeto de Pesquisa).

MALUF, Renato *et alii*. **Projeto ‘Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil’**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006-2008. (Projeto com apoio do NEAD/MDA/IICCA).

MORAES, Maria Dione C. e VILELA, Sergio L. O. **Agricultura familiar nos cerrados do sudoeste piauiense: verticalização territorial e os desafios para o desenvolvimento rural**. UFPI / Embrapa Meio-Norte, abril de 2002. (texto preliminar).

ROUX, Bernard. **Agricultura multifuncional**. (Palestra proferida aos acadêmicos da Agronomia da UFSC). Florianópolis: CCA/UFSC, 2001.

SILVEIRA, Miguel A. e FERRAZ, José M. G. **Contribuições técnicas ao projeto “Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras”**. Jaguariúna-SP: Embrapa, 2002. (mimeo) 10 p.

TONNEAU, Jean-Philippe. “**O conceito de multifuncionalidade: a necessária adaptação à realidade da agricultura familiar nordestina**”. Campina Grande: 2002. (mimeo) 7 p.

WORD BANK. *Beyond the City – The Rural Contribution to Development*. Word Bank Latin America and Caribbean Studies, 2005.

3- REFERÊNCIAS EM SUPORTE ELETRÔNICO

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO. Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/>>. Link: <http://www.asabrazil.org.br/Default.asp?CO_TOPICO=104>. Acesso em mai 2008.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. **Sementes da Paixão: plantando e colhendo solidariedade e riquezas no semi-árido**. In: FESTA ESTADUAL DA SEMENTE DA PAIXÃO, 4, 2007, Patos, PB: ASA-PB, 2007, 1 *CD-ROM*.

CARVALHO, Maria do R. F. “**CURSOS DE JOVENS E ADULTOS**”: **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE AGRICULTORES DO SEMIÁRIDO NORTE-RIOGRANDENSE**. UFRN, sd. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1813t.PDF>>. Acesso em abr. 2008.

CAZELLA, Ademir A. Revitalização das zonas rurais marginalizadas: a construção social da multifuncionalidade agrícola na França. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, XXIX, Recife, 2001. **Anais...** Brasília: SOBER, 2001, Grupo 4, 1 *CD-ROM*.

CAZELLA, Ademir A; MATTEI, Lauro. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais.** In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL “*Sustentabilidad y Democratización de las Sociedades Rurales Latinoamericanas*”, 6. Porto Alegre: UFRGS, 2002b. GT 21, 1CD-ROM.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-CNPq. **Programa de pesquisa em agropecuária e agronegócio/COAGR.** Disponível em: <<http://www.cnpq.br/servicos/editais/ct/agricultorafamiliar.htm>>. Acesso em jan. 2003.

DINIZ, Paulo C; MALAGODI, Edgard; DUQUÉ, Ghislaine. *Enfrentando os limites da agricultura familiar no Brejo Paraibano: Trajetórias de desenvolvimento local e inovação.* In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10. Rio de Janeiro: IRSA, CD-ROM texto 712.

FRANCE. *INRA: Présentation, organisation et missions.* Institut National de la Recherche Agronomique. Disponível em: <<http://www.inra.fr/presinra/index.htm>>. Acesso em mai. 2005.

IBGE. **Sinopse preliminar Censo 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/defaulttab_amostra.shtm>. Acesso em jan. 2008.

_____. **Contagem da população 2007.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em nov. 2007.

_____. **Produção agrícola.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Link: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp>>. Acesso em jan. 2008.

_____. **Pecuária.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Link: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pecua/default.asp>>. Acesso em jan. 2008.

_____. **Extração vegetal.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Link: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/extveg/default.asp>>. Acesso em jan. 2008.

_____. **Mapas.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Link: <<http://mapas.ibge.gov.br/website/divisao/viewer.htm>>. Acesso em fev. 2008.

MALUF, Renato S. **Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar.** 1999. Disponível em <<http://www.polis.org.br/publicações/papers/>>. Acesso em set. 2006. Polis Papers 1999 Nr. 4.

MALUF, R; CAZELLA, A; BONNAL, Ph. **Projeto ‘Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil’** (Seminário de apresentação de resultados). 2008. Disponível em: <http://www.nead.org.br/tmp/boletim/Apresentação-sem_BSBout2008-Ph.pdf>. Acesso em jan. 2009.

MARIZ, Marlene da S. **Seca e ação do poder público do Século XVI ao Século XX.** Natal: CCSA/UFRN, 2000. Disponível em: <http://nutseca.ufrn.br/relatos/relato_historia_1.pdf>. Acesso em fev. 2007.

SABOURIN, Eric; DUQUÉ, Ghislaine; MALAGODI, Edgard. *Novos atores e novas funções do desenvolvimento rural no Nordeste Brasileiro*. In: **ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, 4, 19-22 mar 2001, Belém-PA. **Anais...** Belém: SBPC, UFPA. 15 p. *CD-ROM*

SILVA, Roberto M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: CDS/UnB, 2006. 289 p. (+ anexos). Disponível em: <<http://200.130.0.16/biblioteca/RobertoSilva.pdf>>. Acesso em maio 2008.

SUASSUNA, João. **Aprendendo a conviver com o semi-árido**. 2007. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/artigos/artigos-2007>>. Acesso em mar. 2008.

TERCEIRA SESSÃO DA CONFERÊNCIA DAS PARTES DAS NAÇÕES UNIDAS DA CONVENÇÃO DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (COP 3). Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0012/12514.pdf>. Acesso em jun. 2008.

ANEXOS

ANEXO 1

As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas sócio-culturais e ambientais de convivência com o semi-árido.

Roteiro de Entrevista – Atores sociais

Este roteiro de entrevista se aplica aos diversos tipos de atores sociais com atuação na região, com destaque para os técnicos (governamentais, de organizações não-governamentais de apoio e de entidades de produtores), líderes políticos (poder executivo), dirigentes de entidades (cooperativas, sindicatos, etc.) e integrantes de conselhos municipais (CMDR's e outros).

Nome do Entrevistador _____

Local da entrevista: _____

I-Identificação do (a) entrevistado (a):

Nome do(a) informante:

Sexo:..... Idade:..... Instituição em que trabalha/atua:

Função:

Atuação (direta ou indireta) do (a) entrevistado (a) ou sua instituição junto às famílias rurais:

.....

II- Informações gerais sobre o município ou região

1- Qual a importância da agricultura para o município e quais os principais produtos produzidos?

.....

2- Quais os maiores problemas do município e em geral e, particularmente, de sua área rural?.....

.....

III- Perfil sócio-econômico das famílias rurais

a) Produção agrícola e comercialização

1- O que os pequenos produtores familiares estão produzindo?

.....

.....

2- Eles vêm se especializando em algum tipo de produção? Qual? Esse produto já era produzido na região anteriormente?

.....

3- Onde são comercializados os produtos dos pequenos agricultores?.....

.....

.....

4- A população do município atribui alguma importância especial ou tem alguma restrição aos produtos oriundos da pequena produção local ou regional?

.....

5- O Trabalho desenvolvido por sua entidade tem propiciado algum tipo de inovação no que diz respeito ao processo produtivo (tecnologias; organização da produção; capacitação da mão-de-obra; financiamentos; comercialização/industrialização; projetos agro-industriais; novas profissões; padrão de organização espacial do assentamento; organização de grupos de jovens e mulheres; etc.)?

.....

6- Há entidades que financiam os projetos desenvolvidos pelos pequenos agricultores? De onde são? Como é a relação com essas entidades?

.....

7- Os pequenos produtores dispõem de alguma forma de organização relativa à sua produção?.....

.....

b) Condições de vida, trabalho e renda.

1- Os pequenos agricultores têm conseguido melhorias nas suas condições de vida? Em caso positivo, sob que aspectos? Em caso negativo, por quê?

.....

2- Os agricultores utilizam toda a mão-de-obra existente na propriedade?

.....

3- Além da atividade agrícola, há outras atividades rurais não-agrícolas importantes para a renda familiar?

.....

4- Há muitas saídas de pessoas para trabalhar fora do estabelecimento rural, estudar, ou desenvolver outras atividades? Caso positivo, quem sai mais (jovens, mulheres, homens, etc.)? E porque optam por não ficar trabalhando na terra?.....

.....

c) Relação com o meio ambiente

1- Os pequenos agricultores têm preocupação com a preservação do meio ambiente? Usam agrotóxicos? De que tipo? Fazem queimadas? Há cuidados com os mananciais? Que tipo de cuidados? Há tratamentos de dejetos? Há algum uso de tecnologias agroecológicas, orgânicas, alternativa? Qual? Veio através de quem?.....

2- Existe alguma área de reserva no município ou região? Como ela é vista pelas famílias rurais? (há preocupação em mantê-la, há depredação, é vista como um problema, etc.).....

3- Há algum trabalho de educação ambiental sendo desenvolvido junto aos pequenos agricultores? Quem promove e quais as suas características principais?

4- Existe algum problema ambiental no município causado por pequenos agricultores? Quais?

IV- Sociedade e manifestações culturais

1- Os pequenos agricultores promovem festas religiosas, atividades esportivas. Rodeios, vaquejadas, feiras, etc. no município? Especificar o tipo e frequência?

2- Quais associações congregam pequenos agricultores ou nas quais eles têm participação significativa? Quais as principais demandas dos agricultores encaminhadas por estas associações?

3- Há algum tipo de organização de jovens entre as famílias rurais? Que tipos de demandas fazem?

.....

V- Políticas públicas

1-Os pequenos agricultores procuraram à entidade do entrevistado? Em caso positivo, explorar o tipo de contato que há e através de que canais ele se dá:

.....

2-No momento, com está sendo a relação dos pequenos agricultores com a Prefeitura e com a Câmara de Vereadores?.....

.....

3- Que tipos de demandas são trazidos por eles? Quem faz e como são feitas essas demandas?

.....

.....

4- Os órgãos públicos (secretarias municipais, prefeitura, governo estadual, etc.) têm atendido às demandas?.....

.....

5- Há representantes de pequenos agricultores participando de conselhos municipais (de desenvolvimento rural, de saúde, de emprego e renda, etc.)?

.....

6- Há políticas ou programas municipais voltadas para os pequenos agricultores? Em caso positivo, quais e como elas vêm sendo implementadas?

.....

7- Os pequenos agricultores têm alguma influência ou algum peso na vida política local?

.....

.....

ANEXO 2

***As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa:
práticas sócio-culturais e ambientais de convivência com
o semi-árido***

Entrevistador: _____ **Data da entrevista:** ___ / ___ / 20__.

Pessoa entrevistada (nome e posição na família): _____

I. Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar

Quadro 1 - Identificação da propriedade ou parcela de terra

Nome do(a) responsável:		
Comunidade:	Município:	
Residência do responsável: [] No estabelecimento [] Em outro local - urbano [] Em outro local - rural		
Cidade mais próxima:	Distância:	Tempo de deslocamento:
Há quanto tempo trabalha nesta propriedade ou parcela de terra?		
01. 20 anos ou mais [] 02. entre 15 e 20 anos [] 03. entre 10 e 15 anos [] 04. entre 5 e 10 anos [] 05. entre 1 e 5 anos [] 06. menos de 1 ano [] 07. outro (especificar) [] _____		
Condição legal da terra: 01. própria [] 02. arrendada [] 03. parceria [] 04. posse [] 05. outra (especificar) [] _____		
Se terra própria:		
Forma de aquisição: 01. herança do pai/mãe [] 02. herança do pai/mãe da/o esposa/o [] 03. compra de vizinho [] 04. compra de parente [] 05. assentamento [] 06. outros (especificar) [] _____		
Alteração na área nos últimos 5 anos: 01. aumentou [] 02. diminuiu [] 03. não se alterou []		
Se aumentou: 01. comprou de parente [] 02. comprou de vizinho [] 03. outro (especificar) [] _____		
Se diminuiu: 01. vendeu p/ parente [] 02. vendeu p/ vizinho [] 03. vendeu p/ gente de fora [] 04. outro (especificar) []: _____		
Informações complementares:		

Quadro 2 - Utilização das terras nos últimos 12 meses

Atenção: - quando o(a) entrevistado(a) explorar áreas descontínuas, considerar o total das áreas e especificar o nº de parcelas (ou glebas) na linha; - quando se tratar de expl. coletiva, considerar a área total explorada pelo grupo e especificar embaixo do quadro o nº de famílias participantes do grupo

Utilização	Hectares	Utilização	Hectares
2.1. Lavoura		2.5. Sede e outras construções	
2.2. Pastagem		2.6. Área de recreação para turistas	
2.3. Horta ou roça para auto-consumo		2.7. Açude	
2.4. Mata nativa e plantada e capoeira (total)		2.8. Outra (especificar):	
2.4.1. Área de preservação ambiental		2.9. Área total	
2.4.2. Reflorestamento (anotar se for com espécie nativa)		2.10. Número de parcelas ou glebas	

Quadro 3 - Composição e ocupação dos membros da unidade familiar

Nome de referência	a. Parentesco com responsável	b. Sexo	c. Idade	d. Escolaridade	e. Ocupaç. principal	f. Renda mensal na ocupaç. principal	g. Ocupaç. Secund	h. Renda mensal na ocupaç. Secund.	i. Dedicaç. à ativ. agrícola
3.1	Responsável								
3.2									
3.3									
3.4									
3.5									
3.6									
3.7									
3.8									
3.9									
3.10									
3.11									
3.12									
3.13									

a. parentesco c/ responsável 01 responsável 02 cônjuge 03 filho/filha 04 pai/mãe/sogro(a) 05 nora/genro 06 neta(o) 07 agregados 08 outros	d. escolaridade 01 analfabeto 02 lê e escreve 03 Mobral 04 Até 4ª Série (Primário) 05 1º G incompleto 06 1º G completo (Ginásio) 07 2º G incompleto 08 2º G completo (Colegial) 09 Nível técnico 10 Superior incompleto 11 Superior completo 12 não soube informar	e. / g. ocupação principal e secundária 01 trab por conta-própria na agricultura 02 trabalho assalariado na agricultura 03 trab não remunerado na agricultura 04 serviços domésticos 05 estudante 06 aposentado(a) 07 transformação agroindustrial 08 comércio de mercadorias 09 serviços de transporte 10 administração pública 11 atividades de ensino 12 indústria da construção 13 outras (especificar) 14 não se aplica	f. / h. renda mensal 01 até R\$ 200 02 R\$ 200 a 400 03 R\$ 400 a 600 04 R\$ 600 a 1.000 05 mais de R\$ 1.000 i. dedicação à ativ. Agríc. (média anual) 01 Mais de 80% do tempo de trab total 02 Entre 50 e 80% t.t.t. 03 Menos de 50% t.t.t. 04 Trabalhos esporádicos
--	---	---	--

Atenção nos quadros 4.1 a 4.3 (a seguir):

- Referem aos produtos parcial/integralmente comercializados, bem como aqueles destinados à criação ou à transformação no estabelecimento; anotar % da produção total destinado a cada finalidade. Não havendo prod. em qualquer destas condições, anotar o motivo.

Quadro 4.1 - Produção, consumo e comercialização de produtos vegetais.

Principais Produtos	Produção média anual (kg)	(%) Venda	(%) Aliment	(%) Transform. no estabel.	(%) Consumo Próprio	(a) Forma de Comercialização

(a) 01. Cooperativa 02. Intermediário 03. Agroindústria 04. Ceasa-entrepósito 05. Varejo (sm e outros)
06. Feira 07. Direto ao consumidor 08. Outros (especificar): _____

Quadro 4.2 - Produção, consumo e comercialização de produtos animais.

Principais Produtos	Rebanho (cabeças)	Produção média anual	(%) Venda	(%) Transform no estabelecim.	(%) Consumo Próprio	(a) Forma de Comercialização

(a) 01. Cooperativa 02. Intermediário 03. Agroindústria 04. Ceasa-entrepósito
05. Varejo (sm e outros) 06. Feira 07. Direto ao consumidor 08. Outros (especificar): _____

Quadro 4.3 - Produção, consumo e comercialização de produtos extrativos.

Principais Produtos	Produção média anual	(%) Venda	(%) Transform. no estabel.	(%) Consumo Próprio	(a) Forma de Comercialização
Lenha-carvão					
Ervas medicinais					
Outros					

(a) 01. Cooperativa 02. Intermediário 03. Agroindústria 04. Ceasa-entrepósito
05. Varejo (sm e outros) 06. Feira 07. Direto ao consumidor 08. Outros (especificar): _____

1. Qual o seu ganho mensal total com as atividades mencionadas nos quadros 4.1 a 4.3, descontadas as despesas de produção?

01. até R\$ 200,00 [] 02. R\$ 200,00 a 400,00 [] 03. R\$ 400,00 a 600,00 [] 04. R\$ 600,00 a 1.000,00 []
05. R\$ 1.000,00 a 2.000,00 [] 06. mais de R\$ 2.000,00 [] 07. não sabe responder [] 08. não quis responder []

2. Caso tivesse que comprar os alimentos que obtém diretamente na(s) sua(s) parcela(s), quanto o(a) senhor(a) avalia que gastaria por mês? (atenção: considerar o total do auto-consumo informado nos quadros 4.1. a 4.3 e na questão 2)

01. até R\$ 50,00 [] 02. R\$ 50,00 a 100,00 [] 03. R\$ 100,00 a 200,00 []
04. mais de R\$ 200,00 [] 05. não sabe avaliar []

Quadro 5 - Outras fontes de receitas e auxílios da família

Tipos de receitas monetárias	Valor bruto recebido	
	(R\$)	Não sabe
5.1.		
5.2.		
5.3.		
5.5. Total outras receita monetárias		

Exemplos: renda fundiária (arrendamento, parcerias), aluguel pasto, aluguel máquinas e equipamentos, aluguel casa de farinha e engenho, venda esterco, aluguel casa em área urbana, aluguel alojamento para turismo rural, pesque-pague, bolsa-escola, bolsa-alimentação, cesta básica, etc.

3. Qual a renda monetária mensal total da família (incluindo rendas pessoais, da atividade produtiva e outras receitas)?

01. até R\$ 200,00 [] 02. R\$ 200,00 a 400,00 [] 03. R\$ 400,00 a 600,00 [] 04. R\$ 600,00 a 1.000,00 []
 05. R\$ 1.000,00 a 2.000,00 [] 06. mais de R\$ 2.000,00 [] 07. não sabe responder [] 08. não quis responder []

4. Qual a renda mais importante para a manutenção da sua família?

01. atividade agropecuária própria [] 02. trabalho em atividade agropecuária de terceiros [] 03. aposentadoria/pensão []
 04. comércio [] 05. artesanato [] 06. extrativismo [] 07. outra (especificar) : _____

Quadro 6 - Força de trabalho utilizada na(s) parcela(s)

Atividades	(a) Membro da família		(b)	(a)Empregado	(c)
	Tipos	Nº	Diarista	Permanente	Troca de dia
6.1. Atividades agropecuárias					
6.2. Indústria rural/caseira					
6.3. Artesanato					
6.4. Extração vegetal					

- (a) 01. cônjuge 02. filho(a) 03. filho(a) criança 04. pai/mãe 05. genro/nora 06. irmã(o) 07. outro membro
 (b) Total de homens-dia-ano (= nº de diaristas contrat. no último ano X nº de dias trabalhados por cada um deles no mesmo período)
 (c) 01. grupo familiar 02. grupo de vizinhança 03. grupo familiar e vizinhança 04. outro - especificar: _____

Quadro 7 - Fontes de crédito

Finalidade	(a) Utiliza	(b) Fonte
7.1. Custeio		
7.2. Comercialização		
7.3. Investimento		
7.4. Animais		
7.5. Outro (especificar)		

- a) 01. Sim 02. Não

- (b) 01. Banco - contrato Pronaf 02. Banco - crédito pessoal 03. Intermediário 04. Cooperativa 05. Outro (especificar): _____

Se não utiliza(ou), por quê? _____

5. Quando necessita de assistência técnica, a quem costuma procurar?

01. ONG's [] 02. Cooperativas [] 03. Empresas particulares [] 04. Sindicato []
 05. Agroindústria integradora [] 06. Empresas públicas [] : identificar: _____
 07. Outros [] especificar: _____

6. O(a) senhor(a) gostaria de modificar os tipos de produto que cultiva?

01. Diversificar mais [] 02. Especializar mais [] 03. Outro [] - especificar: _____

7.1. Por quê? _____

7. O(a) senhor(a) pensa em outras possibilidades de uso da terra além da atividade agropecuária?

01. Sim [] 02. Não []

8.1. Se sim, quais? _____

II. Recursos naturais e meio ambiente

8. Qual(is) o(s) sistema(s) de cultivo que o(a) senhor(a) adota?

01. convencional - _____ ha
 02. cultivo mínimo - _____ ha
 03. orgânico - _____ ha
 04. sistema agroflorestal - _____ ha
 05. outro (especificar: _____) - _____ ha

8.1. Esclarecimentos adicionais (combinação de sistemas, existência de certificação de cultivo orgânico, etc.): _____

Quadro 8 - Uso de máquinas e Equipamentos

Máquina-Equipamento	Utiliza (Sim/Não)	(a) Quantidade	(b) Condição
8.1 Trator			
8.2 Plantadeira			
8.3. Arados			
8.4. Tração animal			

(a) 01. nenhum 02. um 03. dois 04. três 05. outro (especificar): _____

(b) 01. próprio 02. alugado 03. associação 04. outro (especificar): _____

Quadro 9 - Uso de insumos e outras técnicas

Insumos e técnicas	(a) Utilização	(b) Orientação
9.1. Adubos químicos		
9.2. Esterco		
9.3. Adubo verde		
9.4. Composto orgânico		
9.5. Semente certificada		
9.6. Semente própria		
9.7. Agrotóxicos		
9.8. Herbicidas		
9.9. Controle biológico		
9.10. Descanso do solo - pousio		
9.11. Conservação de solo		
9.12. Rotação de culturas		
9.13. Consórcio de culturas		
9.14. Medida para captação de água de chuva		
9.15. Queimada		
9.16. Lavouras resistentes à falta de água		
9.17. Animais resistentes à falta de água		
9.18. Depósitos de água		
9.19. Irrigação		

(a) 01. muito freqüente 02. freqüente 03. pouco freqüente 04. esporádico 05. não utiliza

(b) 01. Outros agricultores 02. Emater 03. Cooperativa 04. Empresas particulares

05. ONG's 06. Prefeitura 07. Tradição familiar 08. Outras fontes (especificar) _____

9. Nos últimos 10 anos, a produtividade das culturas (quantidade por área):

01. aumentou [] 02. diminuiu [] 03. permaneceu igual []

12.1. Por quê? _____

Se usa agrotóxicos:

13.2. Que tipo de equipamento:

01. Pulverizador manual [] 02. Pulverizador motorizado [] 03. Tratorizado [] 04. Outros [] - especificar: _____

10.3. Usa equipamento de proteção durante a aplicação? 01. Sim [] 02. Não [] 03. Às vezes []

Caso sim, quais equipamentos utilizam? _____

Caso não, por quê? _____

10.4 Onde lava o equipamento?

01. No rio [] 02. Perto do poço [] 03. Lagoa [] 04. Outros [] - especificar: _____

10.5. Já teve problemas de intoxicação com os produtos utilizados? 01. Sim [] 02. Não []

Caso sim, como se tratou? _____

11. Nos últimos 10 anos:

11.1. O uso de agrotóxicos (venenos) na região:

01. aumentou [] 02. diminuiu [] 03. não sabe opinar []

11.2. Por quê? _____

11.3. As pragas e doenças nas lavouras da região:

01. aumentaram [] 02. diminuiram [] 03. não sabe opinar []
 11.4. Por quê? _____

Quadro 10 - Abastecimento de água e saneamento

10.1. Qual sistema de abastecimento de água utilizado?		10.2. Qual o destino dado aos dejetos humanos?	
[]	01. Poço com proteção	[]	05. Poço s/ proteção
[]	02. Mina/fonte c/ proteção	[]	06. Mina/fonte s/ proteção
[]	03. Poço profundo-artesiano	[]	07. Direto do rio
[]	04. Rede pública	[]	08. Outro
10.3. Qual o destino dado aos dejetos animais?		10.4. Qual o destino das águas usadas?	
[]	01. Céu aberto	[]	01. Sumidouro
[]	02. Buraco no chão	[]	02. Céu aberto
[]	03. Esterqueira	[]	03. Outros
[]	04. Outro		
11.5. Usa água para irrigação? 01. Sim [] 02. Não []			

12. Existe nascente ou rio na propriedade? 01. Sim [] 02. Não []
 15.1. Caso sim, o volume nos últimos 10 anos: 01. aumentou [] 02. diminuiu [] 03. permaneceu igual []
13. Nos últimos 10 anos, as matas na região (de proteção às margens dos rios e nascentes e de topos de morro ou chapadas):
 01. aumentaram [] 02. diminuiram [] 03. não se alteraram []
 13.1. Por quê? _____
15. Em relação à fauna e à flora da região, nos últimos 10 anos:
 19.1. Os tipos de animais silvestres que são vistos com frequência:
 01. aumentaram [] 02. diminuiram [] 03. permaneceram iguais []
 15.2. Explicar: _____

III. Identidade e condições de vida e de trabalho

16. Qual é (ou era) a profissão de seus pais? 20.1- Pai: _____ 20.2- Mãe: _____
 01. agricultor(a) 02. trabalhador(a) assalariado(a) na agricultura 03. comércio
 04. trabalhador(a) assalariado(a) fora da agricultura 05. outra (especificar)
17. Que outras ocupações remuneradas o(a) senhor(a) exerceu nos últimos 05 anos, além da sua condição atual?
 01. trabalho assalariado na agricultura [] 02. trabalho assalariado fora da agricultura []
 03. comércio [] 04. não exerceu [] 05. outra [] (especificar): _____
 21.1. Se sim, com que frequência? _____
18. Que nome o(a) senhor(a) acha mais acertado para definir a sua condição, considerando o seu trabalho na agricultura?

 Atenção: se o(a) entrevistado(a) não responder espontaneamente, oferecer as alternativas a seguir:
 01. agricultor [] 02. agricultor familiar [] 03. produtor rural [] 04. pequeno produtor(a) []
 05. trabalhador rural [] 06. camponês(a) [] 07. sitiante [] 08. lavrador [] 09. outro [] especificar: _____
19. Em relação a seus pais, o(a) senhor(a) considera que vive, hoje :
 24.1. [] Melhor - Em quais aspectos?

24.2. [] Pior - Em quais aspectos?

24.3. [] Igual - Por quê?

20. Vê possibilidade de melhorar a sua situação, em relação a como ela se encontra hoje ?

01. sim [] 02. não [] 03. não tem opinião a respeito []

20.1. Se sim, como? Se não, porquê?

21. O(a) senhor(a) acha que as políticas e programas do governo contribuem para a agricultura familiar ?

01. sim [] 02. não [] 03. não tem opinião a respeito []

21.1. Se sim, quais? Se não, por quê?

22. Muitos agricultores estão largando a atividade agrícola para se dedicar a outras atividades. Isso acontece na sua comunidade e no seu município? 01. sim [] 02. não [] 03. não sabe []

22.1. Em caso afirmativo:

01. vem acontecendo com muitos agricultores [] 02. acontece em nº muito pequeno [] 03. não sabe avaliar []

23. Tem algum filho que não reside com o(a) senhor(a)? 01. Sim [] 02. Não []

23.1. Se sim, quantos?

28.2. Desde quando?

28.3. Por quê saíram?

28.4. Para onde foram?

28.5. Têm intenção de voltar?

24. O(a) senhor(a) gostaria de deixar a agricultura?

01. Sim [] 02. Não [] 03. Não tem opinião a respeito []

24.1. Por

quê?

24.2. Que atividade gostaria de exercer?

25. Na sua opinião:

25.1. Em quê a vida no campo é melhor que a da cidade?

25.2. Em quê a vida no campo é pior que a da cidade?

IV. Sociabilidade e manifestações culturais

26. Qual destes locais o(a) senhor(a) frequenta com maior frequência?

01. comunidade rural [] 02. bairro mais próximo [] 03. sede do município/cidade mais próxima []

35.1. Por quê?

27. Quais as pessoas mais próximas do(a) senhor(a) e de sua família aqui? (tentar construir a rede de sociabilidade, por ordem de importância: 1, 2, 3, etc.)

01. parentes [] 02. vizinhos [] 03. grupo religioso []

04. grupo de trabalho [] 05. outros [] - especificar: _____

28. Quais as atividades de lazer mais importantes da sua família? (ordem de importância: 1, 2, 3, etc.)

01. Festas comunitárias [] 02. Jogos na comunidade [] 03. Viagem de férias [] 04. Visita a familiares []

05. Excursões [] 06. Pescaria [] 07. Baile, discoteca (danças) [] 08. outra [] - especificar: _____

28.1. Faltam alternativas de lazer acessíveis para sua família? Se sim, quais ou de que tipo?

Quadro 11: Participação da família na vida da comunidade e do município

Discriminação	Existe	Participa
12.1 Associação comunitária de produtores	Sim() Não () Não sabe ()	Sim () Não ()
12.2 Associação de feirantes	Sim() Não () Não sabe ()	Sim () Não ()
12.6 Sindicato de trabalhadores rurais	Sim() Não () Não sabe ()	Sim () Não ()
Sindicato patronal rural	Sim() Não () Não sabe ()	Sim () Não ()
12.8 Associação de mulheres/clube de mães	Sim() Não () Não sabe ()	Sim () Não ()
12.9 Associação/clube de jovens	Sim() Não () Não sabe ()	Sim () Não ()
12.10 Associação de igreja (pastorais, etc.)	Sim() Não () Não sabe ()	Sim () Não ()
12.11 Associação de pais e mestres da escola	Sim() Não () Não sabe ()	Sim () Não ()
12.12. Conselho municipal (especificar qual ou quais):	Sim() Não () Não sabe ()	Sim () Não ()
12.13 Outro - especificar : _____	Sim() Não () Não sabe ()	Sim () Não ()

29. Ocupa ou ocupou cargo(s) diretivo(s) em alguma(s) das entidades listadas no quadro anterior? **01.** Sim [] **02.** Não []
 29.1. Se sim, especificar: _____

30. Qual a sua opinião sobre as pessoas que vêm de fora (turistas, novos residentes, novos agricultores, etc.)?

01. trazem mais vantagens que desvantagens [] **02.** trazem mais desvantagens que vantagens []

03. não interferem em nada []

04. outra [] - especificar : _____

30.1. Quais as principais vantagens que o pessoal de fora traz?

30.2. Quais as principais desvantagens que o pessoal de fora traz?

31. Em sua comunidade, existe algum tipo de conflito entre :

31.1. agricultores locais e o pessoal que vem da cidade (turistas)? **01.** sim [] **02.** não []

Se sim, de que tipo?

31.2. agricultores locais e os novos produtores que se instalam na região ? **01.** sim [] **02.** não []

Se sim, de que tipo?

32. Em relação ao lugar (comunidade ou região) que mora: **01.** gosta do lugar [] **02.** gostaria de morar em outro lugar []

32.1. Por quê?

33. O que o(a) senhor(a) destacaria como mais importante para sua permanência neste lugar?

34. De um modo geral, o que acontece com os jovens daqui, eles saem ou permanecem na comunidade?

34.1. Rapazes:

34.2. Moças: _____

Se saem, para onde vão?

34.3. Rapazes: _____

34.4. Moças: _____

O que vão fazer/procurar?

34.5. Rapazes: _____

34.6. Moças: _____

34.7. O senhor acha importante que os jovens permaneçam na comunidade? 01. Sim [] 02. Não []

34.8. Se sim, o que o senhor considera mais importante para os jovens permanecerem?

35. Com relação aos hábitos e aos costumes da sua família:

35.1. Quais o(s) senhor(a) acha que estão se mantendo e por quê?

35.2. Quais o(s) senhor(a) acha que estão se perdendo e por quê?

Atenção: por hábitos e costumes estamos entendendo aspectos da vida familiar tais como tradição culinária, hábitos alimentares, tipos e frequência das reuniões familiares, forma de moradia e padrão das construções, etc.

36. Na sua opinião, quais são as principais mudanças para melhor e para pior que ocorreram na sua comunidade nos últimos dez anos?

49.1. Para melhor:

49.2. Para pior:

V. Relações com o território e a natureza (paisagem rural)

37. Liste os cultivos e outras atividades produtivas rurais mais importantes na região:

- Há 20 anos atrás:

- Há 10 anos atrás:

- Atualmente:

38. O(a) senhor(a) participa de alguma atividade (individual ou coletiva) ou projeto relacionado com a proteção da natureza ?

01. Sim [] 02. Não []

38.1. Em caso afirmativo, qual ?

39. Algum órgão para proteção da natureza atua aqui em sua comunidade ou no município ?

01. sim [] 02. não [] 03. não sabe []

39.1. Especificar órgão e tipo de atuação:

39.2. Esta atuação gera algum tipo de conflito? Porquê?

39.3. Qual sua opinião a respeito?

40. O seu estabelecimento tem alguma característica particular ou recurso natural que o(a) senhor(a) considera importante?

01. Sim [] 02. Não []

40.1. Em caso afirmativo, especificar:

41. Gostaria de receber uma ajuda do governo para o(a) senhor(a) cuidar da natureza em sua área?

01. Sim [] 02. Não [] 03. não tem opinião []

41.1. Em caso afirmativo, que compromisso(s) estaria disposto a assumir e de que forma a recompensa poderia ser dada?

41.2. Em caso negativo, porque não?

Para o entrevistador: (Anotar após o preenchimento do questionário)

1. Onde foi realizada a entrevista :

01. Na casa do(a) entrevistado(a) [] **02.** Na área de trabalho [] **03.** Outro [] - especificar : _____

2. Esteve presente durante a entrevista, além do(a) entrevistado(a) :

01. Cônjuge [] **02.** Filho (a)(s) [] **03.** Pais [] **04.** Amigo(a)s [] **05.** Outros(as) parentes []

06. Outro [] - especificar : _____

3. Endereço do entrevistado para contato/correspondência:

4. Observações complementares que considere relevante destacar:

ANEXO 3

Les enjeux et les objectifs des CTE

<i>Volet socio-économique</i>		<i>Volet environnemental et territorial</i>	
<i>Enjeux</i>	<i>Objectifs</i>	<i>Enjeux</i>	<i>Objectifs</i>
Emploi	Maintenir et créer de l'emploi Faciliter l'installation des jeunes agriculteurs Aider à transmission des exploitations	Eau	Préserver et améliorer la qualité de l'eau Améliorer la gestion de ressources en eau
Travail	Adapter les compétences et les qualifications Améliorer les conditions et l'organisation du travail	Sols	Lutter contre l'érosion Préserver la fertilité physique/chimique/biologique
Qualité des Produits	Améliorer la qualité des produits Augmenter la sécurité sanitaire des produits alimentaires	Air	Préserver et améliorer la qualité de l'air
Bien-être Animal	Améliorer le bien-être animal	Biodiversité	Préserver les espèces naturelles et les biotopes Préserver et accroître la biodiversité des espèces domestiques
Économie autonomie	Renforcer l'organisation économique des producteurs	Paysage et patrimoine culturel	Préserver mettre en valeur le patrimoine bâti
	Diversifier les activités agricoles e non agricoles		Préserver, mettre en valeur et améliorer les qualités du paysage
	Améliorer les circuits de commercialisation des produits agricoles	Risques naturels	Lutter contre l'érosion, les inondations, les incendies, les avalanches
	Accroître la valeur ajoutée en diminuant les coûts de production et valorisant les ressources naturelles	Énergie	Réduire les consommations d'énergie Développer l'utilisation de ressources d'énergie renouvelable

Source : Circulaire C99-7030, Ministère de l'agriculture

Fonte: ALLAIRE, G; DUPLEUBE, T. (2003, p. 248) [adaptação ALVES, A. F., 2009].

**“Multifonctionnalité de l’agriculture. construction d’une
démarche d’analyse au niveau local a partir d’un dispositif
comparatif en France et au Brésil”**

**Appel à propositions de recherche 2002 Inra – Cemagref – Cirad:
“Recherches et expertises sur la multifonctionnalité de l’agriculture et des
espaces ruraux”**

Roteiro para entrevistas junto aos gestores locais

(membros de conselhos, associações, cooperativas, poder executivo e legislativo)

I. Identificação do entrevistado:

1. Idade, formação, profissão.
2. Há quanto tempo está vinculado à organização.
3. Como foi escolhido?
4. Sua posição na organização.

II. Identificação da organização:

1. Nome.
2. Objetivos.
3. Criação da organização: ano, razões principais, fatos marcantes em sua evolução.
4. Principais atuações e metas.
5. Atores sociais que a integram.
6. Espaços de atuação e seu âmbito em termos territoriais (município, localidade, região...) e sociais (conjunto da população, segmento social particular).

III. Representações sobre a organização e o território:

1. Qual o eixo em torno do qual gira a atuação da organização? (cadeias produtivas, agricultores, mulheres, municipalidade, etc.)
2. Quais os principais interesses representados no interior da organização e como eles se expressam na atuação dela?
3. O(a) senhor(a) considera que os espaços/ esferas de atuação da organização são satisfatórios? Por quê? (identificar o que o entrevistado considera como satisfatório)
4. Quais os efeitos da atuação da organização sobre a localidade (pensar em termos de ordenamento do território, atividades econômicas, manutenção dos recursos naturais, etc.) e sobre o bem-estar da população?
5. Que problemas a atuação da organização enfrenta na localidade e como busca resolvê-los?

6. Quais os planos futuros da organização para melhor cumprir com seus objetivos?

IV. Representações sobre a agricultura:

1. Como o(a) senhor(a) vê o papel da agricultura no município?
2. Quais são, em sua opinião, as perspectivas para a agricultura nos próximos 10 anos caso se mantenha a tendência atual? Qual seria o modelo desejável?
3. O(a) senhor(a) considera que a agricultura interfere (positiva ou negativamente) no meio ambiente? Se sim, como? Se não, por quê?
4. Há algum tipo de conflito entre as ações de controle ambiental e a prática agrícola? (Se for o caso fazer uma pergunta mais direta com base nos resultados da pesquisa anterior).
5. Em sua opinião, a agricultura desempenha algum papel importante para a vida das pessoas no município? Se sim, que segmento(s) da população mais se beneficia(m) da agricultura?

V. Representações sobre política e sociedade:

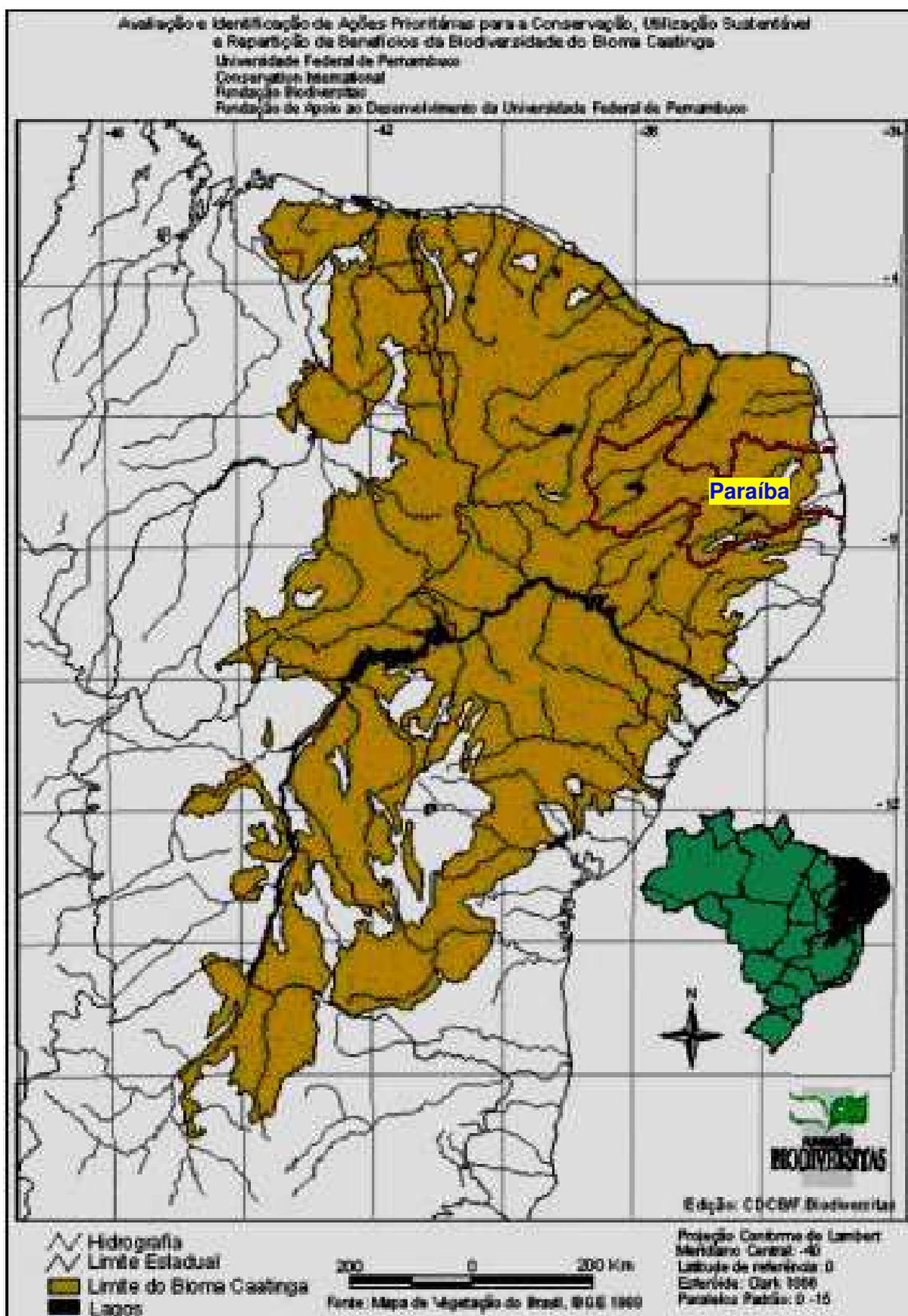
1. Que políticas de âmbito nacional têm interferido na dinâmica local?
2. Qual a sua avaliação sobre tais políticas? (Elas são boas e importantes para a localidade, são inoperantes, isto é, meramente burocráticas sem efeitos práticos, são insuficientes ..)
3. O(a) senhor(a) saberia identificar as principais demandas da população rural para melhorar sua qualidade de vida? Como sua organização reage a estas demandas?
4. Como as políticas públicas nacionais se reportam em relação a esses interesses locais? Há convergência, há conflitos, há disputas?
5. Que setores da sociedade o(a) senhor(a) destacaria como sendo os mais importantes para o desenvolvimento local?
6. Que instituições ou organizações o(a) senhor(a) destacaria como importantes para liderar um processo de desenvolvimento local?
7. Como o(a) senhor(a) vê a atuação do CMDR? (sondar críticas e sugestões)
8. Quais as posições mais influentes dentro do Conselho?
9. Como o Conselho mobiliza e consulta os setores sociais nele representados para formular a sua intervenção?
10. Existe um plano municipal de desenvolvimento rural? O(a) senhor(a) o conhece? Ele é obedecido?
11. O(a) senhor(a) considera que esse plano corresponde às prioridades básicas do município?
12. Quais os principais entraves para um bom funcionamento do CMDR?
13. O CMDR dialoga ou interage com outros Conselhos ou entidades na localidade?
14. O(a) senhor(a) considera eficiente a interação e os debates entre as diversas organizações e segmentos sociais no município? Teria sugestões para aperfeiçoá-los?

Observação: verificar a composição do CMDR, incluindo o perfil sócio-econômico dos seus membros; procurar levantar os temas de pauta das reuniões do CMDR e, em sendo possível, acompanhar uma de suas reuniões.

VI. Questões específicas:

Formular questões relacionadas com a pesquisa anterior de maneira a aprofundar e desenvolver os aspectos conclusivos da mesma.

ANEXO 5 – Mapa do Semi-árido brasileiro.



Fonte: <http://www.asabrazil.org.br>. (2007). [Adaptação ALVES, A. F., 2008].

ANEXO 6

Declaração do Semi-Árido

PROPOSTAS DA ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO O SEMI-ÁRIDO TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!

Depois da Conferência da ONU, a seca continua.

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 – a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semi-áridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplidão de um fenômeno mundial – a desertificação – do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do semi-árido brasileiro.

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do semi-árido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continuam vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

É disso que nós, da Articulação no Semi-Árido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal – do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

As medidas emergenciais devem ser imediatamente reforçadas

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semi-Árido; nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o semi-árido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no semi-árido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO SEMI-ÁRIDO!

Neste exato momento, a seca está aí, a nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como o mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas

de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos.

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A Articulação, por sua vez, afirma que, sendo o Semi-Árido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

Nossa experiência mostra que o semi-árido é viável

A convivência com as condições do semi-árido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

- Que a caatinga e os demais ecossistemas do semi-árido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;
- Que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária; Que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;
- Enfim, que o semi-árido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

É preciso levar em consideração a grande diversidade da região

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no semi-árido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a Nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no Semi-Árido Brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O semi-árido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres). Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde... O que pretendemos com

essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas inter-relações, impõe-se mais que nunca.

Dito isto, podemos apresentar a nossa contribuição – fruto de longos anos de trabalho no semi-árido, destacando algumas das propostas que vêm sendo discutidas pela sociedade civil nas duas últimas décadas.

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Este programa está fundamentado em duas premissas:

- A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido.
- A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

CONVIVER COM AS SECAS

O semi-árido brasileiro caracteriza-se, no aspecto sócio-econômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso Programa de convivência com o Semi-Árido inclui:

- O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o semi-árido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais.
- A garantia da segurança alimentar da região, como um objetivo a ser alcançado a curtíssimo prazo.
- O uso de tecnologias e metodologias adaptadas ao semi-árido e à sua população, como ferramentas básicas para a convivência com as condições da região.
- A universalização do abastecimento em água para beber e cozinhar, como um caso exemplar, que demonstra como tecnologias simples e baratas como a cisterna de placas de cimento, podem se tornar o elemento central de políticas públicas de convivência com as secas.
- A articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado às realidades locais, como uma necessidade.
- O acesso ao crédito e aos canais de comercialização, como meios indispensáveis para ultrapassar o estágio da mera subsistência.

ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE

O semi-árido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formada por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e

com infra-estruturas deficientes. Pior ainda: as políticas macro-econômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semi-Árido compreende, entre outras medidas:

- A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semi-árido.
- A priorização de investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.
- Maiores investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas.
- A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL

Esquemas de dominação política, quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do semi-árido. Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa Convenção, a Articulação está propondo, para vigência desse direito:

- O reforço do processo de organização dos atores sociais, visando sua intervenção qualificada nas políticas públicas.
- Importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano. Em particular:
 - A erradicação do analfabetismo no prazo de 10 anos
 - A garantia do ensino básico para jovens e adultos, com currículos elaborados a partir da realidade local.
 - A articulação entre ensino básico, formação profissional e assistência técnica.
- A valorização dos conhecimentos tradicionais.
- A criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o semi-árido e atravesse toda a sociedade brasileira.

INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens.

Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5 da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a “promover a sensibilização e facilitar a participação das

populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens”, a Articulação no Semi-Árido reivindica, entre outras medidas:

- Que seja cumprida a Convenção 100 da OIT, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;
- Que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra.
- Que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;
- Que mais mulheres e jovens sejam capacitados para participar em conselhos de políticas públicas;
- Que mais mulheres adultas tenham acesso à escola, com horários e currículo apropriados.

PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que... têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II - a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III – a recuperação de terras degradadas.”

A caatinga é a formação vegetal predominante na região semi-árida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no semi-árido brasileiro, 60% das quais endêmicas.

Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- A realização de um zoneamento sócio-ambiental preciso.
- A implementação de um programa de reflorestamento.
- A criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semi-Árido.
- O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o semi-árido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.
- O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental.
- A proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas.
- A fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, se comprometeram a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”.

Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semi-Árido seja financiado através de quatro mecanismos básicos.

- A captação de recursos a fundos perdidos, a serem gerenciados pelas Organizações da Sociedade Civil.

- A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas.
- Um fundo específico para todas as atividades que não são passíveis de financiamento através das linhas de crédito existentes.
- Uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste).

Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos efeitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, vão custar aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (48 reais por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar.

Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no semi-árido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

O semi-árido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação..., para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como “convivência”, “autonomia” e “justiça”.

Recife, 26 de novembro de 1999.



Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces - UMR 7533 -

ATTESTATION

Je soussigné, Jean-Paul Billaud, Directeur du LADYSS, atteste qu'Arilde Franco Alves a passé 12 mois dans le laboratoire LADYSS, du 1^{er} septembre 2008 au 30 juin 2009. Il a effectué ce stage dans le cadre de son doctorat « Les multiples fonctions de l'agriculture familiale : le paysannat comme créateur de sociabilité et de culture, et conservateur de l'environnement » en Sciences sociales à l'Université Fédérale de Campina Grande (UFCG), Brésil. Son séjour s'inscrivait dans les accords Capes franco-brésiliens auxquels notre laboratoire participe depuis de nombreuses années pour soutenir ses activités de collaboration avec le Brésil.

Durant son séjour, Arilde Franco Alves a participé à de nombreux séminaires, que ce soit dans le cadre du LADYSS ou de la MSH-Paris. Il a également effectué avec assiduité de nombreuses recherches bibliographiques dans les bibliothèques universitaires.

Il a pris de nombreux contacts avec des chercheurs et enseignants-chercheurs des centres de recherche français. Il a également suivi des cours de langue française, ce qui lui a permis de profiter au mieux de son séjour.

Je ne peux donc que me féliciter de son passage dans le laboratoire qui a essayé, ainsi qu'il s'y était engagé, de mettre à sa disposition l'ensemble des moyens généralement alloués aux étudiants ayant entrepris un doctorat. Arilde Franco Alves a parfaitement répondu à l'offre de travail qui lui était proposée.

Fait à Nanterre, le 23 juin 2009

Jean-Paul Billaud
Directeur de recherche au CNRS
Directeur du LADYSS

SOBRE O AUTOR

Arlide Franco Alves, filho de Ari Fernandes Alves e Irene Franco Alves, nasceu em 11 de janeiro de 1962, em Alegrete-RS.

Realizou o Ensino Fundamental (antigo primário) na Escola Rural Municipal “Miguel Marzzullo”, 3º sub-distrito - Durasnal e o Ensino Básico (antigo ginásio) na Escola Estadual “Demétrio Ribeiro”, ambas em Alegrete.

Em 1977, ingressou no Colégio Agrícola de Alegrete/UFSM (atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Alegrete*), concluindo o curso *Técnico em Pecuária* em 1980, na Escola Técnica de Agricultura – ETA “Dr. João Simplício Alves de Carvalho”, em Viamão-RS.

Atuou desde 1978, no movimento estudantil secundarista e, a partir de 1983, no movimento estudantil universitário. Neste período, passou a atuar em diversos movimentos sociais, principalmente naqueles que lutaram pela redemocratização do país.

Em 1983, ingressou na Universidade Federal de Santa Maria/RS, graduando-se em *Medicina Veterinária* em 1987.

Prestou concurso público na Emater-Acre, trabalhando de fevereiro de 1988 a março de 1991, na função de Extensionista Rural – NS no Escritório Regional de Rio Branco, atuando em assentamentos de reforma agrária do Mirad (atual INCRA), em projetos de associativismo, sanidade animal e crédito rural.

Exerceu, após 1988, permanente presença nos movimentos sindicais, sendo fundador do Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Acre e, a partir de abril de 1991, atuou como membro efetivo do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Simpro/RS.

Em abril de 1991, retornando à Alegrete, realizou concurso para docente da Fundação Educacional de Alegrete (atual Universidade da Região da Campanha – URCamp – *Campus Alegrete*), ministrando a disciplina de *Bioquímica* do Curso de Ciências – Habilitação Biologia e *Química* na Escola “Prof. Raymundo Luiz Carvalho”, até setembro de 1995.

Em 1992, concluiu a *Licenciatura Plena – Curso de Formação de Professores para Disciplinas Profissionalizantes – Habilitação em Zootecnia*.

Em 1994, prestou concurso público, para docente de Rede Federal de Ensino Médio e Tecnológico do Ministério da Educação, exercendo de outubro de 1995 a novembro de 2004 a função docente na Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul-SC, ministrando as disciplinas de *Zootecnia Geral, Defesa Sanitária Animal e Criações Alternativas*.

Em 1996, realizou Pós-Graduação em Educação, especializando-se em *Metodologia de Ensino*, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Plínio Augusto do Amaral” em Amparo-SP.

Atuou de 1996 a 2005, no Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE, em defesa de um Ensino Profissionalizante Agrícola público, voltado, sobretudo para os filhos dos agricultores, que atuam de modo familiar na atividade agrícola.

Em 2004, concluiu *Mestrado* em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo o título de *M. Sc.* em *Agroecossistemas*.

A partir de dezembro de 2004, passou a exercer sua função docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* de João Pessoa, ministrando as disciplinas de *Saúde Ambiental*, *Zoneamento Ambiental* e *Ecologia*, no Curso de Tecnologia Ambiental.

Em novembro de 2005, foi selecionado para o Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFPB/UFCG, transferindo a matrícula para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG-PB, obtendo ao final desta Tese o título de *Dr.* em Ciências Sociais.

Reside em João Pessoa-PB, na Rua Cordélia Veloso Frade, 904, Bairro Jardim Cidade Universitária, Cep. 58.052-430, Tel. (83) 3042-2838, E-mail: francalves11@gmail.com

SOBRE OS INTEGRANTES DA BANCA EXAMINADORA

EDGARD AFONSO MALAGODI

Sociólogo (FESPSP), mestre em Filosofia e Ciências Sociais (*Freie Universitat Berlin*–Alemanha), doutor em Ciências Sociais (PUC-SP), pós-doutor em Ciências Sociais (*University Manchester*–Inglaterra) e livre-docente em Teoria Sociológica (UFPB). Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

GHISLAINE DUQUÉ

Assistente Social (*École Catholique de Service Social*–Bélgica), especialista em Etudes du Développement (Institut Universitaire d'Etudes du Développement. – Genève – Suíça), doutora em *Étude Interdisciplinaire du Changement Social* (EHESS–França) e pós-doutora em Sociologia (*Université Paris X*–França). Professora Aposentada da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Pesquisadora do CNPq.

CLAIRE MARIE THUILLIER CERDAN

Engenheira Agrícola e Alimentar (*Institut Agricole et Alimentaire de Lille*–França), Mestra em Geographie et Pratiques du Développement (*Université Paris X*–França), Doutora em Geographie Humaine Économique et Régionale (*Université Paris X*–França), Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (UFSC) e pesquisadora do CIRAD–França.

GUSTAVO BITTENCOURT MACHADO

Economista (UFBA) e Advogado (Católica-BA), Especialista em Desenvolvimento Humano (PUC-MG), mestre em Economia (UFBA) e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional (*Universidad Barcelona*–Espanha), doutor em Agriculture Comparée et Développement Agricole (*Institut Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement – AgroParisTech*–França). Pesquisador da UFBA sobre Agricultura Familiar.

EMÍLIA DE RODAT FERNANDES MOREIRA

Geógrafa (UFPB), Mestre em Geografia pela (*Université Paris X*–França) e em *Analyse Regionale et Aménagement de l'Espace* (*Université Panthéon-Sorbonne – Paris I*–França), Doutora em Estudos da América Latina - (*Université Sorbonne-Nouvelle- Paris III*–França) e Pós-Doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS- França). Profa. da UFPB, Pesquisadora do CNPq e Consultora da CAPES.